SIGPUB - Sistema Gerenciador de Publicações Legais
JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso
AMM

Mato Grosso , 26 de Junho de 2014 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO IX | Nº 2001

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

CONVITE 03/2014

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE-USB DO MUNICIPIO DE ACORIZAL/MT**

O Município de Acorizal/MT, através da sua Comissão de Licitação informa que a sessão pública de abertura para a entrega dos envelopes, realizada em 18/06/2014, ás 09:00 horas, referente a Licitação em epigrafe, foi declarada deserta, tendo em vista o não comparecimento de empresas interessadas.

Acorizal/MT, 25 de Junho de 2014.

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS (AMM)

Diretoria da AMM
biênio 2013/2014

Presidente de Honra: Meraldo Figueiredo Sá- PSD

Presidente: Valdecir Luiz Colle – Juscimeira -PSD
Primeiro Vice-Presidente: Milton José Toniazzo – Terra Nova do Norte – DEM
Segundo Vice-Presidente: Jamar da Silva Lima – Nova Brasilândia - PT
Terceiro Vice-Presidente: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Santa Cruz do Xingu - PSB
Quarto Vice-Presidente: João Antônio da Silva Balbino – Rosário Oeste - PSB
Quinto Vice-Presidente: Leonardo Farias Zampa – Novo São Joaquim - PR
Secretário Geral: Carlos Roberto Bianchi – São José dos Quatro Marcos - PSB
Primeiro Secretário: Elias Leal-Mirassol D´Oeste - PSD
Segundo Secretário: Humberto Bortolini – Itiquira - PR
Tesoureiro Geral: Moacir Pinheiro Piovezan – Porto dos Gaúchos PSB
Primeiro Tesoureiro: Divina Maria da Silva Oda – Pontal do Araguaia - PSB
Segundo Tesoureiro: Ademir Gaspar de Lima – Jaciara – PT

CONSELHO FISCAL

1 – Magali Amorim Vilena Morais – General Carneiro - PSD
2 – Fábio Schroeter – Campo Verde - PTB
3 – Fausto Aquino de Azambuja Filho – Luciara (PSB)

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1 – Luiz Henrique do Amaral – Cocalinho - PT
2 – Daniel Gonzaga Correia – Vale de São Domingos - PP
3 – José Mauro Figueiredo – Arenápolis – PRB

GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Encarregado Jornal
Noides Cenio da Silva

Entre em Contato:
jornaloficial@amm.org.br
(65) - 2123-1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ADEMIR MARIA DA SILVA
Presidente da Comissão de Licitação

Publicado por:
Soniel Ribeiro Taques
Código Identificador:3B40D657

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 19/2014

CONTRATO Nº 19/2014 – CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL/MT E A EMPRESA EMILIO SOARES DE SOUZA-ME.
OBJETO – CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E INFRAESTRUTURA PARA REALIZAÇÃO DOS ACONTECIMENTOS INSTITUCIONAIS E PROMOCIONAIS (PALESTRAS, CULTO ECUMENICO, SOLENIDADES, INAUGURAÇÕES, POSSES, DATAS FESTIVAS) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESENVOLVIDAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL/MT.
VALOR - R$ 36.877,50 (TRINTA E SEIS MIL, OITOCENTOS E SETENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS);
VIGÊNCIA – 31 DE JULHO DE 2014;
DATA – 06 DE MAIO DE 2014;
ASSINAM – ARCILIO JESUS DA CRUZ, PREFEITO MUNICIPAL, E EMILIO SOARES DE SOUZA-ME – EMILIO SOARES DE SOUZA, REPRESENTANTE LEGAL.

Publicado por:
Soniel Ribeiro Taques
Código Identificador:20CCB215

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS 021/2014.
A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público aos interessados que na tomada de preços nº. 021/2014 realizada no dia 25/06/2014, teve como vencedor a Empresa: Campos e Bueno de Almeida Ltda.

Água Boa, 25 de junho de 2014.

VERA LUCIA FRIES
Presidente da Comissão de Licitação

Publicado por:
Ivania Cezira Volpi
Código Identificador:77EC9E95

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objeto	Contratação de Web Master, para manutenção do site do município de Água Boa.
Favorecido	Diego Batista Caldeira
Prazo de Execução	06 meses
Valor Global	R$ 6.300,00 (Seis Mil e Trezentos Reais).
Fundamento Legal	Artigos 23, inciso II, alínea "a", e 24, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, de 21.06.93.
Justificativa	Anexa nos autos do processo de Dispensa nº. 020/2014.

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pela responsável pelos processos de licitações e Parecer Jurídico constante do Processo de Dispensa nº. 020/2014, nos termos do Art. 26 da Lei n°. 8.666/93 e suas atualizações.

Água Boa MT, em 25 de junho de 2014.

MAURO ROSA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ivania Cezira Volpi
Código Identificador:BDB73A27

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objeto	Locação de um imóvel que tem a finalidade de servir como residência para as medicas do Programa Mais Médicos.
Favorecido	Nilton Rafaelli
Prazo de Execução	08 meses
Valor Global	R$ 5.792,00 (cinco mil, setecentos e noventa e dois reais)
Fundamento Legal	Art. 24, Inciso X da Lei 8.666/93
Justificativa	Anexa nos autos do processo de Dispensa nº. 021/2014.

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pela responsável pelos processos de licitações e Parecer Jurídico constante do Processo de Dispensa nº. 021/2014, nos termos do Art. 26 da Lei 8.666/93 e suas atualizações.

Água Boa MT, em 25 de junho.

MAURO ROSA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ivania Cezira Volpi
Código Identificador:65D8BAEF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS 022/2014.
A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público aos interessados que na Tomada de Preços nº. 022/2014 realizada no dia 25/06/2014, teve como vencedores: **Item 1, Marcia Regina da Silva Rehder, Item 2, Francisco Tavares de Morais e Item 3, Eliel Peres de Souza.**

Água Boa, 25 de junho de 2014

VERA LUCIA FRIES
Presidente da Comissão de Licitação

Publicado por:
Ivania Cezira Volpi
Código Identificador:FC31EDE9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 040/2014

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo Decreto nº. 2643/2014 comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Presencial, que será regida pelo Decreto nº. 2455/2013 e pela Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.
MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 040/2014.
OBJETO: Contratação de empresa para serviços de hospedagem em hotel.
REALIZAÇÃO: 16/07/2014.
INICIO RECEBIMENTOS DOS ENVELOPES: 08h00min.
O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas, no site da prefeitura, www.aguaboa.mt.gov.br e no email licitacao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa, 25 de junho de 2.014.

IVANIA CEZIRA VOLPI
Pregoeira

Publicado por:
Ivania Cezira Volpi
Código Identificador:DCEF9E40

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº001/2014

Contratante – Câmara Municipal de Alto Araguaia.
Contratada – Adelaide Aparecida Hermes.
Objeto – Elaboração de Projetos.
Vigência: 15 dias

Publicado por:
Lucidaria Paes Ferreira Nunes
Código Identificador:A495F13E

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 007/2014

Contratante – Câmara Municipal de Alto Araguaia.
Contrato – Adelaide Aparecida Hermes.
Objeto – Elaboração de Projetos e Orçamento para ampliação da Sede da Câmara Municipal de Alto Araguaia.
Vigência: 15 dias
Valor: 14.300,00

Publicado por:
Lucidaria Paes Ferreira Nunes
Código Identificador:AF472211

CÂMARA MUNICIPAL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2014

TERMO DE RATIFICAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Alto Araguaia-MT vem no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posterior e atualizada pela Lei nº 9.648/98 e considerando o que consta no presente Processo Administrativo e Dispensa de Licitação nº 001/2014, RATIFICA a declaração de Dispensa de Licitação para contratação, da Engenheira Civil Adelaide Aparecida Hermes, pelo valor R$ 14.300,00 (Catorze mil e trezentos reais) determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

Alto Araguaia-MT, 25 de Junho de 2014.

VANDERALQUES DE CASTRO
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Lucidaria Paes Ferreira Nunes
Código Identificador:D56DF1FC

GERÊNCIA DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS 024/2014 – RESULTADO

A Prefeitura Municipal de Alto Araguaia – Estado de Mato Grosso, situada na Av. Carlos Hugueney, n.º572 centro, Alto Araguaia–MT, CEP 78.780-000 através da sua Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento de todos que do julgamento do certame supra citado cujo objeto trata-se da **AMPLIAÇÃO E REFORMA DE CRECHES, AMPLIAÇÃO DA FEIRA MUNICIPAL E CONSTRUÇÃO DE GRADE DE PROTEÇÃO NO PARQUE MUNICIPAL,** ao qual sagrou-se vencedora do certame para todos os lotes a empresa **CONSTRUTORA R4 LTDA,** CNPJ: **06.152.075/0001-74** com sua proposta de preços para os lotes a seguir: **LOTE 01-** CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO DA FEIRA MUNICIPAL – no valor total de **R$ 529.527,64 (Quinhentos e vinte e nove mil quinhentos e vinte e sete reais e sessenta e quatro centavos). LOTE 02-** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DO PISO DA CRECHE MARIA FERREIRA RIBEIRO - no valor total de **R$ 56.110,45 (Cinquenta e seis mil cento e dez reais e quarenta e cinco centavos). LOTE 03-** IMPLANTAÇÃO

DA GRADE DE PROTEÇÃO NO PARQUE MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA - no valor total de **R$ 52.511,47 (Cinquenta e dois mil quinhentos e onze reais e quarenta e sete centavos).** Informações mais detalhada com a CPL pelo fone (66) 3481-2885, e_mail: lici.altoaia@gmail.com.

Alto Araguaia, 25 de Junho de 2014.

ANTÔNIO BARCELOS CESÁRIO
Presidente da CPL

Publicado por:
João Batista Pereira de Rezende
Código Identificador:C0C6C5D3

GERÊNCIA DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 102/2014

Objeto: Registro de Preços para aquisição de Grupo Gerador de energia Emergencial para instalação e uso no Hospital Municipal.
Dia: 09/07/2014.
Entrega dos Envelopes: Até as **09:00** horas (Brasília), do dia **09/07/2014**.
Edital Completo: Afixado no endereço acima ou pelo e-mail lici.altoaia@gmail.com.
Abertura do envelope Nº 01: Às **09:00** horas, do dia **09 de Julho de 2014**, no endereço acima.
Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto 3.555/2000 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Alto Araguaia - MT, 25 de Junho de 2014.

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA
Pregoeira

Publicado por:
João Batista Pereira de Rezende
Código Identificador:D8D49D4C

GERÊNCIA DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS 029/2014 – EDITAL RESUMIDO

A Prefeitura Municipal de Alto Araguaia – Estado de Mato Grosso, situada na Av. Carlos Hugueney, n.º572 centro, Alto Araguaia–MT, CEP 78.780-000 através da sua Comissão Permanente de Licitação, torna público, para quem possa interessar, que realizará às **09:00 horas (Brasília), do dia 14/07/2014**, licitação na modalidade supracitada, do tipo menor preço, com regime de execução indireta e sob empreitada por preço Unitário, que tem por objeto: **CONSTRUÇÃO DE BUEIROS E TORRE DE TRANSMISSÃO DE DADOS DA PREFEITURA** no município de Alto Araguaia – MT. Informação mais detalhada, edital e projeto completos poderão ser solicitadas no endereço supracitado, de Segunda a Sexta–feira, das 13:00 às 18:00 horas, com a Comissão Permanente de Licitação, pelo tel. (66) 3481-2885, site www.altoaraguaia.mt.gov.br: e_mail: lici.altoaia@gmail.com.br

Alto Araguaia – MT, 25 de Junho de 2014.

ANTONIO BARCELOS CESARIO
Presidente da CPL

Publicado por:
João Batista Pereira de Rezende
Código Identificador:251B4679

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
NOTIFICAÇÃO: 06/OBRAS/ENG/2014

Em 08 de abril de 2014.

Exmo. Senhor
Claudio Moreira Campos de Almeida
C M CAMPOS DE ALMEIDA & CIA LTDA ME,
Pontes e Lacerda-MT

Assunto: Descomedimento em aditivo de prazo na obra.

Prezado Senhor:

Edinaldo Alves de Abreu, juntamente com o Engenheiro Civil Áureo Sierra da Silva, vem respeitosamente perante Vossa Senhoria notificar o excesso de aditamentos 660 (Seiscentos e sessenta) dias na execução e contrato da obra: 220/2012-1, cujo objeto é Instalação de Torre Repetidora de Telefonia Móvel Celular Rural. O prazo final para conclusão da obra se encerra em 132 (Cento e trinta e dois) dias, portanto dia 17.08.2014.
É de suma importância que a empresa contratada cumpra com os prazos pré-estabelecidos no contrato. Deste modo, salientamos e notificamos a necessidade de dar celeridade na obra.
Atenciosamente,

EDINALDO ALVES DE ABREU
Secretário Municipal de Obras

ENG. AUREO SIERRA DA SILVA
CREA – 27008678-1

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:39792C19

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

GRUPO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 009/2014

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista–MT, torna público aos interessados o resultado de licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇO N° 009/2014, no tipo menor preço global, para a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS NO MUNICIPIO DE ALTO BOA VISTA-MT, CONFORME CONVÊNIO Nº 077/2013/SECID-MT"**, sagrou-se vencedora a empresa: **A. ROCHA PEREIRA CONSTRUÇÕES LTDA ME**, com o valor de **R$ 331.266,30 (trezentos e trinta e um mil e duzentos e sessenta e seis reais e trinta centavos).**

Alto Boa Vista - MT, 25 de Junho de 2014.

EDGAR FREDERICO DA SILVA
Presidente de CPL

Publicado por:
Edgar Frederico da Silva
Código Identificador:DCAD2176

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 016/2014

AVISO DE PUBLICAÇÃO
Alto Boa Vista – MT, 24 de Junho de 2014.
"O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA ESTADO DE MATO GROSSO EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ESTADUAL, A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E, EM ESPECIAL, O ARTIGO 61, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI Nº 8.666/93"
Torna-se publico o EXTRATO DE CONTRATO Nº 016/2014, de 24 de Junho de 2014, que, para fins de direito e conhecimento público, expediu-se o presente Aviso, com Publicação em Mural Prefeitura e Câmara Municipal de Alto Boa Vista – MT:
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATADO: ALAOR PONTES DE SOUZA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA
OBJETO: Locação de imóvel 01 (um) Imóvel, localizado na zona urbana do município, localizado na Av. Bandeirantes, setor vila real, medindo 163,65 m², contando com 01 (um) salão, 02 (duas) salas, 01 (um) banheiro e 01 (uma) área de serviço, onde irá funcionar o

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, pelo período de 12 (doze) meses.
DO VALOR: R$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais).
DO PRAZO: O prazo do presente contrato é de 12 (doze).
DOS RECURSOS:
05 – Secretaria de Municipal de Desenvolvimento e Ação Social
001 – Gabinete do Secretario.
2014 – Manut. e Enc. com Sec. Munic. de Desenv. e Ação Social
3.3.90.36.00.00 – Outros serviços de terceiros – pessoa física
DATA: 24 de Junho de 2014.
ASSINAM: LEUZIPE DOMINGUES GONÇALVES – Prefeito Municipal e ALAOR PONTES DE SOUZA - Contratado

LEUZIPE DOMINGUES GONÇALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edgar Frederico da Silva
Código Identificador:35120FC1

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 104, DE 20 DE JUNHO DE 2014.

DESIGNA DENISIANE MARIA OLENKA DOS SANTOS, PARA ASSUMIR INTERINAMENTE O CARGO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, LOTADA NA SECRETARIA DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Alto Garças**,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando as férias regulamentares do titular Sr. **PARAGUASSU GREGÓRIO JÚNIOR,** do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde;

Resolve:

Artigo 1º - Fica designado para responder interinamente a servidora, **DENISIANE MARIA OLENKA DOS SANTOS,** portadora da Carteira de Identidade com Registro Geral n°. 8.461.191-3 SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n°.043.220.879-81, para assumir o cargo de Secretária Municipal de Saúde, Lotada na Secretaria de Saúde **a partir de 01 de julho à 20 de julho de 2014.**

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, proceder às anotações e providências cabíveis de que trata o *caput* deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças - MT, em 20 de Junho de 2014.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal de Alto Garças – MT.

Publicado por:
Eliane Ribeiro da Silva Pereira
Código Identificador:BAD91253

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 105, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

EXONERA A PEDIDO TATIANA INACIA VIEIRA, DO CARGO EM COMISSÃO DE GERÊNCIA DE ALMOXARIFADO E FARMÁCIA, LOTADA NA SECRETARIA DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Alto Garças**,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas,

Resolve:

Artigo 1º - EXONERA A PEDIDO, a partir de 30/06/2014, **TATIANA INACIA VIEIRA,** portadora da Carteira de Identidade com Registro Geral n°. 11527854 SSP/MG e inscrita no CPF/MF sob o n°. 043.907.516-54, do cargo em comissão de Gerência de Almoxarifado e Farmácia, Lotada na Secretaria de Saúde, e dá outras providências.

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, proceder às anotações e providências cabíveis de que trata o *caput* deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças - MT, em 24 de Junho de 2014.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal de Alto Garças – MT.

Publicado por:
Eliane Ribeiro da Silva Pereira
Código Identificador:D64CB5F6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 106, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

NOMEIA SUELEN MARTINS, PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR TÉCNICO III, LOTADO NO GABINETE DO PREFEITO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Alto Garças**,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso X da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 2º, §3° da Lei Municipal nº 873, de 24 de Outubro de 2011, e com o art. 30 anexo II, da Lei Municipal nº 874, de 08 de Novembro de 2011.

Resolve:

Art. 1º - Nomear, **SUELEN MARTINS,** portadora da Carteira de Identidade com Registro Geral nº. 2021131-7 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 848.385.232-20, para o cargo em comissão de **ASSESSOR TÉCNICO III**, lotado no Gabinete do Prefeito, e dá outras providências.

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, proceder às anotações e providências cabíveis de que trata o *caput* deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças MT, em 24 de Junho de 2014.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal de Alto Garças - MT

Publicado por:
Eliane Ribeiro da Silva Pereira
Código Identificador:9BB9684D

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DE JULGAMENTO

PROCESSO Nº053/2014 - PREGÃO PRESENCIAL R.P Nº 037/2014
O MUNICIPIO DE ALTO GARÇAS, Estado Mato Grosso, por intermédio de sua Pregoeira, Edi Batista Ribeiro de Miranda, e Equipe de Apoio, designado pela Portaria nº 075/2014 de 03 de Abril de 2014, torna público aos interessados o resultado final do processo supracitado, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS ORIGINAIS, NOVAS, PRIMEIRO USO, PARA VEICULOS MULTIMARCAS, NECESSÁRIAS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS QUE COMPÕE A FROTA MUNICIPAL, conforme as especificações contidas no Edital e Anexos.Temos a informar o seguinte: Após analisar as propostas apresentadas concluímos que sagra se vencedora as empresas conforme segue relação abaixo:
PEMAG COMÉRCIO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Desconto
7	PEÇAS GENUÍNAS MERCEDES BENS	UN	1,00	35
8	PEÇAS ORIGINAIS MERCENDES BENS	UN	1,00	45
15	PEÇAS GENUÍNAS VOLKSWAGEM	UN	1,00	36
16	PEÇAS ORIGINAIS VOLKSWAGEM	UN	1,00	45
N. A. DA SILVA & CIA LTDA - EPP				
Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Desconto
1	PEÇAS GENUÍNAS FIAT	UN	1,00	33,5
2	PEÇAS ORIGINAIS FIAT	UN	1,00	45,5
3	PEÇAS GENUÍNAS CHEVROLET	UN	1,00	35
4	PEÇAS ORIGINAIS CHEVROLET	UN	1,00	45,5
5	PEÇAS GENUÍNAS FORD	UN	1,00	34,5
6	PEÇAS ORIGINAIS FORD	UN	1,00	45,5
9	PEÇAS GENUÍNAS PARA MOTOCICLETAS HONDA	UN	1,00	6
10	PEÇAS ORIGINAIS PARA MOTOCICLETAS HONDA	UN	1,00	12
11	PEÇAS GENUÍNAS VOLARE	UN	1,00	33,5
12	PEÇAS ORIGINAIS VOLARE	UN	1,00	42
13	PEÇAS GENUÍNAS PARA CAMINHÃO INTERNACIONAL	UN	1,00	34
14	PEÇAS ORIGINAIS PARA CAMINHÃO INTERNACIONAL	UN	1,00	43

Alto Garças – MT, 28 de Maio de 2014.

EDI BATISTA RIBEIRO DE MIRANDA
Pregoeira

Publicado por:
Marciana Vila Alves
Código Identificador:BA1D83EE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

PROCESSO Nº051/2014 - PREGÃO PRESENCIAL R.P Nº 036/2014
O MUNICIPIO DE ALTO GARÇAS, Estado Mato Grosso, por intermédio de sua Pregoeira, Edi Batista Ribeiro de Miranda, e Equipe de Apoio, designado pela Portaria nº 075/2014 de 03 de Abril de 2014, torna público aos interessados que o certame acima referenciado defragou-se fracassado. Em razão de uma única empresa participante e vencedora não ter apresentado a documentação jurídico fiscal exigida para habilitação.

Alto Garças, 02 de junho de 2014.

EDI BATISTA RIBEIRO DE MIRANDA
Pregoeira.

Publicado por:
Marciana Vila Alves
Código Identificador:50F238C6

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI 382-2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR TERMO COM A TV CENTRO AMÉRICA PARA TRANSMISSÃO DO SINAL DA REDE GLOBO NA CIDADE DE ALTO PARAGUAI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, **ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA**, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo a ceder em comodato o fornecimento de energia elétrica, mínimo necessário ao funcionamento do aparelho transmissor do sinal da TV Centro América, em Alto Paraguai – MT.

Art.2º. Retifica-se os atos já praticados em cumprimento aos objetivos da presente Lei.

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Alto Paraguai, 02 de junho de 2014.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Riusdelar Lopes Pereira
Código Identificador:D93038B8

PREFEITURA MUNICIPAL
SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2013 - PREGÃO Nº 008/2013

Pelo presente Instrumento Particular (termo aditivo), de um lado a **Prefeitura Municipal de Alto Paraguai**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 03.648.532/0001-28, com sede na Rua Tiradentes, 40, centro, nesta cidade de Alto Paraguai/MT, neste ato legalmente representado pelo Prefeito Municipal, **ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA**, brasileiro, casado, Advogado, portador da Carteira de Identidade RG nº 09287868 SSP/MT, e do CIC/CPF nº 604.418.441-20, neste instrumento doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e de outro, Empresa **COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS CP LTDA,** localizado na Av. Almirante Barroso, Bairro Bela Vista, Alto Paraguai-MT, inscrito no CNPJ sob o nº 86.806.395/0001-30, neste instrumento doravante denominado simplesmente de **CONTRATADA,** presente instrumento de acordo com as cláusulas e condições que seguem, resolvem prorrogar a ata de registro de preço e seus respectivos quantitativos em epigrafe, conforme as condições abaixo estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FINALIDADE

O presente termo aditivo tem por finalidade formalizar e disciplinar o relacionamento contratual, com vistas a aquisição definidos e especificados na clausula primeira da Ata de Registro de Preço nº 001/2013 - DO OBJETO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Fica aditada a **Cláusula Segunda**, fica prorrogado por prazo constante do contrato originário, por período de mais 02 (dois) meses, totalizando 02 (dois) meses, encerrando-se em 01 de Agosto de 2014.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LEGALIDADE

Este ato em amparo legal no Art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DOS MOTIVOS PARA ADITAMENTO

A Prefeitura Municipal, necessidade de atender a administração, nos desempenhos diários das funções.

CLÁUSULA QUINTA – DEMAIS CLÁUSULAS

Todas as demais cláusulas e subclausulas da Ata de Registro de Preço em referência, não alteradas por este instrumento, permanecem inalteradas e é pelo presente termo aditivo ratificado.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Diamantino/MT, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste instrumento, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E assim, por estarem de acordo com todas as cláusulas e condições as partes, através de seus representantes designados, firmam o presente termo aditivo, em 03 (três) vias, de igual teor e forma para que produza os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Alto Paraguai – MT, 01 de Junho de 2014.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA
Contratante

COMERCIO DE COMBUSTÍVEL CP LTDA
Contratado

Publicado por:
Cleonice Gonçalves dos Santos
Código Identificador:D8FF21B4

PREFEITURA MUNICIPAL
SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2013 - PREGÃO Nº 008/2013

Pelo presente Instrumento Particular (termo aditivo), de um lado a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 03.648.532/0001-28, com sede na Rua Tiradentes, 40, centro, nesta cidade de Alto Paraguai/MT, neste ato legalmente representado pelo Prefeito Municipal, **ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA**, brasileiro, casado, Advogado, portador da Carteira de Identidade RG nº 09287868 SSP/MT, e do CIC/CPF nº 604.418.441-20, neste instrumento doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e de outro, Empresa **DEMENEGHI E CARVALHO LTDA,** localizado na Av. Almirante Barroso, Bairro Bela Vista, Alto Paraguai-MT, inscrito no CNPJ sob o nº 03.066.328/0001/07, neste instrumento doravante denominado simplesmente de **CONTRATADA,** presente instrumento de acordo com as cláusulas e condições que seguem, resolvem prorrogar a ata de registro de preço e seus respectivos quantitativos em epigrafe, conforme as condições abaixo estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FINALIDADE

O presente termo aditivo tem por finalidade formalizar e disciplinar o relacionamento contratual, com vistas a aquisição definidos e especificados na clausula primeira da Ata de Registro de Preço nº 002/2013 - DO OBJETO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO
Fica aditada a **Cláusula Segunda**, fica prorrogado por prazo constante do contrato originário, por período de mais 02 (Dois) meses, encerrando-se em 01 de Agosto de 2014.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LEGALIDADE
Este ato em amparo legal no Art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DOS MOTIVOS PARA ADITAMENTO

A Prefeitura Municipal, necessidade de atender a administração, nos desempenhos diários das funções.

CLÁUSULA QUINTA – DEMAIS CLÁUSULAS
Todas as demais cláusulas e subclausulas da Ata de Registro de Preço em referência, não alteradas por este instrumento, permanecem inalteradas e é pelo presente termo aditivo ratificado.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO
Fica eleito o foro da Comarca de Diamantino/MT, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste instrumento, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E assim, por estarem de acordo com todas as cláusulas e condições as partes, através de seus representantes designados, firmam o presente termo aditivo, em 03 (três) vias, de igual teor e forma para que produza os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Alto Paraguai – MT, 01 de Junho de 2014.

ADAIR JOSE ALVES MOREIRA
Contratante

DEMENEGHI E CARVALHO LTDA
Contratado

Publicado por:
Cleonice Gonçalves dos Santos
Código Identificador:080C81DD

PREFEITURA MUNICIPAL
SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2013 - PREGÃO Nº 008/2013

Pelo presente Instrumento Particular (termo aditivo), de um lado a **Prefeitura Municipal de Alto Paraguai**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 03.648.532/0001-28, com sede na Rua Tiradentes, 40, centro, nesta cidade de Alto Paraguai/MT, neste ato legalmente representado pelo Prefeito Municipal, **ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA**, brasileiro, casado, Advogado, portador da Carteira de Identidade RG nº 09287868 SSP/MT, e do CIC/CPF nº 604.418.441-20, neste instrumento doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e de outro, Empresa **DEMENEGHI E CARVALHO LTDA,** localizado na Av. Almirante Barroso, Bairro Bela Vista, Alto Paraguai-MT, inscrito no CNPJ sob o nº 03.066.328/0001/07, neste instrumento doravante denominado simplesmente de **CONTRATADA,** presente instrumento de acordo com as cláusulas e condições que seguem, resolvem prorrogar a ata de registro de preço e seus respectivos quantitativos em epigrafe, conforme as condições abaixo estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FINALIDADE

O presente termo aditivo tem por finalidade formalizar e disciplinar o relacionamento contratual, com vistas a aquisição definidos e especificados na clausula primeira da Ata de Registro de Preço nº 018/2013 - DO OBJETO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO
Fica aditada a **Cláusula Segunda**, fica prorrogado por prazo constante do contrato originário, por período de mais 02 (Dois) meses, encerrando-se em 01 de Agosto de 2014.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LEGALIDADE
Este ato em amparo legal no Art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DOS MOTIVOS PARA ADITAMENTO
A Prefeitura Municipal, necessidade de atender a administração, nos desempenhos diários das funções.

CLÁUSULA QUINTA – DEMAIS CLÁUSULAS

Todas as demais cláusulas e subclausulas da Ata de Registro de Preço em referência, não alteradas por este instrumento, permanecem inalteradas e é pelo presente termo aditivo ratificado.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO
Fica eleito o foro da Comarca de Diamantino/MT, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste instrumento, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E assim, por estarem de acordo com todas as cláusulas e condições as partes, através de seus representantes designados, firmam o presente termo aditivo, em 03 (três) vias, de igual teor e forma para que produza os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Alto Paraguai – MT, 01 de Junho de 2014.

ADAIR JOSE ALVES MOREIRA
Contratante

DEMENEGHI E CARVALHO LTDA
Contratado

Publicado por:
Cleonice Gonçalves dos Santos
Código Identificador:1E02DEAC

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 077, DE 25 DE JUNHO DE 2014.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação para implantar Distrito Industrial na cidade de Alto Taquari/MT, o imóvel que identifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do disposto no artigo 5º, alínea "*i*", e art. 6º do Decreto-Lei nº. 3.365, de 21 de junho de 1941, considerando a necessidade de implantar Distrito Industrial na cidade de Alto Taquari/MT,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica declarado de UTILIDADE PÚBLICA para fins de desapropriação amigável ou judicial, o imóvel urbano situado na zona urbana do Município de Alto Taquari/MT, conforme Lei Municipal nº 294/2002, de propriedade da COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA DO VALE DO ARAGUAIA LTDA, CNPJ 01.167.501/0001-20, constante de uma gleba de terras com área de 05,15,00has (cinco hectares e quinze ares), sem benfeitorias, compreendida dentro dos limites e confrontações constantes da Matrícula Imobiliária nº 4.713 do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Alto Araguaia – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º. Para conhecimento dos interessados e demais efeitos legais acha-se arquivada na Prefeitura Municipal a planta do imóvel de que trata o artigo anterior.

Art. 3º. A presente desapropriação é declarada de urgência para os efeitos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 4º. O imóvel objeto do presente Decreto destina-se à implantação do DISTRITO INDUSTRIAL NA CIDADE DE ALTO TAQUARI/MT mediante parcelamento do solo urbano e inserção de infraestrutura urbana necessária a tanto.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Alto Taquari/MT, Gabinete do Prefeito, aos 25 de junho de 2014.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edgar Inácio da Silva
Código Identificador:81F584B5

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 026/2014

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, através de sua Pregoeira e equipe de apoio no uso de suas atribuições legais, regido pela portaria n° 064/2014 de 11/02/2014, torna público aos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL N° 026/2014, cujo certame se deu às 13h00min, do dia 18/06/2014; sagrou-se vencedor o proponente: a empresa **ADARI BARBOSA DE QUEIROZ - ME,** apresentou proposta no valor total de **R$ 31.300,00 (trinta e um mil e trezentos reais).** A licitação foi realizada com Pregão Presencial, pelo critério do tipo menor preço global, sendo a presente contratação homologada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, em 25 de junho de 2014. Maiores informações fone (66)3496-1575/1471

Alto Taquari – MT, 25 de junho de 2014.

FERNANDA MARA DE FREITAS
Pregoeira.

Publicado por:
Jusineia Menezes de Carvalho
Código Identificador:26677806

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 027/2014

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, através de sua Pregoeira e equipe de apoio no uso de suas atribuições legais, regido pela portaria n° 064/2014 de 11/02/2014, torna público aos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL N° 027/2014, cujo certame se deu às 08h00min, do dia 24/06/2014; sagrou-se vencedor o proponente: a empresa **ADARI BARBOSA DE QUEIROZ - ME,** apresentou proposta no valor total de **R$ 8.019,84 (oito mil dezenove reais e oitenta e quatro centavos).** A licitação foi realizada com Pregão Presencial, pelo critério do tipo menor preço global, sendo a presente contratação homologada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, em 25 de junho de 2014. Maiores informações fone (66)3496-1575/1471

Alto Taquari – MT, 25 de junho de 2014.

FERNANDA MARA DE FREITAS
Pregoeira.

Publicado por:
Jusineia Menezes de Carvalho
Código Identificador:10FDA708

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

13º Edital de Convocação do Processo Simplificado
Nº 004/2013/PMAT

Alto Taquari, 25 de Junho de 2014.

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 37 da Constituição Federal, as Legislações Estadual e Municipal em vigor e em conformidade com o Edital de Processo Seletivo Simplificado n° 004/2013/PMAT, CONVOCA os candidatos, abaixo relacionados, aprovados no referido Processo Seletivo realizado pelo Município de Alto Taquari, a comparecerem na Prefeitura Municipal, no Departamento de Recursos Humanos, sito à Av. Macário Subtil de Oliveira nº 848 – Centro, Alto Taquari - MT, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, cuja relação poderá ser retirada no próprio Departamento de Recursos Humanos.

CARGO: AGENTE DE SERVIÇO PÚBLICO
30º - Maria Eduarda Silva de Oliveira
31º - Carlos Carrijo dos Santos
32º - Marlene da Silva Simone
33º - Elizete Lima Silva
34º - Sérgio Luiz Machado de Moraes
35º - Izabel do Carmo Fernandes
36º - Alexandro Borba Wilchen

MAURÍCIO JOEL DE SÁ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suele Ferreira de Rezende
Código Identificador:DB1EC688

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N.º 0879/2014

SÚMULA: Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial no orçamento do Município no exercício de 2014, pelo excesso de arrecadação para atender realização de eventos no aniversário da cidade, e dá outras providências.

O Senhor **Adalto José Zago**, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado incluir no Plano Plurianual, aprovado pela Lei Municipal nº 849/2013, na Lei de Diretrizes Orçamentária para 2014-LDO, aprovada pela Lei Municipal nº 850/2013 e no orçamento programa para 2014-LOA, aprovada pela Lei Municipal nº 851/2013 a seguinte funcional programática: **05.002.13.392.0051.2.084.3.390.39.00**
05 – Secretaria Municipal de Esportes e Cultura
002 – Administração Geral da Cultura
13 – Cultura
392 – Difusão Cultural
0051 – Festividades Cívicas, Artísticas e Culturais
2.084 – Manutenção da Central de Regulação Hospital Municipal
3.390.39-00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Art. 2º - A inclusão do Crédito Adicional Especial descrito no artigo primeiro desta Lei encontra respaldo legal no Art. 43, Parágrafo 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64, e será no valor total de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).
Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Apiacás MT, 18 de junho de 2014.

ADALTO JOSÉ ZAGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thayany Aparecida Pereira Barbosa
Código Identificador:11E051D8

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 0509/2014

SÚMULA: DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO Nº 029/2014 REFERENTE À OBRA DA CONSTRUÇÃO DA COBERTURA DA QUADRA ESPORTIVA DA ESCOLA MUNICIPAL CENTRO DE PROMOÇÃO EDUCACIONAL

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Art. 1º - Fica designado como fiscal do contrato em tela, para controle, fiscalização e recebimento da obra, o engenheiro fiscal da prefeitura Sr. **RENATO MICHAEL ZANELLA**, Engenheiro Civil, Reg. Nac. CREA **120933034-2**

Art. 2°- Este Decreto entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás-MT., 18 de junho de 2014.

ADALTO JOSÉ ZAGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thayany Aparecida Pereira Barbosa
Código Identificador:26EDC147

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 0513/2014

SÚMULA: DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO Nº 035/2014 REFERENTE À EXECUÇÃO DE OBRA PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DO PRÉDIO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE APIACÁS CONFORME PROJETO, PLANILHA E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, NUM TOTAL DE 566,31 M² DE ÁREA CONSTRUIDA. CONVENIO 076/2014 SECID.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Art. 1º - Fica designado como fiscal do contrato em tela, para controle, fiscalização e recebimento da obra, o engenheiro fiscal da prefeitura Sr. **RENATO MICHAEL ZANELLA**, Engenheiro Civil, Reg. Nac. CREA **120933034-2**

Art. 2°- Este Decreto entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás-MT., 24 de junho de 2014.

ADALTO JOSÉ ZAGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thayany Aparecida Pereira Barbosa
Código Identificador:45AB86DE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 0510/2014

SÚMULA: DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO Nº 030/2014 REFERENTE À OBRA DE CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA COM VESTIÁRIOS COM 980,40 M², NA ESCOLA MUNICIPAL GUILHERME DE ALMEIDA, ESTRADA UNIVERSAL, COMUNIDADE COLINA AZUL, GLEBA ARUMA, ZONA RURAL DO MUNICIPIO DE APIACÁS

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Art. 1º - Fica designado como fiscal do contrato em tela, para controle, fiscalização e recebimento da obra, o engenheiro fiscal da prefeitura Sr. **RENATO MICHAEL ZANELLA**, Engenheiro Civil, Reg. Nac. CREA **120933034-2**

Art. 2°- Este Decreto entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás-MT., 18 de junho de 2014.

ADALTO JOSÉ ZAGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thayany Aparecida Pereira Barbosa
Código Identificador:1BB841C5

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº. 0880/2014

SUMULA: DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O SINDICATO RURAL DO MUNICÍPIO DE APIACÁS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele, sanciona a seguinte Lei.:

Artigo 1.º - Fica declarado de Utilidade Pública o Sindicato Rural do Município de Apiacás.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Apiacás MT, em 18 de junho de 2014.

ADALTO JOSÉ ZAGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thayany Aparecida Pereira Barbosa
Código Identificador:DB756BA7

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 504/2014.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica Nomeado o Sr. **REIS PEREIRA**, no cargo de **DIRETOR DEPARTAMENTO DE ESPORTE**, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Apiacás - MT., 11 de junho 2014.

ADALTO JOSÉ ZAGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thayany Aparecida Pereira Barbosa
Código Identificador:B5439474

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 511/2014.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica Exonerado o Sr. **NILSON CORREIA DE ALMEIDA**, do cargo de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO MILITAR**, lotado no Gabinete do Prefeito Órgão de Assessoramento.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Apiacás - MT., 18 de junho 2014.

ADALTO JOSÉ ZAGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thayany Aparecida Pereira Barbosa
Código Identificador:16DB0CAC

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 512/2014.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica Nomeado o Sr. **NILSON CORREIA DE ALMEIDA**, no cargo de **SECRETÁRIO EXECUTIVO**, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Apiacás - MT., 18 de junho 2014.

ADALTO JOSÉ ZAGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thayany Aparecida Pereira Barbosa
Código Identificador:EF1AC972

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 514/ 2014

SÚMULA: "DECLARA ESTÁVEL O SERVIDOR QUE MENCIONA".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Art. 1° - - Declara estável o servidor infra em razão do decurso do prazo de 03 (três) anos a partir de sua posse e haver sido aprovado no estágio probatório:

MATRICULA	NOME	CARGO	VENC. ESTÁGIO
1262	KATIA REGINA DA SILVA	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO	31/05/2014

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Apiacás MT, 24 de junho de 2014.

ADALTO JOSÉ ZAGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thayany Aparecida Pereira Barbosa
Código Identificador:30B119F6

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 004/2014 – RESULTADO FINAL

A Comissão de Organizadora do Processo Seletivo Simplificado 003/2014, no uso das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 0490/2014 de 29 de maio de 2014.

Considerando, que não houve interposição de Recursos contra às questões; o gabarito preliminar e o resultado das Provas Objetivas de múltipla escolha e prova prática do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2014 nos cargos de Apoio Administrativo Educacional, Vigia, Fiscal de Tributos, Serviços Gerais, Trabalhador Braçal, Pedreiro, Motorista, Técnico em Enfermagem, Auxiliar de Consultório Dental, Auxiliar de Laboratório, Agente Administrativo, Auxiliar de Serviços Gerais, Médico Clínico Geral, Enfermeiro e Odontólogo.

Resolve publicar o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2014.

CARGO: MÉDICO CLÍNICO GERAL

Nº INSC.	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
221	JOÃO AFONSO ROSA JÚNIOR	Ausente	-

CARGO: ODONTÓLOGO

Nº INSC.	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
271	EDUARDO FELIPE MELGAR GONZALES	4,75	Desclassificado

CARGO: ENFERMEIRO

Nº INSC.	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
090	FLÁVIA RODRIGUES MARTINEZ	6,0	1º Aprovado

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO

Nº INSC.	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
222	ANACLÉIA DOS SANTOS PEREIRA	9,0	1º Aprovado
015	MARCIEL VIEIRA SILVA	8,5	2º Aprovado
027	KATIANA DA SILVA	8,25	3º Aprovado
138	JOÃO VITOR DO NASCIMENTO	7,5	4º Aprovado
162	SANDRA VANELI DA SILVA	7,0	5º Aprovado
141	ALBERTO MESQUITA DE SOUSA	7,0	6º Aprovado
140	JORGEANE CORREIA DE SOUSA	6,75	7º Aprovado
059	SOLANGE BIALESKI	6,75	8º Aprovado
017	ALANA MAIARA DOS SANTOS DE OLIVEIRA	6,5	9º Aprovado
210	DEUCIMAR SALES POLVORA	6,5	10º Aprovado
176	ELIETE DOS SANTOS DE ARAUJO	6,5	Classificado
008	RITA GOMES DOS SANTOS	6,5	Classificado
268	EDELSON DOS SANTOS ARAUJO	6,5	Classificado
005	ANABELA PEREIRA ALVES DIEFENTHAELER	6,25	Classificado
011	SELMA MARIA MAXIMIANO	6,0	Classificado
263	JOSEANE CASTRO MACIEL	6,0	Classificado
208	DANIELA MARA GOMES COSTA	6,0	Classificado
219	VANESSA CAROLINE DE FREITAS PERLIN	6,0	Classificado
226	JOHNNY KELVIN TORRES DE MACENA	6,0	Classificado
242	FERNANDA SILVA PEREIRA	6,0	Classificado
061	PATRICIA CRISTINA GOMES PIZOLLI	6,0	Classificado
188	RUANE FERNANDES LIMA	5,75	Classificado
052	ÉRICA ALINE DOS SANTOS	5,75	Classificado
131	PATRICIA MARQUES SOBRINHO	5,75	Classificado
050	DICÍULA PALUDO DE LIMA	5,75	Classificado
065	ELIELMA MATIAS CASTRO	5,5	Classificado
053	JHEFERSON TORRES DE MACENA	5,5	Classificado
116	ALINE DOS SANTOS	5,5	Classificado
206	SHERLES ALVES DA SILVA	5,5	Classificado
228	CARLOS DA SILVA DE SOUZA	5,5	Classificado
016	ANA PAULA PONTES FERNANDES	5,25	Classificado
020	DELIANE RIBEIRO DA SILVA	5,25	Classificado
018	APARECIDA BETANIA BUENO DE OLIVEIRA	5,25	Classificado
151	THAIS BATISTA GOMES	5,25	Classificado
121	ADRIANA DA CONCEIÇÃO SOUSA	5,25	Classificado
062	MAITANA DE SOUZA ANDRETTA	5,25	Classificado
246	FABIANE BATISTA DE SOUZA	5,25	Classificado
175	IVANUBIA DE OLIVEIRA DE SOUZA	5,0	Classificado
111	FRANCISCA MOURA DA SILVA	5,0	Classificado
080	DEISE ZAPELINI CAVANHA	5,0	Classificado
104	MARIA LOURDES PICOLI	5,0	Classificado
194	ANA PAULA RODRIGUES	5,0	Classificado
021	ADRIANA APARECIDA RIBEIRO	5,0	Classificado
168	PATRICIA RESSAI BASKOSKI	5,0	Classificado
178	ALINE GONÇALVES DA SILVA	4,75	Desclassificado
128	ANDREIA DA CONCEIÇÃO SOUSA	4,75	Desclassificado
262	CAREN CRISTINE HANYSZ NEPOMUCENO	4,75	Desclassificado
164	CLEUDIRCE MOREIRA	4,75	Desclassificado
040	ELIUDE DOS SANTOS DE SOUSA	4,75	Desclassificado
252	IVANEIDE PEREIRA DE SOUZA	4,75	Desclassificado
092	JONATHAN ANDRETTA WOTRICH	4,75	Desclassificado
058	REGINA KLEIN	4,75	Desclassificado
009	TEREZINHA DOMINGOS	4,75	Desclassificado
036	THAYNARA CRISLEY PIGOSSO DOS SANTOS	4,75	Desclassificado
184	VALERIA FREITAS PERLIN	4,75	Desclassificado
136	ABIGAIL BEZERRA DOS SANTOS	4,5	Desclassificado
229	DIRLENE DA SILVA	4,5	Desclassificado
133	MICHELE SILVA DE MACEDO	4,5	Desclassificado
003	PATRICIA ISTOSKI DE SOUZA	4,5	Desclassificado
163	TALITA FERNANDES MARCOSSI	4,5	Desclassificado
039	VANESSA CAROLINE SOUSA	4,5	Desclassificado
237	WERLENE PIMENTEL	4,5	Desclassificado
063	CLAUDIA DA SILVA DA CONCEIÇÃO	4,25	Desclassificado
023	DANYELLA ARAUJO DE OLIVEIRA	4,25	Desclassificado
177	ELIANE DOS SANTOS ARAUJO	4,25	Desclassificado
113	FABIANA ROSA DE SOUZA DE OLIVEIRA	4,25	Desclassificado
193	IZABELA LAIZA PEREIRA	4,25	Desclassificado
081	JÉSSICA CANDIDO MATOS	4,25	Desclassificado
171	MARCELA DE OLIVEIRA DUSANOSKI	4,25	Desclassificado
148	MARIZA CRISTINA KLEIN KRUEGER	4,25	Desclassificado
012	CAMILA MATOS ZAGLI	4,0	Desclassificado
187	DAIANE MASALKAS MARCELINO	4,0	Desclassificado
042	ELEN DOS SANTOS DE AMORIM	4,0	Desclassificado
038	EVELLIN POIATTI DE PAULA	4,0	Desclassificado
172	MAURO JOSÉ DOS SANTOS	4,0	Desclassificado
132	ROSANA ARAUJO DA LUZ	4,0	Desclassificado
007	SOLANGE SOUZA KLEIN	4,0	Desclassificado
134	ERIKA REGINA MAGALHAES PINHEIRO	3,75	Desclassificado
070	FLORISMAR ALVES DA CONCEIÇÃO SANTO	3,75	Desclassificado
149	JAQUELINE GONÇALVES	3,75	Desclassificado
165	LOURDES MARIA PEREIRA MARTINS	3,75	Desclassificado
223	LUCAS DA SILVA MODESTO	3,75	Desclassificado
095	LUCIANA MORAIS DE OLIVEIRA	3,75	Desclassificado
212	MARIA DE NASARE DA SILVA PEREIRA	3,75	Desclassificado
189	NEIDE GOMES FERREIRA	3,75	Desclassificado
056	SILVANIA PIMENTA MENEZES MEYER	3,75	Desclassificado
204	ALANA JULIE SOUSA DA COSTA	3,5	Desclassificado
097	RAFAELA DE LIMA DA ROCHA	3,5	Desclassificado
217	CHARLENE MACHADO	3,25	Desclassificado
153	ELISSON DE LIMA DUARTE	3,25	Desclassificado
230	JOSEMEIRE SANTOS VARGAS	3,25	Desclassificado
224	MAICON CASTRO PEREIRA	3,25	Desclassificado
211	VALERIA PEREIRA DA SILVA	3,25	Desclassificado
120	ANA PEREIRA BARBOZA	3,0	Desclassificado
196	CRISTIANE PALHANO SILVA	3,0	Desclassificado
260	MONICA FERREIRA DOS SANTOS	3,0	Desclassificado
139	SAIONARA DOS SANTOS	3,0	Desclassificado
179	BRUNO SPERANDIO DOS SANTOS	2,75	Desclassificado
108	JAQUELINE PEDRO PASSARELLO	2,75	Desclassificado
157	ZENAIDE PEREIRA DO CARMO	2,75	Desclassificado
078	GLEICIANE TEIXEIRA MACHADO	2,5	Desclassificado
169	MARIA NILMA ANTUNES	2,5	Desclassificado
118	VANESSA PEREIRA DA SILVA	2,5	Desclassificado
150	JÉSSICA CAROLINE LIARTE BUENO	2,25	Desclassificado
209	WILLIAN ARAUJO DE SOUSA	2,25	Desclassificado
258	ADRIANA BARBOZA DE ARAUJO	Ausente	-
125	ANDREIA GUEDES GODOY	Ausente	-
144	ANILMAN RODRIGUES SANTANA	Ausente	-
254	ANTONIA DE JESUS	Ausente	-
074	BRUNA MARQUES DA COSTA	Ausente	-

123	CHEILA ADRIANE BAUMGART NETO	Ausente	-
267	CRISTIANE PEDRO PASSARELLO	Ausente	-
152	DAIANE ALVES DA SILVA	Ausente	-
243	EDILEUSA DOS SANTOS FRANÇA	Ausente	-
146	ELIZABETE CRISTINA DE OLIVEIRA LEÃO CAVALCANTE	Ausente	-
197	ERICA TABOZA DA COSTA	Ausente	-
072	FRANCINALVA TEIXEIRA MENDES	Ausente	-
264	GABRIELA SANTOS DE SOUSA	Ausente	-
137	GISLAINE SIQUEIRA GOMES	Ausente	-
055	IVONETE MARIA GONÇALVES	Ausente	-
094	JAQUELINE COLODEL	Ausente	-
115	JOELI PEREIRA DOS SANTOS	Ausente	-
247	JOHN HILBERTE DA SILVA COSTA	Ausente	-
161	LEILIANE PAGNO	Ausente	-
156	LILIAN CRISTIANE CONTRERA CARDOSO	Ausente	-
244	LUCAS PEREIRA MESQUITA	Ausente	-
234	MAIARA MAGDA DE SOUSA ANDRETTA	Ausente	-
266	MICHELLE FAGUNDES DA SILVA	Ausente	-
143	NADIA RAIZA PEREIRA DA SILVA	Ausente	-
096	NUBIA SILVA RODRIGUES	Ausente	-
185	RAFAEL GONÇALVES DE SOUSA	Ausente	-
249	SANDRA ROSA PEREIRA	Ausente	-
073	VERBENY ARAUJO BONIFÁCIO	Ausente	-

CARGO: FISCAL DE TRIBUTOS

Nº INSC.	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
269	NÁGILA BRANDÃO DE CASTRO	7,25	1º Aprovado
250	WAGNER FAGUNDES FREITAS	6,25	2º Aprovado
046	VALDIR DAL MOLIN	5,5	3º Aprovado
060	LUCIANO DIAS DA CONCEIÇÃO	5,0	Classificado
202	RODRIGO COSTA E SILVA	5,0	Classificado
093	ANAELISE PELLAT	4,75	Desclassificado
214	FRANCIANE LIMA DA SILVA	4,75	Desclassificado
103	CLAUDIA FRANCIELE MACHADO	4,5	Desclassificado
044	LEILTON DA SILVA DOS SANTOS	4,5	Desclassificado
207	ANGELA RAQUEL DA SILVA LOPES	Ausente	-
259	JOSIMAR RIBAS	Ausente	-
033	RAYSA DA SILVA AGUIAR GODOY	Ausente	-

CARGO: AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTAL

Nº INSC.	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
069	ANDRESSA CARINE TERRES	3,0	Desclassificado
006	ELISSANDRA DA SILVA TEIXEIRA	3,5	Desclassificado
112	RILBE RAMALHA DOS SANTOS PACHECO	3,75	Desclassificado
158	FRANCIELE LUCILENE DE OLIVEIRA	Ausente	-

CARGO: AUXILIAR DE LABORATÓRIO

Nº INSC.	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
195	DIEGO GONÇALVES ALVES	2,25	Desclassificado

CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Nº INSC.	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
203	KATIA ALVES LUCENA	2,5	Desclassificado
057	CARLA GOMES DA SILVA	2,25	Desclassificado
075	ALESSANDRA ALVES E SILVA	Ausente	-

CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (SERVIÇOS GERAIS)

Nº INSC.	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
240	PAMELA DE OLIVEIRA VIEIRA	9,75	1º Aprovado
114	PATRICIA DE OLIVEIRA KLABUNDE	9,25	2º Aprovado
154	AGNA DE SOUZA GONÇALVES	9,0	Classificado
064	APARECIDA ARAUJO DA SILVA	8,75	Classificado
031	DARKIELI FONTOURA	8,5	Classificado
037	TANIA MARA PAULA	8,5	Classificado
013	SUZANA KIONONE DE SOUZA KARPINSKI	8,0	Classificado
048	PATRICIA CAIRES DE LIMA	7,75	Classificado
109	ELIANA PEREIRA FREITAS	6,75	Classificado
085	ROSANGELA KARPINSKI	5,0	Classificado
026	AURISSANDRA DE SOUSA DA SILVA	Ausente	-
025	DANIELA CORREIA DE BRITO	Ausente	-
167	ELIANE OLIVEIRA DA SILVA	Ausente	-
174	FRANCISCA ONEIDE DE SOUSA PEREIRA	Ausente	-
231	SOLANGE APARECIDA HEBERLE LOURENÇO	Ausente	-
220	THAYLANE POIATTI DE PAULA	Ausente	-

CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA)

Nº INSC.	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
155	ELIANA MOCKEWITZ	8,5	1º Aprovado
077	NERIELE PEREIRA DA SILVA	8,25	Classificado
091	CREUZA APARECIDA PEREIRA DA SILVA	7,25	Classificado
122	RAIANE RODRIGUES DE OLIVEIRA	6,25	Classificado
261	ANGELITA RIBEIRO	Ausente	-
190	LUZIA MATIAS SOARES	Ausente	-
166	MARIA DIVINA DOS SANTOS NUNES ALMEIDA	Ausente	-
191	MARIA SALOMÉ GOMES DA SILVA	Ausente	-

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Nº INSC.	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
198	LUCIANA MARIA DA SILVA	9,75	1º Aprovado
232	MARIA BETANIA FURTADO COSTA	8,0	2º Aprovado
029	ALINE GERMANO	7,75	3º Aprovado
107	ANA PAULA BARBOZA DA SILVA	7,75	4º Aprovado
130	GLACIANE NAIARA SCHMITZ RIBEIRO	6,75	Classificado
160	FRANCINELDE REIS DOS SANTOS	6,5	Classificado
181	DIELEN DOS SANTOS BOTTEGA	6,25	Classificado
022	CINTIA CONCEIÇÃO BARROSO	5,5	Classificado
127	SONIA MARIA DA CONCEIÇÃO SOUSA	2,0	Desclassificado
135	JOSÉ RENEVALDO DOS SANTOS	1,5	Desclassificado
117	EDINEIA DE FATIMA DE SOUZA	Ausente	-
199	INGRID LUIZA DE MORAIS	Ausente	-
066	JOSIANE APARECIDA GONÇALVES DE OLIVEIRA	Ausente	-
159	MARILZA DE OLIVEIRA	Ausente	-

CARGO: SERVIÇOS GERAIS

Nº INSC.	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
170	ADRIANA DE OLIVEIRA DE SOUZA	8,5	1º Aprovado
182	JANETE APARECIDA DOS SANTOS MOREIRA	8,5	2º Aprovado
106	EVANIR DE OLIVEIRA DO NASCIMENTO	8,5	Classificado
200	WHELLINGTON JOSE DA SILVA	8,0	Classificado
087	ELISABETE MARIA DE ANDRADE DA MOTA	8,0	Classificado
256	MARIA CRISTINA RODRIGUES DA LUZ PASSOS	7,25	Classificado
076	ADRIANA DA CONCEIÇÃO SILVA	7,25	Classificado
238	GIOVANA RODRIGUES LIMA	7,0	Classificado
084	ROSELENE LOPES DA SILVA	6,0	Classificado
213	SIRLENE APARECIDA DA SILVA COELHO	5,75	Classificado
201	NILSE PILGER VIEIRA	5,25	Classificado
083	YRAIDA PEDRAZA TOLEDO OISSA	4,25	Desclassificado
002	CASSIMIRO MEDEIROS SANTOS	0,0	Desclassificado
047	CELIA MARIA DOS SANTOS	Ausente	Desclassificado
251	CRISTIANE APARECIDA MARTINS DA COSTA	Ausente	Desclassificado
035	DANIELLE FERREIRA OLIVEIRA CUNHA	Ausente	Desclassificado
235	EUZILENE CUNHA SOARES	Ausente	Desclassificado
054	EVA MUNIZ DE ALMEIDA	Ausente	Desclassificado
147	LEANDRO RAMALHO DE FRANÇA	Ausente	Desclassificado
227	LUELMA SOARES	Ausente	Desclassificado
142	NERCI RODRIGUES PEREIRA	Ausente	Desclassificado

CARGO: TRABALHADOR BRAÇAL

Nº INSC.	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
255	ROBSON DO VALE GODOI	6,75	1º Aprovado
257	ANDERSON APARECIDO RICEZI	5,25	2º Aprovado

CARGO: VIGIA

Nº INSC.	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
086	DIOGENES CARVALHO BOTTEGA	10,0	1º Aprovado
265	NERVISON BRANDÃO CASTRO	10,0	2º Aprovado
105	PABLO RODRIGO SILVA DA LUZ	9,75	3º Aprovado
186	HUGO GABRIEL DE OLIVEIRA DA SILVA	9,0	4º Aprovado
119	DIONILSON DO NASCIMENTO CARNEIRO	8,75	Classificado
215	ADALBERTO JORGE DE SOUSA JUNIOR	8,5	Classificado
124	WELLINGTON GABRIEL MEDIN	8,25	Classificado
032	UELK JUNIOR DE MARINS	8,25	Classificado
205	RAIMUNDO DA SILVA PEREIRA	8,0	Classificado
088	JOILTON DE SOUSA SILVA	7,75	Classificado
126	CHARLES AUGUSTO BUBANZ	7,75	Classificado
239	LUSIRENE NERES SOARES	7,5	Classificado
067	ALISSON ZANCHET GOMES	7,5	Classificado
248	MATEUS DA CONCEIÇÃO SILVA	7,5	Classificado
183	VAGNER DE SOUZA DA COSTA	7,5	Classificado
102	ALEXON RODRIGO DOS SANTOS	7,0	Classificado
014	JOSÉ JUBILAR KARPINSKI	7,5	Classificado
045	DELSO BOTTEGA	7,0	Classificado
101	BRUNO APARECIDO DOS SANTOS LOPES	6,25	Classificado
099	DEUZANIRA NUNES DA SILVA	6,0	Classificado
218	LUCILENE PEREIRA	5,75	Classificado
241	VANIA MATIAS CASTRO	5,75	Classificado
098	TAMARA DE OLIVEIRA NEVES	5,5	Classificado
024	ANTONIO MAXIMIANO	4,25	Desclassificado
216	JOSÉ DE ASSUNÇÃO SOUSA	4,0	Desclassificado
245	ANANIAS MONTEIRO SILVA	1,25	Desclassificado
253	ARLE TELES PAIVA	Ausente	-
089	CARLOS FELIPE JOSÉ	Ausente	-
233	GILVAN ROBERTO IDELFONÇO NASCIMENTO	Ausente	-
034	JHONATTAN CESAR BENETTI	Ausente	-
225	JOÃO PAULO MARQUES DO NASCIMENTO	Ausente	-
236	LUAN CUNHA DE LIMA	Ausente	-
041	LUIZ CARLOS DE JESUS JOSKA	Ausente	-
071	PEDRO BERNARDO DE OLIVEIRA JUNIOR	Ausente	-
049	ROSIVALDO SANTANA AMORIM	Ausente	-
145	UEVERSON DA SILVA DE OLIVEIRA	Ausente	-
028	WILLIAN LIMA DOS SANTOS	Ausente	-

CARGO: MOTORISTA

Nº INSC.	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
180	VILSON KRUEGER	8,25	1º Aprovado
068	WESLEI PAES RODRIGUES	8,25	2º Aprovado
079	JOSIMAR DA SILVA PIRES	8,0	3º Aprovado
192	MARCIO DO NASCIMENTO INACIO	7,75	Classificado
001	RAFAEL PEREIRA D' AVILA	7,75	Classificado
129	ADAILSON DE LIMA COSTA	7,5	Classificado
010	VLADEMIR ROCHA PEREIRA ROLIN	7,5	Classificado
270	ELSON TEIXEIRA	7,4	Classificado
110	GILMAR PAULINO DE SOUZA	7,4	Classificado
173	PEDRO DIAS CAMARGO	7,25	Classificado
100	WANDERSON ZARATE MORAIS	7,12	Classificado
030	UALISSON GOMES DA SILVA	7,0	Classificado
051	VALDIR ALVES BARBOSA	6,63	Classificado
019	WILLIAN GOMES DA SILVA	2,5	Desclassificado
004	ADAIR FIRMINO DA SILVA	Ausente	-
082	EDIVALDO DE JESUS GASPAR TEIXEIRA MENDES	Ausente	-
043	FERNANDO CESAR DOS SANTOS	Ausente	-

CARGO: PEDREIRO

Nº INSC.	NOME
-	Não Houve Inscritos

Apiacás MT, 26 de Junho de 2014.

Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado
SRª. JOSIANE GONÇALVES
Presidente

Publicado por:
Thayany Aparecida Pereira Barbosa
Código Identificador:A318BCE6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 001/2014

CONTRATANTE-PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS.
CONTRATADO- BEZERRA E FERNANDES LTDA -ME
OBJETO- APRESENTAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DA DUPLA MAURICIO & EDUARDO
VALOR GLOBAL R$ 77.000,00 (SETENTA E SETE MIL REAIS)
VIGENCIA- 30 DIAS

Publicado por:
Silvia Pierina Rozza Krizanowski
Código Identificador:E7520B5F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 020/2014

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE- PREGÃO PRESENCIAL 020/2014
A Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso torna público o resultado da sessão que se realizou Na data de 10/06/2014, licitação modalidade Pregão Presencial 020/2014
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA TRATAMENTO DE ÁGUA
EMPRESA VENCEDORA – INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA - ME
VALOR GLOBAL R$ 62.471,00 (sessenta e dois mil quatrocentos e setenta e um reais).

Publicado por:
Silvia Pierina Rozza Krizanowski
Código Identificador:F1FBC7AB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 0210/2014

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE- PREGÃO PRESENCIAL 021/2014
A Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso torna público o resultado da sessão que se realizou Na data de 11/06/2014, licitação modalidade Pregão Presencial 021/2014
OBJETO: AQUISIÇÃO DE AUDIOMETRO
EMPRESA VENCEDORA – VITASON'S CENTRO DE APOIO AUDITIVO LTDA
VALOR GLOBAL R$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais).

Publicado por:
Silvia Pierina Rozza Krizanowski
Código Identificador:D231458C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 011/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL N° 020/2014 – REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2014

O **Município de Apiacás**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob nº 01.321.850/0001-54, com sede administrativa sito à Av. Brasil nº 1059 - Centro, Apiacás, MT., neste ato representada pelo Sr. **Adalto José Zago -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR**,** residente à rua das Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás – MT., denominado simplesmente **CONTRATANTE,** RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) INDUSTRIA QUIMICA CMT LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.717.170/0001-45., com sede a Av. Julio Jose de Campos nº 6969, Bairro Cidade de Deus, Várzea Grande – MT. CEP -78.140-400, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato, por seu sócio Sr. Victor Rodrigues Alves Real, brasileiro, portador do CPF nº 034.089.381-80 e do RG nº 2037143-8 SSP/MT, nas quantidades estimadas na Seção

4 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº 020/2014 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº 0156/2008 e nº 0564/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual **aquisição de Produtos Químicos para tratamento da água distribuída pelo sistema de abastecimento de água do município, com entrega parcelada para atender as necessidades do município de Apiacás**, conforme especificações e condições constantes no edital do Pregão Presencial nº. 020/2014.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, através do Departamento de Compras, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação do objeto licitado registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: INDUSTRIA QUIMICA CMT LTDA – ME
CNPJ- 10.717.170/0001-45
ITENS:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UND.	Vlr. Unit	Vlr. TOTAL
1	Barrilha Leve saco 25 kg - PÓ	300	KG	7,67	2.301,00
2	Hipoclorito cálcio 65% BB 40 kg - PÓ	1000	KG	10,97	10,970,00
3	Sulfato Alumínio Isento Granulado saco 25 kg	12000	KG	4,10	49.200,00
					62.471,00
Valor total do fornecedor R$ 62.471,00 (sessenta e dois mil quatrocentos e setenta e um reais).					

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os itens licitados deverão ser entregues na sede do município de Apiacás-MT, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de forma fracionada, conforme forem solicitados pelo setor competente.

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade ;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.11. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.12. Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.13. O prazo máximo para entrega será de até 05 (cinco) dias após a solicitação.

5.14. O atraso na entrega, caberá penalidades e sanções previstas no Art. 10 e Art. 11 da Presente Ata.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado até 30 dias após a entrega dos materiais, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de **Nota Fiscal Eletrônica** de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

7.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.5. O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, boleto bancário, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring"**;

7.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.
8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.
8.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:
a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;
b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;
d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;
9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.
9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.
9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.
9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;
10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Apiacás - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;
10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos produtos químicos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:
a) Advertência por escrito;
b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;
c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;
d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;
10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Apiacás - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;
10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;
10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;
10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

06. - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
003. – DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO-DAE
2041- MANUTENÇÃO E ATIVIDADE DO DAE
339030.00000-0239 - MATERIAL DE CONSUMO

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.
II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº 020/2014,** seus anexos e as propostas das classificadas.
III. é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Apiacás - MT.

14. DO FORO
Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Apiacás - MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Apiacás - MT, 25 de junho de 2014

Prefeitura Municipal de Apiacás-MT
ADALTO JOSÉ ZAGO
Prefeito Municipal

Industria Quimica CMT LTDA - ME
CNPJ - 09.227993/0001-03
VICTOR RODRIGUES ALVES REAL
Contratada

Publicado por:
Silvia Pierina Rozza Krizanowski
Código Identificador:C10D2CD4

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA 007/2014

Araguainha-MT, em 18 de Junho de 2014

Sumula: "defere o requerimento do Sr. Aristeneu Mendes de Matos, datado 18 de Junho de 2014".

O Sr. **Valdivino Rodrigues de Souza Filho**, Presidente da Câmara Municipal de Araguainha-MT, no uso das atribuições que Lhe são conferidas por Lei, faz público que:
Art. 1º - **Concede** ao Sr. Aristeneu Mendes de Matos, assistente administrativo dessa Casa de Leis, o aumento do ATS na folha de pagamento de 18 (dezoito)% para 48 (quarenta e oito)%, calculado sobre o salário base, conforme comprovação de tempo de serviço público em anexo á esta Portaria, devidamente entregue e protocolada nesta Câmara.
Art. 2º - O aumento referido no precedente Art. 1º terá vigência a partir do mês de Junho de 2014.
Art. 3º - Revoga-se todas as disposições em contrário.

VALDIVINO RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Vereador Presidente

Publicado por:
Vander Lúcio Nunes de Jesus
Código Identificador:78622DD8

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGAO Nº 020/2014- REGISTRO DE PREÇO

A Prefeitura Municipal de Araputanga-MT, através do Pregoeiro, torna público, a que possa interessar, que o julgamento do certame supracitado realizado em 25-06-2014, para o Registro de preços para futura e eventual Registro de preços para futura e eventual Aquisição Produtos Químicos, e Material de Proteção Pessoal. Resultou em: Empresa EDSON FURQUIM–ME, vencedora dos itens 6224, 15327, 15983, 234520, 234521, 234522 totalizando o Valor Global de R$ 15.180,00. Empresa INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA, vencedora dos itens 20645, 27407, 27425, 27426, 27427totalizando o Valor Global de R$ 83.960,00. Empresa ÉTICA COMERCIO DE PRODUTOS QUÍMICO LTDA EPP, vencedora do item 27406 totalizando o Valor Global de R$ 152.280,00. Empresa QUIMAR COM. DE PROD. QUÍMICOS E TRAT. DE AGUA LTDA – ME , vencedora do item 25112 totalizando o Valor Global de R$ 2.360,00. Empresa ANALITICA QUIMICA INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA – EPP, vencedora dos itens 25113 totalizando o Valor Global de R$ 4.360,00. Informa a todos os interessados que as documentações pertinentes ao edital e julgamento encontran-se nos autos do certame, desde já ficam disponíveis para exame de quaisquer interessados.

Araputanga MT, 25 de Junho de 2014.

REGINALDO LUIZ SCHIAVINATO
Pregoeiro

Publicado por:
Ronaldo Edson Schiavinato
Código Identificador:901758B9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 81/2014 DECLARAR A VACÂNCIA DO CARGO DE APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL OCUPADO PELA SERVIDORA FATIMA APARECIDA CORREA DE ARAUJO

DISPÕE SOBRE A VACÂNCIA DA SERVIDORA EFETIVA FATIMA APARECIDA CORREA DE ARAUJO, NO CARGO DE APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL NESTE MUNICIPIO DE ARAPUTANGA/MT, EM RAZAO DE POSSE EM OUTRO CARGO INACUMULÁVEL.

SIDNEY PIRES SALOMÉ, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1.º - Declarar a vacância do cargo de Apoio Administrativo Educacional ocupado pela servidora FATIMA APARECIDA CORREA DE ARAUJO matricula nº 967, em razão de posse em outro cargo inacumulável, junto ao Governo do Estado de Mato Grosso, nos termos do art. 35 inciso VI da Lei nº 135/92(RJU de Araputanga/MT) a partir de 26 de Junho de 2014.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e cinco (25) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e quatorze (2014).

SIDNEY PIRES SALOMÉ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ovidio de Freitas Godoy
Código Identificador:EAECCE3E

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 7.346/2014

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

Considerando as restrições previstas na lei de responsabilidade fiscal e na legislação eleitoral**;**

Considerando que há restrição aos governos municipais quanto à contratação de funcionários no ano leitoral, não podendo fazer contratações normalmente durante os três meses que antecedem o pleito e até a posse dos eleitos.

RESOLVE:

ESTABELECER, que não poderá haver concessão de férias, licença prêmio e licença sem remuneração aos servidores, caso haja necessidade de substituição, durante o período eleitoral.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 24 dias de junho de 2014.

EDNILSON LUIZ FAITTA
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO
Secretário Mun. de Administração

Publicado por:
Claudia Maria Tscha
Código Identificador:27DFEA1A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 7.347/2014

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido da Srª. **ALINE LESIER PEIXER**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 5.012.416-1 SSP/SC e inscrita no

CPF sob o nº. 022.035.041-88, do cargo de Carreira de **ASSISTENTE SOCIAL – SEDE DO MUNICÍPIO**, Nível **08 "A"**, Ref. **01**, *lotada na Secretaria Municipal de Ação Social***,** a partir do dia 13/06/2014, tornando sem efeito a Portaria Nº.5.827/2012.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 24 dias de junho de 2014.

EDNILSON LUIZ FAITTA
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO
Secretário Mun. de Administração

Publicado por:
Claudia Maria Tscha
Código Identificador:6E197ABC

GABINETE DO PREFEITO
ATO Nº. 015/2014

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA Nº 001/2014, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 961/2012, DE ACORDO COM AS LEIS COMPLEMENTARES Nº 001/99 E 002/99 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

EDNILSON LUIZ FAITTA, Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal nº 961/2012;

RESOLVE:

ARTIGO 1º Ficam convocados os candidatos abaixo relacionados aprovados no Processo Seletivo Simplificado para Professores da Educação Básica nº 001/2014, para comparecer na Secretaria Municipal de Educação e Cultura –SEMEC, no dia 24/06/2014, às 8:00 horas para atribuição de classes e/ou aulas e posterior contratação.
ARTIGO 2º No ato da convocação o candidato deverá apresentar fotocópia e os originais dos documentos exigidos no Edital, e demais REQUISITOS constante no quadro de nº de vagas, do Edital de Seleção nº 001/2014 do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014.
ARTIGO 3º As despesas decorrentes do presente ato correrão por conta das dotações próprias, suplementadas se necessário.
ARTIGO 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 23 dias do mês de junho de 2014.

EDNILSON LUIZ FAITTA
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

LOCALIDADE - CONSELVAN – ENSINO MÉDIO S/F

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
092/2014	EDIMAR DA SILVA LEÃO	059.900.381-27	2705095-5 SESP/MT	NÍVEL MÉDIO S/F

Publicado por:
Claudia Maria Tscha
Código Identificador:E76702D6

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N°. 2.419/2014

SÚMULA: "PRORROGA O PRAZO PARA PAGAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL URBANO - IPTU"

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Artigo 1º Fica prorrogado o prazo para pagamento do Imposto Predial Territorial Urbano - **IPTU,** até o dia **18/07/2014.**

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 24 de junho de 2014.

EDNILSON LUIZ FAITTA
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO
Secretario Municipal de Administração

Publicado por:
Claudia Maria Tscha
Código Identificador:E564E25E

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 062/2014

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial que trata o Edital de nº. 062/2014, levado a efeito às **08h00min** do dia **18/06/2014**, sagrou-se vencedora a empresa: **ROCKENBACH & STELA LTDA.**

Aripuanã-MT, 25 de Junho de 2014.

ANA CRISTINA DA SILVA CAPPELLESSO
Pregoeira

Publicado por:
Ana Cristina da Silva Cappelesso
Código Identificador:3D78C882

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 061/2014

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial que trata o Edital nº. 061/2014, levado a efeito às **08h00min** do dia **25/06/2014**, sagrou-se vencedora a empresa: **NANCI ANEIA DE ABRAO 03990408119.**

Aripuanã-MT, 25 de Junho de 2014.

ANA CRISTINA DA SILVA CAPPELLESSO
Pregoeira

Publicado por:
Ana Cristina da Silva Cappelesso
Código Identificador:B4C7A7ED

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2014

A Prefeitura Municipal de Aripuanã torna público para o conhecimento dos interessados, que na INEXIGIBILIDADE nº 007/2014 para Aquisição de peças destinadas a manutenção da retroescavadeira CAT 416 ano 2007 pertencente a Secretaria Municipal de Infraestrutura deste Município de Aripuanã, com base no art. 25, inciso I da Lei nº 8.666/93 e alterações, com amparo no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, sagrou-se contratada a empresa SOTREQ S/A - CNPJ nº 34.151.100/0022-65, com o valor correspondente à R$ 19.427,72 (Dezenove Mil e Quatrocentos e Vinte e Sete Reais e Setenta e Dois Centavos), A presente INEXIGIBILIDADE de licitação está fundamentada no com base no

art. 25, inciso I da Lei nº 8.666/93 e alterações, com amparo no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal.

Aripuanã – MT, 25 de Junho de 2014.

ANDREIA PEREIRA DA SILVA
Presidente da CPL

Publicado por:
Andreia Pereira da Silva
Código Identificador:8883CD8B

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 063/2014

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial que trata o Edital nº. 063/2014, levado a efeito às 10h00min do dia 18/06/2014, sagrou-se vencedora a empresa: SEMACOM INSTALADORA DE REDES ELETRICAS LTDA- EPP.

Aripuanã-MT, 25 de Junho de 2014.

ANA CRISTINA DA SILVA CAPPELLESSO
Pregoeira

Publicado por:
Andreia Pereira da Silva
Código Identificador:FD4B6309

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
AVISO DE CANCELAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 066/2014

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de sua Pregoeira e comissão de apoio, nomeadas pela Portaria 7.021/14 torna público para conhecimento dos interessados que o **Pregão Presencial 066/2014**, designado para data 02/07/2014 as 10h00min (dez) hora, vem informar que foi cancelado por interesse da Administração.

Aripuanã-MT, 25 de Junho de 2014.

ANA CRISTINA DA SILVA CAPPELLESSO
Pregoeira

Publicado por:
Ana Cristina da Silva Cappelesso
Código Identificador:42628B73

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

CÂMARA MUNICIPAL
CONTRATO DE CONTRIBUIÇÃO ASSOCIAÇÃO Nº 05/2014
A UNIÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DE MATO GROSSO - UCMMAT

A **CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO,** Estado de Mato Grosso, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 00.088.714/0001-01, situada na Av. Augusto Leverger-1.440,na cidade de **BARÃO DE MELGAÇO/MT,** neste ato representada pelo (a) seu Presidente Vereador **FRANCISCO ODENILSON DA SILVA,** portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. **10659200 SSP/ MT** e inscrito (a) no CPF/MF sob o n.º **882.691.401-04,** doravante denominada **ASSOCIADA** e a **UCMMAT – UNIÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO**, devidamente cadastrada no CNPJ sob nº 33.003.757/0001 -98, sito na Rua Joaquim Murtinho nº 1.713, esquina com a Rua Senador Metello, na cidade de Cuiabá – MT, neste ato representada pela Vereadora **ISMAILI DE OLIVEIRA DONASSAN**, portadora de Cédula de Identidade RG nº 14009250 SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 006.727.241-03, na qualidade de **ASSOCIANTE**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, conforme as cláusulas e condições abaixo avençadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O objeto do presente contrato é a associação da Câmara Municipal e Vereadores do Município de **BARÃO DE MELGAÇO/MT** à UCMMAT – União Das Câmaras Municipais Do Estado de Mato Grosso.
1.2 A Associação far-se-á por meio de pagamento de contribuição associativa.
1.3 A Câmara Municipal associada, em dia com suas obrigações obtém com a associação à UCMMAT, a disponibilidade dos direitos e deveres estabelecidos em seu Estatuto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR, DA FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTAMENTO
2.1 O valor global da contribuição para o exercício de 2014 é de R$ 4.5**00,00 (Quatro mil e quinhentos reais)** que serão pagos em 09 (nove) parcelas mensais e iguais de R$ 5**00,00 (quinhentos reais).**
2.2 O repasse da contribuição será efetuado até o dia **30 de cada mês**, a partir de **abril de 2014**, por meio de boletos bancários à contratada.
Parágrafo Único. O valor da contribuição poderá ser reajustado a cada (12) doze meses, por acordo prévio, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL
3.1 O presente contrato poderá ser rescindido de comum acordo das partes, ou unilateralmente pela UCMMAT, mediante notificação por escrito, com o prazo de antecedência de 30 (trinta) dias.
Parágrafo Primeiro. Constituem motivos justos para rescisão deste contrato pela UCMMAT:
a) solicitação por parte de vereadores de exercício de atividades não previstas no Estatuto social da Entidade;
b) falta de cumprimento, pela Câmara Municipal, de quaisquer obrigações inerentes a este contrato de contribuição associativa;
c) falta do pagamento da contribuição associativa, conforme prevista na cláusula segunda deste contrato;
d) desobediência ao Estatuto Social da UCMMAT, por quaisquer das partes associadas;
e) motivo de força maior devidamente justificado e aceito pela outra parte.

CLÁUSULA QUARTA – DO INADIMPLEMENTO, DO DESCUMPRIMENTO E DA MULTA
4.1 Em caso de inadimplemento de uma das partes o infrator arcará com o pagamento de multa contratual conforme se segue:
a) atualização monetária de 0,01% (um décimo por cento) por dia de atraso, por parte da contratante, a partir do 1º dia após o vencimento;
b) multa de 2% (dois por cento) sobre o valor contratual para ambas as partes no caso de não haver o cumprimento de quaisquer das cláusulas do presente instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO
5.1 O presente contrato associativo, pela sua natureza, é de execução continuada e terá vigência inicial no período compreendido entre **01/04/2014 a 31/12/2014.**
Parágrafo Único. O prazo do presente contrato poderá ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO
6.1 Este contrato é celebrado com dispensa de Licitação, conforme Resolução de Consulta nº 42/2008/TCE/MT.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA
7.1 As despesas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
01 – CÂMARA MUNICIPAL
01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE **BARÃO DE MELGAÇO/MT**
2.001 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA CÂMARA MUNICIPAL
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.41 – CONTRIBUIÇÕES

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO
8.1 As partes elegem o foro da Comarca de **SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER/MT** para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E por estarem justos e acertados, firmam o presente contrato na presença de 02 (duas) testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Barão de Melgaço/MT, 01 de abril de 2014.

Câmara Municipal de Barão de Melgaço
FRANCISCO ODENILSON DA SILVA
Presidente

União Das Câmaras Municipais do Estado de Mato Grosso
ISMAILI DE OLIVEIRA DO NASSAN
Presidente

TESTEMUNHAS:

CLEYTON JOSÉ ASSUNÇÃO DA SILVA
RG nº. 1766792-5 SSP/MT
CPF n.º 028.950.531-38

MERYLIN ARAGÃO MARQUES SERRILHO
RG nº. 2059454-2 SSP/MT
CPF n.º 024.097.541-39

Publicado por:
Marcelino Viera Cardoso
Código Identificador:5BBC8674

CÂMARA MUNICIPAL
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006/2014

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO E A EMPRESA STS CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA - ME.

A CÂMARA MUNICIPAL BARÃO DE MELGAÇO, Estado de Mato Grosso, devidamente cadastrada no CNPJ sob n.º 00.088.714/0001-01, situada à Avenida Augusto Leverger, 1.440, Centro, na cidade de BARÃO DE MELGAÇO/MT, neste ato representada pelo Presidente da Câmara Senhor FRANCISCO ODENILSON DA SILVA brasileiro, casado, portador do RG. Nº. 10659200 Expedida pela SSP/MT e Inscrito no CPF sob o Nº. 882.691.401-04, residente e domiciliado neste Município de BARÃO DE MELGAÇO, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa STS CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA., devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o № 19.335.762/0001-77 e Inscrição Estadual Isenta, estabelecida à Rua Campinas, 21 - Sala 8 - Empresarial Center, Bairro Morada da Serra - CPA I, Cidade Cuiabá, Estado de Mato Grosso, representada neste ato pelo Senhor WILSON FERNANDES NAZÁRIO, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Avenida Afonso Pena, s/nº, Bairro Despraiado - Cuiabá - MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral № 1455021-0 SSP/MT, e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o № 722.573.851-87, chamado simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Cláusula Primeira – DO OBJETO
1. Este Contrato tem como objeto a Realização de consultoria na área contábil para verificação de índices bem como processos de despesas no período de janeiro à abril de 2014.

Cláusula Segunda – DO REGIME DE EXECUÇÃO, METODOLOGIA E PRODUTOS
2.1 O regime de execução dos serviços é o de empreitada por preço global, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, alínea "a" da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Terceira - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DE REAJUSTAMENTO
3.1 O Valor Global para a Execução do Presente Contrato é de R$ 3.050,00 (Três mil e cinquenta reais), a serem pagos em 01 (uma) parcela após a entrega dos serviços.
3.2 Os pagamentos deverão ser efetuados de acordo com a Programação estabelecida no item 3.1 com a apresentação da Nota Fiscal e da Atestação da Realização dos Serviços pela Área Competente.
3.3 Os pagamentos serão realizados por Ordem Bancária por meio do Banco do Brasil, Agência 2960-2, Conta Corrente nº. 33649-1, ou Cheque Nominal à CONTRATADA, vedada qualquer antecipação de pagamento sem a correspondente Prestação dos Serviços.
3.4 Será considerado como inadimplemento de Cada Parcela o Atraso Superior de 30 (trinta) dias.
3.5 No caso de Atraso Superior a 30 (trinta) dias, a CONTRATANTE fica obrigada a efetuar o pagamento com a atualização monetária de 0,10% (dez centésimos por cento) ao dia entre data do adimplemento, observado o disposto no item 3.5, até a data do efetivo pagamento, limitados estes acréscimos a 10% (dez por cento).
3.6 Os valores fixados neste Contrato serão reajustados no Ato do Aditamento no caso de haver Aumento do Objeto Estabelecido.

Cláusula Quarta – DO PRAZO DE EXECUÇÃO
4.1 O prazo de execução do presente contrato é de 01 (um) mês.
4.2 O prazo de início da execução do serviço é contado a partir do 1º dia subseqüente à assinatura do presente contrato.
4.3 O prazo de conclusão do serviço é de 90 (noventa) dias.
4.4 O presente contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até 48 (quarenta e oito) meses se houver interesse público e conveniência econômico-financeira para o município, conforme preceitua o artigo 57, inciso IV da Lei nº 8.666/93, lavrando-se o competente termo de aditamento.

Cláusula Quinta – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÃO AS DESPESAS
5.1 A execução do presente contrato será custeada com os recursos próprios previstos no Orçamento Anual da Câmara Municipal do Exercício de 2014 na seguinte rubrica orçamentária: 33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Cláusula Sexta – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES
6.1 DA CONTRATANTE
6.1.1 Ter reservado o direito de não mais utilizar os serviços da CONTRATADA caso a mesma não cumpra o estabelecido no presente Contrato, aplicando ao infrator as penalidades previstas na Lei nº. 8.666/93;
6.1.2 A CONTRATANTE por meio de seus prepostos deverá acompanhar o andamento dos serviços e expedir instruções verbais ou escritas sobre a sua execução, podendo impugnar os serviços que estejam mal executados, os quais deverão ser feitos, correndo as despesas oriundas destes serviços por conta da CONTRATADA;
6.1.3 Intervir na prestação dos serviços ou interromper a sua execução nos casos e condições previstos na Lei nº. 8.666/93;
6.1.4 Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA pelos serviços executados de acordo com as disposições do presente Contrato;
6.1.5 Enviar à CONTRATADA o documento comprovante de arrecadação competente toda vez em que ocorrer a retenção de impostos sobre a Nota Fiscal de Prestação de Serviços;
6.1.6 Denunciar as infrações cometidas pela CONTRATADA e aplicar-lhe as penalidades cabíveis nos termos da Lei nº. 8.666/93;
6.1.7 Modificar ou rescindir unilateralmente o Contrato nos casos previstos na Lei nº. 8.666/93;
6.1.8 Oferecer todas as condições, bem como os recursos humanos e materiais necessários ao bom desempenho dos trabalhos prestados pela CONTRATADA.

6.2 DA CONTRATADA
6.2.1 À CONTRATADA assiste o direito de suspender, eventual ou definitivamente, os serviços contratados no caso de descumprimento do pagamento das parcelas deste Contrato, quando a inadimplência ultrapassar a 30 (trinta) dias.

6.2.2 Executar todos os serviços objetos deste Contrato de acordo com a sua proposta de preço, independentemente de sua transcrição, sob as penas da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.
6.2.3 Receber todo o apoio logístico, tais como recursos humanos e materiais, objetivando um desenvolvimento mais racional e mais ágil das atividades objeto deste Contrato.
6.2.4 Exigir da CONTRATANTE o cumprimento da legislação, bem como das orientações emanadas por esta visando o sucesso da Administração do Fundo Municipal de Previdência;
6.2.5 Executar todos os serviços objeto deste Contrato dentro do prazo estipulado ou solicitado pela CONTRATANTE, sob as penas da Lei nº. 8.666/93;
6.2.6 Assumir em caráter exclusivo, toda e qualquer responsabilidade de natureza civil, trabalhista ou previdenciária e respectivos ônus, tanto em relação a si, quanto ao pessoal eventualmente contratado para a execução dos serviços do objeto do presente Contrato;
6.2.7 Atender a todas as exigências deste Contrato e executar todos os serviços contratados assumindo os ônus da prestação inadequada dos trabalhos, exceto se for ocasionado por informações incorretas prestada pela CONTRATANTE;
6.2.8 Tratar como confidenciais todas as informações e dados técnicos, administrativos e financeiros contidos nos documentos da CONTRATANTE, guardando sigilo perante terceiros;
6.2.9 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços objeto do presente instrumento até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, observada as disposições do art. 65 da Lei nº. 8.666/93;
6.2.10 Emitir a Nota Fiscal da prestação dos serviços fazendo discriminar no seu corpo a dedução dos impostos exigidos pela CONTRATANTE.

Cláusula Sétima – DAS PENALIDADES CABÍVEIS E DOS VALORES DAS MULTAS
7.1 As penalidades contratuais aplicáveis são:
a) Advertência verbal ou escrita;
b) Multas;
c) Declaração de inidoneidade e;
d) Suspensão do direito de licitar e contratar de acordo com o Capítulo IV, da Lei nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.
7.2 A advertência verbal ou escrita será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver descumprimento de condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas.
7.3 As multas e as demais penalidades previstas são as seguintes:
a) 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na entrega dos serviços solicitados;
b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do Contrato;
c) 10% (dez por cento) sobre valor contratual restante, na hipótese de rescisão do Contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir as perdas e danos que der causa;
d) Suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com o Município por prazo não superior a dois anos;
e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.4 De qualquer sanção imposta a CONTRATADA poderá, no prazo máximo de cinco dias contados da intimação do ato, oferecer recurso à CONTRATANTE, devidamente fundamentado;

7.5 As multas previstas nos itens anteriores são independentes e poderão ser aplicadas cumulativamente;

7.6 A multa definida na alínea “a” do item 7.3, poderá ser descontada de imediato sobre o pagamento das parcelas devidas e a multa prevista na alínea “b” do mesmo item será descontada por ocasião do último pagamento;
7.7 A CONTRATADA não incorrerá na multa prevista na alínea “b” acima referida, na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ou de responsabilidade da CONTRATANTE.

Cláusula Oitava – DOS CASOS DE RESCISÃO

8.1 A rescisão do presente Contrato devendo a parte que desejar rescindi-lo comunicar a outra com antecedência de 30 (trinta) dias poderá ocorrer de forma:
a) Amigável – por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência técnica ou administrativa para a CONTRATANTE.
b) Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei nº. 8.666/93;
c) Judicial – nos termos da legislação processual;
8.2 A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração em caso de Rescisão Administrativa prevista no Artigo 77 da Lei Nº. 8.666/93.

Cláusula Nona - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
9.1 O presente Contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei nº. 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:
9.1.1 Unilateralmente pela Administração nos seguintes casos:
a) Quando houver modificação do objeto ou das suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;
9.1.2 Por acordo das partes:
a) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias superveniente mantido o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contra prestação dos serviços;
9.2 Outros casos previstos na Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Décima – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO E CASOS OMISSOS
10.1 Aplica-se a Lei nº. 8.666, de 21/06/1993 com suas alterações posteriores e o Código Civil Brasileiro ao presente Contrato e em especial aos seus casos omissos.

Cláusula Décima Primeira - DA MANUTENÇÃO E CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO
11.1 A CONTRATADA deverá manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou na assinatura do presente instrumento.

Cláusula Décima Segunda – DO FORO
12.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Jaciara, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as dúvidas oriundas deste contrato.

Por estarem justos e contratados, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Barão de Melgaço, 05 de Maio de 2014.

FRANCISCO ODENILSON DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal

Sydcon Tecnologia de Sistemas de Informática de Consultoria LTDA – ME
WILSON FERNANDES NAZÁRIO
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

NOME:
RG:
CPF
Assinatura: _____:

NOME:
RG:
CPF
Assinatura: _____:

Publicado por:
Marcelino Viera Cardoso
Código Identificador:9D0FC7B1

CÂMARA MUNICIPAL
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 007/2014

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO E A EMPRESA SYDCON TECNOLOGIA DE SISTEMA DE INFORMÁTICA E CONSULTORIA LTDA - ME.

A CÂMARA MUNICIPAL BARÃO DE MELGAÇO, Estado de Mato Grosso, devidamente cadastrada no CNPJ sob n.º 00.088.714/0001-01, situada à Avenida Augusto Leverger, 1.440, Centro, na cidade de BARÃO DE MELGAÇO/MT, neste ato representada pelo Presidente da Câmara Senhor FRANCISCO ODENILSON DA SILVA, brasileiro, casado, portador do RG. Nº. 10659200 Expedida pela SSP/MT e Inscrito no CPF sob o Nº. 882.691.401-04, residente e domiciliado neste Município de BARÃO DE MELGAÇO, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa SYDCON TECNOLOGIA DE SISTEMAS DE INFORMÁTICA E CONSULTORIA LTDA - ME., devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o № 10.338.621/0001-33 e Inscrição Estadual Isento, estabelecida à Rua Campinas, 21 - Sala 8 - Empresarial Center, Bairro Morada da Serra - CPA I, Cidade Cuiabá, Estado de Mato Grosso, representada neste ato pelo Senhor WILSON FERNANDES NAZÁRIO, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Avenida Afonso Pena, s/nº, Bairro Despraiado - Cuiabá - MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral № 1455021-0 SSP/MT, e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o № 722.573.851-87, chamado simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

1. Este Contrato tem por Objeto a MANUTENÇÃO DO PORTAL TRANSPARÊNCIA E DO SISTEMA DO WEB SITE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

Cláusula Segunda – DO REGIME DE EXECUÇÃO, METODOLOGIA E PRODUTOS

2.1 O regime de execução dos serviços é o de empreitada por preço global, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, alínea "a" da Lei nº 8.666/93.

METODOLOGIA E PRODUTOS:
Quanto à Manutenção do Portal Transparência (Demonstrativos):

1.0 - Receitas 1.1. Demonstrativo de Receitas através de Relatórios e Gráficos Online. * No caso das Câmaras Municipais trata-se dos Repasses de Duodécimo. 2.0 - Despesas 2.1. Demonstrativo de Despesas através de Relatórios e Gráficos Online. 3.0 - Despesas com Pessoal 3.1. Demonstrativo da Relação de Funcionários contendo Cargos, Setor de Lotação, Remuneração e Folha Mensal.	4.0 - Licitações e Contratos 4.1 Demonstrativo da Relação de Licitações por Modalidade realizadas no mês. 5.0 - Pessoal 5.1. Demonstrativo da Relação de Servidores, Cargos e Classe e Nível. 6.0 - Patrimônio 6.1. Demonstrativo da Relação de Bens Móveis, Imóveis e Veículos.

Quanto à Manutenção do Web Site (Demonstrativos):

1.0 - Página Inicial 1.1 Apresentação de todo conteúdo oferecido e interatividade cedido pela empresa. 2.0 - Câmara Municipal 2.1. Equipe de Governo, Presidente e Telefones (Texto e imagem).	5.0 - Conheça o Município 5.1 História (Texto e Imagem); 5.2 Destaque (Texto e Imagem); 5.3 Dados do Município (Texto e Imagem). 6.0 - Prestação de Contas 6.1 Prestação de Contas – Relatórios Contábeis (Texto e Imagem). 7.0 - Contato 7.1 Contato (Sistema de Contato). 8.0 - Painel de Controle 8.1 Através do mesmo se terá acesso à postagem de notícias, fotos e etc., pela própria equipe da Contratante.
3.0 - Legislação 3.1 Leis Municipais(Download de Arquivo); 3.2 Leis Complementares (Download de Arquivo); 3.3 Decretos Municipais (Download de Arquivo); 3.4 Resoluções (Download de Arquivo); 3.5 Emendas a Lei Orgânica (Download de Arquivo); 3.6 Portarias e Atos (Download de Arquivo). 4.0 - Sala de Imprensa 4.1 Notícias (Texto e Imagem); 4.2 Galeria de Eventos (Texto e Imagem); 4.3 Licitações (Acompanhamento de Processos).	

Cláusula Terceira - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DE REAJUSTAMENTO

3.1 O Valor Global para a Execução do Presente Contrato é de R$ 4.960,00 (Quatro mil, novecentos e sessenta reais), a serem pagos nas seguintes condições:
3.1.1 O valor mensal de R$ 620,00 (Seiscentos e vinte reais) que serão pagos em 08 (oito) parcelas iguais.

3.2 Os pagamentos deverão ser efetuados de acordo com a Programação estabelecida no item 3.1 com a apresentação da Nota Fiscal e da Atestação da Realização dos Serviços pela Área Competente.
3.3 Os pagamentos serão realizados por Ordem Bancária por meio do Banco 104, Agência 0016, Conta Corrente nº. 962-0, ou Cheque Nominal à CONTRATADA, vedada qualquer antecipação de pagamento sem a correspondente Prestação dos Serviços.
3.4 Será considerado como inadimplemento de Cada Parcela o Atraso Superior de 30 (trinta) dias.
3.5 No caso de Atraso Superior a 30 (trinta) dias, a CONTRATANTE fica obrigada a efetuar o pagamento com a atualização monetária de 0,10% (dez centésimos por cento) ao dia entre data do adimplemento, observado o disposto no item 3.5, até a data do efetivo pagamento, limitados estes acréscimos a 10% (dez por cento).
3.6 Os valores fixados neste Contrato serão reajustados no Ato do Aditamento no caso de haver Aumento do Objeto Estabelecido.

Cláusula Quarta – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

4.1 O prazo de execução do presente contrato é de 08 (oito) meses.
4.2 O prazo de início da execução da locação é contado a partir do 1º dia subseqüente à assinatura do presente contrato, data em que deverá começar a implantação dos softwares nos computadores da contratante.
4.3 O prazo de conclusão da locação se dará no dia 31/12/2014 com o encerramento do contrato.
4.4 As observações sobre a utilização da locação deverão ser efetuadas até 5 (cinco) dias depois da sua instalação.
4.5 O presente contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até 48 (quarenta e oito) meses se houver interesse público e conveniência econômico-financeira para o município, conforme preceitua o artigo 57, inciso IV da Lei nº 8.666/93, lavrando-se o competente termo de aditamento.

Cláusula Quinta – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÃO AS DESPESAS

5.1 A execução do presente contrato será custeada com os recursos próprios previstos no Orçamento Anual da Câmara Municipal de Barão de Melgaço do Exercício de 2014 na seguinte rubrica orçamentária: 33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Cláusula Sexta – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 DA CONTRATANTE

6.1.1 Ter reservado o direito de não mais utilizar os serviços da CONTRATADA caso a mesma não cumpra o estabelecido no presente Contrato, aplicando ao infrator as penalidades previstas na Lei nº. 8.666/93;
6.1.2 A CONTRATANTE por meio de seus prepostos deverá acompanhar o andamento dos serviços e expedir instruções verbais ou

escritas sobre a sua execução, podendo impugnar os serviços que estejam mal executados, os quais deverão ser feitos, correndo as despesas oriundas destes serviços por conta da CONTRATADA;

6.1.3 Intervir na prestação dos serviços ou interromper a sua execução nos casos e condições previstos na Lei nº. 8.666/93;
6.1.4 Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA pelos serviços executados de acordo com as disposições do presente Contrato;
6.1.5 Enviar à CONTRATADA o documento comprovante de arrecadação competente toda vez em que ocorrer a retenção de impostos sobre a Nota Fiscal de Prestação de Serviços;
6.1.6 Denunciar as infrações cometidas pela CONTRATADA e aplicar-lhe as penalidades cabíveis nos termos da Lei nº. 8.666/93;
6.1.7 Modificar ou rescindir unilateralmente o Contrato nos casos previstos na Lei nº. 8.666/93;
6.1.8 Oferecer todas as condições, bem como os recursos humanos e materiais necessários ao bom desempenho dos trabalhos prestados pela CONTRATADA.

6.2 DA CONTRATADA

6.2.1 À CONTRATADA assiste o direito de suspender, eventual ou definitivamente, os serviços contratados no caso de descumprimento do pagamento das parcelas deste Contrato, quando a inadimplência ultrapassar a 30 (trinta) dias.
6.2.2 Executar todos os serviços objetos deste Contrato de acordo com a sua proposta de preço, independentemente de sua transcrição, sob as penas da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.
6.2.3 Receber todo o apoio logístico, tais como recursos humanos e materiais, objetivando um desenvolvimento mais racional e mais ágil das atividades objeto deste Contrato.
6.2.4 Exigir da CONTRATANTE o cumprimento da legislação, bem como das orientações emanadas por esta visando o sucesso da Administração do Fundo Municipal de Previdência;
6.2.5 Executar todos os serviços objeto deste Contrato dentro do prazo estipulado ou solicitado pela CONTRATANTE, sob as penas da Lei nº. 8.666/93;
6.2.6 Assumir em caráter exclusivo, toda e qualquer responsabilidade de natureza civil, trabalhista ou previdenciária e respectivos ônus, tanto em relação a si, quanto ao pessoal eventualmente contratado para a execução dos serviços do objeto do presente Contrato;
6.2.7 Atender a todas as exigências deste Contrato e executar todos os serviços contratados assumindo os ônus da prestação inadequada dos trabalhos, exceto se for ocasionado por informações incorretas prestada pela CONTRATANTE;
6.2.8 Tratar como confidenciais todas as informações e dados técnicos, administrativos e financeiros contidos nos documentos da CONTRATANTE, guardando sigilo perante terceiros;
6.2.9 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços objeto do presente instrumento até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, observada as disposições do art. 65 da Lei nº. 8.666/93;
6.2.10 Emitir a Nota Fiscal da prestação dos serviços fazendo discriminar no seu corpo a dedução dos impostos exigidos pela CONTRATANTE.

Cláusula Sétima – DAS PENALIDADES CABÍVEIS E DOS VALORES DAS MULTAS
7.1 As penalidades contratuais aplicáveis são:
a) Advertência verbal ou escrita;
b) Multas;
c) Declaração de inidoneidade e;
d) Suspensão do direito de licitar e contratar de acordo com o Capítulo IV, da Lei nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.
7.2 A advertência verbal ou escrita será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver descumprimento de condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas.
7.3 As multas e as demais penalidades previstas são as seguintes:
a) 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na entrega dos serviços solicitados;
b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do Contrato;
c) 10% (dez por cento) sobre valor contratual restante, na hipótese de rescisão do Contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir as perdas e danos que der causa;
d) Suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com o Município por prazo não superior a dois anos;
e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.4 De qualquer sanção imposta a CONTRATADA poderá, no prazo máximo de cinco dias contados da intimação do ato, oferecer recurso à CONTRATANTE, devidamente fundamentado;
7.5 As multas previstas nos itens anteriores são independentes e poderão ser aplicadas cumulativamente;
7.6 A multa definida na alínea “a” do item 7.3, poderá ser descontada de imediato sobre o pagamento das parcelas devidas e a multa prevista na alínea “b” do mesmo item será descontada por ocasião do último pagamento;
7.7 A CONTRATADA não incorrerá na multa prevista na alínea “b” acima referida, na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ou de responsabilidade da CONTRATANTE.

Cláusula Oitava – DOS CASOS DE RESCISÃO

8.1 A rescisão do presente Contrato devendo a parte que desejar rescindi-lo comunicar a outra com antecedência de 30 (trinta) dias poderá ocorrer de forma:
a) Amigável – por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência técnica ou administrativa para a CONTRATANTE.
b) Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei nº. 8.666/93;

c) Judicial – nos termos da legislação processual;
8.2 A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração em caso de Rescisão Administrativa prevista no Artigo 77 da Lei Nº. 8.666/93.

Cláusula Nona - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

9.1 O presente Contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei nº. 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:
9.1.1 Unilateralmente pela Administração nos seguintes casos:
a) Quando houver modificação do objeto ou das suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;
9.1.2 Por acordo das partes:
a) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias superveniente mantido o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contra prestação dos serviços;
9.2 Outros casos previstos na Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Décima – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO E CASOS OMISSOS

10.1 Aplica-se a Lei nº. 8.666, de 21/06/1993 com suas alterações posteriores e o Código Civil Brasileiro ao presente Contrato e em especial aos seus casos omissos.

Cláusula Décima Primeira - DA MANUTENÇÃO E CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

11.1 A CONTRATADA deverá manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou na assinatura do presente instrumento.

Cláusula Décima Segunda – DO FORO

12.1 Fica eleito o Foro da Comarca de BARÃO DE MELGAÇO, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as dúvidas oriundas deste contrato.

Por estarem justos e contratados, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias de igual teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

BARÃO DE MELGAÇO – MT, 05 de Maio de 2014.

FRANCISCO ODENILSON DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal

Sydcon Tecnologia de Sistemas de Informática de Consultoria LTDA – ME
WILSON FERNANDES NAZÁRIO
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

NOME:
RG:
CPF
Assinatura: _____:

NOME:
RG:
CPF
Assinatura: _____:

Publicado por:
Marcelino Viera Cardoso
Código Identificador:D8BC53C5

CÂMARA MUNICIPAL
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2014

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE FAZEM ENTRE SI, DE UM LADO A CAMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO - MT E DE OUTRO LADO E A EMPRESA MANOEL DIAS DE MOURA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.
A CAMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Augusto Leverger, N° 1440 Centro, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o № 00.088.714/0001-01, neste ato representada, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Presidente Senhor FRANCISCO ODENILSON DA SILVA, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Barão de Melgaço – MT., Portador da Cédula de Identidade N.º 10659200 emitida pela SSP-MT e CPF sob N.º 882.691.401-04, de ora em diante chamado simplesmente de CONTRATANTE, e a Empresa MANOEL DIAS DE MOURA, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o № 14.222.599/0001-12, estabelecida à Rua José Caetano de Oliveira, nº 219, bairro Vila Recreio, Barão de Melgaço - MT, representado neste ato pelo senhor MANOEL DIAS DE MOURA, brasileiro, solteiro, empresário residente à Rua José Caetano de Oliveira, nº 219, bairro Vila Recreio, Barão de Melgaço – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral № 0465546, SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o № 078.486.841-72, de ora em diante chamado simplesmente de CONTRATADA, perante as testemunhas ao final firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração se regerá pelo que dispõe o a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA - SUPORTE LEGAL
1.1 - Este Contrato tem fundamento nas disposições consubstanciadas pela Lei nº 8.666/93, e pelas convenções estabelecidas neste instrumento, e supletivamente pelos princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado, especialmente aos casos omissos.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO
2.1 - O objeto deste contrato é a execução pela CONTRATADA, sob regime de execução de empreitada por preço global para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPAROS NO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO, em consonância com a Planilha aprovada pela Câmara Municipal de Barão de Melgaço e com a Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA, os quais fazem parte integrante deste contrato independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - FATO GERADOR
3.1 - O presente contrato foi firmado com Inexigibilidade de licitação com base no Inciso III do Artigo 25, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - REGIME DE EXECUÇÃO
4.1 De conformidade com a Lei é o de execução indireta na modalidade de empreitada por preço global, nos termos estatuídos pelo Art. 6º , Inciso VIII, alínea "b", da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA- DO PESSOAL NECESSÁRIO
5.1 - A CONTRATADA é responsável pela contratação, anotação da CTPS, controle de trabalhos e de pagamentos do pessoal necessário à execução dos serviços ora ajustados, bem como pelo recolhimento das contribuições previdenciárias e depósitos fundiários, respondendo junto ao Ministério do Trabalho e Previdência Social.

CLÁUSULA SEXTA - VALOR DA OBRA
6.1 - Pela execução dos serviços, a Câmara Municipal pagará à CONTRATADA a importância total de R$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reaiss) a serem pagos com recursos próprios da Câmara Municipal de Barão de Melgaço.
6.1.1 - Nos preços estão incluídos todas as despesas pertinentes à execução da obra e serviços, tais como: transporte, equipamentos, sondagens, mão-de-obra especializada ou não, encargos fiscais, trabalhistas, leis sociais, previdenciários e de segurança do trabalho, ferramentas, seguros, todos os tributos incidentes e demais encargos, inclusive benefícios, taxa de administração e lucro, enfim todos os custos diretos e indiretos, mesmo os não especificados, necessários à execução completa da obra.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇAO ORÇAMENTÁRIA
7.1 - As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Contrato, correrão por conta dos recursos advindos dos recursos próprios da Câmara Municipal de Barão de Melgaço, na seguinte dotação orçamentária

Órgão: 01 CAMARA MUNICIPAL
Unidade: 01 Camara Municipal
Proj./Ativ: 2.001 Manutenção e Encargos da Câmara
Elemento: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA OITAVA - DOS PRAZOS
8.1 - O prazo para a execução da presente obra e serviços é de 20 (vinte) dias, contados da data da Primeira Ordem de Serviço.
8.2 - Deverão ser integralmente obedecidos os prazos previsto neste Contrato.

8.3 - Durante a vigência deste, o prazo previsto para a execução dos serviços, poderá ser prorrogado, por solicitação da CONTRATADA e a critério do CONTRATANTE, se verificado e comprovado os seguintes motivos:
Calamidade pública;
8.4 - Acidente na execução dos serviços que avarie, temporariamente, alguma parte executada, uma vez provado que o acidente não decorreu de culpa da CONTRATADA;
a) Chuvas copiosas e suas conseqüências;
b) Ato ou fato oriundo da Administração do CONTRATANTE;
c) Outros casos que se enquadrem no parágrafo único do Art. 1058 do Código Civil Brasileiro e no § 1o, Artigo 57, Lei 8.666/93 c/c Lei 8.883/94..

8.5 - Nos casos previstos nos itens A, B e C do item anterior, a inevitabilidade do fato, a absoluta ausência da culpa da CONTRATADA, a relação direta de causa e efeito, entre o fato alegado e o atraso na execução dos serviços contratados, deverão ser comprovados, documentalmente, pela CONTRATADA, para apreciação preliminar pela Assessoria Jurídica do CONTRATANTE, e posterior decisão da autoridade competente.
8.6 - O requerimento da CONTRATADA, nos casos acima mencionados, deverá ser protocolado em prazo não superior a 03 (três) dias corridos da data do ato, fato ou evento alegado como causa do pedido de prorrogação. A comprovação de tempestividade do requerimento de que trata o assunto, deverá ser feito, através do recibo de protocolo da CONTRATANTE.
8.7 - Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - DAS MEDIÇÕES E PAGAMENTOS

9.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Câmara Municipal sito na Avenida Augusto Leverger, nº 1.440, Centro neste Município, de acordo com execução dos serviços e devidamente confirmados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO DE SERVIÇO

10. 1 - O preço ajustado, de regra, não sofrerá reajustes durante todo o período de vigência do presente contrato.
10.2 - Poderão ocorrer variações para mais ou para menos nas quantidades previstas para execução dos serviços, visando economia, ou solução técnica recomendável, ficando mantidos os preços unitários quaisquer que sejam estas variações em cada item, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, atualizado consoante prevê o § 1o Inciso II, Artigo 65, Lei 8.666/93.
10.3 - O Acréscimo ou supressão no valor inicial do contrato, será efetuado, mediante Ordem de Serviço especificada em aditamento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES CABÍVEIS E DOS VALORES DAS MULTAS
11.1 - As penalidades contratuais aplicáveis são:
a) Advertência verbal ou escrita;
b) Multas;
c) Declaração de inidoneidade e;
d) Suspensão do direito de licitar e contratar de acordo com o Capítulo IV, da Lei nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.
11.2 - A advertência verbal ou escrita será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver descumprimento de condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas.
11.3 - As multas e as demais penalidades previstas são as seguintes:
a) 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na entrega dos serviços solicitados;
b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato;
c) 2,0% (dois por cento) sobre valor contratual restante, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da contratada ou da contratante, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir as perdas e danos que der causa;
d) Suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Câmara e o Município por prazo não superior a dois anos;
e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
11.4 - De qualquer sanção imposta à contratada poderá, no prazo máximo de cinco dias contados da intimação do ato, oferecer recurso à contratante, devidamente fundamentado;
11.5 -As multas previstas nos itens anteriores são independentes e poderão ser aplicadas cumulativamente;
11.6 - A multa definida na alínea "a" do item 7.3, poderá ser descontada de imediato sobre o pagamento das parcelas devidas e a multa prevista na alínea "b" do mesmo item será descontada por ocasião do último pagamento;
11.7 - A contratada não incorrerá na multa prevista na alínea "b" acima referida, na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ou de responsabilidade da contratante.
11.8 - Ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados, ou ainda situações que a CONTRATANTE caberia obviar, a CONTRATADA incorrerá nas seguintes multas:
11.9 - O atraso injustificados na execução do contrato sujeitará a contratada a multa de mora;
11.10 - A multa a que alude este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sansões previstas na Lei 8.666/93;

11.11 - A multa aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia da respectiva contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESPONSABILIDADE PELA REPARAÇÃO E CORREÇÃO DA OBRA.
12.1 - Ocorrendo eventual necessidade de se reparar, corrigir, remover ou reconstituir quaisquer dos objetos do presente contrato, face a qualidade dos serviços prestados, fica a CONTRATADA obrigada a fazer os reparos necessários e pertinentes, com a qualidade exigida, sob pena de rescisão contratual ou redução no valor da obra.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO
13.1 - A rescisão do presente contrato poderá ser:
a) Amigável – Quando as partes, consensualmente assim o decidirem, a qualquer tempo, reduzida a termo próprio;
b) Administrativa – O CONTRATANTE, a qualquer tempo e atendendo a conveniência da administração e o interesse Público, respeitados os efeitos "ex nunc".
c) Judicial – Resultante de decisão judicial, em ação proposta por qualquer das partes visando resguardar-se de seus direitos contratuais.

13.2 - Em qualquer caso de rescisão administrativa a contratada perderá a caução depositada em favor da Contratante, sem prejuízo para as demais sanções previstas nos artigos anteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – MATERIAL
14.1 - A CONTRATANTE obriga-se a entregar na execução dos serviços, todo material necessário à execução dos serviços, conforme Planilha aprovada pela Câmara Municipal..

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO
15.1 - O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:
I - Unilateralmente, pelo contratante:
a) quando houver modificação nas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela lei 8.666/93.
II - Por acordo entre as partes:
a) quando necessária a modificação do regime de execução ou o modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
b) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado.

15.2 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
15.3 - Se no contrato não houverem sido contemplados preços para determinados serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites previstos no item anterior.
15.4 - Quaisquer tributos ou encargos criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão

nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.
15.5 - Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a CONTRATANTE deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos preceituados pelo parágrafo 6º do Art. 65, da Lei 8.666/93.
15.6 - A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite de seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registradas por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
16.1 - A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços objeto deste contrato de acordo com as prescrições e critérios técnicos vigentes, , obrigando-se ainda:
16.2 - Observar e cumprir às normas, recomendações, e a orientações da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.
16.3 - Responsabilizar-se por dispêndios resultante de impostos, taxas, regulamentos e posturas Municipais, Estaduais e Federais, atuais ou não, sem qualquer direito regressivo em relação a CONTRATANTE.
16.4 - A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços que se verificarem defeituosos ou incorretos, resultantes da execução ou dos .
16.5 - Permitir e facilitar a fiscalização da Câmara Municipal à inspeção no local dos serviços a qualquer dia e hora, devendo prestar as informações e esclarecimentos necessários.
16.6 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente á Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos á execução do contrato ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;
16.7 - Responsabilizar-se por todas as providencias e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução do presente contrato ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Contratante;
16.8 - Será obrigado a reparar, corrigir ou remover, ás suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções a serem feitas, dessa forma, o contratado deverá substituir, sem ônus para Câmara Municipal de Barão de Melgaço/MT, no máximo 5 (cinco) dias úteis;
16.9 - Os acréscimos, supressões ou modificações que incorram em serviços complementares ou extraordinários, respeitados os limites da legislação vigente serão formalizados através de um único documento quando do recebimento da obra.
16.10 - Ocorrendo tal hipótese, e se na proposta não houverem sido estabelecidos preços unitários para aqueles tipos de serviços, serão estes fixados à data da proposta, mediante acordo entre as partes.
16.10 - O contrato poderá também ser alterado de comum acordo entre as partes, quando necessária a mudança do regime de execução, recomposição de preço ou a modalidade de pagamento, face as conveniências técnicas ou por imposição de relevantes circunstâncias supervenientes, ocasião que será elaborado TERMO ADITIVO, respeitadas as formalidades legais do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS
17.1 - Os serviços serão recebidos pela Presidência da Câmara Municipal de Barão de Melgaço.
17.2 - O recebimento de que trata o item anterior não isenta a CONTRATADA de sua responsabilidade técnica e civil, de conformidade com o Art. 73, parágrafo 2º da Lei 8.666/93.
17.3 - O objeto do contrato será, mediante Termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 dias da comunicação escrita da CONTRATADA.
17.5 - O prazo para recebimento previsto em item anterior não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, contados do término do contrato, salvo se justificado ou previsto no edital.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS DESCONTOS E VALORES RETIDOS
18.1 - A CONTRATANTE, por ocasião dos pagamentos, efetuará automaticamente o desconto dos valores correspondentes aos impostos municipais devidos pela CONTRATADA ao MUNICÍPIO, quer decorrentes da relação contratual, quer decorrentes de outras dívidas pré existentes, bem como dos valores relativos aos Impostos Estaduais e Federais a que estiver autorizado a descontar, dando destes valores referência no recibo ou demonstrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DA LICITAÇÃO
19.1 - O presente contrato está vinculado em todos os seus termos à Lei Federal 8.666/93, bem como à proposta de preços apresentada pela contratada, que faz parte integrante deste contrato independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS
20 - Aplica-se a Lei nº 8.666, de 21/06/1993 com suas alterações posteriores e o Código Civil Brasileiro ao presente contrato e em especial aos seus casos omissos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO
23.1 - A contratada deverá manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou na assinatura do presente instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA ELEIÇÃO DO FORO
24. 1 - As partes, de comum acordo, elegem o Foro da comarca de Santo Antonio de Leverger - MT para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes da interpretação ou execução do presente contrato, desistindo de qualquer outro, por mais privilegiado que lhes seja.

E, por estarem assim justos e contratados, acordantes nas cláusulas e condições ora estabelecidas, sujeitando-se às normas da Lei 8.666/93, mandaram digitar o presente contrato que, lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Barão de Melgaço, 02 de janeiro de 2014.

FRANCISCO ODENILSON DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal de Barão de Melgaço
Contratante

MANOEL DIAS DE MOURA
Manoel Dias de Moura
Representante Legal da Contratada

TESTEMUNHA:

NOME
RG Nº
CPF Nº
ASSINATURA:.....

TESTEMUNHA:

NOME
RG Nº
CPF Nº
ASSINATURA:.....

Publicado por:
Marcelino Viera Cardoso
Código Identificador:C73D7A30

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO N° 01/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO
CONTRATADO: Jose Ribeiro da Silva.

OBJETO:. locação do imóvel rural com área de dois mil (2.000) m² localizado na Vila Recreio, Zona Rural, Barão de Melgaço – MT.
VIGÊNCIA: 02/01/2014 a 31/12/2014
VALOR: R$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

ANTONIO RIBEIRO TORRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gonçalo Brandão de Arruda
Código Identificador:0AA7E0C0

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO N° 02/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO
CONTRATADO: ANTÔNIO RITA DE ARRUDA PINTO
OBJETO: Prestação de Serviços do Contratado à Contratante, dentro da sua área de atuação profissional, na manutenção e funcionamento da Estação de Tratamento e Distribuição de Água de Barão de Melgaço**.**
VIGÊNCIA:02/01/2014 a 02/05/2014
VALOR: R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)

ANTONIO RIBEIRO TORRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gonçalo Brandão de Arruda
Código Identificador:D8AEF55C

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO N°03/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO
CONTRATADO: SERENA COMERCIAL DE MERCADORIAS E SERVIÇOS DE TURISMO LTDA – ME
OBJETO: contratação de empresas especializada em Transporte escolar.
VIGÊNCIA: 06/01/2014 a 14/02/2014
VALOR: R$ 5.499,90 (cinco mil, quatrocentos e noventa e nove reais e noventa centavos).

ANTONIO RIBEIRO TORRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gonçalo Brandão de Arruda
Código Identificador:128F7407

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO N° 04/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO
CONTRATADO: ESTÁCIO DIAS CORREA.
OBJETO: contratação de empresas especializada em Transporte escolar.
VIGÊNCIA: 06/02/2014 a 06/03/2014
VALOR: R$ 5.774,00 (Cinco mil, setecentos e setenta e quatro reais).

ANTONIO RIBEIRO TORRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gonçalo Brandão de Arruda
Código Identificador:1808DA59

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO N° 05/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO
CONTRATADO: L. G. FERREIRA - ME
OBJETO: contratação de empresa exclusiva para fornecimento de uma banda para apresentação pública no carnaval de Barão de Melgaço/2014, que realizar-se-á no período de 28/02 a 04/03/2014
VIGÊNCIA: 28/02/2014 a 04/03/2014
VALOR: R$ 48.400,00 (quarenta e oito mil e quatrocentos reais).

ANTONIO RIBEIRO TORRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gonçalo Brandão de Arruda
Código Identificador:DD2C78FB

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO N° 06/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO
CONTRATADO: OPÇÃO SERVIÇO E COMÉRCIO DE SOM, PALCO E LUZ LTDA – EPP.
OBJETO: Contratação de empresa especializada na locação de som, palco, iluminação, tendas e banheiros químicos., destinados a estrutura para realização do Carnaval de Barão de Melgaço/2014, que realizar-se-á no período de 28/02 a 04/03/2014
VIGÊNCIA: 28/02/2014 a 04/03/2014
VALOR: R$ 79.750,00 (setenta e nove mil, setecentos e cinquenta reais)

ANTONIO RIBEIRO TORRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gonçalo Brandão de Arruda
Código Identificador:D512B16B

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO N° 07/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO
CONTRATADO: THIAGO HENRIQUE LOPES
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO REFERENTE A SERVICO DE ANALISE DOS REGISTROS EFETUADOS PELOS DEPARTAMENTOS REFERENTE AOS PROCESSOAS ADMINISTRATIVOS, BEM COMO CORREÇÕES DE INCONSISTENCIAS NOS LANÇAMENTOS COM O OBJETIVO DE EFETUAR O ENVIO DO APLIC, CARGA MENSAL E TEMPESTIVA, BEM COMO TAMBEM EFETUAR O ENVIO DA LRF
VIGÊNCIA: 28/02/2014 a 28/05/2014
VALOR: R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)

ANTONIO RIBEIRO TORRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gonçalo Brandão de Arruda
Código Identificador:B0F16A33

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO N° 08/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO
CONTRATADO: BANCO DO BRASIL S/A
OBJETO: objeto deste CONTRATO abrange todos os Órgãos da Administração Direta e as entidades da Administração Indireta, do Poder Executivo Municipal, observado o Parágrafo Segundo desta Cláusula, inclusive os que forem criados na vigência deste instrumento ou que tenham suas estruturas modificadas, fundidas ou transformadas em entidades de Administração Indireta, cujos negócios, descritos no objeto deste CONTRATO, serão preservados junto ao BANCO.
VIGÊNCIA: 25/03/2014 a 25/03/2019
VALOR: R$

ANTONIO RIBEIRO TORRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gonçalo Brandão de Arruda
Código Identificador:1534D877

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO N° 09/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO
CONTRATADO: ROBERTO SEBASTIÃO DE AMORIM - ME
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para execução de obra de obra de reforma do PSF da sede do município e do PSF de Joselândia, município de Barão de Melgaço
VIGÊNCIA: 06/03/2014 a 06/09/2014
VALOR: R$ 128.350,04 (cento e vinte e oito mil, trezentos e cinquenta reais e quatro centavos)

ANTONIO RIBEIRO TORRES
Prefeito Municipa

Publicado por:
Gonçalo Brandão de Arruda
Código Identificador:C7344394

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO N° 10/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO
CONTRATADO: MARCOS MOURA SANTOS- ME
OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de transporte de alunos da Rede Pública Municipal e Estadual do município de Barão de Melgaço
VIGÊNCIA: 26/03/2014 a 26/12/2014
VALOR: R$ 116.373,42 (CENTO E DEZESSEIS MIL, TREZENTOS E SETENTA E TRÊS REAIS E QUARENTA E DOIS CENTAVOS)

ANTONIO RIBEIRO TORRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gonçalo Brandão de Arruda
Código Identificador:9419EA1F

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO N° 11/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO
CONTRATADO: ESTACIO DIAS CORREA
OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de transporte de alunos da Rede Pública Municipal e Estadual do município de Barão de Melgaço
VIGÊNCIA: 26/03/2014 a 26/12/2014
VALOR: R$ 44.100,00 (QUARENTA E QUATRO MIL E CEM REAIS)

ANTONIO RIBEIRO TORRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gonçalo Brandão de Arruda
Código Identificador:92A126A6

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO N° 12/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO
CONTRATADO: ALEX JUNIOR DE ARAUJO SILVA
OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de transporte de alunos da Rede Pública Municipal e Estadual do município de Barão de Melgaço
VIGÊNCIA: 26/03/2014 a 26/12/2014
VALOR: R$ 54.355,05 (CINQUENTA E QUATRO MIL, TREZENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS E CINCO CENTAVOS)

ANTONIO RIBEIRO TORRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gonçalo Brandão de Arruda
Código Identificador:752E2102

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO N° 14/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO
CONTRATADO: SERENA COMERCIO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS DE TURISMO LTDA - ME
OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de transporte de alunos da Rede Pública Municipal e Estadual do município de Barão de Melgaço
VIGÊNCIA: 26/03/2014 a 26/12/2014
VALOR: R$ 67.765,05 (sessenta e sete mil setecentos e sessenta e cinco e cinco reais).

ANTONIO RIBEIRO TORRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gonçalo Brandão de Arruda
Código Identificador:E4E68286

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO N° 15/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO
CONTRATADO: CENTRO DE DIAGNÓSTICO E TERAPIA EM OFTALMOLOGIA LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE A CIRURGIA OFTALMOLÓGICA COM REMOÇÃO DE LENTE INTRA-OCULAR DA CAVIDADE VITREA E FIXAÇÃO ESCLERAL DA MESMA, COM URGÊNCIA DEVIDO O RISCO DE DANOS IRREVERSÍVEIS À VISÃO, INCLUINDO HONORÁRIOS MÉDICOS, MATERIAIS DE CONSUMO, TAXAS HOSPITALARES E ACOMPANHAMENTO PÓS OPERATÓRIO POR UM PERÍODO DE 03 (TRÊS) DIAS.
VIGÊNCIA: 03/04/2014 a 03/05/2014
VALOR: R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS)

ANTONIO RIBEIRO TORRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gonçalo Brandão de Arruda
Código Identificador:4142AA93

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO N° 16/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO
CONTRATADO: MARCELO DA SILVA GONÇALVES
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À CORREÇÃO DO PTTS, COMPREENDENDO AS SEGUINTES ATIVIDADES: VERIFICAÇÃO E CORREÇÃO DAS VISITAS DA CEAO, ELABORAÇÃO DE ATIVIDADES DIRETAS COM AS FAMÍLIAS BENEFICIADAS, ELABORAÇÃO DO MANUAL DO BENEFICIÁRIO E BOLETIM INFORMATIVO.
VIGÊNCIA: 31/03/2014 a 31/04/2014
VALOR: R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)

ANTONIO RIBEIRO TORRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gonçalo Brandão de Arruda
Código Identificador:1F93301E

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO N° 17/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO
CONTRATADO: ZILMA DA SILVA ALBUQUERQUE
OBJETO: LOCAÇÃO DOS IMÓVEIS
VIGÊNCIA: 09/04/2014 a 09/01/2015
VALOR: R$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais).

ANTONIO RIBEIRO TORRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gonçalo Brandão de Arruda
Código Identificador:431AD0BC

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO N° 18/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO
CONTRATADO: DOMINGAS DO NASCIMENTO OLIVEIRA
OBJETO: LOCAÇÃO DOS IMÓVEIS
VIGÊNCIA: 09/04/2014 a 09/01/2015
VALOR: R$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais).

ANTONIO RIBEIRO TORRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gonçalo Brandão de Arruda
Código Identificador:6AF8BAC5

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO N° 19/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO
CONTRATADO: LIBRA SERVIÇOS CORPORATIVOS LTDA – ME
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços voltados para a elaboração de defesas administrativas da Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço, perante os Órgãos de controle Interno e Externo, nas esferas Municipal, Estadual e Federal
VIGÊNCIA: 11/04/2014 a 11/02/2015
VALOR: R$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais)

ANTONIO RIBEIRO TORRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gonçalo Brandão de Arruda
Código Identificador:C1AC5F10

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO N° 20/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO
CONTRATADO: JURITI PROJETOS E CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA - ME
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DA ÁREA DE ENGENHARIA E/OU ARQUITETURA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO E PROJETO DE INCÊNDIO DO CENTRO DE EVENTOS E ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO.
VIGÊNCIA: 22/04/2014 a22/06/2014
VALOR: R$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

ANTONIO RIBEIRO TORRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gonçalo Brandão de Arruda
Código Identificador:B72A56B4

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO N° 21/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO
CONTRATADO: THIAGO HENRIQUE LOPES
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ANÁLISE E VERIFICAÇÃO DOS LANÇAMENTOS CONTÁBEIS E RETIFICAÇÃO JUNTO À CAMARA DE VEREADORES DOS BALANCETES DE JANEIRO A ABRIL.
VIGÊNCIA: 05/05/2014 a 05/06/2014
VALOR: R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS).

ANTONIO RIBEIRO TORRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gonçalo Brandão de Arruda
Código Identificador:36DA2FC0

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO N° 22/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO
CONTRATADO: THIAGO HENRIQUE LOPES
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA CONTÁBIL COM RESPONSABILIDADE TÉCNICA ABRANGENDO AS ÁREAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA NO PERÍODO DE 05/05 A 05/06/2014
VIGÊNCIA: 05/05/2014 a 05/06/2014
VALOR: R$ 6.500,00 (SEIS MIL E QUINHENTOS REAIS)

ANTONIO RIBEIRO TORRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gonçalo Brandão de Arruda
Código Identificador:0346785E

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO N° 23/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO
CONTRATADO: INTECSIS SISTEMA DE INFORMÁTICA E CONSULTORIA LTDA - ME
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS NA ELABORAÇÃO DE ROTINAS DE CONTROLE INTERNO, ABRANGENDO AS SEGUINTES ÁREAS: CONTABILIDADE, LICITAÇÃO, TRANSPORTE ESCOLAR, TRANSPORTE DE PACIENTES E FLUXOGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO.
VIGÊNCIA: 05/05/2014 a 05/06/2014
VALOR: R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)

ANTONIO RIBEIRO TORRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gonçalo Brandão de Arruda
Código Identificador:EA2FE7F1

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO N° 24/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO
CONTRATADO: AFC CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA –ME
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO DAS

OBRAS DO MUNICÍPIO EM ANDAMENTO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA MUNICIPALIDADE.
VIGÊNCIA: 05/05/2014 a 05/06/2014
VALOR: R$ 4.000,00 (quatro mil reais)

ANTONIO RIBEIRO TORRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gonçalo Brandão de Arruda
Código Identificador:0828E831

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO N° 25/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO
CONTRATADO: PORTEIRA SHOW PRODUÇÕES LTDA - EPP
OBJETO: FORNECIMENTO DE UM SHOW NACIONAL COM A DUPLA MILIONÁRIO E JOSÉ RICO, PARA APRESENTAÇÃO PÚBLICA NO 8º FESTIVAL DE PESCA DE BARÃO DE MELGAÇO/2014, QUE REALIZAR-SE-Á NO DIA 30/05/2014
VIGÊNCIA: 30/05/2014 a 31/05/2014
VALOR: R$ 108.000,00 (CENTO E OITO MIL REAIS)

ANTONIO RIBEIRO TORRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gonçalo Brandão de Arruda
Código Identificador:C94F44BE

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO N° 26/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO
CONTRATADO: MALACARNE & SILVA LTDA - ME
OBJETO: REALIZAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM A DUPLA BRENO REIS E MARCO VIOLA NO 8º FESTIVAL DE PESCA DE BARÃO DE MELGAÇO/2014, NO DIA 01/06/2014.
VIGÊNCIA: 30/05/2014 a 02/06/2014
VALOR: R$

ANTONIO RIBEIRO TORRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gonçalo Brandão de Arruda
Código Identificador:4E1A5536

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO N° 27/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO
CONTRATADO: SILVA & CORREIA LTDA - ME
OBJETO: REALIZAÇÃO DE DOIS SHOWS ARTÍSTICOS COM A BANDA CHEIRO DA BAHIA NO 8º FESTIVAL DE PESCA DE BARÃO DE MELGAÇO/2014, NOS DIAS 30 E 31/05/2014
VIGÊNCIA: 30/05/2014 a 01/06/2014
VALOR: R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS)

ANTONIO RIBEIRO TORRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gonçalo Brandão de Arruda
Código Identificador:79AE5C14

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO N° 28/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO
CONTRATADO: ACPI – ASSESSORIA, CONSULTORIA, PLANEJAMENTO E INFORMÁTICA LTDA
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de licença de uso de sistemas de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, incluindo conversão de dados, implantação e treinamento.
VIGÊNCIA: 02/06/2014 a 02/06/2015
VALOR: R$ 111.960,00 (CENTO E ONZE MIL, NOVECENTOS E SESSENTA REAIS)

ANTONIO RIBEIRO TORRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gonçalo Brandão de Arruda
Código Identificador:9E4E85C2

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO N° 13/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO
CONTRATADO: ODINEY DA SILVA TAQUES
OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de transporte de alunos da Rede Pública Municipal e Estadual do município de Barão de Melgaço
VIGÊNCIA: 26/03/2014 a 26/12/2014
VALOR: R$ 44.083,98 (QUARENTA E QUATRO MIL E OITENTA E TRÊS REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS)

ANTONIO RIBEIRO TORRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gonçalo Brandão de Arruda
Código Identificador:726BCE8F

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº: 016/2014

Contratante:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72
Contratado: MILANFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 86.729.324/0002-61
Objeto: –. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de mobiliário escolar, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital doPregão Eletronico , identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

ITEM	DESCRIMINAÇÃO DOS LOTES	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL - R$
1	Conjunto Aluno /CJA-06	140,00	195,00	27.300,00
2	Conjunto Professor /CJP-01	10,00	260,00	2.600,00
			TOTAL	29.900,00

Valor: O valor global e de R$ 29.900,00 (Vinte e Nove Mil Novecentos Reais)
Processo Licitatório: Adesão ao processo Administrativo n º 23034.018985/2012-80 originaria do pr**e**gão Eletrônico nº 16/2013/FNDE/MEC**.**
Dotação Orçamentária:.. 08.001.12.364.5040.2031.449052000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Vigência:.07/05/2014 ate 07/05/2015.
Responsável Jurídico: ANTÔNIO CARLOS RUFINO DE SOUZA

Publicado por:
Iris Passos Duarte Prieto
Código Identificador:C28C653E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DO 4º TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº: 070/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72
Contratado: CONSTRUTORA BRANDÃO LTDA- ME, inscrita no CNPJ sob nº 08.810.117/0001-42
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência.
Responsável Jurídico: Antonio Carlos Rufino de Souza
Prazo de Vigência: 08/05/2014 à 06/07/2014

Publicado por:
Iris Passos Duarte Prieto
Código Identificador:8EB9A1B4

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO
RESOLUÇÃO 004/CMAS/2014

Dispõe sobre a Aprovação do Termo de Aceite sobre a responsabilidade de gestão de Compromisso para a oferta do Programa ACESSUAS 2014.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Barra do Bugres – MT, reunido no dia **24 de Junho de 2014**, em Reunião Extraordinária, e registrada na **ata n.° 0113/CMAS/2014**, no uso de suas atribuições legais com base na Lei Municipal n.° 1.040/96 de Agosto de 1996, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social, sito a Av. das Nações 400 (quatrocentos) bairro Maracanã Barra do Bugres.

R/E/S/O/L/V/E:
Art. 1° - Aprovar o Termo de Aceite para Cofinanciamento do ACESSUAS Trabalho 2014.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, podendo ser revogada as disposições contrarias.

Barra do Bugres-MT, 26 de junho de 2014.

REGISTRADA, PUBLICADA, CUMPRA-SE

FÁBIO JOSÉ PORTO DE SOUZA
Presidente CMAS
Barra do Bugres – MT

Publicado por:
Wellington Rogério Duarte da Silva
Código Identificador:817FDF3F

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO
RESOLUÇÃO 005/CMAS/2014

Dispõe sobre a Aprovação do Termo de Aceite das Medidas Sócio Educativa – MSE 2014.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Barra do Bugres – MT, reunido no dia **24 de Junho de 2014**, em Reunião Extraordinária, e registrada na **ata n.° 0113/CMAS/2014**, no uso de suas atribuições legais com base na Lei Municipal n.° 1.040/96 de Agosto de 1996, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social, sito a Av. das Nações 400 (quatrocentos) bairro Maracanã Barra do Bugres.

R/E/S/O/L/V/E:

Art. 1° - Aprovar o Termo de Aceite para Cofinanciamento das Medidas Sócio Educativas 2014.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, podendo ser revogada as disposições contrarias.

Barra do Bugres-MT, 26 de junho de 2014.

REGISTRADA, PUBLICADA, CUMPRA-SE

FÁBIO JOSÉ PORTO DE SOUZA
Presidente CMAS
Barra do Bugres – MT

Publicado por:
Wellington Rogério Duarte da Silva
Código Identificador:B2F53188

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA 240/2014

O **Sr. Eudes Tarciso de Aguiar**, Prefeito do Município de Brasnorte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por,
RESOLVE
ARTIGO 1º - Alterar a Comissão de acompanhamento da elaboração do Processo Seletivo Simplificado 005/2014 para fins de contratações, de acordo com a Lei 1634/2014.

Presidente da Comissão:
· **Vera Lucia Poletto**
CPF 487.931.241-04 Matricula 346 e 2157 – Cargo (Professora)
Secretário da Comissão:
· **Amélia Rogoski Kapron**
CPF 953.282.891-53 Matricula 40 -Cargo (Professora)

Membros da Comissão:
· **Rosmarie Lemes Poletto**
CPF 709.067.779-68 – Mat. 464 – Cargo (Técnico Administrativo Educacional)
· **Solange Oliveira Santos**
CPF 905.322.369-04 – Mat. 500 e 3202 – Cargo (Professora)
· **Silvana Patrícia Trindade Moreno**
CPF 998.170.471-72 – Mat. 3942 – Cargo (Coordenadora de Projetos da Sec. de Educação e Cultura)
· **Eslaide Schroeder**
CPF 027.391.069-80 – Mat. 698 e 1561 – Cargo (Professora)

Membros Representantes pelo Sindicato:
· **Fernanda Nery Varaschin Caeron**
CPF 921.900.900-59 – Mat. 3213 – Cargo (Professora)

ARTIGO 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Brasnorte – MT, aos Vinte e Cinco dias do mês de Junho do Ano de Dois Mil e Quatorze.

Publique-se, Registre-se e Comunique-se

EUDES TARCISO DE AGUIAR
Prefeito do Município de Brasnorte

Publicado por:
Laisa Angelica de Melo da Silva
Código Identificador:947EB038

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO PREGÃO Nº 027/2014

AVISO DE RESULTADO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE**, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade **Pregão Nº 0027/2014**, destinada **Aquisição de Trator de Pneu para atender Patrulha Mecanizada em atendimento ao Contrato de Repasse n. 2628.1009294-62/2013 Caixa Econômica Federal e o Município de Brasnorte-MT.**, teve como vencedora(s) a empresa(s): **CASA DA LAVOURA LTDA com o valor total de R$ 103.500,00**.

Brasnorte-MT, 25 (VINTE E CINCO) de junho de 2014.

DONIZETE ALVES DE SOUZA
Pregoeiro

Publicado por:
Donizete Alves de Souza
Código Identificador:41F5DA41

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 115/2013

CONTRATADA: MATERIAL FORTE INCORPORADORA LTDA
OBJETO: Prorroga prazo de vigência em razão da não conclusão da obra no período esperado.
EXECUÇÃO: 22/10/2014
DATA: 25/06/2014

Publicado por:
Jeanne Folador
Código Identificador:A28D244C

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 288 DE 05 DE JUNHO DE 2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o Artigo 101 da Lei Complementar nº. 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40 da Lei Complementar nº. 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral nº. 16097, de 05 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art.1º Conceder a servidora **EONICE FERNANDES DA SILVA** – Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 03 (três) meses de **Licença-Prêmio**, referente ao período aquisitivo de 2003 a 2008, com efeitos desde 01 de abril de 2014 até 29 de junho de 2014.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 05 de junho de 2014.

WILSON MASSAHIRO KISHI
Secretário Municipal de Saúde

Afixado em: 05.06.2014.

Publicado por:
Walkyria Alves Candido
Código Identificador:F2526B78

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 290 DE 05 DE JUNHO DE 2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o Artigo 101 da Lei Complementar nº. 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40 da Lei Complementar nº. 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral nº. 16097, de 05 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art.1º Conceder a servidora **MARLENE FRANCO DE ALMEIDA COSTA** – Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 03 (três) meses de **Licença-Prêmio**, referente ao período aquisitivo de 2007 a 2012, com efeitos desde 01 de abril de 2014 até 29 de junho de 2014.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 05 de junho de 2014.

WILSON MASSAHIRO KISHI
Secretário Municipal de Saúde

Afixado em: 05.06.2014.

Publicado por:
Walkyria Alves Candido
Código Identificador:91F6B123

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 293 DE 05 DE JUNHO DE 2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o Artigo 101 da Lei Complementar nº. 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40 da Lei Complementar nº. 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral nº. 16097, de 05 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art.1º Conceder o servidor **UILSON VANÇAN DOS SANTOS** - Odontólogo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 03 (três) meses de **Licença-Prêmio**, referente ao período aquisitivo de 2001 a 2006, com efeitos desde 01 de abril de 2014 até 29 de junho de 2014.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 05 de junho de 2014.

WILSON MASSAHIRO KISHI
Secretário Municipal de Saúde

Afixado em: 05.06.2014.

Publicado por:
Walkyria Alves Candido
Código Identificador:02373842

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 294 DE 05 DE JUNHO DE 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o Artigo 101 da Lei Complementar nº. 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40 da Lei Complementar nº. 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral nº. 16097, de 05 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art.1º Conceder o servidor **ADÃO CAETANO** – Auxiliar de Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, 03 (três) meses de **Licença-Prêmio**, referente ao período aquisitivo de 2001 a 2006, com efeitos desde 05 de maio de 2014 até 04 de agosto de 2014.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 05 de junho de 2014.

WILSON MASSAHIRO KISHI
Secretário Municipal de Saúde

Afixado em: 05.06.2014.

Publicado por:
Walkyria Alves Candido
Código Identificador:384C710A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 296 DE 05 DE JUNHO DE 2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o Artigo 101 da Lei Complementar nº. 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40 da Lei Complementar nº. 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral nº. 16097, de 05 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art.1º Conceder a servidora **JOVILINA PEDROSA DOS SANTOS OLIVEIRA** – Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 03 (três) meses de **Licença-Prêmio**, referente ao período aquisitivo de 2007 a 2012, com efeitos desde 05 de maio de 2014 até 04 de agosto de 2014.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 05 de junho de 2014.

WILSON MASSAHIRO KISHI
Secretário Municipal de Saúde

Afixado em: 05.06.2014.

Publicado por:
Walkyria Alves Candido
Código Identificador:1D8F2A5B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 297 DE 05 DE JUNHO DE 2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o Artigo 101 da Lei Complementar nº. 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40 da Lei Complementar nº. 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral nº. 16097, de 05 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art.1º Conceder ao servidor **IVANILDO SOARES DE ASSUNÇÃO FILHO** – Guarda, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, 03 (três) meses de **Licença-Prêmio**, referente ao período aquisitivo de 2009 a 2014, com efeitos desde 02 de junho de 2014 até 01 de setembro de 2014.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 05 de junho de 2014.

WILSON MASSAHIRO KISHI
Secretário Municipal de Saúde

Afixado em: 05.06.2014.

Publicado por:
Walkyria Alves Candido
Código Identificador:4F160B3A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 298 DE 05 DE JUNHO DE 2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o Artigo 101 da Lei Complementar nº. 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40 da Lei Complementar nº. 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral nº. 16097, de 05 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art.1º Conceder a servidora **MARIA NADIR DE ARAÚJO** – Técnica em Higiene Dental, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 03 (três) meses de **Licença-Prêmio**, referente ao período aquisitivo de 2008 a 2013, com efeitos desde 02 de junho de 2014 até 01 de setembro de 2014.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 05 de junho de 2014.

WILSON MASSAHIRO KISHI
Secretário Municipal de Saúde

Afixado em: 05.06.2014.

Publicado por:
Walkyria Alves Candido
Código Identificador:AC07B3C7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 299 DE 05 DE JUNHO DE 2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o Artigo 101 da Lei Complementar nº. 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40 da Lei Complementar nº. 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral nº. 16097, de 05 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art.1º Conceder ao servidor **MIGUEL IZIDORO AIRES** – Pintor, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, 03 (três) meses de **Licença-Prêmio**, referente ao período aquisitivo de 1992 a 1997, com efeitos desde 02 de junho de 2014 até 01 de setembro de 2014.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 05 de junho de 2014.

WILSON MASSAHIRO KISHI
Secretário Municipal de Saúde

Afixado em: 05.06.2014.

Publicado por:
Walkyria Alves Candido
Código Identificador:D405178F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 287 DE 05 DE JUNHO DE 2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o Artigo 101 da Lei Complementar nº. 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40 da Lei Complementar nº. 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral nº. 16097, de 05 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art.1º Conceder a servidora **CRISTINA TEODORO DE MELLO** – Médica Clinica Geral, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 03 (três) meses de **Licença-Prêmio**, referente ao período aquisitivo de 2003 a 2008, com efeitos desde 01 de abril de 2014 até 29 de junho de 2014.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 05 de junho de 2014.

WILSON MASSAHIRO KISHI
Secretário Municipal de Saúde

Afixado em: 05.06.2014.

Publicado por:
Walkyria Alves Candido
Código Identificador:64F2F357

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 308 DE 11 DE JUNHO DE 2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº. 16362, de 09 de junho de 2014,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar o servidor **BENEDITO DA SILVA FRANCISCO**, para exercer a função de **Chefe de Redação Oficial,** da Secretaria de Governo do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, em substituição à titular que se encontra em gozo de férias, com efeitos desde 02 de junho de 2014 até 01 de julho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 11 de junho de 2014.

WASHINGTON CALADO BARBOSA
Secretário Municipal de Governo

Afixado em: 11.06.2014.

Publicado por:
Walkyria Alves Candido
Código Identificador:E1451FD5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 315 DE 18 DE JUNHO DE 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº. 17078, de 17 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art.1º Designar o servidor **JOAQUIM FRANCISCO COSTA NETO**, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, para ser Fiscal da Obra de Pavimentação e Drenagem no bairro Maracanãzinho no Município de Cáceres, referente ao Contrato Administrativo nº 04/2014- PGM, firmados entre o Município de Cáceres e a Empresa T&W COSTRUTORA E LOCADORA LTDA, conforme as especificações abaixo:

§ 1º O servidor acima designado deverá acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretária de Obras e Serviços Urbanos e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência do servidor responsável pela fiscalização, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 18 de junho de 2014.

CLAUDIO LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Afixado Em: 18.06.14.

Publicado por:
Walkyria Alves Candido
Código Identificador:972B1A38

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI Nº 1.675/2014 24 DE JUNHO DE 2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$ 90.500,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO VALTER BERFT, Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município na Fonte 03.15.000053 Transferências de Recursos do FNDE Outras Transferências Exercícios Anteriores no valor de R$ 90.500,00 (noventa mil e quinhentos reais) na seguinte classificação orçamentária:

09. Secretaria Municipal de Educação
002. Departamento de Educação
12. Educação
361. Ensino Fundamental
0005. Educação Parecis
2.071. Aquisição de Bens Móveis, Utensílios e Equip do Ensino Fundamental
4.4.90.52.00.00. Equipamentos e Material Permanente.....R$ 90.500,00
Código: 31.553
Fonte: 03.15.000053 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior na forma do art. 43, § 1º, inciso I da Lei Federal nº. 4320/64.

Art. 3º. As alterações constantes do art.1º desta Lei passam a integrar a Lei Municipal nº. 1.621 de 13 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2014 a 2017 e a Lei Municipal nº. 1.575, de 11 de julho de 2013, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2014 – LDO.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 24 dias do mês de junho de 2014.

MAURO VALTER BERFT
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Lays da Silva Santos
Código Identificador:E91C0A5C

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI Nº. 1.676/2014 24 DE JUNHO DE 2014

Autoria: Poder Executivo Municipal

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADQUIRIR ÁREA DE TERRA AO LONGO DA AVENIDA AMAPÁ, PARA FINS DE PROLONGAMENTO DA VIA PÚBLICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO VALTER BERFT, Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir, por compra, doação, permuta, cessão, transação, compensação, desapropriação amigável ou judicial, área de terras ao longo da Avenida Amapá até o Residencial Parecis, para fins de prolongamento da via pública.

Art. 2º. A área de terras de que trata o art. 1º possui 12.107,33m², a ser desmembrada de uma área maior de 81,2654 (oitenta e um hectares, vinte seis ares e cinquenta e quatro centiares), denominada Fazenda Olenka, situada no perímetro urbano da sede do Município, registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Campo Novo do Parecis/MT, na matrícula nº 1.101, em nome de Eduardo Andrzejewski, conforme memorais descritivos anexos, partes integrantes desta Lei.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta de dotação própria do orçamento vigente.
Art. 4°.A área de terras rurais a ser adquirida, será destinada a abertura e via pública, constante no prolongamento da Avenida Amapá, dando acesso, por meio de referida via, ao loteamento denominado Residencial Parecis, localizado nesta cidade, visando o escoamento de trânsito de pessoas e veículos.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 24 dias do mês de junho de 2014.

MAURO VALTER BERFT
Prefeito

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Lays da Silva Santos
Código Identificador:BD63A4BF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 304, DE 24 DE JUNHO DE 2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art.59, I da Lei Orgânica do Município e,
Considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Infraestrutura,

R E S O L V E

1. **DESIGNAR** a servidora pública, **CLEIDIANE MORAES NOVAIS**, **Diretora de Departamento de Gestão e Assuntos Estratégicos**, portadora do RG nº 2194696-0 SSP/MT e CPF nº 029.168.251-00, para acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato de Prestação de Serviço, proveniente do processo licitatório modalidade Tomada de Preço n° 005/2014, constantes abaixo:

CONTRATO	*OBJETO*	*CONTRATADA*
nº 026/2014	Contratação de empresa de engenharia para execução de serviço de recuperação em 12 km (doze quilometro) de estradas vicinais no padrão INCRA/Alimentadoras, na Linha Sucuruína, conforme Contrato de Repasse nº 783767/2013/MAPA/Caixa.	CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVIÇOS BELCHIOR LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob nº 03.362.824/0001-08

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 24 dias do mês de junho de 2014.

MAURO VALTER BERFT
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Lays da Silva Santos
Código Identificador:C6E8E599

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 039/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA em favor da Sra. IVONEI DE FATIMA TIGRE".

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo dos Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 14 e 15, ambos da Lei Municipal n° 1.170/2007, de 09 de maio de 2007.
Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** em favor da servidora **Sra. IVONEI DE FATIMA TIGRE**, efetiva no Cargo de técnica da saúde, lotada na Secretaria Municipal de saúde, com vencimentos integrais.

Art. 2º A Beneficiarias está em gozo de auxilio doença desde **02 de junho de 2014** e término em **09 de julho de 2014**, sendo que o benefício será pago pelo Funsem a partir **17 de junho de 2014 a 09 de julho de 2014**, conforme preceitua o art. 15 da Lei Municipal nº 1.170/2007, até posterior deliberação.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de **02 de junho de 2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 24 de junho de 2014.

NEDILSON MACIEL DOS SANTOS
Diretor Executivo

Publicado por:
Lays da Silva Santos
Código Identificador:87FFFCFA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 040/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA em favor do Sr. JAIR DIOGO HENTZ".

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo dos Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 14 e 15, ambos da Lei Municipal n° 1.170/2007, de 09 de maio de 2007.
Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** em favor do servidor **Sr. JAIR DIOGO**, efetivo no Cargo de técnico nível médio, lotada na Secretaria Municipal de esporte e lazer, com vencimentos integrais.

Art. 2º O Beneficiario está em gozo de auxilio doença desde **10 de junho de 2014** e término em **09 de agosto de 2014**, sendo que o benefício será pago pelo Funsem a partir **25 de junho de 2014 a 09 de agosto de 2014**, conforme preceitua o art. 15 da Lei Municipal nº 1.170/2007, até posterior deliberação.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de **10 de junho de 2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 24 de junho de 2014.

NEDILSON MACIEL DOS SANTOS
Diretor Executivo

Publicado por:
Lays da Silva Santos
Código Identificador:9451DA36

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 041/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA em favor da Sra IDELZINA VAZ DA LUZ.".

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo dos Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 14 e 15, §2º, ambos da Lei Municipal n° 1.170/2007, de 09 de maio de 2007.
Resolve:

Art. 1º Conceder prorrogação do benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** em favor da servidora **Sra. IDELZINA VAZ DA LUZ**, efetiva no Cargo de professora lotada na Secretaria Municipal de educação, com vencimentos integrais, a parti de **03 de maio de 2014** e término em **01 de agosto de 2014**, conforme processo administrativo **nº 023/03/2014-FUNSEM**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de **03 de maio de 2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 24 de junho de 2014.

NEDILSON MACIEL DOS SANTOS
Diretor Executivo

Publicado por:
Lays da Silva Santos
Código Identificador:D765EE33

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 042/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA em favor da Sra. DAYSE GRACIELLE RAMALHO RIGONATO".

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 14 e 15, ambos da Lei Municipal n° 1.170/2007, de 09 de maio de 2007.
Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** em favor da servidora **Sra. DAYSE GRACIELLE RAMALHO RIGONATO**, efetiva no Cargo de especialista da saúde, lotada na Secretaria Municipal de saúde, com vencimentos integrais.

Art. 2º A Beneficiarias está em gozo de auxilio doença desde **20 de maio de 2014** e término em **21 de junho de 2014**, sendo que o benefício será pago pelo Funsem a partir **04 de junho de 2014 a 21 de junho de 2014**, conforme preceitua o art. 15 da Lei Municipal nº 1.170/2007, até posterior deliberação.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de **20 de maio de 2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 24 de junho de 2014.

NEDILSON MACIEL DOS SANTOS
Diretor Executivo

Publicado por:
Lays da Silva Santos
Código Identificador:C2AD7C72

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 043/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA em favor da EDLEUZA FERREIRA DE OLIVEIRA".

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo dos Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 14 e 15, ambos da Lei Municipal n° 1.170/2007, de 09 de maio de 2007.
Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** em favor da servidora **Sra. EDLEUZA FERREIRA DE OLIVEIRA**, efetiva no Cargo de agente de saúde, lotada na Secretaria Municipal de educação com vencimentos integrais.

Art. 2º A Beneficiarias está em gozo de auxilio doença desde **09 de maio de 2014** e término em **08 de julho de 2014**, sendo que o benefício será pago pelo Funsem a partir **24 de maio de 2014 a 08 de julho de 2014**, conforme preceitua o art. 15 da Lei Municipal nº 1.170/2007, até posterior deliberação.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de **09 de maio de 2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 24 de junho de 2014.

NEDILSON MACIEL DOS SANTOS
Diretor Executivo

Publicado por:
Lays da Silva Santos
Código Identificador:DA6599FD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 044/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA em favor da Sra. JOSENAN LEMONIE GILIOLI ".

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo dos Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 14 e 15, §2º, ambos da Lei Municipal n° 1.170/2007, de 09 de maio de 2007.
Resolve:

Art. 1º Conceder prorrogação do benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** em favor da servidora **Sra. JOSENAN LEMONIE GILIOLI**, efetiva no Cargo de professora lotada na Secretaria Municipal de educação, com vencimentos integrais, a parti de **16 de junho de 2014** e término em **14 de setembro de 2014**, conforme processo administrativo **nº 014/03/2014-FUNSEM**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de **16 de junho de 2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 24 de junho de 2014.

NEDILSON MACIEL DOS SANTOS
Diretor Executivo

Publicado por:
Lays da Silva Santos
Código Identificador:1CE6D1FF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 045/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA em favor da Sra. MARIA IRILENE EWERLING".

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo dos Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 14 e 15, §2º, ambos da Lei Municipal n° 1.170/2007, de 09 de maio de 2007.
Resolve:

Art. 1º Conceder prorrogação do benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** em favor da servidora **Sra. MARIA IRILENE EWERLING**, efetiva no Cargo de agente administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração com vencimentos integrais, a partir de **20 de maio de 2014** e término em **18 junho de 2014**, conforme processo administrativo **nº 017/03/2014-FUNSEM**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de **20 de maio de 2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 24 de junho de 2014.

NEDILSON MACIEL DOS SANTOS
Diretor Executivo

Publicado por:
Lays da Silva Santos
Código Identificador:244E6815

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 046/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA em favor da Sra. SUELI GONÇALVES PINTO".

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo dos Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 14 e 15, ambos da Lei Municipal n° 1.170/2007, de 09 de maio de 2007.
Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** em favor da servidora **Sra. SUELI GONÇALVES PINTO**, efetiva no Cargo de agente de serviço lotada no centro referencia a associação social-CRAS, com vencimentos integrais.

Art. 2º A Beneficiarias está em gozo de auxilio doença desde **28 de maio de 2014** e término em **26 de junho de 2014**, sendo que o benefício será pago pelo Funsem a partir **11 de junho de 2014 a 26 de junho de 2014**, conforme preceitua o art. 15 da Lei Municipal nº 1.170/2007, até posterior deliberação.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de **28 de maio de 2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 24 de junho de 2014.

NEDILSON MACIEL DOS SANTOS
Diretor Executivo

Publicado por:
Lays da Silva Santos
Código Identificador:DD96545C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 047/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA em favor da Sra. AGNES BENEDETTI WACHHOLZ ".

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo dos Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 14 e 15, §2º, ambos da Lei Municipal n° 1.170/2007, de 09 de maio de 2007.
Resolve:

Art. 1º Conceder prorrogação do benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** em favor da servidora **Sra. AGNES BENEDETTI WACHHOLZ**, efetiva no Cargo de agente educacional, lotada na Secretaria Municipal de educação, com vencimentos integrais, a parti de **28 de maio de 2014** e término em **26 de julho de 2014**, conforme processo administrativo **nº 021/03/2014-FUNSEM**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de **28 de maio de 2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 24 de junho de 2014.

NEDILSON MACIEL DOS SANTOS
Diretor Executivo

Publicado por:
Lays da Silva Santos
Código Identificador:96140592

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 048/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA em favor do Sr. JORGE LUIZ RIPPEL".

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo dos Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 14 e 15, §2º, ambos da Lei Municipal n° 1.170/2007, de 09 de maio de 2007.
Resolve:

Art. 1º Conceder prorrogação do benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** em favor do servidor **Sr. JORGE LUIZ RIPPEL**, efetivo no Cargo de professor lotado na Secretaria Municipal de educação, com vencimentos integrais, a parti de **05 de junho de 2014** e término em **04 de julho de 2014**, conforme processo administrativo **nº 011/03/2014-FUNSEM**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de **05 de junho de 2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 24 de junho de 2014.

NEDILSON MACIEL DOS SANTOS
Diretor Executivo

Publicado por:
Lays da Silva Santos
Código Identificador:7FF2CC83

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 049/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA em favor do Sr. MARCIO PEREIRA ALVES".

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo dos Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 14 e 15, §2º, ambos da Lei Municipal n° 1.170/2007, de 09 de maio de 2007.
Resolve:

Art. 1º Conceder prorrogação do benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** em favor do servidor **Sr. MARCIO PEREIRA ALVES**, efetivo no Cargo de agente administrativo lotado na Secretaria Municipal de saúde com vencimentos integrais, a parti de **26 de maio de 2014** e término em **23 de agosto de 2014**, conforme processo administrativo **nº 012/03/2014-FUNSEM**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de **26 de maio de 2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 24 de junho de 2014.

NEDILSON MACIEL DOS SANTOS
Diretor Executivo

Publicado por:
Lays da Silva Santos
Código Identificador:CE411C19

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 050/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA em favor do Sr. ARISTIDE SACCHO".

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo dos Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 14 e 15, ambos da Lei Municipal n° 1.170/2007, de 09 de maio de 2007.
Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** em favor do servidor **Sr. ARISTIDE SACCHO**, efetivo no Cargo de agente de conservação, lotado na Secretaria Municipal de infraestrutura, com vencimentos integrais.

Art. 2º O Beneficiário está em gozo de auxilio doença desde **02 de junho de 2014** e término em **01 de julho 2014**, sendo que o benefício será pago pelo Funsem a partir **17 de junho de 2014 a 01 de julho de2014**, conforme preceitua o art. 15 da Lei Municipal nº 1.170/2007, até posterior deliberação.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de **02 de junho de 2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 24 de junho de 2014.

NEDILSON MACIEL DOS SANTOS
Diretor Executivo

Publicado por:
Lays da Silva Santos
Código Identificador:DA09D3AC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 051/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA em favor da Sra. IANDRA CARLA MARTINS FERRAZ".

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo dos Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 14 e 15, ambos da Lei Municipal n° 1.170/2007, de 09 de maio de 2007.
Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** em favor da servidora **Sra. IANDRA CARLA MARTINS FERRAZ**, efetiva no Cargo de especialista da saúde lotada no centro de reabilitação, com vencimentos integrais.

Art. 2º A Beneficiarias está em gozo de auxilio doença desde **05 de junho de 2014** e término em **03 de setembro de 2014**, sendo que o benefício será pago pelo Funsem a partir **20 de junho de 2014 a 03 de setembro de 2014**, conforme preceitua o art. 15 da Lei Municipal nº 1.170/2007, até posterior deliberação.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de **05 de junho de 2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 22 de junho de 2014 de 2014.

NEDILSON MACIEL DOS SANTOS
Diretor Executivo

Publicado por:
Lays da Silva Santos
Código Identificador:2AB6FF14

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 052/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA em favor da Sra. ANTONIETA INES MAINARDI TAMIOZZO".

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo dos Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 14 e 15, ambos da Lei Municipal n° 1.170/2007, de 09 de maio de 2007.
Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** em favor da servidora **Sra. ANTONIETA INES MAINARDI TAMIOZZO**, efetiva no Cargo de professora, lotada na Secretaria Municipal de educação, com vencimentos integrais.

Art. 2º A Beneficiarias está em gozo de auxilio doença desde **01 de junho de 2014** e término em **17 de junho de 2014**, sendo que o benefício será pago pelo Funsem a partir **16 de junho de 2014 a 17 de junho de 2014**, conforme preceitua o art. 15 da Lei Municipal nº 1.170/2007, até posterior deliberação.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de **01 de junho de 2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 24 de junho de 2014.

NEDILSON MACIEL DOS SANTOS
Diretor Executivo

Publicado por:
Lays da Silva Santos
Código Identificador:ECCCA5B0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 053/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA em favor da Sra. SANDRA VIANA AGUIAR".

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo dos Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 14 e 15, ambos da Lei Municipal n° 1.170/2007, de 09 de maio de 2007.
Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** em favor da servidora **Sra. SANDRA VIANA AGUIAR**, efetiva no Cargo de professora, lotada na Secretaria Municipal de educação, com vencimentos integrais.

Art. 2º A Beneficiarias está em gozo de auxilio doença desde **12 de maio de 2014** e término em **10 de julho de 2014**, sendo que o benefício será pago pelo Funsem a partir **27 de maio de 2014 a 10 de julho de 2014**, conforme preceitua o art. 15 da Lei Municipal nº 1.170/2007, até posterior deliberação.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de **12 de maio de 2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 24 de junho de 2014.

NEDILSON MACIEL DOS SANTOS
Diretor Executivo

Publicado por:
Lays da Silva Santos
Código Identificador:0ABA5653

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 054/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício de SALÁRIO-MATERNIDADE em favor da ROBERTA CRISTINA FREITAS SILVA".

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo dos Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 23, da Lei Municipal n° 1.170/2007, de 09 de maio de 2007.
Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **SALÁRIO-MATERNIDADE** em favor da servidora **Sra. ROBERTA CRISTINA FREITAS**, efetiva no Cargo de agente administrativo, lotada na Secretaria Municipal de assistência social, com vencimentos integrais, a parti de **03 de junho de 2014** e término em **01 de outubro de 2014**, conforme processo administrativo **nº 02/04/2014-FUNSEM**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de **03 de junho**, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 24 de junho de 2014.

NEDILSON MACIEL DOS SANTOS
Diretor Executivo

Publicado por:
Lays da Silva Santos
Código Identificador:2A667048

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 055/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA em favor da Sra. IVONE CENCI".

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo dos Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 14 e 15, ambos da Lei Municipal n° 1.170/2007, de 09 de maio de 2007.
Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** em favor da servidora **Sra. IVONE CENCI**, efetiva no Cargo de professora lotada na Secretaria Municipal de educação, com vencimentos integrais.

Art. 2º A Beneficiarias está em gozo de auxilio doença desde **05 de maio de 2014** e término em **03 de agosto de 2014**, sendo que o benefício será pago pelo Funsem a partir **20 de maio de 2014 a 03 de agosto de 2014**, conforme preceitua o art. 15 da Lei Municipal nº 1.170/2007, até posterior deliberação.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de **05 de maio de 2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 24 de junho de 2014.

NEDILSON MACIEL DOS SANTOS
Diretor Executivo

Publicado por:
Lays da Silva Santos
Código Identificador:AC6CCDEA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 056/2014

"Dispõe sobre a nomeação da Comissão para realização do Processo de Credenciamento Medico Perito do FUNSEM – Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis-MT.

O Diretor Executivo do FUNSEM – Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis-MT, passando esta a ter a seguinte disposição:

RESOLVE:
Art. 1º - NOMEAR as pessoas abaixo relacionadas para comporem a Comissão do Processo de Credenciamento de Médico Perito para o FUNSEM – Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis-MT. a qual terá a incumbência de realizar o edital e demais atos do processo de Credenciamento, na forma seguinte:
PRESIDENTE: ANDRESSA MAIRA ERVILHA RIBEIRO, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG nº 18878393, SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 024.062.301-04.
SECRETÁRIA: DÉBORA DE FRANÇA MACEDO, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG nº 1795822-9, SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 047.249.721-90.
MEMBRO: CLAUDIA VANUZA ESGANZELA, brasileira, Divorciada, portadora da cédula de identidade RG n. 1043508-5, SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 824.642.191-34.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 23 de junho de 2014.

NEDILSON MACIEL DOS SANTOS
Diretor Executivo – FUNSEM
Portaria nº 004/2013

Publicado por:
Lays da Silva Santos
Código Identificador:BFF3F294

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CREDENCIAMENTO DE MÉDICO PERITO

O Diretor Executivo do FUNSEM – Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, torna público, a todos os interessados, o Edital nº 001/2014 de CREDENCIAMENTO de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços na área da saúde, compreendendo médicos para realização de perícias singular e por junta médica na área da saúde aos segurados do FUNSEM.

O edital completo com informações sobre a documentação necessária, as condições de contratação e outros esclarecimentos podem ser obtidos na sede do FUNSEM, sito na Av. Mato Grosso, nº 384-NE – Centro, CEP. 78.360-000, município de Campo Novo do Parecis - MT, Fone: 65 3382 1168 ou pelo endereço eletrônico: funsem@gmail.com, de segunda à sexta feira, das 07h às 13 horas.

Campo Novo do Parecis - MT, 25 de junho de 2014.

NEDILSON MACIEL DOS SANTOS
Diretor executivo do FUNSEM
Portaria nº 004/2013

Publicado por:
Lays da Silva Santos
Código Identificador:D35461E0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS,** através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação modalidade **PREGÃO 070/2014**, destinada à **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição, com a devida instalação, de aparelhos de ar condicionado para atender a Secretaria de Educação.** A presente licitação ficou **FRACASSADA.**

Campo Novo do Parecis-MT, 25 de junho de 2014.

LEANDRO NERY VARASCHIN
Pregoeiro

Publicado por:
Lays da Silva Santos
Código Identificador:C80D49D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS,** através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA 04/2014**, destinada à **Alienação de Imóvel do Patrimônio Público Municipal, cujo procedimento foi previamente autorizado pelo Poder Legislativo Municipal, através da Lei n. 1.470/2011 de 21 de dezembro de 2011e e Lei 1425/2011 de 11 de julho de 2011**, nenhuma empresa compareceu para participar do certame, ficando então **DESERTA**.

Campo Novo do Parecis-MT, 25 de junho de 2014.

LEANDRO NERY VARASCHIN
Pres. Comissão Permanente de Licitação

Publicado por:
Lays da Silva Santos
Código Identificador:D2D5BAE2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 302, DE 23 DE JUNHO DE 2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município,
Considerando o Edital de Convocação nº 021/2014, Concurso Público nº 001/2012, homologado através do Decreto Executivo nº 074/2012,

R E S O L V E

1. NOMEAR, a partir desta data, a Senhora **GEIZIANE HERBELE,** portadora do **RG nº 2345696-5 SSP/MT, CPF nº 021.692.841-92** para ocupar o cargo de **Agente Administrativo**, Especialidade **Agente Administrativo,** vinculado à Secretaria Municipal de Administração, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 23 dias do mês de junho de 2014.

MAURO VALTER BERFT
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Lays da Silva Santos
Código Identificador:9819EE48

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 303, DE 24 DE JUNHO DE 2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica do Município e,

R E S O L V E

1. CONCEDER, com efeitos a 2 de junho de 2014, percentual de gratificação, a título de função gratificada, sobre os vencimentos básicos mensais, à seguinte servidora:

Simone Visineski	Secretaria de Finanças	Chefe de Divisão de Tesouraria	10%
Paulo Sergio Falcão	Secretaria de Administração	Diretor Departamento Executivo do PROCON	10%
Luzemi Pereira Vieira	Secretaria de Administração	Chefe Divisão de Apoio Legislativo	20%

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 24 dias do mês de junho de 2014.

MAURO VALTER BERFT
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Lays da Silva Santos
Código Identificador:72A2A761

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 305, DE 24 DE JUNHO DE 2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica do Município e,
Considerando o disposto na Lei Municipal 1.130/2006, de 11.07.06 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis,
Considerando o requerimento do servidor Alam Suzuki Serpa,
Considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde através do Memorando nº 646/2014,
Considerando o período aquisitivo 01.11.03 a 30.10.11,

R E S O L V E

1. **CONCEDER** licença prêmio por assiduidade ao Servidor Municipal**, ALAM SUZUKI SERPA**, efetivo no cargo de **Especialista de Saúde,** especialidade **Cirurgião Dentista,** matrícula nº 232, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, do quadro de pessoal efetivo desta Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

2. O período de gozo da licença concedida será de 30 (trinta) dias com início em 15 de julho de 2014 e término em 14 de agosto de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 24 dias do mês de junho de 2014.

MAURO VALTER BERFT
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Lays da Silva Santos
Código Identificador:68801CEE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO RP 081/2014

ABERTURA: 09 de julho de 2014.
CREDENCIAMENTO: a partir das **14:00h.**
INÍCIO DA SESSÃO: 09 de julho de 2014 às 14:00 horas.
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de locação de banheiros químicos, para atender a Prefeitura Municipal**.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5147 / 5157, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 25 de junho de 2014**.**

LEANDRO NERY VARASCHIN
Pregoeiro

Publicado por:
Lays da Silva Santos
Código Identificador:308B1460

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO RP 082/2014

ABERTURA: 10 de julho de 2014.
CREDENCIAMENTO: a partir das **08:00h.**
INÍCIO DA SESSÃO: 10 de julho de 2014 às 08:00 horas.
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de combustível para abastecimento dos veículos pertencentes à frota municipal nos municípios de Tangará da Serra, Cuiabá, Cáceres, Barra do Bugres, Sorriso, Diamantino, Nova Mutum, Comodoro, Campo Novo do Parecis e Distrito Marechal Rondon**.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5147 / 5157, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 25 de junho de 2014**.**

LEANDRO NERY VARASCHIN
Pregoeiro

Publicado por:
Lays da Silva Santos
Código Identificador:1DEC56A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO RP 083/2014

ABERTURA: 10 de julho de 2014.
CREDENCIAMENTO: a partir das **14:00h.**
INÍCIO DA SESSÃO: 10 de julho de 2014 às 14:00 horas.
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS de publicações oficiais do Município de Campo Novo do Parecis - MT no Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado e Jornal Diário de Grande Circulação no Estado**.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5147 / 5157, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 25 de junho de 2014**.**

LEANDRO NERY VARASCHIN
Pregoeiro

Publicado por:
Lays da Silva Santos
Código Identificador:0BEFE161

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO RP 084/2014

ABERTURA: 11 de julho de 2014.
CREDENCIAMENTO: a partir das **08:00h.**
INÍCIO DA SESSÃO: 11 de julho de 2014 às 08:00 horas.
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de material betuminoso para a pavimentação de ruas não pavimentadas e recapeamento em ruas do município, conforme Convênio 058/12, firmado entre a Secretaria de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana e o município de Campo Novo do Parecis**.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5147 / 5157, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 25 de junho de 2014**.**

LEANDRO NERY VARASCHIN
Pregoeiro

Publicado por:
Lays da Silva Santos
Código Identificador:0FEC4118

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.989/2014 DE 18 DE JUNHO DE 2014.

AUTORIA: PREFEITO FÁBIO SCHROETER

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER REVISÃO GERAL ANUAL (ART. 37, X, DA CF) AOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES, AOS PROVENTOS E AS PENSÕES DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS, DO PODER EXECUTIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:
Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar recomposição salarial de 7,59% (sete vírgula cinquenta e nove por cento), com base na variação do INPC/IBGE no período entre os meses de março de 2013 a maio de 2014, para os Servidores Públicos Municipais de Campo Verde.
Parágrafo primeiro - A recomposição que trata este artigo vigorará a partir do primeiro dia do mês de junho de 2014.
Parágrafo segundo - Farão *jus* a recomposição salarial todas as categorias de servidores públicos municipais, quais sejam, efetivos, comissionados e ocupantes de cargos eletivos, inclusive os lotados nas Autarquias Municipais, com exceção dos professores da rede municipal de ensino, cujo reajuste será disciplinado no art. 2º desta Lei.
Parágrafo terceiro - Em relação aos servidores efetivos, o índice recomposição incidirá sobre o padrão de vencimento da tabela coeficientes de provimentos de cargos efetivos vigente, referente ao mês maio de 2014.
Parágrafo quarto - No que tange aos servidores comissionados e ocupantes de cargos eletivos, o índice de recomposição deverá incidir sobre os respectivos vencimentos percebidos no mês de maio de 2014.
Parágrafo quinto - A referida recomposição se estende aos aposentados e pensionistas do PREVIVERDE, cujos benefícios foram concedidos com reajustes pela paridade.
Art. 2º - Fica ainda o Poder Executivo Municipal autorizado conceder reajuste salarial de 9,00% (nove por cento) para os professores da rede municipal de ensino, consistindo 8,32% (oito vírgula trinta e dois por cento) a título de recomposição salarial e 0,68% (zero vírgula sessenta e oito por cento) a título de aumento salarial sobre vencimento base do cargo da carreira do magistério.
Parágrafo único - A recomposição que trata este artigo vigorará a partir do primeiro dia do mês de maio de 2014, e o valor referente a sua diferença será adimplido na folha de pagamento do mês de junho de 2014.
Art. 3º - Os demais aposentados e pensionistas não relacionados no §5º do artigo 1º, desta Lei terão suas recomposições anualmente, de acordo com o índice do INPC do Governo Federal.
Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 18 de junho de 2014.

FÁBIO SCHROETER
Prefeito Municipal

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, com emenda e sem ressalvas.

FÁBIO SCHROETER
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

JOSÉ FERREIRA DA CRUZ NETO
Sec. de Administração

Publicado por:
Nelson Ricardo Kleim
Código Identificador:5B342411

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANÍSTICO

Capítulo I
DA NATUREZA E FINALIDADE
Art. 1º – O Conselho Municipal de Desenvolvimento, é órgão consultivo e deliberativo em matéria de natureza urbanística e de política municipal, composto por representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, criado pela Lei nº 019/2010, de 17 de Fevereiro de 2010.
Art. 2º – O Conselho Municipal de Desenvolvimento, tem como objetivo geral, de forma propositiva e sugestiva, promover a coordenação e a integração de todos os órgãos e entidades, públicos ou privados, diretamente envolvidos ou que se disponham a participar .

Capítulo II
DAS COMPETÊNCIAS
Art. 3º – Compete ao Conselho Municipal de Desenvolvimento:
I - acompanhar a implementação do Plano Diretor, analisando e deliberando sobre questões relativas a sua aplicação;
II - deliberar e emitir pareceres sobre proposta de alteração da Lei do Plano Diretor;
III - acompanhar a execução de planos, programas e projetos de interesse do desenvolvimento municipal, inclusive os planos setoriais;
IV - deliberar sobre projetos de lei de interesse do desenvolvimento municipal, antes de seu encaminhamento à Câmara Municipal;
V - gerir os recursos oriundos do Fundo Municipal de Desenvolvimento;
VI - aprovar e acompanhar o desenvolvimento das Operações Urbanas Consorciadas;
VII - aprovar os EIV(estudo de impacto de vizinhança)/RIV(relatório de impacto de vizinhança) e deliberar sobre seu uso;
VIII - acompanhar a implementação dos demais instrumentos urbanísticos;
IX - zelar pela integração das políticas setoriais;
X - deliberar sobre as omissões e casos não perfeitamente definidos pela legislação urbanística municipal;
XI - convocar, organizar e coordenar as conferências e assembléias;
XII - convocar audiências públicas;
XIII - elaborar e aprovar o regimento interno.
XIV – nos casos que tratem de assuntos de conhecimento técnico as deliberações
serão dadas pelo Núcleo de Gestão e Planejamento Urbano. (Incluído pela Lei N° 034/2011)
Capítulo III

DA ORGANIZAÇÃO
Art. 4º – O Conselho Municipal de Desenvolvimento tem a seguinte organização:
I – Plenária de Conselheiros;
II – Presidência;
III – Secretario executivo;
Seção I
Da Plenária
Art. 5º – A plenária do Conselho Municipal de Desenvolvimento é o fórum de proposições sobre o Plano Diretor Municipal, configurado por Reuniões Ordinárias e Extraordinárias, de acordo com requisitos de funcionamento estabelecidos neste Regimento.

Subseção I
Da Composição
Art. 6º – O Conselho Municipal de Desenvolvimento será composto por órgãos e/ou entidades relacionados no Artigo 130 da Lei Municipal nº019, de 17 de Fevereiro de 2010, respeitando as alterações que deverão ser feitas de acordo com as especificações.
Art. 7º – A representação dos órgãos e/ou entidades far-se-á através de um titular e um suplente.
§ 1º – Na presença do titular, o suplente não terá direito a voto nas reuniões;
§ 2º – Somente os representantes titulares poderão exercer funções dentro do Conselho, sendo que, na ausência dos mesmos, o respectivo suplente os substitui.
Art. 8° – As entidades não governamentais integrantes do Conselho poderão a seu critério substituir, a qualquer tempo, os Conselheiros que os representam.
§ 1° – Perde o mandato o membro do Conselho Municipal de Desenvolvimento que faltar, sem justificativa, a três reuniões consecutivas ou cinco alternadas do Conselho, no período de dois anos, assumindo, nesse caso, o seu suplente, para completar o mandato original.
§ 2° – A destituição será declarada pela Plenária do Conselho Municipal de Desenvolvimento por decisão da maioria absoluta dos membros do Conselho;

§ 3º – As justificativas de ausências dos titulares e respectivos suplentes deverão ser apresentadas por escrito, a presidência do Conselho até 4(quatro) dias úteis após a reunião.
Subseção II
Das Atribuições dos Conselheiros

Art. 9º – São atribuições dos Conselheiros:
I – Participar de todas as discussões do Conselho;
II – Votar as proposições submetidas ao Conselho;
III – Apresentar proposições, requerimentos, moções e questões de ordem;
IV – Obedecer às normas regimentais;
V – Apresentar retificação ou impugnação das atas;
VI – Assinar a lista de presença e as atas das reuniões do Conselho;
VII – Justificar o seu voto, quando for o caso; e
VIII – Apresentar à apreciação do Conselho quaisquer assuntos relacionados com as atribuições do mesmo ou designadas pelo mesmo.
IX – O conselheiro ao perceber junto à sociedade alterações condizentes e pertinentes ao plano diretor, deverá realizar previamente por escrito suas considerações e trazer na plenária do conselho para discussão no prazo de dez dias que antecede a plenária;
Art. 10 – É permitido aos Conselheiros o livre acesso aos planos, programas e projetos voltados para as áreas de alçada do Conselho Municipal de Desenvolvimento.
§ 1º – O acesso aos planos, programa e projetos deverá ser solicitado, formalmente, por escrito à Presidência do Conselho;
§ 2º – O Presidente agendará o acesso no prazo limite de 5 (cinco) dias úteis.
Subseção III
Do Funcionamento
Art. 11 – O Conselho Municipal de Desenvolvimento reunir-se-á, ordinariamente, a cada trinta dias de acordo com a necessidade para a reestruturação do Plano Diretor e, extraordinariamente, para sempre que convocado pelo seu presidente ou pela maioria de seus membros.
Art. 12 – O Conselho deverá ter uma pasta contendo lista de presenças e atas digitadas, impressas e assinadas pelos membros.
Art. 13 – A pauta da reunião ordinária constará de:
a) Leitura e aprovação da ata da reunião anterior;
b) Leitura de Expediente;
c) Informes da mesa e dos Conselheiros;
d) Ordem do dia constando dos temas previamente definidos;
e) Assuntos gerais;
f) Definição da pauta da reunião seguinte, sem prejuízo de inclusões posteriores, que se fizerem necessárias; e
g) Encerramento.
Parágrafo Único – Para apresentação do informe, cada Conselheiro ou participante inscrito disporá de tempo para as colocações e, em caso de polêmica ou necessidade de debate, o assunto poderá ser

encaminhado para assuntos gerais ou ser pautado para a próxima reunião, por decisão da plenária;
Art. 14 – As votações devem ser apuradas pela contagem de votos a favor, contra e abstenções, mediante manifestação expressa de cada Conselheiro, ficando excluída a possibilidade de votação secreta.
Art. 15 – Nas atas das reuniões da Plenária devem constar:
a) Relação dos temas abordados na ordem do dia com indicação do(s) responsável(is) pela apresentação e a inclusão de alguma observação quando expressamente solicitada por Conselheiro(s); e
b) As proposições sugeridas, inclusive quanto à aprovação da ata de reunião anterior, os temas a serem incluídos na pauta da reunião seguinte, devendo, em todos os casos, ser registrado o número de votos contra, a favor e abstenções.
Parágrafo Único – As atas aprovadas nas reuniões do Conselho serão remetidas aos Conselheiros pelo Secretário na semana subseqüente à sua aprovação.

Seção III
Da Presidência

Art. 16 – A Presidência do Conselho será exercida por um de seus integrantes, eleito entre seus membros, para mandato de 01(um) ano, permitida sua recondução por igual período.
Parágrafo Único – Na ausência ou impedimento do Presidente do Conselho, o Conselho Municipal de Desenvolvimento será presidido pelo Secretário Executivo, ou, na sua ausência, por um dos Conselheiros, eleito pela Plenária.
Art. 17 – Compete à Presidência:
I – Representar o Conselho, pessoalmente ou através de expressa delegação;
II – Estabelecer, em conjunto com os Conselheiros, a pauta de trabalho para a reunião seguinte, sem prejuízo da inclusão de assuntos emergenciais;
III – Convocar e presidir as reuniões da Plenária e dar execução às suas decisões;
IV – Efetuar as comunicações e expedir resoluções, de acordo com as proposições do Conselho Municipal de Desenvolvimento;
V – fazer recomendações e moções a serem submetidas à Plenária;
VI – Responder pelo expediente do Conselho Municipal de Desenvolvimento, por si ou através de servidores requisitados;
VII – Cumprir e fazer cumprir o presente Regimento;
VIII – Determinar a verificação da presença;
IX – Determinar a leitura da ata e das correspondências e comunicações;
X – Assinar as atas, junto com o Secretário Executivo e demais Conselheiros;
XI – Colocar as matérias em discussão e votação;
XII – Anunciar o resultado das votações;
XIII – Proclamar as decisões tomadas em cada reunião;
XIV – Decidir sobre as questões de ordem ou submetê-las à consideração dos membros do Conselho, quando omisso o Regimento; e
XV – Indicar e determinar horário para cumprimento das determinações do Art. 10 deste Regimento.

Seção IV
Da Secretaria Executiva

Art. 18 – O Conselho Municipal de Desenvolvimento elegerá um Secretário Executivo, que terá o apoio técnico administrativo da Secretaria Municipal de Planejamento.
Parágrafo Único – O Secretário Executivo será eleito entre os membros titulares do Conselho, com mandato de 1 (um) ano com direito à reeleição.
Art. 19 – São atribuições da Secretaria Executiva:
I – Secretariar as reuniões do Conselho;
II – Receber, preparar, expedir e controlar a correspondência;
III – Providenciar os serviços de digitação e impressão;
IV – Fazer lavrar as atas, fazer sua leitura e a do expediente;
V – Providenciar os serviços de arquivo e documentação;
VI – Receber as proposições apresentadas pelos membros do Conselho, nas reuniões e fora delas, inclusive sugestões de pauta;
VII – Registrar a freqüência dos membros do Conselho à reunião;
VIII – Anotar os resultados das votações e das proposições apresentadas;
IX – Distribuir aos membros do Conselho as pautas das reuniões, os convites e comunicações com antecedência mínima de 5 (cinco) dias;
X – Assinar as atas, juntamente com o Presidente e demais Conselheiros; e
XI – Remeter as cópias das atas, após aprovação, no prazo de sete dias.
Art. 20 – Nos casos de ausência do Secretário Executivo, a Plenária elegerá um dos Conselheiros para secretariar a reunião.

Capítulo IV
DAS REUNIÕES

Art. 21 – As reuniões do Conselho realizar-se-ão, ordinariamente, de acordo com o Art. 11 deste Regimento, em dia previamente designado.
§ 1º – A convocação das reuniões ordinárias será feita no início de cada semestre, em calendário aprovado na primeira Plenária.
§ 2º – As convocações e pautas das reuniões ordinárias em qualquer tempo com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas;
§ 3º – As convocações e pautas das reuniões extraordinárias, sempre que as circunstâncias exigirem, serão convocadas pelo Presidente do Conselho ou pelo Prefeito.
Art. 22 – As reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento se darão em 1ª chamada com maioria absoluta, em 2ª chamada com 1/3 dos membros e em 3ª chamada com 1/5 dos membros, observando-se intervalo de 10 (dez) minutos entre as chamadas.
§ Único – Esgotado o prazo referido no caput deste Artigo, para as reuniões ordinárias, sem que tenha sido atingido o quorum necessário, o Presidente do Conselho convocará nova reunião, dentro do prazo de 5(cinco) dias úteis, nos moldes das convocações das reuniões extraordinárias, havendo necessidade para tal;
Art. 23 – As reuniões ordinárias e extraordinárias poderão terão duração de 2 (duas) horas, podendo a Plenária prorrogá-las por mais 1 (uma) hora, e se necessário, por mais 30 (trinta) minutos.

Capítulo V
DAS VOTAÇÕES

Art. 24 – Para manifestação verbal será cumprido o seguinte critério:
a) Após explanação de cada tópico, serão abertas as inscrições;
b) Os Conselheiros e Participantes terão até 3 (três) minutos de manifestação verbal;
c) Caso exista tempo disponível, cada pessoa poderá se inscrever e reinscrever.
Art. 25 – Encerrada a discussão, a matéria será submetida à votação sempre nominal e aberta.
Parágrafo Único – Os votos serão apurados, computando-se por representação.
Art. 26 – Ao anunciar o resultado das votações, o Presidente do Conselho declarará quantas e quais entidades votaram, favoravelmente, ou em contrário, e quantas e quais se abstiveram.
Parágrafo Único – No caso de empate e após duas rodadas de votação, com discussão, o Presidente terá o "voto de Minerva".
Art. 27 – Não poderá haver voto por delegação.
Art. 28 – As deliberações do Conselho Municipal de Desenvolvimento serão tomadas pela maioria simples de votos dos membros presentes, cabendo ao Presidente, além do voto comum, o voto de desempate e serão registradas em ata.
Art. 29 – As matérias constantes da ordem do dia serão discutidas e votadas na reunião em que forem apresentadas, sendo que as matérias não discutidas por falta de tempo hábil e as que forem discutidas e não concluídas terão prioridade na reunião seguinte.

Capítulo VI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 30 – A Prefeitura prestará o apoio administrativo necessário ao funcionamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento, disponibilizando o espaço e a infra estrutura para as reuniões do Conselho.
Art. 31 – A aprovação e a alteração do Regimento Interno se darão por maioria absoluta dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento.
Art. 32 – Os casos omissos no presente Regimento Interno serão resolvidos pela Plenária ou, na hipótese do Conselho não se encontrar reunido, pela Presidência "ad referendum" da Plenária, devendo ser submetido à apreciação do Conselho na primeira reunião subseqüente, sob pena de perda da validade do ato.
Art. 33 – As entidades não governamentais deverão indicar representantes que não exerçam qualquer tipo de cargo ou função na Administração Pública.

Art. 34 – O presente Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Campo Verde, 23 de Junho de 2014.

_____
Presidente

Publicado por:
Ana Maria Baum
Código Identificador:A8E5091E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TORNA SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DO AVISO DE LEILÃO Nº001/2014 - BENS MOVÉIS DIVERSOS DO DIA 11/06/2014 EDIÇÃO Nº 1991

TORNA SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DO AVISO DE LEILÃO Nº001/2014 - BENS MOVÉIS DIVERSOS DO DIA 11/06/2014 EDIÇÃO Nº 1991

A Prefeitura Municipal de Campo Verde , torna público para conhecimento dos interessados que decidiu **tornar sem efeito a Publicação AVISO DE LEILÃO Nº001/2014 - BENS MOVÉIS DIVERSOS DO DIA 11/06/2014 EDIÇÃO Nº 1991.**
Data da Circulação: Jornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso,Quarta-Feira, dia 11 de junho de 2014, pag. 32 e 33.

Campo Verde,25 de junho de 2014.

JOSÉ FERREIRA DA CRUZ NETO
Secretário de Administração

Publicado por:
Ana Maria Baum
Código Identificador:763E5EA9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE TOMADA DE PREÇOS N° 011/2014

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PERFURAÇÃO DE POÇOS TUBULARES PROFUNDOS PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA NO MINI ESTÁDIO VALE DO SOL NA CIDADE DE CAMPO VERDE - MT**, na modalidade Tomada de Preços n° 011/2014, a se realizar no dia **11 de julho de 2014 às 08h00min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente.

Campo Verde - MT, 25 de junho de 2014.

ANA CAROLINA S. BRAGA BLUME
Pregoeira

Publicado por:
Fabrícia Rodrigues Zago
Código Identificador:E8731CB2

SUPERVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ERRATA - PREGÃO 064/2014

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da pregoeira oficial, torna público a retificação da publicação da nova data para realização do Pregão 064/2014 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO À DISTÂNCIA, ATRAVÉS DE SISTEMA INFORMATIZADO EM DIVERSOS PONTOS NOS IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE-MT, publicado no Jornal Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso de 20/06/2014, ANO IX Nº 1997, pág. 44. Onde se lê: "O Pregão 064/2014 será realizado no **dia 07 de julho de 2014, às 14 horas"**, leia-se **"**O Pregão 064/2014 será realizado no **dia 10 de julho de 2014, às 09 horas".**

Campo Verde 25 de Junho de 2014.

ANA CAROLINA S. BRAGA BLUME
Pregoeira.

Publicado por:
Gislene Jesus Lopes
Código Identificador:72DEB435

SUPERVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE RETIFICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 091/2013

Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Supervisão de compras e licitações, RESOLVE RETIFICAR o preço unitário registrado do lote 10 da ata de registro de preços nº 091/2013, Pregão 050/20103, em favor da empresa Bezerra e Fernandes Ltda me, CNPJ N° 06.987.646/0001-90, mediante as seguintes cláusulas:
CLAUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO – Fundamenta-se esta retificação devido ao valor unitário contidos na ARP 091/2013 para o lote 10 encontra-se com erro de digitação.
CLAUSULA SEGUNDA – O presente termo tem por objetivo retificar os valores dos itens conforme quadro abaixo:

item	Descrição	Unidade	Quantidade	R$ unitário	R$ Total
01	Locação de estrutura alumínio em Q30	Diária	500	24,86	R$12.430,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DO TOTAL DA ATA ORIGINAL – em decorrência do disposto na cláusula segunda o total geral da ata permanecerá inalterado, pois o erro ocorreu no valor unitário, não alcançando o valor total do lote.
CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES GERAIS – Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições da ata de registro de preços.

Campo Verde, 25 de junho de 2014.

ANA CAROLINA S. BRAGA BLUME
Supervisora de compras e licitações

Publicado por:
Gislene Jesus Lopes
Código Identificador:96CF74A6

SUPERVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DO PREGÃO Nº 031/2014

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através de sua Pregoeira oficial, torna público o resultado do PREGÃO Nº 031/2014 – REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE TRANSMISSÃO DE DADOS – INTERNET – PARA ATENDER AS ESCOLAS DA ZONA RURAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO: a empresa EMTEC - EMPRESA DE TECNOLOGIA EMPREENDIMENTOS DE COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA – ME, CNPJ 07.777.792/0001-54, foi vencedora do certame com o valor total de R$ R$ 17.700,00 (Dezessete mil e setecentos reais).

Campo Verde, 25 de junho de 2014.

ANA CAROLINA S. BRAGA BLUME
Pregoeira

Publicado por:
Gislene Jesus Lopes
Código Identificador:0BBA626C

SUPERVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO** na modalidade pregão (presencial) nº **070/2014**, no dia **09 de JULHO de 2014, às 14:00 horas,** na sede da Prefeitura

Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente.

Campo verde, 25 de junho de 2014.

ANA CAROLINA S. BRAGA BLUME
Pregoeira

Publicado por:
Ana Carolina Santana Braga Blume
Código Identificador:172E8C04

SUPERVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO

SEGUNDA CHAMADA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COLHEDORA DE FORRAGENS PARA ATENDER A COMUNIDADE DOM OSÓRIO,** na modalidade pregão (presencial) nº **066/2014**, no dia **09 de JULHO de 2014, às 9:00 horas,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente.

Campo verde, 25 de junho de 2014.

ANA CAROLINA S. BRAGA BLUME
Pregoeira

Publicado por:
Ana Carolina Santana Braga Blume
Código Identificador:E143493D

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

GABINETE
EXTRATO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 070/2014

EXTRATO DE DISTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

DISTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT
DISTRATADO: ELOIZA ALVES DE BRITO
CONTRATO:070/2014
OBJETO: FICA RESCENDIDO O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SALA FIRMADO EM 01 DE FEVEREIRO DE 2014.
DATA: 23/06/2014

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:9EA940DB

GABINETE
EXTRATO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 052/2014

EXTRATO DE DISTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

EXTRATO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 052/2014
DISTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT
DISTRATADO: EUVIRA ALVES GUIMARÃES
CONTRATO:052/2014
OBJETO: FICA RESCENDIDO O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR FIRMADO EM 01 DE FEVEREIRO DE 2014.
DATA: 23/06/2014

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:1FEFF2A2

GABINETE
EXTRATO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 045/2014

EXTRATO DE DISTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

DISTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT
DISTRATADO: HIRLLA CAROLINE BALBINO RODRIGUES
CONTRATO:045/2014
OBJETO: FICA RESCENDIDO O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR FIRMADO EM 01 DE FEVEREIRO DE 2014.
DATA: 23/06/2014

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:B9841A41

GABINETE
EXTRATO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 127/2014

EXTRATO DE DISTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

EXTRATO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 127/2014
DISTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT
DISTRATADO: JANETE DOMINGUES BUENO
CONTRATO:127/2014
OBJETO: FICA RESCENDIDO O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR FIRMADO EM 01 DE ABRIL DE 2014.
DATA: 23/06/2014

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:6959624E

GABINETE
EXTRATO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 039/2014

EXTRATO DE DISTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

DISTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT
DISTRATADO: LUCIENDE DE JESUS
CONTRATO:039/2014
OBJETO: FICA RESCENDIDO O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SALA FIRMADO EM 01 DE FEVEREIRO DE 2014.
DATA: 23/06/2014

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:858A58E5

GABINETE
EXTRATO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 069/2014

EXTRATO DE DISTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

EXTRATO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 069/2014
DISTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT
DISTRATADO: LUSDALVA XAVIER DA SILVA
CONTRATO:069/2014
OBJETO: FICA RESCENDIDO O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SALA FIRMADO EM 01 DE FEVEREIRO DE 2014.
DATA: 23/06/2014

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:17530B1E

GABINETE
EXTRATO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 107/2014

EXTRATO DE DISTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

EXTRATO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 107/2014
DISTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT
DISTRATADO: MARIA ALVES DA SILVA
CONTRATO:107/2014
OBJETO: FICA RESCENDIDO O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SALA FIRMADO EM 01 DE FEVEREIRO DE 2014.
DATA: 23/06/2014

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:A05923F4

GABINETE
EXTRATO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 073/2014

EXTRATO DE DISTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

EXTRATO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 073/2014
DISTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT
DISTRATADO: NUBIA CAETANO DE JESUS
CONTRATO:073/2014
OBJETO: FICA RESCENDIDO O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SALA FIRMADO EM 01 DE FEVEREIRO DE 2014.
DATA: 23/06/2014

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:6903BC47

GABINETE
EXTRATO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 072/2014

EXTRATO DE DISTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

EXTRATO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 072/2014
DISTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT
DISTRATADO: PATRICIA DE OLIVEIRA
CONTRATO:072/2014
OBJETO: FICA RESCENDIDO O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SALA FIRMADO EM 01 DE FEVEREIRO DE 2014.
DATA: 23/06/2014

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:D93677C8

GABINETE
EXTRATO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 068/2014

EXTRATO DE DISTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

EXTRATO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 068/2014
DISTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT
DISTRATADO: SELMA RODRIGUES DOS SANTOS
CONTRATO:068/2014
OBJETO: FICA RESCENDIDO O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SALA FIRMADO EM 01 DE FEVEREIRO DE 2014.
DATA: 23/06/2014

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:45736F78

GABINETE
EXTRATO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 106/2014

EXTRATO DE DISTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

DISTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT
DISTRATADO: SHELBE LOPES FERREIRA MOURA
CONTRATO:106/2014
OBJETO: FICA RESCENDIDO O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SALA FIRMADO EM 01 DE FEVEREIRO DE 2014.
DATA: 23/06/2014

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:52304A05

GABINETE
EXTRATO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 067/2014

EXTRATO DE DISTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

DISTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT
DISTRATADO: VALDENIR FERREIRA ROCHA DE SOUZA
CONTRATO:067/2014
OBJETO: FICA RESCENDIDO O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SALA FIRMADO EM 01 DE FEVEREIRO DE 2014.
DATA: 23/06/2014

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:348DC5D6

GABINETE
EXTRATO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 043/2014

EXTRATO DE DISTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

EXTRATO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 043/2014

DISTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT
DISTRATADO: ALDIRA CORDEIRO DE JESUS
CONTRATO:043/2014
OBJETO: FICA RESCENDIDO O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AGENTE DE LIMPEZA ESCOLAR FIRMADO EM 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
DATA: 23/06/2014

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:06F5041A

GABINETE
EXTRATO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 064/2014

EXTRATO DE DISTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

EXTRATO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 064/2014
DISTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT
DISTRATADO: ANA PAULA SOARES DE SOUZA MATOS DA SILVA
CONTRATO:064/2014
OBJETO: FICA RESCENDIDO O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AGENTE DE LIMPEZA ESCOLAR FIRMADO EM 01 DE FEVEREIRO DE 2014.
DATA: 23/06/2014

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:885477B7

GABINETE
EXTRATO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 081/2014

EXTRATO DE DISTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

DISTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT
DISTRATADO: ANA ROSA DA COSTA VALADARES
CONTRATO:081/2014
OBJETO: FICA RESCENDIDO O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE Professora FIRMADO EM 01 DE FEVEREIRO DE 2014.
DATA: 23/06/2014

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:AEA632F9

GABINETE
EXTRATO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 130/2014

EXTRATO DE DISTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

DISTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT
DISTRATADO: DANUBIA SIMÃO DE OLIVEIRA
CONTRATO:130/2014
OBJETO: FICA RESCENDIDO O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SALA FIRMADO EM 01 DE MAIO DE 2014.
DATA: 23/06/2014

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:441C3EF0

GABINETE
EXTRATO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 071/2014

EXTRATO DE DISTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

DISTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT
DISTRATADO: DOLORES ALVES GUIMARAES
CONTRATO:071/2014
OBJETO: FICA RESCENDIDO O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SALA FIRMADO EM 01 DE FEVEREIRO DE 2014.
DATA: 23/06/2014

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:754A6B9A

GABINETE
EXTRATO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 060/2014

EXTRATO DE DISTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

DISTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT
DISTRATADO: FABRICIA FERREIRA DE CARVALHO
CONTRATO:060/2014
OBJETO: FICA RESCENDIDO O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE Professora FIRMADO EM 01 DE FEVEREIRO DE 2014.
DATA: 23/06/2014

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:9724ED23

GABINETE
EXTRATO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 078/2014

EXTRATO DE DISTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

DISTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT
DISTRATADO: MARISTELA STAMBOROVSKI GUIMARÃES
CONTRATO:078/2014
OBJETO: FICA RESCENDIDO O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SALA FIRMADO EM 01 DE FEVEREIRO DE 2014.
DATA: 23/06/2014

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:3BF01687

GABINETE
EXTRATO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 117/2014

EXTRATO DE DISTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

DISTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT
DISTRATADO: MARIVAINE JOSE DE OLIVEIRA

CONTRATO:117/2014
OBJETO: FICA RESCENDIDO O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE Professora FIRMADO EM 12 DE MARÇO DE 2014.
DATA: 23/06/2014

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:08AABDC8

GABINETE
EXTRATO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 044/2014

EXTRATO DE DISTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

DISTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT
DISTRATADO: POLIANA SILVA GOMES
CONTRATO:044/2014
OBJETO: FICA RESCENDIDO O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AGENTE DE LIMPEZA ESCOLAR FIRMADO EM 01 DE FEVEREIRO DE 2014.
DATA: 23/06/2014

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:922AD6D1

GABINETE
EXTRATO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 126/2014

EXTRATO DE DISTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

DISTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT
DISTRATADO: SANDRA FREIRE DE SOUZA
CONTRATO:126/2014
OBJETO: FICA RESCENDIDO O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SALA FIRMADO EM 14 DE ABRIL DE 2014.
DATA: 23/06/2014

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:4653F46E

GABINETE
EXTRATO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 114/2014

EXTRATO DE DISTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

DISTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT
DISTRATADO: SILVANA DOS SANTOS LEITE
CONTRATO:114/2014
OBJETO: FICA RESCENDIDO O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE Professora FIRMADO EM 03 DE MARÇO DE 2014.
DATA: 23/06/2014

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:585EF6C4

PREVICAN
PORTARIA N.º 009/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício Aposentadoria por Tempo de Contribuição a servidora Sra. Neuza Scapini Gross".

O Diretor Executivo do PREVICAN - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos requisitos estatuídos no Art. 6º, incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c Artigo 40 § 5º da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 20/98, c/c Art. 86, incisos I, II, III e IV da Lei Municipal n.º 695, de 06 de maio de 2005, que rege a previdência municipal, c/c Lei Complementar nº 028 de 23 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o estatuto do servidor público do município de Canarana, e Lei Complementar n.º 100 de 27 de outubro de 2011, que dispõe sobre a carreira dos profissionais de educação pública básica do Município de Canarana – MT;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **aposentadoria por tempo de contribuição, a Sra. Neuza Scapini Gross**, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade RG n.º 1.571.002 SSP/GO, inscrita no CPF sob o n.º 202.464.711-15, servidora efetiva, cargo de Professora, Classe "B", Nível "09", lotada na Secretaria Municipal de Educação, **com proventos integrais**, conforme processo administrativo do PREVICAN n.º 2014.04.00003P, a partir da data de 09 de junho de 2014 até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a data de 20 de junho de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Canarana - MT, 25 de junho de 2014.

NIELSON GUIMARÃES SILVA
Diretor Executivo do PREVICAN

Homologo:

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nielson Guimarães Silva
Código Identificador:FF47E19A

SETOR DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 155-2014

De 25 DE Junho de 2014.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:
Art. 1º - Designar o Servidor **SADI ANTONIO TURRA**, servidor no cargo de Secretário Municipal de Obras para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo** que tem por objeto a contratação de empresa para locação de bens móveis com montagem, operação, desmontagem de estrutura e equipamentos para cobertura de eventos – FEICAN 2014, para atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Canarana-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.
Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 25 de Junho de 2014.

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Iraci Salette de Vargas
Código Identificador:231300C2

SETOR DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 156-2014

De 25 de Junho de 2014.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Servidora **DANIMEIRE RAMOS CARVALHO**, servidora no cargo de Assessora de Engenharia, para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 68/2014** que tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação *de empresa para prestar serviços de inserções de veiculação de jingle e transmissões ao vivo, para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Canarana-MT.*

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 25 de Junho de 2014.

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Iraci Salette de Vargas
Código Identificador:6D4FA01F

SETOR DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 159-2014

De 25 de Junho de 2014.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Servidora **FABIANO RAMBO SCHAFER**, servidor no cargo de Gestor de Frotas, para exercer a fiscalização do Contrato referente ao Processo **nº 69/2014,** que tem por objeto contratação de empresa para serviços de Comunicação Multimídia (SCM) para acesso a Internet para atender *as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Canarana-MT.*

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 25 de Junho de 2014.

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Iraci Salette de Vargas
Código Identificador:E8A35647

SETOR DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 159-2014

De 25 de Junho de 2014.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Servidora **MARISA DE QUADROS SILVA**, servidora no cargo de Gerente de Vigilância, para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 67/2014** que tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação *de empresa para prestação de serviços de manutenção de aparelhos odontológicos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Canarana-MT.*

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 25 de Junho de 2014.

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Iraci Salette de Vargas
Código Identificador:E9FEE752

SETOR DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 161-2014

De 25 de Junho de 2014.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:
Art. 1º - Designar o Servidor **VANDERLAN CASSIANO SOBRINHO**, servidor no cargo de Operador de Máquinas, para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 52/2014** que tem por objeto a contratação de empresa locação de máquinas pesadas, para atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Canarana-MT.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.
Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 25 de Junho de 2014.

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Iraci Salette de Vargas
Código Identificador:6024B85D

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 027-2014

REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Canarana-MT, através de sua Pregoeira Oficial, nomeada pela Portaria nº. 004/2014, torna público para conhecimento dos interessados que a licitação na modalidade **Pregão Presencial Nº 027/2014**, do tipo Menor Preço por Lote, cujo objeto é o ***Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de exames laboratoriais* para atender a Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações do edital**, que a realização da sessão publica, anteriormente marcada para o dia **26 de Junho de 2014, às 08h30min**, fica **SUSPENSA POR PRAZO INDETERMINADO,** até segundo aviso, para readequação do Edital e Termo de Referencia – Anexo I.

Canarana-MT., 25 de Junho de 2014.

MARLI INES LONDERO
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Iraci Salette de Vargas
Código Identificador:0439D193

SETOR DE LICITAÇÕES
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 026-2014

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, designada pela Portaria nº. 004/2014 torna público que o pregão presencial 026/2014, que se realizou na data de **12/06/2014**, Menor Preço por item foi **DESERTO.**

Canarana -MT, 12 de Junho de 2014.

MARLI INES LONDERO
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Iraci Salette de Vargas
Código Identificador:5A047607

SETOR DE LICITAÇÕES
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 070-2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao Contrato Nº 70/2013, firmado com a empresa ALFREDO DIEHL - EPP para fornecimento de peças genuínas, originais ou de primeira linha para atendimento da frota do município de Canarana-MT.

O MUNICÍPIO DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Miraguai nº 228, Centro, Canarana - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 15.023.922/0001-91, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **EVALDO OSVALDO DIEHL**, brasileiro, casado, agro-empresário, residente e domiciliado na cidade de Canarana, Estado de Mato Grosso, portador da Cédula de Identidade Cédula de Identidade RG nº 211.566 SSI/SC e do CPF nº. 132.773.839-20, e de outro lado a empresa **ALFREDO DIEHL - EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.680.579/0001-43, estabelecida na Avenida Rio Grande do Sul nº 341, Centro, Cep 78.640-000, Canarana-MT, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por NEY WILSON PEREIRA, ocupando o cargo de procurador, brasileiro, RG nº 34638477056354 SSP/GO, CPF nº 660.248.701-91, resolvem celebrar o presente termo aditivo, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e alterações, e ainda de conformidade com a documentação constante no Processo nº 28/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação de prazo**, objeto do Contrato originário, a Cláusula Oitava – da Vigência, referente ao processo de licitatório na modalidade **Pregão Presencial nº 016/2013.**

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

2.1 - Fica acrescentada à a Cláusula Oitava – da Vigência, do contrato originário o total de **120 (cento e vinte) dias.**
2.2 – O prazo de execução fica estendido até o **dia 10/10/2014**.

CLAUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, § 1º, Inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.
3.2 - A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se em decorrência da necessidade de fornecimento de peças para manutenção de veículos, máquinas, caminhões, ônibus, etc., até a realização de 01 (um) novo processo licitatório para a aquisição de peças.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.
4.2 - As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

CLAUSULA QUINTA - DOMICÍLIO E FORO

5.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana-MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

Canarana-MT, 09 de Junho de 2014.

Prefeitura Municipal de Canarana
EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Contratada:
Alfredo Diehl – EPP - CNPJ
NEY WILSON PEREIRA
RG: 34638477056354 SSP/GO CPF**:** 660.248.701-91

Fiscal do Contrato
VALMIR IORA
Portaria nº 131/2013 de 15 de abril de 2013

Testemunhas:

01:_____
Nome:.....
CPF:.....

02:_____
Nome:.....
CPF:.....

Publicado por:
Iraci Salette de Vargas
Código Identificador:48120494

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 029-2014

REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Canarana-MT, através de sua Pregoeira Oficial, nomeada pela Portaria nº. 004/2014, torna público o **Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção dos aparelhos e equipamentos odontológicos, com fornecimento de peças, nas unidades de Saúde PSF's no municipio de Canarana-MT de forma fracionada de acordo com as necessidades e pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações do edital e anexos,** na modalidade **Pregão Presencial** no dia **09/07/2014 às 08h30min** (**Horário de Brasilia**) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. Os interessados poderão solicitar e retirar o edital completo na Prefeitura Municipal de Canarana/MT - podendo ser retirado pessoalmente, por telefone 66 – 3478.1200, no horário das 07h30min às 17h30min, através do e-mail **licitacoes.canarana@gmail.com** ou no endereço eletrônico **www.canarana.mt.gov.br.**

Canarana-MT., 25 de Junho de 2014.

MARLI INES LONDERO
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Iraci Salette de Vargas
Código Identificador:82C256A0

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 030-2014

REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Canarana-MT, através de sua Pregoeira Oficial, nomeada pela Portaria nº. 004/2014, torna público o **registro de preços para futura e eventual aquisição de serviços de inserções de veiculação de jingle e transmissões ao vivo de forma diária e fracionada de acordo com as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Canarana-MT, conforme especificações do edital e anexos,** na modalidade **Pregão Presencial** no dia **09/07/2014 às 13h30min** (**Horário de Brasilia**) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. Os interessados poderão solicitar e retirar o edital completo na Prefeitura Municipal de Canarana/MT - podendo ser retirado pessoalmente, por telefone 66 – 3478.1200, no horário das 07h30min às 17h30min, através do e-mail **licitacoes.canarana@gmail.com** ou no endereço eletrônico **www.canarana.mt.gov.br.**

Canarana-MT., 25 de Junho de 2014.

MARLI INES LONDERO
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Iraci Salette de Vargas
Código Identificador:1DA9338D

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 031-2014

REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Canarana-MT, através de sua Pregoeira Oficial, nomeada pela Portaria nº. 004/2014, torna público o **registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para serviços de Comunicação Multimídia (SCM) para prover acesso á Internet, para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Canarana-MT, conforme especificações do edital e anexos,** na modalidade **Pregão Presencial** no dia **09/07/2014 às 15h30min** (**Horário de Brasilia**) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. Os interessados poderão solicitar e retirar o edital completo na Prefeitura Municipal de Canarana/MT - podendo ser retirado pessoalmente, por telefone 66 – 3478.1200, no horário das 07h30min às 17h30min, através do e-mail **licitacoes.canarana@gmail.com** ou no endereço eletrônico **www.canarana.mt.gov.br.**

Canarana-MT., 25 de Junho de 2014.

MARLI INES LONDERO
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Iraci Salette de Vargas
Código Identificador:5D77777F

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL N° 261/2014

SUMULA: "SÚMULA: "ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO MUNICIPAL N.º 001/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica alterado o Artigo 1º, do decreto municipal nº. 001/2014, que passará a ter a seguinte redação:

"**Artigo 1º- .....**

FRANCIMARA ROARIS DA ROCHA - Presidente
RICHARD DO NASCIMENTO BITENCOURT – Membro Secretario
DEISE DIONE MUTSCHALL- Membro

----------"

Artigo 2º - As demais disposições do decreto municipal nº. 001/2014 permanecerão em vigor.

Artigo 3º - O Executivo Municipal procederá à reedição do decreto nº. 001/2014, com a alteração do presente decreto.

Artigo 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA - MT.
Em, 24 de junho de 2.014

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patrícia Fernandes Pafume
Código Identificador:EDA5FEDC

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL N° 001/2014 REEDITADO

DECRETO MUNICIPAL Nº 001/2014. **(Reeditado pelos Decreto Municipal nº 149/2014, 177/2014 e 261/2014)**

SUMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICIPIO DE CARLINDA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **NOMEADO** os membros da CPL – Comissão Permanente de Licitação, para o exercício de 2.014, composta a seguir:

FRANCIMARA ROARIS DA ROCHA - Presidente
RICHARD DO NASCIMENTO BITENCOURT – Membro Secretario
DEISE DIONE MUTSCHALL- Membro

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA - MT.
Em, 24 de junho de 2.014

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patrícia Fernandes Pafume
Código Identificador:6019578E

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

CÂMARA MUNICIPAL
ATO 032/2014

CONVOCA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012 DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT

O Presidente da Câmara Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, Vereador Sr. CARLOS EDUARDO DE LIMA OLIVEIRA, no uso das atribuições legais e,

- considerando a homologação do resultado final do Concurso Público, pelo Ato Legislativo nº 025/2012, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 21/12/2012;
- considerando a necessidade do provimento de Cargos Públicos Efetivos;
- considerando o disposto no **ITEM 7.1** Edital do Concurso Público nº. 001/2012;
- considerando o disposto que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Chapada dos Guimarães e;
- considerando ainda, que o segundo colocado, não se manifestou quanto a Convocação publicada através do Ato nº 022/2014;

RESOLVE
Art. 1°. Convocar o candidato abaixo identificado, para o Cargo Motorista, para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal, na Avenida Fernando Correa da Costa, nº 763, bairro Centro, em Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, fone: (65) 3301-1150, no período de 25/06/2014 a 24/07/2014, no horário de 12h00 as 18h00, pessoalmente.

01. CARGO: MOTORISTA

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
00272	ELIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA	9,00	3º

Art. 2º. O candidato deverá se apresentar com os seguintes documentos reproduzidos por cópias:
1. Cédula de Identidade;
2. Certidão de Casamento ou Nascimento;
3. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);
4. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);
5. Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);
6. Cartão do PIS/PASEP;
7. Comprovantes de votação nas duas ultimam eleições;
8. Título de Eleitor;
9. Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicilio dos últimos cinco anos, relativas à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);
10. Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;
11. Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido de acordo com exigências previstas no Edital 001/2012 – Itens 7.5 a 7.5.8;
12. 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente;
13. Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;
14. Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);
15. Comprovante de Escolaridade;
16. Declaração contendo endereço residencial;
17. Declaração Negativa de acúmulo de cargo público;
18. Declaração de Bens;
19. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária em que exercerá sua função;

Art. 3º. Se o candidato convocado não se apresentar para fazer entrega da documentação, ainda que incompleta, no prazo estabelecido por este Ato, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Concurso Público.

Art. 4º. Após a apresentação de toda a documentação, o candidato será nomeado e terá prazo de 30 (trinta) dias para tomar posse no cargo respectivo, podendo o prazo para a posse ser prorrogado por 30 (trinta) dias, mediante requerimento do interessado.
Art. 5º. Se o candidato não tomar posse no cargo, o Ato de Nomeação será revogado, ficando caracterizada a desistência do candidato.
Art. 6º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Chapada dos Guimarães – MT, 24 de Junho de 2014.

CARLOS EDUARDO DE LIMA OLIVEIRA – CARLINHOS DO PT
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Paulo Cezar de Oliveira
Código Identificador:AA165640

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO N° 89/2014

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO ASSESSOR TÉCNICO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO.

LISÚ KOBERSTAIN, Prefeito Municipal em substituição legal, por determinação judicial, de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

I – EXONERAR o Sr. FRANCISCO DA SILVA**,** do cargo em comissão de Assessor Técnico da Secretaria de Administração do Município.

II – Este Ato entra em vigor nesta data.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 20 de junho de 2014.

LISÚ KOBERSTAIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Schmidt Guerreiro
Código Identificador:23F26A40

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO N° 90/2014

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SECRETÁRIO INTERINO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO.

LISÚ KOBERSTAIN, Prefeito Municipal em substituição legal, por determinação judicial, de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

I – EXONERAR o Sr. JUAREZ BUENO PACHECO**,** do cargo em comissão de Secretário Interino de Administração do Município.

II – Este Ato entra em vigor nesta data.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 20 de junho de 2014.

LISÚ KOBERSTAIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Schmidt Guerreiro
Código Identificador:90FAFC20

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO N° 091/2014

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO TESOUREIRO DO MUNICÍPIO.

LISÚ KOBERSTAIN, Prefeito Municipal em substituição legal, por determinação judicial, de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

I – NOMEAR o Sr. FRANCISCO DA SILVA**,** para exercer o cargo em comissão de Tesoureiro, vinculado à Secretaria Municipal de Finanças do Município.

II – Este Ato entra em vigor nesta data.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 25 de junho de 2014.

LISÚ KOBERSTAIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Schmidt Guerreiro
Código Identificador:848D385E

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO 92/2014

LISÚ KOBERSTAIN, Prefeito Municipal em substituição legal, por determinação judicial, de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

I – NOMEAR a Sra. ADRIANA FERNANDES VARGAS**,** para exercer o cargo em comissão de Secretária de Administração do Município.

II – Este Ato entra em vigor nesta data.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 25 de junho de 2014.

LISÚ KOBERSTAIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Schmidt Guerreiro
Código Identificador:48240A82

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS - COMISSÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA

A presidente da Comissão de Regularização Fundiária Urbana do Município de Cláudia/MT, no uso de suas atribuições, nos termos da Lei municipal nº 500/2013, de 03/12/2013, e seu regulamento, faz saber que tramita nesta comissão os seguintes pedidos de outorga de títulos de propriedade e/ou legitimação de posse, do loteamento urbano **Cabo Manoel Agostinho do Nascimento**, de propriedade do Município de Cláudia, nesta cidade:

PROCESSO Nº	REQUERENTE(S)	Nº LOTE	Nº QUADRA
003/2014	JOSÉ DE OLIVEIRA	04	04
021/2014	MARINALVA FARIAS DA SILVA	04	01
026/2014	MARIA ALMEIDA PINHEIRO	12	01
031/2014	APARECIDA MOREIRA DE SOUZA	16	01
033/2014	ÉLIDA LUCIENE CARVALHO	19	01
034/2014	CELIA REGINA DE SOUZA MARQUES	20	01
035/2014	ELIANE CAMARGO DA SILVA	21	01
043/2014	MARCELA CARVALHO LOPES	05	03
044/2014	VALDILENE COSTA SILVA MORAES	07	03
045/2014	JOSE RUI DE ARAUJO	08	03
047/2014	FRANCISCA MARTINS EVANGELISTA	10	03
053/2014	IRENILDE DA SILVA SANTOS	17	03
059/2014	ELZIR SILVA DOS SANTOS LIRA	03	02
062/2014	JOANA DOS ANJOS OLIVEIRA DA SILVA	06	02
063/2014	SILVANA RIBEIRO DA SILVA	08	02
064/2014	MARIA SIRLEI DE SOUZA	09	02
065/2014	BEATRIZ FATIMA BOENO	10	02
069/2014	RODINEI ALVES PEREIRA	03	05
076/2014	MARIA JOSÉ MOURA DA SILVA	10	05
080/2014	ADENISA MARIA DE JESUS ALVES	16	05
081/2014	DAVINA DE JESUS	17	05
082/2014	NEUZA CRISTINA DOS SANTOS	18	05
084/2014	TALITA SANTANA MORAES	20	05
088/2014	VANUSA SOUZA SANTANA	04	06
089/2014	LURDES MARIA FRITZEM	05	06
098/2014	EVA DA SILVA CABRERIZO	14	06
106/2014	ADÃO DE AZEVEDO	07	07
107/2014	ZELIA MARIA PALHÃO	08	07
112/2014	EDNY ARRUDA DA SILVA MARTINS	14	07
113/2014	BERENICE ARAUJO MACHADO	13	07
114/2014	ZENILDA VIANA DO ESPIRITO SANTO	09	08
115/2014	HILIGART FISCHER WERLI	05	08
116/2014	VANDERLEI MARCELINO DE SOUZA	06	08
119/2014	LIDIANE FELIPE DE LIMA	04	08
123/2014	CLEUSA OLIVIO PRADO	10	09
124/2014	MARIA DE DEUS FERREIRA DA SILVA	11	09
132/2014	TEREZINHA DE QUEIROZ JOSE	11	08
133/2014	CICERA DAMAZIO DE OLIVEIRA ARAUJO	12	08
141/2014	FARISON FERREIRA DA SILVA	06	10
142/2014	ANTONIA ISABEL DA SILVA	07	10
144/2014	LEONICE VAZ MARTINS	09	10
157/2014	ODILON SCHINEIDER	09	17
160/2014	LOIRDE DA SILVA COSTA	04	13
163/2014	SOLANGE DA CONCEIÇÃO SOUSA	07	13
164/2014	ÁGATA KAMILA MARQUES ROCHA	08	13
173/2014	JOSÉ HENRIQUE PEREIRA FARIAS	18	14
177/2014	ELIZIA LUCI ZWAN	03	16
181/2014	VILMA DE AZEVEDO BRAZ	12	16
193/2014	ALICE DOS SANTOS BORGES	05	17
195/2014	MILANA JULIANA OLIVEIRA DE ALMEIDA	07	17
196/2014	LAERCIO SOUZA LIMA	08	17
197/2014	SELIA JUDITE ALBERTO GUERIN0	10	17
203/2014	LAURENTINO LAZZERI	15	17

207/2014	LUIZA ARISTIDES ALVES	03	18
208/2014	MARIA DAS NEVES DA SIL VA	04	18
209/2014	REGINA PASSOS	05	18
210/2014	IRANI DE SOUZA SANTANA	08	18
212/2014	HIOLANDA PAULINA DA SILVA	17	18
213/2014	DELZUITA CARVALHO DA SILVA	22	18
214/2014	JANICLEIA MOTA DOS SANTOS	12	12
215/2014	ROSEMILDA DE SOUZA	19	12
216/2014	ZENILDE BELOTTI DA SILVA	20	12
217/2014	ABADIA CAETANO DE SOUZA SILVA	01	12
218/2014	GILMAR MATTEUSSI	04	12
219/2014	LINDAURA CHAGAS VINCO	05	12
223/2014	ELISVANE FERREIRA TORRES	01	15
224/2014	MARIA DE FATIMA FERREIRA DA SILVA	10	14
225/2014	NATALINA DE OLIVEIRA FISCHER WERLI	14	14
226/2014	VALMIR BRANDÃO	04	14
227/2014	MARLENE MARIA COSTA	13	11
228/2014	ZACARIAS RODRIGUES DOS SANTOS FILHO	18	11
229/2014	LUCIANA CHAVES DOS SANTOS	20	11
230/2014	EUNICE SOUZA GUEDES DOS SANTOS	10	11
231/2014	MARIA JOSÉ DOS SANTOS	14	11

Pelo presente edital, ficam terceiros interessados notificados de que poderão impugnar os pedidos no prazo de dez (10) dias contados da data de publicação deste edital no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de Estado de Mato Grosso, de forma fundamentada, sob pena de preclusão.

A IMPUGNAÇÃO PODERÁ SER APRESENTADA POR QUALQUER PESSOA INTERESSADA, DE FORMA ESCRITA OU VERBAL, QUE NESSE CASO SERÁ REDUZIDA A TERMO, NA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NA AV. GASPAR DUTRA, P-3 – CENTRO – CLÁUDIA – TELEFONE (66) 3546-3100. Transcorrido o prazo deste edital sem impugnação, ou caso seja rejeitada eventual impugnação, após os trâmites legais, estando o pedido de acordo com a Lei nº 500/2013 e seu regulamento, serão outorgados aos requerentes os respectivos títulos de propriedade e/ou legitimação de posse, conforme requerido, tudo em cumprimento ao disposto na referida lei.

Cláudia/MT, 20 de Junho de 2014.

Comissão de Regularização Fundiária Urbana

Presidente

Publicado por:
Aline Mass Serafim
Código Identificador:07FCDDB9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N.º 529/2014

DATA: 23 DE JUNHO DE 2014

SUMULA: AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO EXERCÍCIO FINANCEIO DE 2014, NO VALOR DE ATE R$ 150.000,00, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional Especial no orçamento financeiro de 2014, no valor de até R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para atender a seguinte dotação orçamentária:

08-SECRETARIA MUN.OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
08.001-GABINETE DO SECRETARIO
08.001.15-URBANISMO
08.001.15.451-INFRA-ESTRUTURA URBANA
08.001.15.4510015- INFRA ESTRUTURA A SERV. DO DESENVOLVIMENTO DO MUNICIPIO
08.001.15.451.0015.1.155-SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL DE VIAS PUBLICAS
08.001.15.451.0015.1155.449051.00.00– OBRAS E INSTALAÇÕES R$ 150.000,00

Art. 2º Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Especial autorizado no artigo 1º desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a reduzir do orçamento vigente, com base na Lei 4.320/64, art. 43º, parágrafo 1º, inciso III, o valor de até R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), da seguinte dotação orçamentária:

08-SECRETARIA MUN.OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
08.001-GABINETE DO SECRETARIO
08.001.15-URBANISMO
08.001.15.122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL
08.001.15.122.0015- INFRA ESTRUTURA A SERV. DO DESENVOLVIMENTO DO MUNICIPIO
08.001.15.122.0015.1024–APRIMORAR AS RELAÇÕES E CONV.C/ ENTIDADES
08.001.15.122.0015.1024.3370.41.00.00 – CONTRIBUIÇÕES R$ 5.000,00
08.001.15.122.0015.1024.3390.36.00.00 – OUTROS SERV.TERCEIROS- P.F. R$ 6.000,00
08.001.15.122.0015.1024.3390.39.00.00 - OUTROS SERV.TERCEIROS- P.J. R$ 15.000,00
08.001.15.452-SERVIÇOS URBANOS
08.001.15.452.0011- GESTÃO DA SEC. DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.15.452.0011.2.012- MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTURURA
08.001.15.452.0011.2.012.3190.16.00.00-OUTRAS DESP. VARIAVEIS – P.C. R$ 12.000,00
08.001.15.452.0015-INFRA ESTRUTURAASERV.DODESENVOLVIMENTODOMUNICIPIO
08.001.15.452.0015.1.035-AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS
08.001.15.452.0015.1035.449061.00.00– AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS R$ 26.000,00
08.001.15.452.0015.1044 – AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E VEICULOS
08.001.15.452.0015.1044.4490.52.00.00 – EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE R$ 86.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cláudia, Estado De Mato Grosso, aos 23 (vinte e três) dias do mês de Junho de 2014.

Registra-se,
Publica-se,
Cumpra-se

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Mass Serafim
Código Identificador:2DA9AD52

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N.º 530/2014

DATA: 16 DE JUNHO DE 2014

SUMULA: AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO EXERCÍCIO FINANCEIO DE 2014, NO VALOR DE ATE R$ 200.000,00, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito Adicional Suplementar no orçamento financeiro de 2014, no valor de R$

200.000,00 (duzentos mil reais), para atender a seguinte dotação orçamentária:

11-SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
11.001-GAB. DO SECRETÁRIO
11.001.27 – DESPORTO E LAZER
11.001.27.812- DESPORTO COMUNITÁRIO
11.001.27.812.0020-DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E ATIVIDADE MOTORA
11.001.27.812.0020.1072-CONST. RECONSTRUÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE CENTRO POLI
11.001.27.812.0020.1072.449051000000.0.1.24.000055-ObraseInstalações – R$ 200.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo anterior, será utilizado nos termos do Inciso, II, I§ do artigo 43 da Lei 4.320, a anulação parcial das seguintes atividades:

11-SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
11.001-GAB.DO SECRETÁRIO
11.001.27 – DESPORTO E LAZER
11.001.27.812- DESPORTO COMUNITÁRIO
11.001.27.812.0020-DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E ATIVIDADE MOTORA
11.001.27.812.0020.1072-CONST. RECONSTRUÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE CENTRO POLI
11.001.27.812.0020.1072.449051000000.0.1.24.000054-ObraseInstalações – R$ 200.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cláudia, Estado De Mato Grosso, aos 23 (vinte e três) dias do mês de Junho de 2014.

Registra-se,
Publica-se,
Cumpra-se

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Mass Serafim
Código Identificador:3FF9FED5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 184/2014

DATA: 03 de Março de 2014.

SÚMULA: Conceder Retorno de Licença Saúde á Débora Nogueira da Silva e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Conceder Retorno de Licença Saúde a Sra. **DEBORA NOGUEIRA DA SILVA**, portadora do RG n° 1674454-3 SSP/MT e CPF n° 018.974.811-79, do cargo de Zeladora, na Secretaria Municipal de Assistência Social.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 03 de Março de 2014

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:A7D51B09

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 185/2014

DATA: 05 de Março de 2014.

SÚMULA: Concede FG-03 Ronaldo Borges da Silva e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Concede FG-03 de R$ 600,00 para **RONALDO FRANCISCO BORGES DA SILVA,** portador do RG n° 1425164-7 SSP/MT e CPF n° 945.390.901-78, no cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias,revogando as disposições em contrataria em especial a Portaria 178/2014.

Cláudia-MT, 05 de Março de 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:ED7BFBDB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 186/2014

DATA: 05 de Março de 2014.

SÚMULA: Revoga Cargo Comissionado á Percival Alves Marques e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Revoga Cargo Comissionado ao Sr. **PERCIVAL ALVES MARQUES**, portador do RG n° 3.417.037-1 SSP/PR e CPF n° 514.818.551-15, no cargo de Coordenador de Departamento, na Secretaria Municipal de Transporte.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 05 de Março de 2014

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:F8B40678

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 187/2014

DATA: 05 de Março de 2014.

SÚMULA: Nomeia Cargo Comissionado á Percival Alves Marques e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Nomear Cargo Comissionado ao Sr. **PERCIVAL ALVES MARQUES**, portador do RG n° 3.417.037-1 SSP/PR e CPF n° 514.818.551-15, no cargo de Diretor de Departamento, na Secretaria Municipal de Transporte.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 05 de Março de 2014

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:1912A8EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 188/2014

DATA: 05 de Março de 2014.

SÚMULA: Concede elevação de nível á Angelita Tereza dos Santos e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Concede elevação de nível á Sra. **ANGELITA TEREZA DOS SANTOS**, portadora do RG n° 986594 SSP/PR e CPF n° 632.089.381-87, da Classe C nível 06 para a Classe C nível 07, no cargo de Manutenção da Infra-Estrutura Escolar, na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 05 de Março de 2014

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:63879756

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 189/2014

DATA: 05 de Março de 2014.

SÚMULA: Concede FG-01 Euclides Alves e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Concede FG-01 de R$ 200,00 para **EUCLIDE ALVES,** portador do RG n° 756492 SSP/PR e CPF n° 075.251.179-34, no cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 05 de Março de 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:14C9057D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 190/2014

DATA: 05 de Março de 2014.

SÚMULA: Concede FG-01 Reginaldo Picon Barbon e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Concede FG-01 de R$ 200,00 para **REGINALDO PICON BARBON,** portador do RG n° 1318558-6 SSP/MT e CPF n° 934.536.041-72, no cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 05 de Março de 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:FD0FBC67

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 191/2014

DATA: 05 de Março de 2014
.

SÚMULA: Concede FG-01 Everaldo Teixeira de Morais e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Concede FG-01 de R$ 200,00 para **EVERALDO TEIXEIRA DE MORAIS,** portador do RG n° 1437212-6 SSP/MT e CPF n° 927.293.801-59, no cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 05 de Março de 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:E95778E7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 192/2014

DATA: 05 de Março de 2014.

SÚMULA: Concede FG-01 Alencar Adriano Venzo e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Concede FG-01 de R$ 200,00 para **ALENCAR ADRIANO VENZO,** portador do RG n° 1431134-8 SSP/MT e CPF n° 024.418.321-07, no cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 05 de Março de 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:FF7628ED

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 193/2014

DATA: 05 de Março de 2014.

SÚMULA: Concede FG-01 Regiran Costa Martins e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Concede FG-01 de R$ 200,00 para **REGIRAN COSTA MARTINS,** portador do RG n° 927.497 SSP/MT e CPF n° 817.785.201-97, no cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 05 de Março de 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:EF3BDE76

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 194/2014

DATA: 06 de Março de 2014.

SÚMULA: Conceder Retorno de Licença Saúde á Rita de Cássia Epaminondas de Carvalho Gianchini e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Conceder Retorno de Licença Saúde a Sra. **RITA DE CASSIA EPAMINONDAS DE CARVALHO GIANCHINI**, portadora do RG n° 1855079-7 SEJSP/MT e CPF n° 474.838.221-04, do cargo de Educador Físico, na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 06 de Março de 2014

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:D6EEC0F5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 195/2014

DATA: 10 de Março de 2014.

SÚMULA: Conceder Retorno de Licença Saúde á Maria Madalena da Silva e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Conceder Retorno de Licença Saúde a Sra. **MARIA MADALENA DA SILVA**, portadora do RG n° 1020218-8 SSP/MT e CPF n° 761.820.101-34, do cargo de Manutenção da Infra-Estrutura Escolar, na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 10 de Março de 2014

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:DA367C07

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 196/2014

DATA: 12 de Março de 2014.

SÚMULA: Concede elevação de nível á Neiva Bonissoni Regert e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Concede elevação de nível á Sra. **NEIVA BONISSONI REGERT**, portadora do RG n° 811.071 SSP/MT e CPF n° 630.320.741-34, da Classe C nível 06 para a Classe C nível 07, no cargo de Manutenção da Infra-Estrutura Escolar, na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 12 de Março de 2014

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:1B1FA87B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 197/2014

DATA: 12 de Março de 2014.

SÚMULA: Exoneração á pedido Carina Silvana Virgulino e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Exoneração á pedido de **CARINA SILVANA VIRGULINO**, portadora do RG n° 2007442-5 SSP/MT e CPF n° 036.175.621-67, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 12 de Março de 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:0EE8466E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 198/2014

DATA: 19 de Março de 2014.

SÚMULA: Conceder Licença Maternidade á Patrícia Juliana Caetano e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Conceder Licença Maternidade a Sra. **PATRICIA JULIANA CAETANO**, portadora do RG n° 1784673-0 SSP/MT e CPF n° 022.386.891-41, do cargo de Chefe de Divisão, na Secretaria Municipal de Assistência Social.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 19 de Março de 2014

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:69D15E32

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 199/2014

DATA: 21 de Março de 2014.

SÚMULA: Nomeia Cassio Beal e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Nomeia em cargo comissionado **CASSIO BEAL**, portador do RG n° 9750129-7 SESP/PR e CPF n° 070.767.929-07, no cargo de Chefe de Divisão, lotado na Secretaria Municipal de Esporte.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 21 de Março de 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:A6EEC500

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 199-A/2014

DATA: 21 de Março de 2014.

SÚMULA: Exoneração Lindomar Basilio Silva e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Exoneração de **LINDOMAR BASILIO SILVA**, portador do RG n° 1.103.277-4 SSP/MT e CPF n° 856.605.581.00, no cargo de Chefe de Divisão, lotado na Secretaria Municipal de Esporte.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias, retroagindo seus efeitos ao dia 20/03/2014 .

Cláudia-MT, 21 de Março de 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:928D0A59

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 200/2014

DATA: 24 de Março de 2014.

SÚMULA: Conceder Retorno de Licença Maternidade á Andréia Teolide Schneider Sielski e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:

Art.1° - Conceder Retorno de Licença Maternidade a Sra. **ANDRÉIA TEOLIDE SCHNEIDER SIELSKI**, portadora do RG n° 1686606-1 SSP/MT e CPF n° 012.639.971-98, do cargo de Assistente Administrativo, na Secretaria Municipal de Administrativo.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 24 de Março de 2014

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:B12D62B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 201/2014

DATA: 24 de Março de 2014.

SÚMULA: Conceder FG de 50% á Andréia Teolide Schneider Sielski e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Conceder FG de 50% a Sra. **ANDRÉIA TEOLIDE SCHNEIDER SIELSKI**, portadora do RG n° 1686606-1 SSP/MT e CPF n° 012.639.971-98, do cargo de Assistente Administrativo, na Secretaria Municipal de Administrativo.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 24 de Março de 2014

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:A42730A7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 202/2014

DATA: 01 de Abril de 2014.

SÚMULA: Exoneração á pedido Neusa Cervieri e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Exoneração á pedido de **NEUSA CERVIERI**, portadora do RG n° 10925201 SSP/MT e CPF n° 667.639.911-34, no cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Abril de 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:0B2F1546

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 202-A/2014

DATA: 01 de Abril de 2014.

SÚMULA: Exoneração á pedido Elida Luciene de Carvalho e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Exoneração á pedido de **ELIDA LUCIENE DE CARVALHO**, portadora do RG n° 39.859.390-5 SSP/SP e CPF n° 937.954.321.20, no cargo de Agente Público de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias, retroagindo seus efeitos ao dia 25/03/2014.

Cláudia-MT, 01 de Abril de 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:F3F8AAE8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 203/2014

DATA: 01 de Abril de 2014.

SÚMULA: Exoneração á pedido Priscila Cristina Perondi e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Exoneração á pedido de **PRISCILA CRISTINA PERONDI**, portadora do RG n° 1508853-7 SSP/MT e CPF n° 020.610.441-31, no cargo de Diretor de Departamento, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Abril de 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:04ECA03B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 204/2014

DATA: 01 de Abril de 2014.

SÚMULA: Concede Retorno de Licença Particular á Odanir Pedro Bonissoni e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Concede Retorno de Licença Particular á **ODANIR PEDRO BONISSONI**, portador do RG n° 14/R-2.320.496 SSP/SC e CPF n° 015.815.139-92, no cargo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Abril de 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:E6393967

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 205/2014

DATA: 01 de Abril de 2014.

SÚMULA: Exoneração á pedido á Cleverton Bastian e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Exonerar a pedido á **CLEVERTON BASTIAN**, portador do RG n° 11586567 SJ/MT e CPF n° 901.928.851-20, no cargo de Diretor de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Abril de 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:BEC66E85

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 206/2014

DATA: 01 de Abril de 2014.

SÚMULA: Revoga FG de Secretario Escolar de 20% a Anilton Carlos Emerenciano e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Revogar FG de 20% (Vinte por centos) ao Sr. **ANILTON CARLOS EMERENCIANO**, portador do RG n° 1284281-8 SSP/MT e CPF n° 887.357.451.34, do cargo de Analista Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Abril de 2014

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:81B0F68B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 207/2014

DATA: 01 de Abril de 2014.

SÚMULA: Concede Licença Maternidade á Rafaela Cristina da Silva e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Conceder Licença Maternidade á **RAFAELA CRISTINA DA SILVA**, portadora do RG n° 7.398.469-6 SSP/PR e CPF n° 007.922.499-76, no cargo de Fonoaudióloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Abril de 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:2F248D59

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 208/2014

DATA: 01 de Abril de 2014.

SÚMULA: Concede licença premio de 03 meses á Elias Ferreira Vasconcelos e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Conceder Licença Premio de 03 (três) meses á **ELIAS FERREIRA VASCONCELOS**, portador do RG n° 560112 SSP/PR e CPF n° 344.681.021-87, no cargo de Operador de Maquinas, lotado na Secretaria Municipal de Transporte.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Abril de 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:4949157F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 209/2014

DATA: 01 DE ABRIL DE 2014.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE REENQUADRAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM RAZÃO DE ALTERAÇÃO NA LEI COMPLEMENTAR 010/2008 POR MEIO DA LEI COMPLEMENTAR 014/2013 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Excelentíssimo Sr. **JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA**, Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e amparadas pela Lei Orgânica do Município; e;
CONSIDERANDO as determinações legais previstas na Lei Complementar 014/2013 de 11 de Dezembro de 2013, que alterou dispositivos na LEI COMPLEMENTAR 010/2008;
CONSIDERANDO entre as alterações, foi alterada a forma de movimentação na carreira, bem como, regularizado as progressões verticais e promoções horizontais;
CONSIDERANDOa necessidade de procedimentos administrativos para ajustes dos profissionais nos cargos, em decorrência da movimentação na carreira seja ela através da progressão vertical de níveis ou promoção horizontal de classe;
CONSIDERANDO que os atuais servidores Profissionais da Educação Básica, abrangidos pela Lei Complementar 014/2013, deverão ser reenquadrados nos cargos e respectivos níveis e classes, observando – se a correlação entre a situação existente e a nova situação, levando em conta o tempo de serviço no cargo, as características e atribuições do cargo.
Resolve:

Art. 1° - Fica a servidora abaixo relacionada efetivada no quadro de servidores do Município de Claudia em dia/mês/ano, em razão das alterações introduzidas pela Lei Complementar 014/2014.

MATRICULA/NOME	CARGO	CLASSE/NIVEL	REENQUADRAMENTO	CLASSE/NIVEL
1139-LENITA BIANCHIN	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR	B/03	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR	C/03

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3° -Revogam – se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLAUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO EM 01 DE ABRIL DE 2014.

REGISTRA – SE.
PUBLIQUE – SE.
CUMPRA – SE.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:7323F538

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 210/2014

DATA: 01 DE ABRIL DE 2014.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE REENQUADRAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM RAZÃO DE ALTERAÇÃO NA LEI COMPLEMENTAR 010/2008 POR MEIO DA LEI COMPLEMENTAR 014/2013 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Excelentíssimo Sr. **JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA**, Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e amparadas pela Lei Orgânica do Município; e;
CONSIDERANDO as determinações legais previstas na Lei Complementar 014/2013 de 11 de Dezembro de 2013, que alterou dispositivos na LEI COMPLEMENTAR 010/2008;
CONSIDERANDO entre as alterações, foi alterada a forma de movimentação na carreira, bem como, regularizado as progressões verticais e promoções horizontais;
CONSIDERANDOa necessidade de procedimentos administrativos para ajustes dos profissionais nos cargos, em decorrência da movimentação na carreira seja ela através da progressão vertical de níveis ou promoção horizontal de classe;
CONSIDERANDO que os atuais servidores Profissionais da Educação Básica, abrangidos pela Lei Complementar 014/2013, deverão ser reenquadrados nos cargos e respectivos níveis e classes, observando – se a correlação entre a situação existente e a nova situação, levando em conta o tempo de serviço no cargo, as características e atribuições do cargo.
Resolve:
Art. 1° - Fica a servidora abaixo relacionada efetivada no quadro de servidores do Município de Claudia em dia/mês/ano, em razão das alterações introduzidas pela Lei Complementar 014/2014.

MATRICULA/NOME	CARGO	CLASSE/NIVEL	REENQUADRAMENTO	CLASSE/NIVEL
1434-LAUREJANE DA CRUZ VIANA	NUTRIÇÃO ESCOLAR	B/02	NUTRIÇÃO ESCOLAR	C/02

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3° -Revogam – se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLAUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO EM 01 DE ABRIL DE 2014.

REGISTRA – SE.
PUBLIQUE – SE.
CUMPRA – SE.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:8FA3BB30

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 211/2013

DATA: 01 de Abril de 2014.

SÚMULA: Conceder FG á Débora Nogueira da Silva e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Conceder FG-01 de R$ 200,00 à **DEBORA NOGUEIRA DA SILVA**, portadora do RG n° 1674454-3 SSP/MT e CPF n° 018.974.811-79, do cargo de Zeladora, na Secretaria Municipal de Assistência Social.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Abril de 2014

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:66B4F530

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 212/2013

DATA: 01 de Abril de 2014.

SÚMULA: Conceder FG á Lidia Ferreira de Medeiro da Silva e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Conceder FG-01 de R$ 200,00 à **LIDIA FERREIRA DE MEDEIRO DA SILVA**, portadora do RG n° 394310 SSP/MT e CPF n° 352.875.001-49, do cargo de Assistente Social, na Secretaria Municipal de Assistência Social.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Abril de 2014

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:2D2DDE0E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 213/2014

DATA: 01 de Abril de 2014.

SÚMULA: Nomeia Osvaldo Machado da Silveira Neto e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Nomeia em cargo comissionado **OSVALDO MACHADO DA SILVEIRA NETO**, portador do RG n° 30.154.849-3 SSP/SP e CPF n° 328.6002.198-97, no cargo de Chefe de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Abril de 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:CFEF2F12

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 214/2013

DATA: 01 de Abril de 2014.

SÚMULA: Conceder FG á Anilton Carlos Emerenciano e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Conceder FG-01 de R$ 200,00 à **ANILTON CARLOS EMERENCIANO**, portador do RG n° 1284281-8 SSP/MT e CPF n° 887.357.451-34, do cargo de Analista Administrativo, na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Abril de 2014

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:DAA9764B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 215/2014

DATA: 01 de Abril de 2014.

SÚMULA: Concede FG-03 Claudevania Rodrigues da Silva e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Concede FG-03 de R$ 600,00 para **CLAUDEVANIA RODRIGUES DA SILVA**, portadora do RG n° 1073892 SSP/MS e CPF n° 962.927.331-49, no cargo de Motorista, lotada na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias, em especial a Portaria 172/2014.

Cláudia-MT, 01 de Abril de 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:6557C919

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 216/2014

DATA: 01 de Abril de 2014.

SÚMULA: Concede FG-02 Domingos Francisco de Carvalho e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Concede FG-02 R$ 400,00 de **DOMINGOS FRANCISCO DE CARVALHO**, portador do RG n° 1.812.505 SSP/PR e CPF n° 327.737.149-20, no cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Abril de 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:2AAF7773

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 217/2014

DATA: 01 de Abril de 2014.

SÚMULA: Nomeia Jorge Adão de Oliveira e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Nomear o Sr. **JORGE ADÃO DE OLIVEIRA**, portador do RG n° 5.153.149-3 SESP/MT e CPF n° 725.782.979-91, no cargo de Chefe de Divisão, lotado na Secretaria Municipal de Administração.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Abril de 2014

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:46B3009D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 218/2013

DATA: 01 de Abril de 2014.

SÚMULA: Conceder FG á Israel Manduca da Silva e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia,

Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Conceder FG-02 de R$ 400,00 à **ISRAEL MANDUCA DA SILVA**, portador do RG n° 3.460.414-2 SSP/PR e CPF n° 338.038.629-49, do cargo de Motorista, na Secretaria Municipal de Assistência Social.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Abril de 2014

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:789D52E9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 219/2014

DATA: 01 de Abril de 2014.

SÚMULA: Revoga FG-05 á Aline Mass Serafim e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Revogar FG-05 de R$ 1.200,00 a **ALINE MASS SERAFIM** portadora do RG n° 19526296 SSP/MT e CPF n° 022.412.561-37, no cargo de Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Abril de 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:D2742A34

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 220/2014

DATA: 01 de Abril de 2014.

SÚMULA: Concede FG-04 á Aline Mass Serafim e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Conceder FG-04 de R$ 800,00 a **ALINE MASS SERAFIM** portadora do RG n° 19526296 SSP/MT e CPF n° 022.412.561-37, no cargo de Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Abril de 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:02A36169

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 221/2014

DATA: 02 de Abril de 2014.

SÚMULA: Nomeia em Cargo Comissionado Odanir Pedro Bonissoni e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Nomear em cargo comissionado **ODANIR PEDRO BONISSONI**, portador do RG n° 14/R-2.320.496 SSP/SC e CPF n° 015.815.139-92, no cargo de Secretario Adjunto, lotado na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 02 de Abril de 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:689DE99A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 222/2014

DATA: 02 de Abril de 2014.

SÚMULA: Nomeia Devanildo Benicio de Almeida e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Nomeia em cargo comissionado **DEVANILDO BENICIO DE ALMEIDA**, portador do RG n° 0996622-6 SSP/MT e CPF n° 667.786.111-20, no cargo de Chefe de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Administração.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 02 de Abril de 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:3B003D1E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 223/2014

DATA: 08 de Abril de 2014.

SÚMULA: Nomeia Gelson Pereira da Silva e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Nomeia em cargo comissionado **GELSON PEREIRA DA SILVA**, portador do RG n° 10894357 SSP/MT e CPF n° 581.266.001-87, no cargo de Chefe de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Transporte.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 08 de Abril de 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:271F9A85

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 224/2014

DATA: 10 de Abril de 2014.

SÚMULA: Dispõe sobre a averbação de tempo de serviço do servidor Euclides Alves, e dá outras providências,

Considerando o Art. 159 da Lei Complementar 012/2013 de 11 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Publico do Município e o Art. 43 da Lei Complementar 473/2013 de 24 de Abril de 2013, que dispõe sobre o Regime Próprio dos Servidores Municipais, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Averbar o tempo de serviço / contribuição conforme Certidão emitida pelo INSS n° 10001080.1.00197/11-9, ao servidor Euclides Alves.
Art. 2° - O período averbado compreende 213 dias, correspondendo a 00 anos, 07 meses e 00 dias.
Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 10 de Abril de 2014

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:07A593B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 225/2014

DATA: 10 de Abril de 2014.

SÚMULA: DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA, BEM COMO NOMEIA COMISSÃO PROCESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,
CONSIDERANDO que a Administração não pode simplesmente ficar omissa na ocorrência de fatos que atrapalham os trabalhos da gestão.
R E S O L V E:
Art. 1º - Determinar a Instauração de Processo de Sindicância para apurar fatos e responsabilidade atribuídos á Lourival Ramos, infringindo em tese o que consta, conforme determinado no art. 191 e seguintes da Lei Complementar 012/2013.
Art. 2º - Nomear como integrantes da Comissão Processante de Sindicância:

NOME	MATRÍCULA
ANDREIA TEOLIDE SCHNEIDER SIELSKI	1190
SHIRLEY YOTZCHETZ	443
ALINE MASS SERAFIM	1292

Parágrafo Único: A comissão nomeada por este artigo será presidida pela servidora ANDRÉIA TEOLIDE SCHNEIDER SIELSKI
Art. 3º - Nos termos do Parágrafo Único do art. 195 da LC 012/2013 a Comissão terá 30 (Trinta) para conclusão dos trabalhos.
Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 10 DE ABRIL DE 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:7115B534

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 226/2014

DATA: 10 de Abril de 2014.

SÚMULA: DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA, BEM COMO NOMEIA COMISSÃO PROCESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,
CONSIDERANDO que a Administração não pode simplesmente ficar omissa na ocorrência de fatos que atrapalham os trabalhos da gestão.
R E S O L V E:

Art. 1º - Determinar a Instauração de Processo de Sindicância para apurar fatos e responsabilidade atribuídos á Ailton Oliveira de Freitas, infringindo em tese o que consta, conforme determinado no art. 191 e seguintes da Lei Complementar 012/2013.
Art. 2º - Nomear como integrantes da Comissão Processante de Sindicância:

NOME	MATRÍCULA
EVERSON CESER KONZEN	1934
ZENILDE BORGES DA SILVA	1146
ADEMILSON CUSTODIO	1922

Parágrafo Único: A comissão nomeada por este artigo será presidida pelo servidor EVERSON CESER KONZEN.
Art. 3º - Nos termos do Parágrafo Único do art. 195 da LC 012/2013 a Comissão terá 30 (Trinta) para conclusão dos trabalhos.
Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 10 DE ABRIL DE 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:CEDBE92B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 227/2014

DATA: 10 DE ABRIL DE 2014

SÚMULA: NOMEIA COMISSÃO TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS TÉCNICAS REFERENTES AO PROCESSO LICITATÓRIO – TOMADA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS POR LEI, E
CONSIDERANDO o disposto no item 8.2 do Edital de Tomada de Preços que visa a Contratação de empresa de publicidade e propaganda para criação e divulgação dos trabalhos institucionais da Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã.
RESOLVE:
Art. 1º - Nomear Comissão Técnica para avaliação de propostas técnicas referente ao processo licitatório na modalidade Tomada de Preços para contratação de agência de publicidade e propaganda para criação e divulgação dos trabalhos institucionais da Prefeitura Municipal de Cláudia, que será composta pelos seguintes integrantes:

Nome	Cargo/Função
Nayara Anderle	Jornalista
Josemar Formigoni	Apresentador de Televisão
Rondinelli Roberto da Costa Urias	Consultor Público
Jorge Adão de Oliveira	Assessor de Comunicação
Shirley Yotzchetz	Servidor Pública Efetiva
Ricardo Cappeler	Radialista
Edivan Batista Beserra	Secretário Municipal de Finanças
Rejane Cristina Anderle	Secretária Municipal de Administração
Everson Konzen	Servidor Público Efetivo e Proprietário de Site de Notícias
Julio Cesar Menegassi	Servidor Público da Tributação

Art. 2º - A Comissão nomeada através do artigo 1° desta Portaria, terá a incumbência de examinar e julgar os conteúdos das propostas técnicas dos licitantes, desclassificando as que não estiverem em conformidade com as especificações contidas no Edital de Licitação, em especial ao disposto no item 8 deste Edital.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário e os dispositivos que com esta conflitem.

Registre, publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 10 DE ABRIL DE 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:5E7CC80B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 228/2014

DATA: 11 de Abril de 2014.

SÚMULA: Nomeia cargo comissionado á Ercidia Olmos Lopes e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Nomear em cargo comissionado á **ERCIDIA OLMOS LOPES**, portadora do RG n° 345508 SSP/MS e CPF n° 338.700.041-34, no cargo de Coordenador de Departamento, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 11 de Abril de 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:3EA4C2D6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 229/2014

DATA: 14 de Abril de 2014.

SÚMULA: Concede Licença Saúde áMaria Filomena Antoniazzie dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Conceder Licença Saúde á**MARIA FILOMENA ANTONIAZZI**, portadora do RG n° 503.884SSP/MT e CPF n° 361.535.751-53, no cargo de Professora,lotadana Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 14de Abril de 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA-SE
PUBLIQUA-SE

CUMPRA-SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:F9D9CFB4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 230/2014

DATA: 14 de Abril de 2014.

SÚMULA: Concede licença maternidade á Karinne Naves Fagundes Figueiredo e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Conceder Licença maternidade á **KARINNE NAVES FAGUNDES FIGUEIREDO**, portadora do RG n° 1014008-5 SEJSP/MT e CPF n° 766.759.471-68, no cargo de Diretor de Departamento, lotada na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 14 de Abril de 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:5328C90D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 231/2014

DATA: 22 de Abril de 2014.

SÚMULA: Concede licença Saúde á Sandra Regina Bonin e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Conceder Licença saúde á **SANDRA REGINA BONIN**, portadora do RG n° 1370522-9 SSP/MT e CPF n° 707.131.621-04, no cargo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 22 de Abril de 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:D95B8D59

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 232/2014

DATA: 23 de Abril de 2014.

SÚMULA: Concede Retorno de Licença Particular á Nadir da Silva e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Conceder Retorno de Licença Particular á **NADIR DA SILVA**, portadora do RG n° 737815 SSP/MT e CPF n° 488.542.471-20, no cargo de Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 23 de Abril de 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:505C39D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 233/2014

DATA: 23 de Abril de 2014.

SÚMULA: Exoneração a pedido á Nadir da Silva e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Exoneração a pedido á **NADIR DA SILVA**, portadora do RG n° 737815 SSP/MT e CPF n° 488.542.471-20, no cargo de Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 23 de Abril de 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:8539376E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 234/2014

DATA: 25 de Abril de 2014.

SÚMULA: Nomeia Oldemar Ivanio Ortiz e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Nomear **OLDEMAR IVANIO ORTIZ**, portador do RG n° 699958 SSP/MT e CPF n° 886.467.779-87, no cargo de Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil, lotado na Secretaria Municipal de Transporte e Urbanismo.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias, em especial a Portaria 001/2014.

Cláudia-MT, 25 de Abril de 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:3AA29339

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 235/2014

DATA: 30 de Abril de 2014.

SÚMULA: Exoneração a pedido á Jeovana Maria dos Santos e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Exoneração a pedido á **JEOVANA MARIA DOS SANTOS**, portadora do RG n° 2.576 SSP/TO e CPF n° 596.807.411-68, no cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 30 de Abril de 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:3CDC7C7A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 236/2014

DATA: 30 de Abril de 2014.

SÚMULA: NOMEIA SECRETÁRIO PARA DESEMPENHAR AS FUNÇÕES PERANTE A COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, designado pela Portaria nº 225, de 10 de Abril de 2014, da Prefeitura Municipal de Cláudia, publicada no Mural da Prefeitura, no uso de suas atribuições.

RESOLVE;

Designar a Servidora SHIRLEY YOTZCHETZ**,** matricula 443, lotada na Secretaria Municipal de Administração**,** para desempenhar as funções de Secretária da referida Comissão.

Cláudia, 30 de Abril de 2014.

ANDRÉIA TEOLIDE SCHNEIDER SIELSKI
Presidente da Comissão

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:27CF5D67

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 237/2014

DATA: 30 de Abril de 2014.

SÚMULA: NOMEIA SECRETÁRIO PARA DESEMPENHAR AS FUNÇÕES PERANTE A COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, designado pela Portaria nº 226, de 10 de Abril de 2014, da Prefeitura Municipal de Cláudia, publicada no Mural da Prefeitura, no uso de suas atribuições.

RESOLVE;

Designar a Servidora ZENILDE BORGES DA SILVA **matricula** 1146, lotada na Secretaria Municipal de Finanças**,** para desempenhar as funções de Secretária da referida Comissão.

Cláudia, 30 de Abril de 2014.

EVERSON CESER KONZEN
Presidente da Comissão

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:783BFABE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 238/2014

DATA: 30 de Abril de 2014.

SÚMULA: Exoneração a pedido Paula Renata Reis Silva e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Exoneração a pedido á **PAULA RENATA REIS SILVA**, portadora do RG n° 17580153 SSP/MT e CPF n° 020.633.671.32, no cargo de Assistente Adjunto, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 30 de Abril de 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA-SE
PUBLIQUA-SE
CUMPRA-SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:759953E7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 239/2014

DATA: 02 de Maio de 2014.

SÚMULA: Concede retorno de Licença Particular João Paulo Barbon e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Conceder retorno de Licença Particular á **JOÃO PAULO BARBON**, portador do RG n° 6.615642-7 SSP/PR e CPF n° 027.275.839-66, no cargo de Técnico em Agropecuária, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 02 de Maio de 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:01FCD56B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 240/2014

DATA: 02 de Maio de 2014.

SÚMULA: Exoneração á pedido João Paulo Barbon e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Exoneração á pedido ao **JOÃO PAULO BARBON**, portador do RG n° 6.615642-7 SSP/PR e CPF n° 027.275.839-66, no cargo de Técnico em Agropecuária, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 02 de Maio de 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:7DEABE90

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 241/2014

DATA: 02 de Maio de 2014.

SÚMULA: Nomeia Adriana Bilieri e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Nomeia **ADRIANA BILIERI**, portadora do RG n° 1492609-1 SSP/MT e CPF n° 970.711.291-34, no cargo de Coordenador de Departamento, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 02 de Maio de 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:859297FD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 242/2014

DATA: 02 de Maio de 2014.

SÚMULA: Concede FG-04 Nelise Elisete Anderle e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Concede FG-04 de R$ 800,00 para **NELISE ELISETE ANDERLE** portadora do RG n° 37211990 SSP/PR e CPF n° 790.849.661-04, no cargo de Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias, revogando em especial a Portaria 176/2014.

Cláudia-MT, 02 de Maio de 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:CB097D6F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 243/2014

DATA: 02 de Maio de 2014.

SÚMULA: Nomeia Servidor Aprovado em Concurso Publico 001/2010 e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Nomear a Sra. JEOVANA MARIA DOS SANTOS, portadora do RG n° 2.576 SSP/TO e CPF n° 596.807.411-68, em caráter efetivo, para exercer o cargo de Técnico em enfermagem, tendo sido aprovada no Concurso Publico Municipal 001/2010.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 02 de Maio de 2014

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:EAFD1123

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 244/2014

DATA: 02 de Maio de 2014.

SÚMULA: Nomeia Ronaldo de Oliveira Freitas e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Nomear **RONALDO DE OLIVEIRA FREITAS**, portadora do RG n° 11876050 SSP/MT e CPF n° 710.138.221-53, no cargo de Chefe de Divisão, lotado na Secretaria Municipal de Transporte e Urbanismo.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias, revogando em especial a Portaria 155/2014.

Cláudia-MT, 02 de Maio de 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:8321210B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 245/2014

DATA: 05 de Maio de 2014

SÚMULA: Exonera á pedido Silvana de Araujo Santos e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Exonerar á pedido á **SILVANA DE ARAUJO SANTOS**, portadora do RG n° 16334469 SSP/MT e CPF n° 009.952.171-73, no cargo de Monitor de Programas, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 05 de Maio de 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:EE5A3547

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 246/2014

DATA: 05 de Maio de 2014.

SÚMULA: Nomeia Servidor Aprovado em Concurso Publico 001/2010 e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Nomear o Sr. LINDOMAR BORGES, portador do RG n° 993070 SSP/MT e CPF n° 627.038.541-53, em caráter efetivo, para exercer o cargo de Motorista, tendo sido aprovado no Concurso Publico Municipal 001/2010.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 05 de Maio de 2014

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:A5C6BE1F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 247/2014

DATA: 05 de Maio de 2014.

SÚMULA: Concede Retorno de licença Saúde á Sandra Regina Bonin e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Conceder Retorno de Licença saúde á **SANDRA REGINA BONIN**, portadora do RG n° 1370522-9 SSP/MT e CPF n° 707.131.621-04, no cargo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 05 de Maio de 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:32DA5499

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 248/2014

DATA: 05 de Maio de 2014.

SÚMULA: Nomeia Servidor Aprovado em Teste Seletivo Publico 001/2014 e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Nomear a Sra. GISLAINE OLIVEIRA PEREIRA MOESCH, portadora do RG n° 9.006.838 5 SESP/PR e CPF n° 041.854.509-07, em caráter efetivo, para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde, tendo sido aprovado no Teste Seletivo Publico 001/2014.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 05 de Maio de 2014

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:29E47B4F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 249/2014

DATA: 05 de Maio de 2014.

SÚMULA: Nomeia Servidor Aprovado em Teste Seletivo Publico 001/2014 e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Nomear a Sra. ANA CRISTHINA DOS SANTOS STREGE, portadora do RG n° 2279578-2 SSP/MT e CPF n° 046.439.641-70, em caráter efetivo, para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde, tendo sido aprovado no Teste Seletivo Publico 001/2014.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 05 de Maio de 2014

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:7D0BC1A4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 250/2014

DATA: 05 de Maio de 2014.

SÚMULA: Nomeia Servidor Aprovado em Teste Seletivo Publico 001/2014 e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Nomear a Sra. DORIS HARMEL DA SILVA, portadora do RG n° 2065940-7 SSP/MT e CPF n° 930.556.849-15, em caráter efetivo, para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde, tendo sido aprovado no Teste Seletivo Publico 001/2014.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 05 de Maio de 2014

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:FA398F0F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 251/2014

DATA: 05 de Maio de 2014.

SÚMULA: Nomeia Servidor Aprovado em Teste Seletivo Publico 001/2014 e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Nomear a Sra. BRUNA LETICIA MARTINS SFOGIA CAVALHEIRO, portadora do RG n° 2031938-0 SEJSP/MT e CPF n° 027.802.431-98, em caráter efetivo, para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde, tendo sido aprovado no Teste Seletivo Publico 001/2014.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 05 de Maio de 2014

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLICA- SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:972EDEF2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 252/2014

DATA: 05 de Maio de 2014.

SÚMULA: Nomeia Servidor Aprovado em Teste Seletivo Publico 001/2014 e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia,

Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Nomear a Sra. REGINA APARECIDA DE SOUZA TRINDADE, portadora do RG n° 001.550.622 SEJSP/MT e CPF n° 023.536.481-93, em caráter efetivo, para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde, tendo sido aprovado no Teste Seletivo Publico 001/2014.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 05 de Maio de 2014

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:79494EE5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 253/2014

DATA: 05 de Maio de 2014.

SÚMULA: Nomeia Servidor Aprovado em Teste Seletivo Publico 001/2014 e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Nomear a Sra. ROSINEIS SERRA GROSS, portadora do RG n° 1323885-0 SEJSP/MT e CPF n° 921.707.301-68, em caráter efetivo, para exercer o cargo de Agente de Combate de Endemias, tendo sido aprovado no Teste Seletivo Publico 001/2014.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 05 de Maio de 2014

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:6E159C20

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 254/2014

DATA: 05 de Maio de 2014.

SÚMULA: Nomeia Servidor Aprovado em Teste Seletivo Publico 001/2014 e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Nomear a Sra. TATIANE FERREIRA DOS SANTOS, portadora do RG n° 1709546-8 SSP/MT e CPF n° 744.039.901-34, em caráter efetivo, para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde, tendo sido aprovado no Teste Seletivo Publico 001/2014.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 05 de Maio de 2014

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:9251EE78

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 255/2014

DATA: 05 de Maio de 2014.

SÚMULA: Nomeia Servidor Aprovado em Teste Seletivo Publico 001/2014 e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Nomear a Sra. DERLI HAUBERT, portadora do RG n° 1623844-3 SSP/MT e CPF n° 009.873.021-59, em caráter efetivo, para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde, tendo sido aprovado no Teste Seletivo Publico 001/2014.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 05 de Maio de 2014

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:E4B2C9F4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 256/2014

DATA: 05 de Maio de 2014.

SÚMULA: Nomeia Servidor Aprovado em Teste Seletivo Publico 001/2014 e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Nomear a Sra. JUSSARINA RODRIGUES DE OLIVEIRA, portadora do RG n° 52.974.259-7 SSP/SP e CPF n° 026.283.381-65, em caráter efetivo, para exercer o cargo de Agente de Combate a Endemias, tendo sido aprovado no Teste Seletivo Publico 001/2014.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 05 de Maio de 2014

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:6DE13BAD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 257/2014

DATA: 09 de Maio de 2014.

SÚMULA: Exonera á pedida Silvia Strege e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Exonerar a pedido no cargo comissionado **SILVIA STREGE**, portadora do RG n° 14197472 SSP/MT e CPF n° 020.480.731-07, no cargo de Assistente Adjunto, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 09 de Maio de 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:B8B98A5D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 258/2014

DATA: 12 de Maio de 2014.

SÚMULA: Nomeia Servidor Aprovado em Concurso Publico 001/2010 e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Nomear o Sr. ODAIR JOSE DA SILVA, portador do RG n° 37.811.098-6 SSP/SP e CPF n° 002.941.931-03, em caráter efetivo, para exercer o cargo de Técnico Administrativo, tendo sido aprovado no Concurso Publico Municipal 001/2010.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 12 de Maio de 2014

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:0C73229E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 259/2014

DATA: 13 de Maio de 2014.

SÚMULA: Exonera Gracieli Suzin e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Exonerar **GRACIELI SUZIN**, portadora do RG n° 6.898.500-5 SESP/PR e CPF n° 655.702.511-20, no cargo de Coordenador de Departamento, lotada na Secretaria Municipal de Administração.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 13 de Maio de 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:EB2C0361

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 260/2014

DATA: 13 de Maio de 2014.

SÚMULA: Conceder Retorno de Licença Maternidade a Catarina Padilha e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Conceder Retorno de Licença Maternidade a Catarina Padilha, portadora do RG n° 1364077-1 SSP/MT e CPF n° 010.852.761-12, do cargo de zeladora, lotado na Secretaria Municipal de Administração.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 13 de Maio de 2014

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:842DBB28

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 261/2014

DATA: 13 de Maio de 2014.

SÚMULA: Conceder Licença Saúde á Rita de Cássia Epaminondas de Carvalho Gianchini e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Conceder Licença Saúde a Sra. **RITA DE CASSIA EPAMINONDAS DE CARVALHO GIANCHINI**, portadora do RG n° 1855079-7 SEJSP/MT e CPF n° 474.838.221-04, do cargo de Educador Físico, na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 13 de Maio de 2014

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:061C62DF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 262/2014

DATA: 13 de Maio de 2014.

SÚMULA: Concede Retorno de Licença Saúde á Maria Filomena Antoniazzi e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Conceder Retorno de Licença Saúde á **MARIA FILOMENA ANTONIAZZI**, portadora do RG n° 503.884 SSP/MT e CPF n° 361.535.751-53, no cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 13 de Maio de 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA - SE
PUBLIQUA - SE
CUMPRA - SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:74EFA75E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 263/2014

DATA: 15 de Maio de 2014.

SÚMULA: Exonera a pedidoPoliana de Oliveira dos Santos Dutra de Almeidae dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Exoneração á pedido á**POLIANA DE OLIVEIRA DOS SANTOS DUTRA DE ALMEIDA**, portadora do RG n° 1727712-4SEJSP/MT e CPF n° 028.751.181-29, no cargo de Assistente Adjunto,lotadana Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 15 de Maio de 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA-SE
PUBLIQUA-SE
CUMPRA-SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:0E1BB3B9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 264/2014

DATA: 21 de Maio de 2014.

SÚMULA: Conceder Retorno de Licença Maternidade á Edineia Valtricke dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,
RESOLVE:
Art.1° - Concederretorno de Licença Maternidade á **EDINEIA VALTRICK**, portadora do RG n° 1477848-3SSP/MT e CPF n° 980.578.711-72,do cargo de Assistente Administrativo,lotadana Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 21 de Maio de 2014

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA-SE
PUBLIQUA-SE
CUMPRA-SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:669A8F3C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 265/2014

DATA: 26de Maio de 2014.

SÚMULA: Nomeia Servidor Aprovado em Teste Seletivo Publico 001/2014e dá outras providências,

Considerando asnecessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Nomeara Sra.SILVANA DE ARAUJO SANTOS, portadora do RG n° 1633446-9 SESP/MTe CPF n° 009.952.171-73,em caráter efetivo, para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde,tendo sido aprovado no Teste Seletivo Publico 001/2014.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 26 de Maio de 2014

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA-SE
PUBLIQUA-SE
CUMPRA-SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:87E30D5B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 266/2014

DATA: 26de Maio de 2014.

SÚMULA: Nomeia Servidor Aprovado em Teste Seletivo Publico 001/2014e dá outras providências,

Considerando asnecessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Nomeara Sra.LEDIANE DA CONCEIÇÃO, portadora do RG n° 1669214-4 SSP/MTe CPF n° 013.518.921-77,em caráter efetivo, para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde,tendo sido aprovado no Teste Seletivo Publico 001/2014.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 26 de Maio de 2014

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRA-SE
PUBLIQUA-SE
CUMPRA-SE

Publicado por:
Gustavo Henrique Marques Ferreira
Código Identificador:C02D87A1

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

CÂMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 004/2014

Projeto de Resolução Nº 010/2014
Autor: Mesa Diretora

Dispõe sobre a criação da Ouvidoria da Câmara Municipal de Colíder-MT e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, faz saber que, o Plenário da Câmara aprovou e, ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica criada a Ouvidoria da Câmara Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, tendo por objetivo assegurar, de modo permanente e eficaz, a preservação dos princípios de legalidade, moralidade e eficiência dos atos dos agentes da Administração Direta e Indireta, inclusive das empresas públicas e sociedades nas quais o Município detenha capital majoritário, e entidades privadas de qualquer natureza que operem com recursos públicos, na prestação de serviços à população.

Art. 2º. A Ouvidoria será o canal de comunicação direta entre a sociedade e a Câmara Municipal, recebendo reclamações, denúncias, sugestões e elogios, de modo a estimular a participação do cidadão no controle e avaliação dos serviços prestados e na gestão dos recursos públicos.

Art. 3º. Compete à Ouvidoria:

I - receber denúncias, reclamações e representações sobre atos considerados arbitrários, desonestos, indecorosos, ilegais, irregulares ou que violem os direitos individuais ou coletivos, praticados por servidores civis e militares da Administração Pública Municipal direta e indireta e daquelas entidades referidas no artigo 1º desta lei;

II - receber sugestões de aprimoramento, críticas, elogios e pedidos de informação sobre as atividades da Administração Pública Municipal;

III - diligenciar junto às unidades administrativas competentes, para que prestem informações e esclarecimentos a respeito das comunicações mencionadas no inciso anterior;

IV - manter o cidadão informado a respeito das averiguações e providências adotadas pelas unidades administrativas, excepcionados os casos em que necessário for o sigilo, garantindo o retorno dessas providências a partir de sua intervenção e dos resultados alcançados;

V – elaborar e divulgar, trimestral e anualmente, relatórios de suas atividades, bem como, permanentemente, os serviços da Ouvidoria da Câmara Municipal junto ao público, para conhecimento, utilização continuada e ciência dos resultados alcançados;

VI - promover a realização de pesquisas, seminários e cursos sobre assuntos relativos ao exercício dos direitos e deveres do cidadão perante a administração pública;

VII - organizar e manter atualizado arquivo da documentação relativa às denúncias, reclamações e sugestões recebidas;

§ 1º. A Ouvidoria manterá sigilo sobre denúncias e reclamações que receber, bem como sobre sua fonte, assegurando a proteção dos denunciantes, quando requerer o caso ou assim for solicitado.

§ 2º. A Ouvidoria manterá serviço telefônico gratuito, destinado a receber as denúncias e reclamações, garantindo o sigilo da fonte de informação.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Colíder-MT, em 25 de junho de 2014

VER. RICARDO CALDEIRA REZENDE
Presidente

Publicado por:
José Carlos da Silva
Código Identificador:53557E5E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 046/2013
REFERENTE LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADA: MAURÍCIO DE OLIVEIRA MELO
OBJETO: O presente instrumento tem como objeto a locação de um salão comercial localizado na Rua Xingu esquina com a Rua Cuiabá, de propriedade do Locador, que por este instrumento loca-o a

Locatária, com todas as suas instalações, para que seja utilizado para funcionamento da Biblioteca Pública Municipal.
VIGENCIA: 01/07/2014 á 31/12/2014
Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e condições do Contrato.

Publicado por:
Edivaldo Moreira da Silva
Código Identificador:7009CAE1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 001/2013
REFERENTE LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADA: ALBERTO DE ABREU
OBJETO: OBJETO DA LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAIL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ASSUNTOS FUNDIÁRIOS E MEIO AMBIENTE, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO, GESTÃO PÚBLICA E SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, EMPREGO, RENDA, CULTURA E TURISMO, SITO AVENIDA TEODORO DA FONSECA Nº 274 – SETOR LESTE, CONFORME LOTE 01 da Dispensa nº 001/2013.
VIGENCIA: 01/07/2014 á 31/12/2014
Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e condições do Contrato.

Publicado por:
Edivaldo Moreira da Silva
Código Identificador:71B920D1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 044/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADA: R C DE OLIVEIRA - ME
OBJETO: Prestação de Serviço de Contratação para Publicações Oficiais do Município de Colíder – No Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado de Mato Grosso e em Jornal Diário de Grande Circulação Local, em Atendimento a esta Prefeitura
VIGENCIA: 01/07/2014 á 31/12/2014
Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e condições do Contrato.

Publicado por:
Edivaldo Moreira da Silva
Código Identificador:7C65068F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO
MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2014
TIPO: TÉCNICA E PREÇO
A Prefeitura Municipal de Colíder - MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA, com data de abertura prevista para o dia 29 de Julho de 2014, ás 08:00min, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Colíder/MT, tendo como objeto a contratação de agência de publicidade e propaganda para a prestação de serviços de publicidade, correspondentes ao estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão da execução externa, a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de promover a Prefeitura Municipal de Colíder - MT. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Prefeitura Municipal de Colíder – Comissão Permanente de Licitação, sito na Travessa dos Parecis, 85 – Centro – Setor Leste - Colíder/MT e no site www.colider.mt.gov.br

Colíder/MT, em 26 de Junho de 2014.

EDIVALDO MOREIRA DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Edivaldo Moreira da Silva
Código Identificador:660CBA2C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE CHAMAMENTO

Considerando que a Prefeitura Municipal de Colíder-MT, promoverá licitação na modalidade "Concorrência Pública ", do tipo “técnica e preço”, objetivando a contratação de Agência de Propaganda para prestação de serviços de publicidade, faz saber através da sua Comissão Permanente de Licitação que estão abertas às inscrições de profissionais formados em comunicação, publicidade ou marketing, ou que atuem em umas dessas áreas, para integrar a Subcomissão Técnica, com intuito de constituir a subcomissão técnica para julgamento do Edital nº 061/2014 da Concorrência Pública nº. 001/2014, para contratação de agência de propaganda nos termos da lei federal nº. 12.232/2010.
Para efetivar a inscrição, os interessados deverão comparecer, pessoalmente, de **30/06/2014 a 09/07/2014, das 8h às 11:00h**, na Prefeitura Municipal de Colíder, no Departamento de Protocolo, situado na Travessa dos Parecís, 085 – Centro – Colíder /MT, munidos dos documentos exigidos no presente Edital de chamamento nº. 001/2014, que estará a disposição no site da Prefeitura Municipal www.colíder.mt.gov.br link licitação.
A relação dos profissionais inscritos, bem como a data da sessão pública para sorteio dos nomes, será publicada, oportunamente, no Diário Oficial do Estado do Mato Grosso, conforme estabelece o artigo 10, § 4º, da Lei Federal nº 12.232/2010.

Colíder, 26 de Junho de 2014

EDIVALDO MOREIRA DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Publicado por:
Edivaldo Moreira da Silva
Código Identificador:5D49747A

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
RESOLUÇÃO N. 005/2014 DE 11 DE JUNHO DE 2014

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COLIDER ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº 173/90 e Lei 175/90, e o parágrafo único do artigo 9, a do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde;

***Considerando,** a Lei Federal 8.142/90, no seu parágrafo 2º do artigo 1º, decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo.*

Considerando, a ATA nº 007/2014 Reunião Ordinária realizada em 09 de Junho de 2014.

RESOLVE: aprovar

Artigo 1º: PLANO MUNICIPAL DE SAUDE 2014/2017 da SECRETRIA MUNICIPAL DE SAUDE DE COLIDER/MT

Art: 2º- Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação. Registrada, publicada, cumpra-se.

Colider, 20 de Junho de 2014.

ROZINEIDE DA SILVA MOREIRA
Presidente do CMS
Biênio 2013-2015 Colider/MT

Publicado por:
Deise da Silva Aragão
Código Identificador:80AC7039

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 275/GP/2014

DECRETO Nº. 275/GP/14, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

Exonera da Função Gratificada o servidor público municipal Senhor PEDRO STRINGHI, e dá outras providencias.

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;
Considerando que o artigo 37 da Lei Municipal nº. 500/2011 autoriza ao Poder Executivo Municipal nomear através de Decreto, Funções de Confiança, as quais deverão ser exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargos efetivos, que receberão o vencimento correspondente ao cargo de carreira, classe e nível em que se encontram posicionados, acrescidos de percentual de até 50% (cinqüenta por cento) a ser definido pelo Prefeito Municipal, assim;

Decreta:

Art. 1º – Fica exonerado da função de confiança gratificada como **MOTORISTA DO GABINETE DO PREFEITO,** o servidor público municipal **Senhor PEDRO STRINGHI,** que recebeu sobre os seus vencimentos normais o acréscimo de **50% (cinquenta por cento),** o Servidor público municipal é efetivo ocupante do cargo de carreira de motorista I (veículo leve).

Art. 2° - Este Decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogado o Decreto nº. 122/GP/2014 e demais disposições em contrário.

Registra-se;
Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 02 de junho de 2014.

JOÃO ASSIS RAMOS
Prefeito Municipal

SILVIO VAHL
Secretário Mun. de Administração

DECRETO Nº. 002/GP/2013
Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.
O período de publicação será de 02/06/2014 a 02/07/2014

Publicado por:
Silvio Vahl
Código Identificador:A8916D45

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 279/GP/2014

DECRETO Nº. 279/GP/2014, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

Súmula: "Dispõe sobre Exoneração e dá outras providências".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;

DECRETA:

Art. 1° - Exonera a pedido o Senhor **ADAILTON FERNANDES FRITZ**, portador do RG nº. 000814848 SSP/RO e CPF n° 782.813.342-15, do Cargo comissionado de **COORDENADOR DE DEPARTAMENTO,** nomeado através do Decreto nº. 315/GP/2013**,** vinculado a **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA.**

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogado o Decreto nº. 315/GP/2013 e demais disposições em contrário.

Registra-se;
Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 02 de junho de 2014.

JOÃO ASSIS RAMOS
Prefeito Municipal

SILVIO VAHL
Secretário Mun. de Administração

DECRETO Nº. 002/2013
Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.
O período de publicação será de 02/06/2014 a 02/07/2014

Publicado por:
Silvio Vahl
Código Identificador:890C884A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 298/GP/2014

DECRETO Nº. 298/GP/2014, DE 20 DE JUNHO DE 2014.

Súmula: "Dispõe sobre exoneração e dá outras providências".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT

DECRETA:

Art. 1° - Exonera a pedido o Senhor **BRUNO HENRIQUE SILVA AGUIAR**, portador do RG n.° 1871115-4 SSP/MT e CPF n° 019.201.251-75, do cargo de **CHEFE DE DIVISÃO,** nomeado através do Decreto Nº. 074/GP/2013 vinculado na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogado o Decreto nº. 074/GP/2013 e demais disposições em contrário.

Registra-se;
Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 20 de junho de 2014.

JOÃO ASSIS RAMOS
Prefeito Municipal

SILVIO VAHL
Secretário Mun. de Administração

DECRETO Nº. 002/GP/2013
Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.
O período de publicação será de 20/06/2014 a 20/07/2014

Publicado por:
Silvio Vahl
Código Identificador:68FDD37A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 278/GP/2014

DECRETO Nº. 278/GP/2014, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

Súmula: "Dispõe sobre Nomeação e dá outras providências".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;

DECRETA:

Art. 1° - Nomeia a Senhora **LILIANE DA SILVA MUTZ,** portadora do RG nº. 2585550-6 SSP/MT e do CPF n° 054.032.671-23, para exercer o Cargo de **CHEFE DE SEÇÃO**, vinculado a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se;
Publique-se e
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 02 de junho de 2014.

JOÃO ASSIS RAMOS
Prefeito Municipal

SILVIO VAHL
Secretário Mun. de Administração

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.
O período de publicação será de 02/06/2014 a 02/07/2014

Publicado por:
Silvio Vahl
Código Identificador:A5A1ACD7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 280/GP/2014

DECRETO Nº. 280/GP/2014, DE 02 JUNHO DE 2014.

Súmula: "Dispõe sobre exoneração e dá outras providências".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT

DECRETA:

Art. 1° - Exonera o Senhor **CLÓVIS JOSÉ COELHO JUNIOR**, portador do RG n.° 1165450-3 SSP/MT e CPF n° 828 159 841 - 72, do cargo de **SUPERINTENDENTE DE AQUISIÇÕES,** nomeado através do Decreto nº. 229/GO/2013 vinculado a Secretaria Municipal De Finanças.

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogado o Decreto nº. 229/GP/2013 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 02 de junho de 2014.
Registra-se;
Publique-se e
Cumpra-se.

JOÃO ASSIS RAMOS
Prefeito Municipal

SILVIO VAHL
Secretário Mun. de Administração
Decreto Nº. 02/GP/2013

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.
O período de publicação será de 02/06/2014 a 02/072014

Publicado por:
Silvio Vahl
Código Identificador:81BF6AED

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 281/GP/2014

DECRETO Nº. 281/GP/2014, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

Súmula: "Dispõe sobre exoneração e dá outras providências".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT

DECRETA:

Art. 1° - Exonera o Senhor **MAURO SERGIO AMORIM DIAS**, portador do RG n.° 281025 SSP/MT e do CPF n° 606.824.932-87, do cargo de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO,** nomeado através do Decreto nº. 168/GP/2013 vinculado na Secretaria Municipal de INFRAESTRUTURA.

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogado o Decreto nº. 168/GP/2013 e demais disposições em contrário.

Registra-se;
Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 02 de junho de 2014.

JOÃO ASSIS RAMOS
Prefeito Municipal

SILVIO VAHL
Secretário Mun. de Administração
Decreto Nº. 002/GP/2013

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.
O período de publicação será de 02/06/2014 a 02/07/2014

Publicado por:
Silvio Vahl
Código Identificador:93108F32

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 282/GP/2014

DECRETO Nº. 282/GP/2014, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

Súmula: "Dispõe sobre exoneração e dá outras providências".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT

DECRETA:

Art. 1° - Exonera a Senhora **NEIDE ROSA DOS REIS**, portadora do RG n.° 781.044 SSP/RO e CPF n° 818.638.962-87, do cargo de **SUPERVISOR DE DEPARTAMENTO,** nomeada através do Decreto nº. 039/GP/2013 vinculado a Secretaria Municipal de Saude.

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogado o Decreto nº. 039/GP/2013 e demais disposições em contrário.

Registra-se;
Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 02 de Junho de 2014.

JOÃO ASSIS RAMOS
Prefeito Municipal

SILVIO VAHL
Secretário Mun. de Administração
Decreto Nº. 002/GP/2013

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.
O período de publicação será de 02/06/2014 a 02/07/2014

Publicado por:
Silvio Vahl
Código Identificador:F0DF7CC7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 283/GP/2014

DECRETO Nº. 283/GP/2014, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

Súmula: "Dispõe sobre exoneração dá outras providências".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT

DECRETA:

Art. 1° - Exonera a Senhora **CRISTIANE OLIVEIRA DA SILVA**, portadora do RG n.° 45.622.294-7 SSP/SP e CPF n° 351.191.618-63, do cargo de **CHEFE DE DIVISÃO,** nomeada através do Decreto nº. 092/GP/2013 vinculado a Secretaria de Assistência Social.

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogado o Decreto nº. 092/GP/2013 e demais disposições em contrário.

Registra-se;
Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 02 de junho de 2014.

JOÃO ASSIS RAMOS
Prefeito Municipal

SILVIO VAHL
Secretário Mun. de Administração
Decreto Nº. 002/GP/2013

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.
O período de publicação será de 02/06/2014 a 02/07/2014

Publicado por:
Silvio Vahl
Código Identificador:8F0A2E34

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 286/GP/2014

DECRETO Nº. 286/GP/2014, DE 03 DE JUNHO DE 2014.

Súmula: "Dispõe sobre nomeação e dá outras providências".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT

DECRETA:

Art. 1° - Nomeia a Senhora **NEIDE ROSA DOS REIS**, portadora do RG n.° 781.044 SSP/RO e CPF n° 818.638.962-87, para exercer o cargo de **DIRETORA DE DEPARTAMENTO,** vinculado a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se;
Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 03 de Junho de 2014.

JOÃO ASSIS RAMOS
Prefeito Municipal

SILVIO VAHL
Secretário Mun. de Administração
Decreto Nº. 002/GP/2013

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.
O período de publicação será de 03/06/2014 a 03/07/2014

Publicado por:
Silvio Vahl
Código Identificador:37F1AED4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 287/GP/2014

DECRETO Nº. 287/GP/2014, DE 03 DE JUNHO DE 2014.

Súmula: "Dispõe sobre nomeação dá outras providências".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT

DECRETA:

Art. 1° - Nomeia a Senhora **CRISTIANE OLIVEIRA DA SILVA**, portadora do RG n.° 45.622.294-7 SSP/SP e CPF n° 351.191.618-63, para exercer o cargo de **ASSESSORA DE DEPARTAMENTO,** vinculado a Secretaria de Assistência Social.

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se;
Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 03 de junho de 2014.

JOÃO ASSIS RAMOS
Prefeito Municipal

SILVIO VAHL
Secretário Mun. de Administração
Decreto Nº. 002/GP/2013

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.
O período de publicação será de 03/06/2014 a 03/07/2014

Publicado por:
Silvio Vahl
Código Identificador:3B8B2165

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 288/GP/2014

DECRETO Nº. 288/GP/2014, DE 03 DE JUNHO DE 2014.

Súmula: "Dispõe sobre nomeação e dá outras providências".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT

DECRETA:

Art. 1° - Nomeia o Senhor **MAURO SERGIO AMORIM DIAS**, portador do RG n.° 281025 SSP/MT e do CPF n° 606.824.932-87, para exercer o cargo de **SUPERINTENDENTE DE AQUISIÇÕES.**

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se;
Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 03 de junho de 2014.

JOÃO ASSIS RAMOS
Prefeito Municipal

SILVIO VAHL
Secretário Mun. de Administração
Decreto Nº. 002/GP/2013

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.
O período de publicação será de 03/06/2014 a 03/07/2014

Publicado por:
Silvio Vahl
Código Identificador:19A32955

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 292/GP/2014

DECRETO Nº. 292/GP/2014, DE 09 DE JUNHO DE 2014.

Súmula: "Dispõe sobre Nomeação e dá outras providências".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT.

DECRETA:

Art. 1° - Nomeia o Senhor **ARAMADSON BARBOSA DA SILVA**, portador do RG n.° 10442456 SSP/AC e CPF n° 885.590.412-49, para exercer o cargo de **ASSESSOR JURÍDICO** vinculado ao **GABINETE DO PREFEITO.**

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se; Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 09 de junho de 2014.

JOÃO ASSIS RAMOS
Prefeito Municipal

SILVIO VAHL
Secretário Mun. de Administração
Decreto Nº. 002/GP/2014

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.
O período de publicação será de 09/06/2014 a 09/07/2014

Publicado por:
Silvio Vahl
Código Identificador:7FF12EB3

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 040/2014 DE 23/06/2014

JEFERSON FERREIRA GOMES, Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Biênio 2013/2014, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei.
Considerando o período de Recesso Parlamentar compreendido entre os dias 01 a 31/07/2014, conforme estabelece o Parágrafo Único do artigo 3º do Regimento Interno da Casa Legislativa.
Considerando a necessidade de contenção de despesas do Poder Legislativo Municipal.

R E S O L V E

Art. 1º. ***DEFINIR*** o Horário de Expediente da Câmara Municipal no Recesso Parlamentar entre os dias 01 a 31 de julho de 2014, de segunda a sexta-feira, das 09 às 12 horas.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos vinte três dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

JEFERSON FERREIRA GOMES
Presidente

Registre-se e Publique-se:

JAIR JOSÉ TEODORO
1º Secretário

Publicado por:
Adriana Guimarães Rosa Perroni
Código Identificador:B6252EAE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DO PP 044/2014

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO
Nº 044/2014

A Prefeitura Municipal de Comodoro - MT torna público aos interessados que a licitação realizada no dia 25/06/2014 às 08:00 horas, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE n° 044/2014, tendo como objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO ATENDENDO OS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA,** consagrou-se vencedora as empresas licitantes: **FERREIRA & SAMPAIO LTDA – ME, E PANIFICADORA E MERCADO CHALÉ DO PÃO LTDA - ME.**

Comodoro – MT, 25 de junho de 2014.

KEYLA POMPERMAYER CARNEIRO
Pregoeira

Publicado por:
Maria Aparecida Cavalcanti da Silva
Código Identificador:4D074BAF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
LICENÇA

Prefeitura Municipal de Comodoro, CNPJ 01.367.853/0001-29, torna público que requereu a SEMA/MT, Licença Prévia e licença de Instalação para realizar a construção do **ABATEDOURO MUNICIPAL DE BOVINOS E SUÍNOS**, localizado na coordenada UTM E= 190.520m N= 8.489.634m fuso 21 SAD 69 - gleba democrata no município de Comodoro. Não foi realizado o EIA/RIMA.

Publicado por:
Maria Aparecida Cavalcanti da Silva
Código Identificador:E3D88FFB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DO PP 043/2014

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO
Nº 043/2014

A Prefeitura Municipal de Comodoro - MT torna público aos interessados que a licitação realizada no dia 24/06/2014 às 09:00 horas, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE n° 043/2014, tendo como objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTICÍOS ATENDENDO DIVERSAS SECRETARIAS,** consagrou-se vencedora a empresa licitante: **FERREIRA & SAMPAIO LTDA – ME, E PANIFICADORA E MERCADO CHALÉ DO PÃO LTDA - ME.**

Comodoro – MT, 25 de junho de 2014.

KEYLA POMPERMAYER CARNEIRO
Pregoeira

Publicado por:
Maria Aparecida Cavalcanti da Silva
Código Identificador:563D9ED1

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO TP 07/2014

A Prefeitura Municipal de Confresa/MT torna público o resultado do Processo Licitatório nº. 067/2014, Tomada de Preços nº. 007/2014, do tipo Menor preço Global, objetivando a contratação de empresa especializada em construção civil para execução de obras para construção de quadra escolar com vestiário e cobertura, sendo vencedora do Certame a empresa Monte Sião Construtora Ltda. – EPP, com o valor Global de R$ 509.160,40.

Confresa, 24 de Junho de 2.014.

JOSÉ CARNEIRO DA SILVA
Presidente C.P.L.

Publicado por:
Iranizo Matos Rodrigues
Código Identificador:52C71CE0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2014

A Prefeitura de Confresa-MT, declara vencedoras do processo licitatório nº 071/2014 Pregão Presencial 037/2014, cujo objeto é o Registro de Preços para possível e eventual aquisição de medicamentos da farmácia básica, instrumentos e material para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde as empresas: Biogen Distribuidora de Medicamentos Ltda., no valor Global de R$ 373.288,25, e a empresa Ret Farma Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda. – ME, no valor global de R$ 357.880,28.

Confresa 24/06/2014.

JOSÉ CARNEIRO DA SILVA
Pregoeiro.

Publicado por:
Iranizo Matos Rodrigues
Código Identificador:B20B4864

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PRORROGAÇÃO DATA DE ABERTURA TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2014

A Prefeitura De Confresa, através da Comissão Permanente de Licitações, comunica que por razões do não comparecimento de empresas interessadas no objeto licitado, fica prorrogada para o dia 02 de Junho às 09:00 o processo nº 072/2014 Tomada de Preços nº 009/2014.

Confresa, 25 de Junho de 2014

JOSÉ CARNEIRO DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

Publicado por:
Iranizo Matos Rodrigues
Código Identificador:EDD42B7D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2014

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Pregoeira, torna público que fará realizar no dia 08 de Julho de 2014, às 10:00hs, na sala da Comissão Permanente de Licitações, sito à Rua 13 de Maio, nº 279, Centro na cidade de Confresa-MT, a Reunião para realização do **PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2014 do tipo Menor Preço**, de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala da Comissão Pregoeira, endereço citado acima, de segunda a sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818 ramal 33.
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSIVEIS E EVENTUAIS LOCAÇÕES DE VEÍCULOS.

Confresa-MT, 25 de Junho de 2014.

JOSÉ CARNEIRO DA SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
Iranizo Matos Rodrigues
Código Identificador:0254DEE0

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 008/2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 008/2014 de 16 de Junho de 2014.

GASPAR DOMINGOS LAZARI, PREFEITO MUNICIPAL DE CONFRESA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item II da Constituição Federal e o disposto no art. 24 Lei Complementar nº 020 de 28 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município.
CONVOCA:
Os (as) Senhores (as) abaixo relacionados (as) aprovados (as) no Processo Seletivo, Edital nº 001/2013, que deverão comparecer no prazo de 10 (dez) dias, a contar desta data, na Prefeitura Municipal no Departamento de Recursos Humanos, no horário das 7:00h às 13:00h para assumirem seus respectivos cargos, apresentando os documentos exigidos no anexo do edital para posse.

CARGO	CAR HOR	CANDIDATO	CLAS	LOTAÇÃO
AGENTE DE SERVICOS GERAIS LIMPEZA PREDIAL	40	ANEZIA GOMES RIBEIRO DOS SANTOS	32º	SAUDE/HOSPITAL MUNICIPAL
		WELIDA MOURA RODRIGUES SILVA	33º	SAUDE/HOSPITAL MUNICIPAL
	40	NICIMAR ANTONIA DE JESUS	34º	SAUDE/SECRETARIA
		EDIVANIA LOPES DA SILVA	35º	SAUDE/HOSPITAL MUNICIPAL
		FERNANDA APARECIDA DOS SANTOS	36º	SAUDE/HOSPITAL MUNICIPAL
		SUELEN CONRADO DE SOUZA	37º	SAUDE/HOSPITAL MUNICIPAL
		JUVENETE TEODORO BARBOSA	38º	SAUDE/HOSPITAL MUNICIPAL

O não comparecimento do (a) candidato (a) no prazo de 10 (dez) dias, a partir desta data, e a apresentação da documentação prevista no edital do Processo Seletivo 001/2013, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E/OU RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Confresa-MT, 16 de Junho de 2014.

GASPAR DOMINGOS LAZARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Célia de Souza Lima
Código Identificador:D2CD9F5F

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO 53/2014

Contrato de aquisicao de produtos e prestação de serviços que entre si fazem o MUNICÍPIO DE CONQUISTA D' OESTE-MT e a empresa Fischer & Cia LTDA.

Aos 30 (trinta) dias do mês de maio do ano de 2014 **O *MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE***, inscrita no CNPJ sob nº. 04.219.688/0001-56 com sede à Avenida dos Oitis nº 1.200, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Walmir Guse, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta cidade na Avenida dos Oitis nº 1.594, portador do RG: 3/R 1.248.224 expedida pela SSP – SC e CPF: 060.590.538-07, doravante denominado de ***CONTRATANTE***, e **Fischer & Cia LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 00.788.075/0001-89, com sede na Avenida Senador Ulisses Guimaraes, 1052 , em Pontes e Lacerda - MT, neste ato representada por seu sócio proprietário **Everton Cristiano Fischer ,** brasileiro, casado, portador do RG 1118450-7 SJ/MT e no CPF: 650.140.811-34, residente e domiciliado em Pontes e Lacerda - MT, abaixo assinado, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato Administrativo , baseado nas Leis Federais n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e n.º 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1 O presente contrato tem por objeto o fornecimento de pneus novos, câmaras de ar, protetores de pneus e serviços de duplagem, recauchutagem e recapagem de pneus de veículos de diversas Secretarias, de fornecimento parcelado, conforme segue :

1.2 AQUISICAO

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITARIO	TOTAL R$
23801	15	CAMARA DE AR 1400X24	175,00	2.625,00
2591	58	PROTETOR 1000-20	28,00	1.624,00
38396	20	PROTETOR DE PNEU 7,50R16	18,50	370,00
15982	24	PROTETOR 900-20	28,00	672,00
			Total	**5.291,00**

1.3 Serviços

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNITARIO	TOTAL R$
38348	DUPLAGEM DE PNEU 12,5/18	2	R$ 490,00	R$ 980,00
38389	DUPLAGEM DE PNEU 14.9X24 DIANT	2	R$ 750,00	R$ 1.500,00
38387	DUPLAGEM DE PNEU 14.9X28 DIANT	1	R$ 825,00	R$ 825,00
38351	DUPLAGEM DE PNEU 17,5/25	2	R$ 1.130,00	R$ 2.260,00
38390	DUPLAGEM DE PNEU 18.4X34 TRAS	2	R$ 1.149,00	R$ 2.298,00
38352	DUPLAGEM DE PNEU 184X30 TRAS	1	R$ 1.090,00	R$ 1.090,00
38350	DUPLAGEM DE PNEU 19,5/24	1	R$ 1.130,00	R$ 1.130,00
38388	DUPLAGEM DE PNEU 23.1X30 TRAS	1	R$ 1.488,00	R$ 1.488,00
35711	RECAPAGEM 7,50 R16	20	R$ 300,00	R$ 6.000,00
38375	RECAPAGEM 215/75/17,5	24	R$ 340,00	R$ 8.160,00
38342	RECAPAGEM 275/80 22,5	12	R$ 541,00	R$ 6.492,00
38374	RECAPAGEM 900-20	12	R$ 421,00	R$ 5.052,00
35647	RECAPAGEM PNEU 275/22,5 BORRACHUDO	30	R$ 590,00	R$ 7.700,00
35473	RECAUCHUTAGEM 12X16,5	4	R$ 620,00	R$ 2.480,00
38344	RECAUCHUTAGEM 12,5/80-18	2	R$ 620,00	R$ 1.240,00
38385	RECAUCHUTAGEM 14,9-24	6	R$ 950,00	R$ 5.700,00
38383	RECAUCHUTAGEM 14,9-28	2	R$ 1.179,00	R$ 2.358,00
38343	RECAUCHUTAGEM PNEU 17,5/25	8	R$ 1.789,00	R$ 14.312,00
38347	RECAUCHUTAGEM 18,4-30	2	R$ 1.762,00	R$ 3.524,00
38345	RECAUCHUTAGEM 195-24	4	R$ 1.787,00	R$ 7.148,00
38384	RECAUCHUTAGEM 23,1-30	2	R$ 1.787,00	R$ 3.574,00
38346	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 19.5X24	2	R$ 2.730,00	R$ 5.460,00
			TOTAL	**R$ 100.771,00**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS DO CONTRATO

2.1 O presente **CONTRATO** fundamenta-se nos pedidos nº 599, 600, 601, 602, 603, 604/2014, realizado na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 021/2014, homologado em 29/05/2014, que são parte integrante deste instrumento.
CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL
3.1. O valor do presente instrumento está estimado em **R$ 106.062,00** (Cento e seis mil e sessenta e dois reais) preço esse que será pago pelo CONTRATANTE a CONTRATADA pela aquisição do objeto e execução dos serviços contratados .

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA
4.1 As despesas decorrentes da aquisição dos pneus novos e realização de serviços, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento, distribuídos da seguinte forma:

04-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
04.006 – TRANSPORTE ESCOLAR
12.361.0012.2028 MANUT. E ENC. DO TRANSP. ESCOLAR
3390.30.00.00 – F – **130** Material de consumo R$ 2.016,00
3390.39.00.00 – F – **133** Serv. de Terceiros – PJ R$ 16.984,00

08- SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO
08.001 – COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO

20.122.0035.2065 MANUT. E ENC. DA SEC. DESN. SUSTENTADO
3390.30.00.00 – F – ***406*** Material de consumo R$ 370,00
3390.39.00.00 – F – **399** Serv. de Terceiros – PJ R$ 31.677,00

09 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
09.001 COORDENADORIA DE SERVIÇOS PUBLICOS
15.452.0038.2074 MANUT E ENC. COM A COORD DE SERV. PUBLICOS
3390.30.00.00 – F – **471** Material de consumo R$ 2.905,00
3390.39.00.00 – F – **474** Serv. de Terceiros – PJ R$ 52.110,00

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos após a entrega dos materiais/serviços, **mediante a apresentação** da respectiva nota fiscal **e comprovação da regularidade junto à seguridade Social e ao FGTS.**

5.2. O pagamento, pelos produtos efetivamente entregues, poderá ser efetuado através de depósito em qualquer agência da rede bancária, para crédito da contratada em conta corrente mantida em agência bancária indicada pela mesma.

5.3. A empresa contratada arcará com todos os custos referentes à mão-de-obra direta e/ou indireta, acrescidos de todos os encargos sociais e obrigações de ordem trabalhista, recursos materiais, transporte, seguros de qualquer natureza, perdas eventuais, despesas administrativas, tributos e demais encargos necessários à entrega dos produtos objeto deste CONTRATO.

CLÁUSULA SEXTA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DO OBJETO

6.1. Os materiais/serviços, com o valor definido no Pregão Presencial, "Anexo III – Formulário Padrão para Proposta de Preços" da **CONTRATADA**, poderão sofrer reajuste de preços do objeto, durante o período contratual, **na mesma proporção decorrente de acréscimo ou decréscimo**, conforme autorização do Governo Federal, quando:

a) solicitada pela **CONTRATADA**, junto ao setor competente do ÓRGÃO, devidamente protocolado;

a) solicitada pelo ÓRGÃO, junto a **CONTRATADA**, devidamente protocolado.

CLÁUSULA SETIMA - DA VIGÊNCIA

7.1. O presente **CONTRATO** vigorará a partir da data de sua assinatura, até 31/12/2014, ficando adstrito à existência dos respectivos créditos orçamentários, podendo ser prorrogado até a conclusão da entrega dos materiais/serviços contratados.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, a execução, acompanhamento e fiscalização dos materiais/serviços adquiridos, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada.

8.2. Efetuar o pagamento a contratada, de acordo com as condições estabelecidas na Cláusula QUINTA deste **CONTRATO**.

8.3. Emitir as autorizações de fornecimento e realizar o controle efetivo sobre as mesmas;

8.4. Os pneus não serão aceitos e devolvidos se apresentarem vícios de qualidade ou estiverem impróprios para o consumo.

8.5 Todos os pneus novos, deverão ser certificados pelo INMETRO com a certificação afixadas de forma legível, estampadas em alto relevo ou em etiqueta vulcanizada na lateral.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A **CONTRATADA** obriga-se a:

a) Entregar os materiais/serviços definidos na cláusula primeira deste instrumento contratual, na forma e condições previstas no Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 021/2014 do CONTRATANTE e proposta apresentada pela CONTRATADA, **no prazo máximo de 05 (CINCO) dias a partir da solicitação**;

b) Aceitar as alterações que se fizerem necessárias, conforme disposto no Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

c) Não transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência do **CONTRATANTE**;

d) Responsabilizar-se pela entrega dos materiais inclusive no que se referir a não observância da legislação em vigor.

e) Reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, os vícios resultantes da má execução do objeto deste contrato.

f) Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega dos materiais/serviços objeto deste contrato, inclusive no que se referir à qualidade dos recursos materiais empregados e seleção e treinamento dos recursos humanos necessários ao seu desenvolvimento.

g) Responder integralmente, por quaisquer perdas e danos que vier a causar ao Município de Conquista D'Oeste - MT ou à terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeitas.

h) Entregar os pneus com todos os recursos para sua utilização;

i) Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos materiais, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, encargos trabalhistas, acidentes de trabalho.

j) Os pneus que serão efetuados os serviços, deverão ser recolhidos e entregues na sede do município de Conquista D'Oeste/MT, em dias úteis, respeitado o horário de 07:00h às 11:00h e das 13:00h às 17:00h.

9.2 A **CONTRATADA** deverá:

a) comunicar a contratante por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário, que impeça o cumprimento das obrigações deste contrato, **em especial ao descumprimento da entrega dos materiais/serviços solicitados, que deverá ser solucionado imediatamente, salvo motivo de força maior que deverá ser comprovado.**

b) Manter contato com o CONTRATANTE sobre quaisquer assuntos relativos à entrega dos materiais/serviços objeto deste contrato, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência de cada caso;

d) a Contratada não efetuará a entrega dos materiais/serviços sem requisição formal expedida pelo CONTRATANTE.

9.3 A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos estabelecidos nos itens acima, não transfere à Administração da Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A fiscalização da entrega dos materiais/serviços será exercida por um representante da **CONTRATANTE**, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto do presente contrato. (art. 67 da Lei nº 8.666/93).

10.2. A Fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios

redibitório, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

11.1. Pela inexecução total ou parcial deste Contrato o CONTRATANTE poderá, garantida a previa defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total e atualizado deste Contrato e dos Aditivos, se for o caso;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na letra (c) desta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

12.2. Os casos omissos serão resolvidos amigavelmente entre as partes e em observância a legislação pertinente. E por estarem justos e contratados, CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Conquista D'Oeste, 30 de maio de 2014.

WALMIR GUSE
Prefeito Municipal
Contratante

Fischer & Cia LTDA
EVERTON CRISTIANO FISCHER
Contratado

TESTEMUNHAS:

Luiza Tenório Cavalcante
RG: 1.306.462-2 – SSP/MT

Tatiane Nunes Nantes Salasar
RG nº 13.645.978/SSP-MT

HÉLIO JOSÉ G. MENDES
Assessor Jurídico
OAB-MT 3383-A

Publicado por:
Eliane Aparecida de Freitas
Código Identificador:639AC9B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO 54/2014

Contrato de aquisicao de produtos e prestação de serviços que entre si fazem o MUNICÍPIO DE CONQUISTA D' OESTE-MT e a empresa Hanneliese Reiter Pattis EPP.

Aos 30 (trinta) dias do mês de maio do ano de 2014 **O *MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE***, inscrita no CNPJ sob nº. 04.219.688/0001-56 com sede à Avenida dos Oitis nº 1.200, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Walmir Guse, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta cidade na Avenida dos Oitis nº 1.594, portador do RG: 3/R 1.248.224 expedida pela SSP – SC e CPF: 060.590.538-07, doravante denominado de ***CONTRATANTE***, e **Hanneliese Reiter Pattis EPP** , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 10.638.136.0001.85 , com sede na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 1919, Alvorada , em Cuiabá-MT, neste ato representada por sua sócia proprietária **Hanneliese Reiter Pattis,** brasileira, solteira , portadora do RG 12571083 SSOP/MT e no CPF: 052.314.719-84, residente e domiciliado em Varzea Grande - MT, abaixo assinado, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato Administrativo , baseado nas Leis Federais n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e n.º 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto o fornecimento de pneus novos, câmaras de ar, protetores de pneus e serviços de recapagem de pneus de veículos de diversas Secretarias, de fornecimento parcelado, conforme segue :

1.2 AQUISICAO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNITARIO	TOTAL R$
15573	CAMARA DE AR 1000-20	58	75	R$ 4.350,00
38355	CAMARA DE AR 275/22,5	42	95	R$ 3.990,00
27337	CAMARA DE AR 7,50R16	20	44	R$ 880,00
9715	PNEU 12,5/80-18	2	1090	R$ 2.180,00
38403	PNEU 165/70 R13	12	170	R$ 2.040,00
21579	PNEU 175/70 R13	8	168	R$ 1.344,00
21580	PNEU 205/70 R15	16	417	R$ 6.672,00
38379	PNEU 23,1-30 12 LONAS	2	3850	R$ 7.700,00
10380	PNEU 275/22,5 BORRACHUDO	22	1410	R$ 31.020,00
10381	PNEU 275/22,5 LISO	22	1307	R$ 28.754,00
21575	PNEU 275/80 R22,5 TC85 BORRACHUDO	12	1410	R$ 16.920,00
38404	PNEU 31X10, 5R15	8	565	R$ 4.520,00
38360	PROTETOR 17,5-25	8	160	R$ 1.280,00
27340	PROTETOR 275/22,5	30	30,5	R$ 915,00
16635	PROTETOR R22,5	12	30,5	R$ 366,00
TOTAL				**R$ 112.931,00**

1.3 Serviços

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNITARIO	TOTAL R$
38373	RECAPAGEM DE PNEU 1000/20	30	R$ 450,00	R$ 13.500,00
			TOTAL	**R$ 13.500,00**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS DO CONTRATO

2.1 O presente **CONTRATO** fundamenta-se nos pedidos nº 599, 600, 601, 602, 603, 604/2014, realizado na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 021/2014, homologado em 29/05/2014, que são parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente instrumento está estimado em **R$ 126.431,00** (Cento e vinte seis mil e quatrocentos e trinta e um reais) preço esse que será pago pelo CONTRATANTE a CONTRATADA pela aquisição do objeto e execução dos serviços contratados .

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

4.1 As despesas decorrentes da aquisição dos pneus novos e realização de serviços, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento, distribuídos da seguinte forma:

04-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
04.006 – TRANSPORTE ESCOLAR
12.361.0012.2028 MANUT. E ENC. DO TRANSP. ESCOLAR
3390.30.00.00 – F – **130** Material de consumo R$ 22.026,00
3390.39.00.00 – F – **133** Serv. de Terceiros – PJ R$ 13.500,00

06 – SECRETARIA DE SAÚDE
06.002 -= FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
20.301.0023.2039 – MANUTENÇÃO/ENC. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3390.30.00.00.00 – Material de consumo – **F- 239 R$ 6.672,00**

07 –SECRETARIA DE ACAO SOCIAL
07.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ACAO SOCIAL
08.244.0029.2055 – MANUT. DO FUNDO MUNIC DE ASSISTENCIA SOCIAL
3390.30.00.00 – F – 3**57** Material de consumo R$ 3.384,00

08- SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO
08.001 – COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO
20.122.0035.2065 MANUT. E ENC. DA SEC. DESN. SUSTENTADO
3390.30.00.00 – F – ***406*** Material de consumo R$ 8.580,00

09 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
09.001 COORDENADORIA DE SERVIÇOS PUBLICOS
15.452.0038.2074 MANUT E ENC. COM A COORD DE SERV. PUBLICOS
3390.30.00.00 – F – **471** Material de consumo R$ 72.269,00

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos após a entrega dos materiais/serviços, **mediante a apresentação** da respectiva nota fiscal **e comprovação da regularidade junto à seguridade Social e ao FGTS.**

5.2. O pagamento, pelos produtos efetivamente entregues, poderá ser efetuado através de depósito em qualquer agência da rede bancária, para crédito da contratada em conta corrente mantida em agência bancária indicada pela mesma.

5.3. A empresa contratada arcará com todos os custos referentes à mão-de-obra direta e/ou indireta, acrescidos de todos os encargos sociais e obrigações de ordem trabalhista, recursos materiais, transporte, seguros de qualquer natureza, perdas eventuais, despesas administrativas, tributos e demais encargos necessários à entrega dos produtos objeto deste CONTRATO.

CLÁUSULA SEXTA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DO OBJETO

6.1. Os materiais/serviços, com o valor definido no Pregão Presencial, "Anexo III – Formulário Padrão para Proposta de Preços" da **CONTRATADA**, poderão sofrer reajuste de preços do objeto, durante o período contratual, **na mesma proporção decorrente de acréscimo ou decréscimo**, conforme autorização do Governo Federal, quando:

a) solicitada pela **CONTRATADA**, junto ao setor competente do ÓRGÃO, devidamente protocolado;

a) solicitada pelo ÓRGÃO, junto a **CONTRATADA**, devidamente protocolado.

CLÁUSULA SETIMA - DA VIGÊNCIA
7.1. O presente **CONTRATO** vigorará a partir da data de sua assinatura, **até 31/12/2014**, ficando adstrito à existência dos respectivos créditos orçamentários, podendo ser prorrogado até a conclusão da entrega dos materiais/serviços contratados.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, a execução, acompanhamento e fiscalização dos materiais/serviços adquiridos, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada.

8.2. Efetuar o pagamento a contratada, de acordo com as condições estabelecidas na Cláusula QUINTA deste **CONTRATO**.

8.3. Emitir as autorizações de fornecimento e realizar o controle efetivo sobre as mesmas;

8.4. Os pneus não serão aceitos e devolvidos se apresentarem vícios de qualidade ou estiverem impróprios para o consumo.

8.5 Todos os pneus novos, deverão ser certificados pelo INMETRO com a certificação afixadas de forma legível, estampadas em alto relevo ou em etiqueta vulcanizada na lateral.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
9.1. A **CONTRATADA** obriga-se a:

a) Entregar os materiais/serviços definidos na cláusula primeira deste instrumento contratual, na forma e condições previstas no Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 021/2014 da CONTRATANTE e proposta apresentada pela CONTRATADA, **no prazo máximo de 05 (CINCO) dias a partir da solicitação**;

b) Aceitar as alterações que se fizerem necessárias, conforme disposto no Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

c) Não transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

d) Responsabilizar-se pela entrega dos materiais inclusive no que se referir a não observância da legislação em vigor.

e) Reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, os vícios resultantes da má execução do objeto deste contrato.

f) Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega dos materiais/serviços objeto deste contrato, inclusive no que se referir à qualidade dos recursos materiais empregados e seleção e treinamento dos recursos humanos necessários ao seu desenvolvimento.

g) Responder integralmente, por quaisquer perdas e danos que vier a causar ao Município de Conquista D'Oeste - MT ou à terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeitas.

h) Entregar os pneus com todos os recursos para sua utilização;

i) Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos materiais, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, encargos trabalhistas, acidentes de trabalho.
j) Efetuar a entrega dos pneus de acordo com a necessidade e o interesse da CONTRATANTE, no ato do recebimento da requisição expedida pela Contratante;

k) Os pneus novos deverão entregues na sede da Prefeitura, Av. dos Oitis, nº 1.200, centro, CEP. 78.254-000, Conquista D'Oeste/MT, em dias úteis, respeitado o horário de 07:00h às 11:00h e das 13:00h às 17:00h.

l)Os pneus que serão efetuados os serviços, deverão ser recolhidos e entregues na sede do município de Conquista D'Oeste/MT, em dias úteis, respeitado o horário de 07:00h às 11:00h e das 13:00h às 17:00h.

9.2 A **CONTRATADA** deverá:

a) comunicar a contratante por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário, que impeça o cumprimento das obrigações deste contrato, **em especial ao descumprimento da entrega dos materiais/serviços solicitados, que deverá ser solucionado imediatamente, salvo motivo de força maior que deverá ser comprovado.**

b) Manter contato com o CONTRATANTE sobre quaisquer assuntos relativos à entrega dos materiais/serviços objeto deste contrato, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência de cada caso;

d) a Contratada não efetuará a entrega dos materiais/serviços sem requisição formal expedida pelo CONTRATANTE.

9.3 A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos estabelecidos nos itens acima, não transfere à Administração da Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO
10.1. A fiscalização da entrega dos materiais/serviços será exercida por um representante do **CONTRATANTE**, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto do presente contrato. (art. 67 da Lei nº 8.666/93).

10.2. A Fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitório, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO
11.1. Pela inexecução total ou parcial deste Contrato o CONTRATANTE poderá, garantida a previa defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total e atualizado deste Contrato e dos Aditivos, se for o caso;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na letra (c) desta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

12.2. Os casos omissos serão resolvidos amigavelmente entre as partes e em observância a legislação pertinente. E por estarem justos e contratados, CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Conquista D'Oeste, 30 de maio de 2014.

WALMIR GUSE
Prefeito Municipal
Contratante

Hanneliese Reiter Pattis EPP
HANNELIESE REITER PATTIS
Contratado

TESTEMUNHAS:

Luiza Tenório Cavalcante
RG: 1.306.462-2 – SSP/MT

Tatiane Nunes Nantes Salasar
RG nº 13.645.978/SSP-MT

HÉLIO JOSÉ G. MENDES
Assessor Jurídico
OAB-MT 3383-A

Publicado por:
Eliane Aparecida de Freitas
Código Identificador:9A1C9E5A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO 55/2014

Contrato de aquisicao de pneus e outros que entre si fazem o MUNICÍPIO DE CONQUISTA D' OESTE-MT e a empresa PNEUS VIA NOBRE LTDA .

Aos 30 (trinta) dias do mês de maio do ano de 2014 **O *MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE***, inscrita no CNPJ sob nº. 04.219.688/0001-56 com sede à Avenida dos Oitis nº 1.200, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Walmir Guse, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta cidade na Avenida dos Oitis nº 1.594, portador do RG: 3/R 1.248.224 expedida pela SSP – SC e CPF: 060.590.538-07, doravante denominado de ***CONTRATANTE***, e **PNEUS VIA NOBRE LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 01.976.860/0034-96, com sede na Avenida Brasil 1612, Jardim Dias, em Tangará da Serra-MT, neste ato representada por seu sócio proprietário Sergio Carlos Ferreira**,** brasileiro, desquitado , portadora do RG 843.046 SSP/GO e no CPF: 234.279.731-15, abaixo assinado, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato Administrativo , baseado nas Leis Federais n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e n.º 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1 O presente contrato tem por objeto o fornecimento de pneus novos, câmaras de ar e protetores de pneus de veículos de diversas Secretarias, para fornecimento parcelado, conforme segue :

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNITARIO	TOTAL R$
20647	CAMARA DE AR 17,5-25	8	R$ 212,00	R$ 1.696,00
27336	CAMARA DE AR 900-20	24	R$ 74,00	R$ 1.776,00
38380	PNEU 14,9-24	10	R$ 1.635,00	R$ 16.350,00
38378	PNEU 14,9-28	2	R$ 1.748,00	R$ 3.496,00
27339	PNEU 175/70 R14	16	R$ 222,00	R$ 3.552,00
24775	PNEU 18,4-30	2	R$ 2.480,00	R$ 4.960,00
38381	PNEU TRASEIRO 18,4/34	4	R$ 2.770,00	R$ 11.080,00
23574	PNEU 185/65 R14	4	R$ 260,00	R$ 1.040,00
33283	PNEU 195/60 R15	12	R$ 320,00	R$ 3.840,00
35303	PNEU 205/75 R16	19	R$ 540,00	R$ 10.260,00
9721	PNEU 215/75/17,5 LISO	36	R$ 743,00	R$ 26.748,00
29456	PNEU 235/75 R15	16	R$ 472,00	R$ 7.552,00
6216	PNEU 245/70 R16	8	R$ 545,00	R$ 4.360,00
10363	PNEU 6,00 R16	8	R$ 330,00	R$ 2.640,00
14434	PNEU 900-20	24	R$ 845,00	R$ 20.280,00
38358	PROTETOR DE PNEU 1400X24	15	R$ 78,00	R$ 1.170,00
TOTAL				**R$ 120.800,00**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS DO CONTRATO
2.1 O presente **CONTRATO** fundamenta-se nos pedidos nº 599, 600, 601, 602, 603, 604/2014, realizado na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 021/2014, homologado em 29/05/2014, que são parte integrante deste instrumento.
CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL
3.1. O valor do presente instrumento está estimado em **R$ 120.800,00** (Cento e vinte mil e oitocentos reais) preço esse que será pago pelo CONTRATANTE a CONTRATADA pela aquisição do objeto .

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA
4.1 As despesas decorrentes da aquisição dos produtos , objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento, distribuídos da seguinte forma:

04-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
04.006 – TRANSPORTE ESCOLAR
12.361.0012.2028 MANUT. E ENC. DO TRANSP. ESCOLAR
3390.30.00.00 **– F – 130** Material de consumo R$ 22.026,00
3390.39.00.00 – **F – 133** Serv. de Terceiros – PJ R$ 13.500,00

06 – SECRETARIA DE SAÚDE
06.002 -= FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
20.301.0023.2039 – MANUTENÇÃO DO SERIVO MOVEL DE ATENDIMENTO
3390.30.00.00.00 – Material de consumo – **F- 293 R$ 12.432,00**

07 –SECRETARIA DE ACAO SOCIAL
07.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ACAO SOCIAL
08.244.0029.2055 – MANUT. DO FUNDO MUNIC DE ASSISTENCIA SOCIAL
3390.30.00.00 – F – **357** Material de consumo **R$ 3.552,00**

08- SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO
08.001 – COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO
20.122.0035.2065 MANUT. E ENC. DA SEC. DESN. SUSTENTADO
3390.30.00.00 – F – ***406*** Material de consumo **R$ 32.672,00**

09 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
09.001 COORDENADORIA DE SERVIÇOS PUBLICOS
15.452.0038.2074 MANUT E ENC. COM A COORD DE SERV. PUBLICOS
3390.30.00.00 – F – **471** Material de consumo **R$ 17.636,00**

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos após a entrega dos materiais/serviços, **mediante a apresentação** da respectiva nota fiscal **e comprovação da regularidade junto à seguridade Social e ao FGTS.**

5.2. O pagamento, pelos produtos efetivamente entregues, poderá ser efetuado através de depósito em qualquer agência da rede bancária, para crédito da contratada em conta corrente mantida em agência bancária indicada pela mesma.

5.3. A empresa contratada arcará com todos os custos referentes à mão-de-obra direta e/ou indireta, acrescidos de todos os encargos sociais e obrigações de ordem trabalhista, recursos materiais, transporte, seguros de qualquer natureza, perdas eventuais, despesas administrativas, tributos e demais encargos necessários à entrega dos produtos objeto deste CONTRATO.

CLÁUSULA SEXTA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DO OBJETO
6.1. Os materiais, com o valor definido no Pregão Presencial, "Anexo III – Formulário Padrão para Proposta de Preços" da **CONTRATADA**, poderão sofrer reajuste de preços do objeto, durante o período contratual, **na mesma proporção decorrente de acréscimo ou decréscimo**, conforme autorização do Governo Federal, quando:

a) solicitada pela **CONTRATADA**, junto ao setor competente do ÓRGÃO, devidamente protocolado;

a) solicitada pelo ÓRGÃO, junto a **CONTRATADA**, devidamente protocolado.

CLÁUSULA SETIMA - DA VIGÊNCIA

7.1. O presente **CONTRATO** vigorará a partir da data de sua assinatura, **até 31/12/2014**, ficando adstrito à existência dos respectivos créditos orçamentários, podendo ser prorrogado até a conclusão da entrega dos materiais/serviços contratados.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
8.1. Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, a execução, acompanhamento e fiscalização dos materiais/serviços adquiridos, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada.

8.2. Efetuar o pagamento a contratada, de acordo com as condições estabelecidas na Cláusula QUINTA deste **CONTRATO**.

8.3. Emitir as autorizações de fornecimento e realizar o controle efetivo sobre as mesmas;

8.4. Os pneus não serão aceitos e devolvidos se apresentarem vícios de qualidade ou estiverem impróprios para o consumo.

8.5 Todos os pneus novos, deverão ser certificados pelo INMETRO com a certificação afixadas de forma legível, estampadas em alto relevo ou em etiqueta vulcanizada na lateral.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
9.1. A **CONTRATADA** obriga-se a:

a) Entregar os materiais definidos na cláusula primeira deste instrumento contratual, na forma e condições previstas no Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 021/2014 da CONTRATANTE e proposta apresentada pela CONTRATADA, **no prazo máximo de 05 (CINCO) dias a partir da solicitação**;

b) Aceitar as alterações que se fizerem necessárias, conforme disposto no Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

c) Não transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

d) Responsabilizar-se pela entrega dos materiais inclusive no que se referir a não observância da legislação em vigor.

e) Reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, os vícios resultantes da má execução do objeto deste contrato.

f) Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega dos materiais do objeto deste contrato, inclusive no que se referir à qualidade dos recursos materiais empregados e seleção e treinamento dos recursos humanos necessários ao seu desenvolvimento.

g) Responder integralmente, por quaisquer perdas e danos que vier a causar ao Município de Conquista D'Oeste - MT ou à terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeitas.

h) Entregar os pneus com todos os recursos para sua utilização;

i) Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos materiais, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, encargos trabalhistas, acidentes de trabalho.

j) Efetuar a entrega dos pneus de acordo com a necessidade e o interesse da CONTRATANTE, no ato do recebimento da requisição expedida pela Contratante;

k) Os pneus novos deverão entregues na sede da Prefeitura, Av. dos Oitis, nº 1.200, centro, CEP. 78.254-000, Conquista D'Oeste/MT, em dias úteis, respeitado o horário de 07:00h às 11:00h e das 13:00h às 17:00h.

9.2 A **CONTRATADA** deverá:

a) comunicar a contratante por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário, que impeça o cumprimento das obrigações deste contrato, **em especial ao descumprimento da entrega dos materiais solicitados, que deverá ser solucionado imediatamente, salvo motivo de força maior que deverá ser comprovado.**

b) Manter contato com o CONTRATANTE sobre quaisquer assuntos relativos à entrega dos materiais/serviços objeto deste contrato, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência de cada caso;

d) a Contratada não efetuará a entrega dos materiais/serviços sem requisição formal expedida pelo CONTRATANTE.

9.3 A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos estabelecidos nos itens acima, não transfere à Administração do Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO
10.1. A fiscalização da entrega dos materiais/serviços será exercida por um representante do **CONTRATANTE**, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto do presente contrato. (art. 67 da Lei nº 8.666/93).

10.2. A Fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitório, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO
11.1. Pela inexecução total ou parcial deste Contrato o **CONTRATANTE** poderá, garantida a previa defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total e atualizado deste Contrato e dos Aditivos, se for o caso;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na letra (c) desta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO
12.1. Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

12.2. Os casos omissos serão resolvidos amigavelmente entre as partes e em observância a legislação pertinente. E por estarem justos e contratados, CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Conquista D'Oeste, 30 de maio de 2014.

WALMIR GUSE
Prefeito Municipal
Contratante

Pneus Via Nobre LTDA
SERGIO CARLOS FERREIRA
Contratado

TESTEMUNHAS:

Luiza Tenório Cavalcante
RG: 1.306.462-2 – SSP/MT

Tatiane Nunes Nantes Salasar
RG nº 13.645.978/SSP-MT

HÉLIO JOSÉ G. MENDES
Assessor Jurídico
OAB-MT 3383-A

Publicado por:
Eliane Aparecida de Freitas
Código Identificador:4CC50B7A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO 56/2014

Contrato de aquisicao de produtos que entre si fazem o MUNICÍPIO DE CONQUISTA D' OESTE-MT e a empresa SHEKINAH COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PNEUMÁTICOS LTDA EPP.

Aos 30 (trinta) dias do mês de maio do ano de 2014 **O *MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE***, inscrita no CNPJ sob nº. 04.219.688/0001-56 com sede à Avenida dos Oitis nº 1.200, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Walmir Guse, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta cidade na Avenida dos Oitis nº 1.594, portador do RG: 3/R 1.248.224 expedida pela SSP – SC e CPF: 060.590.538-07, doravante denominado de ***CONTRATANTE***, e **SHEKINAH COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PNEUMÁTICOS LTDA**, empresa com sede na cidade de Pontes e Lacerda Mato Grosso, na Avenida Marechal Rondon, Nº. 2034, Centro, inscrita no CNPJ sob nº. 10.015.942/0001-05, neste ato representada pelo seu sócio proprietário Sr. VALDENIR BARBOSA DA SILVA , brasileiro, empresário, residente e domiciliado na cidade de Pontes e Lacerda Mato Grosso, portador da cédula de identidade RG nº. 1173229-6 – SSP/MT e do CPF nº. 827.465.241.04, abaixo assinado, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato Administrativo , baseado nas Leis Federais n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e n.º 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
***1.1** O presente contrato tem por objeto o fornecimento de pneus novos, câmaras de ar, protetores de pneus de veículos de diversas Secretarias, de fornecimento parcelado, conforme segue :*

1.2 AQUISICAO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNITARIO	TOTAL R$
3588	PNEU 1000-20	50	R$ 860,00	R$ 43.000,00
24128	PNEU 1000X20 BORRACHUDO	8	R$ 905,00	R$ 7.240,00
4878	PNEU DIANTEIRO 12X16,5	4	R$ 780,00	R$ 3.120,00
23576	PNEU 1400X24	15	R$ 2.085,00	R$ 31.275,00
9714	PNEU 17,5-25 12 LONAS	8	R$ 2.475,00	R$ 19.800,00
9717	PNEU 19.5x24	2	R$ 2.245,00	R$ 4.490,00
5656	PNEU TRASEIRO 195-24	4	R$ 2.245,00	R$ 8.980,00
10373	PNEU P 265/70 R16	8	R$ 560,00	R$ 4.480,00
3373	PNEU 265/70R15	8	R$ 555,00	R$ 4.440,00
10377	PNEU 7,50 R16	18	R$ 379,00	R$ 6.822,00
10372	PNEU 7,50 R16 BORRACHUDO	8	R$ 389,00	R$ 3.112,00
TOTAL				**R$ 136.759,00**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS DO CONTRATO

2.1 O presente **CONTRATO** fundamenta-se nos pedidos nº 599, 600, 601, 602, 603, 604/2014, realizado na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 021/2014, homologado em 29/05/2014, que são parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente instrumento está estimado em **R$ 136.759,00** (Cento e trinta e seis mil e setecentos e cinquenta e nove reais) preço esse que será pago pelo CONTRATANTE a CONTRATADA pela aquisição do objeto contratado .

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

4.1 As despesas decorrentes da aquisição dos pneus novos e realização de serviços, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento, distribuídos da seguinte forma:

04-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
04.006 – TRANSPORTE ESCOLAR
12.361.0012.2028 MANUT. E ENC. DO TRANSP. ESCOLAR
3390.30.00.00 – F – **130** Material de consumo R$ 41.280,00

02 – GABINETE DO PREFEITO
02.001 CHEFIA DE GABINETE
04.122.0002.2002 MANUT. DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO
3390.30.00.00- f. **07** Material de consumo R$ 4.480,00

08- SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO
08.001 – COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO
20.122.0035.2065 MANUT. E ENC. DA SEC. DESN. SUSTENTADO
3390.30.00.00 – F – ***406*** Material de consumo R$ 21.276,00

09 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
09.001 COORDENADORIA DE SERVIÇOS PUBLICOS
15.452.0038.2074 MANUT E ENC. COM A COORD DE SERV. PUBLICOS
3390.30.00.00 – F – **471** Material de consumo R$ 69.723,00

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos após a entrega dos materiais, **mediante a apresentação** da respectiva nota fiscal **e comprovação da regularidade junto à seguridade Social e ao FGTS.**

5.2. O pagamento, pelos produtos efetivamente entregues, poderá ser efetuado através de depósito em qualquer agência da rede bancária, para crédito da contratada em conta corrente mantida em agência bancária indicada pela mesma.

5.3. A empresa contratada arcará com todos os custos referentes à mão-de-obra direta e/ou indireta, acrescidos de todos os encargos sociais e obrigações de ordem trabalhista, recursos materiais, transporte, seguros de qualquer natureza, perdas eventuais, despesas administrativas, tributos e demais encargos necessários à entrega dos produtos objeto deste CONTRATO.

CLÁUSULA SEXTA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DO OBJETO

6.1. Os materiais, com o valor definido no Pregão Presencial, "Anexo III – Formulário Padrão para Proposta de Preços" da **CONTRATADA**, poderão sofrer reajuste de preços do objeto, durante o período contratual, **na mesma proporção decorrente de acréscimo ou decréscimo**, conforme autorização do Governo Federal, quando:

a) solicitada pela **CONTRATADA**, junto ao setor competente do ÓRGÃO, devidamente protocolado;

b) solicitada pelo ÓRGÃO, junto a **CONTRATADA**, devidamente protocolado.

CLÁUSULA SETIMA - DA VIGÊNCIA

7.1. O presente **CONTRATO** vigorará a partir da data de sua assinatura**, até 31/12/2014**, ficando adstrito à existência dos respectivos créditos orçamentários, podendo ser prorrogado até a conclusão da entrega dos materiais/serviços contratados.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, a execução, acompanhamento e fiscalização dos materiais/serviços adquiridos, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada.

8.2. Efetuar o pagamento a contratada, de acordo com as condições estabelecidas na Cláusula QUINTA deste **CONTRATO**.

8.3. Emitir as autorizações de fornecimento e realizar o controle efetivo sobre as mesmas;

8.4. Os pneus não serão aceitos e devolvidos se apresentarem vícios de qualidade ou estiverem impróprios para o consumo.

8.5 Todos os pneus novos, deverão ser certificados pelo INMETRO com a certificação afixadas de forma legível, estampadas em alto relevo ou em etiqueta vulcanizada na lateral.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A **CONTRATADA** obriga-se a:

a) Entregar os materiais definidos na cláusula Primeira deste instrumento contratual, na forma e condições previstas no Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 021/2014 da CONTRATANTE e proposta apresentada pela CONTRATADA, **no prazo máximo de 05 (CINCO) dias a partir da solicitação**;

b) Aceitar as alterações que se fizerem necessárias, conforme disposto no Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

c) Não transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;

d) Responsabilizar-se pela entrega dos materiais inclusive no que se referir a não observância da legislação em vigor.

e) Reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, os vícios resultantes da má execução do objeto deste contrato.

f) Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega dos materiais do objeto deste contrato, inclusive no que se referir à qualidade dos recursos materiais empregados e seleção e treinamento dos recursos humanos necessários ao seu desenvolvimento.

g) Responder integralmente, por quaisquer perdas e danos que vier a causar ao Município de Conquista D'Oeste - MT ou à terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeitas.

h) Entregar os pneus com todos os recursos para sua utilização;

i) Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos materiais, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, encargos trabalhistas, acidentes de trabalho.

j) Efetuar a entrega dos pneus de acordo com a necessidade e o interesse do CONTRATANTE, no ato do recebimento da requisição expedida pela Contratante;

k) Os pneus novos deverão entregues na sede da Prefeitura, Av. dos Oitis, nº 1.200, centro, CEP. 78.254-000, Conquista D'Oeste/MT, em dias úteis, respeitado o horário de 07:00h às 11:00h e das 13:00h às 17:00h.

9.2 A **CONTRATADA** deverá:

a) comunicar a contratante por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário, que impeça o cumprimento das obrigações deste contrato, **em especial ao descumprimento da entrega dos materiais/serviços solicitados, que deverá ser solucionado imediatamente, salvo motivo de força maior que deverá ser comprovado.**

b) Manter contato com o CONTRATANTE sobre quaisquer assuntos relativos à entrega dos materiais/serviços objeto deste contrato, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência de cada caso;

d) a Contratada não efetuará a entrega dos materiais/serviços sem requisição formal expedida pelo CONTRATANTE.

9.3 A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos estabelecidos nos itens acima, não transfere à Administração da Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A fiscalização da entrega dos materiais será exercida por um representante do **CONTRATANTE**, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto do presente contrato. (art. 67 da Lei nº 8.666/93).

10.2. A Fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitório, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO
11.1. Pela inexecução total ou parcial deste Contrato o CONTRATANTE poderá, garantida a previa defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

a) Advertência;
b) Multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total e atualizado deste Contrato e dos Aditivos, se for o caso;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na letra (c) desta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO
12.1. Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

12.2. Os casos omissos serão resolvidos amigavelmente entre as partes e em observância a legislação pertinente. E por estarem justos e contratados, CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Conquista D'Oeste, 30 de maio de 2014.

WALMIR GUSE
Prefeito Municipal
Contratante

Shekinah Comércio, Importação e Exportação de Pneumáticos LTDA
VALDENIR BARBOSA DA SILVA
Contratado

TESTEMUNHAS:

Luiza Tenório Cavalcante
RG: 1.306.462-2 – SSP/MT

Tatiane Nunes Nantes Salasar
RG nº 13.645.978/SSP-MT

HÉLIO JOSÉ G. MENDES
Assessor Jurídico
OAB-MT 3383-A

Publicado por:
Eliane Aparecida de Freitas
Código Identificador:FBA1E94E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 057/2014

Contrato para prestação de serviços artísticos, que entre si fazem o MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE e a empresa TCHE GAROTOS LTDA.

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de junho de 2014, **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE**, Estado de Mato Grosso, estabelecida na Avenida dos Oitis, n.º 1.200, Centro, inscrita no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, **WALMIR GUSE**, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta cidade na Avenida dos Oitis, nº 1.654, portador da cédula de identidade n.º 3/R 1.248.224 expedida pela SSI – SC e do CPF 060.590.538 – 07, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **TCHE GAROTOS LTDA.** com sede na cidade de Porto Alegre - RS, na Av. Edgar Pires de Castro, nº 2131 s/204, Bairro Aberta dos Morros, inscrita no CNPJ sob nº 01.400.312/0001-55 neste ato representada pelo seu procurador **LAURO ANTONIO DE SOUZA CARDOSO**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 5010508851 expedida pela SSP/RS, inscrito no CPF sob o nº 293229870-49, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA,** resolvem, de comum acordo, celebrar o presente contrato de prestação de serviços artísticos, fundamentado no Processo de Inexigibilidade nº. 001/2014, que será regido pelas seguintes cláusulas:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

1.1 O objeto do presente contrato consiste na apresentação de um **SHOW** a ser realizado pelos **ARTISTAS** da **CONTRATADA**, o grupo em arte **TCHÊ GAROTOS** com duração aproximada de uma 1,30 horas (uma hora e trinta minutos).

1.2 O Show mencionado na cláusula anterior compreende unicamente a apresentação pública ou privada dos **ARTISTAS**, conforme determinado mais adiante, não podendo ser entendido em qualquer hipótese, sob qualquer alegação ou pretexto, que este contrato esteja vinculado ou associado a qualquer outro tipo de atividade que não a acima prevista.

1.3 A contratação do objeto deste contrato, conforme definido será realizado conforme abaixo:

DATA DA APRESENTAÇÃO: **27 de junho de 2014**
CIDADE: Conquista D'Oeste - MT
LOCAL DO SHOW: **Parque de Exposições de Conquista D'Oeste**
HORÁRIO PREVISTO PARA INICIO DA APRESENTAÇÃO: **23,00 horas**

TIPO DE EVENTO: **Show**
DURAÇÃO DO SHOW: **1,30 horas**

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO CONTRATADO

2.1 Pela contratação ora realizada, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA,** como remuneração, a titulo de honorários, pela apresentação dos **ARTISTAS** e cobertura de despesas, a importância de **R$ 65.000,00** (sessenta e cinco mil reais) de cachê (artista, músicos e equipe), sendo 30% na execução do contrato e o restante no término do evento.

2.2 O valor indicado na Cláusula anterior deverá ser pagos da seguinte forma:

A – Depósito na conta bancária abaixo ou em cheque nominal em nome da **CONTRATADA**:

Dados Bancários:

BANCO: 104 – **BANCO BRADESCO**
AGÊNCIA: **2468**
CONTA CORRENTE Nº: **12.301-3**
CNPJ: **001.400.312/0001-55**
FAVORECIDO: **TCHE GAROTOS LTDA.**

2.3 Os pagamentos serão divididos em 2 parcelas, a saber:

VALOR DAS PARCELAS		DATA PARA PAGAMENTO		FORMA DE PAGAMENTO
1ª	2ª	1ª	2ª	
19.500,00	45.500,00	17.06.2014	27.06.2014	DEPOSITO BANCÁRIO

OBS.: Assim que for efetuado o depósito solicitamos que nos enviem o comprovante através dos emails abaixo**: lauro@tchegarotos.com.br, administrativo@tchegarotos.com.br**

2.4 A importância relativa à remuneração da **CONTRATADA** e dos **ARTISTAS,** conforme descritos na cláusula anterior serão pagos pelo **CONTRATANTE** á **CONTRATADA,** de acordo com as condições previstas na cláusula anterior. Na hipótese da **CONTRATADA** concordar em receber qualquer valor em atraso, tal fato não constituirá renovação contratual, devendo ser entendido como mera liberalidade.

2.5 Os pagamentos acima descritos correrão à conta da seguintes dotação orçamentária:

08. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO
08.002 – DIVISÃO DE AGRICULTURA
20.661.0036.2069 – PROMOVER OU APOIAR A REALIZAÇÃO DA EXPOCON, FEIRA AGROPECUÁRIA E FESTA DO PRODUTOR RURAL
3.3.90.39.00.00.00 (0427) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

2.6 O prazo de vigência do presente instrumento terá inicio na data de sua assinatura com término em 30 de julho de 2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1 Será de exclusiva responsabilidade da **CONTRATANTE** a produção do espetáculo, inclusive com relação às despesas daí decorrentes e como condição imprescindível à realização do mesmo.

3.2 Incumbe exclusivamente a **CONTRATANTE** a liberação do **SHOW** junto a todos os órgãos públicos e entidades de classe, bem como autoridades locais, inclusive pagamento ao **ECAD** (Escritório Central de Arrecadação de Direitos) e impostos de qualquer natureza, assim como outros órgãos direta ou indiretamente relacionados e também outros eventuais, devidos por força de lei, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data prevista para a realização da apresentação artística a que se refere o presente contrato.

3.3 A não apresentação do espetáculo por impedimento de qualquer órgão público ou falta de providência da **CONTRATANTE** com relação, mas não limitado, ao exposto no parágrafo anterior, obriga da mesma forma o integral cumprimento das obrigações previstas no presente instrumento de responsabilidade da **CONTRATANTE,** especialmente, mas não limitado, ao que se referem ao pagamento dos honorários, despesas e demais dos **ARTISTAS** e da **CONTRATADA**.

3.4 Só será permitida a apresentação de outros artistas ou de qualquer outro evento no mesmo palco em que se apresentará à banda, com expressa autorização da **CONTRATADA**.

3.5 Quanto ao local do evento, só será aceita a mudança referente ao local onde ocorrerá o show se tiver à aprovação da **CONTRATADA**.

3.6 A **CONTRATADA** se reserva o direito de comercializar souveniers da marca **TCHÊ GAROTOS**, cujos resultados financeiros lhe pertencerão exclusivamente, não cabendo a **CONTRATANTE** impedir que essa comercialização se efetue.

3.7 A **CONTRATANTE** deverá providenciar **alimentação (almoço e janta)** para **19 (Dezenove) pessoas** em local previamente acertado com a **produção da CONTRATADA.**
OBS.: Contatos da produção: Carlos Mello (51) 97088915 producao@tchegarotos.com.br

3.8 A **CONTRATANTE** deverá fornecer a **CONTRATADA** à quantia de **10 (dez) ingressos** a título de cortesia por show, para atender aos **Fãs-Clubes e Patrocinadores**.

3.9 A **CONTRATANTE** deverá fornecer a **CONTRATADA 1 (uma) van para traslados** do hotel até o local do show desde a chegada até a saída em definitivo de toda a equipe.
OBS: Contatos da produção: Carlos Mello (51) 97088915 producao@tchegarotos.com.br

CLÁUSULA QUARTA - DA DIVULGAÇÃO

4.1 Será de exclusiva responsabilidade e as expensas do **CONTRATANTE** a preparação, produção e veiculação de peças publicitárias.

CLÁUSULA QUINTA - DO PALCO E DO CAMARIM

5.1 Será da exclusiva responsabilidade do **CONTRATANTE**, ficando as suas expensas, a montagem do palco, devendo ser observadas as seguintes especificações:

a) 13 metros de frente;
b) 10 metros de profundidade;
c) 02 metros do chão ao piso do palco;
d) 06 metros do piso do palco até o teto;
e) As laterais e o fundo do palco deverão ser fechados na cor preta, com duas áreas de serviço de no mínimo 4x4, para som e luz;
f) Deverá fornecer a **CONTRATADA** 06 (Seis) homens, ás suas expensas, para fazer a segurança dos **ARTISTAS** e sua equipe técnica, durante toda a permanência no local do evento.

5.2 Responsabiliza-se o **CONTRATANTE** isoladamente pela preparação de no mínimo 2 (Dois) camarins a disposição dos **ARTISTAS** e equipe**,** equipados com banheiros individuais completos, mais lista de camarim em anexo.

CLÁUSULA SEXTA - DO TRANSPORTE

6.1 Todo o transporte dos **ARTISTAS** e sua equipe correrão por conta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS EQUIPAMENTOS

7.1 Fica sob a integral responsabilidade do **CONTRATANTE** a contratação dos equipamentos de som e luz de acordo com o **RIDER TÉCNICO** que lhe será enviado pela produção posteriormente,

responsabilizando-se ainda, por seu transporte, montagem e desmontagem, além de eventual operação, devendo para tanto ser contratada a firma indicada pela **CONTRATADA**, devendo o **CONTRATANTE** arcar com todas as despesas decorrentes.
OBS.: Contatos da produção: Carlos Mello (51) 97088915 producao@tchegarotos.com.br

7.2 A **instalação elétrica** deverá contar com transformador no máximo 40 metros de palco, de 150,0 KVA, uma chave trifásica de 400 (Quatrocentos) ampères por fase, devendo a instalação possuir **NEUTRO TENSÃO 220 / 127V.**

7.3 O **CONTRATANTE** deverá colocar á disposição da **CONTRATADA,** 6 (Seis), carregadores na chegada da equipe no local do show bem como no seu término**.**

7.4 O não cumprimento do **RIDER TÉCNICO** (Som/Luz) acarretará no cancelamento da apresentação.

CLÁUSULA OITAVA - DA HOSPEDAGEM

8.1 A hospedagem dos **ARTISTAS** e **BANDA** será por conta da **CONTRATANTE,** para 19 (Dezenove) pessoas em hotel com televisão e internet, conforme **ROOMING LIST** que será enviado pela produção posteriormente**.**

CLÁUSULA NONA - DOS DANOS MATERIAIS E MORAIS

9.1 A **CONTRATANTE** responderá isoladamente por todos e quaisquer danos materiais e/ou morais a que sejam submetidos ou experimentem a **CONTRATADA**, os **ARTISTAS** ou terceiros que decorram direta ou indiretamente do objeto deste contrato, desde que provocados por sua imprudência, imperícia ou negligência, elencando-se nessas prováveis ações ou omissões, notadamente, mas não restrito, o cumprimento das formalidades legais inerentes ao espetáculo, ausência de pagamentos mesmo que a terceiros, também em razão do espetáculo, possíveis tumultos por falta de segurança, atraso no transporte dos Artistas, músicos, equipe, equipamentos e outros.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA MULTA GENÉRICA

10.1 Salvo nos casos específicos, em que está consignada multa especifica, à parte que infringir quaisquer das demais cláusulas e condições deste contrato, ficará sujeita a multa equivalente a (**50%**) cinqüenta por cento do valor da contratação ora realizada, não prejudicada a apuração de eventuais outras perdas e danos decorrentes do inadimplemento verificado.

10.2 A **CONTRATADA** não poderá ser responsabilizada civil ou criminalmente, por qualquer ocorrência fortuita que possa ocorrer no transporte de pessoas ou coisas e tampouco no desenvolvimento do show.

CLÁUSULA DÉCIMA - PRIMEIRA - DA NÃO APRESENTAÇÃO DO SHOW

11.1 No caso de não apresentação pela ausência dos artistas em virtude de casos fortuitos e alheios a sua vontade, tais como, mas não limitado a, enfermidade, acidente, impossibilidade de acesso ao local de evento, inclusive por falta de condições atmosféricas que permita o pouso e/ou decolagem de aeronaves, catástrofes de qualquer natureza, risco de contágio, além de solução para a hipótese, a designação de nova data para a realização do show, de acordo com a disponibilidade da agenda dos **ARTISTAS**, isentadas, desde já, ambas as partes de qualquer pena, ônus ou multa contratual.

11.2 A não apresentação do espetáculo objeto do presente contrato pela ausência injustificada dos **ARTISTAS** acarretará a **CONTRATADA** o pagamento da multa contratual prevista no capítulo anterior, além da devolução das quantias já pagas pela **CONTRATANTE** a título de sinal ou adiantamento, exclusivamente.

CLÁUSULA DÉCIMA - SEGUNDA - OUTRAS PENALIDADES

12.1 No caso da **CONTRATANTE** não efetuar qualquer pagamento estipulado nas cláusulas retro, notadamente aqueles especificados na cláusula segunda, considerar-se-á, automaticamente e independentemente de qualquer compromisso assumido, perante a **CONTRATANTE**, e desde já autorizado a negociar a presença dos **ARTISTAS** em qualquer outra praça ou local, de acordo com suas necessidades ou interesses, ficando ainda desobrigada com relação a qualquer pagamento, devolução ou indenização, seja a que título for.

CLÁUSULA DÉCIMA - TERCEIRA - DA NEGOCIAÇÃO COM TERCEIROS

13.1 Na hipótese de repasse do show para terceiros, obriga-se o **CONTRATANTE** a comunicar tal fato, incontinente, a **CONTRATADA**, sujeitando-se á sua aprovação, por escrito, porém, ficando sempre, independentemente do referido de acordo da **CONTRATADA** com relação ao repasse, como primeiro e único responsável pelo integral cumprimento dos compromissos aqui assumidos, seja em relação à **CONTRATADA** ou aos **ARTISTAS**, seja em relação a terceiros, declarando expressamente neste ato que exime a **CONTRATADA** de qualquer responsabilidade neste sentido.

CLÁUSULA DÉCIMA – QUARTA – DO FORO

14.1 As partes elegem o foro da comarca de Porto Alegre para dirimir as dúvidas emergentes do presente contrato.

E assim, por estarem, justos, avençados e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma para um só efeito, na presença das testemunhas instrumentais infra-assinadas.

Conquista D'Oeste, 16 de junho de 2014

WALMIR GUSE
Prefeito Municipal
Contratante

Tche Garotos Ltda**.**
LAURO ANTONIO DE SOUZA CARDOSO
Procurador
Contratada

Luiza Tenório Cavalcante
RG: 1.306.462-2 – SSP/MT

Tatiane Nunes Nantes Salasar
RG nº 13.645.978/SSP-MT

HÉLIO JOSÉ G. MENDES
Assessor Jurídico
OAB-MT 3383-A

Publicado por:
Eliane Aparecida de Freitas
Código Identificador:513CB68D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO N.º 058 / 20014

"Termo de contrato para prestação de serviços, que entre si fazem a MUNICÍPIO DE CONQUISTA D´OESTE e entidade ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CASA DE RECUPERAÇÃO TOQUE DA MÃO DO MESTRE".

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de junho do ano de 2.014 (dois mil e quatorze), o ***MUNICÍPIO DE CONQUISTA D´OESTE***, Estado de Mato Grosso, estabelecida na Avenida dos Oitis n.º 1.200, Centro, inscrita no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, representada neste ato por seu Prefeito, ***WALMIR GUSE***, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade na Avenida dos Oitis, nº 1.654, portador da cédula de identidade n.º 3/R 1.248.224 expedida pela SSI – SC e do CPF 060.590.538 – 07, doravante denominada simplesmente ***CONTRATANTE***, e a entidade ***ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CASA DE RECUPERAÇÃO TOQUE DA MÃO DO MESTRE***,

entidade privada sem fins lucrativos,com sede na cidade de Pontes e Lacerda – MT, na Rua Joaquim Gomes de Souza nº 1.690 – Centro, inscrita no CNPJ sob nº. 14.580.562/0001-66, neste ato representado por **LAIRTON LIMA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Pontes e Lacerda-MT, portador do CPF nº. 084.687.278-14 e da cédula de identidade nº. 11.710.409 expedida pela SSP- SP, doravante denominado simplesmente ***CONTRATADO,*** resolvem celebrar o presente contrato de prestação de serviços de Clínica Terapêutica, que será regido pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A ***CONTRATADA*** prestará para o ***CONTRATANTE*** serviço terapêutico especializada em internação de pessoas com dependência química, a ser disponibilizado ao paciente Roberto José Ferreira, em situação de vulnerabilidade, reconhecidamente carente, residente neste município, que necessita de cuidados terapêutico e de amparo social contínuos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

2.1 O presente contrato e celebrado com base na Lei n.º 8666/93, dispensado de licitação em razão de seu valor conforme disposto no inciso II de seu Art. 24.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 A ***CONTRATADA*** se obriga a oferecer ao paciente encaminhado, os cuidados indispensáveis durante todo o período de tratamento.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 O ***CONTRATANTE*** se responsabiliza pelo repasse mensal da importância estipulada na clausula seguinte a este termo.

CLÁUSULA QUINTA – VALOR DO CONTRATO E FORMA DE PAGAMENTO

5.1 O valor do presente contrato é de **R$ 3.250,00** (três mil duzentos e cinquenta reais) que será pago em 07 (sete) parcelas, sendo a primeira no valor de R$ 250,00 e as demais no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) mensais e consecutivas, cujo pagamento se dará até o décimo dia do mês subseqüente ao da efetiva prestação dos serviços;

5.2 As despesas decorrentes com a execução dos serviços descritos na cláusula anterior correrão à conta da seguinte dotação:

07 – SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
07.02 – FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
08.244.0029.2055–MANUT/ENCARGO FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
3390.39.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – **PJ (366)**

5.3 Caso o beneficiário vier a se recuperar ou aposentar ou falecer, cessará a obrigação do CONTRATANTE, fazendo sempre um equilíbrio entre o físico e o financeiro

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1 O valor do presente contrato não será reajustado no prazo de sua vigência.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 O presente Termo de Contrato tem vigência a partir de **16 de junho de 2014** com término em **31 de dezembro de 2014.**

7.2 O presente Termo de Contrato poderá ser prorrogado à luz do inciso II do Artigo 57, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

8.1 A fiscalização da execução dos serviços será exercida por um representante da CONTRATANTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto do presente contrato. (art. 67 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1 Este contrato poderá ser rescindido, nos termos do artigo 77 da lei 8.666/93, constituindo motivos para essa rescisão:

a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

b) O atraso injustificado na entrega dos serviços;

c) A paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação ao **CONTRATANTE;**

d) Razões de interesse público (Art. 78, XII, da Lei nº 8.666/93);

e) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste Contrato.

9.2 A rescisão do contrato poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE;**

b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo, no processo da licitação, desde que haja conveniência para o **CONTRATANTE**;

c) Judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda para dirimir as questões relativas ou oriundas do presente contrato.

E pôr estarem justos e acordados, declaram as partes, aceitarem as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente instrumento, firmando-o em três vias de igual teor, na presença de duas testemunhas abaixo nomeadas.

Conquista D'Oeste, em 16 de junho de 2014.

WALMIR GUSE
Prefeito Municipal

Associação Beneficente Casa de Recuperação Toque da Mão do Mestre
LAIRTON LIMA
Contratada

Testemunhas:

Luiza Tenório Cavalcante
RG: 1.306.462-2 – SSP/MT

Tatiane Nunes Nantes Salasar
RG nº 13.645.978/SSP-MT

HÉLIO JOSÉ G. MENDES
Assessor Jurídico
OAB-MT 3383-A

Publicado por:
Eliane Aparecida de Freitas
Código Identificador:80856FDF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 059/2014

"Contrato de prestação de serviço que entre si fazem, de um lado a *PREFEITURA MUNICIPAL DE*

CONQUISTA D'OESTE e de outro lado NELSON CARLOS FERREIRA JUNIOR 56771290115".

Aos 20 (vinte) dias do mês de junho do ano de 2.014 (dois mil e quatorze), o ***MUNICÍPIO DE CONQUISTA D´OESTE***, Estado de Mato Grosso, estabelecida na Avenida dos Oitis n.º 1.200, Centro, inscrita no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, representada neste ato por seu Prefeito, ***WALMIR GUSE***, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade na Avenida dos Oitis, nº 1.654, portador da cédula de identidade n.º 3/R 1.248.224 expedida pela SSI – SC e do CPF 060.590.538 – 07, doravante denominada simplesmente ***CONTRATANTE***por outro lado o empreendedor individual **NELSON CARLOS FERREIRA JUNIOR 56771290115**,inscrita no CNPJsob nº 15.466.940/0001-48,com sede Rua Ruth Ferreira Mazui,n° 722, Bairro Boa Vista, no município de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, representada por seu titular**NELSON CARLOS FERREIRA JUNIOR,**brasileiro, professor, residente e domiciliadono município de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, portador CPF n.º **567.712.901-15**e da cédula de identidade RG n.º **42544280**expedida pela **SSP/PR,** doravante denominada simplesmente ***CONTRATADO*** resolvem celebrar o presente termo de credenciamento para a prestação de serviço, que será regido pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a prestação de serviço, pelo **CONTRATADO** a favor da **CONTRATANTE,**no desenvolvimento de projeto social**,**como monitor de atletismo para alunos inscritos no serviço de Convivência e Fortalecimento de Vinculo, como forma de inclusão social e desenvolvimento de habilidades de crianças e adolescentes, utilizando métodos adequados e executando sua atividade em local cedido pela **CONTRATANTE**, exercendo suas atividades durante 03 (três) dias por semana **.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

2.1 O presente contrato e celebrado com base na Lei n.º 8666/93, dispensado de licitação em razão de seu valor conforme disposto no inciso II de seu Art. 24.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR DO CONTRATO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 Pelos serviços, objeto do presente instrumento e constante da cláusula primeira, a**CONTRATANTE**, pagará ao **CONTRATADO** o valor de **R$ 5.000,00 (cincomil reais)**que será pago em duas parcelas mensais e consecutivas de **R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)**, vencíveis até o décimo dia posterior ao mês da efetiva prestação dos serviços.

3.2 As despesas decorrentes com a execução dos serviços descritos na cláusula anterior correrão à conta da seguinte dotação:

07 – SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL.
07.002 – Assistência Comunitária .
08.244.0029.20.60 – Manutenção SCFV
3.3.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ – F. 375

CLÁUSULA QUARTA – REAJUSTE

4.1 O valor do presente contrato não será reajustado no prazo de sua vigência.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE DURAÇÃO

5.1 O presente termo de prestação de serviços tem a vigência no período de **20 de junhoa 20 de agosto de 2014.**

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

6.1São obrigações do **CONTRATADO:**

a) Ministrar as aulas, nos horários previamente estabelecidos, e dentro da melhor técnica esportiva.
b) Comparecer com assiduidade e pontualidade ao local indicado pela **CONTRATANTE**para ministrar a oficina.
c) Trajar adequadamente.
d) Respeitar os alunos nas suas individualidades.
e) Cumprir a carga horária estabelecida.

PARÁGRAFO ÚNICO – O não cumprimento das obrigações contratuais implicará na suspensão do pagamento mensal até sua correspondente regularização.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 São obrigações da **CONTRANTE:**

a) Fornecer local adequado para a realização.
b) Fornecer material adequado à oficina conforme sua especialidade.
c) Acompanhar o trabalho desenvolvido pelo **CONTRATADO.**

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO E PENALIDADE

8.1 O**CONTRATADO** se obriga a não interromper os serviços ajustados, em qualquer situação, sob pena de ensejar a rescisão unilateral do contrato sujeitando-se ao pagamento dos prejuízos que ocasionar;

8.2 Este contrato poderá ser rescindido desde que seja conveniente entre as partes, sempre fazendo um equilíbrio entre o realizado e financeiro, quando:

a) Quando ocorrer desvio das especificações pôr parte do **CONTRATADO,**
ou prestar informações inverídicas.
b) Na hipótese do **CONTRATADO** entrar em regime de concordata, ainda que preventiva, ou falência ou insolvência.
c) No caso de rescisão, o**CONTRATADO** receberá apenas o pagamento dos serviços executados.

8.3 A **CONTRATANTE** poderá efetuar o descredenciamento do **CONTRATADO**, quando for constatado o não cumprimento de normas administrativas internas ou quando o serviço não for prestado segundo critérios

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

9.1 O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

a) Unilateralmente pela **CONTRATANTE:**

I. Quando houver modificação das especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
II. Quando necessário a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei N°. 8.666/93.

b) Por acordo das partes:

I. Quando necessária a modificação do regime de execução ou do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
II. Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias superveniente, mantido o valor inicial atualizado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES E MULTAS

10.1 Pela inexecução total ou parcial do presente Contrato, a Administração, garantindo a prévia defesa, aplicar ao**CONTRATADO** as sanções previstas nos incisos I, III e IV do Art. 87 da Lei Federal n.º 8.666/93 e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor dos serviços não executados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- FISCALIZAÇÃO

11.1 A fiscalização deste instrumento será exercida por um representante do **CONTRATANTE**, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto do presente contrato. (art. 67 da Lei nº 8.666/93).

11.2 A Fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do **CONTRATADO**, inclusive perante terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA– DO FORO

12.1Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda para dirimir as questões relativas ou oriundas do presente contrato.

E por estarem justos e acordados, declaram, as partes, aceitarem as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente instrumento, às quais incorporam as normas e procedimentos do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), firmando-o em 3 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas abaixo nomeadas.

Conquista D'Oeste, Mato Grosso, em 20dejunhode 2014.

WALMIR GUSE
Prefeito Municipal

NELSON CARLOS FERREIRA JUNIOR 56771290115
Contratada

Testemunhas:

Luiza Tenório Cavalcante
RG: 1.306.462-2 – SSP/MT

Tatiane Nunes Nantes Salasar
RG nº 13.645.978/SSP-MT

HÉLIO JOSÉ G. MENDES
Assessor Jurídico
OAB-MT 3383-A

Publicado por:
Eliane Aparecida de Freitas
Código Identificador:E390D9E7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESCISÃO DO CONTRATO 023/2014

Termo de rescisão do contrato n.º 023/2014, que entre si fazem o **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'O**ESTE e a empresa **A. SALASAR & CIA. LTDA**. e que tem por objeto o fornecimento de produtos alimentícios para merenda escolar da rede municipal de ensino.

DISTRATANTE: MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE, estabelecido na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, inscrita no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, **WALMIR GUSE**, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta cidade na Avenida dos Oitis, nº 1.200, portador da cédula de identidade n.º 3/R 1.248.224 expedida pela SSI–SC e do CPF 060.590.538 – 07

DISTRATADA: **A. SALASAR & CIA LTDA.**, empresa com sede na Av. Dos Oitis, nº 1788, Centro, na cidade de Conquista D'Oeste, estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob nº 09.465.384/0001-92, neste ato representado por seu sócio proprietário **ADELSON SALASAR,** brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 0142227-8 SSP/MT e do CPF nº 207.071.501-91.

Os **DISTRATANTES** têm entre si justos e avençados, e resolvem rescindir o Contrato n.º 023/2014, assinado em 24 de fevereiro de 2014, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente termo tem como objeto a RESCISÃO do contrato firmado entre as partes em 24 de fevereiro de 2014, nos termos previstos em sua Cláusula 12.2.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RESCISÃO

2.1 Fica rescindido de pleno direito, por acordo entre as partes, com efeitos a partir de 23/06/2014, o contrato publicado no Diário Oficial do Município em 13 de março de 2014.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 O presente termo de rescisão decorre de autorização do Prefeito Municipal da contratante, exarada no processo 1.473 e encontra amparo legal no artigo 79, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DA QUITAÇÃO

4.1 As partes dão plena e total quitação das obrigações pactuadas, com exceção dos créditos, se reconhecidos pelo Município, em favor da **DISTRATADA,** não sendo cabível, por parte da **DISTRATADA,** qualquer contestação judicial ou extrajudicial que diga respeito a pagamentos, faturas, indenizações ou compensações referentes ao Contrato extinto por este instrumento.

4.2 Assim, pela assinatura do presente termo, concede-se plena quitação de todas as obrigações pactuadas ao **DISTRATANTE**, renunciando expressa e irrevogavelmente a qualquer forma de representação judicial ou administrativa.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

5.1 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Pontes e Lacerda, estado de Mato Grosso com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Termo de Rescisão de Contrato em três (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, **DISTRATANTE** e **DISTRATADA**, e pelas testemunhas abaixo.

Conquista D'Oeste, 20 de junho de 2014.

WALMIR GUSE
Prefeito Municipal
Contratante

A. Salasar & Cia LTDA.
ADELSON SALASAR
Contratada

TESTEMUNHA:

Luiza Tenório Cavalcante
RG: 1.306.462-2 – SSP/MT

Rosilene Dutra Pereira
RG: 001.522.908 – SSP/MS

DR. HÉLIO JOSÉ GARCIA MENDES
Assessor Jurídico
OAB-MT 3383-A

Publicado por:
Eliane Aparecida de Freitas
Código Identificador:961D5EB5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 033/2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

WALMIR GUSE, Prefeito Municipal de Conquista D' Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 5.º da Lei n.º 432, de 09/10/2013.

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica suplementada na importância de **R$ 516.200,00 (QUINHENTOS E DEZESSEIS MIL E DUZENTOS REAIS)**, as seguintes dotações orçamentárias:

013	02.002.04.122.0004.3190.11.2004 – Coordenadoria do Controle Interno	R$:	10.000,00
014	02.002.04.122.0004.3191.13.2004 – Coordenadoria do Controle Interno	R$:	1.000,00
018	02.003.04.122.0002.3190.11.2.005 - Manutenção do Departamento de Trânsito	R$:	10.000,00
035	03.001.04.122.0005.3390.39.2.006 – Manutenção e Encargos da Administração	R$:	40.000,00
067	04.002.12.361.0012.4490.52.1.006 - Reequipamento das Unidades Escolares	R$:	53.000,00
113	04.004.12.367.0017.3190.01.2.025 – Remuneração de Prof. da Educação Indígena 60%	R$:	10.000,00
115	04.004.12.367.0017.3190.13.2.025 - Remuneração de Prof. da Educação Indígena 60%	R$:	5.000,00
124	04.005.12.365.0018.4490.52.2.026 – Manutenção da Educação Infantil	R$:	24.000,00
138	04.007.12.361.0017.3191.11.2.030 – Manutenção. e Encargos com o FUNDEB 40%	R$:	10.000,00
161	04.007.12.367.0017.3190.04.2.032 - Manut. e Enc. com o FUNDEB 40% - Educ. Indígena	R$:	2.000,00
185	05.001.13.392.0019.3190.13.2.033 – Manutenção e Encargos com a Sec. de Cultura	R$:	1.000,00
208	05.003.27.813.0021.3390.36.2.036 - Manutenção das Atividades e Unidades Esportivas	R$:	1.200,00
225	06.001.10.122.0024.3390.39.2.038 - Manutenção e Encargos com a Gestão do SUS	R$:	15.000,00
233	06.002.10.301.0023.3190.11.2.039 - Manut. e Enc. com o Fundo Municipal de Saúde	R$:	65.000,00
274	06.002.10.302.0025.3190.11.2.044 - Manut. e Encargos da Unidade de Reabilitação	R$:	20.000,00
282	06.002.10.302.0025.3371.41.2.045 – Apoio Financeiro ao CISVAG	R$:	12.000,00
359	07.002.08.244.0029.3190.13.2.055 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	R$:	1.000,00
375	07.002.08.244.0029.3390.39.2.060 – Manut. dos Serv. De Conv. e Fort. de Vinculos - SCFV	R$:	10.000,00
432	08.002.20.691.0036.4490.51.1.027 – Ampliação ou Reforma de Imóveis	R$:	161.000,00
467	09.001.15.452.0038.3390.11.2.074 – Manut. e Enc. com a Coord. de Serv. Públicos	R$:	20.000,00
471	09.001.15.452.0038.3390.30.2.074 - Manut. e Enc. com a Coord. de Serv. Públicos	R$:	30.000,00
495	09.002.26.782.0041.3190.11.2.077 - Manut. e Encargos com a Coordenadoria de Obras	R$:	10.000,00
496	09.002.26.782.0041.3190.13.2.077 - Manut. e Encargos com a Coordenadoria de Obras	R$:	2.000,00
508	09.003.17.512.0042.3190.11.2.079 – Manutenção dos Serviços de Água e Esgoto	R$:	3.000,00
	Total	**R$:**	**516.200,00**

Art. 2.º - As despesas de execução do presente decreto correrão à conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

009	02.001.04.122.0002.3390.36.2.002 – Manut. das Atividades do Gabinete do Prefeito	R$:	20.000,00
162	04.007.12.367.0017.3190.11.2.032 - Manut. e Enc. com o FUNDEB 40% - Educ. Indígena	R$:	45.000,00
351	07.002.08.244.0028.4490.51.1.022 – Const., Ampl. Ou Reforma da Casa da Saudade	R$:	24.900,00
407	08.002.20.606.0036.4490.52.1.026 – Reequipar a Divisão de Agricultura	R$:	24.900,00
448	09.001.15.122.0038.3190.11.2.073 – Manut. e Enc. com a Sec. de Obras e Serv. Públicos	R$:	150.000,00
462	09.001.15.451.0039.4490.61.1.033 – Aquisição de Imóveis Urbanos	R$:	19.900,00
478	09.001.15.482.0039.4490.51.1.034 – Construção de Casas Populares	R$:	79.900,00
479	09.001.15.482.0039.4490.61.1.035 – Aquisição de Imóveis Urbanos	R$:	19.900,00
493	09.002.26.782.0041.4490.51.1.039 – Const., Ampl. ou Reforma de Terminal Rodoviário	R$:	59.900,00
529	10.002.04.123.0008.3390.30.2.082 – Manutenção e Encargos com a Divisão de Finanças	R$:	39.900,00
532	10.002.04.123.0008.3390.39.2.082 - Manutenção e Encargos com a Divisão de Finanças	R$:	31.900,00
	Total	**R$:**	**516.200,00**

Art. 3.º - Este Decreto entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste, em 02 de maio de 2014.

Publicado por:
Eliane Aparecida de Freitas
Código Identificador:9CE8FE8E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 091/2014

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

WALMIR GUSE, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomeia o servidor **REINALDO FABIANI** ocupante do cargo de Coordenador de Obras Públicas, portador da cédula de identidade nº 601.999 expedida pela SSP MT e do CPF nº 499.139486-49, lotado na Secretária de Obras, para atuar como fiscal dos contratos administrativos nº **53,54,55,56/2014, com o objeto de aquisição de pneus e serviços .**

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 2º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 09 de junho de 2014.

Publicado por:
Eliane Aparecida de Freitas
Código Identificador:EBF1CCDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 092/2014

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

WALMIR GUSE, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **ELENIR LUCIA DE SOUZA**, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, matrícula nº 501, portadora da cédula de identidade nº 1441733-2 expedida pela SSP/MT e do CPF nº 786.720.151.34, lotada na Secretária de Ação Social, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **058/2014, firmado com a Associação Beneficente Casa de Recuperação Toque da mão do Mestre**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 2º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 16 de junho de 2014.

Publicado por:
Eliane Aparecida de Freitas
Código Identificador:69A23070

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 093/2014

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

WALMIR GUSE, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **ELENIR LUCIA DE SOUZA**, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, matrícula nº 501, portadora da cédula de identidade nº 1441733-2 expedida pela SSP/MT e do CPF nº 786.720.151.34, lotada na Secretária de Ação Social, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **059/2014, firmado com o empreendedor individual Nelson Carlos Ferreira Junior 56771290115 - ATLETISMO**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 2º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 20 de junho de 2014.

Publicado por:
Eliane Aparecida de Freitas
Código Identificador:146BB925

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 94/2014

"Dispõe sobre a exoneração de servidor e dá outras providências."

WALMIR GUSE, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições legais e especialmente as contidas na Lei Municipal nº 002/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - **Exonerar**, a pedido, o servidor efetivo **MARCELO DOS SANTOS SOUZA**, portador da Cédula de Identidade RG nº 2244424-6 SSP/MT e do CPF: 029.852.801-09, matrícula nº. 991, residente e domiciliado nesta cidade de Conquista D'Oeste – MT, empossado em 18/03/2014, **com efeitos a partir de 24/06/2014**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,
Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 24 de junho de 2014.

Publicado por:
Eliane Aparecida de Freitas
Código Identificador:E6989234

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

GABINETE DO PREFEITO
LEI CPMPLEMNTAR 047 INSTITUI NF ELETRONICA

LEI COMPLEMENTAR Nº 047/2014

"INSTITUI A NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRONICA-NFS-e, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

Rosangela Aparecida Nervis, Prefeita Municipal de Cotriguaçu, estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. - 1º Fica instituída a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, que, conforme regulamento, deverá ser emitida por ocasião da prestação de serviços, em substituição aos documentos fiscais convencionais previstos na Legislação Tributária Municipal e previamente autorizados.

Parágrafo Único - Considera-se Nota Fiscal Eletrônica – NFS-e, o documento emitido e armazenado eletronicamente na base de dados informatizada sob a responsabilidade do Município de Cotriguaçu, com o objetivo de registrar e documentar as operações relativas à prestação de serviços, de existência exclusivamente digital, com validade jurídica plena garantida por assinatura digital do emitente e autorização de uso fornecida pela Secretaria de Fazenda e Administração.

Art. 2° – O Poder Executivo Municipal definirá através de regulamento os prestadores de serviços obrigados à emissão da NFS-e no interesse da Administração Tributária.

Parágrafo Único – Os contribuintes não sujeitos, na forma do regulamento, à obrigatoriedade de emissão da NFS-e, que optarem espontaneamente pela emissão desta modalidade de Nota Fiscal, ficará sujeito aos dispositivos desta Lei e a sua regulamentação em caráter definitivo e irretratável.

Art. 3º - A emissão da NFS-e será elemento definitivo para constituição do crédito tributário e representará a confissão de dívida da operação realizada, constituindo-se em instrumento hábil e suficiente para exigência do crédito tributário.

Art. 4º - No prazo de 30(trinta) dias a contar da publicação da presente Lei, o Poder Executivo regulamentará as normas relativas ao modelo, acesso, uso e emissão da NFS-e, em todos os aspectos pertinentes, podendo estipular prazos diversos para inicialização do seu uso em face da natureza dos serviços e das circunstancias locais que envolvem o exercício da respectiva atividade econômica, bem como o período de transição.

Art. 5º - Aplica-se a NFS-e as demais normas previstas na legislação municipal.

Art. 6 – Não incidirá custo relativo ao acesso e as emissões de NFS-e, quando forem geradas no domicílio ou estabelecimento do prestador.

Art. 6 – Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Cotriguaçu-MT, 24 de junho de 2014.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Noeli Maria Lorandi
Código Identificador:2973BBEB

GABINETE DO PREFEITO
LEI 836 PROTESTO EXTRAJUDICIAL

LEI Nº 836//2014

"AUTORIZA A UTILIZAÇAO DE PROTESTO EXTRAJUDICIAL DE CREDITOS DA FAZENDA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

Rosangela Aparecida Nervis, Prefeita Municipal de Cotriguaçu, estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. - 1º Fica o Poder Executivo autorizado, através da Procuradoria Geral do Município a encaminhar a protesto extrajudicial os créditos da Fazenda Pública Municipal, independentemente de seu valor e qualquer natureza, vencidos e que estejam em qualquer fase de cobrança administrativa ou judicial, desde que inscritos em dívida ativa, e em conformidade com o Código Tributário Municipal, sem prévio depósito de emolumentos, custas ou qualquer despesas para o município de Cotriguaçu.

§ 1° - O protesto a que alude o caput deste artigo alcançará apenas os contribuintes ou devedores que estejam devidamente identificados.
§ 2° - Para cumprimento do disposto, o Poder Executivo fica autorizado a celebrar convenio com o Tabelião de Protestos local.
§ 3° - A Certidão de Dívida Ativa encaminhada a protesto deverá conter, além dos requisitos obrigatórios previstos na Lei de Execução Fiscal, os seguintes dados:
a) Nome completo do devedor,
b) Numero de inscrição no CPF ou CNPJ,
c) Endereço completo.

§ 4° - Poderão ser protestados, débitos regularmente inscritos na divida ativa, inclusive aqueles que já estejam sendo objeto de execução fiscal.

Art. 2º - O Poder Executivo editará as normas regulamentares necessárias à execução da presente lei, através de Decreto Municipal.

Parágrafo único – As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento em vigor.

Art. 3º - Cabe ao contribuinte, assim que apresentar a quitação ou o cancelamento do débito, perante o Tabelionato de Notas, promover a exclusão do seu nome no referido cadastro.
§ 1° – Somente ocorrerá o cancelamento do protesto após o pagamento total da dívida ou o seu parcelamento.

Art. 4º - O Pagamento dos valores previstos nas tabelas de emolumentos devidos pelo protesto das certidões de dívida ativa expedidas pela fazenda pública municipal correrão por conta dos contribuintes inadimplentes, que os farão diretamente ao tabelionato de notas no momento da quitação do débito pelo devedor ou responsável, ou por ocasião do cancelamento do protesto, sendo devidos, nesse ultimo caso, também pelos contribuintes.

Art. 5 – Considera-se praça de pagamento para fins de protesto, para todo e qualquer débito oriundo da Dívida ativa do Município de Cotriguaçu, o próprio Município de Cotriguaçu.

Art. 6 – Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Cotriguaçu-MT, 24 de junho de 2014.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Noeli Maria Lorandi
Código Identificador:FAD7DA8C

GABINETE DO PREFEITO
LEI 837 EMPLACA COTRIGUAÇU

LEI Nº 837 /2014

"DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇAO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR A CAMPANHA DONOMINADA "EMPLACA COTRIGUAÇU" NO MUNICÍPIO, E DA OUTRAS ROVIDENCIAS.

Rosangela Aparecida Nervis, Prefeita Municipal de Cotriguaçu, estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. - 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a Campanha denominada "EMPLACA COTRIGUAÇU", para incentivar o primeiro emplacamento e a transferência de veículos de outros municípios para o Município de Cotriguaçu-MT.

Parágrafo Único – A Campanha terá início em 1° de Julho de 2014 e seu prazo de duração é indeterminado, ficando a critério do Administrador a sua implementação.

Art. 2º - Os participantes da Campanha receberão de volta o valor pago referente às taxas de transferência como incentivo ao emplacamento no Município.

§ 1° – As taxas a serem ressarcidas são as seguintes:

I – Emissão de CRV- TRANSFERENCIA;
II – Laudo de vistoria e Decalque do veículo;
III – Lacre.

§ 2° – A devolução ocorrerá da seguinte forma:

I – Requerimento endereçado a Secretaria Municipal de Fazenda com:

a) Cópia das taxas descritas no § 1° devidamente pagas;
b) Cópia do IPVA do ano devidamente pago;
c) Cópia dos Documentos Pessoais e do Veículo.

II - O ressarcimento obrigatoriamente deverá ocorrer no prazo de 30(trinta dias), após o requerimento previsto no inciso anterior.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei correrão a conta das dotações orçamentárias próprias, na Lei Vigente.

Art. 4 – Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Cotriguaçu-MT, 24 de junho de 2014.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Noeli Maria Lorandi
Código Identificador:D69BD7CD

PREFEITURA MUNICIPAL
DECIMO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 164/2010.

DATA. 25 DE JUNHO DE 2014. "OBJETO: CONSTRUÇÃO DE MELHORIA HABITACIONAL PARA O CONTROLE DA DOENÇA DE CHAGAS". ALTERA A CLÁUSULA PRIMEIRA (DO PRAZO), PARA 60 DIAS TOTALIZANDO 1.407 DIAS.

Publicado por:
Gislaine Gonçalves da Silva Barros
Código Identificador:70E0BB94

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO RESULTADO CP 004 2014

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

CONCORRENCIA N° 004/2014

Recomendamos a homologação da licitação modalidade **CONCORRENCIA N° 004/2014** cujo objeto é a ***Contratação de empresa especializada para prestação de serviços médicos especializados em ANESTESIOLOGIA para realização de procedimentos cirúrgicos, curativos e exames diagnósticos inclusive tomografia computadorizada para assistir aos pacientes do Sistema Único de Saúde atendidos no Hospital Pronto Socorro Municipal de Cuiabá (HPSMC),*** na qual sagrou-se vencedora a empresa: **COOPERATIVA DOS MÉDICOS ANESTESIOLOGISTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, por apresentar a menor proposta para a Concorrência, com o Valor Total de** com o Valor Total de **R$ 1.824.000,00**(hum milhão oitocentos e vinte e quatro mil reais).

Cuiabá/MT, 25 de Junho de 2014

HOMOLOGO E ADJUDICO:

WERLEY SILVA PERES
Secretário Municipal De Saúde

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

CONCORRENCIA N° 004/2014

O MUNICIPIO DE CUIABÁ, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimentos dos interessados, que a Licitação Modalidade, **CONCORRENCIA N° 004/2014** cujo objeto é a ***Contratação de empresa especializada para prestação de serviços médicos especializados em ANESTESIOLOGIA para realização de procedimentos cirúrgicos, curativos e exames diagnósticos inclusive tomografia computadorizada para assistir aos pacientes do Sistema Único de Saúde atendidos no Hospital Pronto Socorro Municipal de Cuiabá (HPSMC),*** na qual sagrou-se vencedora a empresa: **COOPERATIVA DOS MÉDICOS ANESTESIOLOGISTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, por apresentar a menor proposta para a Concorrência, com o Valor Total de** com o Valor Total de **R$ 1.824.000,00**(hum milhão oitocentos e vinte e quatro mil reais).

Cuiabá/MT, 25 de Junho de 2014

VALDIR PEREIRA SILVA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

REINALDO REIS REGIS
Membro Comissão

LUCIANY CRISTINA PEREIRA SANTOS
Membro Comissão

JOSÉ DIAS DE OLIVEIRA
Diretor de Compras e Licitações

FRANCISCO SERAFIM DE BARROS
Secretário de Planejamento e Finanças

Publicado por:
Valdir Pereira Silva
Código Identificador:A99A27DC

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PG965302-3/2013)
Órgão Solicitante: Secretaria Municipal de Saúde – SMS - Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Equipamentos, Material Permanente e Material de Consumo de informática (estação de trabalho, notebooks, servidores, nobreaks, starage e peças) para atender as necessidades da Coordenação de Tecnologia da Informação (CTI) da Secretaria Municipal de Saúde, detalhamentos e demais condições do edital e seus anexos. Data/Horário: 09/07/2014 às 09h30min (nove horas e trinta minutos) – Fuso Horário de Brasília. Informações/Contato: Diretoria de Compra e Licitações /Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças – DCL/SMPF - Fone: 3645-6252 - E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: 14:00 às 18:00 h. - Retirada Edital: www.cuiaba.mt.gov.br – Ano: 2014

Cuiabá/MT, 25 de junho de 2014**.**

MAGDA ROSSI
Pregoeira Oficial

Visto:

JOSÉ DIAS DE OLIVEIRA
Diretor Compra e Licitações

FRANCISCO SERAFIM DE BARROS
Secretário Municipal de Planejamento e Finanças

Publicado por:
Magda Rossi
Código Identificador:A1C4BB59

PREFEITURA MUNICIPAL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DIRETORIA DE COMPRA E LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 028/2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. PG1102392-2/2014
Órgão: Secretaria Municipal de Gestão - SMGE
Adjudicamos e Homologamos a licitação modalidade PREGÃO ELETRÔNICO/ REGISTRO DE PREÇOS Nº. 028/2014, cujo objeto é a Pregão Eletrônico com Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviço continuado de vigilância patrimonial armada visando atender a sede administrativa da Prefeitura Municipal de Cuiabá e demais unidades descentralizadas de acordo com as condições, especificações e quantidades constantes no edital e seus anexos.
Empresa Vencedora: **DISP – SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA - EPP**

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	QTDE. POSTOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL ARMADA ESCALA 12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO	20	R$ 7.071,12	R$ 141.422,40
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL ARMADA ESCALA 12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A SEXTA E NOS SÁBADOS DOMINGOS E FERIADOS 24 HORAS	15	R$ 9.583,48	R$ 143.752,20
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE	20	R$ 12.980,44	R$ 259.608,80

	VIGILÂNCIA PATRIMONIAL ARMADA DE 24 HORAS ININTERRUPTAS TODOS OS DIAS DA SEMANA			
			PREÇO TOTAL MENSAL	R$ 544.783,34
			PREÇO TOTAL ANUAL	R$ 6.537.400,00

Cuiabá/MT, 20 de Junho de 2014.

Adjudico e Homologo:

FRANCISCO SERAFIM DE BARROS
Secretário Municipal de Planejamento e Finanças

Publicado por:
Magda Rossi
Código Identificador:514298C5

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

DIRETORIA DE COMPRA E LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 028/2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. PG1102392-2/2014
Órgão: Secretaria Municipal de Gestão - SMGE
O Município de Cuiabá, através do Pregoeiro Oficial torna público para conhecimentos dos interessados, que na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO/ REGISTRO DE PREÇOS Nº. 028/2014, cujo objeto é a Pregão Eletrônico com Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviço continuado de vigilância patrimonial armada visando atender a sede administrativa da Prefeitura Municipal de Cuiabá e demais unidades descentralizadas de acordo com as condições, especificações e quantidades constantes no edital e seus anexos.
Empresa Vencedora: **DISP – SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA - EPP**

TEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	QTDE. POSTOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL ARMADA ESCALA 12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO	20	R$ 7.071,12	R$ 141.422,40
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL ARMADA ESCALA 12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A SEXTA E NOS SÁBADOS DOMINGOS E FERIADOS 24 HORAS	15	R$ 9.583,48	R$ 143.752,20
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL ARMADA DE 24 HORAS ININTERRUPTAS TODOS OS DIAS DA SEMANA	20	R$ 12.980,44	R$ 259.608,80
			PREÇO TOTAL MENSAL	R$ 544.783,34
			PREÇO TOTAL ANUAL	R$ 6.537.400,00

A partir desta publicidade os autos estão com vistas franqueadas aos interessados.

Cuiabá/MT, 20 de Junho de 2014.

MAGDA ROSSI
Pregoeira Oficial

Visto:

JOSÉ DIAS DE OLIVEIRA
Diretor Compra e Licitações

FRANCISCO SERAFIM DE BARROS
Secretário Municipal de Planejamento e Finanças

Publicado por:
Magda Rossi
Código Identificador:F910F984

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 002/2014 XANDICO DE BARROS DESERTA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO 002/2014
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL POR EMPREITADA
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL POR EMPREITADA
A Prefeitura Municipal de Curvelândia-MT, através do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, nomeado pela portaria nº 332/2014, torna público para os interessados o resultado da Tomada de Preço nº 002/2014, cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO CIVIL DE 24 CASAS POPULARES E CONCLUSÃO DE 26 CASAS POPULARES INACABADAS DO RESIDENCIAL XANDICO DE BARROS DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE CAIXA/MINISTÉRIO DAS CIDADES Nº 220.239-18**, conforme especificações e quantidades descritas no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA do edital de publicação, cujo certame foi declarado **DESERTO**.

Curvelândia-MT, 25 de Junho de 2014.

JOSÉ BERNARDO DOS SANTOS FILHO
Presidente da CPL

Publicado por:
Jose Bernardo dos Santos Filho
Código Identificador:76D700B3

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D´OESTE

SUPERVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2014.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2014.

Objeto: Contratação de empresa para execução de Reforma e Ampliação da Estrutura do Estádio Municipal.

Tendo em vista o que consta dos autos do processo de Licitação Tomada de Preços n°. 002/2014, e diante do resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação, declarando como vencedor do Objeto acima supracitado a empresa **L. F. CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA,** CNPJ Nº 01.807.872/0001-29 **HOMOLOGO** o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

Figueirópolis D'Oeste - MT, 25 de Junho de 2014.

LINO CUPERTINO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adilson Pereira dos Santos
Código Identificador:434C89DB

SUPERVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2014.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2014.

Objeto: Contratação de empresa para execução de Reforma e Ampliação da Estrutura do Estádio Municipal.

Adjudico o Objeto acima supracitado, da Tomada de Preços n° 002/2014 a empresa **L. F. CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA** no valor de **R$ 329.900,00 (trezentos e vinte e nove mil e novecentos reais)**.

Figueirópolis D'Oeste - MT, 25 de Junho de 2014.

LINO CUPERTINO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adilson Pereira dos Santos
Código Identificador:77CBC4DD

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE PORTARIAS 2014

Extrato de Portarias, mês de Maio e Junho 2014.

Nº. Portaria	Data	Funcionário	Objeto da Portaria	Departamento
155/2014	13.05.2014		Nomeação	Obras, Viação e Serviços Urbanos
156/2014	26.05.2014	**DIRCENY TEIXEIRA DE ARAÚJO**	Desvio de Função	Saúde
157/2014	28.05.2014	**DIVINO MOREIRA SANTOS**	Exoneração	Saúde
158/2014	28.05.2014	**GILDASIO GOMES SODRÉ**	Férias	Saúde
159/2014	28.05.2014	**OZEUDO PEREIRA DA SILVA**	Férias	Saúde
160/2014	05.06.2014	**VALDIRENE SOUSA NETO**	Férias	Saúde
161/2014	09.06.2014	**MOISES SILVA MORAES**	Férias	Saúde
162/2014	09.06.2014	**JULIO VIEIRA RIOS**	Férias	Saúde
163/2014	09.06.2014	**AIRTON PORTELLA FONTES**	Férias	Saúde
164/2014	09.06.2014	**NELMA APARECIDA GOMES DA SILVA**	Férias	Saúde
165/2014	10.06.2014	**SILENE FERREIRA DA SILVA**	Férias	Saúde
166/2014	10.06.2014	**SANDRO MARETH PEREIRA DE ALMEIDA**	Férias	Saúde
167/2014	10.06.2014	**JULIO CESAR MORENO**	Férias	Obras, Viação e Serviços Urbanos
168/2014	23.06.2014	**FERNADO AUGUSTO MAUERVERCK**	Férias	Assistência Social
169/2014	23.06.2014	**RONEY GOMES DA SILVA**	Férias	Assistência Social
170/2014	23.06.2014	**LAURA GOMES DA SILVA**	Férias	Saúde
171/2014	23.06.2014	**ODETH RIBEIRO DA SILVA**	Férias	Saúde
172/2014	14.05.2014	**LUCIANO ALMEIDA E FILHO**	Férias	Administração

Gabinete da Prefeita, 25 de Junho de 2014.

MAGALI AMORIM VILELA DE MORAES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Renato Silva Vilela
Código Identificador:E645B551

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE PORTARIAS 2014

Extrato de Portarias, mês de Maio e Junho 2014.

Nº. Portaria	Data	Funcionário	Objeto da Portaria	Departamento
155/2014	13.05.2014	**ROSALINO MORAES DE CASTRO**	Nomeação	Obras, Viação e Serviços Urbanos
156/2014	26.05.2014	**DIRCENY TEIXEIRA DE ARAÚJO**	Desvio de Função	Saúde
157/2014	28.05.2014	**DIVINO MOREIRA SANTOS**	Exoneração	Saúde
158/2014	28.05.2014	**GILDASIO GOMES SODRÉ**	Férias	Saúde
159/2014	28.05.2014	**OZEUDO PEREIRA DA SILVA**	Férias	Saúde
160/2014	05.06.2014	**VALDIRENE SOUSA NETO**	Férias	Saúde
161/2014	09.06.2014	**MOISES SILVA MORAES**	Férias	Saúde
162/2014	09.06.2014	**JULIO VIEIRA RIOS**	Férias	Saúde
163/2014	09.06.2014	**AIRTON PORTELLA FONTES**	Férias	Saúde
164/2014	09.06.2014	**NELMA APARECIDA GOMES DA SILVA**	Férias	Saúde
165/2014	10.06.2014	**SILENE FERREIRA DA SILVA**	Férias	Saúde
166/2014	10.06.2014	**SANDRO MARETH PEREIRA DE ALMEIDA**	Férias	Saúde
167/2014	10.06.2014	**JULIO CESAR MORENO**	Férias	Obras, Viação e Serviços Urbanos
168/2014	23.06.2014	**FERNADO AUGUSTO MAUERVERCK**	Férias	Assistência Social
169/2014	23.06.2014	**RONEY GOMES DA SILVA**	Férias	Assistência Social
170/2014	23.06.2014	**LAURA GOMES DA SILVA**	Férias	Saúde
171/2014	23.06.2014	**ODETH RIBEIRO DA SILVA**	Férias	Saúde
172/2014	14.05.2014	**LUCIANO ALMEIDA E FILHO**	Férias	Administração

Gabinete da Prefeita, 25 de Junho de 2014.

MAGALI AMORIM VILELA DE MORAES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Renato Silva Vilela
Código Identificador:A381DD21

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 053/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram o Município de Guarantã do Norte/MT, por intermédio da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte e as empresas vencedoras do certame licitatório referente ao Pregão Presencial n° 031/2014, tendo por OBJETO Registro de Preço para futura e eventual contratação de pessoa jurídica, devidamente habilitada para locação de tendas, nos quais serão utilizados nos eventos que serão realizados no município de Guarantã do Norte representado pela Prefeitura Municipal, com as especificações do Termo de Referência, tudo em conformidade com as disposições no edital e seus anexos, que o integram e completam, para todos os efeitos jurídicos legais.

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e quatro, o Município de Guarantã do Norte/MT por intermédio da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte inscrita no CNPJ nº 03.239.019/0001-83, situado na Rua das Oliveiras, 135 Jardim Vitória – Guarantã do Norte/MT – CEP 78.520-000 neste ato representado pela Prefeita, Sra Sandra Martins, brasileira, divorciada, portadora do RG n. 0805741-9 SSP/MT e do CPF nº 482.430.0001-00 residente e domiciliado na Rua das Amendoeiras nº 308, Centro, Guarantã do Norte/MT, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelos Decretos nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 (e suas alterações posteriores) e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 053/2014, Ata de julgamento de Preços, e homologada pelo ordenador de despesas desta Prefeitura, RESOLVEM registrar os preços da(s) empresa vencedora (s) que incidirá no valor do **SERVIÇO** nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada no item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, Termo de Referência e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preços, para formação do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

<u>CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO</u>

1.1. O objeto IMEDIATO do presente instrumento é de registrar o preço UNITÁRIO obtido na licitação PREGÃO PRESENCIAL nº 031/2014; enquanto o objeto MEDIATO será a contratação futura da empresa **VISUART COMUNICAÇÕES VISUAL LTDA**, visando a **REALIZAÇÃO DO SERVIÇO** constantes do aludido Termo de Referência que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas.

1.3. Os instrumentos contratuais poderão ser substituídos por outros documentos hábeis, observados os ditames do artigo 62 e parágrafos da Lei 8.666/93

CLÁUSULA SEGUNDA –DA VENCEDORA, DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE, E PREÇO

2.1. A licitante vencedora, o item, quantidade, unidade, especificação, fornecedor e o preço unitário estão registrados nessa Ata de Registro de Preço e encontram-se indicados na tabela abaixo:

2.2. Fornecedor Registrado

Empresa VISUART COMUNICAÇÕES VISUAL LTDA

CNPJ nº 08.890.052/001-92 I.E. nº 13.366.778-2

Endereço: Rua Avenida dos Jacarandás n° 2218 Bairro Setor Industrial

Cidade: Sinop CEP: 78520-000 Telefone: (66) 3517-3900 e-mail: comercial@grafpel.com.br

Representante legal: Rodrigo Gonçalves. Reinehr

Item(ns) 01e 02.

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	1ª classificada Razão Social:
01	365	Diária	LOCAÇÃO DE TENDAS PIRAMIDAL, COM MONTAGEM E DESMONTAGEM, FECHADA, TAMANHO 5 X 5 METROS COM COBERTURAS EM LONA BRANCA, COM BASE EM ESTRUTURA METÁLICA E PÉS PARA FIXAÇÃO EM SOLO. DEVENDO ESTAR DISPONIBILIZADO EM LOCAL E HORÁRIO DETERMINADOS PREVIAMENTE.		245,00
02	240	Diária	LOCAÇÃO DE TENDAS PIRAMIDAL, COM MONTAGEM E DESMONTAGEM, FECHADA, TAMANHO 10 X 10 METROS COM COBERTURAS EM LONA BRANCA, COM BASE EM ESTRUTURA METÁLICA E PÉS PARA FIXAÇÃO EM SOLO. DEVENDO ESTAR DISPONIBILIZADO EM LOCAL E HORÁRIO DETERMINADOS PREVIAMENTE.		695,00

2.3. O(s) item(ns), unidade, especificação, fornecedor,e o preço unitário dos licitantes que aceitaram cotar seus **SERVIÇOS** em valor igual ao do licitante classificado em 1º lugar (primeiro lugar) estão registrados nessa Ata de Registro de Preço e encontram-se indicados na tabela acima, em 2ª classificação mediante anuência da classificada

2.4. Na hipótese de cancelamento parcial de registro desta ata nos casos especificados na **cláusula décima segunda**, o órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá o restante do **SERVIÇO** das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para o item interessado, que estão na ordem da última proposta da etapa competitiva conforme demonstrado no quadro comparativo e ata de lances constantes nos autos do processo.

CLAUSULA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e nos Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 e 3.555/00, bem como as alterações .

3.2. Regularmente convocado para retirar a ordem de fornecimento, o fornecedor cumprirá fazê-lo no prazo máximo de 03(três) dias úteis, prorrogáveis por uma única vez, se houver justificativa aceita pelo MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela **Prefeitura Municipal**, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

3.3. O fornecedor fica incumbido de apresentar procuração, contrato social, carta de preposição ou documento equivalente (original ou cópia autenticada), que designe expressamente o seu representante habilitado para retirada da solicitação de empenho.

3.4. A assinatura de recebimento no verso da solicitação de empenho ou a assinatura na Ata de Registro de Preço supre a necessidade de convocação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O registro de preço constante desta Ata firmada entre a Prefeitura e a empresa que apresentou a proposta classificada em 1º lugar em conseqüência do presente certame, terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da referida Ata de Registro de Preços.

4.2. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações devidamente justificado e somente se quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta norma, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993

4.3. *Durante o prazo de validade da ARP, o órgão gerenciador ou aderente não ficará obrigado a* ***REALIZAR O SERVIÇO*** *exclusivamente pelo SRP, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, nos termos da legislação vigente, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária do SRP.*

4.4. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo da Secretaria Municipal de Administração e Finanças do MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela **Prefeitura Municipal**, através de um fiscal de registro de preços, devidamente nomeado e designado para esse fim, nos termos das normas que regem a matéria e normatizações internas.

5.2. A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, poderá a critério da licitadora, ser utilizada por órgãos e entidades interessadas, desde que previamente autorizada pelo órgão gerenciador

5.3. Os órgãos ou entidades interessados na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação prévia à Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Guarantã do Norte - Prefeitura Municipal.

5.4. A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos:

a) Não-comprometimento da capacidade operacional do fornecedor;

b) Anuência expressa do fornecedor.

5.5 - O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem

5.6- O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador.

5.7-Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1. O preço unitario registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação.

6.2. Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja do **SERVIÇO.**

6.3. É vedado qualquer reajuste de preços exceto por força de legislação em vigor que assim o permita.

6.4. Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, o órgão gerenciador cancelará total ou parcialmente esta Ata adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada.

6.5. Visando subsidiar eventuais revisões, o órgão gerenciador ordenará a realização de nova Pesquisa de preços.

6.6. Nos preços unitários registrados estão incluídas todas as despesas e taxas de qualquer espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.).

CLÁUSULA SÉTIMA - MODO DE RECEBIMENTO

7.1. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega ao Fiscal do Contrato que verificará e confrontará a qualidade do **SERVIÇO** realizado com o especificado no Termo de Referência.
7.2. O recebimento definitivo deverá ocorrer após a realização do **SERVIÇO**.
7.3. Em se verificando vícios na **REALIZAÇÃO DO SERVIÇO**, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.
7.4. A informação ao fornecedor sobre vícios na **REALIZAÇÃO DO SERVIÇO** será realizada pelo Fiscal do Contrato, devidamente designado pela licitadora.
7.5. Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no artigo 65, §2º, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, podendo os órgãos adquirirem quantidade inferior ao estimado, sem necessidade de anuência da signatária da ARP.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA
8.1. Será entregue à contratada a AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO dos **SERVIÇOS** adjudicados com antecedência de até 10 dias de prazo devendo a contratada se programar para a **REALIZAÇÃO DO SERVIÇO** no dia agendado pelo MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL.
8.2. A cada fornecimento ou período, o órgão gerenciador ou aderente da ARP providenciará a expedição da ordem de fornecimento e notificará a empresa para proceder a retirada do mesmo.
8.2.1. A notificação poderá ser feita diretamente na sede da empresa, por fac- símile ou e-mail, conforme informações constantes na proposta.
8.2.2. Caso a notificação ocorra diretamente na sede da empresa, a mesma poderá ser acompanhada da ordem de fornecimento.
8.3. Recebida a notificação, a empresa terá 03 (três) dias úteis para retirada da ordem de fornecimento.
8.4. A retirada da ordem de fornecimento somente poderá ser efetuada por preposto ou representante da empresa acompanhado de documento idôneo que comprove essa situação, bem como, do respectivo documento de identificação.
8.5. Se a empresa com preço registrado em primeiro lugar não retirar ou se recusar a receber a ordem de fornecimento, sem justificativa plausível e aceita pelo órgão gerenciador, este convocará a empresa com preço registrado em segundo lugar para efetuar o fornecimento nas condições próximas do primeiro colocado, e assim por diante.
8.6. **O objeto solicitado** deverão ser entregues no Município de Guarantã do Norte no almoxarifado da Prefeitura Municipal fone: (66) 3552-5117, no horário de expediente; ou onde o Fiscal do Contrato determinar.
8.7. O **SERVIÇO** serão recebidos provisoriamente para verificação de conformidade da quantidade e da qualidade;
8.8. O recebimento definitivo dar-se-á conforme apresentado no Termo de Referência;
8.8.1. Em se verificando problemas na realização do **SERVIÇO**, a empresa será informada para corrigi-los, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.
8.9. Os **SERVIÇOS,** a cada solicitação, deverão ser executados e entregues no local indicado no Item 8.6 desta Ata, todavia, na hipótese de ocorrência de fato superveniente à data de apresentação da proposta, ensejador da aplicação da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovado e aceito pela Administração, a execução da realização do **SERVIÇO** poderão ser fracionada e/ou prorrogada.
8.10. Caso a empresa, ao participar do certame, tenha apresentado proposta de REALIZAÇÃO parcial dos **SERVIÇOS**, o esgotamento do **SERVIÇO** será o limite máximo de quantidade que a empresa se dispôs a fornecer.
8.11. Na hipótese do **Item 8.10**, o órgão gerenciador ou aderente da ARP **ADQUIRIRÁ** o restante do **SERVIÇO** das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para oitem interessado, que estão na ordem da última proposta da etapa competitiva conforme demonstrado no quadro comparativo e ata de lances constantes nos autos do processo.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR
9.1. Manter, durante a vigência da ARP, todas as condições de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciário exigidas no edital de licitação respectivo.
9.2. Executar fielmente o objeto desta Ata, comunicando, imediatamente, ao representante legal do órgão gerenciador ou aderente qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.
9.3. Responder às notificações no prazo estabelecido.
9.4. Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao órgão gerenciador e aos órgãos parceiros.
9.5. Efetuar a execução do objeto licitado, ainda que em quantidades diferentes ao previsto no Termo de Referencia.
9.6. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação exigidas em Edital.

CLÁUSULA DECIMA - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO ÓRGÃO GERENCIADOR
10.1. Gerenciar a ARP-Ata de Registro de Preço.
10.2. Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgãos aderentes (em casos de adesão).
10.3. Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes.
10.4. Conduzir o procedimento de penalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor.
10.4.1. Caberá ao órgão aderente à aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ata, devendo ser encaminhada cópia para conhecimento da decisão de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP.
10.5. Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO
11.1. O órgão gerenciador ou aderente fiscalizará o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência.
11.1.1. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos que são de sua competência.
11.2. Cada órgão aderente deverá indicar o fiscal-gestor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo órgão gerenciador, quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;
II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.
V- O fornecedor não dispuser a substituir os **SERVIÇOS** que vierem a apresentar defeitos de qualidade;
VI- O fornecedor não cumprir com as obrigações constantes deste instrumento;
VII- Demais sanções previstas no Edital e termo de referência.

12.1.1- O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
12.2- O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
I - por razão de interesse público; ou
II - a pedido do fornecedor.
12.3. O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório, será comunicado ao fornecedor e publicado na Imprensa Oficial.
12.4. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

13.1.A Prefeitura efetuará a retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais, quando for o caso;.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data de entrega da Nota Fiscal ao DEPARTAMENTO FINANCEIRO, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais do item, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do banco, da agência e da conta- corrente onde deseja receber seu crédito.

14.2. A cada pagamento será verificada pela Diretoria de Finanças a situação de validade dos documentos exigidos na habilitação.

14.3. Em existindo documento com prazo de validade vencido ou irregular, o fornecedor será notificado pela Diretoria de Finanças para regularizar.

14.4. O fornecedor, depois de notificado, terá o prazo de 15 (quinze) dias para proceder à regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado à Secretaria Municipal de Administração e Finanças para as providências cabíveis.

14.5. Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixá-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao fornecedor.

14.6. Junto ao corpo da Nota Fiscal é recomendado que o fornecedor faça constar, para fins de pagamento, o nome e número do banco, da agência e da conta corrente, assim, como, se disponível, o número do fac-símile.

14.7. Em caso de eventuais atrasos no pagamento, desde que o órgão comprador não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores poderão ser corrigidos pela variação do IPCA ou outro índice que vier a sucedê-lo, havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

15.1. O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 30 (trinta) dias para dar a liquidação da despesa, na forma estatuída no art. 40, XIV, "a" da Lei nº 8.666/93, ou interromper o prazo, no caso de qualquer incorreção detectada.

15.2. O documento de cobrança será emitido em nome do órgão comprador, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da ordem de fornecimento e contendo todos os dados da mesma.

15.2.1. O número de inscrição no CNPJ da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da ordem de fornecimento.

15.3. Todos os tributos incidentes sobre os produtos ou serviços deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie.

15.4. No documento de cobrança deverão constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o depósito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial.

15.5. Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento.

15.6. No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da ordem de fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A recusa injustificada da empresa em retirar a ordem de fornecimento dentro do prazo estabelecido no Item 3.2 configurará falta grave e ensejará, a critério do órgão gerenciador, a aplicação de uma das seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, de conformidade com o Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007 ou com o art. 78 da Lei nº Lei nº 8.666/93 e dos dispositivos neste instrumento.

a) Descredenciamento e impedimento de licitar ou contratar com a Administração por até 05 (cinco) anos; ou

b) Declaração de inidôneo do fornecedor, impedindo-o de licitar ou ser contratado pela Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, quando então poderá solicitar a sua reabilitação.

16.2. O atraso injustificado na entrega do objeto deste certame sujeitará a empresa, à multa moratória, conforme estabelece o art. 86, da Lei nº 8.666/93, com aplicação do percentual de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), a juízo da Administração.

16.3. A multa prevista neste item será recolhida em guia própria ao Município de Guarantã do Norte representado pela Prefeitura Municipal, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 16.4, b.

16.4. Em ocorrendo a inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas, nos termos do artigo 87, da Lei nº 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da parte inadimplida;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Guarantã do Norte representado pela Prefeitura Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração da Prefeitura, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade que é de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, c/c art. 7º da Lei nº 10.520/02 e art. 14 do Decreto nº 3.555/00.

16.5. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura, o respectivo valor será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal.

16.6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

16.7. Serão publicadas na imprensa oficial as sanções administrativas previstas no item 16.4, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

16.8. O Possível órgão aderente à ARP será o responsável pelas sanções administrativas aplicáveis ao fornecedor, inclusive aplicação da pena prevista nesta ARP, de acordo com o que preceitua a Lei nº 10.520/2002, 8.666/1993 e alterações posteriores, bem como pelo Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007 e o Decreto Municipal 068/2007, 3.555/2000 e regimento interno correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

17.1. Considerando o prazo de validade estabelecido na **CLÁUSULA QUARTA** da ata e, em atendimento ao Artigo 19 da lei federal 7.892/2013, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2014**, o qual integra a presente ata de Registro de Preços, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

18.1-Conforme preceitua o Artigo 17 do Decreto nº 7.892/13 regulamentado pelo Decreto municipal nº17/2013 no seu artigo 16 os

preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato superveniente que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
18.2- Nas revisões de preços registrados deverão ser observados os artigos 18,19, 20 e 21 do Decreto nº 7.892/13 bem como o artigo 17, 18, 19 e 20 do capítulo VII do decreto municipal nº17/2013, conforme segue:
18.3- Nas revisões de preços registrados deverão ser observados os artigos 18,19, 20 e 21 do Decreto nº 7.892/13 bem como o artigo 17, 18, 19 e 20 do capítulo VII do decreto municipal nº17/2013, conforme segue:
18.3.1- Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
18.3.1.1 - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
18.3.1.2 - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
18.3.2 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
A) - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
B) - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
18.3.3 -. O registro do fornecedor será cancelado quando:
A) - descumprir as condições da ata de registro de preços;
B) - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
C) - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
D) - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.
Parágrafo único. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
18.3.4 -. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
A) - por razão de interesse público; ou
B) - a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOCUMENTOS APLICÁVEIS
19.1. Esta Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:
a) Edital de **Pregão Presencial nº 031/2014** e Termo de Referência;
b) Ata da Sessão Pública;
c) Proposta escrita do fornecedor ou recomposição de preço, caso houver.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS PRERROGATIVAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR
20.1. O fornecedor reconhece os direitos do órgão gerenciador relativos ao presente instrumento:
a) Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, nos termos da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, 8.666/1993 e pelos Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007, 3.555/2000 , respeitados os direitos do Fornecedor;
b) Cancelá-lo, total ou parcialmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93;
c) Aplicar as penalidades motivadas pela inexecução, total ou parcial, deste instrumento;
d) Fiscalizar a **ENTREGA DO OBJETO.**
e) Os órgãos aderentes serão responsáveis pela sua fiscalização.
20.2-É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA– COMUNICAÇÕES
21.1. As correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o número deste instrumento e o assunto específico da correspondência.
21.1.1. As comunicações feitas ao órgão gerenciador, deverão ser endereçadas ao:

MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL
Rua das Oliveiras, 135-Bairro Jardim Vitória - Guarantã do Norte/MT
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

21.2. Eventuais mudanças de endereço dos órgãos aderentes ou dos fornecedores deverão ser comunicadas por escrito ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
22.1. Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do art. 654, § 2º, do Código Civil.
22.2. O fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.
22.3. Os casos omissos serão resolvidos em reuniões formais feito pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços com a empresa contratada ou seu procurador e a quem interessar, lavrando-se, ao final da reunião, ata circunstanciada assinada por todos os presentes e encaminhado-a a Prefeita para Homologação e Despacho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO
23.1. Para eficácia do presente instrumento, a Contratante providenciará seu extrato de publicação na Imprensa Oficial do Estado, em conformidade com o disposto no art. 20 do Decreto nº 3.555/2000.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO FORO
24.1. Fica eleito o Foro de Guarantã do Norte/MT para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços.
24.2. E por estarem de acordo, depois de lidos e assinados, as partes firmam a presente ARP em 02(duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Gerência Setorial de Licitação do órgão gerenciador, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

TATIANE ELLER DOS SANTOS
Pregoeira Oficial

Visuart Comunicações Visual LTTD
RODRIGO GONÇALES REINEHR

Publicado por:
Janete Rodrigues Santos Alves
Código Identificador:4EB67091

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 054/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram o Município de Guarantã do Norte/MT, por intermédio da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte e as empresas vencedoras do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 032/2014, tendo por OBJETO Registro de Preço para futura e eventual contratação de pessoa jurídica habilitada para fornecimento de colchões para atender necessidades das secretarias municipais de Guarantã do Norte, com as especificações do termo de referência, tudo em conformidade com as disposições no Edital e seus anexos, que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais.

Aos vinte e seis dias do mês de Junho do ano de dois mil e quatorze, o Município de Guarantã do Norte/MT por intermédio da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte inscrita no CNPJ nº 03.239.019/0001-83, situado na Rua das Oliveiras, 135 Jardim Vitória – Guarantã do Norte/MT – CEP 78.520-000 neste ato representado pela Prefeita, Sra Sandra Martins, brasileira, divorciada, portadora do RG n. 0805741-9 SSP/MT e do CPF nº 482.430.0001-00 residente e domiciliado na Rua das Amendoeiras nº 308, Centro, Guarantã do Norte/MT, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelos Decretos nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 (e suas alterações posteriores) e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 054/2014, Ata de julgamento de Preços, e homologada pelo ordenador de despesas desta Prefeitura, RESOLVEM registrar os preços da(s) empresa vencedora (s) que incidirá no valor do **MATERIAL** nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada no item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, Termo de Referência e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preços, para formação do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto IMEDIATO do presente instrumento é de registrar o preço UNITÁRIO obtido na licitação PREGÃO PRESENCIAL nº 032/2014; enquanto o objeto MEDIATO será a contratação futura da empresa **J L ENZ EPP**,visando a **ENTREGA DO MATERIAL** constantes do aludido Termo de Referência que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas de conformidade com a demanda do período de vigência desta Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA –DA VENCEDORA, DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE, E PREÇO

2.1. A licitante vencedora, o item, quantidade, unidade, especificação, fornecedor e o preço unitário estão registrados nessa Ata de Registro de Preço e encontram-se indicados na tabela abaixo:

2.2. Fornecedor Registrado
Empresa J L ENZ EPP.
CNPJ nº 10.483.811/0001-44 I.E. nº 904.61863-27
Endereço: Avenida Ivaí n° 1258 Bairro Centro
Cidade: Paiçandu/PR - CEP: 87140-000 Telefone: (44) 3043-3005 e-mail: JL_ENZ@HOTMAIL.COM
Representante legal: JAIME LUIZ ENZ
Item(ns) 01,02,03,04,05, e 08.

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	marca	1ª classificada Razão Social:
1	150	UND	COLCHONETE PARA ATIVIDADE FISICA, COM REVESTIMENTO EM NAPA OU COURVIN, MEDIDAS APROXIMADAS: 1,88X0,60M. ESPESSURA MÍNIMA DE 05CM. GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	ORTOBOM	105,00
2	112	UND	COLCHÃO D'ÁGUA FABRICADO EM PVC RESISTENTE, ANATÔMICO, HIGIÊNICO, NÃO ACUMULA PÓ OU ÁCAROS, MEDIDAS MÍNIMAS DE 1,90X0,80M, INDICADO PARA PACIENTES DE NO MÍNIMO 85 KG, POSSUI CAPACIDADE DE APROXIMADAMENTE 130 LITROS. GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.CERTIFICADO PELO IMETRO.	AG PLASTICOS	155,00
3	100	UND	COLCHÃO HOSPITALAR CONFECCIONADO EM ESPUMA DE POLIURETANO, DE DENSIDADE 33. REVESTIDO EM NAPA RESISTENTE IMPERMEÁVEL, LAVAVEL, COM COSTURA DUPLA RESISTENTE E QUE NÃO PERMITAM A PENETRAÇÃO DE LÍQUIDOS ATRAVÉS DAS MESMAS. COR AZUL MARINHO.MEDINDO APROXIMADAMENTE: 1,88X0,80M. ESPESSURA MÍNIMA DE 10CM. GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO. CERTIFICADO PELO IMETRO.	RG	280,00
4	80	UND	COLCHÃO HOSPITALAR PARA BERÇO, CONFECCIONADO EM ESPUMA DE POLIURETANO, DE DENSIDADE 33. REVESTIDO EM NAPA RESISTENTE IMPERMEÁVEL, LAVAVEL, COM COSTURA DUPLA RESISTENTE E QUE NÃO PERMITAM A PENETRAÇÃO DE LÍQUIDOS ATRAVÉS DAS MESMAS. COR AZUL MARINHO.MEDINDO APROXIMADAMENTE: 1,30X0,60M. ESPESSURA MÍNIMA DE 10CM. GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO. CERTIFICADO PELO IMETRO.	RG	120,00
5	70	UND	COLCHÃO PARA MACA, CONFECCIONADO EM ESPUMA DE POLIURETANO, DE DENSIDADE 33, REVESTIDO EM NAPA RESISTENTE IMPERMEÁVEL, LAVAVEL, COM COSTURA DUPLA RESISTENTE E QUE NÃO PERMITAM A PENETRAÇÃO DE LÍQUIDOS ATRAVÉS DAS MESMAS, NA COR AZUL MARINHO, MEDINDO APROXIMADAMENTE: 0,80M X 0,50M. ESPESSURA MÍNIMA DE 05 CM. GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO. CERTIFICADO PELO IMETRO	RG	75,00
8	170	UND	COLCHÃO DE SOLTEIRO COM DIMENSÕES MÍNIMAS DE 1,88M X 0,88M E ESPESSURA MÍNIMA DE 12 CM, REVESTIDO EM POLIPROPILENO, ESPUMA COM DENSIDADE D23, ANTIALÉRGICO E ANTI-MOFO. GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO. CERTIFICADO PELO IMETRO.	RG	240,00

2.3. O(s) item(ns), unidade, especificação, MARCA, fornecedor,e o preço unitário dos licitantes que aceitaram cotar seus **MATERIAIS** em valor igual ao do licitante classificado em 1º lugar (primeiro lugar) estão registrados nessa Ata de Registro de Preço e encontram-se indicados na tabela acima, em 2ª classificação mediante anuência da classificada

2.4. Na hipótese de cancelamento parcial de registro desta ata nos casos especificados na **cláusula décima segunda**, o órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá o restante do **MATERIAL** das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para o item interessado, que estão na ordem da última proposta da etapa competitiva conforme demonstrado no quadro comparativo e ata de lances constantes nos autos do processo.

CLAUSULA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e nos Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 e 3.555/00, bem como as alterações .

3.2. Regularmente convocado para retirar a ordem de fornecimento, o fornecedor cumprirá fazê-lo no prazo máximo de 03(três) dias úteis,

prorrogáveis por uma única vez, se houver justificativa aceita pelo MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela **Prefeitura Municipal**, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

3.3. O fornecedor fica incumbido de apresentar procuração, contrato social, carta de preposição ou documento equivalente (original ou cópia autenticada), que designe expressamente o seu representante habilitado para retirada da solicitação de empenho.

3.4. A assinatura de recebimento no verso da solicitação de empenho ou a assinatura na Ata de Registro de Preço supre a necessidade de convocação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O registro de preço constante desta Ata firmada entre a Prefeitura e a empresa que apresentou a proposta classificada em 1º lugar em conseqüência do presente certame, terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da referida Ata de Registro de Preços.

4.2. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações devidamente justificado e somente se quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta norma, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993

4.3. *Durante o prazo de validade da ARP, o órgão gerenciador ou aderente não ficará obrigado a* ***ADQUIRIR O MATERIAL*** *exclusivamente pelo SRP, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, nos termos da legislação vigente, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária do SRP.*

4.4. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo da Secretaria Municipal de Administração e Finanças do MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela **Prefeitura Municipal**, através de um fiscal de registro de preços, devidamente nomeado e designado para esse fim, nos termos das normas que regem a matéria e normatizações internas.
5.2. A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, poderá a critério da licitadora, ser utilizada por órgãos e entidades interessadas, desde que previamente autorizada pelo órgão gerenciador
5.3. Os órgãos ou entidades interessados na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação prévia à Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Guarantã do Norte - Prefeitura Municipal.
5.4. A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos:
a) Não-comprometimento da capacidade operacional do fornecedor;
b) Anuência expressa do fornecedor.
5.5 - O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem

5.6- O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador.

5.7-Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1. O preço unitario registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação.
6.2. Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja do MATERIAL**.**
6.3. É vedado qualquer reajuste de preços exceto por força de legislação em vigor que assim o permita.
6.4. Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, o órgão gerenciador cancelará total ou parcialmente esta Ata adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada.
6.5. Visando subsidiar eventuais revisões, o órgão gerenciador ordenará a realização de nova Pesquisa de preços.
6.6. Nos preços unitários registrados estão incluídas todas as despesas e taxas de qualquer espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.).

CLÁUSULA SÉTIMA - MODO DE RECEBIMENTO

7.1. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega ao Fiscal do Contrato que verificará e confrontará a qualidade do **MATERIAIS** entregue com o especificado no Termo de Referência.
7.2. O recebimento definitivo deverá ocorrer após a entrega do **MATERIAL**.
7.3. Em se verificando vícios na **ENTREGA DO MATERIAL**, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.
7.4. A informação ao fornecedor sobre vícios na **ENTREGA DO MATERIAL** será realizada pelo Fiscal do Contrato, devidamente designado pela licitadora.
7.5. Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no artigo 65, §2º, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, podendo os órgãos adquirirem quantidade inferior ao estimado, sem necessidade de anuência da signatária da ARP.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. Será entregue à contratada a AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO dos **MATERIAIS** adjudicados com antecedência de até 10 dias de prazo devendo a contratada se programar para a **ENTREGA DO MATERIAL** do dia agendado pelo MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL.
8.2. A cada fornecimento ou período, o órgão gerenciador ou aderente da ARP providenciará a expedição da ordem de fornecimento e notificará a empresa para proceder a retirada do mesmo.
8.2.1. A notificação poderá ser feita diretamente na sede da empresa, por fac- símile ou e-mail, conforme informações constantes na proposta.
8.2.2. Caso a notificação ocorra diretamente na sede da empresa, a mesma poderá ser acompanhada da ordem de fornecimento.
8.3. Recebida a notificação, a empresa terá 03 (três) dias úteis para retirada da ordem de fornecimento.
8.4. A retirada da ordem de fornecimento somente poderá ser efetuada por preposto ou representante da empresa acompanhado de documento idôneo que comprove essa situação, bem como, do respectivo documento de identificação.
8.5. Se a empresa com preço registrado em primeiro lugar não retirar ou se recusar a receber a ordem de fornecimento, sem justificativa plausível e aceita pelo órgão gerenciador, este convocará a empresa com preço registrado em segundo lugar para efetuar o fornecimento nas condições próximas do primeiro colocado, e assim por diante.
8.6. **O objeto solicitado** deverão ser entregues no Município de Guarantã do Norte no almoxarifado da Prefeitura Municipal fone: (66) 3552-5117, no horário de expediente; ou onde o Fiscal do Contrato determinar.
8.7. O **MATERIAL** serão recebidos provisoriamente para verificação de conformidade da quantidade e da qualidade;

8.8. O recebimento definitivo dar-se-á conforme apresentado no Termo de Referência;
8.8.1. Em se verificando problemas na entrega do **MATERIAL**, a empresa será informada para corrigi-los, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

8.9. Os **MATERIAIS,** a cada solicitação, deverão ser executados e entregues no local indicado no Item 8.6 desta Ata, todavia, na hipótese de ocorrência de fato superveniente à data de apresentação da proposta, ensejador da aplicação da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovado e aceito pela Administração, a execução da entrega do **MATERIAL** poderão ser fracionada e/ou prorrogada.

8.10. Caso a empresa, ao participar do certame, tenha apresentado proposta de REALIZAÇÃO parcial dos **MATERIAIS**, o esgotamento do **MATERIAL** será o limite máximo de quantidade que a empresa se dispôs a fornecer.

8.11. Na hipótese do **Item 8.10**, o órgão gerenciador ou aderente da ARP **ADQUIRIRÁ** o restante do **MATERIAL** das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para oitem interessado, que estão na ordem da última proposta da etapa competitiva conforme demonstrado no quadro comparativo e ata de lances constantes nos autos do processo.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR

9.1. Manter, durante a vigência da ARP, todas as condições de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciário exigidas no edital de licitação respectivo.
9.2. Executar fielmente o objeto desta Ata, comunicando, imediatamente, ao representante legal do órgão gerenciador ou aderente qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.
9.3. Responder às notificações no prazo estabelecido.
9.4. Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao órgão gerenciador e aos órgãos parceiros.
9.5. Efetuar a execução do objeto licitado, ainda que em quantidades diferentes ao previsto no Termo de Referencia.
9.6. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação exigidas em Edital.

CLÁUSULA DECIMA - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO ÓRGÃO GERENCIADOR
10.1. Gerenciar a ARP-Ata de Registro de Preço.
10.2. Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgãos aderentes (em casos de adesão).
10.3. Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes.
10.4. Conduzir o procedimento de penalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor.
10.4.1. Caberá ao órgão aderente à aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ata, devendo ser encaminhada cópia para conhecimento da decisão de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP.
10.5. Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. O órgão gerenciador ou aderente fiscalizará o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência.
11.1.1. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos que são de sua competência.
11.2. Cada órgão aderente deverá indicar o fiscal-gestor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo órgão gerenciador, quando:
I - descumprir as condições da ata de registro de preços;
II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

V- O fornecedor não dispuser a substituir os **MATERIAIS** que vierem a apresentar defeitos de qualidade;
VI- O fornecedor não cumprir com as obrigações constantes deste instrumento;

VII- Demais sanções previstas no Edital e termo de referência.

12.1.1- O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.2- O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
I - por razão de interesse público; ou
II - a pedido do fornecedor.

12.3. O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório, será comunicado ao fornecedor e publicado na Imprensa Oficial.

12.4. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

13.1.A Prefeitura efetuará a retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais, quando for o caso;.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data de entrega da Nota Fiscal ao DEPARTAMENTO FINANCEIRO, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais do item, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do banco, da agência e da conta- corrente onde deseja receber seu crédito.
14.2. A cada pagamento será verificada pela Diretoria de Finanças a situação de validade dos documentos exigidos na habilitação.
14.3. Em existindo documento com prazo de validade vencido ou irregular, o fornecedor será notificado pela Diretoria de Finanças para regularizar.
14.4. O fornecedor, depois de notificado, terá o prazo de 15 (quinze) dias para proceder à regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado à Secretaria Municipal de Administração e Finanças para as providências cabíveis.
14.5. Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixá-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao fornecedor.
14.6. Junto ao corpo da Nota Fiscal é recomendado que o fornecedor faça constar, para fins de pagamento, o nome e número do banco, da agência e da conta corrente, assim, como, se disponível, o número do fac-símile.
14.7. Em caso de eventuais atrasos no pagamento, desde que o órgão comprador não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores poderão ser corrigidos pela variação do IPCA ou outro índice que vier a sucedê-lo, havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

15.1. O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 30 (trinta) dias para dar a liquidação da despesa, na forma estatuída no art. 40, XIV, "a" da Lei nº 8.666/93, ou interromper o prazo, no caso de qualquer incorreção detectada.
15.2. O documento de cobrança será emitido em nome do órgão comprador, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da ordem de fornecimento e contendo todos os dados da mesma.
15.2.1. O número de inscrição no CNPJ da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da ordem de fornecimento.
15.3. Todos os tributos incidentes sobre os produtos ou serviços deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie.
15.4. No documento de cobrança deverão constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o depósito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial.
15.5. Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento.
15.6. No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da ordem de fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A recusa injustificada da empresa em retirar a ordem de fornecimento dentro do prazo estabelecido no Item 3.2 configurará falta grave e ensejará, a critério do órgão gerenciador, a aplicação de uma das seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, de conformidade com o Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007 ou com o art. 78 da Lei nº Lei nº 8.666/93 e dos dispositivos neste instrumento.

a) Descredenciamento e impedimento de licitar ou contratar com a Administração por até 05 (cinco) anos; ou
b) Declaração de inidôneo do fornecedor, impedindo-o de licitar ou ser contratado pela Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, quando então poderá solicitar a sua reabilitação.

16.2. O atraso injustificado na entrega do objeto deste certame sujeitará a empresa, à multa moratória, conforme estabelece o art. 86, da Lei nº 8.666/93, com aplicação do percentual de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), a juízo da Administração.

16.3. A multa prevista neste item será recolhida em guia própria ao Município de Guarantã do Norte representado pela Prefeitura Municipal, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 16.4, b.

16.4. Em ocorrendo a inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas, nos termos do artigo 87, da Lei nº 8.666/93:

a) Advertência por escrito;
b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da parte inadimplida;
c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Guarantã do Norte representado pela Prefeitura Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração da Prefeitura, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade que é de 02 (dois) anos;
d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, c/c art. 7º da Lei nº 10.520/02 e art. 14 do Decreto nº 3.555/00.

16.5. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura, o respectivo valor será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal.
16.6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.
16.7. Serão publicadas na imprensa oficial as sanções administrativas previstas no item 16.4, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.
16.8. O Possível órgão aderente à ARP será o responsável pelas sanções administrativas aplicáveis ao fornecedor, inclusive aplicação da pena prevista nesta ARP, de acordo com o que preceitua a Lei nº 10.520/2002, 8.666/1993 e alterações posteriores, bem como pelo Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007 e o Decreto Municipal 068/2007, 3.555/2000 e regimento interno correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

17.1. Considerando o prazo de validade estabelecido na **CLÁUSULA QUARTA** da ata e, em atendimento ao Artigo 19 da lei federal 7.892/2013, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº032/2014**, o qual integra a presente ata de Registro de Preços, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

18.1-Conforme preceitua o Artigo 17 do Decreto nº 7.892/13 regulamentado pelo Decreto municipal nº17/2013 no seu artigo 16 os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato superveniente que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.2- Nas revisões de preços registrados deverão ser observados os artigos 18,19, 20 e 21 do Decreto nº 7.892/13 bem como o artigo 17, 18, 19 e 20 do capítulo VII do decreto municipal nº17/2013, conforme segue:

18.3- Nas revisões de preços registrados deverão ser observados os artigos 18,19, 20 e 21 do Decreto nº 7.892/13 bem como o artigo 17, 18, 19 e 20 do capítulo VII do decreto municipal nº17/2013, conforme segue:
18.3.1- Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
18.3.1.1 - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
18.3.1.2 - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

18.3.2 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
A) - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
B) - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
18.3.3 -. O registro do fornecedor será cancelado quando:
A) - descumprir as condições da ata de registro de preços;
B) - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
C) - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
D) - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.
Parágrafo único. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
18.3.4 -. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
A) - por razão de interesse público; ou
B) - a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOCUMENTOS APLICÁVEIS

19.1. Esta Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:
a) Edital de **Pregão Presencial nº 032/2014** e Termo de Referência;
b) Ata da Sessão Pública;
c) Proposta escrita do fornecedor ou recomposição de preço, caso houver.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS PRERROGATIVAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

20.1. O fornecedor reconhece os direitos do órgão gerenciador relativos ao presente instrumento:
a) Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, nos termos da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, 8.666/1993 e pelos Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007, 3.555/2000 , respeitados os direitos do Fornecedor;
b) Cancelá-lo, total ou parcialmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93;
c) Aplicar as penalidades motivadas pela inexecução, total ou parcial, deste instrumento;
d) Fiscalizar a **ENTREGA DO OBJETO.**
e) Os órgãos aderentes serão responsáveis pela sua fiscalização.

20.2-É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA– COMUNICAÇÕES
21.1. As correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o número deste instrumento e o assunto específico da correspondência.
21.1.1. As comunicações feitas ao órgão gerenciador, deverão ser endereçadas ao:

MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL
Rua das Oliveiras, 135-Bairro Jardim Vitória
- Guarantã do Norte/MT
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

21.2. Eventuais mudanças de endereço dos órgãos aderentes ou dos fornecedores deverão ser comunicadas por escrito ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do art. 654, § 2º, do Código Civil.
22.2. O fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.
22.3. Os casos omissos serão resolvidos em reuniões formais feito pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços com a empresa contratada ou seu procurador e a quem interessar, lavrando-se, ao final da reunião, ata circunstanciada assinada por todos os presentes e encaminhado-a a Prefeita para Homologação e Despacho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO
23.1. Para eficácia do presente instrumento, a Contratante providenciará seu extrato de publicação na Imprensa Oficial do Estado, em conformidade com o disposto no art. 20 do Decreto nº 3.555/2000.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO FORO

24.1. Fica eleito o Foro de Guarantã do Norte/MT para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços.

24.2. E por estarem de acordo, depois de lidos e assinados, as partes firmam a presente ARP em 02(duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Gerência Setorial de Licitação do órgão gerenciador, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

TATIANE ELLER DOS SANTOS
Pregoeira Oficial

J L Enz –EPP
JAIME LUIZ ENZ

Publicado por:
Janete Rodrigues Santos Alves
Código Identificador:53A84B61

SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADE
CONTRATO DE RATEIO Nº 001/2014

Celebrado entre a Prefeitura Municipal e a Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável Portal da Amazônia.
Objeto: Repasse financeiro para o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável Portal da Amazônia.
Vigência até 31/12/2014. Convenente: Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável Portal da Amazônia. Concedente: Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte.

Guarantã do Norte/MT, 25 de Junho de 2014.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Athos Jean Fernandes da Silva
Código Identificador:B859703A

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

CÂMARA MUNICIPAL
ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO CONVITE N° 003/2014

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de 2014, às nove horas, reuniu-se nas da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT, localizada na Avenida Vitória, nº972, Centro, nesta cidade, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, constituída pela portaria nº001/2014, na forma da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, sob Presidência da senhora Rosangela Grisa Grabovski, para analisar e Julgar o Convite 003/2014, cujo objeto; visa a Contratação de Empresas, Fundação, Faculdade ou Universidade Especializada na realização de Concurso Público. Nos termos do § 3º do art. 22 da Lei nº 8.666/93, o edital do procedimento licitatório em questão teve sua cópia afixada no mural. Foram convidadas para participar do Convite epigrafado, as empresas: **ACPI Assessoria Consultoria Planejamento & Informática**, 2) **ATAME Assessoria Consultoria e Planejamento Ltda,** 3) **Exata Consultoria E Contabilidade LTDA,** 4) **Instituto de Pesquisa Desenvolvimento e Gestão – IPED,** 5) **Meta Consultoria para Gestão Pública e Capacitação Ltda, 6) Atos Consultoria Pública Empresarial Ltda, 7) Correto Concursos, 8) Omni Concursos 9) KLC Consultoria em Gestão Pública Ltda, 10) Lider Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.** As empresas foram convidadas por correio eletrônico e via Correio, contudo algumas não reenviaram protocolo confirmando recebimento. Dando início aos trabalhos após 10 (dez) minutos de tolerância, se fizeram interessadas no certame as empresas **Atame Assessoria Consultoria e Planejamento Ltda, ACPI Assessoria, Consultoria, Planejamento & Informática** e **Atos Consultoria Pública Empresarial Ltda** que protocolaram seus envelopes em tempo hábil, esta última representada por seu sócio-proprietário Wister Roger Padilha, número de empresas necessárias para abertura de envelopes de habilitação e de propostas. Concluída a análise e conferência da documentação nenhuma irregularidade fora constatada com relação às mesmas, ficando constatado que não havia Termo de Renúncia da Habilitação da Empresa **ACPI Assessoria, Consultoria, Planejamento & Informática**, a qual impediria o prosseguimento de abertura dos envelopes de propostas, a Comissão de Licitação DECIDIU entrar em contato com a mesma a fim de dar celeridade ao processo licitatório e aproveitar para que no mesmo dia fossem abertas também os envelopes de propostas, e com concordância do representante presente **Atos Consultoria Pública Empresarial Ltda,** entrou-se em contato com a Empresa **ACPI Assessoria, Consultoria, Planejamento & Informática** para que manifestasse ou não a Renúncia ou não do prosseguimento do certame, a qual imediatamente encaminhou a sua concordância para prosseguimento da abertura dos envelopes de proposta, conforme Termo de Renúncia da mesma. Assim, concluída a análise e conferência da documentação nenhuma irregularidade fora constatada com relação às mesmas, ficando, portanto, todas participantes habilitadas para a fase seguinte, a empresa presente manifestou-se também favorável e renunciou a qualquer recurso da fase da habilitação para que desse modo desse prosseguimento no mesmo dia a abertura dos envelopes propostas. Encerrada a fase de habilitação a Comissão nesta mesma sessão, e, havendo a concordância unânime das participantes, conforme **termo de renúncia**, estes abrem mão do prazo legal de recurso a que têm direito a esta fase. Em seguida, procedeu-se a abertura dos envelopes propostas, para, rubrica, conhecimentos dos preços e condições. A Empresa **ACPI Assessoria, Consultoria, Planejamento & Informática**, apresentou a proposta no valor global de R$9.000,00 (nove mil reais), a Empresa **ATAME Assessoria, Consultoria e Planejamento Ltda**, apresentou a proposta no valor global de R$12.000,00(doze mil reais) e **Atos Consultoria Pública Empresarial Ltda** apresentou proposta no valor global de R$ 10.498,00 (dez mil quatrocentos e noventa e oito reais). Concluída esta fase, a Comissão procede o julgamento das referidas propostas, amparada pelo critério de julgamento de "menor preço global" e demais condições descritas no julgamento das propostas comercial e da Lei Complementar Federal n º123/2006, constante do Convite 003/2014, decide, por unanimidade de seus membros, julgar a proposta vencedora e, de conseqüência sugerir a adjudicação do item licitado à empresa vencedora : **ACPI Assessoria, Consultoria, Planejamento & Informática,** perfazendo um total de R$9.000,00(nove mil reais), e havendo a manifestação da Empresa presente **Atos Consultoria Pública Empresarial Ltda,** em recorrer do valor da proposta vencedora, em 02 (dois) dias úteis, contados desta data nos termos do Art. 109 da Lei Federal 8.666/93 e do item 09.1 da Carta Convite nº 003/2014. Diante da manifestação a apresentação de recurso pela empresa presente, o que impede a homologação e adjudicação do presente objeto, DECIDE a Comissão de Licitação suspender o resultado do certame até a apreciação do presente recurso, Art. 109, § 2º da Lei Federal 8.666/93. Nada mais havendo a relatar sobre o presente julgamento, esta Comissão encerra os trabalhos com a lavratura desta ata que, após lida e achada em conforme, vai assinada pelos membros da Comissão e presentes, em seguida, submetida à apreciação da autoridade superior, para ciência, se assim entender e concordar, promover e publicar a ata de julgamento, cientificando ainda as empresas participantes da referida decisão.

ROSANGELA GRISA GRABOVSKI
Presidente

AUCIRLENE PETERLE
Secretário

ELUIR CAVASSIN
Membro

Publicado por:
Aucirlene Peterle
Código Identificador:7660EF8B

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003 AO EDITAL PSS Nº 006/2013

O Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, Pedro Ferronatto, no uso de suas atribuições legais, torna público a **RELAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS, DESCLASSIFICADOS E AUSENTES** no Processo Seletivo Simplificado nº 006/2013, nos seguintes termos:

INSC	CANDIDATO	CARGO	PT	OC	RE
18	OLIVAN DELAPRIA FOSCHIERA	MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE - CATEGORIA B	7,5	1º	AP
10	PAULO ANTONIO RIBEIRO DOS SANTOS	MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE - CATEGORIA B	7,0	2º	AP
06	MARCELO IASCHOMBEK	MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE - CATEGORIA B	7,0	3º	AP
01	JOSE RENATO GONÇALVES	MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE - CATEGORIA B	6,5	4º	AP
07	GILSINEI STRADA FUHR	MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE - CATEGORIA B	6,0	5º	AP
12	CARLOS ANTONIO DO NASCIMENTO SALES 2	MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE - CATEGORIA B	5,5	6º	AP
15	ASTOR MERTENS 2	MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE - CATEGORIA B	5,5	7º	AP
09	DILVA MARIA ZINI 2	MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE - CATEGORIA B	5,5	8º	AP
02	FABRICIO RODRIGUES DE SOUZA	MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE - CATEGORIA B	5,0	9º	AP
13	JUNIOR ANTONIO CRUZ DE BRITO	MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE - CATEGORIA B	4,5	DC	DC
16	ADAILTON GAZOLA	MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE - CATEGORIA B	2,0	DC	DC
04	ANNYE CRHISTINE LEIMANN	MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE - CATEGORIA B	-	NC	NC
05	FERNANDA BEATRIZ DA SILVA SANTOS	MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE - CATEGORIA B	-	NC	NC
08	PAMELA ELIS PETRY FERLTRIM	CIRURGIÃO - DENTISTA	4,0	DC	DC
17	RAFAELA CRISTINA CEZARIO	CIRURGIÃO – DENTISTA	3,0	DC	DC
14	ROGERIO CRUVINEL RODRIGUES	MÉDICO	6,0	1º	AP

SIGLAS E ABREVIAÇÕES:

INSC = Número de inscrição	**PT = Pontos**	**OC = Ordem Classificatória**	**RE = Resultado**
AP = Aprovado	**NC = Não Compareceu**	**DC = Desclassificado**	**RP = Reprovado**

O presente Edital deverá se publicado na Imprensa Oficial do Município (**www.amm.org.br**), no site da Prefeitura Municipal de

Ipiranga do Norte **(www.ipirangadonorte.mt.gov.br)** e no mural da Prefeitura, para os fins previstos no Edital de Abertura do PSS nº 006/2013, notadamente para fins de interposição de recursos no prazo de 02 dias úteis, a contar da publicação deste Edital.

Gabinete do Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, em 25 de junho de 2014.

PEDRO FERRONATTO
Prefeito Municipal

Empate na nota geral entre o 2º e 3º colocados; desempate entre o 2º e 3º colocados pelo critério da cláusula 7.3.1, alínea 'b' do Edital de Abertura.
2 Empate na nota geral entre o 6º, 7º e 8º colocados; desempate entre o 6º, 7º e 8º colocados pelo critério da cláusula 7.3.1, alínea 'a' do Edital de Abertura.

Publicado por:
Annye Crhistine Leimann
Código Identificador:CD9F0B43

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 131/2014, DE 23 DE JUNHO DE 2014.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SENHOR DIOGO DA CUNHA XAVIER, PARA OCUPAR O CARGO/FUNÇÃO DE CHEFE DE DIVISÃO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL".

O Senhor **PEDRO FERRONATTO**, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade administrativa,
RESOLVE:
Art. 1º - Nomear o Senhor Diogo Da Cunha Xavier**,** brasileiro, portador do R.G. sob o nº. 001.901.638 SSP/RN e C.P.F. sob o nº 008.362.884-32, residente em Ipiranga do Norte/MT, para exercer a função de Chefe de Divisão, Lotado na Secretaria Municipal de Coordenação Geral, da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte/MT.
Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte/MT, 23 de Junho de 2014.

PEDRO FERRONATTO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Data Supra

Publicado por:
Annye Crhistine Leimann
Código Identificador:E3ED63B1

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 132/2014, DE 25 DE JUNHO DE 2014.

SÚMULA: "Dispõe sobre a exoneração do Senhor Valmir Canever, do cargo em comissão de Secretario Municipal de Obras da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte/MT, e dá outras providências".

O Senhor **PEDRO FERRONATTO**, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade administrativa, resolve:

Art. 1º - Exonerar o Senhor **Valmir Canever**, do cargo em Comissão de **Secretario de Obras**, da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte/MT, nomeado através da Portaria nº. 282/2013 de 10 de Junho de 2013.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário em especial a Portaria nº. 282/2013.

Gabinete do Prefeito, Ipiranga do Norte/MT, 25 de Junho de 2014.

Registre-se e Publique-se
Data Supra

PEDRO FERRONATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Annye Crhistine Leimann
Código Identificador:60747C9F

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 126/2014, DE 12 DE JUNHO DE 2014.

Concede licença prêmio por assiduidade ao servidor Adirson Schneiders e dá outras providências.

PEDRO FERRONATTO, Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com o disposto no artigo 161 da Lei Municipal nº. 008 de 05 de janeiro de 2005 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Ipiranga do Norte/MT), e demais dispositivos legais pertinentes;
RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao funcionário, **Adirson Schneiders,** matrícula n° 206, ocupante do cargo efetivo de Operador de Maq. Pá Carregadeira, lotada na Secr. Municipal de Obras, a **LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE,** referente ao período aquisitivo 2008/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, 12 de Junho de 2014.

PEDRO FERRONATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Annye Crhistine Leimann
Código Identificador:F4C56896

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO DE TOMADA DE PREÇOS N°. 008/2014

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), nos termos do art. 21 da Lei 8.666/93, torna público a **RETIFICAÇÃO** de abertura, para nova contagem de prazo, o certame se realizará no dia **11/07/2014, às 08:00 (oito horas)**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, sito Rua Florianópolis, n°. 200, centro, Licitação para o seguinte objeto: "**Contratação de empresa de engenharia para execução de drenagem de águas pluviais e pavimentação asfáltica na Avenidas Dep. José Geraldo Riva e Av. Mato Grosso no Município de Itanhangá, com fornecimento de material e serviço, conforme Projetos, Planilhas e complementares."**Os interessados poderão consultar o Edital e obter informações, ou adquiri-lo na Sala de Licitações, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:00 às 11:00 horas dos dias úteis, maiores informações pelo telefone 66-3578-2500 ou pelo site: www.itanhanga.mt.gov.br/licitacoes ou pelo e-mail: licitacao@itanhanga.mt.gov.br

Itanhangá (MT), 25 de Junho de 2014.

CAMILA BRUNA MORESCO
Presidente da CPL

Publicado por:
Camila Bruna Moresco
Código Identificador:41659D5E

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 052 /2014 DATA: 10 DE ABRIL DE 2014

DECRETO SUPLEMENTAR N°52/2014

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor JOAO ANTONIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Itanhanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 332/2013, e em consonância com o lei Federal 4320/64
DECRETA
Art.1 - Fica Aberto na Lei Municipal 332/2013 Orcamento Geral para Exercicio de 2014 um Credito Adicional Suplementar, no valor de R$ 192.500,00 (trezentos e vinte e cinco mil reais) para reforco das seguintes dotacoes orcamentarias;

02.001-Gabinete do Prefeito		
02.001.04.122.0007.2004.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 35.000,00
	Sub-Total:	R$35.000,00
03.001-Gabinete do Secretario		
03.001.04.123.0007.2008.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 5.000,00
03.001.04.122.0003.1054.3.3.5.0.41.00.00.00	CONTRIBUICOES	R$ 30.000,00
	Sub-Total:	R$35.000,00
04.001-Gabinete do Secretario		
04.001.12.361.0012.2016.3.3.9.0.36.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 5.000,00
	Sub-Total:	R$5.000,00
05.001-Gabinete do Secretario		
05.001.10.301.0019.2059.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 5.000,00
05.001.10.301.0019.2059.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	R$ 10.000,00
	Sub-Total:	R$15.000,00
05.002-Fundo Municipal de Saude		
05.002.10.301.0019.2060.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 60.000,00
05.002.10.301.0019.2060.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	R$ 10.000,00
05.002.10.301.0019.2060.3.3.9.0.36.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 10.000,00
	Sub-Total:	R$ 80.000,00
07.001-Gabinete do Secretario		
07.001.04.122.0007.2042.3.3.9.0.36.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 2.000,00
07.001.04.122.0007.2042.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 5.000,00
07.001.04.122.0007.2042.3.3.9.0.14.00.00.00	Diarias - Civil	R$ 5.000,00
	Sub-Total:	R$ 12.000,00
08.001-Gabinete do Secretario		
08.001.08.244.0027.2070.3.3.9.0.14.00.00.00	Diarias - Civil	R$ 5.000,00
08.001.08.244.0027.2070.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	R$ 1.000,00
Sub-Total:		R$ 6.000,00
09.002-Depto. de Transportes, Obras e Servicos Pub		
09.002.15.452.0029.2048.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	R$ 4.500,00
	Sub-Total:	R$ 4.500,00
	Total Parcial Suplementado:	R$192.500,00

Art. 2 - Para dar Cobertura ao Credito Aberto, conforme descrito no artigo anterior serao utilizados os recursos aqueles mencionados no Inciso III do paragrafo 1 do art. 43 da Lei 4.320/1964, oriundos de anulacao parcial ou total das seguintes dotacoes orcamentarias;

06.001-Gabinete do Secretario		
06.001.20.608.0023.1084.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	R$ 30.000,00
06.001.20.608.0023.1084.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 30.000,00
06.001.20.608.0022.1020.4.4.9.0.51.00.00.00	Obras e Instalacoes	R$ 5.000,00
06.001.20.608.0023.1084.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	R$ 27.500,00
06.001.20.606.0023.1085.3.3.5.0.41.00.00.00	CONTRIBUICOES	R$ 25.000,00
06.001.20.608.0022.1018.4.4.9.0.51.00.00.00	Obras e Instalacoes	R$ 50.000,00
06.001.20.608.0022.1020.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 15.000,00
06.001.20.608.0022.1020.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	R$ 10.000,00
	Sub-Total:	R$192.500,00
	Total Parcial Reduzido:	R$192.500,00

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itanhanga, 10 de Abril de 2014.

JOAO ANTONIO VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renata Tereza Zini
Código Identificador:98AD09D5

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 056 /2014 DATA: 05 DE MAIO DE 2014

DECRETO SUPLEMENTAR N°56/2014

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor JOAO ANTONIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Itanhanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 332/2013, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art.1 - Fica Aberto na Lei Municipal 332/2013 Orcamento Geral para Exercicio de 2014 um Credito Adicional Suplementar, no valor de R$ 442.000,00 (Quatrocentos e quarenta e dois mil reais) para reforco das seguintes dotacoes orcamentarias;

02.001-Gabinete do Prefeito	
02.001.04.124.0005.2007.3.3.9.0.14.00.00.00 Diarias - Civil	R$ 10.000,00
02.001.04.122.0007.2004.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 50.000,00
Sub-Total:	R$ 60.000,00
03.001-Gabinete do Secretario	
03.001.04.123.0007.2008.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 10.000,00
Sub-Total:	R$ 10.000,00
04.001-Gabinete do Secretario	
04.001.12.361.0016.2118.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 50.000,00
04.001.12.361.0012.2016.3.3.9.0.36.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 20.000,00
Sub-Total:	R$ 70.000,00
05.001-Gabinete do Secretario	
05.001.10.301.0019.2059.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 15.000,00
05.001.10.301.0019.2059.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	R$ 17.000,00
Sub-Total:	R$ 32.000,00
05.002-Fundo Municipal de Saude	
05.002.10.301.0019.2060.3.3.9.0.36.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 15.000,00
05.002.10.301.0020.2063.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 10.000,00
05.002.10.301.0019.2060.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	R$ 20.000,00
05.002.10.301.0020.2063.3.1.9.0.13.00.00.00 Obrigacoes Patronais	R$ 30.000,00
05.002.10.301.0019.2060.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 70.000,00
Sub-Total:	R$ 145.000,00
07.001-Gabinete do Secretario	
07.001.04.122.0007.2042.3.3.9.0.91.00.00.00 Sentencas Judiciais	R$ 50.000,00
07.001.04.122.0007.2042.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 50.000,00
Sub-Total:	R$ 100.000,00
08.002-Fundo Municipal de Assistencia Social	
08.002.08.244.0027.2088.3.3.9.0.36.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 10.000,00
08.002.08.244.0027.2071.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	R$ 5.000,00
Sub-Total:	R$ 15.000,00
09.001-Gabinete do Secretario	
09.001.26.782.0007.2041.3.3.9.0.36.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 10.000,00
Sub-Total:	R$ 10.000,00
Total Parcial Suplementado:	R$ 442.000,00

Art. 2 - Para dar Cobertura ao Credito Aberto, conforme descrito no artigo anterior serao utilizados os recursos aqueles mencionados no Inciso III do paragrafo 1 do art. 43 da Lei 4.320/1964, oriundos de anulação parcial ou total das seguintes dotacoes orcamentarias;

02.001-Gabinete do Prefeito	
02.001.04.122.0008.1065.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	R$ 19.000,00
Sub-Total:	R$ 19.000,00
04.003-FUNDEB 60%	
04.003.12.366.0015.2115.3.1.9.0.04.00.00.00 Contratacao por Tempo Determinado	R$ 5.000,00
04.003.12.361.0015.2026.3.1.9.0.04.00.00.00 Contratacao por Tempo Determinado	R$ 50.000,00
04.003.12.365.0015.2114.3.1.9.0.04.00.00.00 Contratacao por Tempo Determinado	R$ 50.000,00
Sub-Total:	R$ 105.000,00
04.004-FUNDEB 40%	
04.004.12.366.0015.2117.3.1.9.0.04.00.00.00 Contratacao por Tempo Determinado	R$ 3.000,00
04.004.12.361.0015.2027.3.1.9.0.04.00.00.00 Contratacao por Tempo Determinado	R$ 50.000,00
04.004.12.365.0015.2116.3.1.9.0.04.00.00.00 Contratacao por Tempo Determinado	R$ 30.000,00
Sub-Total:	R$ 83.000,00
04.005-Departamento de Cultura	
04.005.13.392.0008.1067.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	R$ 19.000,00
Sub-Total:	R$ 19.000,00
05.002-Fundo Municipal de Saude	
05.002.10.301.0020.2063.3.1.9.0.04.00.00.00 Contratacao por Tempo Determinado	R$ 5.000,00
Sub-Total:	R$ 5.000,00
06.001-Gabinete do Secretario	
06.001.20.608.0022.1018.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 5.000,00
06.001.20.608.0022.1020.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	R$ 5.000,00
06.001.20.608.0022.1020.4.4.9.0.61.00.00.00 Aquisicao de Imoveis	R$ 5.000,00
06.001.20.608.0022.1020.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	R$ 5.000,00
06.001.20.608.0022.1020.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 5.000,00
06.001.20.608.0023.1084.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	R$ 10.000,00
06.001.20.608.0024.2129.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente	R$ 10.000,00
06.001.20.608.0024.2129.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	R$ 20.000,00
06.001.20.608.0024.2129.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	R$ 3.500,00
06.001.20.608.0023.1084.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 10.000,00
06.001.20.608.0023.1084.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	R$ 20.000,00
06.001.20.608.0023.1084.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente	R$ 22.500,00
Sub-Total:	R$ 121.000,00
06.002-Fundo Municipal de Meio Ambiente	
06.002.18.543.0025.1081.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	R$ 50.000,00
Sub-Total:	R$ 50.000,00
08.002-Fundo Municipal de Assistencia Social	
08.002.08.244.0008.1066.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	R$ 19.000,00
08.002.08.244.0017.2038.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	R$ 5.000,00
08.002.08.244.0008.1066.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 1.000,00
08.002.08.244.0017.2038.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente	R$ 5.000,00
08.002.08.244.0017.2038.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	R$ 5.000,00
08.002.08.244.0017.2038.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 5.000,00
Sub-Total:	R$ 40.000,00
Total Parcial Reduzido:	R$ 442.000,00

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itanhanga, 05 de Maio de 2014.

JOAO ANTONIO VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renata Tereza Zini
Código Identificador:586A7D33

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 036 /2014 DATA: 03 DE MARÇO DE 2014

DECRETO SUPLEMENTAR N°36/2014

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor JOAO ANTONIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Itanhanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 332/2013, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art.1 - Fica Aberto na Lei Municipal 332/2013 Orcamento Geral para Exercicio de 2014 um Credito Adicional Suplementar, no valor de R$ 325.000,00 (trezentos e vinte e cinco mil reais) para reforco das seguintes dotações orcamentarias;

03.001-Gabinete do Secretario	
03.001.04.123.0007.2008.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 10.000,00
03.001.04.122.0003.1054.3.3.5.0.41.00.00.00 CONTRIBUICOES	R$ 43.000,00
Sub-Total:	R$ 53.000,00
05.001-Gabinete do Secretario	
05.001.10.301.0019.2059.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	R$ 10.000,00
05.001.10.301.0019.2059.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 20.000,00
Sub-Total:	R$ 30.000,00
05.002-Fundo Municipal de Saude	
05.002.10.301.0019.2060.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	R$ 6.000,00
05.002.10.301.0019.2060.3.3.9.0.36.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 11.000,00
05.002.10.301.0020.2063.3.1.9.0.13.00.00.00 Obrigacoes Patronais	R$ 18.000,00
05.002.10.301.0020.2063.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	R$ 10.000,00
05.002.10.301.0019.2060.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 70.000,00
Sub-Total:	R$ 115.000,00
05.003-Departamento de Agua e Esgoto - DAE	
05.003.17.512.0025.1031.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	R$ 1.000,00
Sub-Total:	R$ 1.000,00
07.001-Gabinete do Secretario	
07.001.04.122.0007.2042.3.3.9.0.36.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 54.000,00
07.001.04.122.0007.2042.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 39.000,00
07.001.04.122.0007.2042.3.3.9.0.91.00.00.00 Sentencas Judiciais	R$ 16.000,00
07.001.04.122.0007.2042.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente	R$ 4.000,00
Sub-Total:	R$ 113.000,00
08.002-Fundo Municipal de Assistencia Social	
08.002.08.244.0027.2071.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	R$ 2.300,00
Sub-Total:	R$ 2.300,00
08.003-Fundo Munic. dos Direitos Crianca e Adolesc	
08.003.08.243.0027.2080.3.3.9.0.36.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 2.500,00
Sub-Total:	R$ 2.500,00
09.001-Gabinete do Secretario	
09.001.26.782.0007.2041.3.3.9.0.36.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 8.200,00
Sub-Total:	R$ 8.200,00
Total Parcial Suplementado:	R$ 325.000,00

Art. 2 - Para dar Cobertura ao Credito Aberto, conforme descrito no artigo anterior serao utilizados os recursos aqueles mencionados no Inciso III do paragrafo 1 do art. 43 da Lei 4.320/1964, oriundos de anulacao parcial ou total das seguintes dotacoes orcamentarias;

03.001-Gabinete do Secretario	
03.001.04.123.0009.1070.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente	R$ 43.000,00
03.001.04.123.0007.2008.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente	R$ 5.000,00
03.001.04.123.0007.2008.3.3.9.0.14.00.00.00 Diarias - Civil	R$ 5.000,00
Sub-Total:	R$ 53.000,00
05.001-Gabinete do Secretario	
05.001.10.301.0019.2059.3.3.9.0.32.00.00.00 Material de Distribuicao Gratuita	R$ 30.000,00
Sub-Total:	R$ 30.000,00
05.002-Fundo Municipal de Saude	
05.002.10.301.0019.2060.3.1.9.0.04.00.00.00 Contratacao por Tempo Determinado	R$ 87.000,00
05.002.10.302.0020.2066.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	R$ 28.000,00
Sub-Total:	R$ 115.000,00
05.003-Departamento de Agua e Esgoto - DAE	
05.003.17.512.0025.1031.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 1.000,00
Sub-Total:	R$ 1.000,00
06.001-Gabinete do Secretario	
06.001.20.606.0023.1083.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	R$ 50.000,00
06.001.20.606.0023.1083.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 50.000,00
06.001.20.606.0023.1083.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	R$ 13.000,00
Sub-Total:	R$ 113.000,00
08.002-Fundo Municipal de Assistencia Social	
08.002.08.244.0027.2071.3.3.9.0.36.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 2.300,00
Sub-Total:	R$ 2.300,00
08.003-Fundo Munic. dos Direitos Crianca e Adolesc	
08.003.08.243.0027.2080.3.1.9.0.13.00.00.00 Obrigacoes Patronais	R$ 2.500,00
Sub-Total:	R$ 2.500,00
09.001-Gabinete do Secretario	
09.001.26.782.0007.2041.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 8.200,00
Sub-Total:	R$ 8.200,00
Total Parcial Reduzido:	R$ 325.000,00

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itanhanga, 03 de Marco de 2014.

JOAO ANTONIO VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renata Tereza Zini
Código Identificador:1A701754

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 081/2014 DATA: 06 DE JUNHO DE 2014

SÚMULA: *Altera portaria 080/2014, a qual nomeia a Comissão Examinadora do Processo Seletivo Público de Itanhangá-MT e dá Outras Providências."*

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOAO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e considerando:

A necessidade da realização do Processo Seletivo Público para o provimento de cargos:

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a portaria 080/2014, a qual nomeia servidores para efetuar procedimentos relacionados com vistas ao PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, para provimento de cargos da Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, quais sejam:

Nome	CPF	Função	Cargo	Matricula
Paulo Henrique Godoy	*407.411.171-34*	Presidente	*Secretário de Administração*	*1149*
Joice Fontana Bach	*037.084.689-37*	Membro	*Auxiliar de Contabilidade*	*1050*
Bruno H. Ascari Felix	*040.765.521-21*	Membro	*Assessor de gabinete*	*1116*

Art. 2º - Para cumprimento do presente deverá ser observado as determinações legais, em especial o Regulamento e as disposições do Edital de Processo Seletivo simplificado nº 001/2014

Art. 3° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° Revogam-se as disposições em contrário.

JOÃO ANTONIO VIEIRA
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES
Secretario Municipal de Administração

Publicado por:
Renata Tereza Zini
Código Identificador:EB0C0D65

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE POSSE DE PROVIMENTO EM CARGO EFETIVO Nº 155/2014

Aos 18(Dezoito) dias do mês de **JUNHO** , do ano 2014 (dois mil e quatorze), às 16hs 55min, na Coordenadoria de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração, compareceu **ARMANDO PINHEIRO DE OLIVEIRA**, brasileiro(a), Solteiro , portador(a) da Cédula de Identidade/CI com RG.SSP/MT n.º **1512722-2**,e do CPF/MF n.º **733.452.291-53**; residente e domiciliado(a) à Rua Kamal Jumblat n.º 1634, Bairro Jardim Liberdade, em Rondonópolis, Estado do Mato Grosso; na presença das duas testemunhas infra-assinadas e identificadas, para TOMAR POSSE no cargo de **AGENTE AMBIENTAL**, nível "**I"**, classe/referência **"A"**, aprovado(a) no Concurso Público de Provas e Títulos da Prefeitura Municipal de Itiquira, tendo sido classificado (a) em 03º lugar , de acordo com o Edital Complementar n.º 026/2013 - 19 de agosto de 2013, homologado pelo Decreto Municipal n° 044/2013, de 19 de agosto de 2013, e convocado(a) de acordo com a Edital de Publicação n.º 015/2014, de 02 de Junho de 2014, todos publicados por afixação nos murais das repartições públicas municipais e de outras repartições do Estado e/ou da União, e em jornal de circulação no Município, na região e no Estado.
Neste ato, o (a) empossado (a) declara expressamente estar ciente sob o Regime de Trabalho ser o Estatutário, conforme Lei Municipal n.º 379/1999, e suas alterações, no que couber, cumpridas as exigências e formalidades legais em vigor, que disciplinam a matéria, exaradas no item 8 do Edital de Reabertura n.º 001/2013- 10 de junho de 2013, e que somente adquirirá a estabilidade no serviço público municipal se for aprovado no estágio probatório durante o período de 36 (trinta e seis) meses, de acordo com as normas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, para ser LOTADO(a) no Cargo/Função **AGENTE AMBIENTAL** LOCALIZADO EM **ITIQUIRA**, de que tem **perfeita ciência e está plenamente de acordo, SUJEITANDO-SE às disposições legais e formais que disciplinam a matéria, em vigor, NÃO PODENDO ALEGAR IGNORÂNCIA em hipótese alguma.**
No ato da posse o (a) Servidor (a) apresentou a Declaração dos Bens e Valores que constituem seu patrimônio e Declaração quanto ao Exercício ou não de outro Cargo, Emprego ou Função Pública; bem como o Laudo de prévia Inspeção Médica Oficial (requerida pelo Município), COMPROMISSANDO-SE a cumprir fielmente seus deveres, e reivindicar seus direitos pelos trâmites processuais cabíveis, de acordo com a legislação pertinente em vigor, quando emendada ou substituída, sempre garantidos ou adquiridos por força das disposições constitucionais e/ou decorrentes.

HUMBERTO BORTOLINI
Prefeito Municipal

ARMANDO PINHEIRO DE OLIVEIRA
Empossado(a) - Assinatura

TESTEMUNHAS

1º
Nome: **Eliane Neubert**
CI/RG: 1694503-4 SSP/MT
CPF/MF: 029.728.061-90

2º
Nome: **Michela Borcheid Melo**
CI/RG: 1044094-1 SSP/MT
CPF/MF: 935.952.201-53

Publicado por:
Maissa Almeida de Jesus
Código Identificador:A5276754

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2014

RESULTADO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2014

A Prefeitura Municipal de Itiquira, sediada na Praça Frei Liberato Keterrer, 311 - Centro, através do Presidente da Comissão de Licitação, senhor Alex Alves da Silva, torna publico para conhecimento dos interessados que na licitação citada objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONTRUÇÃO DE ACADEMIA DA SAÚDE AMPLIADA NO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA-MT.** Do tipo menor preço global, obteve o seguinte resultado: empresa vencedora, **CONSTRU IR CONSTRUTORA LTDA – ME CNPJ: 10.720.593/0001-14,** com o valor total de **R$ 248.741,97 (duzentos e quarenta e oito mil setecentos e quarenta e um reais e noventa e sete centavos).**

Itiquira/MT, 25 de junho de 2014.

ALEX ALVES DA SILVA
Presidente da CPL

Publicado por:
Juliane Presotto
Código Identificador:A4E71067

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 038/2014

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através de Pregoeira nomeada, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, ao **MENOR VALOR POR ÍTEM**, tendo por objeto **"Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos, materiais de consumo e equipamentos de resgate para atendimento e manutenção do Hospital Municipal, Farmácia Básica, PSF's, SAMU e outras unidades da Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara/MT",** nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **16 de julho de 2014 - 08:00 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925.

Jaciara, 25 de junho de 2014.

ANA CLÁUDIA NASCIMENTO SILVA OLIVEIRA
Pregoeira

Publicado por:
Ana Cláudia Nascimento Silva Oliveira
Código Identificador:91306BC9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 039/2014

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através de Pregoeira nomeada, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, ao **MENOR VALOR POR ÍTEM**, tendo por objeto **"Registro de preço para eventual aquisição de materiais utilizados na manutenção e reparos de redes, ramais e cavaletes de água no Município de Jaciara/MT",** nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **21 de julho de 2014 - 08:00 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925.

Jaciara, 25 de junho de 2014.

ANA CLÁUDIA NASCIMENTO SILVA OLIVEIRA
Pregoeira

Publicado por:
Ana Cláudia Nascimento Silva Oliveira
Código Identificador:5F8D1CA4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 040/2014

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através de Pregoeira nomeada, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, ao **MENOR VALOR GLOBAL**, tendo por objeto: **"Registro de preços para execução de obras de reforma da Caixa d'Água da cidade de Jaciara/MT, com Impermeabilização com Chapisco Traco, Vedatop e Vetop Flex",** nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **22 de julho de 2014 – 08:00 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 - 7923.

Jaciara, 25 de junho de 2014.

ANA CLÁUDIA NASCIMENTO SILVA OLIVEIRA
Pregoeira

Publicado por:
Ana Cláudia Nascimento Silva Oliveira
Código Identificador:42D83836

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 041/2014

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através de Pregoeira nomeada, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, ao **MENOR VALOR POR ÍTEM**, tendo por objeto o **"Registro de preços para eventual aquisição de equipamentos permanentes e materiais odontológicos para atendimento e manutenção da área da Saúde Bucal das Unidades de Saúde da Família (PSF's) do Município de Jaciara/MT",** nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **23 de julho de 2014 - 08:00 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925.

Jaciara, 25 de junho de 2014.

ANA CLÁUDIA NASCIMENTO SILVA OLIVEIRA
Pregoeira

Publicado por:
Ana Cláudia Nascimento Silva Oliveira
Código Identificador:1D872FCE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 042/2014

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através de Pregoeira nomeada, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, ao **MENOR VALOR POR ÍTEM**, tendo por objeto **"Registro de preços para eventuais aquisições de Produtos Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza para atendimento às Secretarias e demais Departamentos da Prefeitura Municipal de Jaciara-MT",** nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **24 de julho de 2014 - 08:00 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925.

Jaciara, 25 de junho de 2014.

ANA CLÁUDIA NASCIMENTO SILVA OLIVEIRA
Pregoeira

Publicado por:
Ana Cláudia Nascimento Silva Oliveira
Código Identificador:53C2D53E

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 018/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DO RAMO DA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL PARA CONSTRUÇÃO DO (CRAS) – CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE JANGADA/MT.
VALOR: R$ 275.000,00 (Duzentos e setenta e cinco mil reais).
PRAZO: 06 (SEIS) MESES.

JANGADA/MT, 24 DE JUNHO DE 2014.

Contratado:
E.S.S.BULOW ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO – ME.

Contatante:
VALDECIR KEMER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nicholas da Costa Machado
Código Identificador:37A27733

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 24.772.147/0001-68, localizada na Paço Municipal Júlio Domingos de Campos, s/n.º, Bairro Centro, Jangada – MT JANGADA – MT – CEP. 78.490-000, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possam interessar a abertura de procedimento licitatório, do tipo "Menor Preço Por Lote", na modalidade PREGÃO PRESENCIAL. **OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, MATERIAIS DE CONSUMO, UTENSILIOS DE COZINHA E GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER O MUNICIPIO DE JANGADA/MT,** de acordo com o que determina a Lei Federal nº 10.520/02, bem como nas Leis Complementares 123/2006, subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a ser regida pelos mencionados diplomas legais e pelas cláusulas e condições do edital.
Entrega e abertura dos Envelopes: Até as 09:00 horas, do dia 09 de Julho de 2014 – no endereço acima. Edital Completo: Afixado no endereço acima ou pelo e-mail: licitacaojangada@hotmail.com.

Jangada – MT, 25 de Junho de 2014.

CARLOS KAZUHIKO MITO
Pregoeiro

Publicado por:
Nicholas da Costa Machado
Código Identificador:1ADAB4FC

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA 012/2014

PORTARIA Nº 012/2014 de 02 de Junho de 2014

"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR GILMAR ALVES FERREIRA CÂMARA MUNICIPAL DE JAURU-MT"

WALDIR LUIS GARCIA DE MOURA, Presidente do Legislativo Municipal de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, etc. etc...

RESOLVE:

Art. 1º - Concede FÉRIAS REGULAMENTARES ao Servidor da Câmara Municipal de Jauru-MT, **Gilmar Alves Ferreira**, **Assessor Técnico Legislativo e Jurídico**, conforme requerido, pelo prazo de 30 dias.

Parágrafo Único – As Férias Regulamentares referida no *Caput* deste artigo terá início em 01 de Junho de 2014 e término em 30 de Junho de 2014.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE

Gabinete da Presidência, Jauru-MT, 02 de junho de 2014.

VER. WALDIR LUIS GARCIA DE MOURA
Presidente do Legislativo

Publicado por:
Luciene Mansano
Código Identificador:6EB2E2F2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO À ATA REGISTRO DE PREÇOS

1° TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 007/2014, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICIPIO DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO E A EMPRESA ITAÚ SEGUROS AUTO RESIDENCIA S.A.

Pelo presente Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº. 007/2014, que entre fazem o MUNICIPIO DE JAURU, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de direito público, com sede na Prefeitura Municipal, situada na Rua do Comércio, nº. 480, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº. 15.023.948/0001-30, neste ato representado pela Prefeita a Senhora **Enércia Monteiro dos Santos,** brasileira, Assistente Social, portadora da Cédula de identidade RG nº. 984.045 SSP/MT e do CPF sob o Nº 632.796.901-10, residente e domiciliada na Avenida Padre Nazareno Lanciotti, n° 1259, nesta cidade, e a Empresa ITAÚ SEGUROS AUTO RESIDENCIA S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.816.067/0001-00, com sede na Avenida Eusébio Matos, nº. 1375, Company I, Butantã, da Cidade de São Paulo, neste representado pelo Senhor Paulo Henrique Clemente da Silva, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 15009955 SSP/MT, CPF nº. 984.101.641-91, denominado simplesmente de FORNECEDOR REGISTRADO;

Considerando a aquisição de mais três veículos por parte da Administração Municipal e a prerrogativa concedida a Administração Pública nos termos do § 1º do art. 65 do Estatuto das Licitações e,

Considerando o disposto no inciso IV do § 1º c/c § 2º do art. 57 da Lei 8.666/93, resolvem firmar o presente 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 007/2014, mediante cláusulas e condições especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1 – Constitui objeto do presente instrumento o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços nº. 007/2014, nos termos do art. 65 da Lei 8.666/93, que tem por objeto o Registro de Preços para contratação de empresa especializada em serviços de seguros, para a frota oficial de veículos e seus departamentos.

CLÁUSULA SEGUNDA DO ADITAMENTO

2.1 – Os três veículos adquiridos pela Administração, através do Pregão Presencial nº. 013/2014 e os respectivos preços unitários registrados de cada um encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR REGISTRADO	DISCRIMINAÇÃO DOS VEICULOS	QUANTIDADE	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL
ITAÚ SEGUROS AUTO RESIDENCIA S.A	Fiat/strada Working CE, ano/modelo 2013, Placa NPH 6855	01	1.764,48	1.764,48
ITAÚ SEGUROS AUTO RESIDENCIA S.A	VW/novo gol 1.6 city, ano/modelo 2013/2014, placa OBO 3752	01	1.813,35	1.813,35
ITAÚ SEGUROS AUTO RESIDENCIA S.A	Toyota Hilux Cab Dupla 3.0 16v, ano/modelo 2007/2008, placa NJB 3471	01	3.612,44	3.612,44

CLÁUSULA TERCEIRA DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços nº. 007/2014, que não tenham sido expressamente modificadas por este instrumento, cuja ratificação é feita pelas partes.
E por estarem, assim justas e acordadas, as partes firmam o presente instrumento em 03(três) vias de igual teor e forma, para que produza

os legais e efeitos jurídicos, na presença de 02 (duas) testemunhas que no final também o subscrevem.

Paço Municipal Presidente "Tancredo de Almeida Neves", em Jauru – MT, 23 de Junho de 2014.

ENÉRCIA MONTEIRO DOS SANTOS
Prefeita Municipal

PAULO HENRIQUE CLEMENTE DA SILVA
Itaú Seguros de Auto e Residência S.A

TESTEMUNHAS:

ANDRÉIA CRISTINA DOS SANTOS GOMES
CPF Nº. 152.996.138-65

ANDERSON PAVINI
CPF Nº. 523.323.061-53

Publicado por:
Anderson Pavini
Código Identificador:D4E61897

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 054/2014

DECRETO Nº. 054 DE 04 DE JUNHO DE 2014.

"Regulamenta a realização, no Município de Jauru, da modalidade de licitação denominada Pregão, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, nos termos do disposto no § 1º do art. 2º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e no art. 10 deste decreto".

ENÉRCIA MONTEIRO DOS SANTOS, Prefeita Municipal de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Este regulamento estabelece normas e procedimentos para a aquisição de bens e serviços, mediante licitação na modalidade Pregão, por meio de recursos de tecnologia da informação, denominado Pregão Eletrônico, por intermédio do Sistema Eletrônico de Compras do Município de Jauru, e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.bll.org.br.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Art. 2º O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, pela **internet**, por meio do Sistema Eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL.

§ 1º A utilização dos recursos de tecnologia da informação, denominado Pregão Eletrônico, realizado pela BLL contemplará o uso de recursos de criptografia e de autenticação, que assegurem condições adequadas de segurança em todas as fases do certame.

§ 2º O Pregão Eletrônico será conduzido por servidor do Município de Jauru, denominado Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio.

Art. 3º O pregão eletrônico será sempre precedido de justificativa da necessidade da contratação, definição do objeto, das exigências de habilitação, critério de aceitação das propostas, fixação de prazos para fornecimento e pesquisa de preços de mercado, devendo contar com a indicação de, no mínimo, 3 (três) cotações para definição da compatibilidade dos preços com o mercado.

Art. 4º Serão previamente credenciados no sistema BLL, a autoridade competente do órgão promotor da licitação, o pregoeiro, a equipe de apoio e os fornecedores, previamente cadastrados e aptos a participar do pregão eletrônico.

Art. 5º Inicia-se a fase externa com a convocação dos interessados mediante divulgação do respectivo edital, que observará o disposto no art. 8º deste Decreto.

Art. 6º Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão eletrônico, no campo adequado do sistema.

§ 1º O pregoeiro registrará na BLL, a decisão sobre a impugnação do edital, sendo ouvido, por intermédio da autoridade competente, o setor responsável pela elaboração do edital e Termo de Referência, ou o órgão jurídico, conforme o caso.

§ 2º Acolhida a petição contra o edital, o certame será revogado ou anulado, conforme o caso, o edital modificado e será designada nova data para o procedimento licitatório.

Art. 7º Os interessados em participar das contratações, realizadas por intermédio da Bola de Licitações e Leiloes do Brasil - BLL deverão providenciar o cadastramento, procedendo de acordo com o estabelecido na Instrução Cadastral vigente, expedida pelo Setor de Licitações, juntamente com a Procuradoria Jurídica do Município que se encontra disponível no endereço eletrônico desse sistema, na página Legislação.

Art. 8º As empresas participantes serão responsáveis por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema BLL, assumindo como firmes e verdadeiros seus lances.

Parágrafo único. Caberá, ainda, às empresas participantes acompanhar as operações do sistema BLL durante a sessão publica do pregão eletrônico, ficando responsáveis pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

Art. 9º A apresentação das propostas será feita mediante acesso ao endereço eletrônico do BLL, com a indicação de CPF (**login** do usuário) e a senha no **link** "Acesso ao Sistema", preenchimento dos campos solicitados e posterior entrada ao **link** "Negociação – Pregão Eletrônico".

§ 1º Os licitantes deverão formular sua proposta, preencher corretamente todos os campos apresentados na tela, para cada item cotado, com o valor inicialmente ofertado, até a data estipulada em edital para sua abertura, conforme especificações contidas no instrumento convocatório.

§ 2º Como requisito para a participação no pregão eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema, o pleno conhecimento e atendimento as exigências de habilitação previstas no edital;

§ 3º No caso de contratação de serviços comuns, as planilhas de custos quando previstas no edital deverão ser encaminhadas em formulário eletrônico específico, juntamente com a proposta de preço.

§ 4º As propostas apresentadas serão, automaticamente, criptografadas pelo BLL e assim mantidas em sigilo até o momento estabelecido no edital para a sua abertura.

§ 5º A licitante poderá retirar sua proposta até o encerramento do período destinado à apresentação, devendo, para tanto, assinalar o campo "Cancelar Proposta".

§ 6º A retirada da proposta se efetivará, automaticamente, pelo sistema, podendo o licitante, se ainda houver tempo hábil, apresentar nova proposta.

Art. 10. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário do sistema BLL, cujo relógio é parte integrante da tela.

Art. 11. Poderão ser utilizados recursos de certificação digital, nos termos da legislação em vigor.

Art. 12. O procedimento relativo à sessão pública do pregão eletrônico observará:

I - início da sessão pública, no dia e horário previstos no edital, com a abertura das propostas; divulgação da grade ordenatória dos preços propostos, em ordem crescente de valores; desclassificação e divulgação daquelas cujo objeto não atenda às especificações, demais condições e prazos fixados no edital e seus anexos; e divulgação de nova grade das propostas classificadas, após o desempate, quando for o caso;

II - realização da etapa de lances, na qual os autores das propostas classificadas poderão oferecer lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico;

III - aberta a etapa competitiva, será considerado como primeiro lance a proposta inicial de menor valor apresentada e, em seguida, as licitantes poderão encaminhar lances, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;

IV - as licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos;

V - admissão somente de lances cujos valores forem inferiores ao último ofertado, ou em valores distintos e decrescentes ao último valor apresentado pela própria licitante, observado a redução mínima entre eles, quando estabelecida no edital, prevalecendo o primeiro recebido quando ocorrerem 2 (dois) ou mais lances do mesmo valor;

VI – não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, preservando aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar;

VII – durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real pelo sistema eletrônico.

a) dos lances admitidos, horário de seu registro no sistema e respectivos valores;

b) do tempo restante para o encerramento da etapa fixa de lances;

VIII - a etapa de lances da sessão pública, será encerrada mediante aviso de fechamento iminente de lances, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes, após o que transcorrerá o período randômico, de 0 (zero) segundo até 5 (cinco) minutos, aleatoriamente, determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances;

IX- possibilidade de negociação, pelo pregoeiro com o autor da melhor oferta, mediante troca de mensagens abertas, visando à redução do preço e, a seguir, exame e decisão motivada sobre a aceitabilidade do preço/produto ofertado;

X - realização da etapa de habilitação, após a aceitabilidade do preço/produto ao final obtido, observadas as seguintes diretrizes:

a) a verificação, pelo pregoeiro, quanto à regularidade da documentação exigida no Edital, para o autor da oferta aceita, existentes no Serviço de Cadastro de Fornecedores;

b) caso os dados e informações existentes no Serviço de Cadastro de Fornecedores não atendam aos requisitos e condições estabelecidos no Edital, o pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, mediante consultas efetuadas por meio eletrônico hábil de informações, devendo, posteriormente, ser anexados ao processo da licitação os documentos assim obtidos que não constavam do cadastro do fornecedor;

c) o licitante poderá, ainda, suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, relativas ao cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, mediante a apresentação de novos documentos ou a substituição de documentos anteriormente ofertados, desde que os envie no curso da própria sessão pública do pregão e até a decisão sobre a habilitação, por meio de fac-símile ou outro meio eletrônico;

d) a Administração Pública Municipal não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação a que se refere à alínea "b" deste inciso; na hipótese de ocorrer essa indisponibilidade ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista na alínea "c" deste inciso, o licitante será inabilitado;

e) os originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas, dos documentos enviados nos moldes da alínea "d", deverão ser apresentados no endereço indicado no edital, em até 2 (dois) dias após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação;

f) constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame;

g) por meio de aviso lançado no sistema, o pregoeiro informará aos licitantes que poderão consultar as informações cadastrais do licitante vencedor no endereço eletrônico do BLL, informando, ainda, quando for o caso, o teor dos documentos recebidos por fac-símile ou outro meio eletrônico;

XI - exame da oferta subsequente de menor preço, pelo pregoeiro, se o preço da melhor oferta não for aceitável ou se o licitante detentor dessa oferta não atender às exigências de habilitação, observado o disposto nos incisos XI e XII deste artigo e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável, cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor; e

XII - a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão publica do pregão eletrônico constarão de ata no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

Art. 13. Não tendo ocorrido manifestação motivada, por parte dos licitantes, de sua intenção de interpor recurso, o pregoeiro, a seguir à divulgação do vencedor, deliberará quanto à adjudicação e proporá à autoridade competente a homologação do certame.

Art. 14. Os licitantes, interessados em interpor recurso, deverão manifestar a sua intenção motivada, imediatamente, após a divulgação do vencedor do certame, podendo apresentar, por meio eletrônico, memoriais no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo intimados para apresentar contra-razões, também por meio eletrônico, em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente.

§ 1º A falta de manifestação imediata e motivada dos licitantes de sua intenção de interpor recurso importará à preclusão do direito de recorrer.

§ 2º Todos os procedimentos para interposição de recurso, o encaminhamento de memorial e de eventuais contra-razões pelos demais licitantes, serão realizados, exclusivamente, no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios.

§ 3º Caso haja necessidade de instruir os memoriais ou contra-razões, com outros documentos, estes deverão ser apresentados no endereço da Unidade Compradora, no mesmo prazo estabelecido no **caput**.

§ 4º O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

§ 5º O pregoeiro manifestar-se-á quanto aos recursos e contra-razões apresentados, quando se tratar de procedimento, e encaminhará à Equipe de Apoio, quando o recurso recair sobre detalhes técnicos

sobre o produto/serviço e após encaminhará o processo instruído à decisão da autoridade competente.

§ 6º Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

§ 7º A autoridade competente poderá homologar o certame, revogá-lo ou anulá-lo.

Art. 15. No caso de contratação de serviços comuns, ao final da sessão, o licitante vencedor deverá encaminhar a planilha de custos referida no § 3º do art. 9º deste Regulamento, com os respectivos valores readequados ao valor vencedor**.**

Art. 16. Homologado o certame, o Departamento de compras encaminhará o Aviso de Negociação - AVN, documento no qual são informadas a adjudicação e a homologação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Art. 17. Os atos essenciais do pregão eletrônico serão documentados ou juntados no respectivo processo.

Art. 18. Ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, aquele que:

I - deixar de entregar documentação ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;

II - convocado, dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

IV - não mantiver a proposta, lance ou oferta;

V - ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação; ou

VI - falhar ou fraudar na execução do contrato.

Art. 19. As multas a que se sujeitam os contratados que deixarem de cumprir, no todo ou em parte, as disposições deste Regulamento e do Edital do pregão eletrônico, serão aplicadas em conformidade com o estabelecido no instrumento convocatório.

Parágrafo único. A penalidade prevista no art. 18 deste Regulamento será aplicada, independentemente, das multas estabelecidas no edital, após ter sido garantido o exercício do direito de defesa, e registradas no Cadastro de Fornecedores do Município de Jauru.

Art. 20. O envio da proposta vinculará o seu autor ao cumprimento de todas as condições inerentes ao certame.

Art. 21. Durante todo o período de processamento do pregão eletrônico, qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento no endereço eletrônico da Bola de Licitações e Leilões do Brasil - BLL**.**

Art. 22. Recebido o objeto do contrato, o pagamento será feito no prazo constante do edital, contado a partir da data em que ocorrer a efetiva entrega do bem ou serviço, mediante crédito em conta corrente indicada pelo contratado.

Art. 23. Compete à Secretaria de Administração estabelecer normas e orientações complementares sobre a matéria deste Regulamento, bem como resolver os casos omissos.

Art. 24. Este Regulamento encontra-se disponível no endereço eletrônico www.jauru.mt.gov.br na página, Legislação.

Art. 25. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal "Presidente Tancredo de Almeida Neves", em Jauru-MT, 04 de Junho de 2.014.

ENÉRCIA MONTEIRO DOS SANTOS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Anderson Pavini
Código Identificador:1D698C0D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 022/2014

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.317/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 022/2014 Regido pela Lei nº. 10.520, de 17 de Julho de 2002, Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº. 067 de 01 de Dezembro 2009, Decreto 058 de 03 novembro de 2009, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Objeto: **Registro de Preços para futuro e eventual fornecimento de peças novas originais ou genuínas, mediante apresentação de laudo de certificação de garantia, para manutenção preventiva e corretiva da frota do Município de Jauru, pelo maior desconto pela TABELA TRAZ VALOR.**

SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

DATA: 09/07/2014 HORARIO 08h00m

Local: Paço Municipal Presidente "Tancredo de Almeida Neves" Prefeitura Municipal de Jauru – Situada na Rua do Comercio, 480, Centro – Jauru – MT; CEP 78.255-000.

JOSÉ NILSO DA COSTA
Pregoeiro

Fone: 065 3244 1849 / 1855
Site: www.jauru.mt.gov.br
E-mail: licitacao@jauru.mt.gov.br

Publicado por:
Anderson Pavini
Código Identificador:207BCB61

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
INTIMAÇÃO –DECISÃO FASE DE HABILITAÇÃO – MARCAR SESSÃO DE CONTINUAÇÃO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 00869/2014.
EDITAL DE CONCURSOS DE PROJETOS 001/2014.

OBJETO: Seleção de entidade de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, nos termos da Lei Federal n° 9.790/99, para celebrar TERMO DE PARCERIA para formação de vínculo de cooperação, por meio de Termo de Parceria, visando o fomento e realização de atividades de interesse público no desenvolvimento de programas de governo, através do fornecimento de bens e serviços, realização de atividades, eventos, consultorias, cooperação técnica e assessoria seguindo as diretrizes estabelecidas na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 3.100 de 30 de junho de 1999, e demais condições do edital do concurso de projetos.

Finalidade: **Intimar as empresas: ADESCO – Agência de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro Oeste e IPGP – Instituto de Pesquisa e Gestão de Políticas Públicas, para** que tomem ciência da decisão administrativa referente à fase de Habilitação do Concurso de Projetos nº. 001/2014 e, caso queiram possam **interpor recurso no prazo máximo de 05 dias úteis**, a contar da disponibilização dessa intimação via diário oficial.

Fica designado o dia 02/07/2014, as 08h00min, na sede da Prefeitura Municipal de Jauru/MT,para continuidade do certame com a fase de análise da proposta/projeto técnico e planilha de custos.

DECISÃO ADMINISTRATIVA - FASE DE HABILITAÇÃO.

I – Relatório:

No dia 09/05/2014 fora aberta a sessão do certame / concurso de projetos para contratação de OSCIP, objetivando a formação de vínculo de cooperação para atendimento na área da saúde do município de Jauru/MT.

Participaram da fase de habilitação as empresas: Instituto de Pesquisa e Gestão de Políticas Públicas (IPGP) e Agência de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste (ADESCO).

Abertos os envelopes de documentação das empresas anteriormente mencionadas, a comissão de licitação verificou que a documentação referente ao balanço patrimonial e demonstração de resultados apresentados pela empresa IPGP continha itens zerados, razão pela qual remeteu a documentação para análise do setor contábil do município.

Dada a palavra a representante da empresa ADESCO impugnou os documentos apresentados pela empresa IPGP e apresentou no dia 16/05/2014 as razões de sua impugnação, quais sejam:
A) Os Atestados de capacidade técnica apresentados pela empresa IPGP estão fora do prazo previsto no item 7.7, alínea "b" do edital do certame.
B) O balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis não apresentam registro em cartório.

No dia 30 de Maio a empresa IPGP apresentou contrarrazões recursais sustentando em síntese que a regra editalícia que fixa prazo de validade dos atestados de capacidade técnica é passível de anulação por ter caráter restritivo ao certame. Já em relação à necessidade de registro do balanço contábil em cartório argumenta que o edital do certame não traz tal obrigação e invoca a aplicação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

No que tange aos documentos apresentados pela empresa ADESCO a comissão de licitação não vislumbrou inicialmente qualquer irregularidade.

Todavia, dada a palavra à representante da empresa IPGP, a mesma apresentou impugnação aos documentos de habilitação da empresa ADESCO, protocolando suas razões recursais em 16/05/2014, cujos argumentos consistem em:

A) Preliminar – Questão Prejudicial – Necessidade de chamar o feito a ordem – Diligência da contabilidade pendente de análise.
B) A empresa ADESCO não atendeu exigência do edital da licitação, vez que não apresentou cópia do <u>último</u> balanço patrimonial e demonstrações de resultados, ferindo, portanto, o item 7.4, "a" do edital.

No dia 30 de maio a empresa ADESCO apresentou contrarrazões recursais sustentando em síntese que a preliminar argüida não deve ser acolhida em face do previsto no item 11.2 do edital; Que o item 7.4 "a" do edital não específica o ano do balanço patrimonial a ser apresentado, limitando-se a exibir apenas o último balanço patrimonial que no caso seria o de 2012 e não o de 2013, já que esse só poderia ser exigido a partir de Julho de 2014, conforme art. 5 da Instrução Normativa RFB nº. 787 de 19 de Novembro de 2007.

Ultrapassado o momento das impugnações das empresas, a comissão de licitação entendeu por bem encaminhar os documentos contábeis de ambas as empresas para o setor de contabilidade do município para análise e emissão de parecer.

O ilustre contador municipal, Sr. Clóter Davi, quando da análise dos documentos contábeis atinentes a qualificação econômico-financeira das empresas emitiu relatório conclusivo em resposta aos questionamentos da comissão nos seguintes termos:

"A empresa IPGP apresentou declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica 2013/ano calendário 2012, que é aceito apenas para as micro-empresas e as empresas de pequeno porte, o que não corresponde aos documentos exigidos no item 7.4 "a" do edital, sendo que este item do edital solicita o balanço patrimonial e a demonstração de resultados".

"Em análise aos documentos contábeis apresentados no processo licitatório pela empresa ADESCO ..... Quanto a documentação dos autos é de se verificar o enquadramento das OSCIPS em qual das categorias, vez que a mesma é tida como entidade sem fins lucrativos. Nesse sentido há que se fazer um levantamento quanto a condição de tais instituições (lucro real ou presumido) para que se possa vislumbrar o prazo certo da apresentação do balanço".

Considerando o parecer do setor de contabilidade, e para melhor elucidação dos fatos, a comissão especial de licitação intimou a empresa ADESCO, em 05/06/2014, para que comprovasse documentalmente a qual regime tributário se submete, se de lucro real ou presumido.

No dia 09/06/2014 a empresa ADESCO prestou informações a Comissão de Licitação.

Síntese do necessário.

Passamos, a seguir, as deliberações e julgamento da comissão especial de Licitação.

II – DO JULGAMENTO:

II.I – DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

O edital do concurso de projetos nº. 001/2014 da Prefeitura Municipal de Jauru no item 7.4 (Da Habilitação / Qualificação econômico-financeira) exigiu das empresas participantes do certame a seguinte documentação:

"*7.4.(a). Cópia do último balanço patrimonial e demonstrações de resultados*".

Durante a sessão de abertura dos documentos de habilitação, a comissão de licitação verificou que a empresa IPGP apresentou documento para comprovação da qualificação econômico-financeiro com itens zerados, razão pela qual submeteu os documentos apresentados para análise do setor contábil quanto a sua procedência legal.

Em análise ao documento apresentado pela empresa IPGP, o contador municipal, Sr. Clóter Davi, concluiu que o mesmo não corresponde ao balanço patrimonial e demonstrações de resultados exigidos no item 7.4 do Edital.

Trata-se na verdade de declaração de imposto de renda *declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica 2013/ano calendário 2012, que é aceito apenas para as micro-empresas e as empresas de pequeno porte.*

Compulsando novamente os documentos e diante do parecer emanado pelo setor técnico competente atrelado ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (Art. 41 da Lei nº. 8.666/93), a comissão especial de licitação resolve, nesse quesito, **INABILITAR a empresa IPGP**, uma vez que resta comprovado nos autos que a mesma não apresentou o documento exigido no item 7.4, "a" do edital, qual seja: "*Cópia do último balanço patrimonial e demonstrações de resultados".*

Diante da decisão acima exposta esclarecemos que será oportunizado a empresa IPGP o prazo de 5 dias úteis para que recorra, caso queira da decisão acima exposta, oportunidade em que poderá contrapor os argumentos do parecer emitido pelo Contador Municipal.

Nesse sentido fica também afastado o acolhimento da preliminar de chamamento do feito a ordem, por suposta violação do contraditório e da ampla defesa.

Quanto ao documento de qualificação econômico-financeiro apresentado pela empresa ADESCO, também submetidos à análise do setor de contabilidade do município, a comissão de licitação, após parecer do contador municipal e da prestação de informações da empresa quanto ao regime tributário a que se submete, verificou que de fato o balanço patrimonial e demonstrações de resultados apresentados correspondem ao ***último*** balanço exigível.

O fundamento para conclusão de que o último balanço patrimonial exigível seria o de 2012 e não de 2013 está no art. 5º da Instrução Normativa RFB (Receita Federal do Brasil) nº. 787 de 19 de Novembro de 2007 que estabeleceu que o prazo para transmissão do balanço patrimonial do exercício fiscal anterior é até o último dia do mês de Junho do ano seguinte.

Nesse sentido não poderia a comissão exigir que na data de abertura do envelope de documentação, dia 09/05/2014, a empresa apresentasse o balanço patrimonial e demonstrações de resultados de 2013, já que para a mesma a exigibilidade era quanto ao balanço de 2012, enfim último balanço conforme previsto no item 7.4 do Edital do certame.

II.II – DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA.

O edital do concurso de projetos nº. 001/2014 da Prefeitura Municipal de Jauru no item 7.5 (Qualificação Técnica) exigiu das empresas participantes do certame a seguinte documentação:

7.5. "b" – Apresentação de no mínimo um atestado de Capacidade Técnica.

O item 7.7 do Edital do certame, por vez, ao se referir aos documentos de habilitação trouxe a seguinte previsão:

7.7. "b" – As certidões e os comprovantes solicitados para habilitação deverão estar no prazo de validade neles previstos, e, quando não mencionado, os documentos serão considerados válidos até 60 (sessenta) dias contados da data da sua emissão.

Em sede recursal a empresa ADESCO sustentou que os atestados de capacidade técnica apresentados pela empresa IPGP estão fora do prazo previsto no item 7.7, alínea "b" do edital da licitação.

Em contrapartida a empresa IPGP argumentou, via apresentação de contrarrazões recursais, que a exigência de prazo de validade nos atestados de capacidade técnica fere o caráter competitivo do certame, tratando-se de exigência ilegal/inconstitucional.
Inicialmente cumpre-nos esclarecer que a lei de licitações, ao contemplar a qualificação técnica dos licitantes,traduziu em seu artigo 30 a vontade do legislador de não impedir aparticipação de interessados que possuíssem capacidade e experiênciaanterior de objeto semelhante ao que é licitado.

Reza o artigo 30, inciso II:
"A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:
(...)
II – comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente ecompatível em características, quantidades e prazos com o objeto dalicitação, ...".
Não bastasse a inteligência do dispositivo retro citado, o § 1º do mesmoartigo, traz ainda mais uma regra que traduz a vontade do legislador deampliar o universo de competidores, afastando cláusulas que impeçamou dificultem a participação. Versa o trecho do inciso I, do § 1º:
"... serviço de características semelhantes, ..., vedadas as exigências dequantidades mínimas ou prazos máximos;".
A regra descrita na norma legal vigente permite exigir do licitanteapenas desempenho anterior de objeto similar, vedadas quaisquerexigências que inibam a participação na licitação, nos termos do art. 30,§ 5º, do citado diploma federal:

"§ 5o *É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidãocom limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ouquaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação nalicitação*."
O indigitado dispositivo legal visa instruir o julgamento do administradorpúblico para que evitem a inclusão de critérios que inibam a participaçãoe a competitividade.
No caso em tela, o item 7.7, "b" do edital exigiu como prova de desempenho anterior, aapresentação de atestados validos dentro do prazo neles previstos, ou, em caso de omissão, serão considerados válidos até 60 (sessenta) dias contados da data de sua emissão.
Bem versou o citado § 5º que será vedada a exigência de comprovaçãode atividade "com limitações de tempo ou de época" ou ainda quaisqueroutras não previstas nesta Lei.
Portanto, a exigência do Edital não podeimpor restrição ao prazo em que foi emitido o atestado, muito menosobrigar que o atestado tenha sido emitido em época específica.

OAtestado não possui "prazo de validade"; ele é perene, perpétuo. Aexperiência adquirida pelo licitante não desaparece com o tempo; apartir do momento em que é expedido o atestado, consolidou-se a provainconteste da aptidão técnica do licitante.
Ora, exigir atestado com prazo de emissão específico é transgredirdescaradamente o § 5, do art. 30. Tal exigência (do Edital) restringe acompetição, diminui o universo de competidores e frustra o objetivomaior da licitação - obtenção da proposta mais vantajosa.
Por tal razão a comissão de licitação acolhe os argumentos elencados pela empresa IPGP em sede de razões recursais para declarar ilegal a exigência contida no item 7.7 ,"b", do Edital Licitatório e, desde já, conhecer dos atestados apresentados pela mesma como legítimos e hábeis a comprovar a sua qualificação técnica.

Por fim, em razão de tudo que fora exposto, a decisão da comissão especial de licitação é pela HABILITAÇÃO da empresa ADESCO e pela INABILITAÇÃO da empresa IPGP, vez que a mesma não apresentou o documento exigido no item 7.4 do Edital.

Fica estipulado prazo de 05 dias úteis para interposição de recurso contra a decisão da comissão, a contar do primeiro dia útil após a disponibilização da intimação via diário oficial dos municípios (AMM/MT).
Fica designado o dia 02/07/2014, as 08h da manhã, na sede da Prefeitura Municipal de Jauru, para prosseguimento do certame com a fase de análise da proposta/projeto técnico e planilha de custos; restando, desde já, intimados os representantes das empresas participantes do certame para que compareçam na data e local marcado.

JAURU – MT, 25 de Junho de 2014.

DOUGLAS HENRIQUE DOS SANTOS SILVA
Presidente Comissão Especial de Licitação

Publicado por:
Anderson Pavini
Código Identificador:DE8663DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL/ REGISTRO DE PREÇOS Nº. 021/2014.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 1.316/2014

REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 021/2014 Regido pela Lei nº. 10.520, de 17 de Julho de 2002, Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº. 067 de 01 de Dezembro 2009 e Decreto Municipal nº. 058/2009 de 03 de Novembro 2009, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Objeto: Registro de Preços para Eventual Aquisição de Materiais e Equipamentos para Cursos de Corte e Costura, Manicure e Cabeleireira.

SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

DATA: 08/07/2014 HORARIO 08h00m

Local: Paço Municipal Presidente "Tancredo de Almeida Neves" Prefeitura Municipal de Jauru – Situada na Rua do Comercio, 480, Centro – Jauru – MT; CEP 78.255-000.

JOSÉ NILSO DA COSTA
Pregoeiro

Edital Completo – www.jauru.mt.gov.br
E-mail – licitacao@jauru.mt.gov.br

Publicado por:
Gilmar Junior Ferreira
Código Identificador:1BFCC296

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS 020/2014

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.311/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 020/2014 Regido pela Lei nº. 10.520, de 17 de Julho de 2002, Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº. 067 de 01 de Dezembro 2009, Decreto 058 de 03 novembro de 2009, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Objeto: **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS** constantes na lista de preços máximos para medicamentos de **A até Z,** editada pela revista ABCFARMA para essa região**,** conforme Resolução **CMED Nº 2, de 12 de março de 2014, no artigo 7º da resolução,** destinados ao uso da **Secretaria Municipal de Saúde.**

SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

DATA: 07/07/2014 HORARIO 09h00m

Local: Paço Municipal Presidente "Tancredo de Almeida Neves" Prefeitura Municipal de Jauru – Situada na Rua do Comercio, 480, Centro – Jauru – MT; CEP 78.255-000.

JOSÉ NILSO DA COSTA
Pregoeiro

Fone: 065 3244 1849 / 1855
Site: www.jauru.mt.gov.br
E-mail: licitacao@jauru.mt.gov.br

Publicado por:
Anderson Pavini
Código Identificador:2DB7E30D

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº296/2014.

EDSON MIGUEL PIOVESAN, PREFEITO MUNICIPAL DE JUARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS:
Considerando, os artigos nº 227 e 233, da Lei Complementar 028 de 26 de Dezembro de 2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar: **Mauro Sergio da Silva**, brasileiro, maior, efetivo no cargo de Fiscal Tributário de Obras e Posturas, Matricula nº 288, **Karla Cristina de Moraes,** brasileira, maior, efetiva no cargo de Técnico Administrativo Educacional, Matricula nº 837 e **Andreça Aparecida da Silva**, brasileira, maior, efetiva no cargo Auxiliar Administrativo, Matricula nº 5556, para sob a presidência do primeiro, constituírem **Comissão de Sindicância,** com sede na Rua Niterói, número 81 N, no Município de Juara, Estado de Mato Grosso, incumbido de apurar responsabilidade, conforme Processo SAD nº 6.781/2014.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 23 de Junho de 2014.

ANGELA MARIA ALCANFORAD
Secretária Mun. de Administração

EDSON MIGUEL PIOVESAN
Refeito Municipal

c/cópia: GP
SAD
PUBLICAÇÃO
INTERESSADO

Publicado por:
Norma Jaqueline de Oliveira Lauro
Código Identificador:2DE74BCC

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PRECOS N. 37/2014

PREGÃO PRESENCIAL nº 55/2014
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
Processo Administrativo n. 55/2014

Pregão Presencial Nº 55/2014
VALIDADE: A vigência da Ata de Registro de Preços ora firmada, terá validade por um período de 12 (doze) meses, contada da assinatura, prorrogável por igual período, desde que haja anuência das partes.

Aos 24 dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, reuniram-se a Municipalidade de JUARA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ: **15.072.663/0001-99**, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, na cidade de Juara-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **Edson Miguel Piovesan**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal e Empresário, portador da Cédula de Identidade n.º **949618-1 SSP/PR** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **139.332.219-0O**, residente e domiciliado na Rua Manaus, n. 677-N, na cidade de Juara-MT, e o Pregoeiro e sua Equipe de apoio designada pela Portaria nº 05/2014 de 02 de Janeiro de 2014, que conduziram o **Pregão Presencial nº 55/2014**, nas cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, e a respectiva homologação, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **DIMAQ – CAMPOTRAT CUIABÁ COMERCIAL LTDA**, inscrita com o CNPJ sob o n. 05.220.404/0001-04, localizada à Avenida da Feb nº 1.479 , Bairro da Manga, Cep: 78.115-805, Telefone (65) 3685-1040, email: dimaqcampotractba@dimaqcampotrat.com.br no município de Várzea Grande/MT, neste ato representado pelos seus sócios-proprietários os **Sr(s) Luiz Antonio Boçon**, brasileiro, empresário, portador do RG. 3.159.800-1 SSP/PR e CPF/MF nº 456.700.219-91 e **Sr. (o) Diego Felipe M. Saldanha**, brasileiro, empresário, portador do RG. 1.340.453-9 SSP/MT e CPF/MF n. 016.893.321.74, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis Federais nº 8.666/93, 10.520/2002, Decreto Municipal nº 249/2010 e demais legislações aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços para futura e eventual **Pregão Presencial tem por objeto o** Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa do ramo, acima qualificada, visando o **fornecimento de peças e acessórios da linha mecânica e elétrica genuínos e/ou originais de primeira linha, independente de marca e categoria para manutenção preventiva e corretiva dos veículos operacionais automóveis leves, utilitários, camionete, caminhões, ônibus e máquinas pesadas** da frota municipal, conforme descrição constante no Anexo I - Especificações dos Itens do Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 55/2014.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS

2.1 Como condições de operação imediata e tendo em vista a celeridade nas aquisições do objeto deste Edital, a empresa vencedora deverá dispor no momento da assinatura da Ata de Registro de Preço, de estrutura operacional, logística e de pessoal qualificado para o fornecimento das peças ora requisitadas, uma vez que os veículos a serem atendidos são de uso ininterrupto em diversas atividades administrativas, sendo em muitos casos, ligados a serviços essenciais como saúde, educação e obras.
2.2 O Município poderá optar entre a utilização do sistema TRAZ VALOR, pesquisa de mercado ou outros meios idôneos para realização da verificação do preço de mercado no momento que necessitar adquirir os bens e, sobre o valor aferido deverá ser aplicado o desconto ofertado pelo licitante vencedor.
2.3 No caso de optar pela pesquisa de mercado, serão realizadas pelo próprio fornecedor e/ou administração municipal, através de seu setor de compras, com pelo menos outros 02 (dois) fornecedores, de modo que sempre haja pelo menos 03 (três) cotações, onde confeccionada a média ponderada, deverá ser aplicado o índice de desconto ofertado pela licitante vencedora no lote correspondente.
2.4 As cotações de mercado, quando apresentadas pelo fornecedor, ficarão sujeitas a homologação ou não do setor de compras do Município.
2.4.1. Em caso de homologação o procedimento de compra poderá ter prosseguimento normal.
2.4.2. Não sendo homologadas as cotações o Município poderá exigir novas pesquisas de mercados, com outros fornecedores ou optar por fazê-las diretamente por meio do seu setor de compras.
2.5 Na nota fiscal a ser emitida deverá constar o valor da peças/acessórios registrada na tabela de preços (TRAZ VALOR ou preço de mercado), o percentual de desconto registrado no processo licitatório, o valor do desconto por peças/acessórios e o valor final individualizado para cada peças/acessórios.
2.6 Para efeito do fornecimento de peças e acessórios será realizado desconto linear sobre o valor das peças por marca dos veículos, sendo estas obrigatoriamente **genuínas ou originais** de **primeira linha**.
2.6.1.1. Entende-se por **peça genuína** o produto utilizado com homologação da montadora para a linha de montagem, ou seja, com a chancela estampada no produto e na embalagem da montadora, determinando que este produto tenha sido aprovado pelo controle de qualidade e seja inteiramente novo sem que tenha passado por qualquer processo de reciclagem, recondicionamento ou remanufatura;
2.6.1.2. Entende-se por **peças originais de primeira linha**, para fins do objeto deste edital, todos os componentes fabricados por fornecedores que abastecem as montadoras e também distribuídas diretamente no mercado varejista (autopeças), sendo assim fica determinado que este produto seja inteiramente novo sem que tenha passado por qualquer processo de reciclagem, por recondicionamento ou remanufatura.
2.7. O Município fará a solicitação das peças e acessórios genuínos e/ou originais de primeira linha, conforme a sua necessidade de manutenção da frota.
2.8. Em nenhuma hipótese será solicitada ou aceita peça que não seja classificada como genuínas ou originais de primeira linha, havendo imediata devolução e solicitação de substituição caso não seja cumprida tal exigência.
2.8.1. As despesas com devoluções, substituições, trocas correrão a expensa da empresa obrigado ao fornecimento dos termos deste edital.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1 São obrigações do Órgão Gerenciador, conforme o caso:
3.1.1 Aderir previamente à Ata de registro de preços;
3.1.2 Apresentar, sempre que necessário, a relação das peças a serem fornecidas com os quantitativos e as descrições que permitam sua correta identificação, inclusive quanto ao veículo a ser atendido, estimando o valor do fornecimento com base no preço registrado pela licitante, consistente no maior desconto;
3.1.3 Descrever a marca e a categoria dos veículos a serem atendidos em cada fornecimento;
3.1.4 Analisar os orçamentos expedidos pelo fornecedor e autorizar ou não o fornecimento;
3.1.5 Indicar a necessidade de troca ou substituição de peças, informando a motivação;
3.1.6 Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas no edital do certame correspondendente;
3.1.7 Promover a fiscalização da execução do objeto desta licitação;
3.1.8. Exigir da contratada a comprovação de regularidade fiscal no que tange o recolhimento de INSS e FGTS.
3.1.9 Prestar informações pertinentes sempre que solicitado pela contratada a respeito dos fornecimentos a serem efetuados;
3.1.10 Efetuar o pagamento conforme estabelecido neste edital.
3.1.11 Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.
Parágrafo único - Esta Ata não obriga a Administração Municipal a firmar contratações com os fornecedores cujos descontos tenham sido registrados, podendo ocorrer licitações específicas, para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro, em igualdade de condições.
3.2. Efetuar a contratação, se assim for necessário, sendo que o contrato poderá ser formalizado a qualquer tempo durante o prazo vigente da Ata de Registro de Preços sobre o saldo remanescente do item, por prazo a ser determinado pela Administração, conforme a minuta anexa ao Edital.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

4.1 - Constituem obrigações da CONTRATADA:
4.1.1. Praticar todos os preços dispostos na sua proposta, consistente no maior desconto;
4.1.2. Cumprir com a entrega das peças, sempre que solicitado, dentro do prazo máximo de **03 (três) dias,** contados da emissão da Ordem de Fornecimento ou Autorização;
4.1.3. Sempre que solicitada a entrega, promover os orçamentos através do sistema **TRAZ VALOR OU PESQUISA DE MERCADO** para realização da aquisição e atribuição do percentual de desconto ofertado.
4.1.3.1. No caso de optar pela pesquisa de mercado, realizar as cotações de mercado, com pelo menos outros 02 (dois) fornecedores, de modo que sempre haja pelo menos 03 (três) cotações, onde confeccionada a média ponderada, deverá ser aplicado o índice de desconto ofertado pela licitante vencedora no lote correspondente.
4.1.3.2. As cotações de mercado, quando apresentadas, ficarão sujeitas a homologação ou não do setor de compras do Município.
4.1.3.3. Na nota fiscal a ser emitida deverá constar o valor da peças/acessórios registrada na tabela de preços (**TRAZ VALOR OU PREÇO DE MERCADO**), o percentual de desconto registrado no processo licitatório, o valor do desconto por peças/acessórios e o valor final individualizado para cada peças/acessórios
4.1.4. Estar sediada em local que possibilite o cumprimento dos prazos desta licitação;
4.1.5. Entregar as peças com a qualidade exigida, nas condições fixadas.
4.1.6. Cumprir os prazos estipulados neste edital;
4.1.7. Aceitar devolução de peças que foram entregues em desacordo com a solicitação, com defeito, que não sejam **genuínas ou originais de primeira linha**, ou que apresentem quaisquer características diferentes das exigidas;

4.1.8. Trocar as peças que apresentarem defeito, mesmo após a sua instalação;
4.1.9. Arcar com todos os custos de devolução e reentrega quando as peças entregues forem incompatíveis com as requeridas, desde que a isto tenha dado causa;
4.1.10. Substituir peças na forma estabelecida nos itens anteriores num prazo máximo **vinte e quatro (24) horas**;
4.1.11. Manter pessoal capaz de atender ao objeto da presente licitação, sem interrupção, seja por motivo de férias, licença, falta ao serviço, demissão de empregados ou por qualquer outra razão;
4.1.12. Designar um ou mais de seus funcionários para encarregar-se do atendimento exclusivo desta Municipalidade sempre que necessário, inclusive, informando todos os seus códigos de comunicação;
4.1.13. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração seja qual for, desde que praticada por seus funcionários, quando da execução do objeto deste certame;
4.1.14. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, durante a execução do objeto do certame, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento realizado pelo **CONTRATANTE**;
4.1.15. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo **CONTRATANTE,** bem como, comunicar, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente;
4.1.16. Fornecer todos os dados necessários à EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO para o controle e fiscalização do cumprimento do presente **CONTRATO**;
4.1.17. Dispor de catálogos ou listas de fornecedores que demonstrem as tabelas de preços, visando a oferta do desconto ofertado.
4.1.18. Comunicar imediatamente ao Município qualquer alteração ocorrida na empresa, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
4.1.19. Adequar-se a qualquer alteração procedimental pertinente à prestação dos serviços, efetuadas pela Administração Pública durante a vigência do presente contrato, sob pena de rescisão.
4.1.20. **SUPRIMIDO**;
4.1.21. Manter durante toda a vigência da ata todas as condições de habilitação prevista neste edital;

5. CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A vigência da Ata de Registro de Preços ora firmada, terá validade por um período de **12 (doze) meses**, contada da assinatura, prorrogável por igual período, por até idêntico período, desde que haja anuência das partes.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá à Secretaria de Administração, através de seu Fiscal de Contrato, competindo-lhe:
a) efetuar controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos fornecidos e das especificações do material registrado;
b) monitorar, pelo menos trimestralmente, os preços do material, de forma a avaliar o mercado, podendo rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;
c) notificar o fornecedor registrado, via fax ou telefone, para retirada da nota de empenho;
d) observar, durante a vigência da presente ata, que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos;
e) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
f) coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente Ata, bem como comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas.
6.2. As pesquisas de mercado, atendendo à conveniência e ao interesse público, poderão ser realizadas por entidades especializadas, preferencialmente integrantes da Administração Pública, assim como ser utilizadas pesquisas efetuadas por órgãos públicos.
6.3. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Juara não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

7. CLAUSULA SÉTIMA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por lote conforme segue:.

MAQUINAS PESADAS

LOTE 65: KOMATSU – MAQUINAS PESADAS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 26 (%)	

LOTE 66: KOMATSU – MAQUINAS PESADAS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA TRAZ VALOR – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 14,5 (%)	

LOTE 69: CASE – MAQUINAS PESADAS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 25,5 (%)	

LOTE 70: CASE – MAQUINAS PESADAS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA TRAZ VALOR – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 14 (%)	

LOTE 97: HWD – MAQUINAS PESADAS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 26,5 (%)	

LOTE 98: HWD – MAQUINAS PESADAS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA TRAZ VALOR – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 15 (%)	

7.2. O valor de cada peça ou acessório a ser fornecida tem como base de preços o sistema (**TRAZ VALOR OU PREÇO DE MERCADO**), peças genuínas ou originais, onde será aplicado o percentual de desconto indicado acima, conforme licitado no PREGÃO PRESENCIAL nº 55/2014.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados na presente Ata de Registro de Preços poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

I) Por iniciativa da Administração:
a) quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa da nota de empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;
b) se os preços registrados estiverem superiores aos praticados no mercado.

II) Por iniciativa do fornecedor:
a) mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços;
b) quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV, XV e XVI, da Lei nº 8.666/93.

8.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.
8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado de MATO GROSSO, considerando-se cancelado o preço registrado.
8.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Administração Municipal, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.
8.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor relativas ao respectivo registro.
8.6 - Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, a Administração Municipal poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9. CLAUSULA NONA - DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E REBEBIMENTO

9.1.- **O prazo de fornecimento não será superior a 24 (vinte e quatro) horas após a emissão da Ordem de Fornecimento.**
9.2. Nos casos em que o prazo acima não seja suficiente para entrega do objeto, a empresa contratada deverá formalizar por meio de justificativa a necessidade de maior prazo, bem como estipular qual seria o prazo adequado e o porquê.
9.3. As peças solicitadas, como acima estipulado, deveram ser entregues nos locais indicados na Ordem de Fornecimento ou Autorização, no período compreendido entre 7:30 as 17:00 horas, de segunda-feira a sexta-feira.
9.4. **Todos os custos de entrega do e possíveis devoluções, tais como fretes, embalagens, taxas, etc, correrão por conta exclusiva do fornecedor.**
9.5. A empresa somente poderá efetuar a entrega de qualquer peça ou acessórios mediante o recebimento da Autorização de Fornecimento e nas quantidades constantes nesta.
9.6. As Notas Fiscais deverão ser emitidas conforme Autorização de Fornecimento, onde serão separados previamente a qual dotação é pertencente.
9.7. As peças adquiridos através deste Pregão deverão ser entregues na quantidade e especificação solicitada pelo departamento competente, no local indicado em cada lote individualizado, que ocorrerá com acompanhamento do Servidor Responsável pelo recebimento em horário normal de expediente.
9.8. O recebimento provisório dar-se-á por responsável indicado pelo Órgão, após a verificação da conformidade da peças entregues com as solicitadas;
9.9. O recebimento definitivo dar-se-á após a utilização das peças e a verificação da sua conformidade com o fim a que se destina.
9.10. Em qualquer caso, os recebimentos seguirão a sistemática prevista no art. 73, II, alíneas "a" e "b" da Lei Federal nº 8.666/93.
9.11.- **As peças ou acessórios entregues e que não satisfaçam as especificações – genuínas ou originais de primeira linha – serão imediatamente devolvidas e substituídas por peças que preencham as condições de qualidade exigida, sendo que todos os custos envolvidos nas operações de trocas ou substituições correrão a expensa da empresa responsável pelo fornecimento.**
9.12. **Serão ainda substituídas as peças ou acessórios que, ainda que recebida em caráter provisório ou definitivo apresentarem defeitos de fabricação que comprometa a sua durabilidade normal ou provoque mau funcionamento nos equipamentos em que foram colocadas.**
9.12.1. **Neste caso o fornecedor não só será responsável por todos os custos envolvidos, como também estará sujeito à reparação de todos os danos provocados ao Município, especialmente se houve defeitos no equipamento derivados do mau funcionamento das peças substituídas.**

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado conforme os pedidos à licitante que deverá apresentar juntamente com as peças as notas fiscais correspondentes ao fornecimento, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento, autorizadas pela Secretaria solicitante.
10.2. Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplência com a Seguridade Social (CND); com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo SIMPLES, deverá apresentar, também, cópia do "Termo de Opção" pelo recolhimento de imposto naquela modalidade.
10.3. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado através de Ordem Bancária, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração.
10.4. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à empresa vencedora para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata esta cláusula começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura, sem imperfeições.
10.5. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - READEQUAÇÃO DE VALORES

11.1. Os descontos registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
11.2. Considera-se incluso no preço das peças e serviços para fins de desconto todas as despesas e custos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.
11.3. O Preço registrado é o constante na tabela de preços oficiais de peças genuínas ou originais de primeira linha fornecidas pelas montadoras.
11.4. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada peça a ser fornecida tendo como base de preços a tabela oficial de peças genuínas ou originais de primeira linha fornecidas pelas montadoras dos veículos.
11.5. Independente de variação, será aplicado o percentual de desconto oferecido sobre o valor vigente no dia do pedido de cada peça.
11.6. Quando da alteração ou atualização da tabela fornecida pelas montadoras, automaticamente fica registrado o novo valor individual de cada peça.
11.7. O Município poderá revisar os preços praticados nesta Ata, ou na tabela de preços de peças genuínas ou originais de primeira linha fornecidas pelas montadoras dos veículos, a qualquer tempo.
11.8. O Município deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.
11.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES

12.1.Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e autárquica do Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição a licitante que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, ainda, sujeitará a proponente às penalidades e sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações pelo não cumprimento de quaisquer das exigências contidas na legislação em vigor.
12.2.MULTA no percentual diário de 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre 30% (trinta por cento) do VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO, pelo atraso

injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo o respectivo valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a CONTRATADA, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;
21.2.**MULTA COMPENSATÓRIA**: pela inexecução total ou parcial do contrato, no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre o total estimado para contração, podendo ser abatida do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;
21.3. - **SUSPENSÃO:** temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
21.4. A multa de que tratam os itens anteriores, somente poderão ser relevadas, quando os fatos geradores da penalidade decorram de casos fortuitos ou de força maior, que independam da vontade da proponente e quando aceitos, justifiquem o atraso.
21.5.Antes da aplicação das sanções de que tratam os itens anteriores, será expedida uma notificação para que o fornecedor apresente justificativa, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data do recebimento da mesma, visando assegurar o direito à ampla defesa, disposto no artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal.
21.6. As sanções de que tratam os itens anteriores poderão ser aplicadas nos casos de descumprimento de prazo, sendo que serão registradas nos sistemas mantidos pela administração Municipal.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

13.1 A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas.
13.2 A rescisão pela **Administração** poderá ocorrer quando:
13.2.1 a detentora não cumprir as obrigações constantes da ata;
13.2.2 a detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;
13.2.3 a detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;
13.2.4 em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;
13.2.5 os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar a redução;
13.2.6 por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;
13.2.7 sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação.
13.3 A comunicação da rescisão, nos casos previstos no subitem 13.2, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado por **02 (duas) vezes consecutivas,** considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação.
13.4 A rescisão pela **detentora** poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata.
13.4.1 A solicitação da detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de **30 (trinta) dias,** facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas cabíveis, caso não sejam aceitas as razões do pedido.
13.4.2 A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada.
13.5 A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto neste edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata.
13.6 Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1 - As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta do orçamento para o exercício de 2014 e 2012, nas as seguintes secretarias:

ÓRGÃO
SECRETARIAS:
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – AMBULATORIAL (PAM)
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – HOSPITAL MUNICIPAL ELIDIA MASCHITTO SANTILLO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – VIGILÂNCIA SANITÁRIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – PSF PARANORTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – VIGILÂNCIA AMBIENTAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – PSF ÁGUAS CLARAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – CTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – CAPS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – FISIOTERAPIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – BOLSA FAMILIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CONSELHO TUTELAR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – LAR DOS IDOSOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – ASSISTÊNCIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE PATRIMÔNIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – TRANSPORTE ESCOLAR
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO – URBANISMO
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO – DIMUTRAN
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO – POLICIA MILITAR
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO - ENGENHARIA

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICIDADE

16.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado na impresa Oficial do Estado de MATO GROSSO, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

17. CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de JUARA Estado de MATO GROSSO, para dirimir questões oriundas deste Contrato, com renuncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Juara MT, em 24 de junho de 2014.

EDSON MIGUEL PIOVESAN
Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO BOÇON
RG. 3.159.800-1 SSP/PR
CPF/MF nº 456.700.219-91
Sócio-Proprietário

DIEGO FELIPE M. SALDANHA
RG. 1.340.453-9 SSP/MT
CPF/MF n. 016.893.321.74
Sócio-Proprietário

Assessor Jurídico
LEONARDO FERNANDES MACIEL ESTEVES
OAB-MT N° 14143

TESTEMUNHAS:

Flávia Cavichioli da Silva
Fiscal de Contratos
Portaria GP 034/2014

José Roberto Pereira Alves
Pregoeiro Oficial
Portaria GP 250/2010

Portaria GP 05/2014

Publicado por:
Jose Roberto Pereira Alves
Código Identificador:F86507BE

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PRECOS N. 37-A/2014

PREGÃO PRESENCIAL nº 55/2014
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
Processo Administrativo n. 55/2014

Pregão Presencial Nº 55/2014
VALIDADE: A vigência da Ata de Registro de Preços ora firmada, terá validade por um período de 12 (doze) meses, contada da assinatura, prorrogável por igual período, desde que haja anuência das partes.

Aos 24 dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, reuniram-se a Municipalidade de JUARA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ: **15.072.663/0001-99**, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, na cidade de Juara-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **Edson Miguel Piovesan**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal e Empresário, portador da Cédula de Identidade n.º **949618-1 SSP/PR** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **139.332.219-0O**, residente e domiciliado na Rua Manaus, n. 677-N, na cidade de Juara-MT, e o Pregoeiro e sua Equipe de apoio designada pela Portaria nº 05/2014 de 02 de Janeiro de 2014, que conduziram o **Pregão Presencial nº 55/2014**, nas cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, e a respectiva homologação, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **M. de Quadros & Cia Ltda – Epp**, inscrita com o CNPJ sob o nº 08.753.681/0001-70, localizada à Avenida Ayrton Senna, 117-S, Bairro Centro, Cep: 78.575-000, no município de Juara/MT, Telefone (66) 3556-3846, email: parauto1@gmail.com neste ato representada por seu procurado o Sr. Augusto César Guimarães, , brasileiro, empresário, portador do RG: 4.835.738 – MG e CPF: 673.648.616-53, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis Federais nº 8.666/93, 10.520/2002, Decreto Municipal nº 249/2010 e demais legislações aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços para futura e eventual **Pregão Presencial tem por objeto o** Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa do ramo, acima qualificada, visando o **fornecimento de peças e acessórios da linha mecânica e elétrica genuínos e/ou originais de primeira linha, independente de marca e categoria para manutenção preventiva e corretiva dos veículos operacionais automóveis leves, utilitários, camionete, caminhões, ônibus e máquinas pesadas** da frota municipal, conforme descrição constante no Anexo I - Especificações dos Itens do Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 55/2014.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS

2.1 Como condições de operação imediata e tendo em vista a celeridade nas aquisições do objeto deste Edital, a empresa vencedora deverá dispor no momento da assinatura da Ata de Registro de Preço, de estrutura operacional, logística e de pessoal qualificado para o fornecimento das peças ora requisitadas, uma vez que os veículos a serem atendidos são de uso ininterrupto em diversas atividades administrativas, sendo em muitos casos, ligados a serviços essenciais como saúde, educação e obras.
2.2 O Município poderá optar entre a utilização do sistema TRAZ VALOR, pesquisa de mercado ou outros meios idôneos para realização da verificação do preço de mercado no momento que necessitar adquirir os bens e, sobre o valor aferido deverá ser aplicado o desconto ofertado pelo licitante vencedor.
2.3 No caso de optar pela pesquisa de mercado, serão realizadas pelo próprio fornecedor e/ou administração municipal, através de seu setor de compras, com pelo menos outros 02 (dois) fornecedores, de modo que sempre haja pelo menos 03 (três) cotações, onde confeccionada a média ponderada, deverá ser aplicado o índice de desconto ofertado pela licitante vencedora no lote correspondente.
2.4 As cotações de mercado, quando apresentadas pelo fornecedor, ficarão sujeitas a homologação ou não do setor de compras do Município.
2.4.1. Em caso de homologação o procedimento de compra poderá ter prosseguimento normal.
2.4.2. Não sendo homologadas as cotações o Município poderá exigir novas pesquisas de mercados, com outros fornecedores ou optar por fazê-las diretamente por meio do seu setor de compras.
2.5 Na nota fiscal a ser emitida deverá constar o valor da peças/acessórios registrada na tabela de preços (TRAZ VALOR ou preço de mercado), o percentual de desconto registrado no processo licitatório, o valor do desconto por peças/acessórios e o valor final individualizado para cada peças/acessórios.
2.6 Para efeito do fornecimento de peças e acessórios será realizado desconto linear sobre o valor das peças por marca dos veículos, sendo estas obrigatoriamente **genuínas ou originais** de **primeira linha**.
2.6.1.1. Entende-se por **peça genuína** o produto utilizado com homologação da montadora para a linha de montagem, ou seja, com a chancela estampada no produto e na embalagem da montadora, determinando que este produto tenha sido aprovado pelo controle de qualidade e seja inteiramente novo sem que tenha passado por qualquer processo de reciclagem, recondicionamento ou remanufatura;
2.6.1.2. Entende-se por **peças originais de primeira linha**, para fins do objeto deste edital, todos os componentes fabricados por fornecedores que abastecem as montadoras e também distribuídas diretamente no mercado varejista (autopeças), sendo assim fica determinado que este produto seja inteiramente novo sem que tenha passado por qualquer processo de reciclagem, por recondicionamento ou remanufatura.
2.7. O Município fará a solicitação das peças e acessórios genuínos e/ou originais de primeira linha, conforme a sua necessidade de manutenção da frota.
2.8. Em nenhuma hipótese será solicitada ou aceita peça que não seja classificada como genuínas ou originais de primeira linha, havendo imediata devolução e solicitação de substituição caso não seja cumprida tal exigência.
2.8.1. As despesas com devoluções, substituições, trocas correrão a expensa da empresa obrigado ao fornecimento dos termos deste edital.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1 São obrigações do Órgão Gerenciador, conforme o caso:
3.1.1 Aderir previamente à Ata de registro de preços;
3.1.2 Apresentar, sempre que necessário, a relação das peças a serem fornecidas com os quantitativos e as descrições que permitam sua correta identificação, inclusive quanto ao veículo a ser atendido, estimando o valor do fornecimento com base no preço registrado pela licitante, consistente no maior desconto;
3.1.3 Descrever a marca e a categoria dos veículos a serem atendidos em cada fornecimento;
3.1.4 Analisar os orçamentos expedidos pelo fornecedor e autorizar ou não o fornecimento;

3.1.5 Indicar a necessidade de troca ou substituição de peças, informando a motivação;
3.1.6 Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas no edital do certame correspondendente;
3.1.7 Promover a fiscalização da execução do objeto desta licitação;
3.1.8. Exigir da contratada a comprovação de regularidade fiscal no que tange o recolhimento de INSS e FGTS.
3.1.9 Prestar informações pertinentes sempre que solicitado pela contratada a respeito dos fornecimentos a serem efetuados;
3.1.10 Efetuar o pagamento conforme estabelecido neste edital.
3.1.11 Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.
Parágrafo único - Esta Ata não obriga a Administração Municipal a firmar contratações com os fornecedores cujos descontos tenham sido registrados, podendo ocorrer licitações específicas, para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro, em igualdade de condições.
3.2. Efetuar a contratação, se assim for necessário, sendo que o contrato poderá ser formalizado a qualquer tempo durante o prazo vigente da Ata de Registro de Preços sobre o saldo remanescente do item, por prazo a ser determinado pela Administração, conforme a minuta anexa ao Edital.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

4.1 - Constituem obrigações da CONTRATADA:
4.1.1. Praticar todos os preços dispostos na sua proposta, consistente no maior desconto;
4.1.2. Cumprir com a entrega das peças, sempre que solicitado, dentro do prazo máximo de **03 (três) dias,** contados da emissão da Ordem de Fornecimento ou Autorização;
4.1.3. Sempre que solicitada a entrega, promover os orçamentos através do sistema **TRAZ VALOR OU PESQUISA DE MERCADO** para realização da aquisição e atribuição do percentual de desconto ofertado.
4.1.3.1. No caso de optar pela pesquisa de mercado, realizar as cotações de mercado, com pelo menos outros 02 (dois) fornecedores, de modo que sempre haja pelo menos 03 (três) cotações, onde confeccionada a média ponderada, deverá ser aplicado o índice de desconto ofertado pela licitante vencedora no lote correspondente.
4.1.3.2. As cotações de mercado, quando apresentadas, ficarão sujeitas a homologação ou não do setor de compras do Município.
4.1.3.3. Na nota fiscal a ser emitida deverá constar o valor da peças/acessórios registrada na tabela de preços (**TRAZ VALOR OU PREÇO DE MERCADO**), o percentual de desconto registrado no processo licitatório, o valor do desconto por peças/acessórios e o valor final individualizado para cada peças/acessórios
4.1.4. Estar sediada em local que possibilite o cumprimento dos prazos desta licitação;
4.1.5. Entregar as peças com a qualidade exigida, nas condições fixadas.
4.1.6. Cumprir os prazos estipulados neste edital;
4.1.7. Aceitar devolução de peças que foram entregues em desacordo com a solicitação, com defeito, que não sejam **genuínas ou originais de primeira linha**, ou que apresentem quaisquer características diferentes das exigidas;
4.1.8. Trocar as peças que apresentarem defeito, mesmo após a sua instalação;
4.1.9. Arcar com todos os custos de devolução e reentrega quando as peças entregues forem incompatíveis com as requeridas, desde que a isto tenha dado causa;
4.1.10. Substituir peças na forma estabelecida nos itens anteriores num prazo máximo **vinte e quatro (24) horas**;
4.1.11. Manter pessoal capaz de atender ao objeto da presente licitação, sem interrupção, seja por motivo de férias, licença, falta ao serviço, demissão de empregados ou por qualquer outra razão;
4.1.12. Designar um ou mais de seus funcionários para encarregar-se do atendimento exclusivo desta Municipalidade sempre que necessário, inclusive, informando todos os seus códigos de comunicação;
4.1.13. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração seja qual for, desde que praticada por seus funcionários, quando da execução do objeto deste certame;
4.1.14. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, durante a execução do objeto do certame, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento realizado pelo **CONTRATANTE**;
4.1.15. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo **CONTRATANTE,** bem como, comunicar, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente;
4.1.16. Fornecer todos os dados necessários à EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO para o controle e fiscalização do cumprimento do presente **CONTRATO**;
4.1.17. Dispor de catálogos ou listas de fornecedores que demonstrem as tabelas de preços, visando a oferta do desconto ofertado.
4.1.18. Comunicar imediatamente ao Município qualquer alteração ocorrida na empresa, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
4.1.19. Adequar-se a qualquer alteração procedimental pertinente à prestação dos serviços, efetuadas pela Administração Pública durante a vigência do presente contrato, sob pena de rescisão.
4.1.20. **SUPRIMIDO**;
4.1.21. Manter durante toda a vigência da ata todas as condições de habilitação prevista neste edital;

5. CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A vigência da Ata de Registro de Preços ora firmada, terá validade por um período de **12 (doze) meses**, contada da assinatura, prorrogável por igual período, por até idêntico período, desde que haja anuência das partes.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá à Secretaria de Administração, através de seu Fiscal de Contrato, competindo-lhe:
a) efetuar controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos fornecidos e das especificações do material registrado;
b) monitorar, pelo menos trimestralmente, os preços do material, de forma a avaliar o mercado, podendo rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;
c) notificar o fornecedor registrado, via fax ou telefone, para retirada da nota de empenho;
d) observar, durante a vigência da presente ata, que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos;
e) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
f) coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente Ata, bem como comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas.
6.2. As pesquisas de mercado, atendendo à conveniência e ao interesse público, poderão ser realizadas por entidades especializadas, preferencialmente integrantes da Administração Pública, assim como ser utilizadas pesquisas efetuadas por órgãos públicos.
6.3. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Juara não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

7. CLAUSULA SÉTIMA - DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por lote conforme segue:.

LOTE 01: MARCA FIAT – AUTOMÓVEIS LEVES E CAMIONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA TRAZ VALOR – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 16 (%)	

LOTE 02: MARCA FIAT – AUTOMÓVEIS LEVES E CAMIONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 20 (%)	

LOTE 03: MARCA FIAT – AUTOMÓVEIS LEVES E CAMIONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA TRAZ VALOR – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 17 (%)	

LOTE 05: MARCA IVECO – AUTOMÓVEIS LEVES E CAMIONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA TRAZ VALOR – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 15 (%)	

LOTE 06: MARCA IVECO – AUTOMÓVEIS LEVES E CAMIONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 27 (%)	

LOTE 09: MARCA IVECO – MICROONIBUS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA TRAZ VALOR – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 17 (%)	

LOTE 10: MARCA IVECO – MICROONIBUS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 31 (%)	

LOTE 13: MARCA DUCATO – AUTOMOVEIS LEVES E CAMIONHENETE.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA TRAZ VALOR – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 14 (%)	

LOTE 14: MARCA DUCATO – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 26 (%)	

LOTE 15: MARCA DUCATO – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA TRAZ VALOR – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 8 (%)	

LOTE 18: MARCA CHEVROLET – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 27,5 (%)	

LOTE 20: MARCA CHEVROLET – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 28 (%)	

LOTE 21: MARCA VOLKSWAGEM – AUTOMOVEIS LEVES E CAMIONHENETE.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA TRAZ VALOR – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 15 (%)	

LOTE 22: MARCA VOLKSWAGEM – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 27,5 (%)	

LOTE 23: MARCA VOLKSWAGEM – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA TRAZ VALOR – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 13,5 (%)	

LOTE 37: MARCA MERCEDEZ BENZ – ONIBUS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA TRAZ VALOR – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 14 (%)	

LOTE 45: MARCA MITSUBISHI – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA TRAZ VALOR – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 11,5 (%)	

LOTE 46: MARCA MITSUBISHI – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 25 (%)	

LOTE 49: MARCA FORD – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA TRAZ VALOR – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 11,5 (%)	

LOTE 50: MARCA FORD – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 25 (%)	

LOTE 53: MARCA FORD – CAMINHAO.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA TRAZ VALOR – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 14 (%)	

LOTE 54: MARCA FORD – CAMINHAO.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 25 (%)	

LOTE 57: MARCA TOYOTA – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA TRAZ VALOR – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 12 (%)	

LOTE 58: MARCA TOYOTA – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 25,5 (%)	

LOTE 76: FORD – MAQUINAS PESADAS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA TRAZ VALOR – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 8 (%)	

LOTE 99: HWD – MAQUINAS PESADAS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 24,5 (%)	

LOTE 100: HWD – MAQUINAS PESADAS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA TRAZ VALOR – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 14,5 (%)	

7.2. O valor de cada peça ou acessório a ser fornecida tem como base de preços o sistema (**TRAZ VALOR OU PREÇO DE MERCADO**), peças genuínas ou originais, onde será aplicado o

percentual de desconto indicado acima, conforme licitado no PREGÃO PRESENCIAL nº 55/2014.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados na presente Ata de Registro de Preços poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

I) Por iniciativa da Administração:
a) quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa da nota de empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;
b) se os preços registrados estiverem superiores aos praticados no mercado.

II) Por iniciativa do fornecedor:
a) mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços;
b) quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV, XV e XVI, da Lei nº 8.666/93.
8.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.
8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado de MATO GROSSO, considerando-se cancelado o preço registrado.
8.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Administração Municipal, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.
8.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor relativas ao respectivo registro.
8.6 - Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, a Administração Municipal poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9. CLAUSULA NONA - DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E REBEBIMENTO

9.1.- **O prazo de fornecimento não será superior a 24 (vinte e quatro) horas após a emissão da Ordem de Fornecimento.**
9.2. Nos casos em que o prazo acima não seja suficiente para entrega do objeto, a empresa contratada deverá formalizar por meio de justificativa a necessidade de maior prazo, bem como estipular qual seria o prazo adequado e o porquê.
9.3. As peças solicitadas, como acima estipulado, deveram ser entregues nos locais indicados na Ordem de Fornecimento ou Autorização, no período compreendido entre 7:30 as 17:00 horas, de segunda-feira a sexta-feira.
9.4. **Todos os custos de entrega do e possíveis devoluções, tais como fretes, embalagens, taxas, etc, correrão por conta exclusiva do fornecedor.**
9.5. A empresa somente poderá efetuar a entrega de qualquer peça ou acessórios mediante o recebimento da Autorização de Fornecimento e nas quantidades constantes nesta.
9.6. As Notas Fiscais deverão ser emitidas conforme Autorização de Fornecimento, onde serão separados previamente a qual dotação é pertencente.
9.7. As peças adquiridos através deste Pregão deverão ser entregues na quantidade e especificação solicitada pelo departamento competente, no local indicado em cada lote individualizado, que ocorrerá com acompanhamento do Servidor Responsável pelo recebimento em horário normal de expediente.
9.8. O recebimento provisório dar-se-á por responsável indicado pelo Órgão, após a verificação da conformidade da peças entregues com as solicitadas;
9.9. O recebimento definitivo dar-se-á após a utilização das peças e a verificação da sua conformidade com o fim a que se destina.
9.10. Em qualquer caso, os recebimentos seguirão a sistemática prevista no art. 73, II, alíneas “a” e “b” da Lei Federal nº 8.666/93.
9.11.- **As peças ou acessórios entregues e que não satisfaçam as especificações – genuínas ou originais de primeira linha – serão imediatamente devolvidas e substituídas por peças que preencham as condições de qualidade exigida, sendo que todos os custos envolvidos nas operações de trocas ou substituições correrão a expensa da empresa responsável pelo fornecimento.**
9.12. **Serão ainda substituídas as peças ou acessórios que, ainda que recebida em caráter provisório ou definitivo apresentarem defeitos de fabricação que comprometa a sua durabilidade normal ou provoque mau funcionamento nos equipamentos em que foram colocadas.**
9.12.1. **Neste caso o fornecedor não só será responsável por todos os custos envolvidos, como também estará sujeito à reparação de todos os danos provocados ao Município, especialmente se houve defeitos no equipamento derivados do mau funcionamento das peças substituídas.**

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado conforme os pedidos à licitante que deverá apresentar juntamente com as peças as notas fiscais correspondentes ao fornecimento, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento, autorizadas pela Secretaria solicitante.
10.2. Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplência com a Seguridade Social (CND); com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo SIMPLES, deverá apresentar, também, cópia do “Termo de Opção” pelo recolhimento de imposto naquela modalidade.
10.3. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado através de Ordem Bancária, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a partir do recebimento e atestação das
referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração.
10.4. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à empresa vencedora para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata esta cláusula começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura, sem imperfeições.
10.5. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - READEQUAÇÃO DE VALORES

11.1. Os descontos registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
11.2. Considera-se incluso no preço das peças e serviços para fins de desconto todas as despesas e custos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.
11.3. O Preço registrado é o constante na tabela de preços oficiais de peças genuínas ou originais de primeira linha fornecidas pelas montadoras.
11.4. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada peça a ser fornecida tendo como base de preços a tabela oficial de peças genuínas ou originais de primeira linha fornecidas pelas montadoras dos veículos.
11.5. Independente de variação, será aplicado o percentual de desconto oferecido sobre o valor vigente no dia do pedido de cada peça.
11.6. Quando da alteração ou atualização da tabela fornecida pelas montadoras, automaticamente fica registrado o novo valor individual de cada peça.
11.7. O Município poderá revisar os preços praticados nesta Ata, ou na tabela de preços de peças genuínas ou originais de primeira linha fornecidas pelas montadoras dos veículos, a qualquer tempo.

11.8. O Município deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.
11.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES

12.1.Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e autárquica do Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição a licitante que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, ainda, sujeitará a proponente às penalidades e sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações pelo não cumprimento de quaisquer das exigências contidas na legislação em vigor.
12.2.MULTA no percentual diário de 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre 30% (trinta por cento) do VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO, pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo o respectivo valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a CONTRATADA, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;
21.2.**MULTA COMPENSATÓRIA**: pela inexecução total ou parcial do contrato, no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre o total estimado para contração, podendo ser abatida do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;
21.3. - **SUSPENSÃO:** temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
21.4. A multa de que tratam os itens anteriores, somente poderão ser relevadas, quando os fatos geradores da penalidade decorram de casos fortuitos ou de força maior, que independam da vontade da proponente e quando aceitos, justifiquem o atraso.
21.5.Antes da aplicação das sanções de que tratam os itens anteriores, será expedida uma notificação para que o fornecedor apresente justificativa, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data do recebimento da mesma, visando assegurar o direito à ampla defesa, disposto no artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal.
21.6. As sanções de que tratam os itens anteriores poderão ser aplicadas nos casos de descumprimento de prazo, sendo que serão registradas nos sistemas mantidos pela administração Municipal.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

13.1 A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas.
13.2 A rescisão pela **Administração** poderá ocorrer quando:
13.2.1 a detentora não cumprir as obrigações constantes da ata;
13.2.2 a detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;
13.2.3 a detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;
13.2.4 em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;
13.2.5 os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar a redução;
13.2.6 por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;
13.2.7 sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação.
13.3 A comunicação da rescisão, nos casos previstos no subitem 13.2, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado por **02 (duas) vezes consecutivas,** considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação.
13.4 A rescisão pela **detentora** poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata.
13.4.1 A solicitação da detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de **30 (trinta) dias,** facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas cabíveis, caso não sejam aceitas as razões do pedido.
13.4.2 A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada.
13.5 A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto neste edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata.
13.6 Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1 - As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta do orçamento para o exercício de 2014 e 2012, nas as seguintes secretarias:

ÓRGÃO
SECRETARIAS:
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – AMBULATORIAL (PAM)
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – HOSPITAL MUNICIPAL ELIDIA MASCHITTO SANTILLO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – VIGILÂNCIA SANITÁRIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – PSF PARANORTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – VIGILÂNCIA AMBIENTAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – PSF ÁGUAS CLARAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – CTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – CAPS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – FISIOTERAPIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – BOLSA FAMILIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CONSELHO TUTELAR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – LAR DOS IDOSOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – ASSISTÊNCIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE PATRIMÔNIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – TRANSPORTE ESCOLAR
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO – URBANISMO
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO – DIMUTRAN
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO – POLICIA MILITAR
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO - ENGENHARIA

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICIDADE

16.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado na impresa Oficial do Estado de MATO GROSSO, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

17. CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de JUARA Estado de MATO GROSSO, para dirimir questões oriundas deste Contrato, com renuncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Juara MT, em 24 de junho de 2014.

EDSON MIGUEL PIOVESAN
Prefeito Municipal

M. de Quadros & Cia Ltda – EPP
CNPJ sob o nº 08.753.681/0001-70
SR. AUGUSTO CÉSAR GUIMARÃES
RG: 4.835.738 – MG
CPF: 673.648.616-53
Representante Legal

Assessor Jurídico
LEONARDO FERNANDES MACIEL ESTEVES
OAB-MT N° 14143

TESTEMUNHAS:

Flávia Cavichioli da Silva
Fiscal de Contratos
Portaria GP 034/2014

José Roberto Pereira Alves
Pregoeiro Oficial
Portaria GP 250/2010

Portaria GP 05/2014

Publicado por:
Jose Roberto Pereira Alves
Código Identificador:EE382AE1

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PRECOS N. 37-B/2014

PREGÃO PRESENCIAL nº 55/2014
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
Processo Administrativo n. 55/2014

Pregão Presencial Nº 55/2014
VALIDADE: A vigência da Ata de Registro de Preços ora firmada, terá validade por um período de 12 (doze) meses, contada da assinatura, prorrogável por igual período, desde que haja anuência das partes.

Aos 24 dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, reuniram-se a Municipalidade de JUARA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ: **15.072.663/0001-99**, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, na cidade de Juara-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **Edson Miguel Piovesan**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal e Empresário, portador da Cédula de Identidade n.º **949618-1 SSP/PR** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **139.332.219-0O**, residente e domiciliado na Rua Manaus, n. 677-N, na cidade de Juara-MT, e o Pregoeiro e sua Equipe de apoio designada pela Portaria nº 05/2014 de 02 de Janeiro de 2014, que conduziram o **Pregão Presencial nº 55/2014**, nas cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, e a respectiva homologação, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **TRICATE COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA**, inscrita com o CNPJ sob o nº 70.430.558/0001-92, localizada à Avenida Miguel Sutil nº 3.031, Bairro Jardim Leblon, Cep: 78.015-200, Telefone (65) 3624-9300, email: tricate@terra.com.br no município de Cuiabá/MT, neste ato representada pelo seu sócio-proprietário o Sr. Abílio Siqueira Mendonça, portador do RG: 098.206 SSP/MT e CPF: 201.824.901-06, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis Federais nº 8.666/93, 10.520/2002, Decreto Municipal nº 249/2010 e demais legislações aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços para futura e eventual **Pregão Presencial tem por objeto o** Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa do ramo, acima qualificada, visando o **fornecimento de peças e acessórios da linha mecânica e elétrica genuínos e/ou originais de primeira linha, independente de marca e categoria para manutenção preventiva e corretiva dos veículos operacionais automóveis leves, utilitários, camionete, caminhões, ônibus e máquinas pesadas** da frota municipal, conforme descrição constante no Anexo I - Especificações dos Itens do Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 55/2014.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS

2.1 Como condições de operação imediata e tendo em vista a celeridade nas aquisições do objeto deste Edital, a empresa vencedora deverá dispor no momento da assinatura da Ata de Registro de Preço, de estrutura operacional, logística e de pessoal qualificado para o fornecimento das peças ora requisitadas, uma vez que os veículos a serem atendidos são de uso ininterrupto em diversas atividades administrativas, sendo em muitos casos, ligados a serviços essenciais como saúde, educação e obras.
2.2 O Município poderá optar entre a utilização do sistema TRAZ VALOR, pesquisa de mercado ou outros meios idôneos para realização da verificação do preço de mercado no momento que necessitar adquirir os bens e, sobre o valor aferido deverá ser aplicado o desconto ofertado pelo licitante vencedor.
2.3 No caso de optar pela pesquisa de mercado, serão realizadas pelo próprio fornecedor e/ou administração municipal, através de seu setor de compras, com pelo menos outros 02 (dois) fornecedores, de modo que sempre haja pelo menos 03 (três) cotações, onde confeccionada a média ponderada, deverá ser aplicado o índice de desconto ofertado pela licitante vencedora no lote correspondente.
2.4 As cotações de mercado, quando apresentadas pelo fornecedor, ficarão sujeitas a homologação ou não do setor de compras do Município.
2.4.1. Em caso de homologação o procedimento de compra poderá ter prosseguimento normal.
2.4.2. Não sendo homologadas as cotações o Município poderá exigir novas pesquisas de mercados, com outros fornecedores ou optar por fazê-las diretamente por meio do seu setor de compras.
2.5 Na nota fiscal a ser emitida deverá constar o valor da peças/acessórios registrada na tabela de preços (TRAZ VALOR ou preço de mercado), o percentual de desconto registrado no processo licitatório, o valor do desconto por peças/acessórios e o valor final individualizado para cada peças/acessórios.
2.6 Para efeito do fornecimento de peças e acessórios será realizado desconto linear sobre o valor das peças por marca dos veículos, sendo estas obrigatoriamente **genuínas ou originais** de **primeira linha**.
2.6.1.1. Entende-se por **peça genuína** o produto utilizado com homologação da montadora para a linha de montagem, ou seja, com a chancela estampada no produto e na embalagem da montadora, determinando que este produto tenha sido aprovado pelo controle de qualidade e seja inteiramente novo sem que tenha passado por qualquer processo de reciclagem, recondicionamento ou remanufatura;
2.6.1.2. Entende-se por **peças originais de primeira linha**, para fins do objeto deste edital, todos os componentes fabricados por fornecedores que abastecem as montadoras e também distribuídas diretamente no mercado varejista (autopeças), sendo assim fica determinado que este produto seja inteiramente novo sem que tenha passado por qualquer processo de reciclagem, por recondicionamento ou remanufatura.

2.7. O Município fará a solicitação das peças e acessórios genuínos e/ou originais de primeira linha, conforme a sua necessidade de manutenção da frota.
2.8. Em nenhuma hipótese será solicitada ou aceita peça que não seja classificada como genuínas ou originais de primeira linha, havendo imediata devolução e solicitação de substituição caso não seja cumprida tal exigência.
2.8.1. As despesas com devoluções, substituições, trocas correrão a expensa da empresa obrigado ao fornecimento dos termos deste edital.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1 São obrigações do Órgão Gerenciador, conforme o caso:
3.1.1 Aderir previamente à Ata de registro de preços;
3.1.2 Apresentar, sempre que necessário, a relação das peças a serem fornecidas com os quantitativos e as descrições que permitam sua correta identificação, inclusive quanto ao veículo a ser atendido, estimando o valor do fornecimento com base no preço registrado pela licitante, consistente no maior desconto;
3.1.3 Descrever a marca e a categoria dos veículos a serem atendidos em cada fornecimento;
3.1.4 Analisar os orçamentos expedidos pelo fornecedor e autorizar ou não o fornecimento;
3.1.5 Indicar a necessidade de troca ou substituição de peças, informando a motivação;
3.1.6 Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas no edital do certame correspondendente;
3.1.7 Promover a fiscalização da execução do objeto desta licitação;
3.1.8. Exigir da contratada a comprovação de regularidade fiscal no que tange o recolhimento de INSS e FGTS.
3.1.9 Prestar informações pertinentes sempre que solicitado pela contratada a respeito dos fornecimentos a serem efetuados;
3.1.10 Efetuar o pagamento conforme estabelecido neste edital.
3.1.11 Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.
Parágrafo único - Esta Ata não obriga a Administração Municipal a firmar contratações com os fornecedores cujos descontos tenham sido registrados, podendo ocorrer licitações específicas, para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro, em igualdade de condições.
3.2. Efetuar a contratação, se assim for necessário, sendo que o contrato poderá ser formalizado a qualquer tempo durante o prazo vigente da Ata de Registro de Preços sobre o saldo remanescente do item, por prazo a ser determinado pela Administração, conforme a minuta anexa ao Edital.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

4.1 - Constituem obrigações da CONTRATADA:
4.1.1. Praticar todos os preços dispostos na sua proposta, consistente no maior desconto;
4.1.2. Cumprir com a entrega das peças, sempre que solicitado, dentro do prazo máximo de **03 (três) dias,** contados da emissão da Ordem de Fornecimento ou Autorização;
4.1.3. Sempre que solicitada a entrega, promover os orçamentos através do sistema **TRAZ VALOR OU PESQUISA DE MERCADO** para realização da aquisição e atribuição do percentual de desconto ofertado.
4.1.3.1. No caso de optar pela pesquisa de mercado, realizar as cotações de mercado, com pelo menos outros 02 (dois) fornecedores, de modo que sempre haja pelo menos 03 (três) cotações, onde confeccionada a média ponderada, deverá ser aplicado o índice de desconto ofertado pela licitante vencedora no lote correspondente.
4.1.3.2. As cotações de mercado, quando apresentadas, ficarão sujeitas a homologação ou não do setor de compras do Município.
4.1.3.3. Na nota fiscal a ser emitida deverá constar o valor da peças/acessórios registrada na tabela de preços (**TRAZ VALOR OU PREÇO DE MERCADO**), o percentual de desconto registrado no processo licitatório, o valor do desconto por peças/acessórios e o valor final individualizado para cada peças/acessórios
4.1.4. Estar sediada em local que possibilite o cumprimento dos prazos desta licitação;
4.1.5. Entregar as peças com a qualidade exigida, nas condições fixadas.
4.1.6. Cumprir os prazos estipulados neste edital;
4.1.7. Aceitar devolução de peças que foram entregues em desacordo com a solicitação, com defeito, que não sejam **genuínas ou originais de primeira linha**, ou que apresentem quaisquer características diferentes das exigidas;
4.1.8. Trocar as peças que apresentarem defeito, mesmo após a sua instalação;
4.1.9. Arcar com todos os custos de devolução e reentrega quando as peças entregues forem incompatíveis com as requeridas, desde que a isto tenha dado causa;
4.1.10. Substituir peças na forma estabelecida nos itens anteriores num prazo máximo **vinte e quatro (24) horas**;
4.1.11. Manter pessoal capaz de atender ao objeto da presente licitação, sem interrupção, seja por motivo de férias, licença, falta ao serviço, demissão de empregados ou por qualquer outra razão;
4.1.12. Designar um ou mais de seus funcionários para encarregar-se do atendimento exclusivo desta Municipalidade sempre que necessário, inclusive, informando todos os seus códigos de comunicação;
4.1.13. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração seja qual for, desde que praticada por seus funcionários, quando da execução do objeto deste certame;
4.1.14. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, durante a execução do objeto do certame, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento realizado pelo **CONTRATANTE**;
4.1.15. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo **CONTRATANTE,** bem como, comunicar, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente;
4.1.16. Fornecer todos os dados necessários à EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO para o controle e fiscalização do cumprimento do presente **CONTRATO**;
4.1.17. Dispor de catálogos ou listas de fornecedores que demonstrem as tabelas de preços, visando a oferta do desconto ofertado.
4.1.18. Comunicar imediatamente ao Município qualquer alteração ocorrida na empresa, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
4.1.19. Adequar-se a qualquer alteração procedimental pertinente à prestação dos serviços, efetuadas pela Administração Pública durante a vigência do presente contrato, sob pena de rescisão.
4.1.20. **SUPRIMIDO**;
4.1.21. Manter durante toda a vigência da ata todas as condições de habilitação prevista neste edital;

5. CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A vigência da Ata de Registro de Preços ora firmada, terá validade por um período de **12 (doze) meses**, contada da assinatura, prorrogável por igual período, por até idêntico período, desde que haja anuência das partes.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá à Secretaria de Administração, através de seu Fiscal de Contrato, competindo-lhe:
a) efetuar controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos fornecidos e das especificações do material registrado;
b) monitorar, pelo menos trimestralmente, os preços do material, de forma a avaliar o mercado, podendo rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;
c) notificar o fornecedor registrado, via fax ou telefone, para retirada da nota de empenho;

d) observar, durante a vigência da presente ata, que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos;
e) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
f) coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente Ata, bem como comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas.
6.2. As pesquisas de mercado, atendendo à conveniência e ao interesse público, poderão ser realizadas por entidades especializadas, preferencialmente integrantes da Administração Pública, assim como ser utilizadas pesquisas efetuadas por órgãos públicos.
6.3. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Juara não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

7. CLAUSULA SÉTIMA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por lote conforme segue:.

LOTE 67: KOMATSU – MAQUINAS PESADAS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 25,5 (%)	

LOTE 68: KOMATSU – MAQUINAS PESADAS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA TRAZ VALOR – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 14 (%)	

LOTE 71: CASE – MAQUINAS PESADAS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 26 (%)	

LOTE 72: CASE – MAQUINAS PESADAS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA TRAZ VALOR – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 14 (%)	

LOTE 73: FORD – MAQUINAS PESADAS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 25,5 (%)	

LOTE 74: FORD – MAQUINAS PESADAS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA TRAZ O VALOR – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 14 (%)	

LOTE 75: FORD – MAQUINAS PESADAS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 25,5 (%)	

LOTE 76: FORD – MAQUINAS PESADAS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA TRAZ VALOR – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 14 (%)	

LOTE 77: MASSEY FERGUSSON – MAQUINAS PESADAS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 25,5 (%)	

LOTE 78: MASSEY FERGUSSON – MAQUINAS PESADAS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA TRAZ VALOR – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 14,5 (%)	

LOTE 80: MASSEY FERGUSSON – MAQUINAS PESADAS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA TRAZ VALOR – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 14 (%)	

LOTE 81: CATERPILLAR – MAQUINAS PESADAS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 26 (%)	

LOTE 82: CATERPILLAR – MAQUINAS PESADAS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA TRAZ VALOR – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 14,5 (%)	

LOTE 83: CATERPILLAR – MAQUINAS PESADAS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 26 (%)	

LOTE 84: CATERPILLAR – MAQUINAS PESADAS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS TRAZ VALOR – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 14,5 (%)	

LOTE 85: VOLVO – MAQUINAS PESADAS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 26,5 (%)	

LOTE 86: VOLVO – MAQUINAS PESADAS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA TRAZ VALOR – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 15 (%)	

LOTE 87: VOLVO – MAQUINAS PESADAS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 24,5 (%)	

LOTE 88: VOLVO – MAQUINAS PESADAS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA TRAZ VALOR – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 15 (%)	

LOTE 89: NEW HOLLAAND – MAQUINAS PESADAS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 26 (%)	

LOTE 90: NEW HOLLAAND – MAQUINAS PESADAS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA TRAZ VALOR – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 15 (%)	

LOTE 91: NEW HOLLAND – MAQUINAS PESADAS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 25 (%)	

LOTE 92: NEW HOLLAND – MAQUINAS PESADAS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA TRAZ VALOR – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 15 (%)	

LOTE 93: JCB – MAQUINAS PESADAS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 24,5 (%)	

LOTE 94: JCB – MAQUINAS PESADAS.	MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.
BASE DE PREÇOS SISTEMA TRAZ VALOR – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 14 (%)	

LOTE 95: JCB – MAQUINAS PESADAS.	MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 24,5 (%)	

LOTE 96: JCB – MAQUINAS PESADAS.	MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.
BASE DE PREÇOS SISTEMA TRAZ VALOR– Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MEDIA PONDERADA: 14 (%)	

7.2. O valor de cada peça ou acessório a ser fornecida tem como base de preços o sistema (**TRAZ VALOR OU PREÇO DE MERCADO**), peças genuínas ou originais, onde será aplicado o percentual de desconto indicado acima, conforme licitado no PREGÃO PRESENCIAL nº 55/2014.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados na presente Ata de Registro de Preços poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

I) Por iniciativa da Administração:
a) quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa da nota de empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;
b) se os preços registrados estiverem superiores aos praticados no mercado.

II) Por iniciativa do fornecedor:
a) mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços;
b) quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV, XV e XVI, da Lei nº 8.666/93.
8.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.
8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado de MATO GROSSO, considerando-se cancelado o preço registrado.
8.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Administração Municipal, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.
8.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor relativas ao respectivo registro.
8.6 - Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, a Administração Municipal poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9. CLAUSULA NONA - DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E REBEBIMENTO

9.1.- **O prazo de fornecimento não será superior a 24 (vinte e quatro) horas após a emissão da Ordem de Fornecimento.**
9.2. Nos casos em que o prazo acima não seja suficiente para entrega do objeto, a empresa contratada deverá formalizar por meio de justificativa a necessidade de maior prazo, bem como estipular qual seria o prazo adequado e o porquê.
9.3. As peças solicitadas, como acima estipulado, deveram ser entregues nos locais indicados na Ordem de Fornecimento ou Autorização, no período compreendido entre 7:30 as 17:00 horas, de segunda-feira a sexta-feira.
9.4. **Todos os custos de entrega do e possíveis devoluções, tais como fretes, embalagens, taxas, etc, correrão por conta exclusiva do fornecedor.**
9.5. A empresa somente poderá efetuar a entrega de qualquer peça ou acessórios mediante o recebimento da Autorização de Fornecimento e nas quantidades constantes nesta.
9.6. As Notas Fiscais deverão ser emitidas conforme Autorização de Fornecimento, onde serão separados previamente a qual dotação é pertencente.
9.7. As peças adquiridos através deste Pregão deverão ser entregues na quantidade e especificação solicitada pelo departamento competente, no local indicado em cada lote individualizado, que ocorrerá com acompanhamento do Servidor Responsável pelo recebimento em horário normal de expediente.
9.8. O recebimento provisório dar-se-á por responsável indicado pelo Órgão, após a verificação da conformidade da peças entregues com as solicitadas;
9.9. O recebimento definitivo dar-se-á após a utilização das peças e a verificação da sua conformidade com o fim a que se destina.
9.10. Em qualquer caso, os recebimentos seguirão a sistemática prevista no art. 73, II, alíneas "a" e "b" da Lei Federal nº 8.666/93.
9.11.- **As peças ou acessórios entregues e que não satisfaçam as especificações – genuínas ou originais de primeira linha – serão imediatamente devolvidas e substituídas por peças que preencham as condições de qualidade exigida, sendo que todos os custos envolvidos nas operações de trocas ou substituições correrão a expensa da empresa responsável pelo fornecimento.**
9.12. **Serão ainda substituídas as peças ou acessórios que, ainda que recebida em caráter provisório ou definitivo apresentarem defeitos de fabricação que comprometa a sua durabilidade normal ou provoque mau funcionamento nos equipamentos em que foram colocadas.**
9.12.1. **Neste caso o fornecedor não só será responsável por todos os custos envolvidos, como também estará sujeito à reparação de todos os danos provocados ao Município, especialmente se houve defeitos no equipamento derivados do mau funcionamento das peças substituídas.**

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado conforme os pedidos à licitante que deverá apresentar juntamente com as peças as notas fiscais correspondentes ao fornecimento, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento, autorizadas pela Secretaria solicitante.
10.2. Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplência com a Seguridade Social (CND); com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo SIMPLES, deverá apresentar, também, cópia do "Termo de Opção" pelo recolhimento de imposto naquela modalidade.
10.3. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado através de Ordem Bancária, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração.
10.4. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à empresa vencedora para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata esta cláusula começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura, sem imperfeições.
10.5. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - READEQUAÇÃO DE VALORES

11.1. Os descontos registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
11.2. Considera-se incluso no preço das peças e serviços para fins de desconto todas as despesas e custos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

11.3. O Preço registrado é o constante na tabela de preços oficiais de peças genuínas ou originais de primeira linha fornecidas pelas montadoras.
11.4. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada peça a ser fornecida tendo como base de preços a tabela oficial de peças genuínas ou originais de primeira linha fornecidas pelas montadoras dos veículos.
11.5. Independente de variação, será aplicado o percentual de desconto oferecido sobre o valor vigente no dia do pedido de cada peça.
11.6. Quando da alteração ou atualização da tabela fornecida pelas montadoras, automaticamente fica registrado o novo valor individual de cada peça.
11.7. O Município poderá revisar os preços praticados nesta Ata, ou na tabela de preços de peças genuínas ou originais de primeira linha fornecidas pelas montadoras dos veículos, a qualquer tempo.
11.8. O Município deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.
11.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES

12.1.Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e autárquica do Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição a licitante que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, ainda, sujeitará a proponente às penalidades e sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações pelo não cumprimento de quaisquer das exigências contidas na legislação em vigor.
12.2.MULTA no percentual diário de 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre 30% (trinta por cento) do VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO, pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo o respectivo valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a CONTRATADA, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;
21.2.**MULTA COMPENSATÓRIA**: pela inexecução total ou parcial do contrato, no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre o total estimado para contração, podendo ser abatida do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;
21.3. - **SUSPENSÃO:** temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
21.4. A multa de que tratam os itens anteriores, somente poderão ser relevadas, quando os fatos geradores da penalidade decorram de casos fortuitos ou de força maior, que independam da vontade da proponente e quando aceitos, justifiquem o atraso.
21.5.Antes da aplicação das sanções de que tratam os itens anteriores, será expedida uma notificação para que o fornecedor apresente justificativa, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data do recebimento da mesma, visando assegurar o direito à ampla defesa, disposto no artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal.
21.6. As sanções de que tratam os itens anteriores poderão ser aplicadas nos casos de descumprimento de prazo, sendo que serão registradas nos sistemas mantidos pela administração Municipal.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

13.1 A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas.
13.2 A rescisão pela **Administração** poderá ocorrer quando:
13.2.1 a detentora não cumprir as obrigações constantes da ata;
13.2.2 a detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;
13.2.3 a detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;
13.2.4 em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;
13.2.5 os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar a redução;
13.2.6 por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;
13.2.7 sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação.
13.3 A comunicação da rescisão, nos casos previstos no subitem 13.2, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado por **02 (duas) vezes consecutivas,** considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação.
13.4 A rescisão pela **detentora** poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata.
13.4.1 A solicitação da detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de **30 (trinta) dias,** facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas cabíveis, caso não sejam aceitas as razões do pedido.
13.4.2 A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada.
13.5 A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto neste edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata.
13.6 Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1 - As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta do orçamento para o exercício de 2014 e 2012, nas as seguintes secretarias:

ÓRGÃO
SECRETARIAS:
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – AMBULATORIAL (PAM)
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – HOSPITAL MUNICIPAL ELIDIA MASCHITTO SANTILLO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – VIGILÂNCIA SANITÁRIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – PSF PARANORTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – VIGILÂNCIA AMBIENTAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – PSF ÁGUAS CLARAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – CTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – CAPS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – FISIOTERAPIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – BOLSA FAMILIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CONSELHO TUTELAR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – LAR DOS IDOSOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – ASSISTÊNCIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE PATRIMÔNIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – TRANSPORTE ESCOLAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO – URBANISMO
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO – DIMUTRAN
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO – POLICIA MILITAR
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO - ENGENHARIA

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICIDADE

16.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado na impresa Oficial do Estado de MATO GROSSO, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

17. CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de JUARA Estado de MATO GROSSO, para dirimir questões oriundas deste Contrato, com renuncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Juara MT, em 24 de junho de 2014.

EDSON MIGUEL PIOVESAN
Prefeito Municipal

Tricate Comercio de Peças Para Tratores LTDA
SR. ABÍLIO SIQUEIRA MENDONÇA
RG: 098.206 SSP/MT
CPF: 201.824.901-06
Sócio-Proprietário

Assessor Jurídico
LEONARDO FERNANDES MACIEL ESTEVES
OAB-MT N° 14143

TESTEMUNHAS:

Flávia Cavichioli da Silva
Fiscal de Contratos
Portaria GP 034/2014

José Roberto Pereira Alves
Pregoeiro Oficial
Portaria GP 250/2010

Portaria GP 05/2014

Publicado por:
Jose Roberto Pereira Alves
Código Identificador:37615B7A

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITACAO PREGAO N. 74/2014

AVISO DE LICITAÇÃO:
MODALIDADE: PREGÃO Nº. 74/2014 – SRP
TIPO: PRESENCIAL
JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM
O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 250/2010, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 05/2014, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão nº. 74/2014, cuja abertura ocorrerá as 09h00 - Local, do dia 08/07/2014, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONFECÇÃO DE CAMISETAS E CALÇAS COM E SEM FAIXAS REFLETIVAS EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS**, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.. O Edital poderá ser adquirido na Prefeitura Municipal de Juara-MT, na Rua Niterói nº 81-N, Centro, ou no site WWW.cidadecompras.com.br, WWW.juara.mt.gov.br; maiores informações: Fone (0xx66) 3556-9401.

Juara-MT, 24 de junho de 2014.

JOSÉ ROBERTO PEREIRA ALVES
Pregoeiro Oficial

EDSON MIGUEL PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Roberto Pereira Alves
Código Identificador:A1772AC4

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITACAO PREGAO N. 75/2014

AVISO DE LICITAÇÃO:
MODALIDADE: PREGÃO Nº. 75/2014 – SRP
TIPO: PRESENCIAL
JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM
O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 250/2010, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 05/2014, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão nº. 75/2014, cuja abertura ocorrerá as 14h00 - Local, do dia 08/07/2014, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **Registro de Preços para futuro e eventual fornecimento de gases medicinais em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde / Hospital Municipal Elídia Maschietto Santillo,** conforme especificações constantes em Edital e seus anexos. O Edital poderá ser adquirido na Prefeitura Municipal de Juara-MT, na Rua Niterói nº 81-N, Centro, ou no site WWW.cidadecompras.com.br, WWW.juara.mt.gov.br; maiores informações: Fone (0xx66) 3556-9401.

Juara-MT, 25 de junho de 2014.

JOSÉ ROBERTO PEREIRA ALVES
Pregoeiro Oficial

EDSON MIGUEL PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Roberto Pereira Alves
Código Identificador:BB26D0A4

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.601/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal e o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º EXONERAR, o (a) Servidor (a), **ADRIANA CRISTINA STECCA**, do cargo de provimento em comissão de Direção e Assessoramento Superior/**DAS–3– DIRETOR DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL/SUAS,** junto Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir do dia **30** de **junho** de **2014,** com 20% (vinte por cento) de representação pelo cargo ocupado.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **16** de **junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:11520DF1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.602/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal e o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º EXONERAR, o (a) Servidor (a), **MARGARETE DE LURDES CIGERZA**, do cargo de provimento em comissão de Direção e Assessoramento Superior/**DAS–1– ASSISTENTE DE DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA E INSPEÇÃO SANITÁRIA,** junto Secretaria Municipal de Saúde, a partir do dia **23** de **junho** de **2014,** com 20% (vinte por cento) de representação pelo cargo ocupado.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **18** de **junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:5CC09DB0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.603/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município e a **Lei Complementar Municipal n.º 1.013/2008**,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **PROMOÇÃO DE CLASSE** o (a), servidor (a) **ANECARLA DA SILVA PRADO,** Matrícula n.º **6021,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **ENFERMEIRO (A) – 40 HORAS/SUS**, do Nível **01 -** Classe **A,** para o Nível **01-** Classe **B**, a partir de **12** de **Junho** de **2014.**

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de: **12/06/2014**, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **18** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:51E2B97A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.604/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município e a **Lei Complementar Municipal n.º 1.016/2008**,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **PROMOÇÃO DE CLASSE** o (a), servidor (a) **EVELIN CAROLINE FERREIRA DA SILVA,** Matrícula n.º **5900,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – 40 HORAS**, do Nível **02 -** Classe **A,** para o Nível **02-** Classe **B**, a partir de **16** de **Junho** de **2014.**

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de: **16/06/2014**, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **18** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:7E11CB07

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.605/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município e a **Lei Complementar Municipal n.º 1.016/2008**,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **PROMOÇÃO DE CLASSE** o (a), servidor (a) **IVAN SANTOS DA SILVA,** Matrícula n.º **35,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **MOTORISTA II – 40 HORAS**, do Nível **17 -** Classe **B,** para o Nível **17-** Classe **C**, a partir de **18** de **Junho** de **2014.**

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **18** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:72351F3E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.606/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar Municipal n.º 1.022/2008,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder 120 (cento e vinte) dias de **LICENÇA MATERNIDADE**, a servidora, **DAIANE VALÉRIA MENDES OLIVATI**, Matrícula n.º **7073**, investida no cargo de **PROFESSORA CLASSE B – 30 HORAS**, com inicio em **31/05/2014** e com retorno em **27/09/2014.**
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em: **31/05/2014**, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **18** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:9FE72DA5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.607/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar Municipal n.º 1.022/2008,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder Prorrogação de 60 (sessenta) dias de **LICENÇA MATERNIDADE**, a servidora, **DAIANE VALÉRIA MENDES OLIVATI**, Matrícula n.º **7073**, investida no cargo de **PROFESSORA CLASSE B – 30 HORAS**, com inicio em **28/09/2014** e com retorno em **26/11/2014.**
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **18** de **junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:BC87AAB8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4. 608/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal e o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º NOMEAR, o (a) candidato (a), **FRANCIELI DE CARVALHO,** aprovado (a) no Concurso Público nº 001/2010, homologado no dia 14 de março de 2011, no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGOGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – 20 HORAS**, a partir de **20** de **junho** de **2014.**

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **18** de **junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:1BF682EC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.609/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal e o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município e Lei municipal nº 1.022/2008.

RESOLVE:

Art. 1.º REMOVER, o (a) servidor (a) **MARIA LUCIA ALCÂNTARA,** matricula **739,** efetivo (a) no cargo **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – 40 HORAS**, da **Secretaria Municipal de Saúde/UPA – Unidade de Pronto Atendimento** para a **Secretaria Municipal de Assistência Social/Dir. Proteção Social – Lar da Criança,** a partir do dia **02** de **Junho** de **2014**.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seis efeitos a contar de: **02/06/2014**, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **18** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:966028EC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.610/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal e o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município e Lei municipal nº 1.022/2008.

RESOLVE:

Art. 1.º REMOVER, o (a) servidor (a) **VALDECI MARIA PESSOA DA SILVA,** matricula **4690,** efetivo (a) no cargo **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – 40 HORAS**, da **Secretaria Municipal de Infra Estrutura** para a **Secretaria Municipal de Assistência Social,** a partir do dia **16** de **Junho** de **2014**.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seis efeitos a contar de: **16/06/2014**, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **18** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:9B7024AE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.611/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ROSANE TEREZINHA TECH DA LUZ,** Matrícula n.º **1605,** investido (a) no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **02/05/2012 A 01/05/2013,** com inicio em **01/07/2014** e retorno em **31/07/2014.**
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **18** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:61714712

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.612/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-**MT**, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **BENEDITA DA SILVA MARIANO,** Matrícula n.º **1207,** investido (a) no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/09/2002 A 31/08/2003,** com inicio em **01/07/2014** e retorno em **31/07/2014.**
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **18** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:6C707F5E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.613/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **BENONIA DE SOUZA DINIZ,** Matrícula n.º **1205,** investido (a) no cargo de **AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS - 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **02/07/2011 A 01/07/2012,** com inicio em **01/07/2014** e retorno em **31/07/2014.**
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **18** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:7526F75B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.614/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **LUCIMAR PEREIRA SOTERO,** Matrícula n.º **1202,** investido (a) no cargo de **AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS - 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **02/07/2011 A 01/07/2012,** com inicio em **01/07/2014** e retorno em **31/07/2014.**
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **18** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:52966FF6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.615/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **TIAGO DOS SANTOS MAGANHA,** Matrícula n.º **1092,** investido (a) no cargo de **AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **02/07/2011 A 01/07/2012,** com inicio em **01/07/2014** e retorno em **31/07/2014.**
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **18** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:EE255560

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.616/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ANDERLEI COLLARES NUNES,** Matrícula n.º **6329,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **ENFERMEIRO (A) - 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **04/05/2013 A 03/05/2014,** com inicio em **01/07/2014** e retorno em **31/07/2014.**
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **18** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:F05EB5DF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.617/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **LUZINEIDE DE OLIVEIRA MIRANDA,** Matrícula n.º **1239,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **06/07/2011 A 05/07/2012,** com inicio em **01/07/2014** e retorno em **31/07/2014.**
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **18** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:A3D9FE75

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.618/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MARILZA APARECIDA COURA DA SILVA,** Matrícula n.º **5845,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM - 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/04/2011 A 31/03/2012,** com inicio em **01/07/2014** e retorno em **31/07/2014.**
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **18** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:08BF64ED

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.619/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MARILIA BARROS PEREIRA,** Matrícula n.º **1926,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **ATENDENTE DE RECEPÇÃO HOSPITALAR - 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **13/02/2011 A 12/02/2012,** com inicio em **01/07/2014** e retorno em **31/07/2014.**
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **18** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:1D88744C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.620/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MARIA APARECIDA RODRIGUES SIMILLI,** Matrícula n.º **581,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **TECNICO DE ENFERMAGEM - 40 HORAS/SUS,** referente ao período aquisitivo de **30/03/2009 A 29/03/2010,** com inicio em **01/07/2014** e retorno em **31/07/2014.**
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **18** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:CC6FF4F6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.621/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **VALTER RODRIGUES DE MIRANDA,** Matrícula n.º **336,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **BORRIFADOR - 40 HORAS/SUS,** referente ao período aquisitivo de **04/01/2011 A 03/01/2012,** com inicio em **01/07/2014** e retorno em **31/07/2014.**
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **18** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:41A8C588

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.622/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **JOSE RENATO ALMICI,** Matrícula n.º **5947,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **ENFERMEIRO (A) - 40 HORAS/SUS,** referente ao período aquisitivo de **27/04/2012 A 26/04/2013,** com inicio em **01/07/2014** e retorno em **31/07/2014.**
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **18** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:BE9C0F70

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.623/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **CLECI FRANCISCA FEIJO,** Matrícula n.º **120,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/02/2012 A 31/01/2013,** com inicio em **01/07/2014** e retorno em **31/07/2014.**
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **18** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:D5BED867

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.624/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **GIOVANA SABAINI RAMOS PERAZOLO,** Matrícula n.º **1295,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **FONOAUDIOLOGO (A) - 20 HORAS/SUS,** referente ao período aquisitivo de **23/07/2012 A 22/07/2013,** com inicio em **01/07/2014** e retorno em **31/07/2014.**
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **18** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:B8092C30

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.625/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **AIDA DINARA SARTURI,** Matrícula n.º **1590,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **ATENDENTE DE RECEPÇÃO HOSPITALAR - 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **10/04/2011 A 09/04/2012,** com inicio em **01/07/2014** e retorno em **31/07/2014.**
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **18** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:2701DDB6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.626/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MARIANA DE JESUS CHRISTIANO,** Matrícula n.º **683,** investido (a) no cargo de provimento Carreira/Comissão de **DIRETOR DO POSTO DE SAÚDE - 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **10/05/2010 A 09/05/2011,** com inicio em **01/07/2014** e retorno em **31/07/2014.**
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **18** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:4D5D69EC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.627/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **CLEIDE MOREIRA BARROS,** Matrícula n.º **4453,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/08/2010 A 31/07/2011,** com inicio em **01/07/2014** e retorno em **31/07/2014.**
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **18** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:C02C2C8B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.628/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** de **Licença Prêmio** ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **JUCELIA CLARA NUNES DE SOUZA,** Matrícula n.º **527,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **ASSISTENTE SOCIAL - 20 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **12/03/2002 A 11/03/2007,** com inicio em **01/07/2014** e retorno em **31/07/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **18** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:58E3C4A5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.629/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** de **Licença Prêmio** ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **RAQUEL DE MORAES RESENDE GARCIA,** Matrícula n.º **494,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **FISIOTERAPEUTA - 20 HORAS/SUS,** referente ao período aquisitivo de **01/03/2002 A 28/02/2007,** com inicio em **01/07/2014** e retorno em **31/07/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **18** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:163C131C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.630/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **90 (noventa) dias** de **Licença Prêmio** ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MARIA SIRLEIA DE OLIVEIRA,** Matrícula n.º **350,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **ATENDENTE DE RECEPÇÃO HOSPITALAR - 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **04/01/2004 A 03/01/2009,** com inicio em **01/07/2014** e retorno em **29/09/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **18** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:EB63908E

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 375/2014.

SÚMULA – Dispõe sobre a Convocação dos candidatos que mencionam, aprovados e/ou classificados em Concurso Público n° 001/2012 do Município de Juína-MT, e dá outras providências.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM, Prefeito Municipal de Juina, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e

DECRETA:

Art. 1.º Tendo em vista o resultado do **Concurso Público n° 001/2012** realizado nos termos do **Edital de Concurso Público nº 001/2012**, ficam convocados para a posse e entrada em exercício os candidatos relacionados na **Relação dos Candidatos Convocados** constantes do **ANEXO ÚNICO**, do presente Decreto, que desse passa a ser parte integrante.

Art. 2.º Os candidatos ora convocados na forma deste Decreto, deverão comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, sito na Travessa Emmanuel, N.º 605, Centro, no Município de Juína-MT, o mais urgente possível ou em até 05 (cinco) dias da publicação deste Ato, para as providências necessárias e cabíveis, com vista aos procedimentos de conferência da documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a posse e designação do respectivo local de trabalho.

Parágrafo Único. O não Comparecimento no prazo previsto neste artigo implicará na desclassificação dos candidatos, sendo, portanto, considerados desistentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da prefeitura municipal de Juina/MT, aos **25** de **junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal de Juina

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

ANEXO ÚNICO

DECRETO n.º 375/2014.

Concurso Público n.° 001/2012.

RELAÇÃO DO CANDIDATO CONVOCADO

I – TÉCNICO DE RADIOLOGIA:

Classificação	Inscrição	Candidato
02°	001478	ANGELI ELISA GROFF

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:AFD3DE4E

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 376/2014.

SÚMULA – Dispõe sobre a Convocação dos candidatos que mencionam, aprovados e/ou classificados em Processo Seletivo Simplificado n° 001/2012, do Município de Juína-MT, e dá outras providências.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM, Prefeito Municipal de Juina, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e

DECRETA:

Art. 1.º Tendo em vista o resultado do **Processo Seletivo Simplificado n° 001/2012,** realizado nos termos do **Edital de Processo Seletivo Simplificado n° 001/2012**, ficam convocados para a posse e entrada em exercício os candidatos relacionados na **Relação dos Candidatos Convocados** constantes do **ANEXO ÚNICO**, do presente Decreto, que desse passa a ser parte integrante.

Art. 2.º Os candidatos ora convocados na forma deste Decreto deverão comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, sito na Praça Alan Kardec, Perímetro Urbano AR - 01, S/N, Centro, no Município de Juína-Mt, o mais urgente possível ou em até 05 (cinco) dias da publicação deste Ato, para as providências necessárias e cabíveis, com vista aos procedimentos de conferência da documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a posse e designação do respectivo local de trabalho.

Parágrafo Único. O não Comparecimento no prazo previsto neste artigo implicará na desclassificação dos candidatos, sendo, portanto, considerados desistentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da prefeitura municipal de Juina/MT, aos **25** de **junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal de Juina

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

ANEXO ÚNICO

DECRETO n.º 376/2014.

Processo Seletivo Simplificado n° 001/2012.

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS CONVOCADOS

I – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – PADREDUÍLIO:

Classificação	Inscrição	Candidato
10°	000178	LETÍCIA DA SILVA

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:DF22BE31

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.631/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ALESSANDRA ALVES MAGALHÃES DA SILVA PAIVA,** Matrícula n.º **4562,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **24/09/2010 A 23/09/2011,** com inicio em **01/07/2014** e retorno em **31/07/2014.**
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **18** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:D9475BF9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.632/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **GIRLENE MONTEIRO DA SILVA,** Matrícula n.º **6534,** investido (a) no cargo de provimento em comissão **ASSESSOR A NÍVEL DE PROTEÇÃO SOCIAL/SUAS,** referente ao período aquisitivo de **01/02/2013 A 31/01/2014,** com inicio em **01/07/2014** e retorno em **31/07/2014.**
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **18** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:4BFB51B6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.633/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **VALQUIRIA DE LOURDES BENTO DA SILVA,** Matrícula n.º **4408,** investido (a) no cargo de provimento efetivo **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/07/2011 A 30/06/2012,** com inicio em **01/07/2014** e retorno em **31/07/2014.**
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **18** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:0FC6380F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.634/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **MARIA LUCENIR ARAGAO DA SILVA,** Matrícula n.º **6483,** investido (a) no cargo de **CONSELHEIRO TUTELAR,** referente ao período aquisitivo de **01/01/2013 A 31/12/2013,** com inicio em **01/07/2014** e retorno em **31/07/2014.**
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **18** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:381FE426

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.635/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **LAURO THEISEN,** Matrícula n.º **39,** investido (a) no cargo de **CARPINTEIRO ESCOLAR,** referente ao período aquisitivo de **01/06/2011 A 31/05/2012,** com inicio em **01/07/2014** e retorno em **31/07/2014.**
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **18** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:B8D09910

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.636/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **IRANILDO DE OLIVEIRA NERY,** Matrícula n.º **1503,** investido (a) no cargo de **PROFESSOR CLASSE C – 30 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **18/02/2012 A 17/02/2013,** com inicio em **01/07/2014** e retorno em **31/07/2014.**
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **18** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:F9ED1E0C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.637/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **JOÃO EVANDRO ROSA,** Matrícula n.º **732,** investido (a) no cargo de **MARCENEIRO ESCOLAR – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **22/01/2012 A 21/01/2013,** com inicio em **01/07/2014** e retorno em **31/07/2014.**
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **18** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:24E767BD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.638/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **FLORIZO MIZAEL DOS SANTOS,** Matrícula n.º **825,** investido (a) no cargo de **TÉCNICO DE INFRA-ESTRUTURA MAT. E AMBIENTAL – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **20/05/2013 A 19/05/2014,** com inicio em **01/07/2014** e retorno em **31/07/2014.**
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **18** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:FDB9B54F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.639/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **60 (sessenta) dias** de **Licença Prêmio** ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **FLORIZO MIZAEL DOS SANTOS,** Matrícula n.º **825,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO DE INFRA-ESTRUTURA MAT. E AMBIENTAL – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **20/05/2004 A 19/05/2009,** com inicio em **31/07/2014** e retorno em **29/09/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **18** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:A3BFB62C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.640/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **FLAVIO ANTONIO MOREIRA DE MATOS,** Matrícula n.º **118,** investido (a) no cargo de **MARCENEIRO ESCOLAR – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/01/2013 A 31/12/2013,** com inicio em **01/07/2014** e retorno em **31/07/2014.**
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **18** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:2134398D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.641/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **HELIA CRISTINA BARRANKIEVECZ,** Matrícula n.º **811,** investido (a) no cargo de **TÉCNICO DE GESTÃO ESCOLAR – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **24/03/2012 A 23/03/2013,** com inicio em **01/07/2014** e retorno em **31/07/2014.**
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **18** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:4E5C359B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.642/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **90 (noventa) dias** de **Licença Prêmio** ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **APARECIDA IZILDA PRIMILLA VIANA,** Matrícula n.º **341,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **04/01/2004 A 03/01/2009,** com inicio em **01/07/2014** e retorno em **29/09/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **18** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:0B786E88

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.643/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **90 (noventa) dias** de **Licença Prêmio** ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **FABIO ADRIANO LORENCATO,** Matrícula n.º **1055,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO DESPORTIVO CLASSE B – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **26/06/2007 A 25/06/2012,** com inicio em **01/07/2014** e retorno em **30/08/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **18** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:4CF7C6E3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.644/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ALEXSSANDRO TAVARES MARQUES,** Matrícula n.º **6358,** investido (a) no cargo de **TÉCNICO EM TRANSPORTE ESCOLAR – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de

14/06/2013 A 13/06/2014, com inicio em **01/07/2014** e retorno em **31/07/2014.**
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **18** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:BF31ED28

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.645/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **DIVA MARLENE DE OLIVEIRA MAINARDI,** Matrícula n.º **4914,** investido (a) no cargo de **ASSISTENTE SOCIAL – 20 HORAS/SUS,** referente ao período aquisitivo de **27/01/2013 A 26/01/2014,** com inicio em **02/06/2014** e retorno em **02/07/2014.**
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de: 02/06/2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **18** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:50C6C50F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.646/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município e a **Lei Complementar Municipal n.º 1.013/2008**,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **PROMOÇÃO DE CLASSE** o (a), servidor (a) **MARIA CANDIDA DE BARROS,** Matrícula n.º **4672,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – 40 HORAS**, do Nível **03 -** Classe **A,** para o Nível **03-** Classe **B**, a partir de **20** de **Junho** de **2014.**

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:F970E6DD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.647/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município e a **Lei Complementar Municipal n.º 1.399/2012**,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **PROMOÇÃO DE CLASSE** o (a), servidor (a) **MARIA IVONE ROCHA VIANA DA SILVA,** Matrícula n.º **5997,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – 20 HORAS**, do Nível **01-** Classe **A,** para o Nível **01-** Classe **B**, a partir de **20** de **Junho** de **2014.**

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:ECD19F0E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.648/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município e a **Lei Complementar Municipal n.º 1.013/2008**,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **PROMOÇÃO DE CLASSE** o (a), servidor (a) **ADRIANO ANTUNES,** Matrícula n.º **1602,** investido (a) no cargo de provimento celetista de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – 40 HORAS**, do Nível **03 -** Classe **A,** para o Nível **03-** Classe **B**, a partir de **03** de **Junho** de **2014.**

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de: 03/06/2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:84E97A10

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.649/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município e a **Lei Complementar Municipal n.º 1.013/2008**,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **PROMOÇÃO DE CLASSE** o (a), servidor (a) **CATARINA MADALENA DE CASTRO,** Matrícula n.º **1597,** investido (a) no cargo de provimento celetista de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – 40 HORAS**, do Nível **03 -** Classe **A,** para o Nível **03-** Classe **B**, a partir de **02** de **Junho** de **2014.**

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de: 02/06/2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:C0221A58

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.650/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município e a **Lei Complementar Municipal n.º 1.013/2008**,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **PROMOÇÃO DE CLASSE** o (a), servidor (a) **LILIA SILVA DOS SANTOS,** Matrícula n.º **1177,** investido (a) no cargo de provimento celetista de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – 40 HORAS**, do Nível **05 -** Classe **A,** para o Nível **05-** Classe **B**, a partir de **02** de **Junho** de **2014.**

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de: 02/06/2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:F7C64A67

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.651/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município e a **Lei Complementar Municipal n.º 1.013/2008**,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **PROMOÇÃO DE CLASSE** o (a), servidor (a) **VALÉRIA ALVES DE SOUZA,** Matrícula n.º **4429,** investido (a) no cargo de provimento celetista de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – 40 HORAS**, do Nível **05 -** Classe **A,** para o Nível **05-** Classe **B**, a partir de **02** de **Junho** de **2014.**

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de: 02/06/2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:B0138816

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.652/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município e a **Lei Complementar Municipal n.º 1.013/2008**,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **PROMOÇÃO DE CLASSE** o (a), servidor (a) **JULIANA CEZIMBRA GALDINO,** Matrícula n.º **1059,** investido (a) no cargo de provimento celetista de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – 40 HORAS**, do Nível **05 -** Classe **A,** para o Nível **05-** Classe **B**, a partir de **02** de **Junho** de **2014.**

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de: 02/06/2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:AA17C2EC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.653/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município e a **Lei Complementar Municipal n.º 1.013/2008**,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **PROMOÇÃO DE CLASSE** o (a), servidor (a) **ADILEUZA RODRIGUES DE OLIVEIRA,** Matrícula n.º **1096,** investido (a) no cargo de provimento celetista de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – 40 HORAS**, do Nível **05 -** Classe **A,** para o Nível **05-** Classe **B**, a partir de **02** de **Junho** de **2014.**

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de: 02/06/2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:092C10EC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.654/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ELAINE APARECIDA DE DEUS ROCHA,** Matrícula n.º **5851,** investido (a) no cargo provimento efetivo de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM – 40 HORAS/SUS,** referente ao período aquisitivo de **11/04/2011 A 10/04/2012,** com inicio em **01/07/2014** e retorno em **31/07/2014.**
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:07526363

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.655/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **REGIANE GARDIN,** Matrícula n.º **917,** investido (a) no cargo provimento efetivo de **BIOQUIMICO – 20 HORAS/SUS,** referente ao período aquisitivo de **12/03/2011 A 11/03/2012,** com inicio em **01/07/2014** e retorno em **31/07/2014.**
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:19A2147E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.656/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **REGIANE GARDIN,** Matrícula n.º **918,** investido (a) no cargo provimento efetivo de **BIOQUIMICO – 20 HORAS/SUS,** referente ao período aquisitivo de **19/05/2011 A 15/06/2012,** com inicio em **01/07/2014** e retorno em **31/07/2014.**
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **20** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:CCABC6B1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.657/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar Municipal n.º 1.022/2008,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **LICENÇA MÉDICA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE** ao (a) servidor (a) Público (a) Municipal do Poder Executivo do Município de Juina-MT, **FRANCYELE CELESTINO AURELIANO**, Matrícula n.º **6814**, investido no cargo CLT de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – 40 HORAS**, com inicio em **24/06/2014** e retorno em **08/07/2014.**
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **23** de **junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:C50A94B3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.658/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar Municipal n.º 1.022/2008,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder 120 (cento e vinte) dias de **LICENÇA MATERNIDADE**, a servidora, **PAULA SOUZA SANTOS**, Matrícula n.º **6812**, investida no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – 40 HORAS**, com inicio em **30/05/2014** e com retorno em **26/09/2014.**
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em: **30/05/2014**, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **23** de **junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no l de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:B92887F6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.659/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar Municipal n.º 1.022/2008,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder Prorrogação de 60 (sessenta) dias de **LICENÇA MATERNIDADE**, a servidora, **PAULA SOUZA SANTOS**, Matrícula n.º **6812**, investida no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – 40 HORAS,** com inicio em **27/09/2014** e retorno em **26/11/2014.**
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **23** de **junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:85994E12

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.660/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar Municipal n.º 1.022/2008,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **PRORROGAÇÃO DE LICENÇA MÉDICA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE** ao (a) servidor (a) Público (a) Municipal do Poder Executivo do Município de Juina-MT, **APARECIDA ERIKA DOMINGOS DOS SANTOS**, Matrícula n.º **6266**, investido no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – 20 HORAS,**, conforme processo administrativo da PREVI-JUINA, com inicio em **27/06/2014** e retorno em **27/07/2014.**
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **23** de **junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:257B0B37

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.661/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar Municipal n.º 1.022/2008,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **PRORROGAÇÃO DE LICENÇA MÉDICA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE** ao (a) servidor (a) Público (a) Municipal do Poder Executivo do Município de Juina-MT, **LUCIO FERREIRA DA SILVA**, Matrícula n.º **6366**, investido no cargo de provimento efetivo de **VIGIA – 40 HORAS,**, conforme processo administrativo da PREVI-JUINA, com inicio em **05/06/2014** e retorno em **05/07/2014.**
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de: 05/06/2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **23** de **junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:67F64BBC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.662/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar Municipal n.º 1.022/2008,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **LICENÇA MÉDICA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE** ao (a) servidor (a) Público (a) Municipal do Poder Executivo do Município de Juina-MT, **NAMIRTES SOARES TEIXEIRA**, Matrícula n.º **222**, investido no cargo de provimento efetivo de **PROFESSORA CLASSE C – 30 HORAS,** conforme processo administrativo da PREVI-JUINA, com inicio em **20/06/2014** e retorno em **20/07/2014.**
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de: 20/06/2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **23** de **junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:107BEA87

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.663/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar Municipal n.º 1.022/2008,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **PRORROGAÇÃO DE LICENÇA MÉDICA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE** ao (a) servidor (a) Público (a) Municipal do Poder Executivo do Município de Juina-MT, **MARIA DE FATIMA JACOMEL DENEGATE**, Matrícula n.º **846**, investido no cargo de provimento efetivo de **FISCAL SANITÁRIO – 40 HORAS/SUS,**, conforme processo administrativo da PREVI-JUINA, com inicio em **16/06/2014** e retorno em **14/09/2014.**
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de: **16/06/2014**, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **23** de **junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:09B6AB50

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.664/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ELANA CLEMENTE DOS SANTOS,** Matrícula n.º **30,** investido (a) no cargo provimento efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **29/06/2012 A 28/06/2013,** com inicio em **23/06/2014** e retorno em **23/07/2014.**
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **23** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:231F6E8B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.665/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **90 (noventa) dias** de **Licença Prêmio** ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **ELANA CLEMENTE DOS SANTOS,** Matrícula n.º **30,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **01/06/2002 A 31/05/2007,** com inicio em **23/07/2014** e retorno em **21/10/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **23** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:B3547D9D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 377/2014

SÚMULA – Dispõe sobre a Convocação dos candidatos que mencionam, aprovados e/ou classificados em Concurso Público n° 001/2012 do Município de Juína-MT, e dá outras providências.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM, Prefeito Municipal de Juina, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e

DECRETA:

Art. 1.º Tendo em vista o resultado do **Concurso Público n° 001/2012** realizado nos termos do **Edital de Concurso Público nº 001/2012**, ficam convocados para a posse e entrada em exercício os candidatos relacionados na **Relação dos Candidatos Convocados** constantes do **ANEXO ÚNICO**, do presente Decreto, que desse passa a ser parte integrante.

Art. 2.º Os candidatos ora convocados na forma deste Decreto, deverão comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, sito na Travessa Emmanuel, N.º 605, Centro, no Município de Juína-MT, o mais urgente possível ou em até 05 (cinco) dias da publicação deste Ato, para as providências necessárias e cabíveis, com vista aos procedimentos de conferência da documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a posse e designação do respectivo local de trabalho.

Parágrafo Único. O não Comparecimento no prazo previsto neste artigo implicará na desclassificação dos candidatos, sendo, portanto, considerados desistentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da prefeitura municipal de Juina/MT, aos **25** de **junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal de Juina

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

ANEXO ÚNICO

DECRETO n.º 377/2014.

Concurso Público n.° 001/2012.

RELAÇÃO DO CANDIDATO CONVOCADO

I – COLETOR DE LIXO:

Classificação	Inscrição	Candidato
026°	001076	MARCIANO ACOSTA ALVES

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:CBD92014

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

CÂMARA MUNICIPAL
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº019/2014

O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste/MT, comunica as empresas que, fica prorrogado a abertura da licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº. 019/2014** para o **dia 09 de Julho de 2014 as 09:00 horas**. Maiores informações pelo telefone 65 - 3228 – 1178 ou pele e-mail: licitacao@lambaridoeste.mt.gov.br, no horário comercial das 07:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas.

Lambari D'Oeste - MT, 25 de Junho de 2014.

DUILHO RABELO BOASCIVIS
Pregoeiro

Publicado por:
Rubens Ventura
Código Identificador:0DC71CA9

CÂMARA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO – TOMADA DE PREÇO Nº. 001/2014

A Câmara Municipal de Lambari D'Oeste/MT comunica que a licitação na modalidade de **TOMADA DE PREÇO Nº. 001/2014**, cujo objeto é a **"Aquisição de Gasolina, para serem utilizado nos veículos a serviço da Câmara Municipal de Lambari D´Oeste – MT"**, teve seu resultado como **DESERTO**.

Lambari D'Oeste/MT em 24 de Junho de 2014.

CELSO PEREIRA DOS SANTOS
Presidente da CPL

Publicado por:
Rubens Ventura
Código Identificador:BC34D457

CÂMARA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº. 002/2014

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO – GLOBAL"

A Câmara Municipal de Lambari D'Oeste / MT, em 25 de Junho de 2014, através da Comissão Permanente de Licitação torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 11 de Julho de 2014 às 10:00 hs, a licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇO Nº. 002/2014, cujo objeto é a **"Aquisição de Gasolina, para serem utilizado nos veículos a serviço da Câmara Municipal de Lambari D´Oeste – MT"**, a pasta contendo o Edital completo e seus anexos encontram-se a disposição dos interessados no horário de expediente desta Câmara Municipal, mediante requerimento.
Maiores informações (XX) 65 – 3228 – 1184.

Lambari D'Oeste/MT em 25 de Junho de 2014.

CELSO PEREIRA DOS SANTOS
Presidente da CPL

Publicado por:
Rubens Ventura
Código Identificador:0C05A09B

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO DA CHAMADA PUBLICA N.º 001/2014

Objeto: **Registro de preços de gêneros alimentícios, para atender os alunos matriculados nas 05 (cinco) Unidades Escolares que ofertam o Ensino Fundamental, da Rede Pública Municipal de Lambari D'Oeste – MT, conforme descrições e especificações apresentadas.**
O Pregoeiro Oficial, regido pela portaria n. 002/2014 da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste/MT, no uso de suas atribuições legais,

torna público aos interessados que na **CHAMADA PUBLICA Nº 001/2014**, cujo certame se deu às 15 hs do dia 23/06/2014; sagrou vencedora a seguinte proponente: COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA REDECOOP CNPJ: 11.068.289/0001-05, com o valor Global de R$: 75.665,00 (setenta e cinco mil seiscentos e sessenta e cinco reais). Maiores informações fone 0xx65 3228-1178.

Lambari D'Oeste/MT. 23 de Junho de 2014.

DUILHO RABELO BOASCIVIS

Publicado por:
Rubens Ventura
Código Identificador:8F5E29D7

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 018/2014

Objeto: **"Prestação de serviços em Elaboração de projeto executivo de engenharia para pavimentação, drenagem, calçamento e sinalização viária no perímetro urbano do município em trecho definido na carta consulta PAC, selecionada pelo Ministério das Cidades através da Portaria nº 492/2013, alterada pela Portaria nº 233/2014".**

O Pregoeiro Oficial, regido pela portaria n. 002/2014 alterado pela portaria nº 035/2014 da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste/MT, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que no PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/2014, cujo certame se deu às 15:00 hs do dia 24/06/2014; sagrou vencedoras as seguinte proponente: **SERPRA SERVIÇOS PROJETOS E ASSESSORIA LTDA, CNPJ: 07.123.969/0001-07**, vencedora com valor global **R$ 15.750,00 (quinze mil setecentos e cinquenta reais).** Maiores informações fone 0xx65 3228-1178.

Lambari D'Oeste/MT. 24 de junho de 2014.

DUILHO RABELO BOASCIVIS
Pregoeiro

Publicado por:
Rubens Ventura
Código Identificador:FD4F58FE

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 020/2014

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO – VALOR GLOBAL"
A Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste / MT, em 24 de Junho de 2014, através da Comissão Permanente de Licitação e de seu Pregoeiro torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 07 de Junho de 2014 às 09:00 hs, a licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº. 020/2014, cujo objeto é a Contratação de serviços de técnicos profissionais especializados de assessoramento e orientação ao controle interno, a pasta contendo o Edital completo e seus anexos encontram-se a disposição dos interessados no horário de expediente desta Prefeitura, ou pelo e-mail: licitacao@lambaridoeste.mt.gov.br

Lambari D'Oeste/MT em 24 de Junho de 2014.

DUILHO RABELO BOASCIVIS
Pregoeiro

Publicado por:
Rubens Ventura
Código Identificador:A28E6E13

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE

PREFEITURA MUNICIPAL
TERMO DE POSSE N.º 051/2014

O Prefeito Municipal de Lucas do Rio Verde, **Otaviano Olavo Pivetta**, tendo em vista o disposto no art. 6° da Lei Complementar Municipal n° 42, de 20 de junho de 2006, **EMPOSSA** nesta data o (a) servidor (a) **ELIONE DA CUNHA SIQUEIRA RIOS DE SOUSA BRANDÃO**, convocado (a) pelo Edital de Convocação de Posse N.º **042/2014** publicado no **Jornal Oficial dos Municípios** em **15/04/2014**, para exercer o Cargo de **PROFESSOR(A) DE PEDAGOGIA – 30 HORAS**, habilitado (a) no Concurso Público de **001/2013**.

O (a) servidor (a) apresentou os documentos exigidos por lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres, atribuições e responsabilidades do cargo, bem como se compromete a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Lucas do Rio Verde, bem como as atribuições do cargo, anexando a este termo, declaração de bens e rendimentos e, ainda, declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo emprego ou função pública.

Para consta, eu Liliane Barcelos Martins, com exercício no Departamento de Recursos Humanos, lavrei o presente **TERMO**, que vai assinado pelo Prefeito Municipal Sr. Otaviano Olavo Pivetta, Secretária Municipal de Planejamento, Gestão e Orçamento Sra. Solimara Ligia Moura e pelo empossado (a).

Lucas do Rio Verde - MT, 25 de Abril de 2014

OTAVIANO OLAVO PIVETTA
Prefeito Municipal

SOLIMARA LIGIA MOURA
Secretária Municipal de Planejamento, Gestão e Orçamento

ELIONE DA CUNHA SIQUEIRA RIOS DE SOUSA BRANDÃO
Empossado (a)

Publicado por:
Bruna Pelissari
Código Identificador:AB4F76C0

PREFEITURA MUNICIPAL
TERMO DE POSSE N.º 052/2014

O Prefeito Municipal de Lucas do Rio Verde, **Otaviano Olavo Pivetta**, tendo em vista o disposto no art. 6° da Lei Complementar Municipal n° 42, de 20 de junho de 2006, **EMPOSSA** nesta data o (a) servidor (a) **DEBORAH ALEXSANDRA COSTA DA ROCHA SILVA**, convocado (a) pelo Edital de Convocação de Posse N.º **042/2014** publicado no **Jornal Oficial dos Municípios** em **15/04/2014**, para exercer o Cargo de **MERENDEIRA**, habilitado (a) no Concurso Público de **001/2013**.

O (a) servidor (a) apresentou os documentos exigidos por lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres, atribuições e responsabilidades do cargo, bem como se compromete a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Lucas do Rio Verde, bem como as atribuições do cargo, anexando a este termo, declaração de bens e rendimentos e, ainda, declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo emprego ou função pública.

Para consta, eu Liliane Barcelos Martins, com exercício no Departamento de Recursos Humanos, lavrei o presente **TERMO**, que vai assinado pelo Prefeito Municipal Sr. Otaviano Olavo Pivetta, Secretária Municipal de Planejamento, Gestão e Orçamento Sra. Solimara Ligia Moura e pelo empossado (a).

Lucas do Rio Verde - MT, 25 de Abril de 2014

OTAVIANO OLAVO PIVETTA
Prefeito Municipal

SOLIMARA LIGIA MOURA
Secretária Municipal de Planejamento, Gestão e Orçamento

DEBORAH ALEXSANDRA COSTA DA ROCHA SILVA
Empossado (a)

Publicado por:
Bruna Pelissari
Código Identificador:023C0E4F

PREFEITURA MUNICIPAL
TERMO DE POSSE N.º 053/2014

O Prefeito Municipal de Lucas do Rio Verde, **Otaviano Olavo Pivetta**, tendo em vista o disposto no art. 6° da Lei Complementar Municipal n° 42, de 20 de junho de 2006, **EMPOSSA** nesta data o (a) servidor (a) **JUCELIA JULIA GOMES DA SILVA**, convocado (a) pelo Edital de Convocação de Posse N.º **042/2014** publicado no **Jornal Oficial dos Municípios** em **15/04/2014**, para exercer o Cargo de **MONITOR(A) DE CRECHE/ESCOLA**, habilitado (a) no Concurso Público de **001/2013**.

O (a) servidor (a) apresentou os documentos exigidos por lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres, atribuições e responsabilidades do cargo, bem como se compromete a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Lucas do Rio Verde, bem como as atribuições do cargo, anexando a este termo, declaração de bens e rendimentos e, ainda, declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo emprego ou função pública.

Para consta, eu Liliane Barcelos Martins, com exercício no Departamento de Recursos Humanos, lavrei o presente **TERMO**, que vai assinado pelo Prefeito Municipal Sr. Otaviano Olavo Pivetta, Secretária Municipal de Planejamento, Gestão e Orçamento Sra. Solimara Ligia Moura e pelo empossado (a).

Lucas do Rio Verde - MT, 25 de Abril de 2014

OTAVIANO OLAVO PIVETTA
Prefeito Municipal

SOLIMARA LIGIA MOURA
Secretária Municipal de Planejamento, Gestão e Orçamento

JUCELIA JULIA GOMES DA SILVA
Empossado (a)

Publicado por:
Bruna Pelissari
Código Identificador:11565959

PREFEITURA MUNICIPAL
TERMO DE POSSE N.º 054/2014

O Prefeito Municipal de Lucas do Rio Verde, **Otaviano Olavo Pivetta**, tendo em vista o disposto no art. 6° da Lei Complementar Municipal n° 42, de 20 de junho de 2006, **EMPOSSA** nesta data o (a) servidor (a) **SULENE NOGUEIRA LIMA MENEGOTTO**, convocado (a) pelo Edital de Convocação de Posse N.º **043/2014** publicado no **Jornal Oficial dos Municípios** em **15/04/2014**, para exercer o Cargo de **ENFERMEIRO – 40 HORAS**, habilitado (a) no Concurso Público de **001/2013**.

O (a) servidor (a) apresentou os documentos exigidos por lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres, atribuições e responsabilidades do cargo, bem como se compromete a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Lucas do Rio Verde, bem como as atribuições do cargo, anexando a este termo, declaração de bens e rendimentos e, ainda, declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo emprego ou função pública.

Para consta, eu Liliane Barcelos Martins, com exercício no Departamento de Recursos Humanos, lavrei o presente **TERMO**, que vai assinado pelo Prefeito Municipal Sr. Otaviano Olavo Pivetta, Secretária Municipal de Planejamento, Gestão e Orçamento Sra. Solimara Ligia Moura e pelo empossado (a).

Lucas do Rio Verde - MT, 25 de Abril de 2014

OTAVIANO OLAVO PIVETTA
Prefeito Municipal

SOLIMARA LIGIA MOURA
Secretária Municipal de Planejamento, Gestão e Orçamento

SULENE NOGUEIRA LIMA MENEGOTTO
Empossado (a)

Publicado por:
Bruna Pelissari
Código Identificador:E1D29A99

PREFEITURA MUNICIPAL
TERMO DE POSSE N.º 055/2014

O Prefeito Municipal de Lucas do Rio Verde, **Otaviano Olavo Pivetta**, tendo em vista o disposto no art. 6° da Lei Complementar Municipal n° 42, de 20 de junho de 2006, **EMPOSSA** nesta data o (a) servidor (a) **MONICA RONISIE ZAGHI**, convocado (a) pelo Edital de Convocação de Posse N.º **042/2014** publicado no **Jornal Oficial dos Municípios** em **15/04/2014**, para exercer o Cargo de **SECRETARIA ESCOLAR**, habilitado (a) no Concurso Público de **001/2013**.

O (a) servidor (a) apresentou os documentos exigidos por lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres, atribuições e responsabilidades do cargo, bem como se compromete a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Lucas do Rio Verde, bem como as atribuições do cargo, anexando a este termo, declaração de bens e rendimentos e, ainda, declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo emprego ou função pública.

Para consta, eu Liliane Barcelos Martins, com exercício no Departamento de Recursos Humanos, lavrei o presente **TERMO**, que vai assinado pelo Prefeito Municipal Sr. Otaviano Olavo Pivetta, Secretária Municipal de Planejamento, Gestão e Orçamento Sra. Solimara Ligia Moura e pelo empossado (a).

Lucas do Rio Verde - MT, 25 de Abril de 2014

OTAVIANO OLAVO PIVETTA
Prefeito Municipal

SOLIMARA LIGIA MOURA
Secretária Municipal de Planejamento, Gestão e Orçamento

MONICA RONISIE ZAGHI
Empossado (a)

Publicado por:
Bruna Pelissari
Código Identificador:5F820FD6

PREFEITURA MUNICIPAL
TERMO DE POSSE N.º 056/2014

O Prefeito Municipal de Lucas do Rio Verde, **Otaviano Olavo Pivetta**, tendo em vista o disposto no art. 6° da Lei Complementar Municipal n° 42, de 20 de junho de 2006, **EMPOSSA** nesta data o (a) servidor (a) **KAROLE GRAZIELA SONTAG**, convocado (a) pelo Edital de Convocação de Posse N.º **041/2014** publicado no **Jornal Oficial dos Municípios** em **14/04/2014**, para exercer o Cargo de **ANALISTA ADMINISTRATIVO**, habilitado (a) no Concurso Público de **001/2013**.

O (a) servidor (a) apresentou os documentos exigidos por lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres, atribuições e responsabilidades do cargo, bem como se compromete a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Lucas do Rio Verde, bem como as atribuições do cargo, anexando a este termo, declaração de bens e rendimentos e, ainda, declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo emprego ou função pública.

Para consta, eu Liliane Barcelos Martins, com exercício no Departamento de Recursos Humanos, lavrei o presente **TERMO**, que vai assinado pelo Prefeito Municipal Sr. Otaviano Olavo Pivetta,

Secretária Municipal de Planejamento, Gestão e Orçamento Sra. Solimara Ligia Moura e pelo empossado (a).

Lucas do Rio Verde - MT, 25 de Abril de 2014

OTAVIANO OLAVO PIVETTA
Prefeito Municipal

SOLIMARA LIGIA MOURA
Secretária Municipal de Planejamento, Gestão e Orçamento

KAROLE GRAZIELA SONTAG
Empossado (a)

Publicado por:
Bruna Pelissari
Código Identificador:21DC1665

PREFEITURA MUNICIPAL
TERMO DE POSSE N.º 057/2014

O Prefeito Municipal de Lucas do Rio Verde, **Otaviano Olavo Pivetta**, tendo em vista o disposto no art. 6° da Lei Complementar Municipal n° 42, de 20 de junho de 2006, **EMPOSSA** nesta data o (a) servidor (a) **ELLEN LOIZE MORAIS NASCIMENTO**, convocado (a) pelo Edital de Convocação de Posse N.º **042/2014** publicado no **Jornal Oficial dos Municípios** em **15/04/2014**, para exercer o Cargo de **MONITOR(A) DE CRECHE/ESCOLA**, habilitado (a) no Concurso Público de **001/2013**.

O (a) servidor (a) apresentou os documentos exigidos por lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres, atribuições e responsabilidades do cargo, bem como se compromete a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Lucas do Rio Verde, bem como as atribuições do cargo, anexando a este termo, declaração de bens e rendimentos e, ainda, declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo emprego ou função pública.

Para consta, eu Liliane Barcelos Martins, com exercício no Departamento de Recursos Humanos, lavrei o presente **TERMO**, que vai assinado pelo Prefeito Municipal Sr. Otaviano Olavo Pivetta, Secretária Municipal de Planejamento, Gestão e Orçamento Sra. Solimara Ligia Moura e pelo empossado (a).

Lucas do Rio Verde - MT, 28 de Abril de 2014

OTAVIANO OLAVO PIVETTA
Prefeito Municipal

SOLIMARA LIGIA MOURA
Secretária Municipal de Planejamento, Gestão e Orçamento

ELLEN LOIZE MORAIS NASCIMENTO
Empossado (a)

Publicado por:
Bruna Pelissari
Código Identificador:FA313640

PREFEITURA MUNICIPAL
TERMO DE POSSE N.º 058/2014

O Prefeito Municipal de Lucas do Rio Verde, **Otaviano Olavo Pivetta**, tendo em vista o disposto no art. 6° da Lei Complementar Municipal n° 42, de 20 de junho de 2006, **EMPOSSA** nesta data o (a) servidor (a) **MARIA LUZINETE LOPES ZAATRE**, convocado (a) pelo Edital de Convocação de Posse N.º **042/2014** publicado no **Jornal Oficial dos Municípios** em **15/04/2014**, para exercer o Cargo de **MERENDEIRA**, habilitado (a) no Concurso Público de **001/2013**.

O (a) servidor (a) apresentou os documentos exigidos por lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres, atribuições e responsabilidades do cargo, bem como se compromete a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Lucas do Rio Verde, bem como as atribuições do cargo, anexando a este termo, declaração de bens e rendimentos e, ainda, declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo emprego ou função pública.

Para consta, eu Liliane Barcelos Martins, com exercício no Departamento de Recursos Humanos, lavrei o presente **TERMO**, que vai assinado pelo Prefeito Municipal Sr. Otaviano Olavo Pivetta, Secretária Municipal de Planejamento, Gestão e Orçamento Sra. Solimara Ligia Moura e pelo empossado (a).

Lucas do Rio Verde - MT, 28 de Abril de 2014

OTAVIANO OLAVO PIVETTA
Prefeito Municipal

SOLIMARA LIGIA MOURA
Secretária Municipal de Planejamento, Gestão e Orçamento

MARIA LUZINETE LOPES ZAATRE
Empossado (a)

Publicado por:
Bruna Pelissari
Código Identificador:85BEF6A5

PREFEITURA MUNICIPAL
TERMO DE POSSE N.º 059/2014

O Prefeito Municipal de Lucas do Rio Verde, **Otaviano Olavo Pivetta**, tendo em vista o disposto no art. 6° da Lei Complementar Municipal n° 42, de 20 de junho de 2006, **EMPOSSA** nesta data o (a) servidor (a) **MARI TANIA VICTOR**, convocado (a) pelo Edital de Convocação de Posse N.º **042/2014** publicado no **Jornal Oficial dos Municípios** em **15/04/2014**, para exercer o Cargo de **MONITOR(A) DE CRECHE/ESCOLA**, habilitado (a) no Concurso Público de **001/2013**.

O (a) servidor (a) apresentou os documentos exigidos por lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres, atribuições e responsabilidades do cargo, bem como se compromete a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Lucas do Rio Verde, bem como as atribuições do cargo, anexando a este termo, declaração de bens e rendimentos e, ainda, declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo emprego ou função pública.

Para consta, eu Liliane Barcelos Martins, com exercício no Departamento de Recursos Humanos, lavrei o presente **TERMO**, que vai assinado pelo Prefeito Municipal Sr. Otaviano Olavo Pivetta, Secretária Municipal de Planejamento, Gestão e Orçamento Sra. Solimara Ligia Moura e pelo empossado (a).

Lucas do Rio Verde - MT, 28 de Abril de 2014

OTAVIANO OLAVO PIVETTA
Prefeito Municipal

SOLIMARA LIGIA MOURA
Secretária Municipal de Planejamento, Gestão e Orçamento

MARI TANIA VICTOR
Empossado (a)

Publicado por:
Bruna Pelissari
Código Identificador:EA5513B7

PREFEITURA MUNICIPAL
TERMO DE POSSE N.º 060/2014

O Prefeito Municipal de Lucas do Rio Verde, **Otaviano Olavo Pivetta**, tendo em vista o disposto no art. 6° da Lei Complementar Municipal n° 42, de 20 de junho de 2006, **EMPOSSA** nesta data o (a) servidor (a) **NEUSA MUNIZ DE ARAUJO**, convocado (a) pelo Edital de Convocação de Posse N.º **043/2014** publicado no **Jornal Oficial dos Municípios** em **15/04/2014**, para exercer o Cargo de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM – 40 HORAS**, habilitado (a) no Concurso Público de **001/2013**.

O (a) servidor (a) apresentou os documentos exigidos por lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres, atribuições e responsabilidades do cargo, bem como se compromete a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Lucas do Rio Verde, bem como as atribuições do cargo, anexando a este termo, declaração de bens e rendimentos e, ainda, declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo emprego ou função pública.

Para consta, eu Liliane Barcelos Martins, com exercício no Departamento de Recursos Humanos, lavrei o presente **TERMO**, que vai assinado pelo Prefeito Municipal Sr. Otaviano Olavo Pivetta, Secretária Municipal de Planejamento, Gestão e Orçamento Sra. Solimara Ligia Moura e pelo empossado (a).

Lucas do Rio Verde - MT, 28 de Abril de 2014

OTAVIANO OLAVO PIVETTA
Prefeito Municipal

SOLIMARA LIGIA MOURA
Secretária Municipal de Planejamento, Gestão e Orçamento

NEUSA MUNIZ DE ARAUJO
Empossado (a)

Publicado por:
Bruna Pelissari
Código Identificador:3936E30F

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI N. 2.267, DE 15 DE MAIO DE 2014

Poder Executivo

Altera dispositivos da Lei n. 2.134/2013, a qual dispõe sobre a reestruturação do regime próprio da previdência social dos Servidores do Município de Lucas do Rio Verde - MT e dá outras providências.

O Prefeito do Município em Exercício de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Acrescenta o § 4º ao art. 28, altera a redação dos incisos III e IV do art. 48, acrescenta o § 3º ao art. 48, acrescenta § 7º ao art. 49, altera a redação do art. 52, altera a redação do art. 88 e dos incisos de IV a IV e altera a redação do § 1º do art. 93, da Lei Municipal n. 2.134, de 25 de junho de 2013, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 28. ...**

§ 4º não integram o salário-maternidade, a gratificação por produtividade, a gratificação por atividades penosas, insalubres ou perigosas e a remuneração por horas extras, salvo se por opção estas vantagens forem integradas à base de cálculo para o salário de contribuição, nos 12 (doze) meses anteriores ao início do gozo do benefício de salário-maternidade."

"**Art. 48. ...**

III - de uma contribuição mensal do Município, incluídas suas autarquias e fundações, definida pelo art. 2º da Lei Federal n. 9.717, de 27 de novembro de 1998, alterado pelo art. 10 da Lei Federal n. 10.887, de 18 de junho de 2004, igual a 12,32 % (doze inteiros e trinta e dois décimos percentuais) calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos;

...**IV -** fica instituída contribuição a cargo do ente no percentual de 2,28% (dois inteiros e vinte e oito décimos), relativa ao custo suplementar destinado à amortização do déficit atuarial, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos, para o período de 2014 a 2048.

...§ 3º as contribuições correspondentes as alíquotas do custo normal e suplementar, relativas ao exercício de 2014, serão exigidas a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da publicação desta lei."

"**Art. 49. ...**

§ 7º Ao segurado optante pela inclusão, na base de cálculo da contribuição, das parcelas dispostas no § 3º do art. 49, desta Lei, fica garantida a concessão do benefício de auxílio-doença com base no valor do salário de contribuição, desde que cumpra uma carência de 12 (doze) meses, anteriores ao gozo do benefício de auxílio-doença."

..."**Art. 52.** O não recolhimento das contribuições a que se referem os incisos I, II, III, IV e V, do art. 48 desta lei, no prazo estabelecido no inciso II do art. 51 desta lei, ensejará o pagamento de juros moratórios a razão de 1% (um por cento) ao mês, não cumulativo, correção monetária pelo índice de atualização da taxa SELIC, de acordo com a regra estabelecida pela Receita Federal e multa calculada à taxa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento)."

..."**Art. 88.** O Conselho Curador será composto por 06 (seis) membros titulares e 05 (cinco) suplentes, nomeados pelo Prefeito Municipal, os quais deverão ser escolhidos dentre pessoas idôneas com reconhecida capacidade e experiência, observado o seguinte:

I - 02 (dois) membros titulares e 01 (um) suplente indicado pelo Poder Executivo Municipal, sendo um, dentre os inativos, garantindo a efetiva participação no Conselho, de servidor inativo;

II - 01 (um) membro titular e 01 (um) suplente, do quadro de servidores efetivos da Câmara Municipal, indicados pelo Poder Legislativo Municipal;

III - 01 (um) membro titular e 01 (um) suplente, do quadro de servidores efetivos do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto;

IV - 02 (dois) membros titulares e 02 (dois) suplentes, eleitos em Assembleia Geral dos Servidores Públicos ativos e inativos do Município de Lucas do Rio Verde, a ser convocada por ato do Prefeito Municipal que determinará dia, hora e local, para sua realização."

..."**Art. 93. ...**
...
§ 1º O Presidente do Conselho Fiscal será escolhido entre seus membros, e exercerá o mandato por um ano, vedado a reeleição, e terá o voto de qualidade."

Art. 2º Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, realizado em Março/2014, que faz parte integrante da presente lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Lucas do Rio Verde/MT, 15 de maio de 2014.

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Andre Pezzini
Código Identificador:4BE2B423

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2014

Objeto: Alienação de 95 (noventa e cinco) Imóveis Urbanos, localizados no município de Lucas do Rio Verde – Itambiquara, de propriedade do Município de Lucas do Rio Verde.
Dia: 31/07/2014
Entrega dos Envelopes: Até as 17:00 horas do dia 30/07/2014
Abertura dos Envelopes: Às 09:00 horas do dia 31/07/2014

Edital Completo: Afixado no endereço: Av. América do Sul, Nº 2500 S, Loteamento Parque dos Buritis, Lucas do Rio Verde/MT,CEP:78455-000,Fone:65-3549-8300 e na Internet, site www.lucasdorioverde.mt.gov.br.
Fundamento Legal: Lei Federal Nº 8.666/93 e demais legislações complementares.

Lucas do Rio Verde - MT, 25 de junho de 2014.

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente CPL

Publicado por:
Jéssica Regina Wohlemberg
Código Identificador:B53A336E

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONVOCAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2014

O MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE-MT, por meio da Comissão Permanente de Licitações **torna público** a convocação de todos participantes da Tomada de Preços nº 02/2014 que trata da Contratação de empresa para execução (mão de obra e material) da construção da Unidade Básica de Saúde - PSF XV localizada no Loteamento Jaime Seiti Fuji no Município de Lucas do Rio Verde – MT, **conforme Proposta de UBS nº 11386056000113002/ Ministério da Saúde.**", para realização de sessão pública para abertura do envelope nº 02 " Proposta de Preços ". A sessão será realizada no **dia 27/06/2014 as 10:00 horas** na sala de licitações no Paço Municipal no endereço Avenida América do Sul, 2500 S, Parque dos Buritis – Lucas do Rio Verde_ MT FUNDAMENTO LEGAL: Regida pela Lei Federal 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Lucas do Rio Verde MT, 25 de junho de 2014.

ELISEU SAVIO DINIZ
Presidente CPL

Publicado por:
Jéssica Regina Wohlemberg
Código Identificador:CD698A67

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 091/2014 E REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2014

Objeto: Registro de Preços para futura contratação de empresa especializada para prestação de serviços de hospedagem e fornecimento de refeições no perímetro urbano de Lucas do Rio Verde MT para atender as necessidades da Administração Municipal de Lucas do Rio Verde/MT
Dia: 09 de julho de 2014.
Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Das 07:30hs até as 08:00hs, do dia 09 de julho de 2014.
Abertura do envelope Nº 01: Às 08:00 horas, do dia 09 de julho de 2014, no endereço acima.
Edital Completo: Afixado no endereço acima e na Internet, site www.lucasdorioverde.mt.gov.br.
Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Lucas do Rio Verde MT, 25 de junho de 2014.

JESSICA REGINA WOHLEMBERG
Pregoeira

Publicado por:
Jéssica Regina Wohlemberg
Código Identificador:944758E2

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONVOCAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2014

O MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE-MT, por meio da Comissão Permanente de Licitações **torna público** a convocação de todos participantes da Tomada de Preços nº 01/2014 que trata da "Contratação de empresa para execução (mão de obra e material) da construção da Unidade Básica de Saúde - PSF XIV localizada no Loteamento João Campagnaro no Município de Lucas do Rio Verde – MT. **conforme Proposta de UBS nº 11386056000113001/ Ministério da Saúde.**", para realização de sessão pública para abertura do envelope nº 02 " Proposta de Preços ". A sessão será realizada no **dia 27/06/2014 as 08:00 horas** na sala de licitações no Paço Municipal no endereço Avenida America do Sul, 2500 S, Parque dos Buritis – Lucas do Rio Verde_ MT FUNDAMENTO LEGAL: Regida pela Lei Federal 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Lucas do Rio Verde MT, 24 de junho de 2014.

ELISEU SAVIO DINIZ
Presidente CPL

Publicado por:
Jéssica Regina Wohlemberg
Código Identificador:9D6E008B

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 090/2014

Objeto do Pregão: **C**ontratação de empresa para executar serviço de poda de árvores em vias e passeios públicos bem como as localizadas nos imóveis públicos(praças, creches, escolas e demais espaços/prédios públicos) do município de Lucas do Rio Verde-MT
Edital Completo: Afixado no endereço Avenida América Sul, Nº 2500 S, Parque dos Buritis, Lucas do Rio Verde MT, CEP: 78455-000, Fone: 65 3549 8300 e na Internet, site www.lucasdorioverde.mt.gov.br.
Dia:**10** de Julho de 2014.
Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Das 07:30hs até as 08:00hs, do dia 10 de Julho de 2014.
Abertura do envelope Nº 01: Às 08:00 horas do dia 10 de Julho de 2014**,** no endereço acima.
Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Lucas do Rio Verde-MT,25 de junho de 2014.

JÉSSICA REGINA WOHLEMBERG

Publicado por:
Jéssica Regina Wohlemberg
Código Identificador:D2334C0F

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2014

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde, torna público a quem possa interessar que no Processo Licitatório "PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2014", cujo objeto trata da **aquisição de veículos, emplacados em Lucas do Rio Verde – MT, para ampliação da frota da Prefeitura de Lucas do Rio Verde-MT**, com data de abertura dia 24 de Junho de 2014, que NÃO TIVEMOS NENHUMA EMPRESA PARTICIPANDO NESTE CERTAME, restando portanto "DESERTA".

Lucas do Rio Verde MT, 25 de Junho de 2014.

SIRLEI AMARO DA SILVA
Pregoeira

Publicado por:
Sirlei Amaro da Silva
Código Identificador:695851CD

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 079/2014

Objeto do Pregão: Contratação de empresa para execução de muro em alvenaria estrutural, execução de vedação em alvenaria estrutural no barracão de destinação de objetos e guarita no ecoponto**.**
Data: 24 de Junho de 2014.
Empresa Vencedora: Lotes 01 a empresa **PAVILUCAS PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA LTDA ME** no valor total de R$ 23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais).

Lucas do Rio Verde MT, 25 de Junho de 2014.

JÉSSICA REGINA WOHLEMBERG
Pregoeira

Publicado por:
Sirlei Amaro da Silva
Código Identificador:6F3E3AE3

PREFEITURA MUNICIPAL
1º RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO Nº 028/2014

O MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE-MT, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, **torna público** as seguintes retificações no Edital de Pregão Eletrônico nº 028/2014 que trata do Pregão Eletrônico (Registro de Preços) para futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos para manutenção das piscinas escolares do Município de Lucas Do Rio Verde – MT.
No item Anexo I (Termo de Referência)
Em razão das alterações mencionadas altera-se a data da abertura do presente certame, da seguinte forma:
Realização: Por meio do site www.bll.org.br
Data de Início para o recebimento das propostas: das 08:00 horas do dia 13/06/2014 até as 17:00 horas do dia 10/07/2014 (horário de Brasília)
Data e horário de início da sessão: Dia 11/07/2014 as 09:00 horas (horário de Brasília)
Data e horário de início da disputa: Dia 11/07/2014 as 10:00 horas (horário de Brasília)
Edital Completo: Afixado no endereço Av. América do Sul, Nº 2500 S, Parque dos Buritis, Lucas do Rio Verde MT.CEP: 78455-000 – Fone: 65 3549 8300 e na Internet, site www.lucasdorioverde.mt.gov.br e **site www.bll.org.br.**
Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 e Decreto Federal 5.450/05.

Lucas do Rio Verde MT, 25 de junho de 2014.

JÉSSICA REGINA WOHLEMBERG
Pregoeira

Publicado por:
Jéssica Regina Wohlemberg
Código Identificador:082BBE53

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE CONTRATOS CONGÊNERES - JUNHO/2014

Nº DO CONTRATO: 259/2014
DATA:17/06/2014
CREDOR: NORTE ENGENHARIA LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CÂMERAS (INCLUINDO LENTES, FONTES, CAIXAS DE PROTEÇÃO E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS PARA O FUNCIONAMENTO) DE VIGILÂNCIA PARA USO NO PAÇO MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE-MT.
VIGENCIA:30/10/2014
Nº NE/ANO: 08223/2014
VALOR: R$ 153.315.66 (CENTO E CINQUENTA E TRES MIL TREZENTOS E QUINZE REAIS E SESSENTA E SEIS CENTAVOS)
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO PRESENCIAL Nº 76/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Károle Graziela Sontag
Código Identificador:69CBFAFF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES - JUNHO/2014.

Nº DO CONTRATO: 260/2014
DATA:20/06/2014
CREDOR: VERGRAN COMERCIAL LTDA
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES E PRODUTOS DE LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE LUCAS DO RIO VERDE-MT.
VIGENCIA:20/06/2015
Nº NE/ANO: Empenhos realizados conforme retirada de materiais
VALOR: Empenhos realizados conforme retirada de materiais
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO PRESENCIAL Nº 77/2014 – REGISTRO DE PREÇOS N. 036/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Károle Graziela Sontag
Código Identificador:C706CD35

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES - JUNHO/2014.

Nº DO CONTRATO: 261/2014
DATA:20/06/2014
CREDOR: AGUILERA AUTOPEÇAS LTDA
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE LUCAS DO RIO VERDE-MT.
VIGENCIA:20/06/2015
Nº NE/ANO: Empenhos realizados conforme retirada de materiais
VALOR: Empenhos realizados conforme retirada de materiais
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO PRESENCIAL Nº 77/2014 - REGISTRO DE PREÇOS N. 036/2014

ELISEU SÁVIO DINIZ
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Károle Graziela Sontag
Código Identificador:E6FC2123

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
TOMADA DE PREÇO 001/2014

Objeto da Licitação: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licenciamento de Software de Sistema Integrado de Gestão Pública, desenvolvido para trabalhar em ambiente multiusuário em plataforma Windows com Módulo WEB (Internet), serviços técnicos especializados para o SAAE, conforme termo de referencia (ANEXO I).
Data da Sessão: 28/07/2014
Entrega dos Documentos para Cadastramento: Até as 17:00 horas do dia 23/07/2014.
Entrega dos Envelopes: Até as 08:00 horas do dia 28/07/2014.
Abertura dos Envelopes: As 08:00 horas do dia 28/07/2014.

Edital Completo: Deverá ser solicitado através do e-mail**: compras@saaelrv.com.br ou retirao no site http://www.saaelrv.com.br.**

Lucas do Rio Verde MT, 25 de Junho de 2014.

KARINE A. A. DA SILVA FRANÇA
Presidente CPL

Publicado por:
Sonia Alves Duarte Bueno
Código Identificador:1F0B4339

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 009/2014

OBJETO: O presente termo tem por objeto reajustar o valor ***de*** R$34.818,66 (trinta e quatro mil, oitocentos e dezoito reais e sessenta e seis centavos).
Aditiva o valor de R$3.914,11 (três mil novecentos e quatorze reais e onze centavos), referente a serviços excedentes à planilha orçamentária inicial da Tomada de Preço 02/2014, contrato nº009/2014, com base no **Artigo 65 § 1º da Lei Federal 8.666/93.**
DATA DO ADITIVO: 24/06/2014
PARCEIRO PÚBLICO: Município de Marcelândia – MT.
EMPRESA: RGE CONTRUÇÕES LTDA ME

Publicado por:
Geisi Glaucia da Silveira Tirapelle
Código Identificador:21CCD85C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DO CONTRATO Nº 003/2014

OBJETO: Locação de um imóvel de madeira, localizado à Rua Várzea Grande n°.688, Vila Izabel, no Município de Marcelândia – MT, para instalação da Casa dos Idosos, locação de acordo com a Lei Municipal n° 814/2013
CONTRATADO: **OEL DE ROSSI**
VALOR: **R$2.580,00** (dois mil quinhentos e oitenta reais).
DATA ASSINATURA: 27/01/2014
DATA VIGÊNCIA INÍCIO: 01/01/2014
DATA VIGÊNCIA FINAL: 01/07/2014

Publicado por:
Geisi Glaucia da Silveira Tirapelle
Código Identificador:54909D73

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PARECER JURIDICO SOBRE RECURSO DO PREGÃO PRESENCIAL N°029/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL, ÓLEO DIESEL S-10, GASOLINA E ETANOL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E A FROTA DO MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT.
PARECER: Preceitua a Lei de Licitações 8666/93, acerca dos prazos o seguinte: ”Art. 110. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta lei, excluir-se-á o dia do inicio e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos exceto quando for explicitamente disposto em contrário.
Parágrafo único. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade”
Diante do exposto, esta Assessoria Jurídica, após examinar as questões preliminares e de admissibilidade recursal, entende estar o **Recurso apresentado as fls. 163/166 protocolizado em data de 13/06/2014, INTEMPESTIVO, opinando pela MANUTENÇÃO da decisão** da Ilma. Sr. Pregoeira.

GEISI GLAUCIA DA SILVEIRA TIRAPELLE
Pregoeira

Publicado por:
Geisi Glaucia da Silveira Tirapelle
Código Identificador:6FC59DCD

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO TOMADA DE PREÇO Nº. 013/2014

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação comunica a todos os interessados que realizou no dia **18 DE JUNHO DE 2014 às 14h00min** na sede da Prefeitura Municipal, a **TOMADA DE PREÇO** para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE MULTIPLO USO, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO Nº 042/2012 CELEBRADO ENTRE O MUNÍCIPIO DE MATUPÁ E O ESTADO DE MATO GROSSO, aonde sagrou-se vencedor o Licitante: MR DEL PAPA & CIA LTDA - ME, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 97.531.021/0001-75, COM O VALOR DE R$ 200.756,27.** Maiores informações, junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, Fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min.

Matupá – MT, 25 de Junho de 2014.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Publicado por:
Alexsandra Tosta Batista
Código Identificador:7B97BDDC

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2014

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica a todos os interessados que realizou no dia **25 DE JUNHO DE 2014 as 10h00min** na sede da Prefeitura Municipal **PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO** para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PREVENTIVA/CORRETIVA E PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE ACORDO COM A REVISÃO DOS KMS RODADOS COM A FINALIDADE DE MANTER A GARANTIA DE FABRICA DO VEICULO AMBULANCIA JUMPER PLACA OBK 8452,** onde contratou-se a Empresa **VILLE DE FRANCE VEICULOS LTDA inscrita no CNPJ 07.539.157/0003-09 COM UM VALOR TOTAL DE R$ 953,30**. O processo tem Fundamento Legal no Art. 24, Inciso XVIII da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores. Maiores Informações junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, Fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min.

Matupá – MT, 25 de Junho de 2014.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Publicado por:
Alexsandra Tosta Batista
Código Identificador:59444C18

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL COMPLEMENTAR

EDITAL COMPLEMENTAR 046/2014

Em cumprimento a determinação judicial em caráter LIMINAR, exarada nos autos do processo nº 706-22.2014.811.0030 – CÓDIGO 44684, encaminhada pelo oficio nº 1568/2014, o Sr. SEBASTIÃO

GILMAR LUIZ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nobres – MT, através da Comissão Para Realização e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado, designada pela Portaria nº. 160/2013, alterada pela Portaria 116/2014, torna público a convocação da candidata constante no Anexo I, para apresentação de documentação para o cargo de: Odontóloga.
A convocada, deverá se apresentar, dentro de improrrogáveis (10) dias, no setor de pessoal da Prefeitura Municipal, para a apresentação da documentação exigida para contratação.
Outras informações, se necessárias, poderão ser obtidas no Setor de Legislação e Normas na Sede da Prefeitura Municipal de Nobres – MT em horário comercial.

Nobres - MT, 23 de junho de 2014.

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA
Prefeito Municipal

DULCELINA MARIA DE ALMEIDA
Representante da Secretária Municipal de Administração

CARLOS BUENO DA ROCHA
Representante da Secretaria de Obras

CAMILA PEREIRA MACIEL
Representante da Secretaria Municipal de Saúde

EDSON FRIEDRICH
Representante da Secretaria Municipal de Educação

GRACIELE MARIA MEIRA DE JESUS
Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social

ANEXO I		
Cargo: ODONTÓLOGO		
Nº.	Nome do Candidato	RG
1.	JAQUELINE ZENI ANDRADE	16511859

Publicado por:
Dulcelina Maria de Almeida
Código Identificador:68B93D17

GABINETE DO PREFEITO
GABINETE DO PREFEITO

LEI Municipal Nº. 1320/2014, de 20 de junho de 2014

"ALTERA OS ANEXOS II e III DA LEI 1.297/2013, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Sr. Sebastião Gilmar Luiz da Silva, Prefeito Municipal de Nobres – MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º – Fica alterado o anexo II da Lei 1.297/2013 que passa a vigorar conforme Anexo I desta Lei Complementar.
Art. 2º - Fica alterado o anexo III da Lei 1.297/2013 que passa a vigorar conforme Anexo II desta Lei Complementar.
Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 5º - Revogam-se as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres/MT, em 20 de Junho de 2014.

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA
Prefeito Municipal de Nobres

ANEXO –I				
QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO				
Cargo	Escolaridade/Pré-Requisito	Tabela Salarial / Ingresso	Quadro	Carga Horária Semanal
Almoxarife	Nível Médio Completo	Anexo II-G	02	40 Hs
Arquiteto	Superior Completo – Reg. Conselho	Anexo II-D	01	40 Hs
Assistente Social	Superior Completo – Reg. Conselho	Anexo II-D	04	40 Hs
Auditor de Controle Interno	Superior Completo	Anexo II-B	02	40 Hs
Auditor Fiscal de Tributos	Superior Completo – Graduação especifica em Administração, Ciências Contábeis ou Direito.	Anexo II-D	05	40 Hs
Procurador Municipal	Superior Completo – Reg. Conselho	Anexo II-B	01	40 Hs
Farmacêutico / Bioquímico	Superior Completo – Reg. Conselho	Anexo II-D	02	40 Hs
Farmacêutico	Superior Completo – Reg. Conselho	Anexo II-D	01	40 Hs
Contador	Superior Completo – Reg. Conselho	Anexo II-B	01	40 Hs
Enfermeiro	Superior Completo – Reg. Conselho	Anexo II-D	09	40 Hs
Engenheiro Agrônomo	Superior Completo – Reg. Conselho	Anexo II-D	01	40 Hs
Engenheiro Sanitarista	Superior Completo – Reg. Conselho	Anexo II-D	01	40 Hs
Engenheiro Civil	Superior Completo – Reg. Conselho	Anexo II-C	01	40 Hs
Fisioterapeuta	Superior Completo – Reg. Conselho	Anexo II-D	03	40 Hs
Jornalista	Superior Completo	Anexo II-D	01	40 Hs
Nutricionista	Superior Completo – Reg. Conselho	Anexo II-D	01	40 Hs
Médico	Superior Completo – Reg. Conselho	Anexo II-A	11	40 Hs
Medico Veterinário	Superior Completo – Reg. Conselho	Anexo II-D	01	40 Hs
Odontólogo	Superior Completo – Reg. Conselho	Anexo II-C	10	40 Hs
Psicólogo (a)	Superior Completo – Reg. Conselho	Anexo II-D	06	40 Hs
Agente Administrativo	Nível Médio Completo + Informática	Anexo II-G	35	40 Hs
Assistente de informática	Nível médio Completo + Informática	Anexo II-G	02	40 Hs
Assistente de Bibliotecário	Nível Médio Completo	Anexo II-G	05	40 Hs
Eletrotécnico	Nível Médio Completo Técnico	Anexo II-G	02	40 Hs
Fiscal de Meio Ambiente	Nível Médio Completo	Anexo II-G	02	40 Hs
Fiscal de Obras e Posturas	Nível Fundamental Incompleto	Anexo II-G	07	40 Hs
Fiscal de Tributos	Nível Médio Completo + Informática	Anexo II-F	05	40 Hs
Fiscal de Vigilância Sanitária	Nível Médio Completo + Informática	Anexo II-G	08	40 Hs
Recepcionista	Nível Médio Completo	Anexo II-J	08	40 Hs
Técnico Agrícola	Nível Médio Completo Técnico	Anexo II-F	02	40 Hs
Técnico de Higiene Dental	Nível Médio Completo Técnico	Anexo II-I	03	40 Hs
Técnico em Contabilidade	Nível Médio Completo Técnico	Anexo II-F	05	40 Hs
Técnico em Enfermagem	Nível Médio Completo Técnico	Anexo II-F	15	40 Hs
Técnico em Laboratório	Nível Médio Completo Técnico	Anexo II-F	03	40 Hs
Técnico em Raio – X	Nível Médio Completo Técnico	Anexo II-F	02	40 Hs
Técnico em Secretariado	Nível Médio Completo Técnico	Anexo II-G	05	40 Hs
Técnico em Segurança de Trabalho	Nível Médio Completo Técnico	Anexo II-F	01	40 Hs
Telefonista	Nível Médio Completo	Anexo II-I	05	40 Hs
Agente Comunitário de Saúde	Nível Fundamental incompleto	Anexo II-N	100	40 Hs
Agente de Saúde Ambiental	Nível Fundamental incompleto	Anexo II-N	10	40 Hs
Apontador	Nível Fundamental incompleto	Anexo II-J	10	40 Hs
Aposentado		Anexo II-O	03	
Auxiliar Administrativo	Nível Médio Completo	Anexo II-J	25	40 Hs
Auxiliar de Odontologia	Nível Fundamental incompleto	Anexo II-J	05	40 Hs
Auxiliar de Fisioterapia	Nível Fundamental incompleto	Anexo III-J	03	40 Hs
Auxiliar Enfermagem	Nível Fundamental + Curso Especifico de Auxiliar de Enfermagem	Anexo III-J	25	40 Hs
Ajudante de Serviços Gerais	Nível Fundamental incompleto	Anexo II-K	190	40 Hs
Coveiro	Nível Fundamental incompleto	Anexo II-K	02	40 Hs
Eletricista	Nível Fundamental incompleto	Anexo II-J	01	40 Hs
Mecânico de veiculo leve	Nível Fundamental incompleto	Anexo II-H	03	40 Hs
Merendeira	Nível Fundamental incompleto	Anexo II-K	15	40 Hs
Monitor Escolar Social	Nível Médio Completo	Anexo II-J	02	40 Hs
Motorista de Ambulância	Nível Fundamental incompleto	Anexo II-L	08	40 Hs
Motorista de veiculo leve	Nível Fundamental incompleto	Anexo II-H	15	40 Hs
Motorista de veiculo pesado	Nível Fundamental incompleto	Anexo II-E	15	40 Hs
Operador de Máquina Pesada	Nível Fundamental incompleto	Anexo II-E	10	40 Hs
Orientador de Programas Sociais	Nível Superior Completo – Licenciatura Plena em Pedagogia.	Anexo II-D	02	40 Hs
Orientador de Programas Sociais	Nível Superior Completo – Licenciatura Plena em Pedagogia.	Anexo II-P	05	20 Hs
Pensionista		Anexo II-O	05	
Pedreiro	Nível Fundamental incompleto	Anexo II-H	01	40 Hs
Professor de Educação Física	Nível Superior Completo – Licenciatura Plena	Anexo II-M	09	20 Hs
Vigia	Nível Fundamental incompleto	Anexo II-K	80	40 Hs
Gari	Nivel Fundamental incompleto	Anexo II - O	15	40 Hs

ANEXO II

TABELA DE SALÁRIOS

ANEXO II – A

Tabela de salário para o cargo de Médico

Classe/Niv.	A (R$)	B (R$)	C (R$)	D (R$)
1	R$11.584,04	R$16.473,67	R$23.427,22	R$33.315,86
2	R$12.105,32	R$17.214,99	R$24.481,44	R$34.815,07
3	R$12.650,06	R$17.989,66	R$25.583,11	R$36.381,75
4	R$13.219,31	R$18.799,19	R$26.734,35	R$38.018,93
5	R$13.814,18	R$19.645,16	R$27.937,39	R$39.729,78
6	R$14.435,82	R$20.529,19	R$29.194,57	R$41.517,62
7	R$15.085,43	R$21.453,00	R$30.508,33	R$43.385,92
8	R$15.764,28	R$22.418,39	R$31.881,21	R$45.338,28

ANEXO II – B

Tabela de salário para os cargos de: Auditor de Controle Interno; Procurador Municipal; Contador.

Classe/Niv.	A (R$)	B (R$)	C (R$)	D (R$)
1	R$4.608,70	R$6.554,04	R$9.320,50	R$13.254,68
2	R$4.816,09	R$6.848,97	R$9.739,92	R$13.851,15
3	R$5.032,82	R$7.157,17	R$10.178,22	R$14.474,45
4	R$5.259,29	R$7.479,24	R$10.636,24	R$15.125,80
5	R$5.495,96	R$7.815,81	R$11.114,87	R$15.806,46
6	R$5.743,28	R$8.167,52	R$11.615,04	R$16.517,75
7	R$6.001,73	R$8.535,06	R$12.137,71	R$17.261,05
8	R$6.271,80	R$8.919,14	R$12.683,91	R$18.037,79

ANEXO II – C

Tabela de salário para os cargos de: Engenheiro Civil e Odontólogos.

Classe/Niv.	A (R$)	B (R$)	C (R$)	D (R$)
1	R$4.110,45	R$5.845,47	R$8.312,85	R$11.821,71
2	R$4.295,42	R$6.108,52	R$8.686,93	R$12.353,69
3	R$4.488,71	R$6.383,40	R$9.077,84	R$12.909,60
4	R$4.690,71	R$6.670,66	R$9.486,34	R$13.490,54
5	R$4.901,79	R$6.970,84	R$9.913,23	R$14.097,61
6	R$5.122,37	R$7.284,52	R$10.359,33	R$14.732,00
7	R$5.352,88	R$7.612,33	R$10.825,49	R$15.394,94
8	R$5.593,75	R$7.954,88	R$11.312,64	R$16.087,72

ANEXO II – D

Tabela de salário para os cargos de: Arquiteto; Assistente Social; Auditor Fiscal de Tributos; Farmacêutico/Bioquímico; Farmacêutico; Enfermeiro; Engenheiro Agrônomo; Engenheiro Sanitarista; Fisioterapeuta; Jornalista; Nutricionista; Médico Veterinário; Psicólogo; Orientador de Programas Sociais 40 (quarenta) horas.

Classe/Niv.	A (R$)	B (R$)	C (R$)	D (R$)
1	R$3.363,10	R$4.782,67	R$6.801,43	R$9.672,32
2	R$3.514,44	R$4.997,89	R$7.107,50	R$10.107,58
3	R$3.672,59	R$5.222,79	R$7.427,33	R$10.562,42
4	R$3.837,86	R$5.457,82	R$7.761,57	R$11.037,73
5	R$4.010,56	R$5.703,42	R$8.110,84	R$11.534,42
6	R$4.191,03	R$5.960,07	R$8.475,82	R$12.053,47
7	R$4.379,63	R$6.228,28	R$8.857,24	R$12.595,88
8	R$4.576,71	R$6.508,55	R$9.255,81	R$13.162,69

ANEXO II – E

Tabela de salário para os cargos de: Motorista de Veículos pesados; Operador de Máquinas Pesadas

Classe/Niv.	A (R$)	B (R$)	C (R$)	D (R$)
1	R$1.550,76	R$2.205,34	R$3.136,21	R$4.460,01
2	R$1.620,54	R$2.304,58	R$3.277,34	R$4.660,71
3	R$1.693,47	R$2.408,28	R$3.424,82	R$4.870,44
4	R$1.769,67	R$2.516,66	R$3.578,94	R$5.089,61
5	R$1.849,31	R$2.629,91	R$3.739,99	R$5.318,64
6	R$1.932,53	R$2.748,25	R$3.908,29	R$5.557,98
7	R$2.019,49	R$2.871,92	R$4.084,16	R$5.808,09
8	R$2.110,37	R$3.001,16	R$4.267,95	R$6.069,45

ANEXO II – F

Tabela de salário para os cargos de: Fiscal de tributos; Técnico Agrícola; técnico de Contabilidade; Técnico em Enfermagem; Técnico em Laboratório; Técnico em Raio X; Técnico em Segurança do trabalho.

Classe/Niv.	A (R$)	B (R$)	C (R$)	D (R$)
1	R$1.183,31	R$1.682,79	R$2.393,09	R$3.403,22
2	R$1.236,56	R$1.758,51	R$2.500,78	R$3.556,36
3	R$1.292,20	R$1.837,64	R$2.613,32	R$3.716,40
4	R$1.350,35	R$1.920,34	R$2.730,91	R$3.883,63
5	R$1.411,12	R$2.006,75	R$2.853,81	R$4.058,40
6	R$1.474,62	R$2.097,06	R$2.982,23	R$4.241,03
7	R$1.540,98	R$2.191,42	R$3.116,43	R$4.431,87
8	R$1.610,32	R$2.290,04	R$3.256,67	R$4.631,31

ANEXO II – G

Tabela de salário para os cargos de: Agente Administrativo; Assistente de Informática; Almoxarife; Assistente de Bibliotecário; Eletrotécnica; Fiscal de meio ambiente; fiscal de Obras e Posturas; Fiscal de Vigilância Sanitária; Técnico em Secretariado.

Classe/Niv.	A (R$)	B (R$)	C (R$)	D (R$)
1	R$1.121,03	R$1.594,22	R$2.267,14	R$3.224,10
2	R$1.171,48	R$1.665,96	R$2.369,16	R$3.369,18
3	R$1.224,19	R$1.740,93	R$2.475,77	R$3.520,80
4	R$1.279,28	R$1.819,27	R$2.587,18	R$3.679,23
5	R$1.336,85	R$1.901,13	R$2.703,60	R$3.844,80
6	R$1.397,01	R$1.986,68	R$2.825,27	R$4.017,81
7	R$1.459,87	R$2.076,09	R$2.952,40	R$4.198,61
8	R$1.525,57	R$2.169,51	R$3.085,26	R$4.387,55

ANEXO II – H

Tabela de salário para os cargos de: Mecânico de veiculo Leve; Motorista de Veiculo Leve; Pedreiro

Classe/Niv.	A (R$)	B (R$)	C (R$)	D (R$)
1	R$ 1.083,66	R$ 1.541,07	R$ 2.191,56	R$ 3.116,62
2	R$ 1.132,42	R$ 1.610,42	R$ 2.290,18	R$ 3.256,87
3	R$ 1.183,38	R$ 1.682,89	R$ 2.393,24	R$ 3.403,43
4	R$ 1.236,64	R$ 1.758,62	R$ 2.500,94	R$ 3.556,58
5	R$ 1.292,28	R$ 1.837,76	R$ 2.613,48	R$ 3.716,63
6	R$ 1.350,44	R$ 1.920,46	R$ 2.731,08	R$ 3.883,88
7	R$ 1.411,21	R$ 2.006,88	R$ 2.853,98	R$ 4.058,65
8	R$ 1.474,71	R$ 2.097,19	R$ 2.982,41	R$ 4.241,29

ANEXO II – I

Tabela de salário para o cargo de: Telefonista; Técnico de Higiene Dental;

Classe/Niv.	A (R$)	B (R$)	C (R$)	D (R$)
1	R$ 934,19	R$ 1.328,51	R$ 1.889,28	R$ 2.686,74
2	R$ 976,23	R$ 1.388,30	R$ 1.974,30	R$ 2.807,65
3	R$ 1.020,16	R$ 1.450,77	R$ 2.063,14	R$ 2.933,99
4	R$ 1.066,07	R$ 1.516,05	R$ 2.155,98	R$ 3.066,02
5	R$ 1.114,04	R$ 1.584,28	R$ 2.253,00	R$ 3.203,99
6	R$ 1.164,17	R$ 1.655,57	R$ 2.354,38	R$ 3.348,17
7	R$ 1.216,56	R$ 1.730,07	R$ 2.460,33	R$ 3.498,84
8	R$ 1.271,30	R$ 1.807,92	R$ 2.571,05	R$ 3.656,29

ANEXO II – J

Tabela de salário para os cargos de: Auxiliar de Odontologia; Auxiliar de Fisioterapia; Apontador; Auxiliar Administrativo; Auxiliar de Enfermagem; Eletricista; Recepcionista; Monitor Escolar Social

Classe/Niv.	A (R$)	B (R$)	C (R$)	D (R$)
1	R$ 846,99	R$ 1.204,50	R$ 1.712,93	R$ 2.435,95
2	R$ 885,10	R$ 1.258,71	R$ 1.790,01	R$ 2.545,57
3	R$ 924,93	R$ 1.315,35	R$ 1.870,56	R$ 2.660,12
4	R$ 966,56	R$ 1.374,54	R$ 1.954,73	R$ 2.779,83
5	R$ 1.010,05	R$ 1.436,39	R$ 2.042,70	R$ 2.904,92
6	R$ 1.055,50	R$ 1.501,03	R$ 2.134,62	R$ 3.035,64
7	R$ 1.103,00	R$ 1.568,58	R$ 2.230,68	R$ 3.172,25
8	R$ 1.152,64	R$ 1.639,16	R$ 2.331,06	R$ 3.315,00

ANEXO II – K

Tabela de salário para os cargos de: Ajudante de Serviços Gerais; Coveiro; Merendeira; Vigia

Classe/Niv.	A (R$)	B (R$)	C (R$)	D (R$)
1	R$ 722,44	R$ 1.027,38	R$ 1.461,04	R$ 2.077,75
2	R$ 754,95	R$ 1.073,61	R$ 1.526,79	R$ 2.171,25
3	R$ 788,92	R$ 1.121,93	R$ 1.595,49	R$ 2.268,95
4	R$ 824,42	R$ 1.172,41	R$ 1.667,29	R$ 2.371,05
5	R$ 861,52	R$ 1.225,17	R$ 1.742,32	R$ 2.477,75
6	R$ 900,29	R$ 1.280,31	R$ 1.820,72	R$ 2.589,25
7	R$ 940,80	R$ 1.337,92	R$ 1.902,66	R$ 2.705,77
8	R$ 983,14	R$ 1.398,13	R$ 1.988,28	R$ 2.827,53

ANEXO II – L

Tabela de salário para o cargo de: Motorista de Ambulância,

Classe/Niv.	A (R$)	B (R$)	C (R$)	D (R$)
1	R$ 1.868,39	R$ 2.657,04	R$ 3.778,58	R$ 5.373,52
2	R$ 1.952,47	R$ 2.776,61	R$ 3.948,61	R$ 5.615,32
3	R$ 2.040,33	R$ 2.901,55	R$ 4.126,30	R$ 5.868,01
4	R$ 2.132,14	R$ 3.032,12	R$ 4.311,98	R$ 6.132,07
5	R$ 2.228,09	R$ 3.168,57	R$ 4.506,02	R$ 6.408,02
6	R$ 2.328,35	R$ 3.311,15	R$ 4.708,79	R$ 6.696,38
7	R$ 2.433,13	R$ 3.460,16	R$ 4.920,69	R$ 6.997,71
8	R$ 2.542,62	R$ 3.615,86	R$ 5.142,12	R$ 7.312,61

ANEXO II – M

Tabela de salário para o cargo de: Professor de Educação Física

Classe/Niv.	A (R$)	B (R$)	C (R$)	D (R$)
1	R$ 1.868,39	R$ 2.657,04	R$ 3.778,58	R$ 5.373,52
2	R$ 1.952,47	R$ 2.776,61	R$ 3.948,61	R$ 5.615,32
3	R$ 2.040,33	R$ 2.901,55	R$ 4.126,30	R$ 5.868,01
4	R$ 2.132,14	R$ 3.032,12	R$ 4.311,98	R$ 6.132,07
5	R$ 2.228,09	R$ 3.168,57	R$ 4.506,02	R$ 6.408,02
6	R$ 2.328,35	R$ 3.311,15	R$ 4.708,79	R$ 6.696,38
7	R$ 2.433,13	R$ 3.460,16	R$ 4.920,69	R$ 6.997,71
8	R$ 2.542,62	R$ 3.615,86	R$ 5.142,12	R$ 7.312,61

ANEXO II – N

Tabela de salário para o cargo de: Agente Comunitário de Saúde, Agente de Saúde Ambiental

Classe/Niv.	A (R$)	B (R$)	C (R$)	D (R$)
1	R$1.245,60	R$1.771,37	R$2.519,06	R$3.582,36
2	R$1.301,65	R$1.851,08	R$2.632,42	R$3.743,57
3	R$1.360,23	R$1.934,38	R$2.750,88	R$3.912,03
4	R$1.421,44	R$2.021,43	R$2.874,67	R$4.088,07
5	R$1.485,40	R$2.112,39	R$3.004,03	R$4.272,03
6	R$1.552,24	R$2.207,45	R$3.139,21	R$4.464,28
7	R$1.622,10	R$2.306,78	R$3.280,48	R$4.665,17
8	R$1.695,09	R$2.410,59	R$3.428,10	R$4.875,10

ANEXO II – O

Tabela de salário para o cargo de: Gari

Classe/Niv.	A (R$)	B (R$)	C (R$)	D (R$)
1	R$1.245,60	R$1.771,37	R$2.519,06	R$3.582,36
2	R$1.301,65	R$1.851,08	R$2.632,42	R$3.743,57
3	R$1.360,23	R$1.934,38	R$2.750,88	R$3.912,03
4	R$1.421,44	R$2.021,43	R$2.874,67	R$4.088,07
5	R$1.485,40	R$2.112,39	R$3.004,03	R$4.272,03
6	R$1.552,24	R$2.207,45	R$3.139,21	R$4.464,28
7	R$1.622,10	R$2.306,78	R$3.280,48	R$4.665,17
8	R$1.695,09	R$2.410,59	R$3.428,10	R$4.875,10

ANEXO II – P

Tabela de salário para os cargos de: Orientador de Programas Sociais 20 (vinte) horas.

Classe/Niv.	A (R$)	B (R$)	C (R$)	D (R$)
1	R$1.681,55	R$2.391,33	R$3.400,72	R$4.836,16

2	R$1.757,22	R$2.498,94	R$3.553,75	R$5.053,79
3	R$1.836,29	R$2.611,40	R$3.713,67	R$5.281,21
4	R$1.918,93	R$2.728,91	R$3.880,78	R$5.518,86
5	R$2.005,28	R$2.851,71	R$4.055,42	R$5.767,21
6	R$2.095,52	R$2.980,04	R$4.237,91	R$6.026,74
7	R$2.189,82	R$3.114,14	R$4.428,62	R$6.297,94
8	R$2.288,36	R$3.254,27	R$4.627,91	R$6.581,35

Publicado por:
Dulcelina Maria de Almeida
Código Identificador:9196D414

PREFEITURA MUNICIPAL
CONTRATO

CONTRATO Nº 64/2014 - Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a empresa **EMPRESA NOVA GUIA CONSTRUÇÕES LTDA ME**, inscrita no CNPJ: 08.428.937/0001-74, Objeto: **EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DA AV. MÁRIO A. NASSARDEN NO BAIRRO SÃO JOSÉ, MUNICÍPIO DE NOBRES-MT, PARA ATENDER AO CONTRATO DE REPASSE N. 02668858-81/2008/MTUR/CAIXA.** Valor **R$ 521.291,30 (quinhentos e vinte e um mil, duzentos e noventa e um reais e trinta centavos)**. Data: 13 de Junho de 2014. Prazo: 150 (cento e cinquenta) dias. Assinam – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres e **EMPRESA NOVA GUIA CONSTRUÇÕES LTDA ME** – Contratado.

Publicado por:
Quézia da Rosa
Código Identificador:29773006

PREFEITURA MUNICIPAL
RATIFICAÇÃO

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 005/2014

Modalidade: DISPENSA nº 05/2014 **Interessada**: Prefeitura Municipal de Nobres – MT. **Objeto**: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS NA ZONA RURAL, no município de Nobres-MT. Valor Global:** R$ 298.512,50 (duzentos e noventa e oito mil, quinhentos e doze reais e cinquenta centavos). **Fundamento Legal:** Artigo 24, inciso X da Lei nº 8666/93. Ratificamos a Dispensa de licitação nº 004/2014 em consonância com a justificativa apresentada e parecer jurídico, nos termos do art. 24, XVII da Lei nº 8.666/93.

Nobres, 25 de junho de 2014.

CRISLEY DIVINA DIAS
Presidente Da Comissão De Licitação

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Crisley Divina Dias
Código Identificador:6684103D

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVENIOS
EXTRATO DO PREGÃO 16/2014 – ADESÃO Nº 004/2014 - CONTRATO ADMINISTRATIVO 44/2014

A Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, torna público para conhecimento dos interessados que ratificou processo de Adesão à Ata de Registro de Preços nº 054/2013, realizada por meio do Pregão Presencial nº 082/2013/Prefeitura de Sapezal-MT, para aquisição de Veículo Utilitário Tipo Furgão adaptado em Ambulância UTI MOVEL. Fornecedor: Domani Distribuidora de Veículos LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.016.616/0001-13. Valor: 158.600,00 (cento e cinquenta e oito mil e seiscentos reais). Fonte dos recursos: Convênio celebrado com o Ministério da Saúde e recursos próprios.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 44/2014. Contratante: MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA-MT, inscrito no CNPJ sob o nº 03.425.170/0001-06. Contratado: Domani Distribuidora de Veículos LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.016.616/0001-13. Objeto: Aquisição de Veículo Utilitário Tipo Furgão adaptado em Ambulância UTI MOVEL. Dotação orçamentária: 0266-04.002.10.301.0023.1033-4490.52.00.00.00. Valor: R$ 158.600,00 (cento e cinquenta e oito mil e seiscentos reais). Fonte dos recursos: Convênio celebrado com o Ministério da Saúde e recursos próprios. Prazo de entrega: 30 (trinta) dias. Assinatura: 25/06/2014.

Nortelândia-MT, 25 de junho de 2014.

NEURILAN FRAGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Walcemir Carlos da Silva
Código Identificador:1038CD29

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVENIOS
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL 013-2014

O Pregoeiro Oficial juntamente com a equipe de apoio do **MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA-MT,** no exercício das atribuições que lhe confere as Portarias nº 216/2014, torna público para conhecimento dos interessados, que na Licitação Modalidade Pregão Presencial nº 013/2014, referente à contratação de empresa para prestação de serviços de cadastramento e recadastramento predial e territorial urbano, em todo o perímetro urbano do município, conforme anexos do Edital, sagrou-se vencedor o licitante: QUALIDADOS PROJETOS E PESQUISAS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 13.672.664/0001-49, no valor total de R$ 39.150,00 (trinta e nove mil, cento e cinquenta reais).

Nortelândia-MT, 10 de junho de 2014.

WALCEMIR CARLOS DA SILVA
Pregoeiro Oficial do Município de Nortelândia-MT

Publicado por:
Walcemir Carlos da Silva
Código Identificador:534A2689

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVENIOS
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL 014-2014

O Pregoeiro Oficial juntamente com a equipe de apoio do **MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA-MT,** no exercício das atribuições que lhes conferem a Portaria nº 216/2014, torna público para conhecimento dos interessados, que na Licitação Modalidade Pregão Presencial nº 014/2013, referente à Aquisição de Medicamentos e Materiais de consumo Odontológico, Ambulatorial e Laboratorial, para a Secretaria Municipal de Saúde, com recursos oriundos de Convênios e recursos próprios, conforme descrito na Relação dos itens, Anexo I do Edital, sagraram-se vencedoras as empresas a seguir descritas e seus respectivos lotes: O Lote 01, ficou com a empresa DENTAL CENTRO OESTE, no valor de R$ 61.690,00 (sessenta e um mil, seiscentos e noventa reais); o Lote 02, ficou com a empresa DENTAL REZENDE, no valor de R$ 47.311,08 (quarenta e sete mil, trezentos e onze reais e oito centavos); o Lote 03, ficou com a empresa LP, no valor de R$ 12.171,04 (doze mil, cento e setenta e um reais e quatro centavos); o Lote 04, ficou com a empresa DENTAL CENTRO OESTE, no valor de R$ 42.170,00 (quarenta e dois mil, cento e setenta reais); o Lote 05, ficou com a empresa DENTAL CENTRO OESTE, no valor de R$ 3.494,08 (três mil e trinta reais e oito centavos); o Lote 06, ficou com a empresa JM, no valor de R$ 57.453,52 (cinquenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e cinquenta e dois centavos); o Lote 07, ficou com a empresa DENTAL CENTRO OESTE, no valor de R$ 12.840,00 (doze mil, oitocentos e quarenta reais); o Lote 08, ficou com a empresa DENTAL CENTRO OESTE, no valor de R$ 24.203,96 (vinte e quatro mil, duzentos e três reais e noventa e seis centavos); o

Lote 09, ficou com a empresa CENTERMEDI, no valor de R$ 61.000,00 (sessenta e um mil reais); o Lote 10, ficou com a empresa DELTA, no valor de R$ 25.060,40 (vinte e cinco mil, sessenta reais e quarenta centavos); o Lote 11, ficou com a empresa DELTA, no valor de R$ 54.174,08 (cinquenta e quatro mil, cento e setenta e quatro reais e oito centavos); o Lote 12, ficou com a empresa CENTERMEDI, no valor de R$ 106.266,16 (cento e seis mil, duzentos e sessenta e seis reais e dezesseis centavos); o Lote 13, ficou com a empresa DELTA, no valor de R$ 10.287,00 (dez mil, duzentos e oitenta e sete reais).

Nortelândia-MT, 18 de Junho de 2014.

WALCEMIR CARLOS DA SILVA
Pregoeiro Oficial do Município de Nortelândia-MT

Publicado por:
Walcemir Carlos da Silva
Código Identificador:6DA60C8F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº 006/2014

RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO PARA NOMEAÇÃO DE AGENTES COMUNITÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA – MT, – EDITAL Nº 001/2014, EDITAL 004/2014 E EDITAL 005/2014 E LEIS AUTORIZATIVAS MUNICIPAL Nº 064/2007 E 317/2014.

Dispõe sobre o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Público para a nomeação de Agentes Comunitário de Saúde do Município de Nortelândia – MT, conforme Editais nºs 001/2014 , 004/2014 e 005/2014 e Leis Autorizativas Municipal nº 064/2007 e 317/2014 .

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento com o dispositivo nos Editais nºs 001/2014, 004/2014 e 005/2014, Lei Autorizativas Municipal 064/2007 e 317/2014, torna público o **RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO Nº 001/2014/SMS PARA NOMEAÇÃO DE AGENTES COMUNITÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA – MT**.

1. O processo seletivo constou de uma avaliação escrita (questões objetivas).

Critérios de Pontuação:
Foi utilizado o critério de maior pontuação em consonância com a prova escrita.

2. Não houve candidatos portadores de necessidades especiais.

3. Houve um recurso julgado improcedente.

4. O resultado final consta a lista classificatória, ANEXO I, deste Edital.

5. As normas, as exigências, e os documentos necessários para a nomeação estão no edital Nº 001/2014/SMS.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nortelândia – MT, 25 Junho de 2014.

NEURILAN FRAGA
Prefeito Municipal

NORMA FIRMIANO RODRIGUES BARRADAS
Secretária Municipal de Saúde

ATILANA LINS FERREIRA FORMIGHIERI
Presidente da Comissão Processo Seletivo

GRAZIELE GUBERT DA SILVA
Secretária da Comissão Processo Seletivo

THAÍS OLIVEIRA DE ALMEIDA
Membro da Comissão de Processo Seletivo

ANEXO I

RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO PARA NOMEAÇÃO DE AGENTES COMUNITARIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA-MT.

ÁREA 01 (COHAB) VAGO

NOME	CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO
ADAIR CANDIDA DA SILVA	APROVADA	24
JAÍNE LAIZA SANTOS SOUZA	CLASSIFICADA	24
SAMARA MACHADO LIMA	CLASSIFICADA	22
NATHALIA REGINA DAROLT LARSEN	DESCLASSIFICADA	19
OLAVO APARECIDO DA SILVA	DESCLASSIFICADO	19
MARILENE ROSA DA SILVA	DESCLASSIFICADA	18
FRANCIENE MORAES CARDOSO	DESCLASSIFICADA	16
RAYANY CARLA FERREIRA LOPES	DESCLASSIFICADA	15
MARIZETH DOS SANTOS OLIVEIRA	DESCLASSIFICADA	14
EVANICE PEREIRA BARRETO	DESCLASSIFICADA	12
ALESSANDRA LINO DE SOUZA	DESCLASSIFICADA	12
TATIANE BARRETO SEMIM	ELIMINADA	00
JOSÉ LUCAS LEMES SILVA	ELIMINADO	00

ÁREA 02 (TAPIRAPUÃ) SUBSTITUIÇÃO

NOME	CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO
ELINE JOYCE OLIVEIRA CEZAR	APROVADA	22
GERALDA SIMÃO DE SOUZA	CLASSIFICADA	20
GISELE LUCIANA AMANCIO F.DORILEU	DESCLASSIFICADA	18
LETICIA KETELLEN DA SILVA	DESCLASSIFICADA	17

ÁREA 03 (JOAQUIM DA SILVA) VAGO

NOME	CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO
WILLIAM LOPES DE OLIVEIRA	APROVADO	32
APARECIDA CUSTODIA DO NASCIMENTO	CLASSIFICADA	23
LUCIANA RIBEIRO DE SOUZA	DESCLASSIFICADA	12
JOCINEI RIBEIRO DA SILVA	DESCLASSIFICADO	07
JOVENICE RIBEIRO DA SILVA	DESCLASSIFICADA	00
SOLANGE ALVES MACHADO	ELIMINADA	00

ÁREA 04 (JOAQUIM DA SILVA) CADASTRO DE RESERVA

NOME	CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO
GABRIEL FRANÇA MOREIRA	APROVADO	24
IVANICE COELHO ORMOND	DESCLASSIFICADA	18
MAREILLE DOS SANTOS MONTEIRO	DESCLASSIFICADA	17
ADAILZE TERCIA SILVA LIMA AGUIAR	DESCLASSIFICAD	15
ROSALINA DE ALMEIDA KLEIN	DESCLASSIFICADA	12

ÁREA 05 (NOVO HORIZONTE) CADASTRO DE RESERVA

NOME	CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO
ANTONIO LORRAN CHAVES MESIAS	APROVADO	29
ANGELA DE OLIVEIRA S. FIGUEREDO	CLASSIFICADA	22
MARITZA RAFAELA GARCIA MACHADO	CLASSIFICADA	22
VALDETE RODRIGUES DE SOUZA	CLASSIFICADA	21
VALDINA ASCARI	CLASSIFICADA	20
ANNE KAROLINNY DOS SANTOS SOUZA	DESCLASSIFICADA	19
WENDEL RODRIGO SANTOS FIGUEREDO	DESCLASSIFICADO	19
DÉBORAH ROCHANNE RIBEIRO DE JESUS	DESCLASSIFICADO	19
ANTÔNIO CARLOS PERUCIO JÚNIOR	DESCLASSIFICADO	18

CÉLIA PEREIRA DOS SILVA	DESCLASSIFICADA	10
MARIA HELENA MARQUES DE SOUSA	ELIMINADA	00

ÁREA 06 (DA PONTE) CADASTRO DE RESERVA

NOME	CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO
ROZIMAR RODRIGUES DE OLIVEIRA COSTA	ELIMINADA	00

ÁREA 07 (DA PONTE) CADASTRO DE RESERVA

NOME	CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO
JANAILCE CRHISTINA CAMPOS DA SILVA	DESCLASSIFICADA	11
IDIMARA FERREIA DA SILVA	ELIMINADA	00
ROSANA VENANCIO DA SILVA	ELIMINADA	00
LUCYNÉIA VENÂNCIO DA SILVA	ELIMINADA	00

ÁREA 08 (DA PONTE) CADASTRO DE RESERVA

NOME	CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO
ADRIANO SANTANA DAMASCENA	APROVADO	22
MARLENE LEONCIO RAMOS	ELIMINADA	00

ÁREA 09 (BANDEIRANTES) CADASTRO DE RESERVA

NOME	CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO
ROSÂNGELA DOS SANTOS QUEIROZ	DESCLASSIFICADA	18
CARLA RANNIELLY SILVA FOLES	ELIMINADA	00

ÁREA 10 (BANDEIRANTES) CADASTRO DE RESERVA

NOME	CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO
BARBARA DAIANE DE SOUZA CHAVES	APROVADA	23
LAIZE DOS SANTOS PEREIRA	CLASSIFICADA	22
KERLA DOS SANTOS BARRETO	DESCLASSIFICADA	18
LUARA DOS SANTOS PEREIRA	DESCLASSIFICADA	18
MAURA REGINA DOS SANTOS	DESCLASSIFICADA	18
FERNANDA CAROLINE DOS ALMEIDA	DESCLASSIFICADA	17
IARA DA SILVA	DESCLASSIFICADA	13
TELMA DA SILVA NASCIMENTO	ELIMINADA	00
ROSINEI DIAS PEREIRA	ELIMINADA	00

ÁREA 11 (CENTRO) CADASTRO DE RESERVA

NOME	CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO
DAYANE PEREIRA DOS SANTOS	ELIMINADA	00

ÁREA 12 (PA SANTANINHA) CADASTRO DE RESERVA

NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO

ÁREA 13 (PA SÃO FRANCISCO) CADASTRO DE RESERVA

NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO

ÁREA 14 (PA RAIMUNDO ROCHA) CADASTRO DE RESERVA

NOME	CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO
TAISA FERNANDES DOS SANTOS	ELIMINADA	

ÁREA 15 (PA RAIMUNDO ROCHA) CADASTRO DE RESERVA

NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO

ÁREA 16 (PA RAIMUNDO ROCHA) SUBSTITUIÇÃO

NOME	CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO
JEANES TAVARES DE ALMEIDA	APROVADA	21
MARINALVA ASSIS DA SILVA	ELIMINADA	
ALAIDE DA SILVA E SILVA	ELIMINADA	

ÁREA 17 (NOVO HORIZONTE) VAGO

NOME	CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO
SABLINA KETELLEN PEREIRA DA SILVA	APROVADA	21
EDELVA ORMOND DE ALMEIDA	DESCLASSIFICADA	17
CRISTINA DE SOUZA PORTELA	DESCLASSIFICADA	15
KELLI CRISTINA CAMPOS DE LIMA	DESCLASSIFICADA	13
APARECIDA NOGUEIRA DE JESUS	DESCLASSIFICADA	10
DANIELLE MACHADO CAETANO	DESCLASSIFICADA	10
LIZAURA COELHO PORTELA	ELIMINADA	00
LUCINETE ROSA DE LIMA SANTOS	ELIMINADA	00
ILANA NATASHA PEREIRA BARRETO	ELIMINADA	00
OLINDA DE LIMA LOPES	ELIMINADA	00

ÁREA 18 (PA NOSSA TERRA NOSSA GENTE) CADASTRO DE RESERVATE

NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO

Nortelândia – MT, 25 de Junho de 2014.

NEURILAN FRAGA
Prefeito Municipal

NORMA FIRMIANO RODRIGUES BARRADAS
Secretária Municipal de Saúde

ATILANA LINS FERREIRA FORMIGHIERI
Presidente da Comissão Processo Seletivo

GRAZIELE GUBERT DA SILVA
Secretária da Comissão Processo Seletivo

THAÍS OLIVEIRA DE ALMEIDA
Membro da Comissão de Processo Seletivo

Publicado por:
Claudete Reis dos Santos
Código Identificador:8874E95E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 179/2014

Dispõe sobre a Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Público para nomeação de Agentes Comunitário de Saúde, conforme Editais nºs 001/2014, 004/2014; e 005/2014.

O Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, Sr. **NEURILAN FRAGA,** no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e nos termos do artigo 37, II, da Constituição Federal e;

Considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado Público nº 001/2014 desta Prefeitura Municipal, a nomeação de Agentes Comunitários de Saúde.

Considerando que todas às exigências dos Editais foram cumpridas;

DECRETA:

Art. 1º Fica Homologado o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado Público nº 001/2014, conforme Editais nºs 001/2014, 004/2014 e 005/2014, e outros documentos expedidos pela Secretaria Municipal de Saúde e Comissão Municipal do Processo Seletivo Simplificado Público, que são partes integrantes deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Sede do Município de Nortelândia-MT, ao 25º dia do mês de Junho de 2014, 61ª da Emancipação Político- Administrativa.25/06/2014.

NEURILAN FRAGA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Claudete Reis dos Santos
Código Identificador:C6E620A5

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 051/2014

Fica rescindido a partir de 24 de junho de 2014, o Contrato Temporário nº 051/2014, celebrado entre o **Município de Nossa Senhora do Livramento** e **a Srª. Eliene Rodrigues Soares,** ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Nossa Senhora do Livramento-MT, 24 de junho 2014

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

VLADIMIR DE LIMA BRANDÃO
Procurador Municipal

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:DC4D1419

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
DECRETO Nº 048/2014

"Nomeia membros para compor o Conselho Municipal do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB".

CARLOS ROBERTO DA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT**,** no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a lei nº 559/2007 e 637/2009,

Resolve:
Art. Iº - Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, com mandato fixado nos termos do Art.4º. da Lei 559/2007 e Art. 5°e 6° da Lei n° 637/2009 , com vigência até 25 de Junho de 2016, as seguintes pessoas:

Composição para o Conselho Municipal do FUNDEB

I)- Dois representantes do poder executivo municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação.

a)- Titular: José Carmo da Silva
Suplente: Fábio Ferreira Santana

b)- Titular: Kelem Aparecida Silva Duarte
Suplente: Edevige Maria Faria de Freitas

II)- Um representante dos professores das escolas públicas municipais.

a)- Titular: Elias Eugenio da Silva
Suplente: Jonilson Sebastião Medeiros

III)- Um representante dos diretores das escolas públicas municipais.

a)- Titular: Marlei de Campos Tavares
Suplente: Maria Helena de Campos

IV)- Um representante dos servidores técnico-administrativos das escolas públicas municipais.

a)- Titular: Rita Cássia da Silva
Suplente: Maykon de Freitas Oliveira

V)- Dois representantes de pais de alunos das escolas públicas municipais.

a)- Titular: Locenil Sávio Costa Leite
Suplente: Maciele Aparecida Ferreira e Silva

b)- Titular: Kathea Jackeline Silva Duarte Morais
Suplente: Luciane Cristina de Arruda

VI)- Dois representantes dos estudantes da educação básica pública sendo 1 (um) indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

a)- Titular: Crislaine de Oliveira Mendes da Silva
Suplente: Vinicius José Oliveira

b)- Titular: Elenilza Auxiliadora Viegas
Suplente: Joyce Larissa da Silva

VII)- Um representante do Conselho Municipal de Educação.

a)- Titular: Sandra Rosimeire Guimarães Santos
Suplente: Jocimara Rita da Costa

VIII)- Um representante do Conselho Tutelar

a)- Titular: Maria Aparecida do Nascimento Souza
Suplente: Nilza Suzana de Oliveira

Art. IIº - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

N Srª do Livramento-MT, 02 de Junho de 2014.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:47522C40

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
PORTARIA Nº. 160/2014

Otarci Nunes da Rosa Secretario de Administração, Planejamento e Finanças da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder 02(dois) períodos de Licença Prêmio a servidora Bernadete Tavares, lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de Professora, no período de 08/06/2014 a 05/12/2014.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a 08/06/2014.

Nossa Senhora do Livramento-MT, 16 de junho de 2014.

OTARCI NUNES DA ROSA
Secretario de Administração, Planejamento e Finanças

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:735D8CFB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
PORTARIA Nº. 166/2014

Otarci Nunes da Rosa Secretario Municipal de Administração, Planejamento e Finanças de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º - Transferir os servidores abaixo relacionados para a Secretaria onde se encontram desempenhando suas atividades a partir de junho de 2014.

Secretaria Municipal de Obras e Infra-Estrutura:
Paulo Gonçalo da Costa

Secretaria Municipal de Saúde:
Ezanil Morais de Arruda/Laboratório
Geisa Alexandra de Proença/Gestão da Saúde

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Nossa Senhora do Livramento-MT, 23 de junho de 2014.

OTARCI NUNES DA ROSA
Secretario Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:6DDFFEBB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
ERRATA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022 2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 22/2014
PREGÃO: Nº 022/2014
PROCESSO: Nº 588/2014
VALIDADE: 12 (doze) MESES

ONDE SE LÊ PUBLICADO NO DIA 05/06/2014 NO JORNAL AMM

13. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1. A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

PROGRAMA	PROJETO/ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE
Sec. Educação	2045 – Manutenção Encargos da Educação	33.90.30.00	66
Sec. Saúde	2051 – Manutenção das Ações da Saúde Bucal	33.90.30.00	209
	2067 – Manutenção Ativ. Hosp/Ambulatorial	33.90.30.00	239
	2071 – Manutenção das Ações do PSF	33.90.30.00	215
Sec. Administração	2004 – Manutenção das Ativi. Da Secretaria	33.90.30.00	41
Sec. Obras	2074 – Manutenção Encargos da Secretaria	33.90.30.00	266
	2060 – Manutenção do DAE	33.90.30.00	336
Sec. Desenvolvimento	2036 – Manutenção e Encargos da Secretaria	33.90.30.00	290
Sec. Assistência Social	2023 – Manutenção do Serv. De Conv. E Fortalecimento de Vínculo	33.90.30.00	151
	2027 – Manutenção do Co-Financiamento	33.90.30.00	173
	2082 – Manutenção do IGD/Bolsa	33.90.30.00	182
	2029 – Manutenção do Fupis/Fumis	33.90.30.00	179
	2022 – Manutenção da Secretaria de Ação Social	33.90.30.00	145
	2024 – Manutenção do PAIF	33.90.30.00	330
	2084 – Manutenção da Equipe Volante	33.90.30.00	186
	2028 – Manutenção do IGD/SUAS	33.90.30.00	176
	2273 – Manutenção do Programa ASSESSUAS	33.90.30.00	383
TOTAL : 573.797,03 (Quinhentos e Setenta e Três Mil, Setecentos e Noventa e Sete Reais e Três Centavos)			

LEIA – SE

PROGRAMA	PROJETO/ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE
Sec. Educação	2045 – Manutenção Encargos da Educação	33.90.30.00	66
Sec. Saúde	2051 – Manutenção das Ações da Saúde Bucal	33.90.30.00	209
	2067 – Manutenção Ativ. Hosp/Ambulatorial	33.90.30.00	239
	2071 – Manutenção das Ações do PSF	33.90.30.00	215
Sec. Administração	2004 – Manutenção das Ativi. Da Secretaria	33.90.30.00	41
Sec. Obras	2074 – Manutenção Encargos da Secretaria	33.90.30.00	266
	2060 – Manutenção do DAE	33.90.30.00	336
Sec. Desenvolvimento	2036 – Manutenção e Encargos da Secretaria	33.90.30.00	290
Sec. Assistência Social	2023 – Manutenção do Serv. De Conv. E Fortalecimento de Vínculo	33.90.30.00	151
	2027 – Manutenção do Co-Financiamento	33.90.30.00	173
	2082 – Manutenção do IGD/Bolsa	33.90.30.00	182
	2029 – Manutenção do Fupis/Fumis	33.90.30.00	179
	2022 – Manutenção da Secretaria de Ação Social	33.90.30.00	145
	2024 – Manutenção do PAIF	33.90.30.00	330
	2084 – Manutenção da Equipe Volante	33.90.30.00	186
	2028 – Manutenção do IGD/SUAS	33.90.30.00	176
	2273 – Manutenção do Programa ASSESSUAS	33.90.30.00	383
	2254 – Benefícios Eventuais	33.90.30.00	157
	3003 – Manutenção do Programa PETI	33.90.30.00	443
	3002 – Manutenção do Serviço de Convencia	33.90.30.00	444
TOTAL : 573.797,03 (Quinhentos e Setenta e Três Mil, Setecentos e Noventa e Sete Reais e Três Centavos)			

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:72F18E94

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA 009/2014

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS ADQUIRIDAS A SERVIDOR, DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO.

José Sidnei de Souza, Presidente da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE :
ARTIGO 1º - Fica concedido férias de 30 (dias), conforme Lei nº 111/97, artigo 105 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipal, ao Sr. **JOAQUIM SCHMOELLER**, lotado nesta Câmara Municipal.
Parágrafo 1º – As férias mencionadas no Caput do Art.1º compreende o período aquisitivo de 01/01/2013, à 31/12/2013.
Parágrafo 2º – As férias mencionadas no parágrafo anterior serão adquiridas do dia 01/07/2014 a 31/07/2014.
ARTIGO 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 01 de julho do ano de 2014.
ARTIGO 3º - Revogam - se as disposições em contrário.

Registre - se Publique - se Cumpra - se

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,
EM 25 DE JULHO DE 2014.

JOSÉ SIDNEI DE SOUZA
Presidente

Publicado por:
Andreia Cristina da Silva Della Rosa
Código Identificador:FCBCC723

CÂMARA MUNICIPAL
PREGAO 02/14

AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL

PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2014

O Pregoeiro da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação torna Público para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, tipo menor preço por lote, na modalidade Pregão Presencial, que tem como objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PINTURA E CORRELATOS COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, *CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERENCIA I,*** parte integrante deste edital de licitação. Os envelopes contendo as Propostas e documentações deverão ser entregues das 07:00 às 08:00 horas do dia 08 de julho de 2.014, na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 55,

centro, na cidade de Nova Bandeirantes/MT – Setor de Licitação e Contratos. A sessão terá inicio às 08:00 horas, na mesma data e local. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados em participar da licitação junto a Câmara Municipal de Nova Bandeirantes/MT no setor de Licitações, durante o horário normal de expediente..
Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Câmara Municipal em horário normal de expediente, das 07:00 às 13:00 horas ou através do telefone (66) 3572-1182.

Nova Bandeirantes/MT, 25 de junho de 2.014.

JOAQUIM SCHMOELLER
Pregoeiro

Publicado por:
Andreia Cristina da Silva Della Rosa
Código Identificador:E2F599E8

CÂMARA MUNICIPAL
PREGAO 003/2014

AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL

PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/2014

O Pregoeiro da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação torna Público para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, tipo menor preço por lote, na modalidade Pregão Presencial, que tem como objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA PARA ATENDER A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, *CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERENCIA I,*** parte integrante deste edital de licitação. Os envelopes contendo as Propostas e documentações deverão ser entregues das 09:00 às 10:00 horas do dia 08 de julho de 2.014, na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 55, centro, na cidade de Nova Bandeirantes/MT – Setor de Licitação e Contratos. A sessão terá inicio às 10:00 horas, na mesma data e local. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados em participar da licitação junto a Câmara Municipal de Nova Bandeirantes/MT no setor de Licitações, durante o horário normal de expediente..
Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Câmara Municipal em horário normal de expediente, das 07:00 às 13:00 horas ou através do telefone (66) 3572-1182.

Nova Bandeirantes/MT, 25 de junho de 2.014.

JOAQUIM SCHMOELLER
Pregoeiro

Publicado por:
Andreia Cristina da Silva Della Rosa
Código Identificador:8B2CF7C9

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO EXECUTIVO Nº. 132/2014

SÚMULA: "Dispõe sobre a criação do Grupo Especial de Trabalho para Modernização da Administração Tributária Municipal, e dá outras providências".

A Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais conferidas pela Constituição Federal, e, pela Lei Orgânica Municipal, em especial artigo 72, inciso V, bem como com arrimo no que estabelece o art. 37 da Carta Política, e,

Considerando-se: a necessidade de assegurar a melhoria da prestação dos serviços essenciais à população;

Considerando-se: a necessidade de promover no âmbito municipal maior justiça fiscal;
Considerando-se: a necessidade de garantir atendimento de melhor qualidade ao contribuinte;

Considerando-se: a necessidade de aprimorar os instrumentos de ação da Administração Tributária Municipal;

Considerando-se: a necessidade de promover a implementação das ações a serem desempenhadas referente ao Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos – PMAT;

DECRETA:

Artigo 1º - Fica criado o Grupo Especial de Trabalho para Modernização da Administração Tributária Municipal, com a finalidade de coordenar e supervisionar todas as ações relacionadas ao desenvolvimento de medidas voltadas ao aperfeiçoamento das capacidades normativa, organizacional, operacional e tecnológica da Administração Tributária Municipal inseridos no Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos;

Artigo 2° - O Grupo Especial de Trabalho será composto por uma Coordenação Central e por equipe técnica responsável pelo acompanhamento nas diversas áreas de intervenção, sendo constituído pelos seguintes membros:
I–Coordenador (a): Zélia Maria de Jesus Damásio (Chefia de Gabinete)
II–Membros:
a) Wilton Rodrigues Baracho (Secretária de Administração);
b) Claudinéia de Oliveira (Assessoria Jurídica);
c) Erivelton Ziger Silveira (Assessoria Contábil);
d) Everton Braga Kistner (Controladoria Municipal);
e) Fábio Rocha da Silva (Contabilidade Municipal);
f) Kelyn Aparecida Boska (Secretaria de Finanças);
g) Keytiane da Silva Morosini (Assessoria em engenharia civil);
h) César Périgo (Legislativo Municipal);
i) Josimar dos Santos (Assessoria Contábil);

Artigo 3º - O Grupo de Trabalho, como responsável pela coordenação das ações modernizadoras na Área de Administração Tributária, terá as seguintes atribuições específicas:

I – Representar o Município nos assuntos referentes ao PMAT;
II - Identificar e selecionar os principais problemas (e suas causas) existentes na Administração Tributária do Município e que vêm limitando a exploração eficiente do seu potencial de receita, nas seguintes áreas e suas interseções:
a) Organização e Gestão;
b) Legislação Tributária;
c) Cadastros Fiscais;
d) Lançamento e Arrecadação dos Tributos;
e) Fiscalização;
f) Estudos Econômico - Tributários;
g) Atendimento ao Contribuinte;
h) Sistema e Tecnologia de Informação;
i) Relações intra e interinstitucionais;
j) Outra áreas correlatas.
III - Propor e detalhar as iniciativas para o enfrentamento e equacionamento dos problemas identificados, coordenando estudos, levantamentos, realizar a elaboração, implantação e o acompanhamento de medidas internas e de projeto de modernização da administração tributária junto ao BNDES, bem como, a outros órgãos oficiais;
IV – Elaborar os relatórios físico-financeiro, referentes ao PMAT;
V – Implantar mecanismos de controle dos projetos sob sua responsabilidade, observando parâmetros de efetividade, custo e qualidade;
VI – Elaborar e apresentar os relatórios e documentos de prestação de contas ao agente financeiro do PMAT;

VII – Acompanhar as auditorias externas no âmbito do Grupo Especial de Trabalho e promover no âmbito de sua competência o imediato atendimento das recomendações propostas;
VIII – Outras atribuições relacionadas ao PMAT.

Artigo 4°– O Grupo Especial de Trabalho, observadas as disposições legais e ouvido o Secretário Municipal de Fazenda, poderá recorrer à contratação de serviços de consultoria técnica para realizar tarefas específicas de estudos, levantamentos e pesquisas para apoiar o desenvolvimento das atividades de elaboração e implantação do projeto de modernização da administração tributária.

Artigo 5° - Os órgãos da Administração Pública Municipal, especialmente a Secretaria Municipal de Governo; a Secretaria Municipal de Administração e o Departamento Jurídico, prestarão todo o apoio necessário ao desenvolvimento das atividades do Grupo Especial de Trabalho.

Artigo 6° - O Grupo Especial de Trabalho apresentará relatórios periódicos à Secretaria Municipal de Fazenda.

Artigo 7º - Este Decreto Executivo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Nova Bandeirantes-MT, em 23 de junho de 2014.

SOLANGE SOUSA KREIDLORO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Andressa Cristine Ferreira Moreira
Código Identificador:6125381D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº. 865/2014

SUMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE, E PERICULOSIDADE, DE QUE TRATAM O ARTIGO 96, E SEGUINTES DA LEI MUNICIPAL Nº. 111/97, ACRESCIDOS PELA LEI MUNICIPAL Nº. 665/2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A **PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO,** Senhora Solange Sousa Kreidloro, no uso de suas atribuições legais;
FAZ SABER que a **CÂMARA DE VEREADORES** aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:
Art.1º. -A gratificação de Insalubridade e Periculosidade de que tratam o artigo 96 e seguintes da Lei Municipal nº. 111/97, acrescidos pela Lei Municipal nº. 665/2010, será concedida ao funcionário à vista do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), homologado pelo Decreto Executivo nº. 125/2014, o qual será parte integrante e indissociável deste Projeto de Lei Municipal.
Art. 2º.- O valor da gratificação corresponderá a 10% (dez por cento); 20% (vinte por cento); 30% (trinta por cento), ou 40% (quarenta por cento), conforme, respectivamente, os graus mínimo; médio; ou máximo de Insalubridade, e Periculosidade, constatados na forma do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), descrito no artigo anterior.

Parágrafo único.- O direito a gratificação cessará com a eliminação do risco à saúde do funcionário, podendo variar seus percentuais para mais ou para menos, na forma do que for apurado em novo Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT).

Art. 3º.- A base de calculo do adicional de Insalubridade e Periculosidade é o salário mínimo vigente no País, a época do efetivo pagamento.
Art. 4º.- O funcionário público que fizer jus aos adicionais de Insalubridade e Periculosidade deverá optar por uma delas, não sendo acumuláveis estas vantagens.

Art. 5º. – As vantagens referidas nesta Lei Municipal não se incorporarão aos vencimentos dos servidores públicos municipais.

Art. 6º.- Será da inteira responsabilidade da chefia imediata a indicação de nomes a serem incluídos na percepção da gratificação ou dela excluídos, bem como a retificação quanto aos percentuais atribuídos, constituindo falta grave a remoção de funcionário de um para outro órgão que não seja por necessidade de serviço.
Art. 7º.- As despesas decorrentes da presente Lei Municipal correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 319011000000; e, 319004000000.
Art. 8º. – Esta Lei Municipal entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiro em 1º. de junho de 2014.

Art. 9°. - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, dado e passado em 25 de junho de 2014.

SOLANGE SOUSA KREIDLORO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Andressa Cristine Ferreira Moreira
Código Identificador:D3841BAB

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 038/2014

O Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, torna público que fará realizar a Licitação abaixo especificada:
PROCESSO Nº.: 062/2014
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 038/2014
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
OBJETO PRORROGADO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM AULAS DE CANTO, CAPOEIRA, KARATE, ARTESANATO, INSTRUTOR DE FANFARRA, AULAS DE LINGUAGEM, ARTES CÊNICAS, AERÓBICA, HIP HOP, VIOLÃO E DANÇA, PARA ATENDER OS ALUNOS DOS PROGRAMAS PETI, PROJOVEM, PAIF, GRUPO DE MULHERES, IDOSOS, E FAMÍLIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES/MT.

DATA DE ABERTURA/HORA: 10 de julho de 2014 às 8:00 horas.
LOCAL: Sala de Licitações, Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº. 62, Centro, Nova Bandeirantes/MT.
INFORMAÇÕES: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no Setor de Licitações - das 09:00 às 13:00 horas, de 2ª a 6ª feira,sito na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº. 62, Centro, Nova Bandeirantes/MT, Tel.: (66)-3572-1950/1968, ou através de solicitação pelo e-mail: licitacaonovabandeirantes2013@hotmail.com.br

Nova Bandeirantes/MT, 25 de junho de 2014.

ANDRESSA CRISTINE FERREIRA MOREIRA
Pregoeira Oficial
Decreto 103/2013

Publicado por:
Andressa Cristine Ferreira Moreira
Código Identificador:FB6BC3A6

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
LEI MUNICIPAL Nº. 864/2014

SUMULA: "INSTITUI A QUILOMETRAGEM, DAS ESTRADAS NÃO PAVIMENTADAS DO MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A **PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO,** Senhora Solange Sousa Kreidloro, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER que a **CÂMARA DE VEREADORES** aprovou e ela sanciona a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º- Fica instituído oficialmente a malha viária de estradas municipais não pavimentadas, com as devidas coordenadas geográficas, conforme mapa anexo, totalizando 4.286,696 quilometragem.
Art. 2º- Esta Lei Municipal entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete da Prefeita, 25 de junho de 2014.

SOLANGE SOUSA KREIDLORO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Andressa Cristine Ferreira Moreira
Código Identificador:D96E2DF5

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO N° 035/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT
CONTRATADO: SOUZA FARIA & CIA LTDA - ME
OBJETO: Execução de serviços técnicos, sob a modalidade de Assessoria, consultoria e execução de projetos de Saneamento básico, bem como suas licenças ambientais necessárias, sendo elaborado o Plano municipal de Saneamento Básico, captação, tratamento, reservatório de água potável, coleta e tratamento de esgotos sanitários, destinação de resíduos sólidos, levantamento planialtimétrico e topográfico, fiscalização de obras, juntamente com o concomitante fornecimento dos recursos humanos especializado para coordenação e efetivação dos serviços, mediante a execução das atividades descritas no termo de referencia e edital de pregão presencial **nº 001/2014** que se tornam parte integrantes do presente instrumento.
VALOR: R$119.000,00 (cento e dezenove mil reais)
VIGENCIA: 16/05/2014 a 16/05/2016
FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações**

JAMAR DA SILVA LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Cesar Bonfim Lopes
Código Identificador:0B8156E2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: **PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO**
TIPO: **MENOR PREÇO LOTE**

A Comissão Permanente de Pregão da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT, torna – se público aos interessados que o Pregão Presencial/Registro de Preço N° 005/2014, Objeto: eventual e futura aquisição de peças para manutenção dos diversos veículos das secretarias deste Município de Nova Brasilândia/MT, conforme especificações descritas no ANEXO II deste Edital, cuja abertura ocorreu no dia 18 de junho de 2014, as 08:00 sagrou – se vencedora as empresas; **CECILIA PINTO DA SILVA EIRIELI –ME,** nos lotes: 01 e 06 o Valor global **R$: 457.258,00** (Quatrocentos e Cinqüenta e Sete Mil Duzentos e Cinqüenta e Oito Reais), a empresa **AGUILERA AUTOPEÇAS LTDA,** venceu nos lotes: 02,03,04,05,07,08, e 09 o valor global de **R$ 545.114,00** (Quinhentos e Quarenta e Cinco Mil Cento e Quatorze Reais),

Totalizando o Valor Global dos lotes **R$: 1.002.372,00** (Hum Milhão Dois Mil e Trezentos e Setenta e Dois Reais).

Nova Brasilândia – MT, 25 de junho de 2014.

VÂNIA NOVAIS VENTURA
Portaria: nº. 003/2014
Pregoeira

Publicado por:
Julio Cesar Bonfim Lopes
Código Identificador:A0BE410B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N°. 023/2014 MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS N°. 002/2014

A Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT, com sede á Avenida Vereador Genival Nunes de Araújo, n° 267, Centro, inscrito no CNPJ sob o n°. 15.023.963/0001-88, através da Comissão de Licitação, constituída pela portaria n° 004/2014 GABJAMA, torna público que se encontra aberto a partir do dia 16 de maio de 2014, o Procedimento Licitatório acima citado, que será regido pela Lei Federal n° 8.666/93, atualizada pela Lei Federal n° 8.883/94, e alterações posteriores cujo objeto é Contratação de Empresa especializada em Construção Civil para empreitada global da Construção de um UBSI (Unidade Básica de Saúde) com uma área a ser construída de 296,68 m² em Nova Brasilândia - MT, situada a Rua João Medeiros S/N, neste Município, em conformidade com projetos arquitetônicos e complementares, planilhas, memoriais, cronogramas e demais especificações constantes no edital e anexos.**DATA DA ABERTURA: Dia 10 de julho de 2014 as 08:00 Horas (horário de Mato Grosso). CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Global.** Os interessados poderão adquirir o Edital e seus anexos que estarão no Setor de Compras, na sede da Prefeitura, mediante pagamento de taxa de 03 (três) UPF (Unidade Padrão Fiscal) Municipal, que deverá ser recolhida por meio de Guia de Arrecadação Municipal, no Setor de Arrecadação, na sede da Prefeitura Municipal, situada a Avenida Vereador Genival Nunes de Araújo, n°. 267, Centro, Nova Brasilândia – MT, de segunda a sexta feira das 07:00 á 11:00 e das 13:00 ás 17:00 horas para informações através de fone/fax 014 (66) 3385-1277. Poderão participar desta licitação as empresas do ramo, devidamente cadastradas na Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT, ou não, mas que satisfaçam as condições para cadastramento até o 3° (terceiro) dia anterior a data da Sessão Inaugural do Certame, observada a necessária apresentação dos documentos solicitados no edital de Licitação.

Nova Brasilândia – MT, 25 de junho de 2014.

ADANIRAM DELMONDES DE SOUZA
Presidente (CPL)
Portaria: nº. 004/2014

Publicado por:
Julio Cesar Bonfim Lopes
Código Identificador:16D1736A

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2014 - SRP

A Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte - MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o dia **09 de Julho de 2014, ás 08:00 horas (Horário de Mato Grosso)**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal, tendo como objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestar serviços de recarga de cartuchos e toners de impressoras de diversas secretarias do município de Nova Canaã do Norte/MT. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT, Sito a Av. Brasil

Nº 27, Centro, Nova Canaã do Norte-MT e no site www.novacanaadonorte.mt.gov.br (Ícone: Licitação)

Nova Canaã do Norte/MT, em 25 de Junho de 2014

EDUARDO DA SILVA GUILHERME
Pregoeiro Oficial

Publique-se

Publicado por:
Jaqueline Pozzebon
Código Identificador:4D358809

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N°. 339/2014/GP/PMN

Dispõe sobre a nomeação do(a) Pregoeiro(a) Substituto(a) do Poder Executivo de Nova Guarita - MT e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Sr. Francisco Endler, Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1°. Nomear como Pregoeira Substituta do Município de Nova Guarita a servidora pública efetiva Srª. Graciela Schuster, matrícula 845, no período de 24/06/2014 a 31/07/2014, devendo a mesma no desenvolvimento dos trabalhos observar as regras próprias estabelecidas pela Lei Federal n.° 10.520 de 17 de julho de 2002 e pelo Decreto Municipal n.° 014/2009.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Guarita – MT; 24 de junho de 2014.

FRANCISCO ENDLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Yana Maria Marcon
Código Identificador:EE6BF8E2

SETOR DE LICITAÇÕES
PREGÃO 20/2014

Aviso de Licitação
Pregão Presencial n.º 20/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT, através da sua Pregoeira Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial n.º **20/2014**, cujo objeto é : **Aquisição futura e fracionada de peças para manutenção elétrica dos veículos e maquinários pertencentes a Prefeitura Municipal de Nova Guarita – MT,** tudo em conformidade com as características técnicas e quantitativos descritos em Edital.
Conforme Edital nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores, neste município de Nova Guarita - MT, com data prevista para abertura no dia **07/07/2014**, às **08:30** horas (Horário de Mato Grosso). Cópias do edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal localizada na Av. dos Migrantes, Travessa 01, N° 30, em Nova Guarita – MT, no horário das 08:30 hs as 11:00 ou através do site www.novaguarita.mt.gov.br e encaminhar o formulário/ recibo de retirada do edital devidamente preenchido para o departamento de Licitações através do fone/fax (66) 3574-1404 e/ou (66) 3574-1092
Informações: (66) 3574-1404.

Nova Guarita – MT, em 25 de Junho de 2014.

GRACIELA SCHUSTER
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Yana Maria Marcon
Código Identificador:91C84DBD

SETOR DE LICITAÇÕES
RESULTADO PREGÃO 18/2014

Na data de 13/06/2014 as 830 Horas, Foram abertas as propostas Referente a licitação supra citada, requisitada pelo(S) orgão(S):
03 001 GABINETE SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
E devidamente acompanhada por esta comissão de licitação, estamos assim de acordo com as normas legais vigentes. Tendo como vencedor(es) o(s) listado(s) abaixo.
5997 ORNI DOS SANTOS- ME 18.326.380/0001-14
TOTAL DO VENCEDOR R$ 70.000,00

NOVA GUARITA - MT, 25 de junho de 2014

GRACIELA SCHUSTER
Pregoeira Oficial Substituta

Publicado por:
Yana Maria Marcon
Código Identificador:AA9FC17B

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº. 056/2014

Rescisão consensual de Contrato por excepcional interesse público que fazem entre si de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA-MT** e do outro o Srº **RUI ROLEMBERG SCAFFI**

O MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, **CNPJ Nº. 37.464.989/0001-02**, com sede administrativa na Prefeitura Municipal de Nova Marilandia - MT, sito a Avenida Tiradentes, nº 211 N, nesta cidade, neste ato devidamente representado pelo seu Prefeito Municipal o **Sr. WENER KLESLEY DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade sob RG nº. 0967036-0 - SEJUSP/MT, cadastrado no CPF sob nº 953.137.881-91, residente e domiciliado na Rua das Azaleias, S/Nº - Planalto nesta cidade de Nova Marilandia-MT, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE/RESCINDENDO** e o Srº **RUI ROLEMBERG SCAFFI,** brasileiro, portador da C.I - RG nº. **08594716 – SSP/MT**, cadastrado no **CPF sob o nº 003.165.406-17**, residente na RUA MARECHAL RONDON, Nº 358 – Centro, Nova Marilandia-MT;, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO/RESCINDENTE**, resolvem rescindir consensualmente entre si o presente instrumento de contrato de prestação de serviços nº. **056/2014**, por conveniência da administração pública, regido pela **Lei Municipal nº. 672/2014** e **Decreto Municipal Nº 002/2014**, observadas as normas de direito público e de direito administrativo, mediante as seguintes cláusulas:
1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO DO OBJETO.
1.1 – Considerando o interesse público, fica rescindido o contrato administrativo por excepcional interesse público n.º **056/2014** de forma consensual, entre as partes, CONTRATANTE e CONTRATADO, a partir do dia 01 de Junho de 2014.
1.2 – Fica por este, definido rescisão na forma consensual.
2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DAS GENERALIDADES
2.1 – Tendo em vista a rescisão consensual, conforme estabelece o capítulo VIII do contrato de prestação de serviços nº. **056/2014**.
E assim, fica, portanto de fato e de direito rescindido a partir do dia 01 de Junho de 2014 o CONTRATO nº. **056/2014**, que teve por objeto a prestação de serviços para exercer a função de **"LUBRIFICADOR DE MAQUINAS - CTD"**, a ser desempenhado junto a Secretaria Municipal de Assistência Social de Nova Marilândia-MT, com jornada de 40 (Quarenta) horas semanais, reservado descanso semanal

remunerado em razão de não haver funcionário concursado para ocupar o cargo, pelo período de 10 de Março de 2014 a 18 de Dezembro de 2014.
As partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que conhecem o teor do mesmo e que também assinam, para que produza todos os requisitos legais.

Paço Municipal de Nova Marilandia, Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de Junho do ano de 2014

WENER KLESLEY DOS SANTOS
Prefeito de Nova Marilandia
Contratante/rescidente

RUI ROLEMBERG SCAFFI
Lubrificador de Maquinas - CTD
Contratado/Rescindente

Publicado por:
"fabiany Roberta Gomes Merlin Gallo"
Código Identificador:271A8985

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 119/2014

EMENTA: CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL Srª "VERONICA BARBOSA DA SILVA".

WENER KLESLEY DOS SANTOS,
PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI Nº. 675/2014 DE 10/04/2014 EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º. – Conceder Progressão Vertical à Servidora Pública Municipal Srª **VERONICA BARBOSA DA SILVA,** ocupante do cargo de **"Professora - Pedagoga"**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, atendendo a requerimento e documentação necessária, em conformidade com o Art. 134 da Lei Nº 675/2014, de 10 de Março de 2014.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TREZE DIAS DO MÊS DE JUNHO DE DOIS MIL E QUATORZE – 13/06/2014.

WENER KLESLEY DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Nova Marilândia

Publicado por:
"fabiany Roberta Gomes Merlin Gallo"
Código Identificador:B13E7896

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 120/2014

EMENTA: CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL Srª "JULIANA CRISTINA PICALHO".

WENER KLESLEY DOS SANTOS,
PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI Nº. 675/2014 DE 10/04/2014 EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º. – Conceder Progressão Vertical à Servidora Pública Municipal Srª **JULIANA CRISTINA PICALHO,** ocupante do cargo de **"Professora – Educação Física"**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, atendendo a requerimento e documentação necessária, em conformidade com o Art. 134 da Lei Nº 675/2014, de 10 de Março de 2014.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TREZE DIAS DO MÊS DE JUNHO DE DOIS MIL E QUATORZE – 13/06/2014.

WENER KLESLEY DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Nova Marilândia

Publicado por:
"fabiany Roberta Gomes Merlin Gallo"
Código Identificador:03C8FE1B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 121/2014

EMENTA: CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL Srª "VANDILENE FRANCISCA GOMES".

WENER KLESLEY DOS SANTOS,
PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI Nº. 675/2014 DE 10/04/2014 EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º. – Conceder Progressão Vertical à Servidora Pública Municipal Srª **VANDILENE FRANCISCA GOMES,** ocupante do cargo de **"Professora – Pedagogia"**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, atendendo a requerimento e documentação necessária, em conformidade com o Art. 134 da Lei Nº 675/2014, de 10 de Março de 2014.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TREZE DIAS DO MÊS DE JUNHO DE DOIS MIL E QUATORZE – 13/06/2014.

WENER KLESLEY DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Nova Marilândia

Publicado por:
"fabiany Roberta Gomes Merlin Gallo"
Código Identificador:0D077074

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 123/2014

EMENTA: CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL Srª "VANESSA DA SILVA LEITE MULINARIO".

WENER KLESLEY DOS SANTOS,
PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI Nº. 675/2014 DE 10/04/2014 EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º. – Conceder Progressão Vertical à Servidora Pública Municipal Srª **VANESSA DA SILVA LEITE MULINARIO,** ocupante do cargo de **"Agente de Execução Financeira e Tesouraria"**, lotada na Secretaria Municipal de Fazenda, atendendo a requerimento e documentação necessária, em conformidade com o Art. 134 da Lei Nº 675/2014, de 10 de Março de 2014.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TREZE DIAS DO MÊS DE JUNHO DE DOIS MIL E QUATORZE – 13/06/2014.

WENER KLESLEY DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Nova Marilândia

Publicado por:
"fabiany Roberta Gomes Merlin Gallo"
Código Identificador:44CBCDD3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 122/2014

EMENTA: CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL Srª "DILAENE CRISTINA OLIVEIRA ENDRINGER SILVA".

WENER KLESLEY DOS SANTOS,
PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI Nº. 675/2014 DE 10/04/2014 EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º. – Conceder Progressão Vertical à Servidora Pública Municipal Srª **DILAENE CRISTINA OLIVEIRA ENDRINGER SILVA,** ocupante do cargo de **"Professora – Pedagogia"**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, atendendo a requerimento e documentação necessária, em conformidade com o Art. 134 da Lei Nº 675/2014, de 10 de Março de 2014.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TREZE DIAS DO MÊS DE JUNHO DE DOIS MIL E QUATORZE – 13/06/2014.

WENER KLESLEY DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Nova Marilândia

Publicado por:
"fabiany Roberta Gomes Merlin Gallo"
Código Identificador:90A12EB4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 124/2014

EMENTA: CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL Srª "CLEBER LIMA SOUTO".

WENER KLESLEY DOS SANTOS,
PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI Nº. 675/2014 DE 10/04/2014 EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º. – Conceder Progressão Vertical ao Servidor Público Municipal Srª **CLEBER LIMA SOUTO,** ocupante do cargo de **"Contador"**, lotado na Secretaria Municipal de Fazenda, atendendo a requerimento e documentação necessária, em conformidade com o Art. 134 da Lei Nº 675/2014, de 10 de Março de 2014.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TREZE DIAS DO MÊS DE JUNHO DE DOIS MIL E QUATORZE – 13/06/2014.

WENER KLESLEY DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Nova Marilândia

Publicado por:
"fabiany Roberta Gomes Merlin Gallo"
Código Identificador:34BEBA57

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 125/2014

EMENTA: CONCEDE TRINTA (30) DIAS DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL O Srº "ELZO APARECIDO PICALHO"

WENER KLESLEY DOS SANTOS,
PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI Nº. 675/2014 DE 10 DE MARÇO DE 2014 EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º. – Conceder férias ao Servidor Público Municipal *o Srº* ***ELZO APARECIDO PICALHO,*** ocupante do cargo de Chefe de Departamento de Serviços Urbanos, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, atendendo a requerimento de ***FÉRIAS*** que têm direito, em conformidade com o Art. 171 da Lei Nº 675/2014, de 10 de Marçode 2014.

Art. 2º - O período concedido terá inicio em 05/06/2014 e término em 04/07/2014, retornando as suas atividades no dia 05/07/2014.
Parágrafo único – Ao término da licença concedida neste ato, deverá o servidor retornar às atividades concernentes ao seu cargo junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura do município de Nova Marilândia – MT.

Art. 3º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TREZE DIAS DO MÊS DE JUNHO DE DOIS MIL E QUATORZE – 13/06/2014.

WENER KLESLEY DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
"fabiany Roberta Gomes Merlin Gallo"
Código Identificador:158BFDE4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 126/2014

EMENTA: CONCEDE TRINTA (30) DIAS DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL A Srª "ROSALINA FERREIRA DA SILVA"

WENER KLESLEY DOS SANTOS,
PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI Nº 675/2014, DE 10 DE MARÇO DE 2014 EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º. – Conceder férias a *Servidora Pública Municipal a Srª* ***ROSALINA FERREIRA DA SILVA,*** ocupante do cargo de Assistente de Consultório Dentário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, atendendo a requerimento de ***FÉRIAS*** que têm direito, em conformidade com o Art. 171 da Lei Nº 675/2014, de 10 de Março de 2014.

Art. 2º - O período concedido terá inicio em 23/06/2014 e término em 22/07/2014, retornando as suas atividades no dia 23/07/2014.
Parágrafo único – Ao término da licença concedida neste ato, deverá a servidora retornar às atividades concernentes ao seu cargo junto à Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Nova Marilândia – MT.

Art. 3º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TREZE DIAS DO MÊS DE JUNHO DE DOIS MIL E QUATORZE – 13/06/2014.

WENER KLESLEY DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
"fabiany Roberta Gomes Merlin Gallo"
Código Identificador:A4203DAA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 127/2014

EMENTA: CONCEDE LICENÇA PREMIO POR ASSIDUIDADE AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL "JOSE APARECIDO DE LIMA SOUZA".

WENER KLESLEY DOS SANTOS,
PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI Nº 675/2014, DE 10 DE MARÇO DE 2014 EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º. – Conceder ao servidor Publico Municipal ***Sr. JOSE APARECIDO DE LIMA SOUZA,*** ocupante do cargo de "OPERADOR DE COMPUTAÇÃO E SISTEMA DE INFORMAÇÃO", lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Saneamento, atendendo a requerimento, 90(noventa) dias de "***LICENÇA PREMIO POR ASSIDUIDADE"***, iniciando em 04/06/2014 e terminando em 02/09/2014.
Parágrafo único – Ao término da licença concedida neste ato, o servidor retornará às atividades concernentes ao seu cargo junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Saneamento do município de Nova Marilândia – MT.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TREZE DIAS DO MÊS DE JUNHO DE DOIS MIL E QUATORZE – 13/06/2014.

WENER KLESLEY DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
"fabiany Roberta Gomes Merlin Gallo"
Código Identificador:72A46957

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 020/2014.
REGISTRO DE PREÇO

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, através de sua Comissão Permanente de Pregão, instituída pela Portaria nº 121/2014 de 20 de maio de 2014, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar em sua sede, no dia **08/07/2014**, às 08:00h00min, situada na Av. Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, Fone: (66) 3537-1310, CEP 78445-000, na cidade de Nova Maringá-MT, **LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, PARA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRANCHAS DE MADEIRA PARA CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PONTES DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ/MT.** CUJAS ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ENCONTRAM-SE EM ANEXO ACOMPANHANDO O EDITAL DA LICITAÇÃO com entrega dos envelopes de documentação e propostas e subseqüente abertura dos envelopes, a ser regida pela Lei n.º 10.520/2002, subsidiariamente pela Lei n.º 8.666/93 e alterações, Lei Complementar 123/2006 e Decreto Municipal 22/2013.

O pregão presencial, encontra-se disponível aos interessados junto a comissão permanente de licitação, no endereço supra citado e site www.novamaringa.mt.gov.br

Nova Maringá – MT, 25 de Junho de 2014.

CLAUDIO MACIEL DA SILVA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Claudio Maciel da Silva
Código Identificador:26E541FB

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

CÂMARA MUNICIPAL
EDITAL COMPLEMENTAR 05-2014

CONCURSO PÚBLICO Nº 001
EDITAL COMPLEMENTAR 005

DIVULGA PONTUAÇÃO DE TÍTULOS.

O Senhor **Francisco Antonio Sevallo**, Presidente da Câmara Municipal de Nova Monte Verde e **Maria Estela Noetzold**, Presidente da Comissão Examinadora do Concurso Público, tornam público o **Resultado do Julgamento dos Títulos** apresentados, conforme ANEXO I, deste Edital Complementar.

Desta forma, inicia-se o prazo recursal, nos termos do Edital.

A íntegra deste Edital Complementar encontra-se a disposição dos interessados no Quadro Mural da Câmara Municipal, bem como nos endereços eletrônicos: www.grupoatame.com.br/concurso e www.camaranovamonteverde.mt.gov.br

Nova Monte Verde - MT, 24 de junho de 2014.

FRANCISCO ANTONIO SEVALLO
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

MARIA ESTELA NOETZOLD
Presidente da Comissão Examinadora do Concurso Público

Publicado por:
Lucimara Campanha dos Santos
Código Identificador:E7D40FD1

CÂMARA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. 01/2014

AVISO DE LANÇAMENTO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL
Tipo: Menor Preço por Lote.
DATA DE ABERTURA E JULGAMENTO: 08/07/2014
HORÁRIO: 09:00 horas (horário de mato grosso)
Credenciamento: 08:00 às 08:45 horas; (horário de mato grosso)
Local: Câmara Municipal de Nova Monte Verde - MT.

OBJETO DA LICITAÇÃO: Contratação de empresa para Veiculação de matéria escrita em jornal regional com circulação mínima de 2 vezes por semana, mostrando assuntos focados com matérias relevantes de informação do interesse público e campanhas direcionadas à população de Nova Monte Verde. Avisos de licitação, contratos, decretos e demais avisos de interesse publico.
Edital será disponibilizado no e-mail do requerente junto ao Departamento de Licitações ou pelo fone (66) 3597-1145.

Nova Monte Verde-MT, 26 de junho de 2.014

MARIA ESTELA NOETZOLD
Pregoeira
Portaria 003/2014

Publicado por:
Lucimara Campanha dos Santos
Código Identificador:1EED8B9D

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 069-A, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014.

"*Dispõe sobre a designação do Comitê Local de Acompanhamento do "Programa DDDE Interativo" da Rede Municipal de ensino de Nova Mutum e dá outras providências*".

O Sr. **Adriano Xavier Pivetta**, Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 60, Inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

· Considerando que o PDDE Interativo é uma ferramenta de apoio à gestão escolar para todas as escolas públicas do país, desenvolvido pelo Ministério da Educação a partir da metodologia do programa PDE Escola e em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação. Seu objetivo principal é auxiliar a comunidade escolar a produzir um diagnóstico de sua realidade e a definir ações para aprimorar sua gestão e seu processo de ensino e aprendizagem;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os profissionais abaixo relacionados para comporem o Comitê Local de Acompanhamento do Programa DDDE Interativo da Rede Municipal de Ensino:

· Adriana Cristina Ferreira de Almeida Coord. Munic. do Programa Mais Educação
· Elinalva Rodrigues de Oliveira Coord. Munic. da Educação Infantil
· Elizabete Costa Guimarães Coord. Munic. do Programa Atleta na Escola
· Jânia Maria do Nascimento Coord. Munic. do Ensino Fundamental
· Janicléia Lima da Silva Coord. Munic. do PAR

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 27 de fevereiro de 2014.

Registre-se e afixe-se.

ADRIANO XAVIER PIVETTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Duarte Dutra
Código Identificador:79E6DC53

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE CANCELAMENTO - DISPENSA Nº 018/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM – ESTADO DE MATO GROSSO – DISPENSA Nº 018/2014. O município de Nova Mutum, no uso de suas atribuições legais, torna público o cancelamento desta Dispensa, motivada pela solicitação da empresa NORGE PHARMA, inscrita no CNPJ sob o nº 08.139.622/0001-07, que justificativa pelo fato do aumento do valor do produto contratado, motivado pelos aumentos dos impostos, encargos e frete.

Nova Mutum – MT, 25 de junho de 2.014.

WALTER RODRIGUES DE SOUZA JUNIOR
Presidente da CPL

Publicado por:
Cristiano da Silva Lino
Código Identificador:5897868A

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 093/2014

O Município de Nova Mutum, torna público o resultado do Julgamento, objeto: Contratação de serviços de limpeza e manutenção do Parque de Exposições e serviços para confecção de trabalhos artesanais decorativos para o natal, data de abertura: 12.06.2014 às 08:00 horas, das quais foram vencedoras as empresas: Lote 01 – no valor de R$ 35.318,28 e Lote 02 – no valor de R$ 66.511,20 - COOPERATIVA MUTUENSE DE TRABALHO - COOMUSERV, CNPJ – 19.681.701/0001-61. O representante da empresa assinou a ata, renunciando a intenção de interpor recursos.

Nova Mutum/MT, 25 de junho de 2014.

SÉRGIO VÍTOR ALVES RODRIGUES
Pregoeiro

Publicado por:
Cristiano da Silva Lino
Código Identificador:C7E8407E

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 094/2014

O Município de Nova Mutum, torna público o resultado do Julgamento, objeto: Serviços de hospedagem no Município, data de abertura: 13.06.2014 às 14:00 horas, da qual foi vencedora a empresa: Itens 01 e 02 do Lote 01 – no valor de R$ 9.234,00, Itens 01 e 02 do Lote 02 – no valor de R$ 3.693,60, Itens 01 e 02 do Lote 03 – no valor de R$ 9.234,00, Itens 01 e 02 do Lote 04 – no valor de R$ 4.260,30 e Itens 01 e 02 do Lote 05 – no valor de R$ 4.260,30 – HOTEL CAPELARI LTDA - ME, CNPJ – 14.962.237/0001-68. O

representante da empresa assinou a ata, renunciando a intenção de interpor recursos.

Nova Mutum/MT, 25 de junho de 2014.

SÉRGIO VÍTOR ALVES RODRIGUES
Pregoeiro

Publicado por:
Cristiano da Silva Lino
Código Identificador:5ED39CDF

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 088/2014

O Município de Nova Mutum, torna público o resultado do Julgamento, objeto: Contratação de serviços nas instalações dos prédios públicos da Secretaria de Saúde para manutenção corretiva e preventiva compreendendo a manutenção das linhas telefônicas, incluindo o conserto dos equipamentos eletrônicos e acessórios, e a manutenção das instalações hidráulicas, elétricas, portões, portas, janelas, grades, cercas, calhas e consertos de móveis, data de abertura: 23.06.2014 às 08:00 horas, da qual foi vencedora a empresa: Lote 01 – no valor de R$ 52.688,00 e Lote 02 – no valor de R$ 52.688,00 – WAGNER DONIZETTE GARBELOTTO & CIA LTDA - ME, CNPJ – 07.217.739/0001-07. O representante da empresa assinou a ata, renunciando a intenção de interpor recursos.

Nova Mutum/MT, 25 de junho de 2014.

SÉRGIO VÍTOR ALVES RODRIGUES
Pregoeiro

Publicado por:
Cristiano da Silva Lino
Código Identificador:E242F3F8

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N° 430 DE 18 DE JUNHO DE 2014. (PROJETO DE LEI Nº 007 DE 16 DE ABRIL DE 2014 – DO EXECUTIVO).

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar no orçamento de Nova Nazaré/MT.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA NAZARÉ, ESTADO DE MATO GROSSO RAILDA DE FÁTIMA ALVES, faz saber que em sessão do dia 16 DE JUNHO DE 2014 a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei.

Art. 1º - Fica aberto, no orçamento vigente, o crédito adicional suplementar no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:
03 - PREVI-NAZARÉ
01 - FUNDO PREV. MUNICIPAL DOS SERV. PUBLICOS
04 - ADMINISTRAÇÃO
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
013 – FUNDO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE
099 - OUTROS
2007 - MANUT. DO FUNDO PREV.MUNICIPAL -PREV NAZAR
3.1.90.01.00.00 - APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS...R$ 30.000,00
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA..R$ 10.000,00

TOTAL ..... R$ 40.000,00

Art. 2º - A cobertura da despesa de que trata o artigo anterior deste decreto, se dará por anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:
03 - PREVI-NAZARÉ
01 - FUNDO PREV. MUNICIPAL DOS SERV. PUBLICOS
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
099 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA
099 - OUTROS
2007 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
9.9.99.99.00.00 - APOSENTADORIAS RESERVA REMUNERADA E REFORMAS....R$ 40.000,00

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Nazaré-MT, em 18 de junho de 2014.

RAÍLDA FÁTIMA ALVES
Prefeita Municipal de Nova Nazaré

Publicado por:
Evanete Alves Guimarães
Código Identificador:ED394F67

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 1264 DE 25 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar no orçamento de Nova Nazaré/MT.

A Senhora Raílda de Fátima Alves Prefeita do Município de Nova Nazaré – MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto, no orçamento vigente, o crédito adicional suplementar no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:
03 - PREVI-NAZARÉ
01 - FUNDO PREV. MUNICIPAL DOS SERV. PUBLICOS
04 - ADMINISTRAÇÃO
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
013 – FUNDO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE
099 - OUTROS
2007 - MANUT. DO FUNDO PREV.MUNICIPAL -PREV NAZAR
3.1.90.01.00.00 - APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS...R$ 30.000,00
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA..R$ 10.000,00

TOTAL ..... R$ 40.000,00

Art. 2º - A cobertura da despesa de que trata o artigo anterior deste decreto, se dará por anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:
03 - PREVI-NAZARÉ
01 - FUNDO PREV. MUNICIPAL DOS SERV. PUBLICOS
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
099 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA
099 - OUTROS
2007 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
9.9.99.99.00.00 - APOSENTADORIAS RESERVA REMUNERADA E REFORMAS....R$ 40.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Nazaré-MT, em 25 de junho de 2014.

RAÍLDA FÁTIMA ALVES
Prefeita Municipal de Nova Nazaré

Publicado por:
Evanete Alves Guimarães
Código Identificador:C840EADF

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 010/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT.
Contratada: NOVA GUIA CONSTRUÇÕES LTDA
Data Assinatura: 25 de junho de 2014
Vigência: 30 de julho de 2014
Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra-identificadas, de comum acordo resolvem aditar e ajustar o PRAZO do contrato original, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

Publicado por:
Gilson Parron
Código Identificador:7F864C73

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 038/2012

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT.
Contratada: CONSTRUTORA GLOBAL E ENGENHARIA LTDA ME
Data Assinatura: 25 de junho de 2014
Vigência: 30 de julho de 2014
Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra-identificadas, de comum acordo, resolvem aditar o PRAZO na Clausula Quarta do Contrato de Prestação de Serviços nº. 038/2012.

Publicado por:
Gilson Parron
Código Identificador:BF1E3273

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 026/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT.
Contratada: BR CARRARA CONSTRUÇÃO LTDA – ME
Data Assinatura: 25 de junho de 2014
Vigência: 12 de setembro de 2014
Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra-identificadas, de comum acordo, resolvem aditar o PRAZO na Clausula Quarta do Contrato de Prestação de Serviços nº. 026/2011.

Publicado por:
Gilson Parron
Código Identificador:9D3226FE

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 045/2014

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA e INVIOSEG SEGURANÇA PRIVADA LTDA.
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA PRIVADA POR OCASIÃO DE REALIZAÇÃO DE EVENTO DENOMINADO "1º FESTIVAL DA CANÇÃO DE NOVA SANTA HELANA" QUE SE REALIZARÁ NOS DIAS 26, 27 E 28 DE JUNHO DE 2.014, NA PRAÇA MUNICIPAL ALICE LEITE CARRARA/ NOVA SANTA HELENA/MT; COM O FORNECIMENTO DE 06 (SEIS) AGENTES DE SEGURANÇA POR NOITE DO EVENTO.**
DA VIGÊNCIA: 25 de junho de 2014 até 10 de julho de 2014.
DO PREÇO: R$ 4.884,00 (Quatro mil oitocentos e oitenta e quatro reais)
SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULT. DESP. E LAZER – SECDL
DOTAÇÃO: (0130) 07.004.13.392.0015.1015.3390.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Contratante:
DORIVAL LORCA
Prefeito Municipal de Nova Santa Helena.

Contratado:
CEZAR GENTIL ZANCO
Sócio Proprietário

Publicado por:
Gilson Parron
Código Identificador:71828E3C

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 159/2014

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Conceder 30 (trinta) dias de férias à Servidora Srª: **Inês Ferreira Jaime** brasileira, maior, portadora do RG: nº 4490589-2 SSP/MS e do CPF:nº 658.927.128-15,servidora publica municipal lotada na **Secretaria Municipal de Saúde** no cargo de **Agente Comunitário de Saúde,** referente ao período aquisitivo de 2013/2014, a partir do dia 24/06/2014 a 23/07/2014, com retorno no dia 24/07/2014.
Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 24 de junho de 2014.

JOÃO ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Queila Lisot
Código Identificador:C3FAE2F3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 160/2014

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte /MT, no uso de suas atribuições que, Confere-lhe o Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

Resolve:

Artigo 1º - Nomear a Srª. **Wadna Pires Guedes,** brasileira, maior, portadora do RG nº 1663996-0 SSP/MT e do CPF nº 099.975.381-20, para exercer o cargo em Comissão de **Chefe do Departamento de Finanças e Orçamento** desta Prefeitura.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT em 25 de junho de 2014.

JOÃO ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Queila Lisot
Código Identificador:68FC50C9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/2013

Espécie: Ata de Registro de Preços 001/2013.
Contratante: Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT.
Fornecedora: Jeferson Quintino da Silva - MEI
Modalidade: Pregão Presencial 001/2013.
Objeto: Registro de preços para futuro e eventual prestação de serviços de lavagem de veículos e maquinas pesadas (lava jato) em atendimento a diversas secretarias, Conforme especificado no Anexo I – Termo de referencia do edital.
Valor Total Registrado: R$ 42.464,00 (Quarenta e dois mil quatrocentos e sessenta e quatro reais).
Natureza da Despesa: 33.90.39.00.
Data assinatura: 03/10/2013.
Vigência: 12 (doze) meses.
Signatários: João Antônio de Oliveira – Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte e a Sr. Jeferson Quintino da Silva, sócio proprietário da empresa**.**

Publicado por:
Queila Lisot
Código Identificador:0052422B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 002/2013

Espécie: Ata de Registro de Preços 002/2013.
Contratante: Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT.
Fornecedora: Salvador dos Santos – Panificadora - ME.
Modalidade: Pregão Presencial 003/2013.
Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios de panificação em atendimento a diversas secretarias, Conforme especificado no Anexo I – Termo de referencia do edital.
Valor Total Registrado: R$ 49.093,90 (Quarenta e nove mil noventa e três reais e noventa centavos).
Natureza da Despesa: 33.90.30.00.
Data assinatura: 11/11/2013.
Vigência: 12 (doze) meses.
Signatários: João Antônio de Oliveira – Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte e a Sr. Salvador dos Santos, sócio proprietário da empresa**.**

Publicado por:
Queila Lisot
Código Identificador:8812EDE3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 003/2013

Espécie: Ata de Registro de Preços 003/2013.
Contratante: Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT.
Fornecedora: Antonio Pedro da Silva - MEI.
Modalidade: Pregão Presencial 006/2013.
Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de refeições prontas, tipo marmitex, em atendimento as secretaria municipais de Agricultura e Infraestrutura.
Valor Total Registrado: R$ 18.530,00 (dezoito mil quinhentos e trinta reais).
Natureza da Despesa: 33.90.30.00.
Data assinatura: 16/12/2013.
Vigência: 12 (doze) meses.
Signatários: João Antônio de Oliveira – Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte e o Sr. Antonio Pedro da Silva sócio proprietário da empresa**.**

Publicado por:
Queila Lisot
Código Identificador:C4893AD3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 004/2014

Espécie: Ata de Registro de Preços 004/2013.
Contratante: Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT.
Fornecedora: Tânia Cristina Vieira - ME.
Modalidade: Pregão Presencial 007/2013.
Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, higiene e limpeza, copa e cozinha em atendimento a diversas secretarias.
Valor Total Registrado: R$ 146.331,83 (cento e quarenta e seis mil trezentos e trinta e um reais e oitenta e três centavos).
Natureza da Despesa: 33.90.30.00.
Data assinatura: 16/12/2013.
Vigência: 12 (doze) meses.
Signatários: João Antônio de Oliveira – Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte e a Sra. Tânia Cristina Vieira sócia proprietária da empresa**.**

Publicado por:
Queila Lisot
Código Identificador:FEB46FAF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 005/2013

Espécie: Ata de Registro de Preços 005/2013.
Contratante: Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT.
Fornecedora: Tânia Cristina Vieira - ME.
Modalidade: Pregão Presencial 010/2013.
Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de cestas básicas em atendimento a secretaria municipal de assistência social, Conforme especificado no Anexo I – Termo de referencia do edital.
Valor Total Registrado: R$ 22.150,00 (vinte e dois mil cento e cinqüenta reais).
Natureza da Despesa: 33.90.30.00.
Data assinatura: 16/12/2013.
Vigência: 12 (doze) meses.
Signatários: João Antônio de Oliveira – Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte e a Sra. Tânia Cristina Vieira sócia proprietária da empresa**.**

Publicado por:
Queila Lisot
Código Identificador:14514C61

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE REVOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2014
O Município de Novo Santo Antonio, Estado de Mato Grosso, por intermédio do seu Pregoeiro, que este subscreve, designado pela Portaria n 036/2013, torna publico para conhecimento dos interessados, que fica REVOGADO, nos termos do artigo 49 da Lei 8.666/93, o Pregão Presencial nº 15/ 2014, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual contratação de medico clinico geral, conforme especificações e quantidades descritas no termo de referência - Anexo I.
MOTIVO: Em virtude da declaração de Licitação Deserta.
REVOGA – SE o Pregão Presencial 15/2014, estando presentes os pressupostos da revogação, quais sejam, interesse público em decorrência de fato superviniente. Informamos que a justificativa da aludida revogação encontra-se presente nos autos do processo com vista franqueada aos interessados.

Novo Santo Antônio - MT, 25/06/2014

MARCOS DA SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
Marcos da Silva
Código Identificador:00FAAB51

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 22/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO – MT.
CONTRATADA: M. S. CLAUDIO – ME

CNPJ: 11.455.181/0001-67
VALOR GLOBAL R$: 114.040,00 (Cento e quatorze mil e quarenta reais)
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE PALCO, LOCAÇÃO DE TENDAS, LOCAÇÃO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO, LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS, LOCAÇÃO DE GRUPO GERADOR DE ENERGIA, PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS NO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTônio - mt
VIGÊNCIA: 02/06/2014 a 13/06/2014

Novo Santo Antonio – MT, em 02 de Junho de 2014.

EDUARDO PENNO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva
Código Identificador:C727B6BA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 23/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO – MT.
CONTRATADA: MARCOS ANTONIO DIAS MACHADO - ME
CNPJ: 028.827.167/0001-56
VALOR GLOBAL R$: 5.060,00 (Cinco mil e sessenta reais)
OBJETO: AQUISIÇÃO FUTURAS DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, PARA AS INSTALAÇÕES DAS NOVAS SALAS ANEXAS AO PSF E MELHORIA NAS CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO AOS PACIENTES QUE UTILIZAM OS SERVIÇOS.
VIGÊNCIA: 09/06/2014 a 09/09/2014

Novo Santo Antonio – MT, em 09 de Junho de 2014.

EDUARDO PENNO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva
Código Identificador:1E363106

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 24/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO – MT.
CONTRATADA: ACÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MOVEIS E INFORMATICA LTDA - ME
CNPJ: 16.793.330/0004-11
VALOR GLOBAL R$: 4.661,70 (QUATRO MIL E SEISCENTOS E SESSENTA E UM REAIS E SETENTA CENTAVOS)
OBJETO: AQUISIÇÃO FUTURA DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, PARA INSTALAÇÕES DAS NOVAS SALAS ANEXAS AO PSF E MELHORIA NAS CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO AOS PACIENTES QUE UTILIZAM OS SERVIÇOS.
VIGÊNCIA: 09/06/2014 a 09/09/2014

Novo Santo Antonio – MT, em 09 de Junho de 2014.

EDUARDO PENNO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva
Código Identificador:275A48B2

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 25/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO – MT.
CONTRATADA: MACHADO E SILVA LTDA - ME
CNPJ: 08.710.871/0001-00
VALOR GLOBAL R$: 12.261,70 (DOZE MIL E DUZENTOS E SESSENTA E UM REAIS E SETENTA CENTAVOS)
OBJETO: AQUISIÇÃO FUTURA DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, PARA INSTALAÇÕES DAS NOVAS SALAS ANEXAS AO PSF E MELHORIA NAS CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO AOS PACIENTES QUE UTILIZAM OS SERVIÇOS.
VIGÊNCIA: 09/06/2014 a 09/09/2014

Novo Santo Antonio – MT, em 09 de Junho de 2014.

EDUARDO PENNO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva
Código Identificador:C66C421A

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 26/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO – MT.
CONTRATADA: WESLEY ALVES DOS SANTOS
CNPJ: 17.575.371/0001-02
VALOR GLOBAL R$: 49.214,88 (QUARENTA E NOVE MIL E DUZENTOS E QUATORZE REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS).
OBJETO: contratação de empresa para serviços de transporte escolar para a rede de ensino publico do município.
VIGENCIA: 10/06/2014 A 20/12/2014

Novo Santo Antonio – MT, em 10 de Junho de 2014.

EDUARDO PENNO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva
Código Identificador:13E92B63

GABINETE DO PREFEITO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 07/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO – MT.

CONTRATADA: A. ROCHA PEREIRA CONSTRUÇÃO LTDA – ME.

CNPJ: 15.988.643/0001-62

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL DO CONTRATO PRINCIPAL Nº 07/2014 ATÉ O DIA 25 DE OUTUBRO DE 2014.

VIGENCIA: 25/06/2014 A 25/10/2014

Novo Santo Antonio – MT, em 10 de Junho de 2014.

EDUARDO PENNO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva
Código Identificador:9940D82F

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/2014

A Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim/MT, através do Pregoeiro, designado pela Portaria nº 006/2014, de 02/01/2014, publicada em 02/01/2014 torna público, para conhecimento dos interessados que no Pregão Presencial nº. 31/2014, com o objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ELÉTRICOS DO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM. Obteve** o seguinte resultado a empresa**; EQUILIBRIO CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA - EPP** sagrou-se vencedora dos seguintes itens: ITEM 01: R$ 8.500,00; ITEM 02: R$ 2.650,00; ITEM 03: R$ 2.175,00; ITEM 04: R$ 3.000,00; ITEM 05: R$ 3.300,00; ITEM 06: R$ 4.200,00; ITEM 07: R$ 1.480,00; ITEM 08: R$ 1.280,00; ITEM 09: R$ 1.600,00; ITEM 10: R$ 1.960,00; 11: R$ 3.750,00; 12: R$ 1.750,00; e 13: R$ 3.500,00; com o valor total de **R$ 39.145,00; (trinta e nove mil cento e quarenta e cinco reais)** Foram recebidos os documentos de Habilitação da empresa vencedora onde foi julgada e considerada devidamente HABILITADA a empresa **EQUILIBRIO CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA - EPP;** O Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua Cachoeira. Da Fumaça, 77 Bairro Jardim da Palmeiras, neste município de Novo São Joaquim/MT, de segunda à sexta-feira no horário de atendimento ao público.

Novo São Joaquim - MT, 24 de Junho de 2014.

VALBER KENEDY BARBOZA SANDES
Pregoeiro Oficial
Processo Nº 44/2014.

Publicado por:
Daniele Lorrani Cardoso da Silva
Código Identificador:A185EC25

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 34/2014
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM-MT, através do seu **PREGOEIRO,** designado pela Portaria Conjunta no 006/2014, de 02/01/2014, publicada em 02/01/2014 torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL para ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, **às 08h00 horas (Brasília) do dia 07 de Julho de 2014**, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim, situado à Rua Cachoeira da Fumaça, nº. 77 Bairro Jardim das Palmeiras, Novo São Joaquim – Mato Grosso, conforme descrito neste edital e seus anexos, de conformidade com as Leis 10.520/2002, 8.666/93. O **credenciamento** será feito das **07h30 às 08h00**. Os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação definidos no objeto deste Edital e seus Anexos deverão ser entregues ao Pregoeiro até às **08h00 horas (Brasília) do dia 07 de Julho de 2014**. **OBJETO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, ESCOLAR E DE ARTESANATO PARA MANUTENÇÃO DO FUNCIONAMENTO DE SECRETARIAS E UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL. LOCAL DA DISPUTA**: Sala de Licitações – Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim/MT. **RETIRADA DO EDITAL:** sites: www.prefeituranovosaojoaquim.com.br e Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim, das 08h00 às 17h00. **INFORMAÇÕES:** As empresas interessadas poderão solicitar informações junto a Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio pelo fone abaixo. **TELEFONE PARA CONTATO:** (0**66)3479-1158.

Novo São Joaquim - MT, 25 de Junho de 2014.

VALBER KENEDY BARBOZA SANDES
Pregoeiro Oficial
Processo nº 47/2014.

Publicado por:
Daniele Lorrani Cardoso da Silva
Código Identificador:B19BF6BF

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

CÂMARA MUNICIPAL
PRIMEEIRO TERMO ADITIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO CONTRATO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO CONTRATO Nº 008/2013
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAÍTA ESTADO DE MATO GROSSO

OBJETO: Fica acrescentado a Clausula Sétima - da vigência do Contrato Original o acréscimo de 90 (noventa) dias, terminando a vigência do contrato em 13 de Setembro de 2014.

CONTRATADA: **ALLIANCE CONSTRUTORA LTDA ME**, pessoa jurídica, regulamente inscrita no CNPJ 13.564.346/0001-64.

RUSDAELL MANOEL BARBOSA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Junior Francisquini Alves
Código Identificador:E99D7DBC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 006/2014

A Prefeitura Municipal de Paranaíta comunica que, em despacho proferido no Processo de Dispensa de Licitação Nº. 006/2014, o Sr. Antonio Domingo Rufatto, Prefeito Municipal, reconheceu ser dispensável a licitação objetivando a Contratação de empresa especializada para realizar revisão obrigatória de 40.000 Km no veículo Nissan, Placa OBB – 4321, da empresa MIRAI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ nº. 14.595.510/0001-63, no Valor de R$ 2.279,37 *(Dois mil duzentos e setenta e nove reais e trinta e sete centavos)*, fundamentado na Lei 8.666/93, art. 24, inciso XVII.

Paranaíta - MT, 25 de Junho de 2014.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciane Raquel Brauwers
Código Identificador:6F3A7B74

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 003/2014

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Paranaíta – MT torna público que na Tomada de Preços 003/2014 realizada no dia 25/06/2014 as 08h00min foi declarada fracassada.

Paranaíta/MT, 25 de Junho de 2014.

LUCIANE RAQUEL BRAUWERS
Presidente da CPL

Publique - se

Publicado por:
Regina Biazôto
Código Identificador:D1793797

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 068/2014

A Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT, através da sua Pregoeira nomeada pelo Decreto Municipal nº. 005/2014, torna público que estará realizando Licitação na Modalidade de Pregão Presencial nº. 068/2014, regido pela Lei nº. 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 153/2009, subsidiada pela Lei nº. 8.666/1993. Objeto: Contratação de empresa especializada em locação de grupo gerador trifásico de até 100 KVA, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Paranaíta/MT. Início da Sessão: dia 11/07/2014, Horário: 08:00 horas. Credenciamento: das 07:30 às 08:00 horas. Retirada do Edital na Prefeitura e no site: www.paranaita.mt.gov.br, informações pelo telefone: (66) 3563-2700, Local: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Paranaíta, situada a Rua Alceu Rossi, s/ nº. Centro, Paranaíta/MT, CEP: 78.590-000.

Paranaíta/MT, 25 de Junho de 2014.

LUCIANE RAQUEL BRAUWERS
Pregoeira

Publicado por:
Luciane Raquel Brauwers
Código Identificador:5AFF59DD

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

ASSESSORIA JURIDICA
PORTARIA Nº 189

PORTARIA N° 189 DE 25 DE JUNHO DE 2014.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **Srº**. **VILSON PIRES**, no uso e gozo das suas atribuições legais e;

RESOLVE:

I – Exonerar a pedido a **Srª. MARIA IVONE ARAÚJO RODRIGUES**, inscrita no CPF sob o n° 366.948.191-53 e do RG sob o nº 1891836-0SSP/MT, do cargo de **CHEFE DE DIVISÃO CONTROLE E ARQUIVO,** nos termos do art. 9º da Lei nº 573/2009.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 25 de Junho de 2014.

VILSON PIRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bertolina Alves de Lima
Código Identificador:6746B286

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO

Onde lê-se: **Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico 002/2014**

Objeto: Sistema de Registro de Preço para futura e eventual aquisição de material de consumo Odontológico para atendimento à saúde bucal das unidades familiar, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Leia – se: **Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico 002/2014 – Processo Interno 035/2014**

Objeto: Sistema de Registro de Preço para futura e eventual aquisição de material de consumo Odontológico para atendimento à saúde bucal das unidades familiar, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Paranatinga, 25 de Junho de 2014.

Dpto. Licitação e Contratos

Publicado por:
Sabta Taylla Biazin da Silva
Código Identificador:B20FCE4B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO Nº 008 PRAZO AO CONTRATO 074/2010

Aditivo nº 008 ao contrato 074/2010 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratado **CONSTRUTORA E INCORPORADORA GDN LTDA.** Objeto: A contratação de empresa especializada para a execução de obra de Pavimentação Asfáltica para atender a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura no Município de Paranatinga-MT. Período: 25/06/2014 a 31/12/2014.

Paranatinga, 25 de Junho de 2014.

Publicado por:
Sabta Taylla Biazin da Silva
Código Identificador:14D22F63

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO Nº 006 PRAZO AO CONTRATO 061/2012

Aditivo nº 006 ao contrato 061/2012 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratado **ACOEX CONSTRUTORA LTDA.** Objeto: A contratação de empresa especializada para execução de obra de Construção do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social. Período: 25/06/2014 a 31/12/2014.

Paranatinga, 25 de Junho de 2014.

Publicado por:
Sabta Taylla Biazin da Silva
Código Identificador:E7A463A6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 034/2014

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através de sua pregoeira nomeada pela portaria 021 de 22 de Janeiro de 2014, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 034/2014**, regido pela lei 10.520/2002, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Tubos de Concreto Armado para Aguas Pluviais, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura. Data de abertura: 07/07/2014, segunda–feira às 08h. O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga-MT, Sito Av. Brasil, 1900 – Centro, das 13 às 17h. Informações pelo telefone 66-3573-1329 e e-mail: edital.ptga@hotmail.com.

Paranatinga-MT, 25 de Junho de 2014.

LUCIA APARECIDA DE FRANÇA CORREA
Pregoeira

Publicado por:
Sabta Taylla Biazin da Silva
Código Identificador:D119B973

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 003/2014
EDITAL 036/2014 SMS

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através de sua pregoeira nomeada pela portaria 021 de 22 de Janeiro de 2014, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 003/2014**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Medicamentos e Materiais de consumo, para Pronto Atendimento, Hospital Municipal, Farmácia Básica, Manutenção dos PSF'S, Laboratório e Alta Complexidade atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do município de Paranatinga – MT. Data de abertura: 08/07/2014, terça-feira às 08:30h horário de Brasília. O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados através do site **www.bll.org.br** ou no e-mail: **edital.ptga@hotmail.com.** Informações pelo telefone 66-3573-1329 – horário de atendimento das 13:00 ás 17:00 hrs.

Paranatinga-MT, 25 de Junho de 2014.

LUCIA APARECIDA DE FRANÇA CORREA
Pregoeira

Publicado por:
Sabta Taylla Biazin da Silva
Código Identificador:26A15D0C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
RESCISÃO DE ANGELA SLOBADA

Funcionário	Cargo	Data da Rescisão	Descrição
Ângela Slobada	Apoio Administrativo Educacional I	13/05/2014	Rescisão sem justa causa por iniciativa do empregado.

Publicado por:
Graciela Azevedo Oliveira
Código Identificador:CC78E7E0

PARANATINGAPREV
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ADVOCATICIOS

SALAZAR ADVOCACIA
Michel Astrolli Salazar – OAB/MT: 8832

_____

SALAZAR ADVOCACIA - Avenida Brasil, n.° 1755, centro - Paranatinga/MT.
TEL: (66) 3573-1444 - CEP: 78.870-000
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE PARANATINGA/MT, inscrita no CNPJ sob o n° 04.971.947/0001-09, legalmente representada por sua Diretora Executiva Srª ISABEL PEREIRA BARRETO, brasileira, solteira, Servidora Pública Municipal, inscrita no CPF sob o n° 550.626.951-04, com endereço na Avenida Brasil, n° 1044, centro, Paranatinga/MT.
CONTRATADO: MICHEL ASTROLLI SALAZAR, Advogado inscrito na OAB/MT sob o n.º 8832, com endereço profissional na Avenida Brasil, 1755, centro, nesta cidade.
As partes acima qualificadas celebram o presente contrato, mediante as cláusulas seguintes:
1 - O CONTRATADO obriga-se face ao mandato que lhe é outorgado que faz parte integrante deste contrato, a prestar os seguintes serviços: CONTESTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO NA AÇÃO DE PERDAS E DANOS C/C COBRANÇA N° 2716-31.2013.811.0044 (CÓD. 53516), EM TRÂMITE NA 2ª VARA DA COMARCA DE PARANATINGA/MT, ATÉ SENTENÇA DE 1º GRAU.
2 - Pelos serviços prestados e especificados na cláusula anterior o CONTRATADO receberá a título de honorários, líquidos e certos, o valor correspondente a R$2.000,00 (dois mil reais), da seguinte forma:
A) R$1.000,00 (mil reais), na data de 25/06/2014;
B) R$1.000,00 (mil reais), na data de 25/07/2014;
3 - Ocorrendo atraso em quaisquer das prestações, estas serão corrigidas pelo INPC ou por qualquer índice que venha suceder-lhe, mais juros de 1,0 % ao mês. O pagamento se dará pela compensação dos cheques. A inadimplência gerará a rescisão contratual.
4 - Em caso de revogação ou desistência da ação, a totalidade dos honorários remanescentes, na ocasião, serão devidos de imediato constituindo-se esse saldo devedor em quantia certa, líquida e exigível.
5 - Os advogados que o CONTRATADO eventualmente agregar ao trabalho serão de responsabilidade do ora constituído, correndo a remuneração por conta do CONTRATADO.
6 - Ficará o CONTRATADO desobrigado de quaisquer ônus, seja a que título for, ficando as custas processuais, despesas com fotocópias, autenticações, honorários periciais e outras que porventura se façam necessárias, sob a responsabilidade do CONTRATANTE.
7 - Fica eleito o Foro da Comarca de Paranatinga/MT para dirimir as dúvidas oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E, por estarem, assim, justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas, que a tudo assistem.

Paranatinga, 25 de junho de 2014.

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE PARANATINGA/MT
Contratante

MICHEL ASTROLLI SALAZAR
Contratado

Publicado por:
Izabel Pereira Barreira
Código Identificador:59A0E2BF

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 215 - 2014 - COMISSÃO ITR

PORTARIA Nº 215/2014.
DE 16 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE APURAÇÃO ANUAL DO VALOR DOS HECTARES DO IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE TERRITORIA RURAL (ITR) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Artigo 1º - Constituir a Comissão de apuração anual do valor do hectare para fins do Imposto Sobre Propriedade Rural (ITR), no âmbito deste Município conforme determina a Lei 9.393 de Dezembro de 1996 e demais Legislações Vigentes, como segue:

Presidente: Iraci Ferreira de Souza – Secretária Municipal de Agricultura
Secretária: Leila Cristina C. da Silva – Secretária Municipal de Finanças
Membro: Odinês Antonio Júlio – Gestor Tributário
Membro: Eder Sequini Correia – Engenheiro Agrônomo
Membro: Ricardo da Silva Correa – Sindicato Rural de Pedra Preta
Membro: Wilson Mauro da Silva – Empaer - MT
Membro: João Borges Furtado– Corretor de Imóveis
Membro: Hernane Carneiro Gomes – Fiscal Tributário
Membro: Lenildo Augusto da Silva – Vereador Municipal

Artigo 2º. Caberá a esta comissão o levantamento para a apuração anual do valor do hectare para fins de atualização do Valor da Terra Nua Tributável (VTNT) para a atualização da tabela Imposto Sobre Propriedade Rural (ITR).

§ 1º Os membros desta comissão terão mandato de (04) quatro anos, podendo ser reconduzidos por igual período.

§ 2º - Os membros da presente comissão não serão remunerados pelas atividades exercidas no exercício da referida função, sendo considerado como relevante serviço prestado ao município.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.
AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2.014.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI
Prefeita

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação no lugar público de costume na data supra

MARIA ELISABETE PICOLO
Sec. Geral de Coord. Administrativa

Publicado por:
Rejane Oliveira Horta Santos
Código Identificador:59ADDE1A

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA-PROCESSO Nº 019/2014 CC 001/2014.

O Município de P. da Serra- MT, através da Comissão Permanente de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Licitação Concorrência Pública **nº 001/2014**, com abertura prevista para o dia 23/06/2014 ás 09:00 horas (horário de Brasília), resultou-se em licitação **DESERTA.**

JOSÉ SANT´ANA DE OLIVEIRA
Presidente da CPL.

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:ED302803

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO CELEBRADO N° 26/2014

CONTRATO N.º 026/2014
Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ**
Contratado: **FREDOLINO SEVERINO DA SILVA**
Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação em caráter temporário para a prestação de serviços de motorista**.**
Valor Global: R$7.600,00 (sete mil e seiscentos reais)
Período: 13/05/2014 e término em 31/12/2014**.**
Dotação Orçamentária: **559 – 15.452.0027.2052.3.3.9.0.36.00.0 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa física.**

Atenciosamente.

NILCE MARY LEITE
Prefeita Municipal de Poconé

Publicado por:
Crislaine do C. Felix da Silva
Código Identificador:16FDED87

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE TERMO DE CANCELAMENTO DE CONTRATO Nº 20/2014.

TERMO DE CANCELAMENTO DE CONTRATO Nº 20/2014.
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT.
Contratado: DANIEL PEÇAS E SERVIÇOS - ME.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO: Fica cancelado o Contrato de n° 20/2014, por conveniência da administração pública.

Atenciosamente.

NILCE MARY LEITE
Prefeita Municipal de Poconé

Publicado por:
Crislaine do C. Felix da Silva
Código Identificador:9E73EB58

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SETOR DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2014

O Município de Pontal do Araguaia-MT, através de sua Pregoeira nomeada pela Portaria nº 095/GP/2014, de 02 de junho de 2014, comunica aos interessados que será aberta a licitação MODALIDADE: **Pregão Presencial** nº. **08/2014**, OBJETO: Manutenção do Transporte Escolar para atender os Programas FEE e PNAT, de acordo com as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência - ANEXO I, REALIZAÇÃO: **07/07/2014**, Horas**: 09:00hs**(horário de Brasília), e será regido pela Lei Federal 10.520/02, Decreto Federal 3.555/2000 e Decreto Municipal nº 557/2007, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. O Edital contendo as instruções estará a disposição dos interessados na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia/MT, no horário da 07:30hs às 13:30hs, e no site: www.pmpontaldoaraguaia.com.br. Demais informações pelo telefone:(66)3401-7450.

Pontal do Araguaia/ MT, 25 de Junho de 2014.

MÁRCIA REGINA S. CAROLO
Pregoeira.

Publicado por:
Marcia Regina S. Carolo
Código Identificador:FD5B5C19

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2014

A Prefeitura Municipal de Ponte Branca – MT torna público que, com base na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Federal do Pregão nº 10.520 de 17-07-2002 e demais legislações correlatas, o RESULTADO, do Pregão Presencial nº 010/2014, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, visando Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Combustíveis, Filtros e Lubrificantes para Atender a Frota municipal, realizado no dia 20/06/2014, às 15h00min, tendo por vencedoras do certame as empresas: **D J D DISTRIBUIDORA LTDA ME** e **E. B. MOURA & CIA LTDA ME**.

Ponte Branca - MT, 25 de junho de 2014.

STUART NOGUEIRA E SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
Ladislau Honorio Martins
Código Identificador:334CEE76

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2014

AQUISIÇÃO DE PNEUS E CÂMARAS E PROTETORES E SERVIÇOS DE RECAPAGEM E VULCANIZAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ponte Branca – MT torna público que, com base na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Federal do Pregão nº 10.520 de 17-07-2002 e demais legislações correlatas, fará realizar a Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, visando à contratação de empresa para Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Pneus e Câmaras e Protetores e Serviços de Recapagem e Vulcanização para Atender a Frota municipal. As propostas e documentações deverão ser entregues no Departamento de Licitações e Contratos à Av. Cel. Belmiro Nogueira, 300, no dia 03/07/2014, às 13h00min, sendo que os mesmos serão abertos no mesmo dia e horário. Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do Edital, cujas cópias poderão ser obtidas no endereço acima mencionado, em qualquer dia útil e durante o expediente normal. Informações, pelo telefone (XX 66) 3466 1311.

Ponte Branca - MT, 24 de Junho de 2014.

STUART NOGUEIRA E SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
Ladislau Honorio Martins
Código Identificador:19E79FA7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2014

AQUISIÇÃO DE VEICULO

A Prefeitura Municipal de Ponte Branca – MT torna público que, com base na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Federal do Pregão nº 10.520 de 17-07-2002 e demais legislações correlatas, fará realizar a Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, visando à contratação de empresa para aquisição de Veiculo para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Ponte Branca - MT. As propostas e documentações deverão ser entregues no Departamento de Licitações e Contratos à Av. Cel. Belmiro Nogueira, 300, no dia 03/07/2014, às 15h00min, sendo que os mesmos serão abertos no mesmo dia e horário. Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do Edital, cujas cópias poderão ser obtidas no endereço acima mencionado, em qualquer dia útil e durante o expediente normal. Informações, pelo telefone (XX 66) 3466 1311.

Ponte Branca - MT, 24 de Junho de 2014.

STUART NOGUEIRA E SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
Ladislau Honorio Martins
Código Identificador:5B8596B7

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE DECRETOS PREFEITURA JUNHO/2014

Decreto nº 075/2014
Abre Crédito Especial – Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2014 do tipo alteração Suplementar
Data: 12/06/2014

Publicado por:
Dailza Peixoto Aquino de Oliveira
Código Identificador:E03E744A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DISPENSA 043/2014

(PROCESSO N.º152/2014)

O Prefeito de Pontes e Lacerda, através da Comissão Permanente de Licitação, torna-se público a dispensa de Licitação para locação de imóvel urbano residencial, localizado na Rua 08, Q. 23, Lote 10 no Municipio, para atender necessidades da Senhora **ELIANE SOARES DIAS**, em situação de vulnerabilidade o beneficio solicitado esta amparado pela LOAS/8742 de 07 de dezembro de 1993, art. 22, com valor mensal de R$300,00 (trezentos reais), visto **o Senhor ERLEI JOSE DA ROCHA**, inscrito no CPF n.872.194.411-34, preencher as condições previstas no caput do artigo 24, inciso X da Lei 8.666/93, com alterações havidas pela Lei Federal 8.883/94.

Pontes e Lacerda/MT, 25 de junho de 2014.

CRISTIAN KLEINSCHMITT
Presidente da Comissão

Publicado por:
Lucelia Martos Alves
Código Identificador:30CBD370

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO PREGÃO N.076/2014

REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO N.º146/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERAIS PERMANENTES E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICIPIO.

O Pregoeiro, regido pelo Decreto n.º 003/2014 da Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda/MT, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL N.º 076/2014, cujo certame se deu às 08h do dia 23/06/2014; sagrou vencedora as empresas **SUPERSOFT TREINAMENTO EM INFORMATICA EIRELI,** vencedora dos itens 06,24,25,26,28,31,37,42,53,55,56,57,58,63,64,71,84,87,88,89,93,98, 105,109,115,116 e 119, com valor total de R$169.389,59 (cento e sessenta e nove mil, trezentos e oitenta e nove reais e cinquenta e nove centavos), **GILBERTO MORALES INFORMATICA,** vencedora dos itens 17,22,47,51,61,69,100 e 123, com valor total de R$18.932,71 (dezoito mil, novecentos e trinta e dois reais e setenta e um centavos), **J. MOREIRA COMERCIO-ME,** vencedora dos itens 21 e 23, com valor total de R$16.260,00 (dezesseis mil e duzentos e sessenta reais), **MACHADO & SILVA LTDA,** vencedora dos itens 38,46,59,60,65,66,67,86,90,91 E 106, com valor total de R$232.427,78 (duzentos e trinta e dois mil, quatrocentos e vinte e sete reais e setenta e oito centavos), **SISPROEL INFORMATICA LTDA-ME,** vencedora dos itens 34 e 54, com valor total de R$4.424,40 (quatro milm quatrocentos e vinte e quatro reais e quarenta centavos), **A T I COMERCIO DE MÓVEIS E INFORMATICA LTDA,** vencedora dos itens 04,15,16,36,43,44,45,50,52,62,68,85,92,104 e 124, com valor total de R$336.043,00 (trezentos e trinta e seis mil e quarenta e tres reais), **WANDA COM. DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA escritório LTDA-EPP,** vencedora dos itens 01,05,12,13,41,48,49,70,75,76,99,107,114,120 e 121, com valor total de R$44.055,00 (quarenta e quatro mil e cinquenta e cinco reais), **AKDD ELETRONICOS E PAPELARIA COMERCIO E**

REPRESENTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA-ME, vencedora dos itens 07,08,19,30,33,39,102,108,111,112,113 e 122. com valor total de R$133.547,00 (cento e trinta e tres mil e quinhentos e quarenta e sete reais), **MARCOS ANTONIO DIAS MACHADO-ME,** vencedora dos itens 02,03,20,40,72,77,81,94,95 e 101, com valor total de R$23.759,10 (vinte e tres mil, setecentos e cinquenta e nove reais e dez centavos), **VINCITORE INDUSTRIA METALURGICA LTDA-ME,** vencedora dos itens 09,10,11,14,27,29,32,73,74,78,79,80,82,83 e 103, com valor total de R$163.285,00 (cento e sessenta e tres mil e duzentos e oitenta e cinco reais). Maiores informações fone 0xx65 3266-2534, José Garcia dos Santos Neto ou site www.ponteselacerda.mt.gov.br ATA.

Pontes e Lacerda/MT, 25 de junho de 2014.

JOSÉ GARCIA DOS SANTOS NETO
Pregoeiro

Publicado por:
Lucelia Martos Alves
Código Identificador:C57B944E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO PREGÃO N.077/2014

REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO N.º147/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO DE VEICULOS DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICIPIO.

O Pregoeiro, regido pelo Decreto n.º 003/2014 da Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda/MT, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL N.º 077/2014, cujo certame se deu às 08h do dia 24/06/2014; sagrou vencedora a empresa **PORTO SEGURO COMPANIA DE SEGUROS GERAIS,** vencedora dos itens 01 A 05, com valor total de R$16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais). Maiores informações fone 0xx65 3266-2534, José Garcia dos Santos Neto ou site www.ponteselacerda.mt.gov.br ATA.

Pontes e Lacerda/MT, 25 de junho de 2014.

JOSÉ GARCIA DOS SANTOS NETO
Pregoeiro

Publicado por:
Lucelia Martos Alves
Código Identificador:FC676C9B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO PREGÃO N.078/2014

REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO N.º148/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E GENERO ALIMENTICIOS PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAUDE.

O Pregoeiro, regido pelo Decreto n.º 003/2014 da Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda/MT, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL N.º 078/2014, cujo certame se deu às 08h do dia 25/06/2014; sagrou vencedora as empresas **FAVORITO SUPERMERCADO LTDA,** vencedora dos itens 01,02,03,04,09,12,13,14 E 15, com valor total de R$28.164,00 (vinte e oito mil e cento e sessenta e quatro reais) e a **M. DE L. P. ALMEIDA PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE-ME**, vencedora dos itens 05,06,07,08,10 e 11, com valor total de R$8.635,00 (oito mil e seiscentos e trinta e cinco reais). Maiores informações fone 0xx65 3266-2534, José Garcia dos Santos Neto ou site www.ponteselacerda.mt.gov.br ATA.

Pontes e Lacerda/MT, 25 de junho de 2014.

JOSÉ GARCIA DOS SANTOS NETO
Pregoeiro

Publicado por:
Lucelia Martos Alves
Código Identificador:3461B29D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO PREGÃO N.080/2014

REGISTRO DE PREÇOS
(PROCESSO No 153/2014-PMPL)

PREGÃO Nº. 052/2014 Regido pela Lei nº. 10.520/2002 e pelo Decreto nº. 016/2005. Subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CENTRALIZAÇÃO E PROCESSAMENTO DE CRÉDITOS PROVENIENTES DE 100% (CEM POR CENTO) DA FOLHA DE PAGAMENTO GERADA PELO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA, MEDIANTE CRÉDITO A SER EFETUADO EM CONTA SEM QUALQUER CUSTO OU ÔNUS PARA OS MESMOS.

CREDENCIAMENTO: das 07h 30m às 08h do dia 07 de julho 2014.
INICIO DA SESSÃO: às 08h do dia 07 de julho de 2014 – Aquisição do Edital no site: www.ponteselacerda.mt.gov.br (website: Licitação pregão) – Fone/fax: (65) 3266-2534 e (65) 3266-2716.LOCAL DA AUDIÊNCIA PÚBLICA: SALA DE PREGÃO, DA PREFEITURA DE PONTES E LACERDA, sito à Av. Marechal Rondon, 522, centro em Pontes e Lacerda/MT.

Pontes e Lacerda/MT, 25 de junho de 2014.

JOSÉ GARCIA DOS SANTOS NETO
Pregoeiro

Publicado por:
Lucelia Martos Alves
Código Identificador:F47DF1A6

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL

O Município de Porto Alegre do Norte informa que expedirá título de propriedade em favor de Gilvan Pereira de Oliveira, brasileiro, Casado, Leitorista, Rg Nº 1523363-4 SSP/MT, CPF nº 840.248.281-234, referente ao Lote nº 05 da Quadra nº 02, na Rua Paraense, N° 1524, Setor Boa Esperança, Porto Alegre do Norte-MT, com o seguinte memorial descritivo: frente com a Rua Paraense medindo 12,50 metros; lado direito com lote nº 04 medindo 30,00 metros; lado esquerdo com lote nº 06 medindo 30,00 metros; fundo com lote nº 08 medindo 12,50 metros. Aos interessados será concedido prazo de 20 (Vinte) dias para impugnação à expedição do referido título de propriedade.

Publicado por:
Klesia Coelho Araujo
Código Identificador:A44296C5

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL

O Município de Porto Alegre do Norte informa que expedirá título de propriedade em favor de PEDRO CESAR DE ARAUJO, brasileiro, Casado, Aposentado, Rg nº 3267823 SSP/MT, CPF nº 251.699.479-68, referente ao lote nº 07 da quadra nº 05, na Rua dos Lírios, s/n, Setor São Geraldo, Porto Alegre do Norte-MT, com o seguinte memorial descritivo: frente com a Rua dos Lírios medindo 12,50 metros; lado direito com lote nº 08 medindo 31,70 metros; lado esquerdo com lote nº 06 medindo 31,60 metros; fundo com lote nº 10 medindo 12,50 metros. Aos interessados será concedido prazo de 20 (Vinte) dias para impugnação à expedição do referido título de propriedade.

Publicado por:
Klesia Coelho Araujo
Código Identificador:E9197738

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

CÂMARA MUNICIPAL
LEI 506/2014 PROMULGADA PELO LEGISLATIVO

INTRODUÇÃO A LEI N° 506/2014
De: 24 de Junho de 2014.

Considerando o Projeto de Lei n° 019/2014, o qual foi aprovado no dia 19 de Maio de 2014 com a Emenda Modificativa n° 001/2014 e com a Emenda Supressiva n° 001/2014 pela Câmara Municipal de Porto dos Gaúchos-MT;

Considerando que o Projeto de Lei n° 019/2014 foi vetado pelo Prefeito Municipal, onde o referido veto foi apreciado e rejeitado pelo plenário da Câmara Municipal de Porto dos Gaúchos-MT em um só turno de discussão e votação no dia 16 de Junho de 2014, conforme prevê o art. 245 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto dos Gaúchos-MT;

Considerando que o Projeto de Lei n° 019/2014 retornou ao executivo municipal no dia 17 de Junho de 2014 para promulgação, onde o prefeito municipal teria o prazo de quarenta e oito horas a partir do seu recebimento para promulgação, e não a fez:

O Presidente da Câmara Municipal de Porto dos Gaúchos-MT, Senhor Pedro de Carvalho Neto, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo § 2° do art. 245 do Regimento Interno da Câmara Municipal, a promulga.

LEI N° 506/2014
De: 24 de Junho de 2014.

> "Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a recuperação das estradas que ligam as sedes das propriedades rurais as estradas vicinais pertencentes ao Município de Porto dos Gaúchos-MT, e dá outras providências".

O PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS-MT, Senhor Pedro de Carvalho Neto, amparado pelo § 2° do art. 245 do Regimento Interno da Câmara Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Lei.

Artigo 1° - Fica o Poder Executivo Municipal através da Secretaria Municipal de Infraestrutura, autorizado a efetuar a recuperação das estradas particulares que ligam as sedes das propriedades rurais as estradas vicinais ou estradas estaduais, que se encontram localizadas dentro dos limites territoriais do Município de Porto dos Gaúchos-MT.
§ 1º - A autorização de que trata esta Lei, consiste na utilização dos veículos e maquinários necessários, pertencente ao Poder Público Municipal, para a recuperação das referidas estradas e quando da execução de tais serviços, será cobrado o valor da hora trabalhada, valor referente ao custo de combustível, lubrificante e manutenção, conforme segue tabela abaixo:

Publicado por:
Afonso Rafael da Silva
Código Identificador:764974EB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2014

A Comissão de Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Anexo II- Cronograma do Processo Seletivo Simplificado Homologa as Inscrições Deferidas e/ou Indeferidas do Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2014, conforme segue:
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE- PCCS SAÚDE
CARGO: PSICÓLOGO- 40 HORAS SEMANAL
LOCAL: SEDE DO MUNICÍPIO

Nº DA INSCRIÇÃO	Nº DO CPF	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
001	074.409.639-11	ALESSANDRA EGER ARNDT	DEFERIDA
004	186.350.108-84	LEANDRO RICARDO MARILHANO	DEFERIDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA- PCCS EDUCAÇÃO
CARGO: PROFESSOR- 20 HORAS SEMANAL
LOCAL: PRESÍDIO

Nº DA INSCRIÇÃO	Nº DO CPF	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
002	034.134.141-00	IVETE ERHARTER	DEFERIDA
003	011.253.161-01	ROSENILDA APARECIDA CORREIA	DEFERIDA
005	972.793.311-49	CLAUDEMIR AMATE	DEFERIDA

Porto dos Gaúchos/ MT, 25 de Junho de 2014.

ADRIANA SILVERIO DE ALMEIDA KREPSZ
Presidente da Comissão

VERIDIANA SILVERIO DE ALMEIDA
Secretária da Comissão

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:CDCD53D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 49/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 45/2014

O Município de Porto dos Gaúchos/MT, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 03.204.187/0001-33, com sede administrativa na Praça Leopoldina Wilke, n.º 19, Centro, CEP – 78.560-000 fone (66) 3526-2000, por meio de seu Pregoeiro, instituído pela portaria 218/2014 de 13/03/2014, no uso de suas atribuições, torna público a **Prorrogação** da licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por Lote,** objetivando a CONTRATAR EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA TRIBUTÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM **RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS JUNTO AO INSS.** Sendo assim segue abaixo as datas para a abertura e o julgamento da licitação:

Modalidade de licitação:-------- PREGÃO
Tipo de licitação:------- MENOR PREÇO POR LOTE

DA VISTORIA TÉCNICA
Data:----18/07/2014
Horário:------ 08:00 HORAS (horário local)
Local:------ PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL (ENDEREÇO ACIMA CITADO).

Conformidade:---- EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI FEDERAL Nº. 10.520/02 E LEI COMPLEMENTAR N°. 123/06.
Forma de execução:----INDIRETA

DA ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO
Data:--------21/07/2014
Horário:------ DAS 07:00h ÀS 08:00h (HORÁRIO LOCAL)
Local:-------- PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL (ENDEREÇO ACIMA CITADO).

DO JULGAMENTO
Data:--------- 21/07/2014

Horário:------ 08:00 HORAS (horário local)
Local:------- PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL (ENDEREÇO ACIMA CITADO).

Observação 01: *O Edital na íntegra com seus anexos, bem como todo material necessário para elaboração das Propostas e demais informações, encontram-se à disposição na Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, no endereço eletrônico www.portodosgauchos.mt.gov.br e (ou) via e-mail licitação_portodosgauchos@hotmail.com acima citado, ou pelo telefone 66 3526 2000,* ***sem qualquer ônus****, aos interessados em participar da licitação, durante o horário normal de atendimento da Prefeitura (2ª a 6ª feira das 07h00min horas às 11h00min horas e das 13h00min horas às 17h00min horas, exceto feriados e pontos facultativos).*

Porto dos Gaúchos/MT, 25 de Junho de 2014.

HELIELSON TEODORO ALVES
Pregoeiro

Publicado por:
Helielson Teodoro Alves
Código Identificador:4C2095D6

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N°. 174/2014, DE 02 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO EM CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DE SEÇÃO DA OBRAS DO MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO-MT.

O senhor, JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES**,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e consoante o disposto no art. 52, da Lei Complementar nº 018/2003 de 15 de dezembro de 2003,

RESOLVE:
Art. 1º – **NOMEAR**, a partir de (15/abril/2014) para exercer o cargo em Comissão de **Chefe de Seção da Secretaria de Obras** do Município de Porto Esperidião-MT, o senhor, **ELVIS RAMOS,** portadora do RG n.º 15817180 SSP/MT e do CPF n.º 011.109.631-65.

Art. 2° - Em razão da Nomeação acima, o ora nomeado perceberá como remuneração o valor descrito na referência DAS-5, constante do anexo II-B, constante na Lei Complementar n.º 018/2003, de 15 de Dezembro de 2003.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor com efeito de data retroativa de 15 de abril de 2014.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 02 de Maio de 2014.

JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliel Pereira Alves
Código Identificador:46DDEE53

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N°. 175/2014, DE 08 DE MAIO DE 2014.

Dispõe sobre Concessão de Licença Maternidade a Servidora.

O senhor, JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES**,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e consoante o disposto no art. 103 e 120, da Lei Complementar n.º 016/2003.

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER**, ao (a) servidor (a), senhor (a) VALÉRIA MACEDO FREITAS, matricula 1257 e 977, efetiva no cargo de professora de pedagogia, **Licença Maternidade** a partir do dia 08 de Maio de 2014 a 04 de Novembro de 2014.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 08 de Maio de 2014.

JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliel Pereira Alves
Código Identificador:54E1A562

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N°. 176/2014, 08 DE MAIO DE 2014.

Dispõe de Licença Saúde para Servidor do Município de Porto Esperidião-MT.

O senhor, JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES**,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e consoante o disposto no art. 103, da Lei Complementar n.º 016/2003.

RESOLVE:
Art. 1º – **CONCEDER LICENÇA SAÚDE AO SERVIDOR**.

EVANILDE DOS SANTOS PEREIRA, periodo de 02/04/2014 a 01/07/2014.
EVANIL DE MIRANDA GONÇALVES, periodo de 05/05/2014 a 04/06/2014.
VALERIA DUARTE FONTENELE, periodo de 01/05/2014 a 07/06/2014.
OSMELINA RIBEIRO DOS SANTOS, periodo de 01/05/2014 a 18/07/2014.
CARLOS CEZAR BRUMATI, periodo de 09/05/2014 a 24/08/2014.
ZILMA CONCEIÇÃO DE ARAUJO, periodo de 05/06/2014 a 20/06/2014.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 08 de Maio de 2014.

JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliel Pereira Alves
Código Identificador:77BECBAC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 177/2014, 08 DE MAIO DE 2014.

Dispõe sobre conversão de 10 dias de Férias em abono pecúnia.

O Excelentíssimo Senhor, **JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
CONSIDERANDO, o artigo 98, da Lei Complementar 016/2003 de 15 de Dezembro de 2003,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder, 30 dias de férias, a partir de 01 de maio de 2014 a servidora abaixo relacionada.
Rosemar Saucedo da Costa Leite – matricula 1592, período aquisitivo 20/01/2013 a 19/01/2014.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 08 de maio de 2014.

JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliel Pereira Alves
Código Identificador:42F5D0EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N°. 054/2014, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

Dispõe sobre nomeação de Diretor da Escola Municipal "Maria Gregorio Ortiz Cardoso".

O senhor JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES**,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e consoante o disposto no art. 29, da Lei n.º 422/2005 de 10 de outubro de 2005, para o bienio de 2013 a 2014.

RESOLVE:

Art. 1º – **Nomear**para exercer o cargo em Comissão de Diretor da Escola Municipal "Maria Gregorio Ortiz Cardoso" a senhora **NILVA SUELY BACA**, portador do RG n.º 14257050 SSP/MT e do CPF n.º 976.714.361.00.

Art. 2° - Em razão da Nomeação acima, o ora nomeado perceberá como remuneração o valor descrito nas referências constante do anexo único, da Lei Ordinária 422/2005 de 10 de outubro de 2005.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 03 de Fevereiro de 2014.

JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliel Pereira Alves
Código Identificador:57E6F265

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N°. 180/2014, DE 19 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO EM CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DE SEÇÃO DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO-MT.

O senhor, JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES**,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e consoante o disposto no art. 52, da Lei Complementar nº 018/2003 de 15 de dezembro de 2003,

RESOLVE:
Art. 1º – **NOMEAR**, a partir de (19/maio/2014) para exercer o cargo em Comissão de **Chefe de Seção da Secretaria de Saúde** do Município de Porto Esperidião-MT, a senhora, **MELZI HELENA DE OLIVEIRA,** portadora do RG n.º 1417845-1 SSP/MT e do CPF n.º 000.778.761-80.

Art. 2° - Em razão da Nomeação acima, o ora nomeado perceberá como remuneração o valor descrito na referência DAS-5, constante do anexo II-B, constante na Lei Complementar n.º 018/2003, de 15 de Dezembro de 2003.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 19 de Maio de 2014.

JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliel Pereira Alves
Código Identificador:4ED80494

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N°. 181/2014, DE 20 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO NUCLEO DE GESTÃO DO MUNICIPIO DE PORTO ESPERIDIÃO ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Roberto de Oliveira Rodrigues, Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

Considerando a necessidade de implementação do modelo de administração pública gerencial com o foco na obtenção de resultados de impacto no cidadão e na sociedade.

Considerando que o planejamento e a gestão são ferramentas que contribuem para o fortalecimento dos princípios basilares da administração pública, devendo provisionar a gestão com diretrizes baseadas nas prioridades e demandas da sociedade, privilegiando o compartilhamento do conhecimento, a descentralização das atividades, o acesso à informação e a notória transparência.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Instituir o Núcleo de Gestão da Prefeitura Municipal de Porto Esperidião, para tomada de decisão no tocante às implementações e gerenciamento dos processos e seus resultados.

ARTIGO 2º - Atribuir ao Núcleo de Gestão as seguintes competências:

Consolidar o atendimento das demandas das secretarias referente às necessidades operacionais;
Realizar análises das solicitações de materiais e serviços solicitados pelas secretarias para garantir a legalidade, economia e o bom andamento do processo;
Dar suporte aos secretários em decisões pertinentes aos processos de trabalho, porém não sobrepondo e nem subestimando a autonomia de cada secretário (a), no exercício e em função de suas atribuições;
Fazer análise prévia das situações corriqueiras dos processos diários para que sejam encaminhadas ao Prefeito, para decisões quando pertinente;
Acompanhar os resultados mensais, de conformidade do orçamento previsto e realizado e deliberar sobre as medidas corretivas apresentadas pelos responsáveis;
Criar as condições necessárias ao bom desempenho dos resultados planejados;

Exigir se necessário, o cumprimento das determinações de ações corretivas para garantir o resultado planejado;
Orientar o secretário e com estes elaborar politicas públicas voltadas a sua área de atuação;
Deliberar quanto a compras acima de 1 (um) mil reais realizadas pelas secretarias;
Opinar quanto à situação de urgência evocada por órgão ou secretaria da administração Municipal;
Apreciação previa de Projetos de Lei e encaminhamento posterior ao Prefeito municipal após emissão de parecer opinativo;
Paragrafo Único: o previsto no item "i" não exime a secretaria do principio da licitação pública para aquisições, nos casos em que for necessária;

ARTIGO 3º - Designar como membros do referido Núcleo os ocupantes titulares dos seguintes cargos:

1. Gabinete do Prefeito;
2. Secretaria de Administração;
3. Secretaria de Finanças;
4. Secretaria de Indústria e Comercio;
5. Representante do Corpo Jurídico;

§ 1º - Fica designado como Coordenadora do Núcleo de Gestão, a(o) Secretaria(o) Municipal de Industria e Comercio, que providenciara a organização e o gerenciamento das reuniões mensais de Acompanhamento e Avaliação junto ao Gabinete do Prefeito.
§ 2º - O núcleo de Gestão se reunirá semanalmente para tratar dos assuntos referentes ao artigo 2º;

ARTIGO 4º - Determinar que os Secretários Municipais se reúnam Quinzenalmente, exclusivamente com o núcleo de gestão ou a convite da Coordenação e encaminharão ao Núcleo de Gestão até o dia 10 do mês subsequente os *relatórios mensais de conformidade com os resultados das atividades realizadas.*

ARTIGO 5º - Fica estabelecido que o Núcleo de Gestão, juntamente com os secretários e o Prefeito Municipal, se reúna uma vez a cada mês para avaliação global dos resultados de todas as atividades planejadas e realizadas, sob a presidência do Prefeito Municipal.

ARTIGO 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliel Pereira Alves
Código Identificador:146C15B1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N°. 182/2014, DE 20 DE MAIO DE 2014.

Dispõe sobre Revogação da Portaria Nº 094/2014

O senhor, **JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, tendo em vista o disposto na Lei 11.250 de 27 de dezembro de 2005 e IN RFB 919 de 18 de fevereiro de 2009.

RESOLVE:
Art. 1º – **REVOGAR**, a partir desta data (01/JUNHO/2014), a Portaria Nº 094/2014 que designou para atuar na área de execução de atividades inerentes ao acompanhamento, fiscalização e controle Fiscal Fazendário vinculado ao lançamento/arrecadação/repasse da cota-parte municipal do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, além de outras atividades determinadas pela Coordenação do Setor de Fiscalização de Rendas e pelo Secretário Municipal de Fazenda o servidor **ADELINO AGUILAR**, portador do CPF nº 615.805.201-97 e da Cédula de Identidade RG nº 0723961-0-SJ/MT.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação

.Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 20 de Maio de 2014.

JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliel Pereira Alves
Código Identificador:7D79CFE9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N°. 183/2014, DE 21 DE MAIO DE 2014.

DESIGNA SERVIDORA PARA ATUAR NA ÁREA DE FISCALIZAÇÃO FAZENDÁRIA VINCULADA AL LANÇAMENTO/ARRECADAÇÃO/REPASSE DA CPTA-PARTE MUNICIPAL DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL – ITR.

O senhor, **JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, tendo em vista o disposto na Lei 11.250 de 27 de dezembro de 2005 e IN RFB 919 de 18 de fevereiro de 2009.

RESOLVE:
Art. 1º – Fica designado a servidora **ENILMA DOS SANTOS BACHEGA**, ocupante do cargo de Agente Administrativo, Referêncial 201-NM, para atuar na área de execução de atividades inerentes ao acompanhamento, fiscalização e controle Fiscal Fazendário vinculado ao lançamento/arrecadação/repasse da cota-parte municipal do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, além de outras atividades determinadas pela Coordenação do Setor de Fiscalização de Rendas e pelo Secretário Municipal de Fazenda.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação
.
Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 21 de Maio de 2014.

JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliel Pereira Alves
Código Identificador:1E34828B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 184/2014, DE 01 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre Nomeação de Coordenadora de Ensino Fundamental da Escola Municipal "Theodoro José Duarte" de Porto Esperidião-MT.

O senhor, JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES**,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por LEI Nº 422/2005 de 10 de Outubro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º – **NOMEAR**, a partir desta data (01/junho/2014), para exercer o cargo de **Coordenadora de Ensino Fundamental da Escola Municipal "Theodoro José Duarte" de Porto Esperidião-MT,** a

servidora, Rosimeire Leite Damasio, portadora do RG nº. 14146266 SSP/MT e do CPF nº. 852.064.901-72.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 01 de junho de 2014.

JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliel Pereira Alves
Código Identificador:55B8AE3C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 185/2014, 02 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre conversão de 30 dias de férias aos servidores abaixo relacionados.

O Excelentíssimo Senhor, **JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
CONSIDERANDO, o artigo 98, da Lei Complementar 016/2003 de 15 de Dezembro de 2003,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder, 30 dias de férias, a partir de 01 de junho de 2014 aos servidores abaixo relacionados.
Eliane Garcia Dias de Andrade – matricula 09, período aquisitivo 04/01/2010 a 03/01/2011.
Gildasio Mota doas Santos – matricula 27, período aquisitivo 10/08/2010 a 09/08/2011.
Adelia dos Santos – matricula 1186, período aquisitivo 15/04/2012 a 14/04/2013.
Ana Antonia Garcia de Miranda – matricula 61, período aquisitivo 10/08/2010 a 09/08/2011.
Waleska Antunes da Silva – matricula 1321, período aquisitivo 12/03/2013 a 11/03/2014.
Mauricio Cassiano – matricula 180, período aquisitivo 30/04/2012 a 29/042013.
Carla Cristina Maia da Silva – matricula 289, período aquisitivo 01/02/2013 a 31/01/2014.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 02 de junho de 2014.

JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliel Pereira Alves
Código Identificador:6B5AD923

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 186/2014, 02 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre conversão de 10 dias de Férias em abono pecúnia.

O Excelentíssimo Senhor, **JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
CONSIDERANDO, o artigo 98, da Lei Complementar 016/2003 de 15 de Dezembro de 2003,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder, férias, a partir de 01 de junho de 2014 e converter 10 dias em abono pecúnia aos servidores abaixo relacionados.
Ideval Pinaffi – matricula 905, período aquisitivo 12/03/2013 a 11/03/2014.
Rosali Aguilar de Souza – matricula 1025, período aquisitivo 13/11/2012 a 12/11/2013.
Constantina de Assunção – matricula 65, período aquisitivo de 31/01/2013 a 30/01/2014.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 02 de junho de 2014.

JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliel Pereira Alves
Código Identificador:DFACC3C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 187/2014, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre Conversão de licença prêmio de servidor em pecúlio.

O Excelentíssimo Senhor, **JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
CONSIDERANDO, o artigo 129 da Lei Complementar 016/2003 de 15 de Dezembro de 2003 alterado pela Lei 056/2010.

RESOLVE:

Art. 1º – CONCEDER ATRAVÉS DE CONVERSÃO EM PECULIO, a partir de 01/Junho/2014, ao (a) servidor (a), senhor (a) Ana Odete de Oliveira, matricula 217, Licença prêmio que deve ser paga em três parcelas nos meses de Maio, Junho e julho de 2014, referente ao período aquisitivo de 01/04/2009 a 31/03/2014.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 02 de junho de 2014.

JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliel Pereira Alves
Código Identificador:F8F3C0A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 188/2014, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre Conversão de licença prêmio de servidor em pecúlio.

O Excelentíssimo Senhor, **JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
CONSIDERANDO, o artigo 129 da Lei Complementar 016/2003 de 15 de Dezembro de 2003 alterado pela Lei 056/2010.

RESOLVE:

Art. 1º – CONCEDER ATRAVÉS DE CONVERSÃO EM PECULIO, a partir de 01/Junho/2014, ao (a) servidor (a), senhor (a) ALAIR VALADARES DA SILVA, matricula 567, Licença prêmio que deve ser paga em três parcelas nos meses de junho, julho e agosto de 2014, referente ao período aquisitivo de 01/04/2009 a 31/03/2014.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 02 de junho de 2014.

JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliel Pereira Alves
Código Identificador:3610E62A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 189/2014, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre Conversão de licença prêmio de servidor em pecúlio.

O Excelentíssimo Senhor, **JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
CONSIDERANDO, o artigo 129 da Lei Complementar 016/2003 de 15 de Dezembro de 2003 alterado pela Lei 056/2010.

RESOLVE:

Art. 1º – CONCEDER ATRAVÉS DE CONVERSÃO EM PECULIO, a partir de 01/Junho/2014, ao (a) servidor (a), senhor (a) SAULO ALVES BARBOSA, matricula 86, Licença prêmio que deve ser paga em três parcelas nos meses de junho, julho e agosto de 2014, referente ao período aquisitivo de 10/08/2004 a 09/08/2009.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 02 de junho de 2014.

JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliel Pereira Alves
Código Identificador:B65B0570

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 190/2014, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre Conversão de licença prêmio de servidor em pecúlio.

O Excelentíssimo Senhor, **JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
CONSIDERANDO, o artigo 129 da Lei Complementar 016/2003 de 15 de Dezembro de 2003 alterado pela Lei 056/2010.

RESOLVE:

Art. 1º – CONCEDER ATRAVÉS DE CONVERSÃO EM PECULIO, a partir de 01/Junho/2014, ao (a) servidor (a), senhor (a) CELINA BATISTA DE OLIVEIRA MATRICULA 545, Licença prêmio que deve ser paga em três parcelas nos meses de junho, julho e agosto de 2014, referente ao período aquisitivo de 24/03/2009 a 23/03/2014.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 02 de junho de 2014.

JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliel Pereira Alves
Código Identificador:87C315C0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 191/2014, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre Conversão de licença prêmio de servidor em pecúlio.

O Excelentíssimo Senhor, **JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
CONSIDERANDO, o artigo 129 da Lei Complementar 016/2003 de 15 de Dezembro de 2003 alterado pela Lei 056/2010.

RESOLVE:

Art. 1º – CONCEDER ATRAVÉS DE CONVERSÃO EM PECULIO, a partir de 01/Junho/2014, ao (a) servidor (a), senhor (a) GILVAN ALVES DE LIMA matricula 28, Licença prêmio que deve ser paga em três parcelas nos meses de junho, julho e agosto de 2014, referente ao período aquisitivo de 08/03/2003 a 07/03/2008.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 02 de junho de 2014.

JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliel Pereira Alves
Código Identificador:68607143

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 192/2014, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre Conversão de licença prêmio de servidor em pecúlio.

O Excelentíssimo Senhor, **JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
CONSIDERANDO, o artigo 129 da Lei Complementar 016/2003 de 15 de Dezembro de 2003 alterado pela Lei 056/2010.

RESOLVE:

Art. 1º – CONCEDER ATRAVÉS DE CONVERSÃO EM PECULIO, a partir de 01/Junho/2014, ao (a) servidor (a), senhor (a) MARIA ELIZABETH DA SILVA matricula 643, Licença prêmio que deve ser paga em três parcelas nos meses de junho, julho e agosto de 2014, referente ao período aquisitivo de 02/03/2009 a 01/03/2014.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 02 de junho de 2014.

JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliel Pereira Alves
Código Identificador:76FA893E

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 002/2014 - TESTE SELETIVO PÚBLICO 001/2014

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002/2014
HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

A Presidenta da Comissão Organizadora do Teste Seletivo Público da Prefeitura Municipal de Querência – MT, nos termos do edital 001/2014, visando atender ao princípio da publicidade;

RESOLVE:

I – Fica homologado as inscrições do Teste Seletivo Público nº. 001/2014, conforme segue em anexo.

Querência – MT, 20 de junho de 2014.

JASIELE ANESIA HEEMANN
Presidente da Comissão Organizadora do Teste Seletivo Público 001/2014

INSCRIÇÕES TESTE SELETIVO PÚBLICO Nº001/2014
Local da Prova: Escola Alegria do saber
Data da Prova : 22/06/2014

Início: 08:00 horas (Os candidatos devem estar no local da prova meia hora antes)
Trazer documento de identificação e caneta azul ou preta

Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CARGO	MICROÁREA
36	Catiane Gonçalves dos Santos	Agente de Combate as Endemias	-
03	Cleisson Oliveira Barbosa	Agente de Combate as Endemias	-
02	Crislen Felipe Eidt Neckel	Agente de Combate as Endemias	-
35	Cristina Rosa de Jesus	Agente de Combate as Endemias	-
72	Elaine Aparecida da Silva	Agente de Combate as Endemias	-
61	Eliana Duarte de Lima	Agente de Combate as Endemias	-
77	Euzany de Fatima Ferracine	Agente de Combate as Endemias	-
23	Geanne Ramos	Agente de Combate as Endemias	-
52	Ivonete Machado Merques	Agente de Combate as Endemias	-
42	Joisemara Paula Souza	Agente de Combate as Endemias	-
05	Luana Alves Costa	Agente de Combate as Endemias	-
06	Lucimar Sofires de Araujo	Agente de Combate as Endemias	-
21	Lucilene Alves rocha	Agente de Combate as Endemias	-
04	Mabia Laisa de Sousa Santos	Agente de Combate as Endemias	-
60	Maria Cecilia de Miranda Silva	Agente de Combate as Endemias	-
37	Maria Olinda Almeidade Farias	Agente de Combate as Endemias	-
07	Moiseis Nazare Ferreira da Silva	Agente de Combate as Endemias	-
01	Moises Silva Luz	Agente de Combate as Endemias	-
59	Patrícia Custódio Ribeiro Andrade	Agente de Combate as Endemias	-
15	Regiane Almeida da Cruz	Agente de Combate as Endemias	-
08	Renata Ribeiro de Oliveira	Agente de Combate as Endemias	-
40	Solange Souza	Agente de Combate as Endemias	-
55	Suzimar Neres de Souza	Agente de Combate as Endemias	-
22	Usleia da Silva Silva Soares	Agente de Combate as Endemias	-
56	Zizi Alves de Oliveira	Agente de Combate as Endemias	-
75	Danilo Milhomem de Oliveira	ACS ESF Setor F	04
18	Dirlei Rios	ACS ESF Setor F	05
25	Eva da Costa Silva	ACS ESF Setor F	04
76	Gisele Cruz Carvalho	ACS ESF Setor F	
27	Marcela Bruna da Costa	ACS ESF Setor F	06
41	Maria do Carmo Rodrigues de Oliveira	ACS ESF Setor F	05
78	Maria Girlene Assunção Silva	ACS ESF Setor F	07
45	Susana Ferreira de Sousa	ACS ESF Setor F	03
19	Angela Oliveira da Silva	EACS Centro de Saúde	05
12	Edivania Leandra Alves Moreira	EACS Centro de Saúde	01
39	Gracilene Pereira Rodrigues	EACS Centro de Saúde	05
68	Hiago Santos Marinho	EACS Centro de Saúde	03
31	Laura Faustina Ferreira	EACS Centro de Saúde	04
80	Maria Vanessa Carmo Silva	EACS Centro de Saúde	04
26	Neli Terezinha Bento	EACS Centro de Saúde	01
67	Alaiz Cristina Bispo Cardoso	PASCAR	07
57	Claudia Aline Rossi Leviski	PASCAR	12
38	Dirlene Leal Rios	PASCAR	17
53	Geruza Rodrigues Porto	PASCAR	24
64	Graciela Lindemann	PASCAR	08
65	Jorcelia Pereira de Araujo	PASCAR	11
16	Marcia Regina Bolsanelli	PASCAR	26
09	Maria Adriane Gnoatto	PASCAR	24
62	Maria Soares dos Santos	PASCAR	20
74	Jorge Ronaldo Klauck	PASCAR	18
48	Jorselho Vilas Boas da Hora	PASCAR	15
29	Raimundo Nonato da Silva Filho	PASCAR	12
10	Rosane Cristina Hoehn	PASCAR	27
44	Silvana Souza Costa	PASCAR	20
73	Siuvania Ferreira de Paulo	PASCAR	06
34	Tania Elisa Klein	PASCAR	08
63	Thamara Soares Souza	PASCAR	07
66	Virginia Cristina Guilarducci Pereira	PASCAR	21
46	Alisandra Alves Fernandes de Souza	ESF Setor E	02
20	Aparecida Vieira Arantes	ESF Setor E	01
51	Camila Silva Oliveira	ESF Setor E	02
50	Edna Leite Xavier	ESF Setor E	04
33	Marcelene Ribeiro da Costa	ESF Setor E	06
32	Natiele Lorenço de Almeida	ESF Setor E	06
30	Rafaela Barbosa dos Reis	ESF Setor E	06
58	Sabrina Carolina NIcacio Ribeiro	ESF Setor E	03
13	Thelma Crizanto Arruda	ESF Setor E	04
17	Zeyde Barbosa de Queiroz Rodrigues	ESF Setor E	03
49	Adevania Silva Costa	ESF Nova Querência	02
28	Andreia de Sousa Rocha	ESF Nova Querência	05
47	Beatriz Pereira Ramos	ESF Nova Querência	07
71	Ivonete Alves Oliveira	ESF Nova Querência	07
69	Janaina Pires de Paula	ESF Nova Querência	01
24	Marcia de Jesus do Nascimento	ESF Nova Querência	03
11	Marizol Nonato da Silva	ESF Nova Querência	07
79	Ryane Pereira da Hora	ESF Nova Querência	07
54	Sonia Moreira da Silva	ESF Nova Querência	02

JASIELE ANESIA HEEMANN
Presidente da Comissão Organizadora do Teste Seletivo Público 001/2014

Publicado por:
Adriana Matias Rodrigues
Código Identificador:35127E0F

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 003/2014 - TESTE SELETIVO PÚBLICO Nº. 001/2014

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003/2014

A Presidenta da Comissão Organizadora do Teste Seletivo Público da Prefeitura Municipal de Querência – MT, nos termos do edital 001/2014, visando atender ao princípio da publicidade:

RESOLVE:

I – Divulgar o resultado parcial das provas objetivas do Teste Seletivo Público nº. 001/2014, conforme segue em anexo.

Querência – MT, 24 de junho de 2014.

JASIELE ANESIA HEEMANN

Presidenta da Comissão Organizadora do Teste Seletivo Público 001/2014

TESTE SELETIVO PÚBLICO 001/2014

RESULTADO PARCIAL:

CANDIDATOS APTOS PARA REALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO PSICOLOGICA + FÍSICA

PERFIL OCUPACIONAL	LOCAL	MICRO AREA	NOTA PROVA OBJETIVA
Agente Comunitário de Saúde	**ESF Setor E**	**01**	-
Não houve classificados			-
Agente Comunitário de Saúde	**ESF Setor E**	**02**	-
Alisandra A. F. de Souza			30
Agente Comunitário de Saúde	**ESF Setor E**	**03**	-
Zeyde B. Q. Rodrigues			48
Sabrina Carolina N. Ribeiro			36
Agente Comunitário de Saúde	**ESF setor E**	**04**	-
Não houve classificados			-
Agente Comunitário de Saúde	**ESF setor E**	**05**	-
Não houve inscritos			-
Agente Comunitário de Saúde	**ESF Setor E**	**06**	-
Não houve classificados			-
Agente Comunitário de Saúde	**ESF Setor Nova Querência**	**01**	-
Janaina Pires de Paula			42
Agente Comunitário de Saúde	**ESF Setor Nova Querência**	**02**	-
Não compareceu fazer prova			-
Agente Comunitário de Saúde	**ESF Setor Nova Querência**	**03**	-
Não houve classificados			-
Agente Comunitário de Saúde	**ESF Setor Nova Querência**	**04**	-
Não houve inscritos			-
Agente Comunitário de Saúde	**ESF Setor Nova Querência**	**05**	-
Não houve classificados			-
Agente Comunitário de Saúde	**ESF Setor Nova Querência**	**06**	-
Não houve inscritos			-
Agente Comunitário de Saúde	**ESF Setor nova Querência**	**07**	-
Marizol N. da Silva			39
Ivonete Alves Oliveira			36
Agente Comunitário de Saúde	**ESF Setor F**	**03**	-
Não houve classificados			-
Agente Comunitário de Saúde	**ESF Setor F**	**04**	-
Danilo M. de Oliveira			36
Agente Comunitário de Saúde	**ESF Setor F**	**05**	-
Não houve classificados			-
Agente Comunitário de Saúde	**ESF Setor F**	**06**	-
Não houve classificados			-
Agente Comunitário de Saúde	**ESF Setor F**	**07**	-
Maria Girlene Assunção Silva			39
Agente Comunitário de Saúde	**ESF Setor F**	**08**	-
Não houve inscritos			-
Agente Comunitário de Saúde	**EACS Centro de saúde**	**01**	-
Neli Teresinha Bento			36
Edivania Leandra A. Moreira			36
Agente Comunitário de Saúde	**EACS Centro de saúde**	**02**	-
Não houve inscritos			-
Agente Comunitário de Saúde	**EACS Centro de saúde**	**03**	-
Não compareceu fazer prova			-
Agente Comunitário de Saúde	**EACS Centro de saúde**	**04**	-
Maria Vanessa Carmo Silva			33
Laura Faustina Ferreira			30
Agente Comunitário de Saúde	**EACS Centro de saúde**	**05**	-
Gracilene P. Rodrigues			45
Angela O. da Silva			33
Agente comunitário de Saúde Rural	**ACS_PASCAR**	**06**	-
Não houve classificados			-
Agente comunitário de Saúde Rural	**ACS_PASCAR**	**07**	-
Thamara Soares Souza			39
Alaiz C. B. Cardoso			33
Agente comunitário de Saúde Rural	**ACS_PASCAR**	**08**	-
Graciela Lindemann			42
Tânia Elisa Klein			30
Agente comunitário de Saúde Rural	**ACS_PASCAR**	**09**	-
Não houve inscritos			-
Agente comunitário de Saúde Rural	**ACS_PASCAR**	**10**	-
Não houve inscritos			-
Agente comunitário de Saúde Rural	**ACS_PASCAR**	**11**	-
Jorcélia Pereira de Araujo			30
Agente comunitário de Saúde Rural	**ACS_PASCAR**	**12**	-
Não houve classificados			-
Agente comunitário de Saúde Rural	**ACS_PASCAR**	**13**	-
Não houve inscritos			-
Agente comunitário de Saúde Rural	**ACS_PASCAR**	**14**	-
Não houve inscritos			-
Agente comunitário de Saúde Rural	**ACS_PASCAR**	**15**	-
Jorselho Vilas Boas da Hora			48
Agente comunitário de Saúde Rural	**ACS_PASCAR**	**16**	-
Não houve inscritos			-
Agente comunitário de Saúde Rural	**ACS_PASCAR**	**17**	-
Dirlene Leal Rios			39
Agente comunitário de Saúde Rural	**ACS_PASCAR**	**18**	-
Não houve classificados			-
Agente comunitário de Saúde Rural	**ACS_PASCAR**	**20**	-
Não houve classificados			-
Agente comunitário de Saúde Rural	**ACS_PASCAR**	**21**	-
Virginia C. G. Pereira			39
Agente comunitário de Saúde Rural	**ACS_PASCAR**	**24**	-
Geruza R. Porto			45
Agente comunitário de Saúde Rural	**ACS_PASCAR**	**26**	-
Marcia Regina Bolsanelli			42
Agente comunitário de Saúde Rural	**ACS_PASCAR**	**27**	-
Rosane C. Hoen			45
Agente de Combates as Endemias			NOTA PROVA OBJETIVA
Suzimar Neres de Sousa			45
Euzany de Fatima Ferracini			45
Maria Cecilia M. Silva			45
Maria Olinda A. de Farias			42
Elaine A. da Silva			39
Lucimar Sofires Araujo			36
Eliana Duarte de Lima			36
Lucilene Alves Rocha			30
Regiane A. Cruz			30
Joisemara P. Sousa			30
Cleison Oliveira Barbosa			39
Moiseis N. F. da Silva			39
Moises S. Luz			33

OBSERVAÇÃO:
OS CANDIDATOS QUE REALIZARAM A PROVA OBJETIVA DO DIA 22/06 E NÃO CONSTAM NA RELAÇÃO ACIMA NÃO OBTIVERAM PONTUAÇÃO EXIGIDA PARA A PROXIMA ETAPA DA SELEÇÃO CONFORME ÍTEM 5 DO EDITAL 001/2014.

Publicado por:
Adriana Matias Rodrigues
Código Identificador:A44B1DD5

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 23DE 24 DE JUNHO DE 2014

"DECRETA O REAJUSTE DA TABELA DE VENCIMENTOS DO PLANO DE CARGOS CARREIRA E SALÁRIO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS E DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE RESERVA DO CABAÇAL-MT".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL, Estado de Mato Grosso, Senhor JAIRO MANFROI, no uso de suas atribuições legais resolve:

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido o reajuste de 6 % para os Servidores Municipais e todos Profissionais do Magistério da Educação Básica do Município de Reserva do Cabaçal-MT.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, 24 de Junho de 2014.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

JAIRO MANFROI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Gonçalves Bandeira de Alcantara
Código Identificador:7A833F0A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ATA REGISTRO DE PREÇOS FORNECIMENTO DE PEÇAS
Nº 07/2014

Pelo presente instrumento que entre si fazem o **MUNICÍPIO DE RESERVA DO CABAÇAL,** Estado de Mato Grosso, com sede na Av. Mato Grosso, nº. 221, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.367.788/0001-31, neste ao representado pelo Prefeito Municipal Senhor Jairo Manfroi, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 843.885 SSP/PR e do CPF nº. 147.339.439-20, neste ato denominado **CONTRATANTE** e de outro a Empresa DIMAQ CAMPOTRAT CUIABÁ COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 05.220.404/0001-04, Inscrição Estadual nº. 13.210.903-4, com sede na Rua/Av. da Feb , nº. 1.479, Bairro da Manga, CEP: 78115-805 na Cidade Varzea Grande, Estado de Mato Grosso representada pelo Sr. DIOGO RODRIGUES DE CAMPOS, brasileiro, maior, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1463630-1 SSP/MT e do CPF nº. 937.475.601-30, neste ato denominada de **CONTRATADA,** decorrente de Licitação – Pregão Presencial nº.07/2014, tem justo e acordado o seguinte, mediante as cláusulas e condições constantes no seu respectivo EDITAL, e as demais cláusulas constantes deste instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente contrato é o futuro e eventual fornecimento, pela CONTRATADA à CONTRATANTE, de peças novas originais e peças de primeira linha para os veículos/máquinas das marcas NEW HOLAND e CASÉ, tendo por base a tabela referencia do fabricante ou ainda que a mesma não mais exista em virtude do ano de fabricação do veículo, ou ainda ocorrência de fato superveniente e devidamente comprovado de que a utilização da tabela tornou-se impossível ou insuficiente para avaliação dos preços registrados, poderá ser adotado o preço apurado por meio de média aritmética entre os preços pesquisados dentre, no mínimo, três empresas do ramo, ou, caso não exista tal número, dentre as existentes.

1.2 - O presente contrato abrange todos os órgãos e unidades da Administração Pública Municipal direta do Poder Executivo, sendo facultada sua utilização pelos órgãos da Administração indireta.

CLAUSULA SEGUNDA: DAS REGRAS DE FORNECIMENTO

2.1- O fornecimento do objeto será parcelado, conforme necessidades da Administração, mediante emissão de autorização de fornecimento.

2.1.1 - O Município se reserva no direito de requisitar peças originais, não sendo aceitas, em sob nenhuma hipótese, peças não originais, usadas ou remanufaturadas.

2.1.2 - A solicitação de fornecimento será emitida pelo setor de compras da Administração Publica Municipal, inclusive a Administração Indireta observando-se sempre as regras estabelecidas neste edital e no respectivo contrato.

2.1.3 – Poderão utilizar do registro de preços decorrente desta licitação todos os órgãos e unidades da Administração Direta do Poder Executivo. Sendo facultada, ainda, sua utilização pelos órgãos da Administração Indireta.

2.2 – O Município se reserva no direito de rejeitar, no todo ou em parte, as peças que venham apresentando defeitos, sendo assim todas as peças deverão possuir garantia de fábrica de no mínimo de 90 (noventa) dias conforme prevê o Código de Defesa do Consumidor ou ainda que não atendam as especificações constantes do Edital ou da proposta comercial, cabendo à licitante contratada sua substituição no prazo máximo de 01 (um) dia sob pena de multa por atraso e/ou suspensão do contrato sem prejuízo a outras penalidades aplicáveis.

2.3 – A Contratada não fica exonerada de suas responsabilidades, por possíveis falhas ou nas peças utilizadas após o seu recebimento, observadas as disposições do Edital.

2.4 – A Contratada deverá manter durante a vigência do contrato decorrente da presente licitação, as condições de habilitação previstas neste Edital, sob pena de suspensão e/ou rescisão contratual.

2.5 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao detentor do preço registrado preferência em igualdade de condições.

2.5.1 – O exercício de preferência dar-se-á, caso a Administração opte por realizar a aquisição por outro meios previstos em lei, quando o preço encontrado for igual ou superior ao registrado, mantidas as mesmas condições e prazos de entrega e pagamento, caso em que o detentor do registro terá assegurado direito à contratação.

2.6 – Assinatura do contrato de expectativa de fornecimento não obriga a Administração a adquiri-los, sendo facultada a não aquisição dos produtos, bem como sua aquisição total ou parcial.

2.7 – A cada aquisição de peça, o servidor responsável pelo registro, antes da emissão da autorização de fornecimento, providenciará a consulta ao preço de mercado sobre o qual aplicará o percentual de desconto constante da Ata de Registro de Preços e do respectivo contrato.

2.8 – A cada reparo ou troca de peças e acessórios será obrigatório o envio do material trocado ao setor de frotas para controle.

2.9 – A licitante fica obrigada a enviar o orçamento com as respectivas marcas das peças ou acessórios.

2.10 – A licitante não fica exonerada de suas responsabilidades, por possíveis falhas ou defeitos observados nos materiais após o seu recebimento, observadas as disposições deste Edital.

2.11 – A licitante deverá manter durante a vigência do contrato decorrente da presente licitação, as condições de habilitação previstas neste Edital, sob pena de suspensão e/ou rescisão contratual.

2.12 – A Existência de preços registrados não obriga a Administração a formar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa ás licitações, sendo assegurado ao detentor do preço registrado preferência em igualdade de condições.

2.12.1 – O exercício de preferência dar-se-á, caso a Administração opte por realizar a aquisição por outros meios previstos em lei, quando o preço encontrado for igual ou superior ao registrado mantidas as mesmas condições e prazos de entrega e pagamento, caso em que o detentor do registro terá assegurado direito à contratação.

2.13 – A assinatura do contrato de expectativa de fornecimento/execução de serviços não obriga a Administração a adquiri-los, sendo facultada a não aquisição dos produtos bem como sua aquisição total ou parcial.

2.14 – A cada aquisição de peça, o servidor responsável pelo registro, antes da emissão da autorização de fornecimento, providenciará a consulta ao preço de mercado sobre o qual aplicará o percentual de desconto constante da Ata de Registro de Preços e do respectivo Contrato.

2.15 – A fiscalização da execução do contrato decorrente da presente licitação ficará a cargo da Comissão ou servidor responsável pelo registro, formalmente designado para tal fim.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PAGAMENTO

3.1 – O pagamento será efetuado conforme cada aquisição de peças, pagas até 15 (trinta) dias após apresentação das notas fiscais.

3.2 – As notas fiscais deverão vir acompanhadas de copia da certidão de regularidade para com o FGTS e Negativa de Débitos do INSS, sob pena de suspensão do pagamento.
3.3 – A nota fiscal deverá conter ainda o número do Processo Administrativo e do número do Pregão a que se referem e acompanhada da respectiva autorização de fornecimento.

CLÁUSULA QUARTA: DO VALOR DO CONTRATO E DO DESCONTO
4.1 – A **CONTRATADA** concederá à **CONTRATANTE**, no Item 10 com um percentual de desconto de 13% e no Item 13 com um percentual de 14% de desconto sobre a tabela referencia do fabricante ou ainda que a mesma não mais exista em virtude do ano de fabricação do veículo, ou ainda ocorrência de fato superveniente e devidamente comprovado de que a utilização da tabela tornou-se impossível ou insuficiente para a avaliação dos preços registrados, poderá ser adotado o preço apurado por meio de média aritmética entre os preços pesquisados dentre, no mínimo, três empresas do ramo, ou caso não exista tal número, dentre as existentes, ressalvado o disposto no sub-item 6.3, incluindo todas as despesas que possam recair sobre o objeto, inclusive tributos, fretes, seguros, etc.
4.2 – Dá-se ao presente contrato o valor estimado de até R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) estabelecido conforme o numero de itens contratados, podendo vir a sofrer alterações, formadas através de termos aditivos, observada a legislação vigente.

CLAUSULA QUINTA: DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
5.1 – O responsável pelo registro de preços poderá rever de oficio os preços registrados, de modo a ajustá-los, na data da Ordem de Fornecimento, para os fins previstos no Inciso V do art. 15 da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores, ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

CLAUSULA SEXTA: DAS NORMAS LEGAIS
6.1 – O presente instrumento rege-se pelas normas constantes das Leis Federais nº. 10.520/2002, 8.666/93 e 8.078/90, e as normas e condições do respectivo EDITAL cujo processo licitatório o originou, as suas demais clausulas, além de outras normas legais pertinentes a espécie.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
6.2 – Os casos omissos decorrentes deste instrumento serão resolvidos com base nas disposições do respectivo EDITAL, as disposições da Lei 8.666/93, do Código Civil Brasileiro.

CLAUSULA SÉTIMA: DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS E FINANCEIROS
7.1 – As despesas decorrentes da presente licitação, serão nelas observada a respectiva unidade orçamentária, e os recursos financeiros poderão ser próprios ou decorrentes de Convênio, conforme o caso.

CLAUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES
8.1 – O não cumprimento total ou parcial das clausulas constantes neste contrato ou das obrigações assumidas caracterizará a inadimplemento da CONTRATADA, sujeitando-a ás penalidades de advertência e/ou multa, previstas no EDITAL de Licitação que originou este instrumento, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis à espécie.

CLAUSULA NONA: DA RESCISÃO CONTRATUAL
9.1 – o presente instrumento poderá ser anulado ou revogado por ato unilateral da CONTRATANTE, devidamente justificado, quando o interesse publico assim o exigir sem que caiba direito à indenização, ou na ocorrência de quaisquer das hipótese previstas na Lei 8.666/93, sem prejuízo das penalidades legais aplicáveis.

CLAUSULA DECIMA: DA VIGENCIA
10.1 – O presente instrumento terá vigência até 12 (doze) meses após sua assinatura, podendo ser convocado novo pregão antes de expirado o referido prazo, de acordo com o interesse publico, para substituição do preço registrado para inclusão de novos produtos.

CLAUSULA DECIMA PROMEIRA: DO FORO
11.1 – As partes elegem o Foro da Comarca de Araputanga para dirimir as questões resultantes do presente contrato renunciando a qualquer outro.
Por se acharem justos e acordados, formam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal.

Reserva do Cabaçal – MT 17 de junho de 2014

JAIRO MANFROI
Prefeito Municipal

DIMAQ – CAMPOTRAT CUIABÁ COMERCIAL LTDA
CNPJ: 05.220.404/0001-04

LETICIA VENACIO FERREIRA LIMA
Fical de Contratos

DELAIR TEIXEIRA DE ALCANTARA
Assessor Juridico
OAB – MT 15351

TESTEMUNHAS

1: OLINDA DE OLIVEIRA
CPF:624.613.899-34

2:REGIANE LUCAS DOS REIS
CPF: 036.603.601-71

Publicado por:
Maria Gonçalves Bandeira de Alcantara
Código Identificador:13A938E5

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ATA REGISTRO DE PREÇOS FORNECIMENTO DE PEÇAS
Nº 07/2014

Pelo presente instrumento que entre si fazem o **MUNICÍPIO DE RESERVA DO CABAÇAL,** Estado de Mato Grosso, com sede na Av. Mato Grosso, nº. 221, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.367.788/0001-31, neste ao representado pelo Prefeito Municipal Senhor Jairo Manfroi, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 843.885 SSP/PR e do CPF nº. 147.339.439-20, neste ato denominado **CONTRATANTE** e de outro a Empresa DUPLA POTENCIA RECUPERADORA DE MAQUINAS LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o número 03.301.657/0001-87, Inscrição Estadual nº. 13.188.921, com sede na Rua/Av. Tancredo Neves, nº 6.180, Centro, CEP: 78.280-000 na Cidade Mirassol D'oeste, Estado de Mato Grosso representada pela Sra. GHILSENIR RAMALHO CORREA FERRARI, brasileira, maior, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 233.874 SSP/MT e do CPF nº. 230.150.121-34, neste ato denominada de **CONTRATADA,** decorrente de Licitação – Pregão Presencial nº.07/2014, tem justo e acordado o seguinte, mediante as cláusulas e condições constantes no seu respectivo EDITAL, e as demais cláusulas constantes deste instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO
1.1 – O objeto do presente contrato é o futuro e eventual fornecimento, pela CONTRATADA à CONTRATANTE, de peças novas originais e peças de primeira linha para os veículos/máquinas das marcas FORD RETROESCAVADEIRA, KOMATSU, FIAT HALLIS E MASSEY FERGUSON tendo por base a tabela referencia do fabricante ou ainda que a mesma não mais exista em virtude do ano de fabricação do veículo, ou ainda ocorrência de fato superveniente e devidamente comprovado de que a utilização da tabela tornou-se impossível ou insuficiente para avaliação dos preços registrados, poderá ser adotado o preço apurado por meio de média aritmética entre os preços pesquisados dentre, no mínimo, três empresas do ramo, ou, caso não exista tal número, dentre as existentes.
1.2 - O presente contrato abrange todos os órgãos e unidades da Administração Pública Municipal direta do Poder Executivo, sendo facultada sua utilização pelos órgãos da Administração indireta.
CLAUSULA SEGUNDA: DAS REGRAS DE FORNECIMENTO

2.1- O fornecimento do objeto será parcelado, conforme necessidades da Administração, mediante emissão de autorização de fornecimento.
2.1.1 - O Município se reserva no direito de requisitar peças originais, não sendo aceitas, em sob nenhuma hipótese, peças não originais, usadas ou remanufaturadas.

2.1.2 - A solicitação de fornecimento será emitida pelo setor de compras da Administração Publica Municipal, inclusive a Administração Indireta observando-se sempre as regras estabelecidas neste edital e no respectivo contrato.
2.1.3 – Poderão utilizar do registro de preços decorrente desta licitação todos os órgãos e unidades da Administração Direta do Poder Executivo. Sendo facultada, ainda, sua utilização pelos órgãos da Administração Indireta.
2.2 – O Município se reserva no direito de rejeitar, no todo ou em parte, as peças que venham apresentando defeitos, sendo assim todas as peças deverão possuir garantia de fábrica de no mínimo de 90 (noventa) dias conforme prevê o Código de Defesa do Consumidor ou ainda que não atendam as especificações constantes do Edital ou da proposta comercial, cabendo à licitante contratada sua substituição no prazo máximo de 01 (um) dia sob pena de multa por atraso e/ou suspensão do contrato sem prejuízo a outras penalidades aplicáveis.
2.3 – A Contratada não fica exonerada de suas responsabilidades, por possíveis falhas ou nas peças utilizadas após o seu recebimento, observadas as disposições do Edital.
2.4 – A Contratada deverá manter durante a vigência do contrato decorrente da presente licitação, as condições de habilitação previstas neste Edital, sob pena de suspensão e/ou rescisão contratual.
2.5 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao detentor do preço registrado preferência em igualdade de condições.
2.5.1 – O exercício de preferência dar-se-á, caso a Administração opte por realizar a aquisição por outro meios previstos em lei, quando o preço encontrado for igual ou superior ao registrado, mantidas as mesmas condições e prazos de entrega e pagamento, caso em que o detentor do registro terá assegurado direito à contratação.
2.6 – Assinatura do contrato de expectativa de fornecimento não obriga a Administração a adquiri-los, sendo facultada a não aquisição dos produtos, bem como sua aquisição total ou parcial.
2.7 – A cada aquisição de peça, o servidor responsável pelo registro, antes da emissão da autorização de fornecimento, providenciará a consulta ao preço de mercado sobre o qual aplicará o percentual de desconto constante da Ata de Registro de Preços e do respectivo contrato.
2.8 – A cada reparo ou troca de peças e acessórios será obrigatório o envio do material trocado ao setor de frotas para controle.

2.9 – A licitante fica obrigada a enviar o orçamento com as respectivas marcas das peças ou acessórios.
2.10 – A licitante não fica exonerada de suas responsabilidades, por possíveis falhas ou defeitos observados nos materiais após o seu recebimento, observadas as disposições deste Edital.
2.11 – A licitante deverá manter durante a vigência do contrato decorrente da presente licitação, as condições de habilitação previstas neste Edital, sob pena de suspensão e/ou rescisão contratual.
2.12 – A Existência de preços registrados não obriga a Administração a formar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa ás licitações, sendo assegurado ao detentor do preço registrado preferência em igualdade de condições.
2.12.1 – O exercício de preferência dar-se-á, caso a Administração opte por realizar a aquisição por outros meios previstos em lei, quando o preço encontrado for igual ou superior ao registrado mantidas as mesmas condições e prazos de entrega e pagamento, caso em que o detentor do registro terá assegurado direito à contratação.
2.13 – A assinatura do contrato de expectativa de fornecimento/execução de serviços não obriga a Administração a adquiri-los, sendo facultada a não aquisição dos produtos bem como sua aquisição total ou parcial.
2.14 – A cada aquisição de peça, o servidor responsável pelo registro, antes da emissão da autorização de fornecimento, providenciará a consulta ao preço de mercado sobre o qual aplicará o percentual de desconto constante da Ata de Registro de Preços e do respectivo Contrato.
2.15 – A fiscalização da execução do contrato decorrente da presente licitação ficará a cargo da Comissão ou servidor responsável pelo registro, formalmente designado para tal fim.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PAGAMENTO
3.1 – O pagamento será efetuado conforme cada aquisição de peças, pagas até 15 (trinta) dias após apresentação das notas fiscais.
3.2 – As notas fiscais deverão vir acompanhadas de copia da certidão de regularidade para com o FGTS e Negativa de Débitos do INSS, sob pena de suspensão do pagamento.
3.3 – A nota fiscal deverá conter ainda o número do Processo Administrativo e do número do Pregão a que se referem e acompanhada da respectiva autorização de fornecimento.

CLÁUSULA QUARTA: DO VALOR DO CONTRATO E DO DESCONTO
4.1 – A **CONTRATADA** concederá à **CONTRATANTE**, no Item 08 com um percentual de desconto de 11,50%, no Item 09 com um percentual de 11,50% de desconto, no Item 14 com um percentual 26%, e no Item 15 com um percentual de 12,50% sobre a tabela referencia do fabricante ou ainda que a mesma não mais exista em virtude do ano de fabricação do veículo, ou ainda ocorrência de fato superveniente e devidamente comprovado de que a utilização da tabela tornou-se impossível ou insuficiente para a avaliação dos preços registrados, poderá ser adotado o preço apurado por meio de média aritmética entre os preços pesquisados dentre, no mínimo, três empresas do ramo, ou caso não exista tal número, dentre as existentes, ressalvado o disposto no sub-item 6.3, incluindo todas as despesas que possam recair sobre o objeto, inclusive tributos, fretes, seguros, etc.
4.2 – Dá-se ao presente contrato o valor estimado de até R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) estabelecido conforme o numero de itens contratados, podendo vir a sofrer alterações, formadas através de termos aditivos, observada a legislação vigente.

CLAUSULA QUINTA: DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
5.1 – O responsável pelo registro de preços poderá rever de oficio os preços registrados, de modo a ajustá-los, na data da Ordem de Fornecimento, para os fins previstos no Inciso V do art. 15 da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores, ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

CLAUSULA SEXTA: DAS NORMAS LEGAIS
6.1 – O presente instrumento rege-se pelas normas constantes das Leis Federais nº. 10.520/2002, 8.666/93 e 8.078/90, e as normas e condições do respectivo EDITAL cujo processo licitatório o originou, as suas demais clausulas, além de outras normas legais pertinentes a espécie.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
6.2 – Os casos omissos decorrentes deste instrumento serão resolvidos com base nas disposições do respectivo EDITAL, as disposições da Lei 8.666/93, do Código Civil Brasileiro.

CLAUSULA SÉTIMA: DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS E FINANCEIROS
7.1 – As despesas decorrentes da presente licitação, serão nelas observada a respectiva unidade orçamentária, e os recursos financeiros poderão ser próprios ou decorrentes de Convênio, conforme o caso.

CLAUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES
8.1 – O não cumprimento total ou parcial das clausulas constantes neste contrato ou das obrigações assumidas caracterizará a inadimplemento da CONTRATADA, sujeitando-a ás penalidades de advertência e/ou multa, previstas no EDITAL de Licitação que originou este instrumento, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis à espécie.

CLAUSULA NONA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 – o presente instrumento poderá ser anulado ou revogado por ato unilateral da CONTRATANTE, devidamente justificado, quando o interesse publico assim o exigir sem que caiba direito à indenização, ou na ocorrência de quaisquer das hipótese previstas na Lei 8.666/93, sem prejuízo das penalidades legais aplicáveis.

CLAUSULA DECIMA: DA VIGENCIA
10.1 – O presente instrumento terá vigência até 12 (doze) meses após sua assinatura, podendo ser convocado novo pregão antes de expirado o referido prazo, de acordo com o interesse publico, para substituição do preço registrado para inclusão de novos produtos.

CLAUSULA DECIMA PROMEIRA: DO FORO
11.1 – As partes elegem o Foro da Comarca de Araputanga para dirimir as questões resultantes do presente contrato renunciando a qualquer outro.
Por se acharem justos e acordados, formam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal.

Reserva do Cabaçal – MT 17 de junho de 2014

JAIRO MANFROI
Prefeito Municipal

DUPLA POTÊNCIA RECUPERADORA DE MÁQUINAS LTDA EPP
CNPJ: 03.301.657/0001-87

LETICIA VENACIO FERREIRA LIMA
Fical de Contratos

DELAIR TEIXEIRA DE ALCANTARA
Assessor Juridico
OAB – MT 15351

TESTEMUNHAS

1: OLINDA DE OLIVEIRA
CPF:624.613.899-34

2:REGIANE LUCAS DOS REIS
CPF: 036.603.601-71

Publicado por:
Maria Gonçalves Bandeira de Alcantara
Código Identificador:7B878436

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ATA REGISTRO DE PREÇOS FORNECIMENTO DE PEÇAS
Nº 07/2014

Pelo presente instrumento que entre si fazem o **MUNICÍPIO DE RESERVA DO CABAÇAL,** Estado de Mato Grosso, com sede na Av. Mato Grosso, nº. 221, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.367.788/0001-31, neste ao representado pelo Prefeito Municipal Senhor Jairo Manfroi, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 843.885 SSP/PR e do CPF nº. 147.339.439-20, neste ato denominado **CONTRATANTE** e de outro a Empresa NASCIMENTO COMERCIO DE PEÇAS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o número 09.227.993/0001-03, Inscrição Estadual nº. 13.347.725-8, com sede na Rua/Av. Ulisses Pompeu de Campos , nº. 300A, Bairro jardim Panorama, CEP: 78140-215 da Cidade Varzea Grande, Estado de Mato Grosso representada pelo Sr. ANDERSON CLEITON NASCIMENTO, brasileiro, maior, (Cargo), portador da Cédula de Identidade RG nº. 1370217-3 SSP/MT e do CPF nº. 009.222.321-48, neste ato denominada de **CONTRATADA,** decorrente de Licitação – Pregão Presencial nº.07/2014, tem justo e acordado o seguinte, mediante as cláusulas e condições constantes no seu respectivo EDITAL, e as demais cláusulas constantes deste instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO
1.1 – O objeto do presente contrato é o futuro e eventual fornecimento, pela CONTRATADA à CONTRATANTE, de peças novas originais e peças de primeira linha para os veículos/máquinas das marcas DYNAPAC e VOLVO, tendo por base a tabela referencia do fabricante ou ainda que a mesma não mais exista em virtude do ano de fabricação do veículo, ou ainda ocorrência de fato superveniente e devidamente comprovado de que a utilização da tabela tornou-se impossível ou insuficiente para avaliação dos preços registrados, poderá ser adotado o preço apurado por meio de média aritmética entre os preços pesquisados dentre, no mínimo, três empresas do ramo, ou, caso não exista tal número, dentre as existentes.
1.2 - O presente contrato abrange todos os órgãos e unidades da Administração Pública Municipal direta do Poder Executivo, sendo facultada sua utilização pelos órgãos da Administração indireta.
CLAUSULA SEGUNDA: DAS REGRAS DE FORNECIMENTO
2.1- O fornecimento do objeto será parcelado, conforme necessidades da Administração, mediante emissão de autorização de fornecimento.
2.1.1 - O Município se reserva no direito de requisitar peças originais, não sendo aceitas, em sob nenhuma hipótese, peças não originais, usadas ou remanufaturadas.

2.1.2 - A solicitação de fornecimento será emitida pelo setor de compras da Administração Publica Municipal, inclusive a Administração Indireta observando-se sempre as regras estabelecidas neste edital e no respectivo contrato.
2.1.3 – Poderão utilizar do registro de preços decorrente desta licitação todos os órgãos e unidades da Administração Direta do Poder Executivo. Sendo facultada, ainda, sua utilização pelos órgãos da Administração Indireta.
2.2 – O Município se reserva no direito de rejeitar, no todo ou em parte, as peças que venham apresentando defeitos, sendo assim todas as peças deverão possuir garantia de fábrica de no mínimo de 90 (noventa) dias conforme prevê o Código de Defesa do Consumidor ou ainda que não atendam as especificações constantes do Edital ou da proposta comercial, cabendo à licitante contratada sua substituição no prazo máximo de 01 (um) dia sob pena de multa por atraso e/ou suspensão do contrato sem prejuízo a outras penalidades aplicáveis.
2.3 – A Contratada não fica exonerada de suas responsabilidades, por possíveis falhas ou nas peças utilizadas após o seu recebimento, observadas as disposições do Edital.
2.4 – A Contratada deverá manter durante a vigência do contrato decorrente da presente licitação, as condições de habilitação previstas neste Edital, sob pena de suspensão e/ou rescisão contratual.
2.5 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao detentor do preço registrado preferência em igualdade de condições.
2.5.1 – O exercício de preferência dar-se-á, caso a Administração opte por realizar a aquisição por outro meios previstos em lei, quando o preço encontrado for igual ou superior ao registrado, mantidas as mesmas condições e prazos de entrega e pagamento, caso em que o detentor do registro terá assegurado direito à contratação.
2.6 – Assinatura do contrato de expectativa de fornecimento não obriga a Administração a adquiri-los, sendo facultada a não aquisição dos produtos, bem como sua aquisição total ou parcial.
2.7 – A cada aquisição de peça, o servidor responsável pelo registro, antes da emissão da autorização de fornecimento, providenciará a consulta ao preço de mercado sobre o qual aplicará o percentual de desconto constante da Ata de Registro de Preços e do respectivo contrato.
2.8 – A cada reparo ou troca de peças e acessórios será obrigatório o envio do material trocado ao setor de frotas para controle.

2.9 – A licitante fica obrigada a enviar o orçamento com as respectivas marcas das peças ou acessórios.
2.10 – A licitante não fica exonerada de suas responsabilidades, por possíveis falhas ou defeitos observados nos materiais após o seu recebimento, observadas as disposições deste Edital.
2.11 – A licitante deverá manter durante a vigência do contrato decorrente da presente licitação, as condições de habilitação previstas neste Edital, sob pena de suspensão e/ou rescisão contratual.
2.12 – A Existência de preços registrados não obriga a Administração a formar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa

ás licitações, sendo assegurado ao detentor do preço registrado preferência em igualdade de condições.
2.12.1 – O exercício de preferência dar-se-á, caso a Administração opte por realizar a aquisição por outros meios previstos em lei, quando o preço encontrado for igual ou superior ao registrado mantidas as mesmas condições e prazos de entrega e pagamento, caso em que o detentor do registro terá assegurado direito à contratação.
2.13 – A assinatura do contrato de expectativa de fornecimento/execução de serviços não obriga a Administração a adquiri-los, sendo facultada a não aquisição dos produtos bem como sua aquisição total ou parcial.
2.14 – A cada aquisição de peça, o servidor responsável pelo registro, antes da emissão da autorização de fornecimento, providenciará a consulta ao preço de mercado sobre o qual aplicará o percentual de desconto constante da Ata de Registro de Preços e do respectivo Contrato.
2.15 – A fiscalização da execução do contrato decorrente da presente licitação ficará a cargo da Comissão ou servidor responsável pelo registro, formalmente designado para tal fim.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PAGAMENTO
3.1 – O pagamento será efetuado conforme cada aquisição de peças, pagas até 15 (trinta) dias após apresentação das notas fiscais.
3.2 – As notas fiscais deverão vir acompanhadas de copia da certidão de regularidade para com o FGTS e Negativa de Débitos do INSS, sob pena de suspensão do pagamento.
3.3 – A nota fiscal deverá conter ainda o número do Processo Administrativo e do número do Pregão a que se referem e acompanhada da respectiva autorização de fornecimento.

CLÁUSULA QUARTA: DO VALOR DO CONTRATO E DO DESCONTO
4.1 – A **CONTRATADA** concederá à **CONTRATANTE**, no Item 11 com um percentual de desconto de 13% e no Item 12 um percentual de 14% de desconto sobre a tabela referencia do fabricante ou ainda que a mesma não mais exista em virtude do ano de fabricação do veículo, ou ainda ocorrência de fato superveniente e devidamente comprovado de que a utilização da tabela tornou-se impossível ou insuficiente para a avaliação dos preços registrados, poderá ser adotado o preço apurado por meio de média aritmética entre os preços pesquisados dentre, no mínimo, três empresas do ramo, ou caso não exista tal número, dentre as existentes, ressalvado o disposto no sub-item 6.3, incluindo todas as despesas que possam recair sobre o objeto, inclusive tributos, fretes, seguros, etc.
4.2 – Dá-se ao presente contrato o valor estimado de até R$ 100.000,00 (cem mil reais) estabelecido conforme o numero de itens contratados, podendo vir a sofrer alterações, formadas através de termos aditivos, observada a legislação vigente.

CLAUSULA QUINTA: DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
5.1 – O responsável pelo registro de preços poderá rever de oficio os preços registrados, de modo a ajustá-los, na data da Ordem de Fornecimento, para os fins previstos no Inciso V do art. 15 da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores, ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

CLAUSULA SEXTA: DAS NORMAS LEGAIS
6.1 – O presente instrumento rege-se pelas normas constantes das Leis Federais nº. 10.520/2002, 8.666/93 e 8.078/90, e as normas e condições do respectivo EDITAL cujo processo licitatório o originou, as suas demais clausulas, além de outras normas legais pertinentes a espécie.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
6.2 – Os casos omissos decorrentes deste instrumento serão resolvidos com base nas disposições do respectivo EDITAL, as disposições da Lei 8.666/93, do Código Civil Brasileiro.

CLAUSULA SÉTIMA: DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS E FINANCEIROS
7.1 – As despesas decorrentes da presente licitação, serão nelas observada a respectiva unidade orçamentária, e os recursos financeiros poderão ser próprios ou decorrentes de Convênio, conforme o caso.

CLAUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES
8.1 – O não cumprimento total ou parcial das clausulas constantes neste contrato ou das obrigações assumidas caracterizará a inadimplemento da CONTRATADA, sujeitando-a ás penalidades de advertência e/ou multa, previstas no EDITAL de Licitação que originou este instrumento, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis à espécie.

CLAUSULA NONA: DA RESCISÃO CONTRATUAL
9.1 – o presente instrumento poderá ser anulado ou revogado por ato unilateral da CONTRATANTE, devidamente justificado, quando o interesse publico assim o exigir sem que caiba direito à indenização, ou na ocorrência de quaisquer das hipótese previstas na Lei 8.666/93, sem prejuízo das penalidades legais aplicáveis.

CLAUSULA DECIMA: DA VIGENCIA
10.1 – O presente instrumento terá vigência até 12 (doze) meses após sua assinatura, podendo ser convocado novo pregão antes de expirado o referido prazo, de acordo com o interesse publico, para substituição do preço registrado para inclusão de novos produtos.

CLAUSULA DECIMA PROMEIRA: DO FORO
11.1 – As partes elegem o Foro da Comarca de Araputanga para dirimir as questões resultantes do presente contrato renunciando a qualquer outro.
Por se acharem justos e acordados, formam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal.

Reserva do Cabaçal – MT 17 de junho de 2014

JAIRO MANFROI
Prefeito Municipal

NASCIMENTO COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA ME
CNPJ: 09.227.993/0001-03

LETICIA VENACIO FERREIRA LIMA
Fical de Contratos

DELAIR TEIXEIRA DE ALCANTARA
Assessor Juridico
OAB – MT 15351

TESTEMUNHAS

1: OLINDA DE OLIVEIRA
CPF:624.613.899-34

2:REGIANE LUCAS DOS REIS
CPF: 036.603.601-71

Publicado por:
Maria Gonçalves Bandeira de Alcantara
Código Identificador:DCB83ACA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ATA REGISTRO DE PREÇOS FORNECIMENTO DE PEÇAS
Nº 07/2014

Pelo presente instrumento que entre si fazem o **MUNICÍPIO DE RESERVA DO CABAÇAL,** Estado de Mato Grosso, com sede na Av. Mato Grosso, nº. 221, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.367.788/0001-31, neste ao representado pelo Prefeito Municipal Senhor Jairo Manfroi, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 843.885 SSP/PR e do CPF nº. 147.339.439-20, neste ato denominado **CONTRATANTE** e de outro a Empresa REVITALIZAR COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o número 08.355.658/0001-28, Inscrição Estadual nº. 13.331.380-8, com sede na Rua/Av. Central, Lote 06, Quadra 10, Centro Empresarial, CEP: 78110-601 da Cidade Varzea Grande, Estado de Mato Grosso representada pelo Sr. DURCELINO

EGÍDIO DA SILVA, brasileiro, maior, portador da Cédula de Identidade RG nº. 12045853 SSP/MT e do CPF nº. 696.345.131-15, neste ato denominada de **CONTRATADA,** decorrente de Licitação – Pregão Presencial nº.07/2014, tem justo e acordado o seguinte, mediante as cláusulas e condições constantes no seu respectivo EDITAL, e as demais cláusulas constantes deste instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente contrato é o futuro e eventual fornecimento, pela CONTRATADA à CONTRATANTE, de peças novas originais e peças de primeira linha para os veículos/máquinas das marcas FIAT, FORD VEÍCULOS LEVES, VOLKSWAGEM, RENAULT e FORD VEICULOS LEVES, tendo por base a tabela referencia do fabricante ou ainda que a mesma não mais exista em virtude do ano de fabricação do veículo, ou ainda ocorrência de fato superveniente e devidamente comprovado de que a utilização da tabela tornou-se impossível ou insuficiente para avaliação dos preços registrados, poderá ser adotado o preço apurado por meio de média aritmética entre os preços pesquisados dentre, no mínimo, três empresas do ramo, ou, caso não exista tal número, dentre as existentes.

1.2 - O presente contrato abrange todos os órgãos e unidades da Administração Pública Municipal direta do Poder Executivo, sendo facultada sua utilização pelos órgãos da Administração indireta.

CLAUSULA SEGUNDA: DAS REGRAS DE FORNECIMENTO

2.1- O fornecimento do objeto será parcelado, conforme necessidades da Administração, mediante emissão de autorização de fornecimento.

2.1.1 - O Município se reserva no direito de requisitar peças originais, não sendo aceitas, em sob nenhuma hipótese, peças não originais, usadas ou remanufaturadas.

2.1.2 - A solicitação de fornecimento será emitida pelo setor de compras da Administração Publica Municipal, inclusive a Administração Indireta observando-se sempre as regras estabelecidas neste edital e no respectivo contrato.

2.1.3 – Poderão utilizar do registro de preços decorrente desta licitação todos os órgãos e unidades da Administração Direta do Poder Executivo. Sendo facultada, ainda, sua utilização pelos órgãos da Administração Indireta.

2.2 – O Município se reserva no direito de rejeitar, no todo ou em parte, as peças que venham apresentando defeitos, sendo assim todas as peças deverão possuir garantia de fábrica de no mínimo de 90 (noventa) dias conforme prevê o Código de Defesa do Consumidor ou ainda que não atendam as especificações constantes do Edital ou da proposta comercial, cabendo à licitante contratada sua substituição no prazo máximo de 01 (um) dia sob pena de multa por atraso e/ou suspensão do contrato sem prejuízo a outras penalidades aplicáveis.

2.3 – A Contratada não fica exonerada de suas responsabilidades, por possíveis falhas ou nas peças utilizadas após o seu recebimento, observadas as disposições do Edital.

2.4 – A Contratada deverá manter durante a vigência do contrato decorrente da presente licitação, as condições de habilitação previstas neste Edital, sob pena de suspensão e/ou rescisão contratual.

2.5 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao detentor do preço registrado preferência em igualdade de condições.

2.5.1 – O exercício de preferência dar-se-á, caso a Administração opte por realizar a aquisição por outro meios previstos em lei, quando o preço encontrado for igual ou superior ao registrado, mantidas as mesmas condições e prazos de entrega e pagamento, caso em que o detentor do registro terá assegurado direito à contratação.

2.6 – Assinatura do contrato de expectativa de fornecimento não obriga a Administração a adquiri-los, sendo facultada a não aquisição dos produtos, bem como sua aquisição total ou parcial.

2.7 – A cada aquisição de peça, o servidor responsável pelo registro, antes da emissão da autorização de fornecimento, providenciará a consulta ao preço de mercado sobre o qual aplicará o percentual de desconto constante da Ata de Registro de Preços e do respectivo contrato.

2.8 – A cada reparo ou troca de peças e acessórios será obrigatório o envio do material trocado ao setor de frotas para controle.

2.9 – A licitante fica obrigada a enviar o orçamento com as respectivas marcas das peças ou acessórios.

2.10 – A licitante não fica exonerada de suas responsabilidades, por possíveis falhas ou defeitos observados nos materiais após o seu recebimento, observadas as disposições deste Edital.

2.11 – A licitante deverá manter durante a vigência do contrato decorrente da presente licitação, as condições de habilitação previstas neste Edital, sob pena de suspensão e/ou rescisão contratual.

2.12 – A Existência de preços registrados não obriga a Administração a formar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa ás licitações, sendo assegurado ao detentor do preço registrado preferência em igualdade de condições.

2.12.1 – O exercício de preferência dar-se-á, caso a Administração opte por realizar a aquisição por outros meios previstos em lei, quando o preço encontrado for igual ou superior ao registrado mantidas as mesmas condições e prazos de entrega e pagamento, caso em que o detentor do registro terá assegurado direito à contratação.

2.13 – A assinatura do contrato de expectativa de fornecimento/execução de serviços não obriga a Administração a adquiri-los, sendo facultada a não aquisição dos produtos bem como sua aquisição total ou parcial.

2.14 – A cada aquisição de peça, o servidor responsável pelo registro, antes da emissão da autorização de fornecimento, providenciará a consulta ao preço de mercado sobre o qual aplicará o percentual de desconto constante da Ata de Registro de Preços e do respectivo Contrato.

2.15 – A fiscalização da execução do contrato decorrente da presente licitação ficará a cargo da Comissão ou servidor responsável pelo registro, formalmente designado para tal fim.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PAGAMENTO

3.1 – O pagamento será efetuado conforme cada aquisição de peças, pagas até 15 (trinta) dias após apresentação das notas fiscais.

3.2 – As notas fiscais deverão vir acompanhadas de copia da certidão de regularidade para com o FGTS e Negativa de Débitos do INSS, sob pena de suspensão do pagamento.

3.3 – A nota fiscal deverá conter ainda o número do Processo Administrativo e do número do Pregão a que se referem e acompanhada da respectiva autorização de fornecimento.

CLÁUSULA QUARTA: DO VALOR DO CONTRATO E DO DESCONTO

4.1 – A **CONTRATADA** concederá à **CONTRATANTE**, no Item 01 com um percentual de desconto de 20%, no Item 02 com um percentual de 15% de desconto, no Item 03 com um percentual 20%, no Item 04 com um percentual de 10% e no Item 17 com um desconto de 12% sobre a tabela referencia do fabricante ou ainda que a mesma não mais exista em virtude do ano de fabricação do veículo, ou ainda ocorrência de fato superveniente e devidamente comprovado de que a utilização da tabela tornou-se impossível ou insuficiente para a avaliação dos preços registrados, poderá ser adotado o preço apurado por meio de média aritmética entre os preços pesquisados dentre, no mínimo, três empresas do ramo, ou caso não exista tal número, dentre as existentes, ressalvado o disposto no sub-item 6.3, incluindo todas as despesas que possam recair sobre o objeto, inclusive tributos, fretes, seguros, etc.

4.2 – Dá-se ao presente contrato o valor estimado de até R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) estabelecido conforme o numero de itens contratados, podendo vir a sofrer alterações, formadas através de termos aditivos, observada a legislação vigente.

CLAUSULA QUINTA: DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1 – O responsável pelo registro de preços poderá rever de oficio os preços registrados, de modo a ajustá-los, na data da Ordem de Fornecimento, para os fins previstos no Inciso V do art. 15 da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores, ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

CLAUSULA SEXTA: DAS NORMAS LEGAIS

6.1 – O presente instrumento rege-se pelas normas constantes das Leis Federais nº. 10.520/2002, 8.666/93 e 8.078/90, e as normas e

condições do respectivo EDITAL cujo processo licitatório o originou, as suas demais clausulas, além de outras normas legais pertinentes a espécie.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
6.2 – Os casos omissos decorrentes deste instrumento serão resolvidos com base nas disposições do respectivo EDITAL, as disposições da Lei 8.666/93, do Código Civil Brasileiro.

CLAUSULA SÉTIMA: DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS E FINANCEIROS
7.1 – As despesas decorrentes da presente licitação, serão nelas observada a respectiva unidade orçamentária, e os recursos financeiros poderão ser próprios ou decorrentes de Convênio, conforme o caso.

CLAUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES
8.1 – O não cumprimento total ou parcial das clausulas constantes neste contrato ou das obrigações assumidas caracterizará a inadimplemento da CONTRATADA, sujeitando-a ás penalidades de advertência e/ou multa, previstas no EDITAL de Licitação que originou este instrumento, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis à espécie.

CLAUSULA NONA: DA RESCISÃO CONTRATUAL
9.1 – o presente instrumento poderá ser anulado ou revogado por ato unilateral da CONTRATANTE, devidamente justificado, quando o interesse publico assim o exigir sem que caiba direito à indenização, ou na ocorrência de quaisquer das hipótese previstas na Lei 8.666/93, sem prejuízo das penalidades legais aplicáveis.

CLAUSULA DECIMA: DA VIGENCIA
10.1 – O presente instrumento terá vigência até 12 (doze) meses após sua assinatura, podendo ser convocado novo pregão antes de expirado o referido prazo, de acordo com o interesse publico, para substituição do preço registrado para inclusão de novos produtos.

CLAUSULA DECIMA PROMEIRA: DO FORO
11.1 – As partes elegem o Foro da Comarca de Araputanga para dirimir as questões resultantes do presente contrato renunciando a qualquer outro.
Por se acharem justos e acordados, formam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal.

Reserva do Cabaçal – MT 17 de junho de 2014

JAIRO MANFROI
Prefeito Municipal

REVITALIZAR COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME
CNPJ: 08.355.658/0001-28

LETICIA VENACIO FERREIRA LIMA
Fical de Contratos

DELAIR TEIXEIRA DE ALCANTARA
Assessor Juridico
OAB – MT 15351

TESTEMUNHAS

1: OLINDA DE OLIVEIRA
CPF:624.613.899-34

2:REGIANE LUCAS DOS REIS
CPF: 036.603.601-71

Publicado por:
Maria Gonçalves Bandeira de Alcantara
Código Identificador:866416E7

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ATA REGISTRO DE PREÇOS FORNECIMENTO DE PEÇAS
Nº 07/2014

Pelo presente instrumento que entre si fazem o **MUNICÍPIO DE RESERVA DO CABAÇAL,** Estado de Mato Grosso, com sede na Av. Mato Grosso, nº. 221, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.367.788/0001-31, neste ao representado pelo Prefeito Municipal Senhor Jairo Manfroi, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 843.885 SSP/PR e do CPF nº. 147.339.439-20, neste ato denominado **CONTRATANTE** e de outro a Empresa SOARES BONFIM & CIA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o número 12.025.386/0001-75, com sede na Rua/Av. Presidente Tancredo Neves, nº 5.449, Centro São José, CEP: 78.280-000 da Cidade Mirassol D'oeste, Estado de Mato Grosso representada pelo Sr. NEUTON APARECIDO SOARES BONFIM, brasileiro, maior, portador da Cédula de Identidade RG nº. 777.912 SSP/MT e do CPF nº. 483.437.221-91, neste ato denominada de **CONTRATADA,** decorrente de Licitação – Pregão Presencial nº.07/2014, tem justo e acordado o seguinte, mediante as cláusulas e condições constantes no seu respectivo EDITAL, e as demais cláusulas constantes deste instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO
1.1 – O objeto do presente contrato é o futuro e eventual fornecimento, pela CONTRATADA à CONTRATANTE, de peças novas originais e peças de primeira linha para os veículos/máquinas das marcas MERCEDES BENZ, VOLKSWAGEM, FORD CAMINHÕES, tendo por base a tabela referencia do fabricante ou ainda que a mesma não mais exista em virtude do ano de fabricação do veículo, ou ainda ocorrência de fato superveniente e devidamente comprovado de que a utilização da tabela tornou-se impossível ou insuficiente para avaliação dos preços registrados, poderá ser adotado o preço apurado por meio de média aritmética entre os preços pesquisados dentre, no mínimo, três empresas do ramo, ou, caso não exista tal número, dentre as existentes.
1.2 - O presente contrato abrange todos os órgãos e unidades da Administração Pública Municipal direta do Poder Executivo, sendo facultada sua utilização pelos órgãos da Administração indireta.
CLAUSULA SEGUNDA: DAS REGRAS DE FORNECIMENTO
2.1- O fornecimento do objeto será parcelado, conforme necessidades da Administração, mediante emissão de autorização de fornecimento.
2.1.1 - O Município se reserva no direito de requisitar peças originais, não sendo aceitas, em sob nenhuma hipótese, peças não originais, usadas ou remanufaturadas.

2.1.2 - A solicitação de fornecimento será emitida pelo setor de compras da Administração Publica Municipal, inclusive a Administração Indireta observando-se sempre as regras estabelecidas neste edital e no respectivo contrato.
2.1.3 – Poderão utilizar do registro de preços decorrente desta licitação todos os órgãos e unidades da Administração Direta do Poder Executivo. Sendo facultada, ainda, sua utilização pelos órgãos da Administração Indireta.
2.2 – O Município se reserva no direito de rejeitar, no todo ou em parte, as peças que venham apresentando defeitos, sendo assim todas as peças deverão possuir garantia de fábrica de no mínimo de 90 (noventa) dias conforme prevê o Código de Defesa do Consumidor ou ainda que não atendam as especificações constantes do Edital ou da proposta comercial, cabendo à licitante contratada sua substituição no prazo máximo de 01 (um) dia sob pena de multa por atraso e/ou suspensão do contrato sem prejuízo a outras penalidades aplicáveis.
2.3 – A Contratada não fica exonerada de suas responsabilidades, por possíveis falhas ou nas peças utilizadas após o seu recebimento, observadas as disposições do Edital.
2.4 – A Contratada deverá manter durante a vigência do contrato decorrente da presente licitação, as condições de habilitação previstas neste Edital, sob pena de suspensão e/ou rescisão contratual.
2.5 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao detentor do preço registrado preferência em igualdade de condições.
2.5.1 – O exercício de preferência dar-se-á, caso a Administração opte por realizar a aquisição por outro meios previstos em lei, quando o preço encontrado for igual ou superior ao registrado, mantidas as mesmas condições e prazos de entrega e pagamento, caso em que o detentor do registro terá assegurado direito à contratação.

2.6 – Assinatura do contrato de expectativa de fornecimento não obriga a Administração a adquiri-los, sendo facultada a não aquisição dos produtos, bem como sua aquisição total ou parcial.
2.7 – A cada aquisição de peça, o servidor responsável pelo registro, antes da emissão da autorização de fornecimento, providenciará a consulta ao preço de mercado sobre o qual aplicará o percentual de desconto constante da Ata de Registro de Preços e do respectivo contrato.
2.8 – A cada reparo ou troca de peças e acessórios será obrigatório o envio do material trocado ao setor de frotas para controle.

2.9 – A licitante fica obrigada a enviar o orçamento com as respectivas marcas das peças ou acessórios.
2.10 – A licitante não fica exonerada de suas responsabilidades, por possíveis falhas ou defeitos observados nos materiais após o seu recebimento, observadas as disposições deste Edital.
2.11 – A licitante deverá manter durante a vigência do contrato decorrente da presente licitação, as condições de habilitação previstas neste Edital, sob pena de suspensão e/ou rescisão contratual.
2.12 – A Existência de preços registrados não obriga a Administração a formar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa ás licitações, sendo assegurado ao detentor do preço registrado preferência em igualdade de condições.
2.12.1 – O exercício de preferência dar-se-á, caso a Administração opte por realizar a aquisição por outros meios previstos em lei, quando o preço encontrado for igual ou superior ao registrado mantidas as mesmas condições e prazos de entrega e pagamento, caso em que o detentor do registro terá assegurado direito à contratação.
2.13 – A assinatura do contrato de expectativa de fornecimento/execução de serviços não obriga a Administração a adquiri-los, sendo facultada a não aquisição dos produtos bem como sua aquisição total ou parcial.
2.14 – A cada aquisição de peça, o servidor responsável pelo registro, antes da emissão da autorização de fornecimento, providenciará a consulta ao preço de mercado sobre o qual aplicará o percentual de desconto constante da Ata de Registro de Preços e do respectivo Contrato.
2.15 – A fiscalização da execução do contrato decorrente da presente licitação ficará a cargo da Comissão ou servidor responsável pelo registro, formalmente designado para tal fim.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PAGAMENTO
3.1 – O pagamento será efetuado conforme cada aquisição de peças, pagas até 15 (trinta) dias após apresentação das notas fiscais.
3.2 – As notas fiscais deverão vir acompanhadas de copia da certidão de regularidade para com o FGTS e Negativa de Débitos do INSS, sob pena de suspensão do pagamento.
3.3 – A nota fiscal deverá conter ainda o número do Processo Administrativo e do número do Pregão a que se referem e acompanhada da respectiva autorização de fornecimento.

CLÁUSULA QUARTA: DO VALOR DO CONTRATO E DO DESCONTO
4.1 – A **CONTRATADA** concederá à **CONTRATANTE**, no Item 05 com um percentual de desconto de 21%, no Item 06 com um percentual de 16% de desconto, e no Item 07 com um percentual 16%, sobre a tabela referencia do fabricante ou ainda que a mesma não mais exista em virtude do ano de fabricação do veículo, ou ainda ocorrência de fato superveniente e devidamente comprovado de que a utilização da tabela tornou-se impossível ou insuficiente para a avaliação dos preços registrados, poderá ser adotado o preço apurado por meio de média aritmética entre os preços pesquisados dentre, no mínimo, três empresas do ramo, ou caso não exista tal número, dentre as existentes, ressalvado o disposto no sub-item 6.3, incluindo todas as despesas que possam recair sobre o objeto, inclusive tributos, fretes, seguros, etc.
4.2 – Dá-se ao presente contrato o valor estimado de até R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) estabelecido conforme o numero de itens contratados, podendo vir a sofrer alterações, formadas através de termos aditivos, observada a legislação vigente.

CLAUSULA QUINTA: DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
5.1 – O responsável pelo registro de preços poderá rever de oficio os preços registrados, de modo a ajustá-los, na data da Ordem de Fornecimento, para os fins previstos no Inciso V do art. 15 da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores, ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

CLAUSULA SEXTA: DAS NORMAS LEGAIS
6.1 – O presente instrumento rege-se pelas normas constantes das Leis Federais nº. 10.520/2002, 8.666/93 e 8.078/90, e as normas e condições do respectivo EDITAL cujo processo licitatório o originou, as suas demais clausulas, além de outras normas legais pertinentes a espécie.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
6.2 – Os casos omissos decorrentes deste instrumento serão resolvidos com base nas disposições do respectivo EDITAL, as disposições da Lei 8.666/93, do Código Civil Brasileiro.

CLAUSULA SÉTIMA: DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS E FINANCEIROS
7.1 – As despesas decorrentes da presente licitação, serão nelas observada a respectiva unidade orçamentária, e os recursos financeiros poderão ser próprios ou decorrentes de Convênio, conforme o caso.

CLAUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES
8.1 – O não cumprimento total ou parcial das clausulas constantes neste contrato ou das obrigações assumidas caracterizará a inadimplemento da CONTRATADA, sujeitando-a ás penalidades de advertência e/ou multa, previstas no EDITAL de Licitação que originou este instrumento, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis à espécie.

CLAUSULA NONA: DA RESCISÃO CONTRATUAL
9.1 – o presente instrumento poderá ser anulado ou revogado por ato unilateral da CONTRATANTE, devidamente justificado, quando o interesse publico assim o exigir sem que caiba direito à indenização, ou na ocorrência de quaisquer das hipótese previstas na Lei 8.666/93, sem prejuízo das penalidades legais aplicáveis.

CLAUSULA DECIMA: DA VIGENCIA
10.1 – O presente instrumento terá vigência até 12 (doze) meses após sua assinatura, podendo ser convocado novo pregão antes de expirado o referido prazo, de acordo com o interesse publico, para substituição do preço registrado para inclusão de novos produtos.

CLAUSULA DECIMA PROMEIRA: DO FORO
11.1 – As partes elegem o Foro da Comarca de Araputanga para dirimir as questões resultantes do presente contrato renunciando a qualquer outro.
Por se acharem justos e acordados, formam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal.

Reserva do Cabaçal – MT 17 de junho de 2014

JAIRO MANFROI
Prefeito Municipal

SOARES BONFIM & CIA LTDA ME
CNPJ: 12.025.386/0001-75

LETICIA VENACIO FERREIRA LIMA
Fical de Contratos

DELAIR TEIXEIRA DE ALCANTARA
Assessor Juridico
OAB – MT 15351

TESTEMUNHAS

1: OLINDA DE OLIVEIRA
CPF:624.613.899-34

2:REGIANE LUCAS DOS REIS
CPF: 036.603.601-71

Publicado por:
Maria Gonçalves Bandeira de Alcantara
Código Identificador:3DB78130

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2014

VALIDADE: 12 (Doze) meses consecutivos.

Aos 16 dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze, reuniram-se o Município de Reserva do Cabaçal/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF 01.367.788/0001-31,situada na Av. Mato Grosso, 221, Centro em Reserva do Cabaçal - Estado e Mato Grosso, neste ato Representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Jairo Manfrói, brasileiro, casado, portador do R.G nº 843.885 e do CPF 147.339.439-20, assistido pela Pregoeiro (a) Franciele Inês Neiva , portadora do RG nº 1533818-5 SSP/MT e do CPF 012.401.561-11 e Equipe de apoio designada pelas Portarias nº 093/2014 de 24 de março de 2014 e portaria 204/2014 de 15 de maio de 2014 que conduziram o Pregão Presencial com Registro de Preços Nº 05/2014, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Federal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante às cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, RESOLVE registrar os preços para Aquisições futuras e fracionadas de cartucho de toner de diversas marcas e modelos à base de troca e cartuchos de tinta para impressoras em geral para atender todos os órgãos da prefeitura municipal de Reserva do Cabaçal, dos itens conforme consta no Anexo I do edital do Pregão Presencial com Registro de Preços nº 05/2014, que passa a fazer parte desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada no certame acima numerado. Foi identificada a empresa N E PAPELARIA LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 05.698.132/0001-52, com sede na Rua Tiradentes , Nº 636, Bairro Centro, Cáceres - MT, tendo como seu representante a Sra. Maria do Carmo Pereira Alves, portador do RG 5787647 SDS-PE e do CPF 039.776.824-90.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

- REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E FRACIONADAS DE CARTUCHO DE TONER DE DIVERSAS MARCAS E MODELOS À BASE DE TROCA E CARTUCHOS DE TINTA PARA IMPRESSORAS EM GERAL PARA ATENDER TODOS OS ÓRGÃOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT.

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade 12 (Doze) meses, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período.
2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Reserva do Cabaçal – MT, não será obrigado a adquirir o material referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente ata de registro de preços poderá ser usada pelo órgão relacionado na presente licitação, e outros não previstos, desde que autorizados pela Secretaria Municipal de Administração.
3.2. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANT.	V. UNIT.	V. TOTAL
1	CAR. TONNER HP - PT 2612 A / 1020	140	R$ 27,29	R$5.220,60
2	CAR. TONNER HP - CB540 A / CE 320 A	46	R$ 74,63	R$3.432,80
3	CAR. TONNER HP - CB541 A / CE 321	32	R$ 74,63	R$2.388,16
4	CAR. TONNER HP - CB542 A / 322 A	32	R$ 74,63	R$2,388
5	CAR. TONNER HP - CB543 A / CE 323 A	32	R$ 74,63	R$
6	CAR. TONNER HP - 3125 / PHASER 3125 xerox	20	R$ 90,99	R$
7	CAR. TINTA HP - 85 A	68	R$ 38,99	R$
8	CAR. TONNER HP UNIVERSAL 285	100	R$ 53,66	R$
9	CAR. TINTA SAMSUMG ML - 2851 ND	30	R$ 84,99	R$
10	CAR. TINTA SAMSUMG ML - 2165	40	R$ 114,32	R$
11	CAR. TINTA SAMSUMG ML - 101	20	R$ 129,49	R$
12	CAR. TINTA SAMSUMG ML - 42 A	60	R$ 72,99	R$
13	TONNER CE 12 A / HP LASER JET 1020	17	R$ 39,32	R$
14	CART.TONNER HP LASER JET 284 A / LASER JET 1005	12	R$ 62,99	R$
15	CART.TONNER HP LASER JET 3051 A / SANSUNG ML 3051 ND	8	R$ 127,99	R$
16	CART. TONNER CB 435 / 436 / 285	51	R$36,98	R$
17	CART.TONER SANSUNG SCX 4300	30	R$ 62,99	R$
18	TONNER PRETO BK T6641 / EPSON L555	15	R$ 29,54	R$
19	TONNER AMARELO Y T6644 / EPSON L555	10	R$ 29,53	R$
20	TONNER MAGENTA M T6643 / EPSON L555	10	R$ 29,54	R$
21	TONNER CIANO C T6642 / EPSON L 555	10	R$ 29,54	R$
		VALOR ESTIMADO		**R$ 47.300,00**

3.3. Em cada fornecimento de material decorrente desta Ata serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital de Pregão Presencial com Registro de Preços nº 05/2014, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
3.4. O fornecimento dos itens ora licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinarem a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.
3.5. No caso da impossibilidade da entrega do material ora licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço do primeiro, para o fornecimento deste material, e assim sucessivamente.

CLÁUSULA IV - DO PAGAMENTO E DAS DOTAÇÕES

4.1. A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos produtos, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pela Secretarias Solicitantes.
4.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado o pagamento no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização do contrato;
43. Se a Nota Fiscal Eletrônica for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 4.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;
4.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.
4.5. As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão às contas de recursos próprios e de programas consignados no Orçamento desta Prefeitura, e serão empenhados nas rubricas:

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
03.001 – GABINETE DO SECRETARIO E UNIDADES
04.122.0002.2013 – Manutenção e enc. com a Sec. de Administração
33.90.30 –(68) Material de Consumo

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
05.001 – GABINETE DO SECRETARIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

04.122.0002.2022 – Manutenção e enc. com a Sec. de Obras e Serviços Públicos
33.90.30 –(103) Material de Consumo

06.000– SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO
06.002– DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.122.0006.2032 – Manutenção de Salario Educação
33.90.30 –(179) Material de Consumo

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0009.2055 – Manutenção e enc. com o Fundo Mun. de Saúde
33.90.30 –(277) Material de Consumo

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.003 – DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO
17.512.0010.2067 – Manutenção e enc. com o DAE
33.90.30 –(326) Material de Consumo

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.244.0011.2074 – Manutenção e enc. com o Fundo Mun. de Assistência Social
33.90.30 –(374) Material de Consumo

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.003 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
08.243.0011.2079 – Manutenção e enc. com o Conselho Tutelar
33.90.30 –(406) Material de Consumo

11 – SECRETARIA MUNICIPAL ECONOMICO E AMBIENTAL
11.001 – SETOR AGROPECUARIO
20.606.0014.2083 – Manutenção do Departamento Agropecuário
33.90.30 –(479) Material de Consumo

CLÁUSULA V - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. O contratado ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.
5.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação e emissão da Ordem de Fornecimento pela Secretaria Responsável.
5.3. A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Compra, deverá realizar a entrega conforme estipulado na Ordem de Fornecimento.
5.4. **O prazo de entrega será imediato** a contar do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho, e deverá ser entregue nos locais especificados pelas secretarias solicitantes.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)

6.1. Cumprir todas as disposições constantes do Edital de Pregão Presencial com Registro de Preços nº 05/2014 e todos os seus anexos.
6.2. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais resultantes da adjudicação de cada fornecimento desta Licitação;
6.3. Manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação;
6.4. Fornecer e arcar com as despesas relativas ao transporte dos materiais, até o local de entrega;
6.5. Aceitar nas mesmas condições previstas na presente ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente estimado, servindo como base de cálculo para as alterações, os preços unitários constantes na proposta vencedora;

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Uma vez firmada a ata de preços, o Município se obriga a:
a) Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado, constatado mediante prévia e ampla pesquisa de mercado.
b) Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados
c) Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos da ata de registro de preços devidamente assinada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;
d) Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;
e) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
f) Outras obrigações constantes da ata de registro de preços.
g) Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do Edital;
7.2. Caberá à Administração, à cada aquisição, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificar a compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores.
7.3. Comunicar à empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES

8.1. A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, ao critério da Administração.
8.2. A recusa injustificada das detentoras desta Ata, em retirar a Ordem de Fornecimento no prazo de 02
(dois) dias úteis, contados a partir da convocação, implicará na aplicação da multa de 10% (dez por cento) do valor da mesma.
8.3. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste representado pela Ordem de Fornecimento, a Administração poderá aplicar, à detentora da ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:
a) - ADVERTÊNCIA: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha corrigido;
b) - MULTA MORATÓRIA: no percentual diário de 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre 1/12 do VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO, pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo o respectivo valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a CONTRATADA, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;
c) - MULTA COMPENSATÓRIA: pela inexecução total ou parcial do contrato, no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre o total estimado pelo contrato, podendo ser abatida do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;
d) - SUSPENSÃO: temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
e) - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE: para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
8.4 - Poderão ser aplicadas às disposições das demais penalidades previstas na Lei 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.
8.5 - As sanções previstas neste Edital, a critério da Administração, poderão ser aplicadas cumulativamente na forma da lei.

8.6 - A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora da hipótese de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei 8.666/93.
8.7 - As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.
8.8 - As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei 8.666/93 e alterações.
8.9 - Considerar-se-á justificado o atraso na entrega dos materiais somente nos seguintes casos:
a) greves;
b) epidemias;
c) enchentes;
d) escassez, falta de materiais e/ou mão-de-obra no mercado;

CLÁUSULA IX - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

9.1. Considerando o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvada, entretanto, há possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico-financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.
9.2. O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.
9.3. Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado.
9.3.1. Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

CLÁUSULA X - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. O objeto desta Ata de Registro de preços será recebido pelo requisitante consoante o disposto no art. 73 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e demais normas pertinentes.
10.2. A cada fornecimento do objeto, será emitido recibo, nos termos do art. 73, II, "b", da Lei 8.666/93 e alterações, por pessoa indicada pela administração.

CLÁUSULA XI - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:
11.1.1. Pela Administração, quando:
11.1.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
11.1.1.2. A detentora não retirar a Ordem de Compra no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
11.1.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
11.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;
11.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
11.1.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
11.2. A comunicação do cancelamento será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.
11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.
11.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:
11.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VIII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial com Registro de Preços nº 05/2014 e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.
12.2. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Araputanga-MT, com expressa renúncia de qualquer outro.
12.3. Com tudo dado por certo e correto, solicita a aposição primeiramente dos representantes legais e segundamente do pregoeiro e da equipe de apoio, além de duas testemunhas que a tudo assistiram.
Nada mais havendo a ser tratado a sessão de lavratura da ata é dada por encerrada.

Reserva do Cabaçal – MT, 22 de maio de 2014.

JAIRO MANFROI
Prefeito Municipal

N e Papelaria LTDA EPP
MARIA DO CARMO PEREIRA ALVES
Representante

TESTEMUNHAS:

NOME:_____
CPF nº:_____

NOME:_____
CPF nº:_____

Publicado por:
Maria Gonçalves Bandeira de Alcantara
Código Identificador:D2AD5F39

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

CONVITE Nº 04/2014

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COM REPAROS E SUBSTITUIÇÃO ESTRUTURA METALICA NO PRÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DA CIDADE DE RESERVA DO CABAÇAL - MT.**

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação, homologo o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

Reserva do Cabaçal - MT, 23 de junho de 2014.

JAIRO MANFROI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Gonçalves Bandeira de Alcantara
Código Identificador:BE565674

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Licitação: Inexigibilidade nº 02/2014

Objeto: Prestação de serviços médicos hospitalares para os serviços de Plantões médicos 12 horas, eletrocardiograma, holter e riscos cirúrgicos.

Fica por este instrumento homologado o Processo Licitatório, Inexigibilidade nº 02/2014, para aquisição dos serviços acima mencionado.

Reserva do Cabaçal-MT, 23 de junho de 2014

Publique-se

JAIRO MANFROI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Gonçalves Bandeira de Alcantara
Código Identificador:D9621F33

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 1467

DECRETO Nº 1467, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre o enquadramento definitivo dos Servidores Publico da Administração e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL**, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e nos termos do disposto no Artigo 64 da Lei nº 673/2013:
DECRETA
Art. 1° Ficam enquadrados definitivamente os Servidores Públicos da Administração de acordo com o Anexo Único do presente Decreto.
Art. 2º Para o presente enquadramento foram seguidos rigorosamente os critérios exigidos no artigo 64 e parágrafos da Lei nº 673/2013.
Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com afeito financeiro a partir de 1º de janeiro de 2014.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Ribeirão Cascalheira, 18 de junho de 2014.

REYNALDO FONSECA DINIZ
Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT

Publicado por:
Leticia Vieira Vida Feitosa
Código Identificador:1065659B

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 1468

DECRETO Nº 1468, DE 18 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre o enquadramento definitivo dos Servidores Públicos Municipais da Saúde e dá outras providências.

REYNALDO FONSECA DINIZ, Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e nos termos do disposto no Artigo 64 da Lei nº 674/2013:
DECRETA
Art. 1° Ficam enquadrados definitivamente os Servidores Públicos Municipais da Saúde de acordo com o Anexo Único do presente Decreto.
Art. 2º Para o presente enquadramento foram seguidos rigorosamente os critérios exigidos no artigo 64 e parágrafos da Lei nº 674/2013.
Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com afeito financeiro a partir de 1º de janeiro de 2014.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Ribeirão Cascalheira, 18 de junho de 2014.

REYNALDO FONSECA DINIZ
Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT

Publicado por:
Leticia Vieira Vida Feitosa
Código Identificador:52B9F478

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: Nº. 082/2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Processo 061/2013
CARTA CONVITE 026/2013
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666/93
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho
CONTRATADO: A P M BENTO LTDA - ME
OBJETO: O presente Contrato tem como objeto a aquisição de cestas de alimentos para distribuição a população carente de acordo com Convênio n.º 152/2013, firmado com a Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social - SETAS.
PRAZO: 10 dias
VALOR DO CONTRATO: R$ 10.000,00
DATA DA ASSINATURA: 19/12/2013
VIGENCIA: 19/12/2013 a 31/12/2013

Publicado por:
Maria Auxiliadora Cardoso
Código Identificador:DE08AF0D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TOMADA DE PREÇO 005/2014

O Município de Ribeirãozinho - MT torna público aos interessados que fará realizar no dia 14/07/2014, ás 09h00min, na sede da Prefeitura, à Rua Antônio João nº. 156, licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO nº. 005/2014, que tem por objeto: A contratação de empresa especializada na área de construção civil, para construção de 01 Escola 06 salas FNDE/MEC, incluindo material e mão de obra, conforme especificações contidas no projeto básico em anexo ao edital. Maiores informações pelo telefone 66 3415 1129/1207

Ribeirãozinho - MT, 25 de junho de 2014.

MARIA AUXILIADORA CARDOSO SOUZA
Pres. da Comissão de Licitação.

Publicado por:
Maria Auxiliadora Cardoso
Código Identificador:E4784B45

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

CPL
EDITAL DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL
REGISTRO DE PREÇO Nº. 040/2014

A PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICIPIO DE RONDOLÂNDIA, nomeada através do Decreto nº. 993/ GAB / PMR / 2014, de 02 de Junho de 2014, **TORNA PÚBLICO** para todos os interessados que no dia e hora designados para a sessão pública de recebimento dos envelopes contendo Proposta de Preço e documentos referente ao **PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO Nº. 040/2014,** cujo **Objeto: "Registro de Preços para futura e eventual Aquisição Materiais de Consumo: Gêneros Alimentícios, Higiene, Limpeza e Utensílios Domésticos para atender a demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social (Recurso Piso Básico Fixo – PBFI)."** processada nos autos do Processo Administrativo de nº. 088/2014 – SEMAS, tendo como vencedora dos itens: 01, 02, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30,31, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59,60, 61,

62, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124,125, 126,128, 129, 130, 131, 132, e 133, a empresa: **Lorival Monteiro & Cia LTDA - ME, CNPJ: 05.128.000/0001-95,** no **valor de global de R$ 60.852,84 (sessenta mil oitocentos e cinquenta e dois reais e oitenta e quatro centavos),** e os itens: 03, 10, 15, 21, 28, 32, 33, 42, 58, 68, 72, 74, 93, 95, 96, 98, 113, e 127, não foram cotados ou foram desclassificados.

Sala da CPLMS, Rondolândia – MT, 25 de Junho de 2014.

LILIANE GUEDES SANTOS
Pregoeira

Publicado por:
Luciene Souza dos Santos
Código Identificador:6B56A47A

CPL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO: N° 040/2014 – REGISTRO DE PREÇOS

Município de Rondolândia - MT, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Joana Alves de Oliveira, s/nº - Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº 04.221.486/0010-49, representado neste ato pela sua Prefeita Municipal a Sra. Bett Sabah Marinho da Silva, inscrita no CPF sob nº 618.516.202-49 em exercício, doravante denominado de **GERENCIADORA**, e a empresa Lorival Monteiro & Cia LTDA-ME, inscrita no CNPJ 05.128.000/0001-95, instalada na Rua Principal nº 118, Bairro, Centro, na cidade de Rondolândia/MT, representada neste ato pelo seu sócio proprietário Paulo Henrique Monteiro, estado civil, solteiro, profissão, empresário, portador do CPF nº 000.365.642-06 e do RG nº 8.506.020-1 SSP/PR, residente e domiciliado (ª) à Rua Principal nº 120, Bairro, Centro, Município de Rondolândia – MT, Certidão Negativa de INSS nº. 171282014 – 88888000 de 03/06/2014 com validade até 30/11/2014, doravante denominada **FORNECEDORA**, acordam proceder, nos termos do Edital de Pregão nº 040/2014, Processo Administrativo nº. 088/2014 ao **REGISTRO DE PREÇOS,** com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS**, para futura e eventual Aquisição de Materiais de Consumo: Gêneros Alimentícios, Higiene, Limpeza e Utensílios Domésticos para atender a demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social (Recurso Piso Básico Fixo – PBFI), conforme itens e especificações descritas no relatório abaixo:

ITEM	UNID	QUANT	ESPECIFICAÇÃO	V.UNIT	V. TOTAL
01	CX	6	ACHOCOLATADO EM PÓ 24X500	91,00	546,00
02	FD	40	ACUCAR 15 X 02	62,90	2.516,00
04	FD	5	POLVILHO DOCE 24X500	59,90	299,50
05	FD	3	POLVILHO AZEDO 24X 500	52,90	158,70
06	GL	300	AGUA MINERAL (GALAO 20 LITROS)	7,13	2.139,00
07	CX	10	AGUA SANITARIA C/12X1	10,00	298,60
08	CX	2	ALCOOL 70 % LTS	67,50	135,00
09	CX	2	ALCOOL 54%	64,40	128,80
11	KG	60	ALHO	15,90	954,00
12	FD	50	ARROZ TIPO 1 6X5	64,80	3.240,00
13	UND	15	AVENTAL DE PLASTICO	6,90	103,50
14	UND	15	BACIA PLASTICA 10 LTS	10,00	150,00
16	UND	12	BALDE 10 LTS	7,50	90,00
17	UND	8	BALDE 20 LTS	7,90	63,20
18	CX	4	BISCOITO DOCE 24X400 GR	70,00	280,00
19	CX	4	BISCOITO DE AGUA E SAL 24X400 g	70,00	280,00
20	CX	5	MILHO VERDE C/24X200g	44,90	224,50
22	UN	60	BUCHA DE LAVAR LOUÇA	0,98	58,80
23	FD	60	CAFE 10X500	75,60	4.536,00
24	FD	6	MILHO PARA CANJICÃO 20 X 500	39,80	238,80
25	KG	220	CARNE BOVINA TIPO 1	18,90	4.158,00
26	KG	40	CARNE MOÍDA TIPO 2	14,14	565,60
27	KG	60	CEBOLA	3,20	192,00
29	KG	60	CENOURA	2,95	177,00
30	CX	2	CHA MATE 24X100	63,00	126,00
31	UND	3	CESTO DE LIXO C/CAPACIDADE DE40 L	17,00	51,00
34	CX	15	COPO DESCARTAVEL PARA AGUA DE 180 MLC/ 100 UND	65,00	975,00
35	CX	6	COPO DESCARTAVEL PARA CAFÉ DE 50 MLC/100 UND	45,00	270,00
36	CX	5	DESINFETANTE 06X02L	29,90	149,50
37	CX	6	DETERGENTE LIQUIDO 24X500L	36,00	216,00
38	UND	8	ESCOVA DE LAVAR ROUPA	2,90	23,20
39	FD	8	LA DE AÇO 14X08X01	26,90	215,20
40	UND	10	FACA 8"	9,60	96,00
41	KG	20	FARINHA DE MANDIOCA	3,50	70,00
43	KG	20	FERMENTO BIOLÓGICO	13,50	270,00
44	UND	45	FLANELA PARA LIMPEZA	2,76	124,20
45	CX	4	FOSFORO C/ 10 UND	2,50	10,00
46	KG	240	FRANGO CONGELADO	6,89	1.635,60
47	KG	100	PEITO DE FANGO	8,90	890,00
48	UND	6	GARRAFA DE CAFE 01 LT	27,50	165,00
49	UND	140	GUARDANAPO DE PAPEL 22X22,5cm	1,70	238,00
50	UND	20	INSETICIDA SPRAY 300 ML	8,50	170,00
51	UND	10	ISQUEIRO	3,50	35,00
52	PCT	30	LEITE EM PO 400 g	9,60	288,00
53	CX	50	LEITE INTEGRAL 16 X 01L	45,20	2.260,00
54	CX	40	LIMPA ALUMINIO 12X500L	27,00	1.080,00
55	CX	4	LIMPA VIDRO 12X500L	42,00	168,00
56	UND	16	LIXEIRO TELADO DE PLASTICO 15 LTS	4,99	79,84
57	UND	4	LUSTRA MOVEL 100 ML	4,90	19,60
59	FD	20	MACARRAO ESPAGUETE 24X500g	66,00	1.320,00
60	UND	150	MARGARINA 500 g	3,00	450,00
61	PCT	70	MILHO DE PIPOCA 500 g	2,40	168,00
62	KG	110	MUSSARELA	22,79	2.506,90
63	CX	20	OLEO 20X900	68,00	1.360,00
64	PCT	30	ORÉGANO 20g	1,50	45,00
65	PCT	20	AZEITONA	3,50	70,00
66	DZ	240	OVOS	4,99	1.197,60
67	UND	10	PA PARA LIXO CABO LONGO 80 cm	3,99	39,90
69	UND	40	PAPEL ALUMINIO 45CM X 75 cm	4,60	184,00
70	FD	25	PAPEL HIGIENICO 16X04 X 30cm	43,00	1.075,00
71	PCT	60	PAPEL TOALHA 02 ROLOS 19X21,5cm	3,99	239,40
73	KG	92	PRESUNTO	16,60	1.527,20
75	UND	20	RODO DE PLASTICO COM 02 BORRACHAS DE 60 CM	12,65	253,00
76	CX	1	SABAO EM BARRA COM 05 UND 200 GR CADA	59,90	59,90
77	CX	4	SABAO EM PO 24 X 500	86,00	344,00
78	UND	40	SABONETE 90 GR	1,10	44,00
79	UND	80	SACO PARA LIXO 100 LTS	2,99	239,20
80	UND	100	SACO PLASTICO P/LIXO 15 LTS	2,90	290,00
81	UND	100	SACO PARA LIXO 30 LTS	2,90	290,00
82	UND	100	SACO PLASTICO P/LIXO 50 LTS	2,99	299,00
83	KG	18	SAL REFINADO 1 KG	1,50	27,00
84	UND	6	SAPOLIO LIQUIDA 1 L	3,50	21,00
85	KG	8	SODA CAUSTICA 1 KG	13,98	111,84
86	UND	3	TALCO ANTISEPTICO GRANDE 80 GR	4,99	14,97
87	FD	8	TRIGO COM FERMENTOC/10 PCT DE 1 Kg	34,90	279,20
88	FD	20	TRIGO SEM FERMENTOC/ 10 PCT DE1 Kg	33,90	678,00
89	UND	3	VASSOURA DE CIPO	7,99	23,97
90	UND	12	VASSOURA DE NYLON	7,90	94,80
91	CX	1	VINAGRE 750 ML	2,25	2,25
92	KG	180	MAÇÃ	4,45	801,00
94	KG	180	UVA	9,90	1.782,00
97	KG	150	MELÃO	3,25	487,50
99	CX	30	LEITE CONDENSADO 24X200g	84,90	2.547,00
100	UND	20	DOCE DE LEITE PASTOSO -450g	4,25	85,00
101	UND	50	GOIABADA 500 g	3,49	174,50
102	UND	8	DOCE DE COCO CREMOSO 300g	3,99	31,92
103	UND	10	LEITE DE COCO FR 200 ML	2,40	24,00
104	CX	20	CREME DE LEITE	58,00	1.160,00
105	KG	80	MORTADELA	5,80	464,00
106	PCT	35	COCO RALADO 200g	3,50	122,50
107	UN	140	GELATINA SABORES DIVERSOS DE 35g	1,25	175,00
108	UN	5	VASILHA PLÁSTICA COM TAMPA GRANDE 20 L	19,90	99,50
109	UN	5	VASILHA PLÁSTICA COM TAMPA MÉDIA DE 10 L	14,25	71,25
110	CX	120	BOMBOM 400 GR	8,90	1.068,00
111	KG	50	LINGÜIÇA TOSCANA	12,65	632,50
112	KG	60	SALSICHA	6,90	414,00
114	KG	50	LARANJA	2,49	124,50
115	UN	13	CANELA EM PÓ 20 g	1,50	19,50
116	PCT	120	BALAS SABORES DIVERSOS 700 GR	6,49	778,80
117	PCT	120	PIRULITO 700 GR	6,49	778,80
118	UN	30	MAIONESE DE 250g	3,90	117,00
119	KG	30	BATATA DOCE	2,99	89,70
120	KG	45	BATATA	3,39	152,55

121	KG	65	LINGÜIÇA CALABRESA	17,90	1.163,50
122	KG	30	FEIJÃO TIPO 1	4,90	147,00
123	KG	25	AMENDOIM DE 500g	6,99	174,75
124	UND	20	UVA PASSA 100 g	3,50	70,00
125	UN	40	AMIDO DE MILHO CX DE 500g	4,20	168,00
126	CX	15	ERVILHA EM CONSERVA 24X200g	38,16	572,40
128	KG	60	REPOLHO	2,69	161,40
129	KG	60	TOMATE	4,25	255,00
130	PE	100	ALFACE	3,00	300,00
131	CX	8	PALITO COM 100 UND	0,50	4,00
132	KG	50	PERA	6,90	345,00
133	UND	200	YORGUT SABOR DIVERSO DE 250g	4,30	860,00

O valor total registrado na presente ATA é de R$ 60.852,84 (Sessenta mil oitocentos e cinquenta e dois reais e oitenta), os itens: 03, 10, 15, 21, 28, 32, 33, 42, 58, 68, 72, 74, 93, 95, 96, 98, 113, 127 e 127, não foram cotados ou foram desclassificados.

1.3. Este instrumento não obriga ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.
2.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Rondolândia.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.0. O fornecimento do objeto desta licitação, deverá ser entregue em no máximo 03 (três) dias, no almoxarifado da Prefeitura, após a emissão da autorização de fornecimento, exceto os legumes, frutas, verduras, carnes/frango e o que deverão ser entregue semanalmente na secretaria solicitante, mediante requisição feita pela Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT, conforme as condições estabelecidas neste Registro de Preços.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações para aquisição dos produtos, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.
5.1. Os produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através da assinatura do contrato ou emissão da autorização de fornecimento, emitida pela Prefeitura Municipal de Rondolândia, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.0. Como condição para emissão da autorização de fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e **obrigatoriamente apresentar**:
a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
6.1. A empresa se obrigará em um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado;
6.2. O fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;
6.3. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:
I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexo, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
II - cumprir o fornecimento do objeto, não sendo aceito, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob qualquer pretexto.
III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo **Órgão**, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;
IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante o fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;
V - prover todos os meios necessários à garantia da plena execução dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
VI - a falta de entrega dos produtos, cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força Junhor para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;
VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela **Prefeitura**;
X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 3(três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.0. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:
I - todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;
II - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.
7.1. A **FORNECEDORA** autoriza ao Órgão/Entidade, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos,

independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.0. A Prefeitura Municipal de Rondolândia, obriga-se a:
I – emitir as requisições para a realização do fornecimento dos produtos.
II - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada nos produtos fornecidos;
IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ata.
8.1. Caberá à Prefeitura promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.0. O Órgão/Entidade efetuará o pagamento à **FORNECEDORA**, através de crédito em conta corrente mantida pela **FORNECEDORA,** preferencialmente em, até o 5º (quinto) dia útil contado a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente autorização de fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.
9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
9.2. Por ocasião do pagamento, o fornecedor, deverá apresentar Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
9.3. Nenhum pagamento isentará a FORNECEDORA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.
10.0 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.
10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassará aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.
10.3. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Rondolândia.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.0. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:
quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;
quando o Fornecedor não retirar a autorização de fornecimento no prazo estabelecido;
quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
em qualquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;
os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;
11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.
11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.
11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da **FORNECEDORA**, relativas ao fornecimento do ITEM.
11.5. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender o seu fornecimento e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a **FORNECEDORA** cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC
12.0. Correrão por conta exclusivas da **FORNECEDORA**:
I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento do objeto desta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.0. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, a **FORNECEDORA** ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:
I) advertência;
II) multa;
III) suspensão temporária para licitar e contratar com a Prefeitura Muncipal de Rondolândia, por período de até 5 (cinco) anos;
IV) declaração de inidoneidade.
13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Prefeitura e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.
13.2. A **FORNECEDORA** sujeitar-se-á à multa de **2% (dois por cento)** sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos.
13.3. No caso de atraso no fornecimento dos produtos por mais de 15 (quinze) dias após a emissão da requisição, poderá a Prefeitura, a partir do 6º (sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando a contratada impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.
13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com esta Prefeitura pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à .
13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:
a) se a **FORNECEDORA** descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao Órgão/Entidade;
b) se a **FORNECEDORA** sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;
c) se a **FORNECEDORA** tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.
13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.
13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa da **FORNECEDORA**, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. A despesa decorrentes da contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade: 02 – Fundo Municipal de Assistência Social
Projeto Atividade: 2.152 – Manutenção com a Proteção Social Básica/FMAS – Piso Básico Fixo
Elemento de despesa – 3.3.90.30 – Material de Consumo (197).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.0 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.
II - integram esta Ata, o Edital de Pregão nº 040/2014 e seus anexos e as propostas das empresas classificadas para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.0 As partes contratantes elegem o foro da comarca de Juína - MT, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **GERENCIADORA**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Rondolândia- MT, 24 de Junho de 2014.

BETT S.M.DA SILVA
Prefeita Municipal
Gerenciadora

LORIVAL MONTEIRO & CIA LTDA
Fornecedora
Contratado

TESTEMUNHAS:

Nome: Vanessa dos Santos Neres
RG nº: 2448717-1 SSP-MT
CPF nº: 056.341.891-52
Assinatura: .....

Nome: Solange Oliveira Rosendo
RG nº: 2210586-7 SSP/MT
CPF nº: 040.941.961-37
Assinatura: .....

Publicado por:
Luciene Souza dos Santos
Código Identificador:38BB61CB

CPL
EDITAL DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 039/2014

A PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICIPIO DE RONDOLÂNDIA, nomeada através do Decreto nº. 993/ GAB / PMR / 2014, de 02 de Junho de 2014, **TORNA PÚBLICO** para todos os interessados que no dia e hora designados para a sessão pública de recebimento dos envelopes contendo Proposta de Preço e documentos referente ao **PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO Nº. 039/2014,** cujo **Objeto: "Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Para Prestação de Serviços de Alimentação Coffe Break (Lanche Matutino, Vespertino e Noturno), Buffet (Almoço e Jantar), para atender as necessidades da secretaria de assistência social e órgãos vinculados a mesma"** processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 085/2014 – SEMAS **não acudiram licitados interessados, tornando se o Ato como DESERTO.**

Sala da CPLMS, Rondolândia – MT, 25 de Junho de 2014.

LILIANE GUEDES SANTOS
Pregoeira

Publicado por:
Luciene Souza dos Santos
Código Identificador:3C934721

CPL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO: N° 041/2014 – REGISTRO DE PREÇOS

Município de Rondolândia - MT, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Joana Alves de Oliveira, s/nº - Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº 04.221.486/0001-49, representado neste ato pela sua Prefeita Municipal a Sra. Bett Sabah Marinho da Silva, inscrita no CPF sob nº 618.516.202-49 em exercício, doravante denominado de **GERENCIADORA**, e as empresas: Lorival Monteiro & Cia Ltda - Me, inscrita no CNPJ 05.128.000/0001-95, instalada na Rua: Principal nº 118, Bairro, Centro, na cidade de Rondolândia -MT representada neste ato pelo seu proprietário Sr. Paulo Henrique Monteiro, estado civil, Solteiro, portador do CPF nº 000.365.642-06 e do RG nº 8.506.020-2 SESP/PR, residente e domiciliado à Rua: Principal nº 118, Bairro, Centro, na cidade de Rondolândia -MT, Certidão Negativa de INSS nº. 171282014-88888000 de 03/06/2014 com validade até 30/11/2014, doravante denominada **FORNECEDORA**, acordam proceder, nos termos do Edital de Pregão nº 041/2014, Processo Administrativo nº. 089/2014 ao **REGISTRO DE PREÇOS,** com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS**, para futura e eventual Aquisição de Cestas Básicas, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme itens e especificações descritas no relatório em anexo, sendo vencedora as seguinte empresa:

EMPRESA LORIVAL MONTEIRO & CIA LTDA - ME					
ITEM	**UNID**	**QUANT**	**DESCRIÇÃO DO OBJETO**	**VALOR UNIT**	**VALOR TOTAL**
01	UND	800	CESTA BASICA (CONTENDO 01 LITRO DE OLEO, 01 PCT DE AÇUCAR 2 KG, 01 PCT DE ARROZ 05 KG TIPO 01, 01 PCT DE SAL, 02 PCT MACARRAO 500 GR, 02 PCT DE FEIJAO 01 KG, 01 PCT DE CAFE 500 GR, 01 PCT DE BOLACHA DE SAL 500 GR E 01 PCT DE BOLACHA DOCE 500 GR.	R$ 59,00	R$ 47.200,00

1.2 O valor total registrado na presente ATA é de R**$** 47.200,00 (Quarenta e sete mil e duzentos reais).
1.3. Este instrumento não obriga ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do objetos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.
2.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Rondolândia.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.0. O fornecimento do Objeto deverão ser entregues de acordo com a necessidade da Secretaria Requisitante, mediante solicitação,no almoxarifado da Preitura, após assinatura do contrato ou emissão da autorização de fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações para aquisição dos produtos, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.
5.1. Os produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através da assinatura da Ata de Registro de Preços ou emissão da autorização de fornecimento, emitida pela Prefeitura Municipal de Rondolândia, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.0. Como condição para emissão da autorização de fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e **obrigatoriamente apresentar**:
a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
6.1. A empresa se obrigará em um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado;
6.2. O fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;
6.3. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:
I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexo, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
II - cumprir o fornecimento do objeto, não sendo aceito, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob qualquer pretexto.
III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo **Órgão**, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;
IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante o fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;
V - prover todos os meios necessários à garantia da plena execução dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
VI - a falta de entrega dos produtos, cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força Junhor para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;
VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela **Prefeitura**;
X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 3(três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.0. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:
I - todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;
II - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.
7.1. A **FORNECEDORA** autoriza ao Órgão/Entidade, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.0. A Prefeitura Municipal de Rondolândia, obriga-se a:
I – emitir as requisições para a realização do fornecimento dos produtos.
II - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada nos produtos fornecidos;
IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ata.
8.1. Caberá à Prefeitura promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.0. O Órgão/Entidade efetuará o pagamento à **FORNECEDORA**, através de crédito em conta corrente mantida pela **FORNECEDORA,** preferencialmente em, até o 5º (quinto) dia útil contado a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente autorização de fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.
9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Por ocasião do pagamento, o fornecedor, deverá apresentar Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
9.3. Nenhum pagamento isentará a FORNECEDORA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.0 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.
10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassará aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.
10.3. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Rondolândia.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.0. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:
quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;
quando o Fornecedor não retirar a autorização de fornecimento no prazo estabelecido;
quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
em qualquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;
os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;
11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.
11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.
11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da **FORNECEDORA**, relativas ao fornecimento do ITEM.
11.5. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender o seu fornecimento e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a **FORNECEDORA** cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC

12.0. Correrão por conta exclusivas da **FORNECEDORA**:
I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento do objeto desta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.0. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, a **FORNECEDORA** ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:
I) advertência;
II) multa;
III) suspensão temporária para licitar e contratar com a Prefeitura Muncipal de Rondolândia, por período de até 5 (cinco) anos;
IV) declaração de inidoneidade.
13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Prefeitura e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.
13.2. A **FORNECEDORA** sujeitar-se-á à multa de **2% (dois por cento)** sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos.
13.3. No caso de atraso no fornecimento dos produtos por mais de 15 (quinze) dias após a emissão da requisição, poderá a Prefeitura, a partir do 6º (sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando a contratada impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.
13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com esta Prefeitura pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à .
13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:
a) se a **FORNECEDORA** descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao Órgão/Entidade;
b) se a **FORNECEDORA** sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;
c) se a **FORNECEDORA** tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.
13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.
13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa da **FORNECEDORA**, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade: 01 Gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social
Projeto Atividade: 2.150 – Manutenção e Encargos com a Secretaria Municipal de Assistência Social unidades/conselhos
Elemento de despesa – 3.3.90.30 – Material de Consumo (189)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.0 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.
II - integram esta Ata, o Edital de Pregão nº 041/2014 e seus anexos e as propostas das empresas classificadas para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.0 As partes contratantes elegem o foro da comarca de Juína-MT, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **GERENCIADORA**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Rondolândia- MT, 25 de Junho .de 2014.

BETT S.M.DA SILVA
Prefeita Municipal
Gerenciadora

LORIVAL MONTEIRO & CIA LTDA ME
Fornecedor
Contratado

TESTEMUNHAS:

Nome: VANESSA DOS SANTOS NERES
RG nº: 2448717-1 SEJSP/MT
CPF nº: 056.341.891-52
Assinatura:

Nome: SOLANGE OLIVEIRA ROSENDO
RG nº: 2210586-7 SSP/MT
CPF nº:040.941.961-37
Assinatura:

A presente minuta de Ata de Registro de Preço foi analisada e aprovada pela Assessoria Jurídica da Administração.
Em ..... de..... de .....

Publicado por:
Luciene Souza dos Santos
Código Identificador:9E971E2B

CPL
EDITAL DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 041/2014

A PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICIPIO DE RONDOLÂNDIA, nomeada através do Decreto nº. 993/ GAB / PMR / 2014, de 02 de Junho de 2014, **TORNA PÚBLICO** para todos os interessados que no dia e hora designados para a sessão pública de recebimento dos envelopes contendo Proposta de Preço e documentos referente ao **PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO Nº. 041/2014,** cujo **Objeto: "Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de Cestas Básicas, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social."** processada nos autos do Processo Administrativo de nº. 089/2014– SEMAS, tendo como vencedora de todos os itens Licitados a empresa: **Lorival Monteiro & Cia Ltda - ME, CNPJ: 05.128.000/0001-95,** com o Valor Global da Licitação de R$ 47.200,00 (Quarenta e sete mil e duzentos reais).

Sala da CPLMS, Rondolândia – MT, 25 de Junho de 2014.

LILIANE GUEDES SANTOS
Pregoeira

Publicado por:
Luciene Souza dos Santos
Código Identificador:4CF32DF0

CPL
AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 098/2014 – PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2014

PROCESSO N° 098/2014

PREGÃO PRESENCIAL - N° 044/2014
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

1 - Acha-se aberta, no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT, situado à Av. Joana Alves de oliveira, s/n°, Centro, nesta cidade de Rondolândia - MT, **LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL pelo Sistema de Registro de Preços, com a finalidade de selecionar propostas objetivando para futura e eventual Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Lavagens de Veículos para atender as demandas das Secretarias**, **conforme especificações no Termo de Referência**, cujas especificações detalhadas encontram-se no edital e seus anexos.

2 - Rege a presente licitação a Lei Federal 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal 10.520/2002, os Decretos Federais nº 3.555/2000, 3.697/2000, 5.450/05 e 7892/13, os Decretos Municipais 118/2006 de 11/ 09/ 2006, 09/2010 de 27/07/2010 e 207/2013 de 25/01/2013 e demais legislações aplicáveis.

3 - A Sessão de abertura dos procedimentos licitatórios será conduzida por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto n° 993/2014, de 02 de Junho de 2014.

4 - Cópias deste edital poderão ser obtidas mediante Requerimento, na Sala de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal de Rondolândia – MT, situada na Av. Joana Alves de Oliveira, s/n°, Centro, Rondolândia-Mato Grosso, www.rondolandia.mt.gov.br, cplrondolandia@hotmail.com Cep:78.338-000-Tel: 0xx (66) 3542-1177 Fax: 0xx (66) 3542-1177.

Data da Abertura e Recebimento das Propostas: 08/07/2014
Horário: 09h00min horas.
Local: Prefeitura Municipal de Rondolândia, Sala de Licitações.
Tipo: Menor Preço Por Item.

Rondolândia - MT, 24 de Junho de 2014.

LILIANE GUEDES SANTOS
Pregoeira
Decreto n° 993/2014

De acordo:

FABIO FRAZÃO VILA NOVA
Advogado – OAB n° 2684/RO
Procurador Geral

Publicado por:
Luciene Souza dos Santos
Código Identificador:B0CD1C53

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 998/GABINETE/PMR/2014 DE 18 DE JUNHO DE 2014

PODER EXECUTIVO

Exonera a Sra. ANA CRISTINA DOS SANTOS SOUZA SCHAEDELER no cargo político de Secretária Municipal de Administração.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inc. II do Art. 70 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Exonera a pedido a Sra. ***ANA CRISTINA DOS SANTOS SOUZA SCHAEDLER,*** Secretária Municipal de Administração.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à partir do dia 09 de Junho de 2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Rondolândia – MT, 18 de Junho de 2014.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Fabio Frazao Vilanova
Código Identificador:4CA56706

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CANCELAMENTO Nº 042/2014

CANCELAMENTO DO PROCESSO DO PREGÃO Nº 042/2013

O Município de Rosario Oeste/MT, através da Pregoeira torna público para quem possa interessar que na licitação supracitada que tem por objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE UM VEICULO TIPO CAMINHAO FURGAO PARA ATENDER O MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT**, será cancelado por motivo de readequação dos valores liberados conforme processo anexo. Informa ainda que a integra dos autos acham-se à disposição dos interessados no setor de licitação.

Rosário Oeste/MT, 28 de Março de 2014

HEMILY NATALYE ALVES PEREIRA
Pregoeira

Publicado por:
Andreia Viviane Souza de Almeida
Código Identificador:EF3CBCC5

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REUNIÃO DE ATUALIZAÇÃO DA PLANTA GENERICA DE VALORES DO ITR DO MUNICÍPIO DE SALTO DO CÉU - MT.

Aos doze dias do mês de junho de dois e quatorze a partir das 08:30 horas, na sala de reunião do conselho municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Salto do Céu - Mato Grosso, reuniram-se o presidente e demais componentes nomeados pela portaria nº. 153 de 10 de Junho de 2014, composta pela seguinte formação: PRESIDENTE – Flavio da Silva Aragão, SECRETARIO – Airton Cezar Melo Duarte, MEMBROS – Joaquim Maria Dias, Graciela de Oliveira Neres, Noé Monteiro de Barros, Vanderlei Francisco da Silva, Ataíde Campos Malheiros Neto, SUPLENTES – Rivonete Coelho da Silva e Avelino Pereira da Silva, para deliberar sobre a atualização da Planta Genética de Valores das áreas rurais do município de Salto do Céu, com o intuito principal de prestar informações à Receita Federal do Brasil, relativamente aos valores de terra nua (VTN). O levantamento técnico visando atualização dos preços das terras faz-se necessário face ao Convênio celebrado nos termos do Anexo Único da Resolução nº. 884, de 05/11/2008, da Receita Federal a respeito da fiscalização do ITR. O referido acordo prevê na alínea VII do artigo Sexto o seguinte compromisso assumido - em caráter obrigatório - pelo município, informar a Superintendência da Receita Federal do Brasil (SRRF) de sua jurisdição, de acordo com os critérios e prazos estabelecidos pela RFB, os valores de terra nua por hectare (VTN/ha), para fins de atualização do Sistema de Preços de Terras (SIPT) da RFB, A seguir são transcritos tópicos pontuais da legislação que trata dos critérios e demais aspectos que regem a avaliação da terra, a **Lei Federal nº. 9.393/96** no Art. 14. No caso de falta de entrega do DIAC ou do DIAT, bem como de subavaliação ou prestação de informações inexatas, incorretas ou fraudulentas, a Secretaria da Receita Federal procederá à determinação e ao lançamento de ofício do imposto, considerando informações sobre preços de terras, constantes de sistema a ser por ela instituído, e os dados de área total, área tributável e grau de utilização do imóvel, apurados em procedimentos de fiscalização.
§ 1º As informações sobre preços de terra observarão os critérios estabelecidos no art. 12, § 1º, inciso II da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e considerarão levantamentos realizados pelas Secretarias de Agricultura das Unidades Federadas ou dos Municípios.
§ 2º As multas cobradas em virtude do disposto neste artigo serão aquelas aplicáveis aos demais tributos federais.
A **Lei Federal nº. 8.629/93** no Art.12. Considera-se justa a indenização que permita ao desapropriado a reposição, em seu patrimônio, do valor do bem que perdeu por interesse social.
§ 1º A identificação do valor do bem a ser indenizado será feita, preferencialmente, com base nos seguintes referenciais técnicos e mercadológicos, entre outros usualmente empregados:
I - valor das benfeitorias úteis e necessárias, descontada a depreciação conforme o estado de conservação;
II - valor da terra nua, observados os seguintes aspectos:
a) Localização do imóvel;
b) Capacidade potencial da terra;
c) Dimensão do imóvel.
A adequação metodológica o presente Levantamento Técnico visa atender a lei n° 9.393/96 no que tange aos lançamentos de ofício, fundamentados em estudos realizados pela administração pública municipal responsável pelas pastas de agricultura e fazenda (tributação). A lei 9.393/96 reporta a lei 8.629/93 disciplinando que o levantamento do mercado de terras observará os seguintes aspectos:
I - localização do imóvel;
II – Capacidade potencial da terra;
III - dimensão do imóvel.
A metodologia aplicada atende todos os aspectos técnicos e jurídicos, em síntese o município é dividido em regiões homogêneas de preços, identificadas através do levantamento dos recursos naturais: pedologia (solos), vegetação, geologia e aptidão agrícola (II), com apoio de imagens de satélite. Com as regiões definidas temos a Planta de Valores Genéricos que é composta por diversas áreas com valores em reais (R$) por hectare, sendo assim, para avaliação de um imóvel é considerada a sua localização (I) e sua dimensão (III). Finalmente foi dimensionado um fator de regionalização para ajuste no cálculo do preço do imóvel para adequar a funcionalidade, tempo de uso e estado de conservação das benfeitorias. Apos discussão a comissão definiu as áreas conforme segue.

REGIÃO 1 - Definiu-se o Valor de Terra Nua (VTN) de R$: 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) o hectares.
REGIÃO 2 - Definiu-se o Valor de Terra Nua (VTN) de R$: 2.500,00 (sete mil reais) o hectares.
REGIÃO 3 - Definiu-se o Valor de Terra Nua (VTN) de R$: 1.100,00 (hum mil e cem reais) o hectares.

FLAVIO DA SILVA ARAGÃO
Secretario Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social
Presidente

AIRTON CEZAR MELO DUARTE
Secretario Municipal de Administração e Planejamento
Secretário

JOAQUIM MARIA DIAS
Assessor de Tributos e Arrecadação
Membros

GRACIELA DE OLIVEIRA NERES
Sindicato Dos Trabalhadores Rurais
Membros

NOÉ MONTEIRO DE BARROS
Representante de Escritório de Contabilidade
Membros

VANDERLEI FRANCISCO DA SILVA
Vereador Municipal
Membros

ATAÍDE CAMPOS MALHEIROS NETO
Engenheiroagrônomo

RIVONETE COELHO DA SILVA
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social
Engenheiraagrônoma
Suplentes

AVELINO PEREIRA DA SILVA
Sindicato Dos Trabalhadores Rurais
Suplentes

ALTERNATIVA CONSULTORIA CONTÁBIL, ADMINISTRATIVA E TRIBUTARIA LTDA – ME
Representante

Publicado por:
Myriam Mychelle Mantay de Oliveira
Código Identificador:2893C74F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2014

Objeto: **"Seleção de melhor proposta objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para prestação de serviços em análise de água, sendo análise Bacteriológica e análise Físico – Químico em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde Salto do Céu – MT";** do tipo **MENOR PREÇO / LOTE ,** conforme discriminado no Termo de Referência **ANEXO I**, do Edital, por um período de 12 meses.

RESULTADO DE JULGAMENTO

A Prefeitura Municipal de Salto do Céu, através de sua Pregoeira Oficial torna público a todos os interessados, cidadãos ou licitantes, que o certame licitatório supramencionado, foi dado **DESERTO**. O mesmo será republicado.

Maiores informações com a CPL.

Salto do Céu – MT, 18 de Junho de 2014.

MYRIAM MYCHELLE MONTAY DE OLIVEIRA
Pregoeira Substituta

Publicado por:
Myriam Mychelle Mantay de Oliveira
Código Identificador:145F93BC

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2014

O Prefeito de Santa Carmem - MT, Srº. **ALESSANDRO NICOLI**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital de Processo Seletivo Simplificado 003/2014.

TORNA PÚBLICA A HOMOLOGAÇÃO

Dos candidatos inscritos no Processo Seletivo Simplificado 003/2014 realizado nos dias 09/06/2014 á 18/06/2014.

INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS

Inscr.	Nome	Cargo
01	Claudio Igaxira	Motorista de Veículo de Transp. e de Cargas e Passageiros
02	Maciel de Brito	Motorista de Veículo de Transp. e de Cargas e Passageiros
03	Bonacísio Buss	Motorista de Veículo de Transp. e de Cargas e Passageiros
04	Akueline Cordeiro Padilha	Psicólogo Contratado
05	Adriana Sobrinho Vieira	Agente Comunitário de Saúde Contratado
06	Aldeberte Carvalho da Silva	Operador de Máquinas pesadas Contratado
07	Ana Paula Santos Novais	Agente Comunitário de Saúde Contratado
08	Marlene Rodrigues Bettoni	Agente Comunitário de Saúde Contratado
09	Rogério Pereira da Silva	Operador de Máquinas pesadas Contratado
10	José Henrique Alves de Araujo	Motorista de Veículo de Transp. e de Cargas e Passageiros

Publica-se, Registra-se, Cumpra-se

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CARMEM
ESTADO DE MATO GROSSO, EM 26 DE JUNHO DE 2014.

FÁTIMA APARECIDA MALINSKI
Presidente da Comissão Do Processo Seletivo Simplificado

ALESSANDRO NICOLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana de Almeida Golo
Código Identificador:42B8113E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
DECLARAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM, nesta ato representada pela Presidente da Comissão de Avaliação do Processo Seletivo Simplificado 003/2014, vem através deste declarar que não houve nenhum registro de recurso interposto contra o Edital de Homologação das Inscrições.

Santa Carmem 26 de Junho de 2014

FÁTIMA APARECIDA MALINSKI
Presidente da Comissão Do Processo Seletivo Simplificado

Publicado por:
Juliana de Almeida Golo
Código Identificador:63CA1779

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO-AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 007-2014

Retifica-se a publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso matéria publicada no dia 25/06/2014 Edição 2000 referente ao Aviso de licitação – Tomada de Preços nº 007/2014, tendo como objeto a Contratação de prestação de serviços técnicos profissionais de pessoa jurídica de assessoria, consultoria e suporte contábil, administrativa, planejamento, gestão pública, elaboração de justificativas, defesa e recursos junto ao Tribunal de Contas do Estado, assessoria contábil para o setor de licitações e contratos administrativos, apoio técnico na elaboração de projetos de lei, elaboração da LDO, LOA e PPA, audiências públicas, assessoria contábil na organização de dados para envio de informações aos órgãos estaduais e federal (SIOPS, SIOPE, SISTN, SINCONFI e outros), quando solicitado para reorganização de estruturas, leis e procedimentos administrativos da Prefeitura de Santa Cruz do Xingu - MT. Onde se lê: "A sessão realizar-se-á às 08h00 minutos no dia 08 de Julho de 2014", LEIA-SE: "A sessão realizar-se-á às 08h00 minutos no dia 14 de Julho de 2014".
As demais informações ficam inalteradas.

Santa Cruz do Xingu – MT, 25 de Junho de 2014.

WILSON PEREIRA DA SILVA
Secretário da Comissão Permanente de Licitação

Publicado por:
Wilson Pereira da Silva
Código Identificador:CAF06605

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA N° 006-2014

O Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e estando de conformidade com a legislação pertinente, RATIFICA a presente Dispensa de Licitação enquadrada no Inciso IV, do Art. 24, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas modificações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883/94, Decreto nº 024/2014, Portaria nº 102, de 27 de Março de 2014, Decreto Municipal nº 048/2014 e, ainda com base no Parecer Jurídico exarado pela Douta Assessoria Jurídica do Município, para Contratação de empresa para aquisição de peças para a realização de manutenção nos veículos Retroescavadeira AAA-9999, Pá Carregadeira W180 AAA-9999, Camionete S10 placa JZK7784, Ônibus Ciferal placa LBU 4061, Motoniveladora 845B, Caminhão M.B. L1620 placa KAU 6211, Caminhão Pipa placa KTD 9107, Patrola CASE 845B, Caminhão Mercedes Benz 1620 placa KAU-7231, lotados junto a Secretaria Municipal de Obras, com a empresa Arno Diel Rauber - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07.073.865/0001-27, sediada na Av B, QDA 03, nº 04, Bairro Centro, Santa Cruz do Xingu - MT, por intermédio de seu representante legal senhor Arno Diel Rauber, portador da Carteira de Identidade n° 901.529 SSP/MT e do CPF n° 580.808.801-15, no valor global de preço global de R$ 125,96, referente ao lote 01, valor global de R$ 35,97, referente ao lote 02, valor global de R$ 323,78, referente ao lote 03, valor global de R$ 133,05, referente ao lote 04, valor global de R$ 1.008,00, referente ao lote 05, valor global de R$ 1.218,29, referente ao lote 06, valor global de R$ 15,93, referente ao lote 07, valor global de R$ 16,11, referente ao lote 08, valor global de R$ 182,85, referente ao lote 09, totalizando o valor de R$ 3.059,94 a serem pagas até o dia 15 do mês subsequente pela Tesouraria Municipal, correndo tais despesas a seguinte dotação: 0242 - 09.001.15.451.1005.1010.33.90.30.00.00.00 – Material de Consumo; da vigência: de 24/06/2014 a 31/12/2014. Processo de Dispensa n°006/2014. Ratifica a justificativa apresentada e autoriza a contratação referida.

Santa Cruz do Xingu-MT, 24 de Junho de 2014.

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Pereira da Silva
Código Identificador:A1056BE3

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2014 – REGISTRO DE PREÇOS
Aos três dias do mês de junho de 2014, a partir das 08 horas na sala do Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato – MT deu-se o julgamento do Pregão Presencial nº 19/2014 tendo como objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em organização de eventos com fornecimento de Buffet e decorações. Fica HOMOLOGADO o Pregão Presencial 19/2014 tendo por vencedora a empresa LINCOLN THOBIAS BELLO - ME com o valor de R$28.000,00 (vinte e oito mil reais) para o lote 01, com o valor de R$17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais) para o lote 02, com o valor de R$24.300,00 (vinte e quatro mil e trezentos reais) para o lote 03, com o valor de R$115.000,00 (cento e quinze mil reais) para o lote 04 e com o valor de R$165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais) para o lote 05, totalizando o valor global de R$349.800,00 (trezentos e quarenta e nove mil e oitocentos reais).

Santa Rita do Trivelato – MT 25 de junho de 2014.

HUGO GARCIA SOBRINHO
Prefeito

Publicado por:
Caio Fernando Motta Bonin
Código Identificador:CE475B75

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER
EDITAL COMPLEMENTAR 010

CONCURSO PÚBLICO 001/2014

DIVULGA RESULTADO PRELIMINAR.

O Senhor **VALDIR RIBEIRO**, Prefeito de Santo Antônio de Leverger, Estado de Mato Grosso, e a Senhora **SANDRA REGINA TATEIRA DE ARRUDA,** Presidente da Comissão Examinadora do Concurso Público, tornam público o **RESULTADO PRELIMINAR** do Concurso Público nº 001/2014, conforme **ANEXO I**, deste Edital Complementar.

Desta forma, inicia-se o prazo recursal, nos termos do Edital.

A íntegra deste Edital Complementar encontra-se a disposição dos interessados no Quadro Mural da Prefeitura e da Câmara Municipal, bem como nos endereços eletrônicos: www.grupoatame.com.br/concurso e www.leverger.mt.gov.br.

Santo Antônio de Leverger – MT, 23 de junho de 2014.

VALDIR RIBEIRO
Prefeito Municipal

SANDRA REGINA TATEIRA DE ARRUDA
Presidente da Comissão Examinadora do Concurso Público

Publicado por:
Anice Roze de Oliveira
Código Identificador:2E9B50DA

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

LICITAÇÃO
ATA DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 029/2014

PROCESSO LICITATÓRIO DE PREGÃO PRESENCIAL
ATA DE PRORROGAÇÃO DE recebimento, abertura e julgamento das **propostas** apresentadas aO EDITAL Nº. **029/2014.**
PREGÃO PRESENCIAL Nº **029/2014**

Às 08h00min do dia 24 de Junho de 2014, na sala de Licitações, junto à Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, localizada à Rua A, 367, Jardim Santa Inês, reuniram-se o pregoeiro bem como a equipe de apoio da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste, constituída dos seguintes servidores: WEVERTON ANCELMO P. DE SOUSA – pregoeiro; ronaldo martins de amorim E ITA ROBERTA SOARES – equipe de apoio, nomeados pela Portaria nº. 003/2014, de 02 de Janeiro de 2014, especialmente incumbidos de proceder ao recebimento e a abertura de envelopes contendo as propostas apresentadas ao Edital nº. 029/2014, da Modalidade Pregão Presencial nº 029/2014, bem como, proceder a analise e o julgamento das mesmas, com o objetivo de Contratação de empresa destinada ao fornecimento de refeições (marmitex) para as Secretarias Municipais de Viação Obras e Serviços Públicos, Saúde e Educação. Conforme solicitação. O Senhor Pregoeiro e os membros da equipe de apoio constataram o não comparecimento de participantes. Após aguardar por 15(quinze) minutos e não ter

comparecido nenhuma empresa, o Sr. Pregoeiro e equipe de apoio optaram por prorrogar por mais oito dias a abertura do pregão presencial nº. 029/2014 ficando assim a mesma remarcada para o dia 04 de Julho de 2014. Nada mais havendo a tratar o Pregoeiro declarou encerrada a reunião para recebimento, abertura e julgamento do Processo licitatório de Pregão Presencial nº 029/2014, e eu, Weverton Ancelmo Pereira de Sousa, lavrei a presente Ata a qual, após lida e aprovada, será assinada pelo pregoeiro e membros da equipe de apoio, sendo as 08:25 hs.

WEVERTON ANCELMO P. DE SOUSA
Pregoeiro

RONALDO MARTINS DE AMORIM
Equipe de Apoio

ITA ROBERTA SOARES
Equipe de Apoio

Publicado por:
Weverton Ancelmo
Código Identificador:4654E30B

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Número 057/2014
.
DISPENSA DE LICITAÇÃO (DL) Número 024/2014
.
OBJETO: Trata-se de LOCAÇÃO de um IMÓVEL RESIDENCIAL CONSTRUÍDO EM MADEIRA, com área total de vinte metros quadrados, contendo três cômodos e um banheiro externo, edificado sobre um terreno de trezentos metros quadrados, e será utilizado para INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE UMA SALA DE AULA, PARA A ESCOLA DO DISTRITO DE PONTINÓPOLIS, EXTENSÃO SEBASTIÃO MARQUES.
.
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, Inciso X da Lei 8.666/93.
.
FAVORECIDO: ELIZIARIO ALVES DA SILVA
.
VALOR ESTIMADO GLOBAL: R$ 3.272,64 (três mil duzentos e setenta e dois reais e sessenta e quatro centavos)
.
RATIFICO a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e Parecer da Assessoria Jurídica, por se tratar de execução dos serviços públicos, nos termos do Artigo 24 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
.
São Félix do Araguaia - MT, em 22 de maio de 2014.
.
JOSÉ ANTONIO DE ALMEIDA,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelino de Fáveri
Código Identificador:B367B982

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL

OBJETO: Contrato nº 043/2014 para LOCAÇÃO de UM IMÓVEL (CONSTRUÇÃO E TERRENO), firmado em 27/05/2014, e o IMÓVEL está localizado na Assentamento Dom Pedro, s/nº - Setor Trevo do Macaco - CEP - 78.670-000 - Bairro Distrito de Pontinópolis, em São Félix do Araguaia - MT, a ser utilizado para INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE UMA SALA DE AULA, PARA A ESCOLA DO DISTRITO DE PONTINÓPOLIS, EXTENSÃO SEBASTIÃO MARQUES.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2014
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 024/2014
CONTRATO Nº 043/2014
FAVORECIDO: ELIZIARIO ALVES DA SILVA
PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 meses (mês de 30 dias)
VIGÊNCIA: Com início em 01/06/2014 e término em 31/05/2015, podendo ser prorrogado, de acordo com o Art. 57-II da Lei 8.666/1993
VALOR MENSAL: R$ 272,72 (duzentos e setenta e dois reais e setenta e dois centavos)
VALOR GLOBAL: R$ 3.272,64 (três mil duzentos e setenta e dois reais e sessenta e quatro centavos)
RECURSOS PRÓPRIOS
FUNDAMENTO LEGAL NA LEI Nº 8.666/1993
.
São Félix do Araguaia - MT, em 27 de maio de 2014.
.
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia
JOSÉ ANTONIO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelino de Fáveri
Código Identificador:53617A78

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 015/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2014.
PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2014.

Ata de Registro de Preço: n.º 015/2014, **Pregão Presencial:** n.º 017/2014. **Objeto**: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURA PARA SHOWS (TEMPORADA DE PRAIA 2014), COM SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DA ESTRUTURA E EQUIPAMENTOS PARA A COBERTURA DO EVENTO NO MUNICÍPIO DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA-MT, PELO PERÍODO DE 30(TRINTA) DIAS. **Vigência:** 12 meses. **Empresas adjudicatárias: JOÃO BATISTA LOPES – ME/CNPJ N.º 20.279.679/0001-07**. **Itens vencidos:** 01, 02, 03, 04, 05 e 07, no valor total **de R$ 111.435,00 (cento e onze mil, quatrocentos e trinta e cinco reais)**. M. S. CLAUDIO - ME/CNPJ N.º 11.609.512/0001-76. Item vencido: 06, no valor total de R$ 16.200,00 (dezesseis mil e duzentos reais). LUCIANO BORGES DE AQUINO/CNPJ N.º 11.609.512/0001-76. Item vencido: 08, no valor total de R$ 15.600,00 (quinze mil reais e seiscentos reais). A ata com os preços e demais especificações encontrar-se-á disponibilizada para consulta, na sala de Licitação e Contratos, nesta Prefeitura.

São Félix do Araguaia – MT, em 25 de Junho de 2014.

JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Silva Nascimento
Código Identificador:789B731A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE REVOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2014
TOMADA DE PREÇO 006/2014

José Antonio de Almeida, Prefeito Municipal de São Félix do Araguaia, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei 8666/93 e suas alterações posteriores, resolve:

REVOGAR, o Processo Licitatório nº 050/2014, Edital da Tomada de Preço n.º 006/2014, que determina a contratação de empresa especializada para execução de instalações elétricas na sede da prefeitura.

Ciência aos interessados, observados as prescrições legais pertinentes.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT, aos 25 dias do mês de Junho de 2014.

JOSÉ ANTONIO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Silva Nascimento
Código Identificador:4C005794

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N° 54/2014 - DE 25 DE JUNHO DE 2014

Nomeia os membros para a Comissão de Aplicação e Execução de Teste Seletivo para suprir as necessidades das Secretarias desta Prefeitura Municipal e dá outras providências.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO , no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, etc.

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Nomear os membros da Comissão de Aplicação e Execução do teste Seletivo para suprir as necessidades das Secretarias desta Prefeitura Municipal de São José do Povo-MT. Conforme Edital nº011/2014 - Seletivo nº003/2014.

ARTIGO 2º -A comissão será composta de 01 (um) Presidente e 06 (seis) membros, como segue:

Presidente:
SIDNEIA CAETANO DOS SANTOS - **CPF: 860.718.071-15**

Membros:
I - MARIA DE LOURDES GUIMARÃES RODRIGUES- **CPF: 568.205.181-53**

II - RENATA LEÃO GOMES- **CPF: 026.702.951-93**

III- REINAN SILVA DE SOUZA- **CPF: 027.980.751-14**

IV- SIMÃO RODRIGUES DE SOUZA- **CPF: 424.480.501-04**

V- JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS- **CPF: 796.815.811-72**

VI- LAURO PEREIRA DOS SANTOS- **CPF: 162.086.091-00**

ARTIGO 2º-Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DO POVO, 25 DE JUNHO DE 2014.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciene Leite da Silva
Código Identificador:79294F0C

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO

PROJETO PROGRAMA DE SUBSIDIO A HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – PSH 56 (UNIDADES)

Na qualidade de Prefeito do Município de São José do Rio Claro, Estado de MT, DECLARO, em cumprimento à legislação de regência do Programa PROJETO PROGRAMA DE SUBSIDIO A HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – PSH 56 (UNIDADES), para municípios com população limitada a 50.000 habitantes que os beneficiários abaixo relacionados**,** por decisão do conselho habitacional do município, por não terem atendido à convocação feita na edição de 31/01/2014, do **JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO e emissoras de radio local**, encontrando-se em local incerto e não sabido, serão **EXCLUÍDOS** do Programa, iniciando-se, a partir desta data, o processo para sua substituição.

Ø ADRIANA CRISTINA ADÃO
Ø ANA CLAUDIA ALARCON GOMES
Ø ANA MARIA CASSIMIRO DA TRINDADE
Ø ANDREIA DA SILVA OLIVEIRA
Ø CATARINA DE MORAES PEREIRA
Ø EDILENE MARIA SANTANA
Ø ELIANE DOS SANTOS FERREIRA
Ø ERINETE DA SILVA LEITE
Ø JANETE FERREIRA MAIA
Ø JOSELINA ROSA DE SANTANA
Ø LUCIRENE MARTINS
Ø MARCIA BENEDITA PEREIRA DA SILVA
Ø MARCIA FERREIRA ALMEIDA
Ø MARIA DE FATIMA FERREIRA DE SANTOS
Ø MARIA VANUSA GUIMARÃES FERREIRA
Ø MARLI DE SOUZA OLIVEIRA
Ø ROSANGELA DE FATIMA CABOCLO
Ø ROZELI PAVÃO BARBOSA
Ø SIRLEI MARTINS DE ARAÚJO
Ø SOLANGE MINHO LISBOA
Ø SONIA CRISITNA DOS SANTOS

São José do Rio Claro-MT., 13 de junho de 2014.

NATANAEL CASAVECHIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiana Dockhorn
Código Identificador:8807DCA7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2014 - RESULTADO DO JULGAMENTO

O Município de São José do Rio Claro – MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para quem possa interessar que o julgamento do certame supracitado resultou vencedora a Empresa **SANEPAVI – SANEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO EIRELI - EPP**, cadastrada no CNPJ 52.519.048/0001-04, que apresentou proposta de R$ 333.610,51 (Trezentos e trinta e três mil, seiscentos e dez reais e cinqüenta e um centavos) para o **lote I**, que tem como objeto **Construção de um Ginásio Esportivo no Bairro Jardim Rio Claro no Município de São José do Rio Claro – MT**, para o **lote II** apresentou proposta de R$ 452.725,75 (Quatrocentos e cinqüenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e setenta e cinco centavos) que tem como objeto Reforma e Ampliação da Praça Domingos Briante no Municipio de São José do Rio Claro – MT, e para o **lote III** apresentou proposta de R$ 475.307,30 (Quatrocentos e setenta e cinco mil, trezentos e sete reais e trinta centavos) que tem como objeto Construção do Lar dos Idosos no Município de São José do Rio Claro – MT.

São José do Rio Claro – MT, 25 de junho de 2014.

SUNELY MOREIRA DO SANTOS
Presidente da CPL

Publicado por:
Tatiana Dockhorn
Código Identificador:75A87DA2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2014 - RESULTADO DO JULGAMENTO

O Município de São José do Rio Claro – MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para quem possa interessar que o julgamento do certame supracitado resultou vencedora a Empresa **SANEPAVI – SANEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO EIRELI - EPP**, cadastrada no CNPJ 52.519.048/0001-04, que apresentou proposta de R$ 338.153,21(Trezentos e trinta e oito mil, cento e cinqüenta e três reais e vinte e um centavos), que tem como objeto CONSTRUÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT.

São José do Rio Claro – MT, 25 de junho de 2014.

SUNELY MOREIRA DO SANTOS
Presidente da CPL

Publicado por:
Tatiana Dockhorn
Código Identificador:C3DDFCD6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2014 - RESULTADO DO JULGAMENTO

O Município de São José do Rio Claro – MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para quem possa interessar que o julgamento do certame supracitado resultou vencedora a Empresa **SANEPAVI – SANEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO EIRELI - EPP**, cadastrada no CNPJ 52.519.048/0001-04, que apresentou proposta de **Lote I -** R$ 637.002,05 (seiscentos e trinta e sete mil, dois reais e cinco centavos), que tem como objeto Construção uma Quadra Esportiva Coberta para Escola Municipal Pedro Coelho Portilho no Município de São José do Rio Claro – MT, e para o **lote II** apresentou proposta de R$ 304.727,81 (trezentos e quatro mil setecentos e vinte e sete reais e oitenta e um centavos), que tem como objeto Construção de uma Cobertura de Quadra Esportiva para Escola Municipal João Trevisan no Município de São José do Rio Claro – MT.

São José do Rio Claro – MT, 25 de junho de 2014.

SUNELY MOREIRA DO SANTOS
Presidente da CPL

Publicado por:
Tatiana Dockhorn
Código Identificador:0C1577AB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/2014.

RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA
O Município de São José do Rio Claro/MT, através do Prefeito Municipal Sr. Natanael Casavechia, torna público que, em virtude de haver concordado com a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, no processo para contratação da **BHMáquinas Imp. Export. Ltda**, inscrita no CNPJ nº: 05.820.500/0008-60, para prestação de serviços em manutenção/revisão da Pá Carregadeira Liugong 835. Sendo que os serviços de manutenção/revisão realizados serão pagos sobre o valor estimado de **R$ 10.513,60 (Dez mil quinhentos e treze reais e sessenta centavos)**, após a solicitação e autorização da Secretaria Municipal de Infraestrutura, conforme disposições em contrato próprio (a ser celebrado), onde formulou-se expediente de dispensa de licitação, preceituada no artigo 24, Inciso XVII *da Lei nº 8.666/93*, **RATIFICA** a justificativa apresentada e autoriza a contratação, dando cumprimento ao que dispõe o art. 26 do mesmo diploma legal..

São José do Rio Claro/MT, 20 de junho de 2014.

NATANAEL CASAVECHIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiana Dockhorn
Código Identificador:154515F2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 023/2014 - RESULTADO DO JULGAMENTO

O Município de São José do Rio Claro – MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para quem possa interessar, que aderiu a Ata de Registro de Preço 258/2013 do Pregão Presencial 130/2013 realizado pela Prefeitura Municipal de Primavera do Leste – MT, o julgamento do certame supracitado resultou vencedora a Empresa: KCINCO CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA; CNPJ: 08.440.584/0003-90, Valor R$ 267.000,00.

São José do Rio Claro – MT, 25 de Junho de 2014.

TATIANA DOCKHORN
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Tatiana Dockhorn
Código Identificador:262B904D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO Nº 24/2014 – REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Rio Claro – MT, com sede administrativa na Rua Paraíba, nº355, Centro – São José do Rio Claro – MT, CEP: 78.435-000, fone (66)3386-1222, informa a todos os interessados que realizará Pregão Presencial para **futura e eventual aquisição de Pneus, câmaras, protetores e Materiais de consumo de Borracharia e Prestação de Serviços de Recapagem de Pneus**.

Data de **Abertura: às 08:00 hs, do dia 09 de Julho de 2014**, no endereço acima.

Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98). Informação mais detalhada e edital completo poderão ser solicitados no endereço supramencionado, de segunda a sexta-feira, das 07:30 as 11:30 e das 13:30 às 15:30 horas, com a Comissão Permanente de Licitação, ou pelo email: licitacaosjrc@gmail.com ou ainda no site do município: www.saojosedorioclaro.mt.gov.br.

São José do Rio Claro – MT, 25 de Junho de 2014.

TATIANA DOCKHORN
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Tatiana Dockhorn
Código Identificador:9E77883A

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

SECRETARIA DE FAZENDA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo referente ao CONTRATO **11/2013** Contratante: PMSJQM - MT. Empresa Contratada: NILSON RANZULA; Objeto: Aditivo de Valor do CONTRATO.

Publicado por:
Claudecir Alves Feitosa
Código Identificador:0CDF084B

SECRETARIA DE FAZENDA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo referente à ATA de Registro de Preço **06/2013** Contratante: PMSJQM - MT. Empresa Contratada:

DELFORNO & DELFORNO LTDA - EPP; Objeto: Prorrogação de Prazo de ATA tendo a vigência até 31 de Julho de 2014.

Publicado por:
Claudecir Alves Feitosa
Código Identificador:D11B5955

SECRETARIA DE FAZENDA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo referente à ATA de Registro de Preço **15/2013** Contratante: PMSJQM - MT. Empresa Contratada: K. V. A. CONSTRUCOES ELETRICAS LTDA – ME; Objeto: Prorrogação de Prazo de ATA tendo a vigência até 30 de Setembro de 2014.

Publicado por:
Claudecir Alves Feitosa
Código Identificador:343FB12C

SECRETARIA DE FAZENDA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo referente à ATA de Registro de Preço **16/2013** Contratante: PMSJQM - MT. Empresas Contratadas: CASTRO NETO & CASTRO LTDA – ME; SANDRA DOS SANTOS OLIVEIRA - ME; Objeto: Prorrogação de Prazo de ATA tendo a vigência até 30 de Setembro de 2014.

Publicado por:
Claudecir Alves Feitosa
Código Identificador:52435273

SECRETARIA DE FAZENDA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo referente à ATA de Registro de Preço **18/2013** Contratante: PMSJQM - MT. Empresas Contratadas: SANDRA DOS SANTOS OLIVEIRA – ME; P. S. FABRE & CIA LTDA – ME; WILHEN C. MORETTI & MORETTI LTDA - ME; Objeto: Prorrogação de Prazo de ATA tendo a vigência até 30 de Setembro de 2014.

Publicado por:
Claudecir Alves Feitosa
Código Identificador:E33D8383

SECRETARIA DE FAZENDA
EXTRATO DO RESULTADO DE TP 05/2014

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de São José dos Quatro Marcos/MT torna publico que a **TOMADA DE PREÇO** nº**. 05/2014** sagrou vencedora a Empresa CONSTRUMANA CONSTRUÇÕES LTDA EPP com o valor de R$ 509.274,23 (quinhentos e nove mil duzentos e setenta e quatro reais e vinte e três centavos); Objeto: " OBRA DE REFORMA DA PRAÇA BANDEIRANTE**"**.

EMERSON SOUZA MILER,
Presidente da CPL.

Publicado por:
Claudecir Alves Feitosa
Código Identificador:7149B304

SECRETARIA DE FAZENDA
EXTRATO DA ATA DE PRORROGAÇÃO DE PP-RP 22/2014

O Pregoeiro da Prefeitura de São José dos Quatro Marcos/MT, comunica as empresas que o Pregão Presencial Registro de Preço **nº 22/2014**, com a abertura marcada para as **14:00 h**, do dia **25/06/2014,** Em virtude do não comparecimento de nenhuma empresa interessada para participar deste certame o Pregoeiro junto a Equipe de Apoio resolve prorrogar o referido certame para o dia **03/07/2014**, no mesmo local e horário

EVANDO DE SOUZA VENTUROLLI,
Pregoeiro.

Publicado por:
Claudecir Alves Feitosa
Código Identificador:39BF69C9

SECRETARIA DE FAZENDA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Eu, **CARLOS ROBERTO BIANCHI,** prefeito do município de São José dos Quatro Marcos, **HOMOLOGO** Aos **24** de Junho de **2014** a licitação modalidade **PP-RP 16/2014**, cujo objeto é: "SERVIÇO DE RECADASTRAMENTO IMOBILIÁRIO" cuja empresa ganhadora foi: WCOGEO ADMINISTRADORA E SERVIÇOS LTDA**;** com um valor global de **R$** 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)

São José dos Quatro Marcos – MT,

CARLOS ROBERTO BIANCHI,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Claudecir Alves Feitosa
Código Identificador:A770D78D

SECRETARIA DE FAZENDA
ABERTURA DE PP-RP 25/2014

O Pregoeiro da Prefeitura do Município de São José dos Quatro Marcos/MT comunica às empresas que às **14h00min**, do dia **10/07/2014,** realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº **25/2014**, e receberá os envelopes de (proposta e de habilitação) visando futuro e eventual "SERVIÇO DE ENCADERNAÇÃO E RECARGA DE TONNER**"**. O Edital completo e seus anexos poderão ser adquiridos na Prefeitura através de REQUERIMENTO, Maiores informações pelo telefone 3251 – 1138, das 12h00min as 18:00 horas**,**

EVANDO DE SOUZA VENTUROLLI,
Pregoeiro.

Publicado por:
Claudecir Alves Feitosa
Código Identificador:01315E7C

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

DEP. DE ADMINISTRAÇÃO (LICITAÇÃO)
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N°01/2014

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2014
Processo Licitatório nº 002/2014 – Pregão Presencial nº 001/2014

O Pregoeiro da Câmara Municipal de São José do Xingu – MT, nomeado pela portaria nº 019/2014, torna público aos interessados que na sessão de processamento do Pregão Presencial nº 001/2014 – cujo **Objeto: Contratação de Empresa especializada em Prestação de serviço no ramo de assessoria de imprensa realizando trabalhos de divulgação através de rádio FM referente aos serviços, obras, esclarecimentos, e afins, com o objetivo de informar aos munícipes os procedimentos públicos, também ficando a encargo da mesma planejar e produzir as sessões ordinárias e todos os programas de interesse do Poder Legislativo.** Em face do não comparecimento de interessados o pregoeiro declarou o referido certame DESERTO.

São José do Xingu – MT, 25 de Junho de 2014.

ADENIR VIEIRA LEME
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Adelaine Rodrigues da Silva
Código Identificador:C478E08D

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL COMPLEMENTAR 001/2014 - 01 PROCESSO SELETIVO SLMPLLFLCADO DNULGAÇÃO DOS GABARITOS PRELIMINAR.

EDITAL COMPLEMENTAR 001/2014 - 01 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
DINULGAÇÃO DOS GABARITOS PRELIMINAR.
A Prefeita Municipal de São José do Xingu-MT, no uso de suas atribuições legais faz saber que o edital original do processo seletivo simplificado, edital 001/2014, sofrerá as alterações baixas especificadas e que este edital complementar será afixado no mural da Prefeitura Municipal e publicado na página www.amm.org.br e no site www.assepublica.com.br para as devidas conferências.
I- **PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE INSCRIÇÕES:**
a) As inscrições poderão ser feitas até o dia 27/06/2014 às 18hs00min.
ll **–PRORROGAÇÃODAS DATAS DAS PROVAS**:
a) As provas objetivas e práticas serão aplicadas no dia 06/07/2014, iniciando às 08hs0Omn, horário de Brasília, na Escola Municipal Maria Marlene na sede do município de São José do Xingu -- MT.
b) Quanto aos certificados de especialização e ou declaração de tempos de serviço, os Candidatos, poderão entregar até o dia 06/07/2014, antes de iniciar as provas.
lll - ALTERAÇÃO DE LOTAÇÃO:
3) Os candidatos aprovados e eu classificados para o cargo: **Apoio Administrativo**
Educacional para Acompanhamento de Criança Portadora de necessidades.
espaciais., para lotação na Escala Municipal Maria Marlene exercerão suas
atividades na Creche Municipal na Sede do Município.
IV – "**Novo Cronograma do Processo Seletivo Simplifica**do" 001/2014;
a) Inscrições 11/06/2014 a 27/06/2014;
b) Entrega de certificados para contagem de pentes até 06/07/2014
c) Provas: 08/07/2014; (das 8hs00min até às 11hsO0min) horário de Brasília
d) Resultado classificatório das Provas: O8/07/2014;
b) Prazo para Recurso: 09/07/2013 e 10/07/2014;
d) Resultado Final do Processo: 14/O7/2014.

Publicado por:
Vandete Araujo Lima Oliveira
Código Identificador:38570316

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO N.° 015/2014

O Município de Sapezal - MT torna público o Processo de Dispensa de Licitação para Realização de Procedimento Cirúrgico e Internação de Emergência (Toracotomia) do Paciente Adimilson Nezokenazokae. A empresa contratada será **HOSPITAL SANTA ROSA**, devidamente cadastrada no CNPJ sob o nº 07.434.456/0001 - 09, situada na Rua Projetada, nº 1019 – Cuiabá/MT, no Valor Total Global de **R$ 51.301,05 (Cinquenta e Um Mil e Trezentos e Um Reais e Cinco Centavos).** A contratação fundamenta-se no que dispõe o Artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

Sapezal – MT, 25 de junho de 2014.

VALDINEY GOMES PAULINO
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Publicado por:
Valdiney Gomes Paulino
Código Identificador:EBBC64D1

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.° 014/2014

O Município de Sapezal - MT torna público o Processo de Inexigibilidade de Licitação para Contratação de Empresa para Realização do Show Musical com o Cantor Eduardo Costa, durante a Programação do 20º Aniversário do Município. A empresa contratada será **MR – TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA – ME**, devidamente cadastrada no CNPJ sob o nº 08.758.231/0001 - 70, no Valor Total Global de **R$ 207.000,00 (Duzentos e Sete Mil Reais).** A contratação fundamenta-se no que dispõe o Artigo 25, da Lei nº 8.666/93.

Sapezal – MT, 25 de junho de 2014.

VALDINEY GOMES PAULINO
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Publicado por:
Valdiney Gomes Paulino
Código Identificador:5AF42CE5

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.° 015/2014

O Município de Sapezal - MT torna público o Processo de Inexigibilidade de Licitação para Contratação de Empresa para Realização do Show Musical Gospel com o Cantor Lázaro, durante a Programação do 20º Aniversário do Município. A empresa contratada será **SILVA E CORREIA**, devidamente cadastrada no CNPJ sob o nº 10.947.845/0001 – 42, no Valor Total Global de **R$ R$ 88.000,00 (Oitenta e Oito Mil Reais).** A contratação fundamenta-se no que dispõe o Artigo 25, da Lei nº 8.666/93.

Sapezal – MT, 25 de junho de 2014.

VALDINEY GOMES PAULINO
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Publicado por:
Valdiney Gomes Paulino
Código Identificador:4D227F4D

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.° 016/2014

O Município de Sapezal - MT torna público o Processo de Inexigibilidade de Licitação para Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Auxilio Funeral e Translado para atendimento a famílias carentes do município. A empresa contratada será **ANTONIO INÁCIO FEYH - ME**, devidamente cadastrada no CNPJ sob o nº 07.376.846/0001 - 70, situada na Av. Henrique Balduino Webler, 1806 – Cidezal – I – Sapezal/MT, no Valor Total Global de **R$ 48.000,00 (Quarenta e Oito Mil Reais),** durante o período de 12 meses. A contratação fundamenta-se no que dispõe o Artigo 25, da Lei nº 8.666/93.

Sapezal – MT, 25 de junho de 2014.

VALDINEY GOMES PAULINO
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Publicado por:
Valdiney Gomes Paulino
Código Identificador:C0B90742

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONVOCAÇÃO

Edital de convocação para Assembléia de Fundação

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS
DO DISTRITO DE ESPIGÃO DO LESTE –
MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT.

Convido as pessoas interessadas para a Assembleia de Fundação da **associação dos produtores RURAIS DO DISTRITO DE ESPIGÃO DO LESTE – MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – mt**, a comparecerem no dia 10 de julho de 2014, às 14 horas, no prédio da empresa Comercial Xingu, Centro - Distrito de Espigão do Leste - MT, para participarem da mesma, na qualidade de sócios fundadores, ocasião em que será discutido e votado o projeto de estatuto social e eleitos os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria.

Espigão do Leste, 24 de junho de 2014.

EUCLIDES FERREIRA CARVALHO
Comissão Organizadora

Publicado por:
Meudra Pereira dos Santos
Código Identificador:7A4D4588

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO TOMADA DE PREÇO DESERTA

PROCESSO Nº 026/2014
TOMADA DE PREÇOS 004/2014
OBJETO: Contratação de Empresa para Execução de obras de Construção da Quadra Poliesportiva Escolar Coberta no Município de Serra Nova Dourada - MT, conforme Projeto Básico, Memorial Descritivo, Orçamento Estimado em Planilha de Quantitativos e Custos Unitários e (TERMO DE COMPROMISSO PAC2 09484/2014)
A PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA, ESTADO DE MATO GROSSO, através da sua Presidente da CPL que este subscreve torna público para conhecimento dos interessados em especial as empresas licitantes que foi aberta sessão publica no dia 24/06/2014 as 9h00min e pela inexistência de propostas, ou seja, participantes na mesma, foi encerrada por caracterizar-se LICITAÇÃO DESERTA. A critério da Administração, novo certame será posteriormente instaurado e publicado nos mesmos meios que se deu o inicial.

Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada - MT em 24 de junho de 2014

Visto:

EDSON YUKIO OGATHA
Prefeito Municipal

MEUDRA PEREIRA DOS SANTOS
Presidente CPL

Publicado por:
Meudra Pereira dos Santos
Código Identificador:952EFFB3

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

DEPTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2014 SRP Nº 071/2014

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT, em cumprimento ao inciso XII, Art. 21 do Decreto 3.555/00, torna público o resultado do Pregão Presencial nº 041/2014 – SRP 071/2014 referente a **Aquisição de Painéis e Materiais para Divisórias para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.** Empresa Vencedora: **MAC COMERCIO DE MOVEIS LTDA EPP, CNPJ/MF 13.370.518/0001-69**, Itens: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14. Homologado em 25 de Junho de 2014

MARCELLO PAVAN
Pregoeiro
Portaria 372/2013

Publicado por:
Sidelina Rodrigues dos Santos
Código Identificador:1B77DFC9

DEPTO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA TERMO DE ADEQUAÇÃO EM ATIVIDADE PARA A ATA DE REGISTRO Nº 066/2014

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP-MT** torna público para conhecimento geral, que tendo em vista equívoco na publicação do dia 25/06/2014 no AMM – Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Edição nº 2000 página nº 229 e 230, retificamos o supracitado da seguinte forma:
· **ONDE SE LÊ:** devido a equivoco de lançamento em Recibo de Licitação nº 066 de 2013, para adquirir o material e desenvolver as ações da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.
· **LEIA-SE:** para dar seqüência no desenvolvimento das ações da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Sinop-MT, 25 de Junho de 2014.

Publicado por:
Sidelina Rodrigues dos Santos
Código Identificador:37797A03

DEPTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2014 SRP 079/2014

A Prefeitura Municipal de Sinop-MT torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2014 SRP 079/2014**. TIPO: Menor Preço Global. OBJETO: **Locação de maquinários para execução de terraplanagem em obras de drenagem de águas pluviais e pavimentação asfáltica, incluindo manutenção, combustível e operação, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.** ABERTURA da SESSÃO: 10/07/2014 às 15:30horas (horário de Brasília-DF). LOCAL: Secretaria Municipal de Administração: Rua das Avencas, 1.491, Setor Comercial, Sinop/MT. ÍNTEGRA do EDITAL: no endereço indicado ou por meio do site www.cidadecompras.com.br ou www.prefeituravirtual.com.br. Informações: (66) 3517-5298/5263.

Sinop-MT, 25 de junho de 2014.

VANUSA APARECIDA SERPA
Pregoeira
Portaria Nº 372/2013

Publicado por:
Sidelina Rodrigues dos Santos
Código Identificador:56B7612A

DEPTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2014 SRP 080/2014

A Prefeitura Municipal de Sinop-MT torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2014 SRP 080/2014**. TIPO: Menor Preço Global. OBJETO: **Aquisição de Botas de PVC para atender às necessidades das Secretarias Municipais.** ABERTURA da SESSÃO: 11/07/2014 às 09:30horas (horário de Brasília-DF). LOCAL: Secretaria Municipal de Administração: Rua das Avencas, 1.491, Setor Comercial, Sinop/MT. ÍNTEGRA do EDITAL: no endereço indicado ou por meio do site www.cidadecompras.com.br ou www.prefeituravirtual.com.br. Informações: (66) 3517-5298/5263.

Sinop-MT, 25 de junho de 2014.

VANUSA APARECIDA SERPA
Pregoeira
Portaria Nº 372/2013

Publicado por:
Sidelina Rodrigues dos Santos
Código Identificador:8A592ED0

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 127/2014

DATA: 24 de junho de 2014

SÚMULA: Prorroga a validade do Processo Seletivo Público n° 001/2012, da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Sinop.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica prorrogado até o dia 02 de julho de 2016, a validade do Processo Seletivo Público n° 001/2012, homologado pelo Decreto nº 140/2012, de 02 de julho de 2012.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 24 de junho de 2014.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

FRANCISCO SPECIAN JÚNIOR
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:A4AE2B6D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N°. 128/2014

DATA: 24 de junho de 2014

SÚMULA: Promove alterações no Decreto nº. 245/2013, de 04 de dezembro de 2013.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei nº 1604/2011, de 21 de dezembro de 2011 e suas alterações posteriores;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica alterado o Decreto nº. 245/2013, que "Disciplina e regulamenta os dispositivos da Lei nº. 1508/2011, de 14 de julho de 2011, alterada pela Lei nº. 1919/2013, de 12 de novembro de 2013, e dá outras providências.".

Art. 2º. O Artigo 6º do Decreto nº. 245/2013, passa a vigorar acrescido do Parágrafo Único.

"Art. 6º. (...).

Parágrafo Único. Ao beneficiário que tiver escolhido pelo pagamento a prazo e optar pelo pagamento, a vista, das parcelas vincendas, também será concedido o desconto de 10% (dez por cento) sobre as mesmas."

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 24 de junho de 2014.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

ZENO NICOLAU SCHNEIDER
Secretário Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Mineração

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:79C862B4

PREFEITURA MUNICIPAL
AUDIÊNCIA PÚBLICA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP E A SECRETARIA MUNICIPAL MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL convidam a população para **AUDIÊNCIA PÚBLICA** onde será apresentado e discutido o PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - SETORIAL LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS. Na Audiência Pública, haverá a apresentação da situação (diagnóstico) destes serviços públicos no Município e dos fundamentos para o planejamento (prognóstico) e do regime de prestação dos serviços de forma adequada, após o que haverá oportunidade para respostas as dúvidas e sugestões apresentadas. **Data:** 10/07/2014 **Horário:** 19:00 horas **Local:** Plenário Tião da São Camilo (Antiga Câmara Municipal) **Endereço:** Rua das Avencas, 1481 – Centro. Encontra-se disponível para consulta pública A MINUTA DO PLANO, nos sites **www.sinop.mt.gov.br/meioambiente.** Sugestões, críticas e comentários relativos aos documentos podem ser enviados ao Município, oseguinte e-mail: **meioambiente@sinop.mt.gov.br.**

SINOP-MT, 24 de junho de 2014.

JUAREZ COSTA
Prefeito e

ROSIMARI CRISTINA RIBEIRO FERRI
Secretária Municipal – SDS

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:F92F7920

PREFEITURA MUNICIPAL
DESPACHO

Analisando os autos da Comissão Processante Permanente para apuração de irregularidades e aplicação das penalidades previstas em Editais e Contratos provenientes de Licitação, instaurada pela Portaria n° 382/2014, destinada a apurar os fatos e responsabilidades acerca do Relatório de Avaliação incidente sobre o Termo de Contrato nº 046/2013, originado da Tomada de Preço nº 001/2013, destinado à *"Contratação para execução das obras de construção da Escola Municipal de Educação Básica Gente Feliz, na cidade de Sinop/MT"*, e examinando os documentos apensados no Processo Administrativo nº 005/CPP/046/2013, e com base no Parecer Jurídico nº 218/2014, **ACOLHO** pela aplicação das sanções administrativas especificadas no Parecer da Comissão nº 005/CPP/046/2013, ainda com base nos autos, **DEFIRO pela Rescisão Contratual e Aplicação da multa prevista na cláusula décima terceira - Item II – (d) do Contrato de 2% sobre o valor total do contrato, perfazendo o valor de R$ 18.799,58 (dezoito mil setecentos e noventa e nove reais e cinqüenta e oito centavos) e a restituição de valor a suprimir dos serviços medidos e quitados e detectados como ausentes perfazendo o montante de R$ 2.747,52 (dois mil setecentos e quarenta e sete reais e cinqüenta e dois centavos), ACOLHO pela suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo não inferior a 02 (dois) anos e pela aplicação da Cláusula Quarta – da Garantia – referente ao Contrato, para assegurar o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, inclusive as multas aplicáveis, à empresa TERRA NORTE ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA.**

Dê-se ciência.

Remeta-se à Secretaria Municipal de Administração – Departamentos de Licitação e Contratos, para as providências necessárias.

Sinop - MT, - 24 de junho de 2014.

JUAREZ ALVES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:6EBD6F75

PREFEITURA MUNICIPAL
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

RESOLUÇÃO Nº 001/2014
Sinop – MT, 26 de fevereiro de 2014.
XXVª Reunião Ordinária

O COMAM SINOP – Conselho Municipal de Meio Ambiente, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei nº 1.308/2010, de 27 de abril de 2010 e o seu Regimento Interno.

RESOLVE

Art. 1º Instituir a "**Comissão Especial de Coordenação do Plano Municipal de Saneamento Básico"**, em caráter temporário, como Comitê Coordenador, com o objetivo de acompanhar, participar e aprovar: as ações destinadas do plano de trabalho; do plano de mobilização social; diagnostico da situação da prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos; prognostico e alternativas para a universalização dos serviços, objetivos e metas; programas, projetos e ações; mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência, eficácia e efetividade das ações do plano e o relatório final do plano municipal de saneamento básico – setorial do sistema de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

Art. 2º Será formada somente por Conselheiros Titulares, composta pelos seguintes membros, 03 (três) representantes do poder publico e 03 (três) representante das entidades não-governamentais, das universidades e da sociedade civil organizada;

Art. 3º Composta, elegerá um Coordenador dentre seus membros, com mandato de 01 (um) ano, sendo o mesmo, se ocorrer à necessidade, terá o voto de minerva.

Art. 4º Reunir-se-ão, quando convocadas, através do Coordenador da Comissão e com conhecimento a Secretaria Executiva do COMAM SINOP, com o mínimo de três de seus membros, sendo as atas das reuniões, lavradas em livro próprio e assinadas pelo Coordenador e pelos membros presentes.

Art. 5º Em Reunião do Conselho Pleno em 26 de fevereiro de 2014 aprovou-se os seguintes conselheiros para a Comissão: Adriano Joel Staller – Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Sandra Aparecida da Silva Rodrigues – Secretaria de Saúde, Edneuza Trugillo – Unemat, Amadeu Rampazzo – Aenor, Alexandre Zancan – Sindusmad e Antonio Santana da Silva – Usamb.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

CRISTINA FERRI
Presidente

ROBERTO KNOLL
Secretario Executivo

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:C00A9166

SAAES
AVISO DE ADESÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2013 - SAD
ADERENTE: SAAES – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sinop/MT. CNPJ/MF 07.984.231/0001-26, END: Av. dos Jacarandás, 3960 - Centro – Sinop/MT , por meio da SAD – Secretaria de Administração do Estado de Mato Grosso – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2013, FORNECEDORA: MARMELEIRO AUTO POSTO LTDA – CNPJ N.º: 05.082.661/0003-99. END: Av. Tenente Coronel Duarte, n.º 985, Centro Sul – CEP: 78.020-450, na cidade de Cuiabá/MT. OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa especializada para fornecimento de Combustíveis (Etanol, Gasolina Comum e Óleo Diesel) para os veículos, máquinas e equipamentos que compõem a frota do SAAES. ATA datada em 06/11/2013, VIGENTE: Por 12 meses. Adesão Autorizada pelo: Processo n.º 327244/2014/SAD de 12/06/2014.

Sinop/MT, 25 de junho de 2014.

JUVENTINO JOSÉ DA SILVA
Diretor Presidente do SAAES.

Publicado por:
Edna Maciel Escobar
Código Identificador:00CF80FC

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
APRESENTAÇÃO DE NOVA DOCUMENTAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS N.º 012/2014

O Município de Sorriso – MT, através de sua Comissão Permanente de Licitação torna Público para o conhecimento dos interessados, que a TOMADA DE PREÇOS Nº. 012/2014 cujo objeto: "Contratação de Empresa Especializada para Recuperação de Pavimentação Asfáltica e Drenagem de Águas Pluviais na Perimetral Sudoeste – Trecho Jardim Taiamã, Sorriso – MT, com uma área total de 2.421,30 m², conforme memorial descritivo, orçamento e cronograma físico-financeiro que se encontram definidos no Projeto Básico", que foi única participante a empresa: **GUIOMAR LUIS MOLOSSI**, CNPJ N.º 10.613.787/0001-10; sendo que esta foi INABILITADA, possuindo o prazo de 8 dias úteis, a partir da data desta publicação, para apresentação de nova documentação. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, das 07:00 às 13:00 horas ou através do telefone (66) 3545-4700.

LUCIENE BABMARE HAHN QUINOT
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:229576CB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - LEILÃO N.º 001/2014

O MUNICÍPIO DE SORRISO – MT, através da sua Comissão Responsável, torna público para o conhecimento dos interessados, de que no **LEILÃO 001-2014**, obteve o seguinte resultado: **Lotes 01, 02, 03, 08 e 18** Arrematados Por Expedito Ferreira Lima, CPF 507.193.608-97, com os valores: Lote 01: R$ 700,00; Lote 02: R$ 250,00; Lote 03: R$ 1.400,00; Lote 08: R$ 1.800,00; Lote 18: R$ 6.000,00 / **Lote 04** Arrematado Por Fábio Junior Domingos, CPF 700.539.361-91, com o valor de R$ 1.550,00 / **Lote 05 e 13** Arrematados por Gonçalves Alves de Oliveira, CPF 496.558.091-53, com os valores: Lote 05: R$ 700,00; Lote 13: R$ 1.200,00 / **Lote 06 e 19** Arrematados Por Waldecir Welter, CPF 967.502.359-72, com os valores de: Lote 06: R$ 500,00; Lote 19: R$ 12.000,00 / **Lote 07** Arrematado Por Adilton Ferreira da Silva, CPF 352.357.211-87, com o valor de R$ 3.100,00 / **Lote 09** Arrematado Por Laercio Sandrin, CPF 579.965.049-20, com o valor de R$ 1.100,00 / **Lote 10** Arrematado Por Carlos Romeu Da Rosa Taube, CPF 253.603.880-72, com o valor de R$ 7.900,00 / **Lote 11** Arrematado Por Clóvis Heusner, CPF 503.108.100-78, com o valor de R$ 1.700,00 / **Lote 15** Arrematado Por Valdeberto Sateles, CPF 964.758.381-87, com o valor de R$ 18.100,00 / **LOTE 16** Arrematado por João Pinto De

Magalhães Filho, CPF 209.305.261-04 com o valor de R$ 11.000,00 / **Lote 17** Arrematado por Daniel Milani, CPF 344.683.661-68, com o valor de R$ 9.200,00 / **Lote 20** Arrematado Por Eduardo Costa Cassiano, CPF 862.083.659-53 com o valor de R$ 54.000,00 / **Lotes 21** Arrematado Por Trimec Equipamentos Ltda, CNPJ 37.519.998/0001-05 com o valor de R$ 55.500,00. Os **Lotes 12, 14 e 22** foram retirados do leilão.

LUCIENE BABMARE HAHN QUINOT
Presidente da CPL

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:54EC2EB0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 052/2014

O Município de Sorriso – MT, através de sua Pregoeira Oficial torna Público para o conhecimento dos interessados, que realizará às **08:00 horas (Horário Oficial de Sorriso – MT), do dia 10 de julho de 2014,** na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Av. Porto Alegre, 2.525, Centro – Sorriso – MT, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 052/2014. O julgamento da referida licitação será através do Menor Preço por Item, objetivando o **"Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada em fornecimento e instalação de vidros, mobiliário, película protetora e letra caixa em inox que serão instalados no Centro de Eventos Ari José Riedi, que servirá de sede para a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo".** O Edital poderá ser obtido junto a Prefeitura Municipal de Sorriso, Departamento de Licitação, durante o horário normal de expediente ou através do site **www.sorriso.mt.gov.br**. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, das 07:00 às 13:00 horas ou através do telefone (66) 3545-4700.

LUCIENE BABMARE HAHN QUINOT
Pregoeira Prefeitura de Sorriso – MT

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:6BB374B2

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 38/2014
TIPO: MENOR PREÇO
A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Tabaporã – MT, torna publico aos interessados que, o Pregão Presencial n° 38/2014, cujo Objeto é: Contratar empresa para fornecer peças e serviços para retificar motores de maquinários rodoviários da Secretaria de Obras do Município. Cuja abertura se deu as 08:00 hs do dia 25/06/2014 e sagrou-se vencedora do certame a empresa: **SERGIO JUCOSKI-ME**, inscrita no CNPJ nº 00.197.560/0001-88, Lote 01 **R$ 7.650,00**, Lote 02 **R$ 4.900,00**, Lote 03 **R$ 15.190,00**, Lote 04 **R$ 4.100,00**, Lote 05 **R$ 7.920,00,** Lote 06 **R$ 4.910,00**, Lote 07 **R$ 7.520,00** e Lote 08 **R$ 9.970,00**, proposta no valor global de **R$ 62.160,90.**

Tabapora-MT. 25 de Junho de 2014.

ANTONIO B MOTA.
Pregoeiro

Publicado por:
Antonio Batista da Mota
Código Identificador:A6168F20

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº. 015/ADM/2014

TERMO DE COOPERAÇÃO Nº. 015/ADM/2014	**MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/** MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT / contrato visa à cooperação mútua das partes contraentes (Lei nº. 2.561 de 09 de junho 2006), e tem por objetivo criar normas e diretrizes no tocante ao fornecimento de material necessário para a transfusão e produtos hemoterápicos para o atendimento das necessidades do município de Campo Novo do Parecis – MT/ DATA DA ASSINATURA 19/05/2014.

Publicado por:
Maria Donisete Carvalho
Código Identificador:0A7BF7A1

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº. 016/ADM/2014

TERMO DE COOPERAÇÃO Nº. 016/ADM/2014	**MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/** MUNICÍPIO DE BRASNORTE - MT / contrato visa à cooperação mútua das partes contraentes (Lei nº. 2.561 de 09 de junho 2006), e tem por objetivo criar normas e diretrizes no tocante ao fornecimento de material necessário para a transfusão e produtos hemoterápicos para o atendimento das necessidades do município de Brasnorte – MT/ DATA DA ASSINATURA 16/06/2014.

Publicado por:
Maria Donisete Carvalho
Código Identificador:FAAE73D1

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº. 017/ADM/2014

TERMO DE COOPERAÇÃO Nº. 017/ADM/2014	**MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/** MUNICÍPIO DE DENISE - MT / contrato visa à cooperação mútua das partes contraentes (Lei nº. 2.561 de 09 de junho 2006), e tem por objetivo criar normas e diretrizes no tocante ao fornecimento de material necessário para a transfusão e produtos hemoterápicos para o atendimento das necessidades do município de Denise – MT/ DATA DA ASSINATURA 19/05/2014.

Publicado por:
Maria Donisete Carvalho
Código Identificador:074C6BAA

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº. 018/ADM/2014

TERMO DE COOPERAÇÃO Nº. 018/ADM/2014	**MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/** HOSPITAL E MATERNIDADE CLÍNICA DA CRIANÇA LTDA / contrato visa à cooperação mútua das partes contraentes (Lei nº. 2.561 de 09 de junho 2006), e tem por objetivo criar normas e diretrizes no tocante ao fornecimento de material necessário para a transfusão e produtos hemoterápicos para o atendimento das necessidades dos pacientes (SUS, particulares ou conveniados não SUS) internados no HOSPITAL em questão, ou em regime ambulatorial / DATA DA ASSINATURA 19/05/2014.

Publicado por:
Maria Donisete Carvalho
Código Identificador:AC3D4AC5

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº. 019/ADM/2014

TERMO DE COOPERAÇÃO Nº. 019/ADM/2014	**MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/** MÉDICOS ASSOCIADOS SM / contrato visa à cooperação mútua das partes contraentes (Lei nº. 2.561 de 09 de junho 2006), e tem por objetivo criar normas e diretrizes no tocante ao fornecimento de material necessário para a transfusão e produtos hemoterápicos para o atendimento das necessidades dos pacientes (SUS, particulares ou conveniados não SUS) internados no HOSPITAL em questão, ou em regime ambulatorial / DATA DA ASSINATURA 19/05/2014

Publicado por:
Maria Donisete Carvalho
Código Identificador:35BC44C7

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº. 020/ADM/2014

TERMO DE COOPERAÇÃO Nº. 020/ADM/2014	**MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/** INEMAT TANGARA DA SERRA – Centro Nefrológico de Tangará da Serra LTDA/ contrato visa à cooperação mútua das partes contraentes (Lei nº. 2.561 de 09 de junho 2006), e tem por objetivo criar normas e diretrizes no tocante ao fornecimento de material necessário para a transfusão e produtos hemoterápicos para o atendimento das necessidades dos pacientes (SUS, particulares ou conveniados não SUS) internados no INEMAT, ou em

	regime ambulatorial / DATA DA ASSINATURA 19/05/2014

Publicado por:
Maria Donisete Carvalho
Código Identificador:74A0CCAC

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº. 021/ADM/2014

TERMO DE COOPERAÇÃO Nº. 021/ADM/2014	**MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/** UNIDADE DE COLETA E TRANSFUSÃO DE SANGUE DE TANGARÁ DA SERRA - MT / contrato visa à cooperação mútua das partes contraentes (Lei nº. 2.561 de 09 de junho 2006), e tem por objetivo criar normas e diretrizes no tocante ao fornecimento de material necessário para a transfusão e produtos hemoterápicos para o atendimento das necessidades dos pacientes (SUS, particulares ou conveniados não SUS) internados no HOSPITAL, ou em regime ambulatorial / DATA DA ASSINATURA 27/05/2014

Publicado por:
Maria Donisete Carvalho
Código Identificador:60F78328

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº. 022/ADM/2014

TERMO DE COOPERAÇÃO Nº. 022/ADM/2014	**MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/** UNIMED - VALE DO SEPOTUBA / contrato visa à cooperação mútua das partes contraentes (Lei nº. 2.561 de 09 de junho 2006), e tem por objetivo criar normas e diretrizes no tocante ao fornecimento de material necessário para a transfusão e produtos hemoterápicos para o atendimento das necessidades dos pacientes (SUS, particulares ou conveniados não SUS) internados no HOSPITAL, ou em regime ambulatorial / DATA DA ASSINATURA 19/05/2014

Publicado por:
Maria Donisete Carvalho
Código Identificador:E57BB590

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº. 023/ADM/2014

TERMO DE COOPERAÇÃO Nº. 023/ADM/2014	**MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/** SOCIEDADE MÉDICA VIDA E SAÚDE / contrato visa à cooperação mútua das partes contraentes (Lei nº. 2.561 de 09 de junho 2006), e tem por objetivo criar normas e diretrizes no tocante ao fornecimento de material necessário para a transfusão e produtos hemoterápicos para o atendimento das necessidades dos pacientes (SUS, particulares ou conveniados não SUS) internados no HOSPITAL, ou em regime ambulatorial / DATA DA ASSINATURA 19/05/2014

Publicado por:
Maria Donisete Carvalho
Código Identificador:1D281B2C

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 011/2014 PRORROGAÇÃO SELETIVO

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 011/2014
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 001/2013

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **José Pereira Filho,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente edital para prorrogar o Processo Seletivo nº 001/2013 de 01 de Abril de 2013, conforme segue abaixo:

RESOLVE:

Art. 1° - PRORROGAR por igual período, sendo de 01 (um) ano, o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013 de 01/04/2013, homologado o resultado final através do Edital Complementar nº 011/2013 de 27/06/2013, nos termos da Lei Complementar nº 103/2006, combinada com as Leis 3149/2009, 3320/2010 e 3340/2010. A prorrogação se deve a necessidade da continuidade de profissionais para atender a Secretaria Municipal de Saúde.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 25 de Junho de 2014.

ME. JOSÉ PEREIRA FILHO
Prefeito Municipal

MARIA DAS GRAÇAS SOUTO
Secretária Municipal de Administração

KLEITON DA COSTA MERLO
Secretário Municipal de Sáude Interino

Publicado por:
Andrea Cristina Trentini
Código Identificador:1F1EB2AE

SAMAE - SERVIÇO AUTONÔMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE ABERTURA - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 013/2014/SAMAE

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade **PREGÃO Nº. 013/2014/SAMAE,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO POR ITEM ,** tendo como objeto a **AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA TRATAMENTO DE ÁGUA NAS E.T.A. (ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA) E NOS POÇOS TUBULARES DO SAMAE.** A abertura do certame está prevista para as **08h00min do dia 08 de Julho de 2014**. O horário de funcionamento do SAMAE de Tangará da Serra/MT**,** na Avenida Brasil, nº 2350-N, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa é de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 07h30m às 11h30m e das 13h30m às 17h30m. O Edital completo poderá ser retirado no site: www.samaetga.com.br/publicacoes. Fone/Fax para contato: (65) 3311–6504 / 3311-6518.

Tangará da Serra/MT, 25 de junho de 2014.

PABLO RODRIGO PEREZ SELLE
Coordenador do Setor de Licitação - SAMAE

Publicado por:
Andrea Eulalia Ribeiro de Almeida
Código Identificador:E59AC4BF

SAMAE - SERVIÇO AUTONÔMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE ABERTURA - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2014/SAMAE

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade **PREGÃO Nº. 014/2014/SAMAE,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO POR ITEM ,** tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS PARA O SAMAE.** A abertura do certame está prevista para as **08h00min do dia 09 de Julho de 2014**. O horário de funcionamento do SAMAE de Tangará da Serra/MT**,** na Avenida Brasil, nº 2350-N, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa é de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 07h30m às 11h30m e das 13h30m às 17h30m. O Edital completo poderá ser retirado no site: www.samaetga.com.br/publicacoes. Fone/Fax para contato: (65) 3311–6504 / 3311-6518.

Tangará da Serra/MT, 25 de Junho de 2014.

PABLO RODRIGO PEREZ SELLE
Coordenador do Setor de Licitação - SAMAE

Publicado por:
Andrea Eulalia Ribeiro de Almeida
Código Identificador:7B93828A

SERRAPREV - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TANGARÁ DA SERRA - MT
BALANCETE FINANCEIRO MAIO DE 2014

ESTADO DO MATO GROSSO PREFEITURA MUN DE TANGARÁ DA SERRA SERRAPREV - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL		Data: 31/05/2014 Página: 1 de 1	
Balancete Financeiro Período: Maio/2014			
R E C E I T A S		**D E S P E S A S**	
Discriminação	**Valor**	**Discriminação**	**Valor**
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.204.365,73	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	406.693,83
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	342.884,13	ADMINISTRAÇÃO	26.752,11
RECEITA PATRIMONIAL	263.931,82	PREVIDÊNCIA SOCIAL	379.941,72
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.454,44		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES – INTRA-ORÇAM	499.020,69		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAM	22,11		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	88.052,54		
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	463.030,32	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	517.558,91
RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS	0,00	RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORGIGENS	56.336,49	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORGIGENS	49.940,07
DESPESAS EMPENHADAS A PAGAR	191.628,06	DESPESAS EMPENHADAS A PAGAR	250.047,76
DESPESA DE PESSOAL A PAGAR	215.065,77	DESPESA DE PESSOAL A PAGAR	217.571,08
CONTAS DE MOVIMENTO	22.636.687,91	CONTAS DE MOVIMENTO	23.379.831,22
BANCO C/ MOVIMENTO	12.248,66	BANCO C/ MOVIMENTO	23.713,42
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	22.624.439,25	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	23.356.117,80
Totais	**24.304.083,96**	**Totais**	**24.304.083,96**

TANGARÁ DA SERRA, 31 de maio de 2014

HELITON LUIZ DE OLIVEIRA
Diretor Executivo do Serraprev

MARIA APARECIDA RODRIGUES BRAGA
Contadora CRC-MT 011379/0-8

Publicado por:
Heliton Luiz de Oliveira
Código Identificador:B254A5B9

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 7 - CONVOCAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 001/2014.

EDITAL Nº 007 – CONVOCAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 001/2014
O Prefeito do Município de Tapurah, Estado de Mato Grosso, Sr. LUIZ UMBERTO EICKHOFF, CONVOCA os candidatos aprovados no Processo Seletivo Público 001/2014 realizado no dia 18 de maio de 2014 e homologado através do Decreto Nº 062/2014, de 20 de junho de 2014, conforme anexo único a este edital.
Os convocados deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Tapurah, sito na Av. Rio de Janeiro, nº125, Centro, após a publicação deste edital, em dias de expediente, e dentro do prazo de 30 dias, no horário das 09horas às 11horas e das 13Horas às 16Horas, munidos de cópia dos documentos pessoais acompanhada do original, para verificação da autenticidade ou fotocópia autenticada em cartório, em atendimento ao item 18 do Edital nº001/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de 2014.

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

Cargo: 002 - Agente Comunitário de Saúde - PSF I Microárea 07

Inscrição	Nome	Nascimento	Col	Sit
0000000058	ROSANE SCHONS	17/02/1974	1	AP

Cargo: 004 - Agente Comunitário de Saúde - PSF I Microárea 09

Inscrição	Nome	Nascimento	Col	Sit
0000000210	ANALICE MORETTO	05/08/1974	1	AP

Cargo: 006 - Agente Comunitário de Saúde - PSF I Microárea 12

Inscrição	Nome	Nascimento	Col	Sit
0000000178	ALINE MARTINS TAVARES	18/07/1992	1	AP

Cargo: 008 - Agente Comunitário de Saúde - PSF I Microárea 15

Inscrição	Nome	Nascimento	Col	Sit
0000000045	VANESSA GUILHERMO SILVA	06/11/1985	1	AP

Cargo: 011 - Agente Comunitário de Saúde - PSF I Microárea 30

Inscrição	Nome	Nascimento	Col	Sit
0000000043	DEBORA LOPES SANTANA	22/07/1994	1	AP

Cargo: 012 - Agente Comunitário de Saúde - PSF I Microárea 31

Inscrição	Nome	Nascimento	Col	Sit
0000000073	FELIPE GANANCIN PIOLA	15/05/1988	1	AP

Cargo: 017 - Agente Comunitário de Saúde - PSF II Microárea 19

Inscrição	Nome	Nascimento	Col	Sit
0000000053	RENATA DA SILVA	19/11/1980	1	AP

Cargo: 022 - Agente Comunitário de Saúde - PSF II Microárea 27

Inscrição	Nome	Nascimento	Col	Sit
0000000075	ANA PAULA DA SILVA DUARTE	27/11/1988	1	AP

Cargo: 023 - Agente Comunitário de Saúde - PSF II Microárea 28

Inscrição	Nome	Nascimento	Col	Sit
0000000096	FRANCIANNIE DE OLIVEIRA RIBEIRO	26/07/1988	1	AP

Cargo: 027 - Agente Comunitário de Saúde - PSF III Microárea 05

Inscrição	Nome	Nascimento	Col	Sit
0000000168	VANILDA PERUCCI BENETTI PEDROSO	07/11/1979	1	AP

Cargo: 029 - Agente Comunitário de Saúde - PSF III Microárea 10

Inscrição	Nome	Nascimento	Col	Sit
0000000010	ROSANGELA CARNEIRO DA SILVA	02/09/1991	1	AP

Cargo: 032 - Agente Comunitário de Saúde - PSF III Microárea 29

Inscrição	Nome	Nascimento	Col	Sit
0000000166	LUCIENE DUARTE DA CUNHA DA SILVA	28/02/1991	1	AP

Publicado por:
Marcos Woicichoski
Código Identificador:B277AB96

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 056.2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2014 REGISTRO DE PREÇOS 035/2014

O Município de Tapurah, Estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro, instituído pela Portaria nº 196, de 22 de julho de 2013, torna público, o resultado da licitação Pregão Presencial 049/2014, do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", regida pelas disposições da Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar 123/06 e demais legislação aplicável, tendo por objeto a **contratação de pessoa jurídica para futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos hospitalar e equipamentos de utilidades domésticas para atender a demanda e a necessidade do hospital Municipal, unidades de saúde e Secretaria de Educação**. Nesta, sagrou-se vencedora as empresas: **AKDD ELETRÔNICOS E PAPELARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE SERVIÇO LTDA** foi declarada vencedora com o valor total de R$ 15.518,00 (quinze mil quinhentos e dezoito reais), a empresa **CIRÚRGICA GONÇALVES LTDA** foi declarada vencedora com o valor total de R$ 8.434,00 (oito mil quatrocentos e trinta e quatro reais), a empresa **DENTAL CENTRO OESTE LTDA** foi declarada vencedora com o valor total de R$ 29.262,50 (vinte e nove mil duzentos e sessenta e dois reais e cinqüenta centavos), a empresa **JM REPRESENTAÇÕES DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA ME** com o valor total de R$ 21.734,18 (vinte e um mil setecentos e trinta e quatro reais e dezoito centavos), a empresa **LP COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO, ASSESSORIA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA** foi declarada vencedora com o valor total de R$ 57.887,73 (cinqüenta e sete mil oitocentos e oitenta e sete reais e setenta e três centavos), a empresa **MARCOS ANTÔNIO DIAS MACHADO – ME** foi declarada vencedora com o valor total de R$ 25.327,00 (vinte e cinco mil trezentos e vinte e sete reais) e a empresa **WANDA COMÉRCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP** foi declarada vencedora com o valor total de R$ 20.670,00 (vinte mil seiscentos e setenta reais).

Tapurah - MT, 25 de junho de 2014.

ROSANI DA CUNHA BUGARIO
Pregoeira

Publicado por:
Rosani da Cunha Bugario
Código Identificador:CF8309B1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR 02 AO EDITAL 001/2014 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2014

A Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado 001/2014, altera o Edital Completo 001/2014 de 03/06/2014, disponibilizado no endereço eletrônico www.amm.org.br e site www.tapurah.mt.gov.br e altera o edital resumido publicado no D.O.E nº 26304, página 66, em 03 de junho de 2014,que passa a ter a redação abaixo especificada, ficando inalterados os demais itens, subitens e anexos do referido edital.
Art. 1º Fica Retificado o item 6.4 constante no Edital do Processo Seletivo Simplificado 001/2014.
ONDE SE LÊ:
6.4 Data e Local de aplicação da Prova Objetiva: A prova objetiva será aplicada no dia 29 de junho de 2014 das 08:00 horas às 12:00 horas na Escola Vinícius de Moraes, Av. Pernambuco, 522, Bairro São Cristovão, Tapurah/MT.
LEIA-SE:
6.4 Data e Local de aplicação da Prova Objetiva: A prova objetiva será aplicada no dia 06 de julho de 2014 das 08:00 horas às 12:00 horas na Escola Vinícius de Moraes, Av. Pernambuco, 522, Bairro São Cristovão, Tapurah/MT.
Art. 2º Fica Retificado o item 7.1 constante no Edital do Processo Seletivo Simplificado 001/2014.
ONDE SE LÊ:
7.1 As provas com questões objetivas serão realizadas no dia 29 de Junho de 2014 (domingo) com início às 8:00 horas e término as 12:00 horas na Escola Municipal Vinícius de Moraes, Avenida Pernambuco nº 522, Bairro São Cristovão – Tapurah – MT.
LEIA-SE:
7.1 As provas com questões objetivas serão realizadas no dia 06 de Julho de 2014 (domingo) com início às 8:00 horas e término as 12:00 horas na Escola Municipal Vinícius de Moraes, Avenida Pernambuco nº 522, Bairro São Cristovão – Tapurah – MT.
Art. 3º Fica Retificado o item 7.5 constante no Edital do Processo Seletivo Simplificado 001/2014.
ONDE SE LÊ:
7.5 Para o cargo de motorista de ônibus - Etapa II ocorrerá prova prática na data de 29 de junho de 2014 no horário de 13:30 horas no pátio da Secretaria Municipal de infraestrutura e obras do Município de Tapurah/MT. Os candidatos ao cargo de motorista de ônibus serão avaliados nos seguintes quesitos:

Prova Prática	Peso por questão
Conhecimentos básicos de mecânica	30
Teste de Baliza	35
Teste de Percurso	35

LEIA-SE:
7.5 Para o cargo de motorista de ônibus - Etapa II ocorrerá prova prática na data de 06 de julho de 2014 no horário de 13:30 às 15:30 horas no pátio da Secretaria Municipal de infraestrutura e obras do Município de Tapurah/MT. Os candidatos ao cargo de motorista de ônibus serão avaliados nos seguintes quesitos:

Prova Prática	Peso por questão
Conhecimentos básicos de mecânica	30
Teste de Baliza	35
Teste de Percurso	35

Art. 4º Fica Retificado o item 8.3 constante no Edital do Processo Seletivo Simplificado 001/2014.
ONDE SE LÊ:
8.3 Os títulos deverão ser apresentados no dia 29 de junho de 2014 das 07 às 08 horas à Comissão de Processo Seletivo Simplificado, no local onde se realizarão as provas escritas.
LEIA-SE:
8.3 Os títulos deverão ser apresentados no dia 06 de julho de 2014 das 07 às 08 horas à Comissão de Processo Seletivo Simplificado, no local onde se realizarão as provas escritas.

Tapurah-MT, 25 de Junho de 2014.

ROSIMEIRE AMARO ALVES DOS SANTOS
Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado 001/2014

Publicado por:
Marcos Woicichoski
Código Identificador:F344CE3C

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE RESULTADO 43.2014

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NOMEADA PELA PORTARIA Nº. 73/2014 TORNA PUBLICO O RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, REGIDO PELAS LEIS Nº 8.666/93 E 10.520/02, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, SENDO **PROCESSO 51//2014** NA MODALIDADE **PREGÃO PRESENCIAL 43/2014**, TEVE COMO OBJETO: O OBJETO DESTE PREGÃO É O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RETÍFICA DE MOTOR E AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA OS MOTORES PERTENCENTES À FROTA PRÓPRIA DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT, PARA O PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, TENDO COMO VENCEDORA A EMPRESA: RETIFICA DE MOTORES 2 IRMÃOS LTDA-ME.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 16 DE JUNHO DE 2014.

ELIZANGELA O. DE AZEVEDO DOS SANTOS
Pregoeira/oficial

Publicado por:
Elizangela de Oliveira Azevedo Santos
Código Identificador:C1B5B910

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 113.2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT
CONTRATADO: SOLANGE A. SANCHES - ME.
OBJETO: ESTE INSTRUMENTO TEM POR OBJETO CONTRAÇÃO DE SERVIÇOS DE LABORATÓRIO ESPECIALIZADO NA CONFECÇÃO DE PRÓTESE ODONTOLÓGICA, TOTAIS COM FORNECIMENTO DO MATERIAL, PARA ATENDER A POPULAÇÃO CARENTE DO MUNICÍPIO DE TERRRA NOVA DO NORTE/MT, DE ACORDO COM A PORTARIA Nº Nº 1.825/GM/MS DE 24 DE AGOSTO DE 2012, QUE ESTABELECE RECURSOS ANUAIS A SEREM INCORPORADOS AO TETO FINANCEIRO ANUAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS NOS LABORATÓRIOS REGIONAIS DE PRÓTESES DENTÁRIAS (LRPD).
VALOR: R$ R$ 7.500,00
VIGÊNCIA: 23/06/2014 A 05/06/2015
FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

MILTON JOSE TONIAZZO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizangela de Oliveira Azevedo Santos
Código Identificador:A5F7801A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

NOTIFICADO: MADALENA RODRIGUES DA ROCHA
ENDEREÇO:

A Comissão de Avaliação de Moradia Popular de Terra Nova do Norte, no uso de suas atribuições legais serve do presente para notifica a Sra. Madalena Rodrigues da Rocha, nos termos conforme segue:

CONSIDERANDO o teor contido na Lei Municipal 1.025/2012,
CONSIDERANDO os critérios e procedimentos para concessão do beneficio ao Programa, Cartas de Créditos de FGTS – ações coletivas do Governo federal por meio da Caixa Econômica Federal,
CONSIDERANDO que, foi realizado visita em loco pelos técnicos da secretaria de assistência social, conselho tutelar e membros da comissão municipal de avaliação de moradia popular, onde constatou-se que o imóvel localizado na Ruas da Rosas nº 17 do Conjunto Habitacional João Paulo II, encontra-se ABADONADO por mais de 09 meses, portas arrombadas, sinal de vandalismo, denuncias de acumulo de lixo e insetos por partes dos vizinhos, RESOLVE;

DECLARAR O ABANDONO DE IMÓVEL, visto que a família não atendeu o prazo estipulado em notificação do dia 19 de Março de 2014, para que a família retorne ao imóvel, ou comprove com relatório medico a justificativa de sua ausência ou ainda faça a entrega das chaves do imóvel. Como família não atendeu aos apelos da Notificação o imóvel será entregue para família em situação de maior risco e vulnerabilidade de fila de espera. Mediante o fato de que a mesma não deixou endereço para correspondência.

Estabeleça-se contato telefônico e Publica-se em diário oficial.

Terra Nova do Norte, 18 de Junho de 2014.

Publicado por:
Elaine Maisa Maciel
Código Identificador:DF7C8131

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

PREFEITURA MUNICIPAL
TERMO DE ABERTURA INEXIGIBILIDADE 003/2014

Avenida Humberto Marcílio, nº. 173 – Centro – Fones (066) 3435-1118 – CEP. 78.775-000**
CNPJ: 03.543.303/0001-49

AUTORIZAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TESOURO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e atualizações, de acordo com o Art. 25, inciso I, determina à Comissão Permanente de Licitação que realize um processo de Inexigibilidade de Licitação para a Contratação de:

PSICÓLOGA PARA ATUAR JUNTO AO CRAS NO PROGRAMA PAIF, **POR 30 (TRINTA) MESES, AO PREÇO DE R$1.565,00, TOTALIZANDO R$46.950,00.**

Conforme solicitação da secretária de assistência social, senhora Dalva da Silva Santos Barbosa, para atuar junto ao CRAS no PROGRAMA PAIF.

As despesas decorrentes desta licitação deverão ser custeadas com os recursos oriundos da dotação orçamentária a seguir especificada:

04060 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.9140.2056 – EXECUTAR PROJETO DE APOIO A FAMÍLIA – PAIF
3390.04.00.00.00 – CONTRATAÇÃO DE TEMPO DETERMINADO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 003/2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0709/2014
UNIDADE ADMINISTRATIVA: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ILTON FERREIRA BARBOSA, na qualidade de Prefeito Municipal de Tesouro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o artigo 26, da Lei 8666/93 e suas alterações posteriores, considerando o consta no processo supracitado, face às justificativas apresentadas, **RATIFICA**, como de fato ratificado está, a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** em epígrafe, para contratação da psicóloga **MARIA DULCÍDIA BRITES,** devidamente inscrita no CPF/MF sob o nº **015.175.128-59,** visando atendimento junto ao CRAS no PROGRAMA PAIF, sendo que a respectiva contratação terá o valor de R$46.950,00 (quarenta e seis mil novecentos e cinqüenta reais), por trinta meses, sendo pago a quantia de R$1.565,00 (mil e setecentos reais), mensalmente. Em conseqüência, determino que se proceda a publicação do devido extrato desta retificação.
Notifique-se a profissional para celebração do respectivo Contrato.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tesouro, Estado de Mato Grosso, em 25 de junho de 2014.

ILTON FERREIRA BARBOSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Vinícius Silva Costa
Código Identificador:6A57C00D

PREFEITURA MUNICIPAL
TERMO DE ABERTURA E RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE 004-2014

Avenida Humberto Marcílio, nº. 173 – Centro – Fones (066) 3435-1118 – CEP. 78.775-000**
CNPJ: 03.543.303/0001-49

AUTORIZAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TESOURO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e atualizações, de acordo com o Art. 25, inciso I, determina à Comissão Permanente de Licitação que realize um processo de Inexigibilidade de Licitação para a Contratação de:

ASSISTENTE SOCIAL PARA ATUAR JUNTO AO CRAS NO PROGRAMA PAIF, **POR 30 (TRINTA) MESES, AO PREÇO DE R$1.478,00, TOTALIZANDO R$44.340,00.**

Conforme solicitação da secretária de assistência social, senhora Dalva da Silva Santos Barbosa, para atuar junto ao CRAS no PROGRAMA PAIF.

As despesas decorrentes desta licitação deverão ser custeadas com os recursos oriundos da dotação orçamentária a seguir especificada:

04060 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.9140.2056 – EXECUTAR PROJETO DE APOIO A FAMÍLIA – PAIF
3390.04.00.00.00 – CONTRATAÇÃO DE TEMPO DETERMINADO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 003/2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0708/2014
UNIDADE ADMINISTRATIVA: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ILTON FERREIRA BARBOSA, na qualidade de Prefeito Municipal de Tesouro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o artigo 26, da Lei 8666/93 e suas alterações posteriores, considerando o consta no processo supracitado, face às justificativas apresentadas, **RATIFICA**, como de fato ratificado está, a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** em epígrafe, para contratação da assistente social **MARGARETH DAROLD MARTINS,** devidamente inscrita no CPF/MF sob o nº **513.411.829-91,** visando atendimento junto ao CRAS no PROGRAMA PAIF, sendo que a respectiva contratação terá o valor de R$46.950,00 (quarenta e quatro mil trezentos e quarenta reais), por trinta meses, sendo pago a quantia de R$1.478,00 (mil e setecentos reais), mensalmente. Em consequência, determino que se proceda a publicação do devido extrato desta retificação.
Notifique-se a profissional para celebração do respectivo Contrato.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tesouro, Estado de Mato Grosso, em 25 de junho de 2014.

ILTON FERREIRA BARBOSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Vinícius Silva Costa
Código Identificador:812D2E16

PREFEITURA MUNICIPAL
TERMO DE ABERTURA E RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE 005/2014

Avenida Humberto Marcílio, nº. 173 – Centro – Fones (066) 3435-1118 – CEP. 78.775-000**
CNPJ: 03.543.303/0001-49

AUTORIZAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TESOURO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e atualizações, de acordo com o Art. 25, inciso I, determina à Comissão Permanente de Licitação que realize um processo de Inexigibilidade de Licitação para a Contratação de:

FARMACÊUTICA E BIOQUÍMICA PARA ATUAR JUNTO AO CRAS NO PROGRAMA PAIF, **POR 30 (TRINTA) MESES, AO PREÇO DE R$2.238,07, TOTALIZANDO R$67.142,10.**

Conforme solicitação da secretária de assistência social, senhora Dalva da Silva Santos Barbosa, para atuar junto ao CRAS no PROGRAMA PAIF.

As despesas decorrentes desta licitação deverão ser custeadas com os recursos oriundos da dotação orçamentária a seguir especificada:

04060 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.9140.2056 – EXECUTAR PROJETO DE APOIO A FAMÍLIA – PAIF
3390.04.00.00.00 – CONTRATAÇÃO DE TEMPO DETERMINADO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 005/2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0656/2014
UNIDADE ADMINISTRATIVA: SECRETARIA DE SAÚDE

ILTON FERREIRA BARBOSA, na qualidade de Prefeito Municipal de Tesouro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o artigo 26, da Lei 8666/93 e suas alterações posteriores, considerando o consta no processo supracitado, face às justificativas apresentadas, **RATIFICA**, como de fato ratificado está, a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** em epígrafe, para contratação da farmacêutica e bioquímica **ELOENE DE DEUS MOURA PEREIRA,** devidamente inscrita no CPF/MF sob o nº **487.591.711-20,** visando atendimento junto ao CRAS no PROGRAMA PAIF, sendo que a respectiva contratação terá o valor de R$67.142,10 (sessenta e sete mil cento e quarenta e dois reais e dez centavos), por trinta meses, sendo pago a quantia de R$2.238,07 (mil e setecentos reais), mensalmente. Em consequência, determino que se proceda a publicação do devido extrato desta retificação.
Notifique-se a profissional para celebração do respectivo Contrato.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tesouro, Estado de Mato Grosso, em 25 de junho de 2014.

ILTON FERREIRA BARBOSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Vinícius Silva Costa
Código Identificador:EBFF6BB1

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

GABINETE DO PREFEITO
LEI N° 1001/2014 - DE 25 DE JUNHO DE 2014.

"Altera as alíquotas de contribuição previdenciária devidas pelo Município ao Fundo de Previdência Social dos Servidores do Município de Torixoréu/MT – FAPET e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de **TORIXORÉU**, Estado de Mato Grosso, Senhor **ODONI MESQUITA COELHO**, no uso de suas atribuições legais, Faço saber que a Câmara Municipal de **TORIXORÉU - MT** aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1° - A contribuição previdenciária de responsabilidade do ente relativa ao custo normal dos benefícios previdenciários e ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e

funcionamento da unidade gestora do RPPS será de **15,23%** (quinze inteiros e vinte e três décimos percentuais), incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos;
Art. 2° - Fica instituída contribuição a cargo do ente no percentual de **13,03%**, relativa ao custo suplementar destinado a amortização do déficit atuarial, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos, para o período de 2014 a 2044.
Parágrafo Único - Fica instituído plano de amortização destinado ao equacionamento do déficit atuarial, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição, conforme alíquotas de contribuição suplementar devidas pelo ente definidas na tabela a seguir;
Art. 3°- As contribuições correspondentes às alíquotas do custo normal e suplementar, relativas ao exercício de 2014, serão exigidas a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da publicação desta lei.
Art. 4º - Caso a reavaliação atuarial anual indique a necessidade de majoração do plano de custeio, as alíquotas de contribuição do ente poderão ser revistas por meio de Decreto expedido pelo Poder Executivo.
Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
TABELA DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

ANO	Alíquota Amortizante
2014	13,03%
2015	14,03%
2016	15,02%
2017	16,01%
2018	17,00%
2019	17,99%
2020	18,98%
2021	19,97%
2022	20,96%
2023	21,95%
2024	22,94%
2025	23,94%
2026	24,93%
2027	25,92%
2028	26,91%
2029	27,90%
2030	28,89%
2031	29,88%
2032	30,87%
2033	31,86%
2034	31,86%
2035	31,86%
2036	31,86%
2037	31,86%
2038	31,86%
2039	31,86%
2040	31,86%
2041	31,86%
2042	31,86%
2043	31,86%
2044	31,86%

Gabinete do Prefeito Municipal, aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze

ODONI MESQUITA COELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Lucia Santos da Guarda
Código Identificador:E060C46F

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1002/2014, DE 25 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre o parcelamento de débitos do Município de Torixoréu/MT com seu Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

O Prefeito Municipal de **ODONI MESQUITA CEOLHO**, no uso de suas atribuições legais;
Faz saber que a Câmara Municipal de Torixoréu-MT aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica autorizado o parcelamento dos débitos oriundos das diferenças das contribuições previdenciárias devidas e não repassadas pelo Município parte Patronal ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, das competências 01/2014 a 06/2014, em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e consecutivas, nos termos do artigo 5º da Portaria MPS nº 402/2008, na redação das Portarias MPS nº 21//2013 e nº 307/2013.
Parágrafo único. É vedado o parcelamento, para o período a que se refere o caput deste artigo, de débitos oriundos de contribuições previdenciárias descontadas dos segurados ativos, aposentados e pensionistas e de débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias.
Art. 2º Para apuração do montante devido os valores originais serão atualizados pelo ÍNPC, acrescido de juros Simples de 0,50% (meio por cento) ao mês e multa de 1% (um por cento), acumulados desde a data de vencimento até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento.
§ 1º. As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo INPC, acrescido de juros SIMPLES de 0,50% (meio por cento) ao mês,acumulados desde a data de consolidação do montante devido no termo de acordo de parcelamento até o mês do pagamento.
§ 2º. As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo INPC, acrescido de juros SIMPLES de 0,50% (meio por cento) ao mês e multa de 2,00% (DOIS POR CENTO), acumulados desde a data de vencimento da prestação até o mês do efetivo pagamento.
Art. 3º Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento, não pagas no seu vencimento.
Parágrafo único. A garantia de vinculação do FPM deverá constar de cláusula do termo de parcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, e vigorará até a quitação do termo.
Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TORIXORÉU-MT, 25 DE JUNHO 2024.

ODONI MESQUITA COELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Lucia Santos da Guarda
Código Identificador:44111930

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÕES

AVISO DE CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO

Fica cancelada e tornada sem efeito a publicação do cancelamento da Ata nº 001/2013 Versão 2 e Contrato nº 027/2014 Referente ao Objeto: Registro de Preços para Futuras e Eventuais Aquisições de Passagens Rodoviárias Intermunicipais, com a Empresa Orion Turismo LTDA, efetuada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios, edição de nº 2000, do dia 25 de junho de 2014, na página: 148, por motivo de não ser a data correta do cancelamento. No entanto, a data correta do cancelamento estará sendo publicada novamente nesse mesmo veículo de publicação na próxima edição do dia 26 de junho de 2014 ou subsequente.

União do Sul, 25 de junho de 2014.

ERINEU DIESEL
Secretário Municipal de Administração.

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:60B026F5

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2014 - PROCESSO Nº 029/2014

A Prefeitura Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, através da Equipe Responsável por Licitações na modalidade de Pregão Presencial, designada pela Portaria nº 002/2014, de 02/01/2014, em cumprimento aos termos da Lei nº 10.520, de

17/07/2002, com aplicação subsidiária da Lei Complementar Federal nº 123/2006, da Lei Federal nº. 8.666/93, de 21/06/1993 e suas alterações, da Lei Complementar Municipal nº 011, de 09/09/2009, e ainda do Decreto Municipal nº. 901, de 24/03/2014, torna público que não acudiram interessados à licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2014 - REGISTRO DE PREÇOS, relativo ao Processo de Licitação Nº 029/2014 - Exclusivo para Micro e Pequenas Empresas (MPE), emitido em 11/06/2014, com julgamento previsto para esta data 25/06/2014, cujo objeto refere-se à contratação de empresa para futura e eventual Prestação de Serviços de Pinturas em geral, no regime de empreitada por hora trabalhada, para atender as necessidades das Secretarias Municipais durante o corrente exercício de 2014, conforme detalhamento no Anexo I do edital, tornando-se assim uma licitação deserta.

Publique-se – Afixe-se.

União do Sul, MT, 25 de junho de 2014.

MARCELO CORREA
Pregoeiro

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:62F7DB9F

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2014 - REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO Nº 030/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL - MT, através da Equipe Responsável por Licitações na modalidade de Pregão Presencial, designada pela Portaria nº 002/2014, de 02/01/2014, em cumprimento aos termos da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Complementar Federal nº 123/2006, da Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, da Lei Complementar Municipal nº 011, de 09/09/2009, e ainda do Decreto Municipal nº. 901, de 24 de março de 2014, torna público que encontra-se aberta licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2014 para REGISTRO DE PREÇOS, relativo ao Processo de Licitação sob nº 030/2014 – Exclusivo para Micro e Pequenas Empresas (MPEs), cujo objeto refere-se a Contratação de Empresa para Futura e Eventual Prestação de Serviços de Pinturas em geral, no regime de empreitada por hora trabalhada, para atender as necessidades das Secretarias Municipais durante o corrente exercício de 2014, conforme detalhamento no Anexo I (Termo de Referência) do edital.
Data de Expedição do Edital: 25/06/2014.
Data de abertura/julgamento: 08/07/2014.
Horário: 09:00 horas.
Local: Prédio Sede da Prefeitura Municipal de União do Sul – MT, sito à Av. Curitiba, 94 – centro – União do Sul – MT.
Critério de julgamento: Menor Preço por Item.

Maiores informações poderão ser obtidas junto à Equipe de Pregão da Prefeitura Municipal, no endereço acima, ou pelos telefones 0xx (66) 9292-4781 ou 3540-1283.

União do Sul – MT, 25 de junho de 2014.

MARCELO CORREA
Pregoeiro

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:6D28BAA8

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2014 - PROCESSO Nº 031/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL - MT, através da Equipe Responsável por Licitações na modalidade de Pregão Presencial, designada pela Portaria nº 002/2014, de 02/01/2014, em cumprimento aos termos da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 e subsidiariamente da Lei 8.666/93, torna público que encontra-se aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2014, relativo ao Processo de Licitação sob nº 031/2014, cujo objeto trata de Aquisição de Peças mecânicas para Concerto de Veículos e Máquinas Rodoviárias da Secretaria Municipal de Obras de forma de entrega imediata, de conformidade com a descrição do Anexo I - Termo de Referência do Edital.
Data de Expedição do Edital: 25/06/2014.
Data de abertura/julgamento: 08/07/2014
Horário: 09:00 horas.
Local: Prédio Sede da Prefeitura Municipal de União do Sul – MT, sito à Av. Curitiba, 94 – centro – União do Sul – MT.
Critério de julgamento: Menor Preço por Item.

Maiores informações poderão ser obtidas junto à Equipe de Pregão da Prefeitura Municipal, no endereço acima, ou pelos fones: 0xx 66 9292-4781 0xx 66 9230-2649.

União do Sul – MT, 25 de junho de 2014.

MARCELO CORREA
Pregoeiro

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:D0A3BD92

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ESTADO DE MATO GROSSO – PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS – MT

CONCURSO PÚBLICO N. 01/2014 - EDITAL COMPLEMENTAR N. 06/2014 - O Prefeito Municipal de Vale de São Domingos – MT e a Comissão Organizadora do Concurso Público n. 01/2014, tornam público o Edital Complementar n. 06/2014, que dispõe sobre Local, horário e enturmação dos candidatos. O Edital Complementar n. 06/2014 se encontra na íntegra à disposição dos interessados no Quadro Mural da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT e no endereço eletrônico: www.valedesaodomingos.mt.gov.br, a partir desta data.

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:83DB123A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ESTADO DE MATO GROSSO – PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS – MT - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 02/2014

EDITAL COMPLEMENTAR N. 03/2014 - O Prefeito Municipal de Vale de São Domingos – MT e a Comissão Organizadora do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO n. 02/2014, tornam público o Edital Complementar n. 03/2014, que dispõe sobre local, horário e enturmação dos candidatos. O Edital Complementar n. 03/2014 se encontra na íntegra à disposição dos interessados no Quadro Mural da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT e no endereço eletrônico: www.valedesaodomingos.mt.gov.br, a partir desta data.

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:79A9655E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 02/2014 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 03/2014

O Prefeito Municipal de Vale de São Domingos e a Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado n. 02/2014, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVEM:

1º - Em atendimento ao Cronograma do Edital do Processo Seletivo Simplificado n. 02/2014, item 3, "I", da Prefeitura **Municipal de Vale de São Domingos** – MT, **DIVULGAR** o horário e local da realização das provas objetivas conforme segue:

LOCAL: ESCOLA ESTADUAL RAINHA DA PAZ
Rua Honorato Azambuja, s/n – Centro - Vale de São Domingos/MT

HORÁRIO: 14 horas às 18 horas (Os candidatos devem chegar ao local meia hora antes para conferência de documento de identidade e enturmação)

SALA ÚNICA

COG. CARGO	CARGO	NOME	CPF
4	P.PEGAGOGIA	ALCIMEIRE APARECIDA PRADO NAVA	095.395.698-93
4	P.PEGAGOGIA	ANA ROSA CORREA FRANÇA	550.130.313-20
4	P.PEGAGOGIA	ANDREIA CARLOS DOS ANJOS	044.246.561-01
1	P. HISTORIA	ANDREIA MARRA DO CARMO	936.038.511-53
4	P.PEGAGOGIA	BIANCA MARIA CRISOSTOMO LEITE	030.479.181-47
4	P.PEGAGOGIA	CLEIDIANE DA SILVA CORREA	966.596.371-68
4	P.PEGAGOGIA	DANIELE DE AQUINO SILVA	036.439.231-20
4	P.PEGAGOGIA	ELIANA FERREIRA DE OLIVEIRA	015.736.391-09
2	P. LING. PORTUGUESA	ELIANE HOINASKY	655.602.051-68
4	P.PEGAGOGIA	FABIANA CRISTINA SIMMI DOS REIS	005.539.031-52
4	P.PEGAGOGIA	FABIOLA APARECIDA DA SILVA	303.117.068-78
4	P.PEGAGOGIA	GLAUCIANY FERREIRA GOUVEIA	019.519.001-70
4	P.PEGAGOGIA	GLEICIANE FERREIRA SANTIAGO	033.067.691-18
4	P.PEGAGOGIA	MARLUCE RODRIGUES DOS SANTOS	722.150.891-72
4	P.PEGAGOGIA	MERCEDES APARECIDA DA SILVA	544.862.461-87
2	P. LING. PORTUGUESA	MIZAEL DE SOUZA SANTOS	027.921.611-40
4	P.PEGAGOGIA	NAYANE CRISTINA PEREIRA	036.296.231-66
4	P.PEGAGOGIA	NUBIA FERREIRA PAULINO SCATOLIN	041.868.331-09
4	P.PEGAGOGIA	ROSA MARIA PEREIRA BARROS	044.929.654-75
4	P.PEGAGOGIA	SONIA DE PAULA E SILVA	039.129.461-08
4	P.PEGAGOGIA	WELLINGTON LUIZ SIMMI FILHO	267.921.648-28

Vale de São Domingos – MT, 23 de junho de 2014.

DANIEL GONZAGA CORREA
Prefeito Municipal

DEGMAR GERALDA MARCIANO
Presidente COPSS

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:A10E609D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO N. 01/2014 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 07/2014

O Prefeito Municipal de Vale de São Domingos e o Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público n. 01/2014, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVEM:

Em atendimento ao Cronograma do Edital do Concurso Público n. 01/2014, item 3, "I", da Prefeitura **Municipal de Vale de São Domingos** – MT, **DIVULGAR** o horário e local da realização das Provas Práticas e de Esforço Físico, conforme segue:

PROVA PRÁTICA PARA MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES – ANEXO I
PROVA PRÁTICA PARA VEÍCULOS ESPECIAIS – ANEXO I
LOCAL:
Rua Honorato Azambuja, s/n – Centro - Vale de São Domingos/MT
Em frente à Escola Estadual Rainha da Paz
HORÁRIO:
12h 30min: início do credenciamento
13h: início da prova

PROVA PRÁTICA PARA OPERADOR DE MÁQUINA PESADA II – ANEXO I
LOCAL:
Rua Bráulio Bernardino Gama, s/n – Centro - Vale de São Domingos/MT
Fundos da Câmara Municipal
HORÁRIO:
12h 30min: início do credenciamento
13h: início da prova

PROVA DE ESFORÇO FÍSICO (cargo Braçal) – ANEXO II
LOCAL: Ginásio Poliesportivo Mané Garrincha
Próximo ao Campo de Futebol
HORÁRIO:
14h: início do credenciamento
14h 30min: início das provas

Vale de São Domingos, 24 de junho de 2014.

DANIEL GONZAGA CORREA
Prefeito Municipal

ROBERSON DOS SANTOS MACHADO
Presidente COCP

ANEXO I
REGRAS DAS PROVAS PRÁTICAS

• A realização da prova prática será obrigatória a todos os cargos que a exigirem, sendo de caráter eliminatório e classificatório, sendo eliminados:

a) os candidatos que não comparecerem ao local da prova no dia e horário marcados;
b) deixarem de cumprir qualquer uma das atividades propostas conforme regras dispostas neste Edital;
c) que não pontuarem no mínimo 50% das atividades propostas;
d) que não cumprirem as demais regras do Edital.

• Os testes aplicados para realização das provas práticas serão elaborados e aplicados de acordo com o conteúdo programático da prova específica para os cargos que a exigirem.
• A prova prática terá como objetivo avaliar o conhecimento prático do candidato e será de caráter ELIMINATÓRIO e CLASSIFICATÓRIO, conforme regras deste Edital.
• Os testes realizados (atividades propostas) nas Provas Práticas estarão em conformidade com os conteúdos de conhecimentos específicos elencados no presente edital.
• É obrigatória a apresentação da CNH – Carteira Nacional de Habilitação dentro do prazo de vigência de sua validade na hora da prova para os cargos que a exigirem de acordo com sua categoria exigida, sendo impedido de realizar a Prova Prática caso não a apresente, com automática eliminação.
• As regras gerais para a Prova Prática estão dispostas no presente Edital, sendo de inteira responsabilidade do candidato cumprir suas determinações.

OS CANDIDATOS QUE NÃO CONCLUIREM TODAS AS ETAPAS DA PROVA PRÁTICA, ESTABELECIDAS NO EDITAL, SERÃO ELIMINADOS.

QUAISQUER DISCORDÂNCIAS NA APLICAÇÃO OU RESULTADO DA PROVA PRÁTICA DEVEM SER FEITAS, VIA RECURSO, À COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO - COCP

ANEXO II
REGRAS DA PROVA DE ESFORÇO FÍSICO
1. A **Prova de Esforço Físico** será aplicada ao cargo de BRAÇAL conforme estabelece o edital 001/2014.
2. A **Prova de Esforço Físico** tem como objetivo avaliar o desempenho físico do candidato e será de caráter **ELIMINATÓRIO**.

3. Somente participarão da **Prova de Esforço Físico** os candidatos que tenham comparecido à Prova Objetiva.
4. Para a realização da **Prova de Esforço Físico** os candidatos deverão comparecer ao local designado, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário determinado, munido, obrigatoriamente:
A - De **DOCUMENTO DE IDENTIDADE** original.
B - Do **ATESTADO MÉDICO** com data de emissão igual ou inferior a 30 (trinta) dias de antecedência da data de realização da prova, certificando que o mesmo encontra-se apto para a realização da **Prova de Esforço Físico.**
4.1. O atestado médico deverá ser entregue no dia determinado para a realização da prova, antes de seu início.
4.2. O candidato que não apresentar o atestado médico não poderá realizar a prova de esforço físico, sendo assim eliminado imediatamente do concurso.
5. O candidato deverá apresentar-se com **ROUPA APROPRIADA** para prática desportiva (calção e camiseta ou agasalho e calçando meias e tênis).
6. Aos casos de alteração psicológica e/ou fisiológicos temporários que impossibilitem a realização das provas ou diminuam a capacidade dos candidatos não serão concedidos qualquer tratamento privilegiado.
7. O aquecimento e preparação para a prova são de responsabilidade do candidato.
8. Não haverá repetição na execução dos testes, exceto nos casos em que o profissional responsável pela aplicação da prova concluir pela ocorrência de fatores de ordem técnica, não provocados pelo candidato, que tenham prejudicado o seu desempenho.
9. Em razão de condições climáticas ou de força maior, a critério do profissional responsável pela aplicação da prova e da Comissão Organizadora do Concurso, a **Prova de Esforço Físico** poderá ser adiada ou interrompida, acarretando novo horário e/ou data a serem estipulados e divulgados aos candidatos presentes.
10. A **Prova de Esforço Físico** consistirá das seguintes etapas:

SEXO	A) Corrida (10 minutos)	B) Abdominal (60 segundos)	C) Flexão (Sem interrupções)
Masculino	Mínimo Índice: 1.700m	Mínimo Índice: 15 Repetições	Mínimo Índice: 20 Repetições
Feminino	Mínimo Índice: 1.500m	Mínimo Índice: 12 Repetições	Mínimo Índice: 20 Repetições

A) Corrida: O avaliado deverá correr ou andar utilizando o percurso estabelecido, em até 10 minutos.
Procedimento: Os examinadores iniciarão a corrida através de um apito sonoro, aos 8 minutos de prova será feito um aviso através de um sinal sonoro e o término será feito através de dois sinais sonoros.
B) Abdominal: Posição inicial - decúbito dorsal, pernas e braços (no prolongamento da cabeça) estendidos.
Procedimento: O avaliado realizará sucessivas flexões e extensões abdominais e de pernas (remador), sem interrupções durante 60 segundos. Quando da extensão do abdômen e das pernas, a região dos omoplatas e os calcanhares deverão tocar o solo, enquanto as mãos permanecem acima da linha da cabeça.

C) Flexão: Posição inicial: de frente para o solo, pernas unidas e estendidas, articulações dos cotovelos em extensão, mãos na linha dos ombros.
Para sexo Masculino: Mãos e pés apoiados no solo, 4 (quatro bases).
Para sexo Feminino: Mãos e joelhos apoiados no solo, e calcanhares elevados, 4 (quatro bases).
Procedimento: a flexão será efetuada até ocorrer um ângulo de 90º (noventa graus) entre braço e antebraço (articulação do cotovelo), devendo os cotovelos manter-se posicionados à 90º (noventa graus) em relação ao tronco, conforme a flexão do cotovelo for desenvolvida.

11. Serão considerados habilitados na Prova de Esforço Físico, somente os candidatos que concluírem as 03 (três) modalidades dentro das regras deste Edital: **Corrida** (resistência aeróbica: masculino índice mínimo 1.700 metros, e feminino índice mínimo 1.500 metros); **Abdominal** (60 segundos: masculino índice mínimo 15 repetições e feminino índice mínimo 12 repetições) e
Flexão (Sem interrupções: masculino índice mínimo 20 repetições e feminino índice mínimo 20 repetições).

OS CANDIDATOS QUE NÃO CONCLUIREM TODAS AS ETAPAS DA PROVA DE ESFORÇO FÍSICO, ESTABELECIDAS NA TABELA ACIMA, SERÃO ELIMINADOS.

QUAISQUER DISCORDÂNCIAS NA APLICAÇÃO OU RESULTADO DA PROVA DE ESFORÇO FÍSICO DEVEM SER FEITAS, VIA RECURSO, À COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO - COCP

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:F8127724

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO ESTADO DE MATO GROSSO – PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS - MT

CONCURSO PÚBLICO N. 01/2014 - EDITAL COMPLEMENTAR N. 07/2014 - O Prefeito Municipal de Vale de São Domingos – MT e a Comissão Organizadora do Concurso Público n. 01/2014, tornam público o Edital Complementar n. 07/2014, que dispõe sobre orientações, local e horário das Provas Práticas e de Esforço Físico. O Edital Complementar n. 07/2014 e seus anexos, se encontram na íntegra à disposição dos interessados no Quadro Mural da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT e no endereço eletrônico: www.valedesaodomingos.mt.gov.br, a partir desta data.

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:62BA979E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO

A prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 88, Centro, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar as seguintes licitações nos termos da Lei 8666/93 e alterações posteriores e Lei 10.520. **MODALIDADE**: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 23/2014;**OBJETO**: **AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL..DATA DE ABERTURA**:09/07/2014 AS 08:00. **MODALIDADE**: PREGÃO PRESENCIAL 24/2014;**OBJETO**: **CONTRATAÇÃO DE ENGENHEIRO CIVIL E DESENHISTA DE PROJETOS..DATA DE ABERTURA**:11/07/2014 AS 08:00. O Edital completo poderá ser obtido junto a Comissão Permanente de Licitação, das 07:00 às 13:00 horas no Departamento de Licitações, maiores informações pelos telefones (65) 3268 1066 / 1067.

Vale de São Domingos – MT, 25 de Junho de 2014.

EDINALDO FERREIRA DE SANTANA
Presidente Pregoeiro

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:E2BA5812

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PREFEITURA MUNICIPAL AVISO DE PRORROGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N. 12/2013

Processo n. **186797/2013.** A Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT, através de seu Pregoeiro Oficial, designado pela portaria n. 550/2013, faz saber aos interessados que a realização prevista para o dia **25 de junho de 2014** às 10h (horário de Brasília), foi prorrogado para o dia **10 de julho de 2014** às 10h (horário de Brasília), motivada para adequações no termo de referência (descrição dos itens). Sessão Pública referente ao Pregão Eletrônico n. 12/2013 que tem por objeto: Registro de Preços para aquisição futura e eventual de material permanente, mobiliário, eletrônico e eletrodoméstico, para atender as

necessidades do Município de Várzea Grande-MT, conforme condições e especificações constante no edital. O Edital completo está à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT – Superintendência de Licitação, nos dias úteis das 12h às 18h, sito à Avenida Castelo Branco, 2500 – Várzea Grande-MT, mediante recolhimento da taxa de R$ 50.00 – não restituível e gratuitamente no site: www.varzeagrande.mt.gov..br ou www.bll.org.br.

Várzea Grande-MT, 24 de junho de 2014.

LANDOLFO L. VILELA GARCIA
Pregoeiro;

CELSO ALVES BARRETO ALBUQUERQUE
Secretário de Administração.

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:8100F3B8

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO NO. 48 DE 25 DE JUNHO DE 2014.

Estabelece critérios complementares de hierarquização e seleção dos beneficiários para empreendimento habitacional São Benedito 1ª, 2ª e 3ª etapas no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida e dá outras providências.

WALACE SANTOS GUMARÃES, Prefeito Municipal de Várzea Grande – MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do art. 69 pela Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 11.977, de 07 de julho de 2009, que Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV;
CONSIDERANDO o Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011, que regulamenta a Lei 11.977/09;
CONSIDERANDO a Portaria nº 595, de 18 de dezembro de 2013, do Ministério das Cidades, que Dispõe sobre os parâmetros de priorização e o processo de seleção dos beneficiados do PMCMV;
CONSIDERANDO finalmente, aprovação do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação e de Interesse Social, através da Resolução nº 004/2014,

D E C R E T A:

Art. 1º. Ficam estabelecidos critérios complementares de hierarquização e seleção dos beneficiários para os empreendimentos habitacionais São Benedito Etapas 1, 2 e 3, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (Faixa 1 – com renda até R$ 1.600,00), conforme ítem 4.2 do anexo à Portaria nº 595, de 18 de dezembro de 2013, do Ministério das Cidades, são eles:
§1°. Dos critérios Municipais:
I - Estar morando no Município de Várzea Grande há mais de 05 anos, de forma ininterrupta, devendo ser comprovado através de Declaração NIS de Várzea Grande, ou por outros documentos hábeis tendo grupo familiar renda bruta atual não superior a R$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais) mensais, comprovada através da Declaração de Rendas Familiar;
II - Casal com filhostendo grupo familiar renda bruto atual não superior a R$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais) mensais, comprovada através de Declaração de Rendas Familiar;

III - Vulnerabilidade Social comprovado através de relatório social realizado pelas Secretarias de Assistência Social e Desenvolvimento Urbano;
§ 2º. Os critérios municipais estabelecidos no parágrafo anterior deverão harmonizar-se com os nacionais, conforme estabelece a Portaria 595/2013, são estes:
I - Famílias residentes em área de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas;
II - Famílias/Pessoas idosas a partir de 60 (sessenta) anos;
III - Famílias de que façam parte pessoas com deficiência, cuja comprovação se dará através de Laudo Médico - CID;
IV - Famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar;
Art. 2º. Das unidades habitacionais, serão reservado o mínimo de 3% (três por cento) para atendimento aos idosos, conforme disposto no inciso I do art. 38 da Lei Federal nº 10.741/2003 e 3% (três por cento) para atendimento a pessoa com deficiência, nos termos item 5.3 da Portaria MCIDADES nº 595/2013.
Art. 3º. Os inscritos no Cadastro Habitacional do Município realizado entre os dias 20 de janeiro a 31 de janeiro de 2014 serão selecionados nos termos do item 5 - Anexo (Processo de Seleção dos Candidatos) da Portaria 595/2013.
Art. 4º. Todos os cadastrados mencionados no artigo anterior serão analisados pelo Grupo Condutor que observará, inicialmente, se os mesmos atendem aos requisitos legais dispostos no "Manual do Programa Minha Casa Minha Vida", a saber:
I – ser maior de 18 (dezoito) anos de idade ou emancipado, a ser comprovada por cópias do Registro Civil, Certidão de Nascimento, e/ou outros documentos hábeis;
II - ter o grupo familiar renda bruta atual não superior a R$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais) mensais, comprovada através da Declaração de Renda Familiar, nos moldes do ANEXO do presente Decreto, sendo esta obrigatória, e especialmente por:
a) Registro Civil e Cadastro de Pessoas Físicas dos integrantes do grupo familiar;
b) Comprovante de residência dos membros do grupo familiar;
c) Cópias de Carteira de Trabalho, holerites, declarações de impostos de renda, extratos bancários, DECOREs (Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos), dos membros do grupo familiar que possuam rendimentos;
III - ser brasileiro nato ou naturalizado ou, se estrangeiro, ser detentor de visto permanente no País, a ser tal condição comprovada por Certidão de Nascimento, e/ou outros documentos hábeis que comprovem tais condições;
IV - não ser proprietário, cessionário, promitente comprador, usufrutuário de imóvel residencial; não ser ou ter sido arrendatário do Programa de Arrendamento Residencial – PAR em qualquer localidade do país;
V - não ter sido beneficiado anteriormente por qualquer outro Programa Habitacional de Interesse Social Federal, Estadual ou Municipal; não ter sido detentor de financiamento de imóvel residencial em qualquer local do País, incluindo o financiamento para material de construção mesmo que para uso em imóvel não próprio; e nem estar inscrito no CadMut - Cadastro Nacional de Mutuários e no SIACI - Sistema de Administração de Carteiras Imobiliárias.
§1°. Para efeitos deste Decreto considera-se como grupo familiar unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos que contribuem para o seu rendimento ou têm suas despesas por ela atendidas e abrange todas as espécies reconhecidas pelo ordenamento jurídico brasileiro, incluindo-se nestas a família unipessoal, definição dada pelo art. 1º, inciso I da Lei Federal nº 11.977/09.
Art. 6º. A relação dos candidatos que atenderem a todos os requisitos municipais dispostos neste Decreto, em consonância com os critérios estabelecidos pela Portaria 595/2013, será encaminhada ao Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social para a sua devida aprovação.
§1°. Após a aprovação pelo Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social o processo seletivo será finalizado com a validação por parte da instituição financeira - Banco do Brasil, conforme dispõe o item 8 da Portaria 595/2013.
Art. 7°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Couto Magalhães, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, em 25 de junho de 2014.

WALACE SANTOS GUMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:8EF389C0

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº. 49 DE 25 DE JUNHO DE 2014.

Estabelece critérios complementares de hierarquização e seleção dos beneficiários para o

residencial habitacional Jequitibá no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida e dá outras providências.

WALACE SANTOS GUMARÃES, Prefeito Municipal de Várzea Grande – MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do art. 69 pela Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 11.977, de 07 de julho de 2009, que Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV;
CONSIDERANDO o Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011, que regulamenta a Lei 11.977/09;
CONSIDERANDO a Portaria nº 595, de 18 de dezembro de 2013, do Ministério das Cidades, que Dispõe sobre os parâmetros de priorização e o processo de seleção dos beneficiados do PMCMV;
CONSIDERANDO finalmente, aprovação do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação e de Interesse Social, através da Resolução nº 004/2014,

D E C R E T A:

Art. 1º. Ficam estabelecidos critérios complementares de hierarquização e seleção dos beneficiários para empreendimento habitacional Residencial Jequitibá, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (Faixa 1 – com renda até R$ 1.600,00), conforme ítem 4.2 do anexo à Portaria nº 595, de 18 de dezembro de 2013, do Ministério das Cidades, são eles:
§1°. Dos critérios Municipais:
I - Estar morando no Município de Várzea Grande há mais de 05 anos, de forma ininterrupta, devendo ser comprovado através de Declaração NIS de Várzea Grande, ou por outros documentos hábeis tendo grupo familiar renda bruta atual não superior a R$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais) mensais, comprovada através da Declaração de Rendas Familiar;
II - Casal com filhostendo grupo familiar renda bruto atual não superior a R$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais) mensais, comprovada através de Declaração de Rendas Familiar;

III - Vulnerabilidade Social comprovado através de relatório social realizado pelas Secretarias de Assistência Social e Desenvolvimento Urbano;
§ 2º. Os critérios municipais estabelecidos no parágrafo anterior deverão harmonizar-se com os nacionais, conforme estabelece a Portaria 595/2013, são estes:
I - Famílias residentes em área de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas;
II - Famílias/Pessoas idosas a partir de 60 (sessenta) anos;
III - Famílias de que façam parte pessoas com deficiência, cuja comprovação se dará através de Laudo Médico - CID;
IV - Famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar;
Art. 2º. Das unidades habitacionais, serão reservado o mínimo de 3% (três por cento) para atendimento aos idosos, conforme disposto no inciso I do art. 38 da Lei Federal nº 10.741/2003 e 3% (três por cento) para atendimento a pessoa com deficiência, nos termos item 5.3 da Portaria MCIDADES nº 595/2013.
Art. 3º. Os inscritos no Cadastro Habitacional do Município realizado entre os dias 20 de janeiro a 31 de janeiro de 2014 serão selecionados nos termos do item 5 - Anexo (Processo de Seleção dos Candidatos) da Portaria 595/2013.
Art. 4º. Todos os cadastrados mencionados no artigo anterior serão analisados pelo Grupo Condutor que observará, inicialmente, se os mesmos atendem aos requisitos legais dispostos no "Manual do Programa Minha Casa Minha Vida", a saber:
I – ser maior de 18 (dezoito) anos de idade ou emancipado, a ser comprovada por cópias do Registro Civil, Certidão de Nascimento, e/ou outros documentos hábeis;
II - ter o grupo familiar renda bruta atual não superior a R$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais) mensais, comprovada através da Declaração de Renda Familiar, nos moldes do ANEXO do presente Decreto, sendo esta obrigatória, e especialmente por:
a) Registro Civil e Cadastro de Pessoas Físicas dos integrantes do grupo familiar;
b) Comprovante de residência dos membros do grupo familiar;
c) Cópias de Carteira de Trabalho, holerites, declarações de impostos de renda, extratos bancários, DECOREs (Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos), dos membros do grupo familiar que possuam rendimentos;
III - ser brasileiro nato ou naturalizado ou, se estrangeiro, ser detentor de visto permanente no País, a ser tal condição comprovada por Certidão de Nascimento, e/ou outros documentos hábeis que comprovem tais condições;
IV - não ser proprietário, cessionário, promitente comprador, usufrutuário de imóvel residencial; não ser ou ter sido arrendatário do Programa de Arrendamento Residencial – PAR em qualquer localidade do país;
V - não ter sido beneficiado anteriormente por qualquer outro Programa Habitacional de Interesse Social Federal, Estadual ou Municipal; não ter sido detentor de financiamento de imóvel residencial em qualquer local do País, incluindo o financiamento para material de construção mesmo que para uso em imóvel não próprio; e nem estar inscrito no CadMut - Cadastro Nacional de Mutuários e no SIACI - Sistema de Administração de Carteiras Imobiliárias.
§1°. Para efeitos deste Decreto considera-se como grupo familiar unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos que contribuem para o seu rendimento ou têm suas despesas por ela atendidas e abrange todas as espécies reconhecidas pelo ordenamento jurídico brasileiro, incluindo-se nestas a família unipessoal, definição dada pelo art. 1º, inciso I da Lei Federal nº 11.977/09.
Art. 6º. A relação dos candidatos que atenderem a todos os requisitos municipais dispostos neste Decreto, em consonância com os critérios estabelecidos pela Portaria 595/2013, será encaminhada ao Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social para a sua devida aprovação.
§1°. Após a aprovação pelo Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social o processo seletivo será finalizado com a validação por parte da instituição financeira - Banco do Brasil, conforme dispõe o item 8 da Portaria 595/2013.
Art. 7°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Couto Magalhães, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, em 25 de junho de 2014.

WALACE SANTOS GUMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:C164F2E3

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 46 DE 16 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre o reajuste de tarifas/ Serviços de Água e Esgoto e dá outras providências.

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do art. 69 da Lei Orgânica do Município e art. 9º VI, da Lei nº 1.733 de 05 de junho de 1997 e,
Considerando que os serviços de abastecimento de água e esgoto sanitário são imprescindíveis para garantir e melhorar o "IDH" na qualidade de vida da população;
Considerando que a tarifa hora praticada para tais serviços encontra-se defasadas em virtude dos valores incrementais, bem como a energia elétrica, produtos químicos e outros comprometendo a regularidade, e a manutenção, a expansão e o atendimento que a população exige e merece;
Considerando que a meta do DAE- VG é a busca da eficiência da redução das suas perdas, e na ampliação dos investimentos da sua expansão, passando a necessitar de uma tarifa mais realista voltada para a meta acima, não promovendo déficits econômicos, financeiros e orçamentários, de conformidade com a lei de responsabilidade fiscal 101/2000, e que também a população não pode ser penalizada com serviço de baixa qualidade em troca de uma tarifa irreais e defasada;
Considerando que o ultimo reajuste ocorreu em abril de 2009;
Considerando que a variação do IGPM (FVG) índice que reajusta as tarifas alcançou nesse período 32,6757%;

Considerando que no período de 2014 com relação a 2013 houve um acréscimo de mais 24,22% de reajuste nos produtos químicos e materiais hidráulicos;
Considerando que o consumidor do serviço de água e esgoto de Várzea Grande é constituídos por 91,90% de economias residenciais, 7,46% de economias comerciais, 0,10% de economias industriais e 0,54% de órgãos públicos;
Considerando que 60,43% dos consumidores recebem subsídios, ou seja, não pagam o custo do serviço prestado na sua totalidade;
Considerando que no setor de Saneamento existe um fato peculiar, cuja prestação de serviços é antecipada durante 30 dias para posterior recebimento;
Considerando que os saldos negativos do fluxo de caixa, comprometem a qualidade da prestação de serviços, refletindo nos pagamentos das matérias primas e despesas de exploração (DEX= despesa com pessoal + material + serviços);
Considerando que a diferença tarifaria possibilita os consumidores de baixa renda o acesso aos serviços de água esgoto, principalmente no consumo essencial;
DECRETA:
Art. 1º. As tarifas de água esgoto e serviços complementares a serem praticadas pelo Departamento de Água e Esgoto do Município de Várzea Grande a partir do fato gerador da fatura do mês de julho do corrente ano ficam reajustados em conformidade com os anexos I e II deste decreto.
Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Praça dos Três Poderes "Paço Municipal Couto Magalhães", em Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, 16 junho de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

ANEXO - I
ESTRUTURA TARIFÁRIA

Categorias	Classe de Consumo		Tarifas	
	Tipo	Intervalo	ÁGUA	ESGOTO
			R$ / m³	R$ / m³
Residencial	R1	0 a 10m³	1,77	0,84
	R2	11 a 20m³	4,58	2,18
	R3	21 a 30m³	4,94	2,35
	R4	Acima de 30m³	5,35	2,54
Comercial	C1	0 a 10m³	3,40	1,62
	C2	11 a 20m³	4,48	2,13
	C3	21 a 30m³	4,84	2,30
	C4	Acima de 30m³	5,23	2,48
Industrial	I1	0 a 10m³	3,40	1,62
	I2	11 a 20m³	4,48	2,13
	I3	21 a 30m³	4,84	2,30
	I4	Acima de 30m³	5,23	2,48
Pública /	P1	0 a 10m³	4,48	2,13
Outras	P2	11 a 20m³	7,62	3,62
	P3	21 a 30m³	7,24	3,91
	P4	Acima de 30m³	8,90	4,22

TABELA DE VALORES DE NOTIFICAÇÕES - p/m² de Área

Área	m²	m²	Total
Classe	Mínimo	Máximo	Volume (m³)
1	0	40	40m³
2	41	80	130m³
3	81	120	220m³
4	121	99999999	307m³

ANEXO - II
SERVIÇOS COMPLEMENTARES

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR-R$
		ATUAL
1	**Ligação Nova de Água**	
1.1	**Sem Hidrômetro**	
1.1.1	DN 1 e 1/2 A 2"	136,76
1.1.2	DN 1"	115,17
1.1.3	DN 1/2 A 3/4"	71,98
1.2	**Com Hidrômetro**	
1.2.1	DN 1 e 1/2 A 2" com hidrômetro de 11 até 20 m³/h	820,57
1.2.2	DN 1" com hidrômetro de 4 até 10 m³/h	403,09
1.2.3	DN 1/2 A 3/4" com hidrômetro de até 3 m³/h	158,36
2	**Reativação de Ligação de Água**	
2.1	No Cavalete	28,79
2.2	No ramal	50,39
2.3	Na rede de distribuição	71,98
3	Ligação Nova de Esgoto	151,16
4	Reativação de Ligação de Esgoto	71,98
5	**Diversos**	
5.1	Padronização de cavalete	35,99
5.2	Aferição de hidrômetros até 5 m³/h	28,79
5.3	Aferição de hidrômetros de 7 a 10 m³/h	57,58
5.4	Aferição de hidrômetros de 20 a 30 m³/h	71,98
5.9	Emissão de reaviso de débito	2,36
5.10	Emissão de 2ª via	2,36
5.11	Emissão de certidão de débito	2,36
5.12	Rompimento e reposição de pavimento p/m²	50,39
5.13	Rompimento e reposição de calçada p/m²	50,39
5.14	**Suspensão do abastecimento por solicitação**	
5.14.1	No Cavalete	28,56
5.14.2	No ramal	50,39
5.15	Pesquisa de vazamento do ramal predial	28,79
5.16	Conserto em cavalete	28,79
5.17	Conserto em ramal	47,51
5.18	Vistoria cadastral	9,44
5.19	Vistoria de ligação	9,44
5.20	Vistoria de leitura	6,49
5.21	Vistoria domiciliar/economia	14,40
5.22	Reparo ou desobstrução de ramal de esgoto	57,58
5.23	Deslocamento de ramal de esgoto	151,16
5.24	Deslocamento de ramal de água	64,78
5.25	Descarga de caminhão limpa-fossa em ETE	35,99
5.26	**Substituição e colocação de hidrômetro**	
5.26.1	De até 3 m³/h	14,40
5.26.2	De 4 até 10 m³/h	71,98
5.26.3	De 11 até 30 m³/h	107,97
5.27	**Aprovação de projetos**	
5.27.1	Aprovação de (projeto de 01 a 100 unid/hab-lote)	1.223,66
5.27.2	Aprovação de (projeto de 101 a 200 unid/hab-lote)	2.447,32
5.27.3	Aprovação de (projeto de 201 a 300 unid/hab-lote)	3.599,00
5.27.4	Aprovação de (projeto acima de 301 unid/hab-lote)	5.997,94
6	**Fornecimento de Água Tratada**	
6.1	**Sem transporte / m³**	
6.1.1	Para consumidor (clientes)	1,64
6.1.2	Para outros (não clientes)	7,20
6.2	**Com Transporte**	
6.2.1	Para consumidor (clientes)	4,18
6.2.2	Para outros (não clientes)	15,84
7	**Fornecimento de Água Bruta**	
7.1	Sem transporte / m³ nas ETA's I e II	1,64
Os serviços não previstos neste quadro serão orçados previamente e executados com o de acordo do consumidor.		

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:8A51EDF9

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 536/2014

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 242963/2014,
RESOLVE:
Interromper a Licença para tratar de assuntos de Interesse Particular sem Ônus (04/03/2013 a 04/03/2015) concedida a servidora **ALESSANDRA APARECIDA BRUSTOLON NUNES**, Matrícula 1654, exercendo o cargo de Professor V a VIII, **retornando às atividades laborais na Secretaria Municipal de Educação, com efeito retroativo a 22/05/2014.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 26 de maio de 2014.

CELSO ALVES BARRETO ALBUQUERQUE
Secretário Mun. de Administração

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:F73FF041

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 552/2014

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 240317/2014,
RESOLVE:
Conceder à servidora **MARILCE DA COSTA CAMPOS RODRIGUES**, Matrícula 33856, exercendo o cargo de Professor I a IV, lotado na Secretaria Municipal de Educação, **02 (dois) anos de**

Licença para tratar de Assunto Particular sem Ônus, conforme Artigo 101 da Lei Municipal nº 1.164/1991, com efeito retroativo, a vigorar no período de **02/05/2014 a 02/05/2016.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 30 de maio de 2014.

CELSO ALVES BARRETO DE ALBUQUERQUE
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:4FD457AB

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 556/2014

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 244210/2014,
RESOLVE:
Interromper a Licença para tratar de assuntos de Interesse Particular sem Ônus (01/07/2012 a 01/07/2014) concedida a servidora **ELIZANDRA DE FÁTIMA DE LIMA STEHLGENS**, Matrícula 14051, exercendo o cargo de Professora I a IV, **retornando às atividades laborais na Secretaria da Guarda Municipal, com efeito retroativo a 30/05/2014.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 03 de junho de 2014.

CELSO ALVES BARRETO ALBUQUERQUE
Secretário Mun. de Administração

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:9DA4F6B9

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 578/2014

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 230894/2014,
RESOLVE:
Conceder ao servidor **LUIZ ALBERTO CALONGA ARGUELIO**, Matrícula 29528, exercendo o cargo de Guarda Municipal 2ª Classe, lotado na Secretaria da Guarda Municipal, **02 (dois) anos de Licença para tratar de Assunto Particular sem Ônus**, conforme Artigo 101 da Lei Municipal nº 1.164/1991, com efeito retroativo, a vigorar no período de **01/06/2014 a 01/06/2016.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 10 de junho de 2014.

CELSO ALVES BARRETO DE ALBUQUERQUE
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:5AED87CC

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 579/2014

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 227464/2014,
RESOLVE:
Conceder a servidora **CRISTIANE LARA GOMES**, Matrícula 9314, exercendo o cargo de Merendeira, lotada na Secretaria Municipal de Educação, **02 (dois) anos de Licença para tratar de Assunto Particular sem Ônus**, conforme Artigo 101 da Lei Municipal nº 1.164/1991, a vigorar no período de **02/06/2014 a 02/06/2016.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 10 de junho de 2014.

CELSO ALVES BARRETO DE ALBUQUERQUE
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:8DF876D4

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 588/2014

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 240203/2014 e 246603/2014,
RESOLVE:
Interromper a Licença para tratar de assuntos de Interesse Particular sem Ônus (31/08/2012 a 31/08/2014) concedida ao servidor **LEONARDO DOTTA**, Matrícula 27303, exercendo o cargo de Médico Clinico geral, **retornando às atividades laborais na Secretaria Municipal de Saúde, com efeito retroativo a 26/05/2014.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 13 junho de 2014.

CELSO ALVES BARRETO ALBUQUERQUE
Secretário Mun. de Administração

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:60151F85

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 606/2014

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no Processo nº 246164/14;

R E S O L V E:

EXONERAR Lyzele Costa Fernandes, do cargo em comissão de Secretário Escolar – DGA 8, EMEB José Estejo de Campos, da Secretaria Municipal de Educação, com efeito, a partir de 12 de maio de 2014.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 16 de junho de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:0CD72066

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 607/2014

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no Processo nº 247200/14;

R E S O L V E:

EXONERAR Vanessa Karla da Silva, do cargo em comissão de Assistente Técnico – DGA 7, da Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Transportes, a partir de 02 de junho de 2014.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 16 de junho de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:ECA9EC05

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 608/2014

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no Processo nº 247210/14;

R E S O L V E:

EXONERAR José Antonio de Siqueira, do cargo em comissão de Assessor Técnico I – DGA 6, da Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Transportes, a partir de 09 de junho de 2014.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 16 de junho de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:A03110A6

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 610/2014

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no processo nº 245522/14;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Vanize Gonçalves da Silva, do cargo de concurso de Auxiliar Serviços Gerais, matrícula 46446, da Secretaria Municipal de Educação, com efeito retroativo, a partir de 30 de maio de 2014.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 16 de junho de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:8B88E655

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 611/2014

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no processo nº 244517/14;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Auro Silvestri, do cargo de concurso de Agente de Segurança e Manutenção, matrícula 84405, da Secretaria Municipal de Educação, com efeito retroativo, a partir de 28 de maio de 2014.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 16 de junho de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:0B462BB4

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 612/2014

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no processo nº 245120/14;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Edina Tino dos Santos, do cargo de concurso de Professor de Nível Superior, matrícula 10824, da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02 de junho de 2014.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 16 de junho de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:5376370C

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 613/2014

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no Processo nº 247369/14;

R E S O L V E:

EXONERAR Carlos Antonio da Silva Campos, do cargo em comissão de Auxiliar Técnico – DGA 8, da Secretaria Municipal de Governo, a partir de 09 de junho de 2014.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 18 de junho de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:79068CD9

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 614/2014

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no Processo nº 247373/14;

R E S O L V E:

EXONERAR Enéas Corrêa de Figueiredo Junior, do cargo em comissão de Procurador Adjunto da Procuradoria Fiscal – DGA 2, da Procuradoria Geral do Municipio, a partir de 09 de junho de 2014.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 18 de junho de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:61B71516

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 615/2014

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no Processo nº 247377/14;

R E S O L V E:

EXONERAR Adilson José da Silva, do cargo em comissão de Assessor de Gestão – DGA 2, da Secretaria Municipal de Governo, a partir de 09 de junho de 2014.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 18 de junho de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:98693009

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 616/2014

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no processo nº 19660/11;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Fernanda Maria Leite, do cargo de concurso de Agente Administrativo, matrícula 6136, da Secretaria Municipal de Administração, a partir de 02 de junho de 2014.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 18 de junho de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:634A1F99

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 622/2014

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no processo nº 246644/14;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Jackeline Eulália Rondon de Albuquerque, do cargo de concurso de Agente de Segurança e Manutenção, matrícula 84417, da Secretaria Municipal de Administração, a partir de 10 de junho de 2014.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 18 de junho de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:40AC2290

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 623/2014

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Simone Souza Correa Zanatta, do cargo em comissão de Diretora de Planejamento e Orçamento – DGA 3, da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 02 de junho de 2014.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 18 de junho de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:06FE61C0

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 625/2014

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR Gabriela Cardoso Pereira, do cargo em comissão de Assistente Técnico – DGA 7, da Secretaria Municipal de Administração, com efeito, a partir de 30 de maio de 2014.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 24 de junho de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:E133BF71

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 626/2014

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR Roberto Augusto Dias, do cargo em comissão de Gerente – DGA 6, Gerencia de Atendimento,da Secretaria Municipal de Administração, com efeito, a partir de 30 de maio de 2014.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 24 de junho de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:0EE4CA17

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 627/2014

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR Shirle Aparecida Brito da Silva, do cargo em comissão de Coordenador – DGA 4, Coordenadoria de Folha de Pagamento, da Secretaria Municipal de Administração, com efeito, a partir de 30 de maio de 2014.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 24 de junho de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:16980FB4

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 631/2014

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no processo 248026 /14;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Cilbene de Arruda Velo, do cargo em comissão de Pregoeiro – DGA 4, da Secretaria Municipal de Administração, a partir de 23 de junho de 2014.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 20 de junho de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:7DF6CEAF

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 609/2014

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no processo nº 246665/14;

R E S O L V E:

NOMEAR Carlos Roberto, do cargo em comissão de Assistente Técnico – DGA 7, na Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Transportes, a partir de 02 de junho de 2014.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 16 de junho de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:B9574243

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 617/2014

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no processo nº 247378/14;

R E S O L V E:

NOMEAR Adilson José da Silva, do cargo em comissão de Assessor Técnico I – DGA 6, na Secretaria Municipal de Governo, a partir de 09 de junho de 2014.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 18 de junho de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:A80D5A3F

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 618/2014

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no processo nº 247392/14;

R E S O L V E:

NOMEAR Dayara Correa Pintor, do cargo em comissão de Assistente Técnico – DGA 7, na Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Transportes, a partir de 02 de junho de 2014.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 18 de junho de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:D3801667

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 619/2014

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no processo nº 247395/14;

R E S O L V E:

NOMEAR Emerson Chaves de Oliveira, do cargo em comissão de Procurador Adjunto Chefe da Procuradoria Fiscal – DGA 2, na Procuradoria Geral do Município, a partir de 10 de junho de 2014.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 18 de junho de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:85C321F6

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 620/2014

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no processo nº 247397/14;

R E S O L V E:

NOMEAR Barbara Emanuelle Almeida Trindade Inhan, do cargo em comissão de Coordenador de Fomento ao Comercio, Indústria e Serviços – DGA 4, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Cultura e Turismo, a partir de 05 de junho de 2014.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 18 de junho de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:90AA1DAC

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 621/2014

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no processo nº 247402/14;

R E S O L V E:

NOMEAR Antonio Carlos da Silva Campos, do cargo em comissão de Assessor de Gestão – DGA 2, na Secretaria Municipal de Governo, a partir de 09 de junho de 2014.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 18 de junho de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:53F04892

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 624/2014

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Celso Vargas Reis, do cargo em comissão de Subsecretário de Atenção Terciária – DGA 2, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 02 de junho de 2014.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 18 de junho de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:B0CFF23C

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 628/2014

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Roberto Augusto Dias, do cargo em comissão de Assistente Técnico – DGA 7, na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 02 de junho de 2014.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 24 de junho de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:1E99F8D2

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 629/2014

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Andréo Prestes Jasper, do cargo em comissão de Gerente de Atendimento – DGA 6, na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 02 de junho de 2014.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 24 de junho de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:44836FFB

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 630/2014

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Shirle Aparecida Brito da Silva, do cargo em comissão de Coordenador de Atendimento – DGA 4, na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 02 de junho de 2014.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 24 de junho de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:DFBDFCC4

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL Nº. 005/2014/SMDU

A Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, em atendimento as disposições contidas na Lei nº 3.680/2011, bem como na Constituição Federal, artigo 37, com vistas a garantir os princípios da legalidade, transparência impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que regem a Administração Pública, vem através do presente oficializar tornando público a seleção de **150 proponentes PRÉ-APROVADOS** pelo município de Várzea Grande – MT através dos critérios estabelecidos pela PORTARIA Nº 595, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013 e Decreto Municipal 48/2014.

Do objetivo: Darconhecimento à população da relação parcial com proponentes **150 PRÉ-APROVADOS** após visitas e consultas realizadas pelas Secretarias de Desenvolvimento Urbano, Assistência Social, Superintendência de Defesa Civil e Caixa Econômica Federal, **destacando que os proponentes supramencionados** para o sorteio do **RESIDENCIAL SÃO BENEDITO 1ª ETAPA – BAIRRO SÃO MATEUS – APF 0408524-60**, somente após analise de documentação que será realizado pelo Banco do Brasil e deliberação do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS.

A realização do sorteio está **prevista** para o mês de dezembro de 2014.

Publique-se.

Várzea Grande-MT, 24 de Junho de 2014.

Nº	PROPONENTE	CPF	CRITERIO
1	AQUINA DE ARRUDA COSTA SILVA	780.148.831-87	ÁREA DE RISCO
2	ADNAKELLY DOS ANJOS VERA HARTMANN	014.082.251-82	CASAL COM FILHOS
3	ADNALVA APARECIDA DE ARRUDA	047.382.081-10	MULHER CHEFE DE FAMILIA
4	ADNILZA RODRIGUES DA COSTA	649.980.961-68	MULHER CHEFE DE FAMILIA
5	ADRIANA DA SILVA SANTOS ZEFERINO	973.620.501-00	CASAL COM FILHOS
6	ADRIANA DE SOUZA PINHEIRO	961.050.622-49	MULHER CHEFE DE FAMÍLIA
7	ADRIANA DO AMARAL SANTOS	016.781.226-29	CASAL COM FILHOS
8	ADRIELA FRANCISCA MORAES DE ARRUDA	038.285.561-24	MULHER CHEFE DE FAMILIA
9	ADRIELLY LEITE DE BARROS	700.628.311-60	MULHER CHEFE DE FAMILIA
10	ALESSANDRA DE MOURA	887.341.291-20	MULHER CHEFE DE FAMILIA
11	ANA CRISTINA DA SILVA	045.250.451-16	CASAL COM FILHOS
12	ANA PAULA DA SILVA	745.831.741-87	MULHER CHEFE DE FAMILIA
13	ANDREIA MARQUES CORREA	938.727.981-20	MULHER CHEFE DE FAMILIA
14	ARLETE ALVES GOES DO CARMO	535.705.021-04	CASAL COM FILHOS
15	AUXILIADORA ROSARIA LOPES	013.485.701-13	MULHER CHEFE DE FAMILIA
16	DANIELA MARIA DA CUNHA	064.041.841-41	CASAL COM FILHOS
17	DANUBIA DA SILVA OLIVEIRA	036.014.841-70	MULHER CHEFE DE FAMÍLIA
18	DANUBIA LUIZA LEMES	023.492.391-10	MULHER CHEFE DE FAMÍLIA
19	DÉBORA BOSS	028.792.741-50	ÁREA DE RISCO
20	DEBORA DE SOUZA ARRUDA	042.055.551-05	MULHER CHEFE DE FAMILIA
21	DÉBORA DE SOUZA CRAUS	040.611.041-79	CASAL COM FILHOS
22	DELLY VERGINIA SILVA ARAUJO	898.114.101-00	VULNERABILIDADE - SAS
23	DEORÉLIA SIMONE PIMENTEL DE OLIVEIRA	535.895.641-72	MULHER CHEFE DE FAMÍLIA
24	DEUZENIR RODRIGUES DA SILVA	039.067.001-43	MULHER CHEFE DE FAMÍLIA
25	DEVANICE ADRIANE COSTA CONCEIÇÃO	042.171.241-47	MULHER CHEFE DE FAMÍLIA
26	DIANA BEZERRA DE ARAUJO	007.929.811-70	MULHER CHEFE DE FAMÍLIA
27	ELIETE RODRIGUES SILVA	207.759.381-49	VULNERABILIDADE - SAS
28	GEYCIANE YASMIN ALMEIDA	052.471.891-16	MULHER CHEFE DE FAMILIA
29	IASMIM LORENA SOARES COSTA SILVA	049.740.371-45	MULHER CHEFE DE FAMILIA
30	IDINEIA FERNANDES MARTINS	035.876.471-86	CASAL COM FILHOS
31	ILMA ALVES MARTINS	015.668.851-40	ÁREA DE RISCO
32	IRACI SOARES DA SILVA MATTOS	899.582.171-04	MULHER CHEFE DE FAMILIA
33	JACY SANTANA	427.656.091-87	IDOSO(A)
34	JOCILENE REGINA NUNES DA SILVA	691.129.751-68	CASAL COM FILHOS
35	JORGINA LUNDSTEDT	561.159.388-72	IDOSO(A)
36	JOSÉ BENEDITO PACHECO DE CAMPOS	103.432.451-91	IDOSO(A)
37	JOSÉ MIGUEL DA SILVA	842.049.071-72	ÁREA DE RISCO
38	JOSÉ RAMÃO RAMIRES NETO	953.921.491-20	CASAL COM FILHOS
39	JOSIANE PEREIRA QUEBIM	054.393.581-70	CASAL COM FILHOS
40	JOSIEIRE MARQUES MISSIAS	006.692.761-70	MULHER CHEFE DE FAMÍLIA
41	JUCELIA SANTANA GUIMARÃES DE SOUZA	008.930.021-19	ÁREA DE RISCO
42	JULIANA MORAES DOS SANTOS	018.170.131-65	CASAL COM FILHOS
43	JULIANA SANTANA DA ROSA	056.203.631-80	CASAL COM FILHOS
44	JUSSARA LEITE DA COSTA	989.337.521-53	ÁREA DE RISCO
45	LAUDINICE PINTO DE MIRANDA	011.367.671-93	CASAL COM FILHOS
46	LAURA PINHEIRO DE AMORIM	161.598.021-00	LAUDO MÉDICO
47	LAUREANE DE ALMEIDA LIMA	032.731.091-71	MULHER CHEFE DE FAMILIA
48	LETICIA FERREIRA DE CAMPOS	030.100.771-30	MULHER CHEFE DE FAMILIA
49	LICIA ARAUJO DOS SANTOS	470.376.442-34	CASAL COM FILHOS
50	LICINIO SANTANA DA COSTA	162.007.561-04	IDOSO(A)
51	LIDIA MIRIAN WIDLER NASCIMENTO	181.568.338-48	CASAL COM FILHOS
52	LILIANE PEREIRA COSTA	017.451.551-17	ÁREA DE RISCO
53	LORRAYNE FERNANDES DOS SANTOS	063.375.051-40	CASAL COM FILHOS
54	LUANA APARECIDA DE JESUS	058.565.161-25	MULHER CHEFE DE FAMILIA
55	LUCELIA COSTA ARAUJO	049.968.031-69	CASAL COM FILHOS
56	LUCELIA COSTA MILHOMEN DE CAMPOS	014.735.791-80	MULHER CHEFE DE FAMILIA
57	LUCIANA FRANCISCA DE LIMA	035.163.793-54	MULHER CHEFE DE FAMILIA
58	LUCIANE DIAS DA COSTA PEREIRA	017.737.071-83	MULHER CHEFE DE FAMILIA
59	LUCIMAR AMARO DE OLIVEIRA	850.513.301-34	CASAL COM FILHOS
60	LUZIA MUNIZ	039.248.428-50	ÁREA DE RISCO
61	MARCIA BARBOSA DA SILVA	743.208.821-72	CASAL COM FILHOS
62	MARCIA CATARNA DA CRUZ	037.131.361-90	MULHER CHEFE DE FAMÍLIA
63	MARCIA DA SILVA SANTOS	018.087.721-64	CASAL COM FILHOS
64	MARCIA SALES LIMA	832.106.105-25	ÁREA DE RISCO
65	MARCILENE CAMPOS PINTO	008.315.451-51	MULHER CHEFE DE FAMÍLIA
66	MARCILENE GOMES DE SOUZA	703.027.901-87	MULHER CHEFE DE FAMÍLIA
67	MARCILENE RODRIGUES MIRANDA	537.509.501-72	MULHER CHEFE DE FAMÍLIA
68	MARGARETH BEZERRA DE ARAUJO	936.340.211-87	MULHER CHEFE DE FAMILIA
69	MARIA APARECIDA HENRIQUE	824.041.781-72	MULHER CHEFE DE FAMÍLIA
70	MARIA AUXILIADORA DA SILVA	030.746.141-61	CASAL COM FILHOS
71	MARIA AUXILIADORA DE CAMPOS FONTES	011.866.691-60	MULHER CHEFE DE FAMÍLIA
72	MARIA CELINA TORREZAM	385.456.401-53	IDOSO(A)
73	MARIA CONCEIÇÃO ALVES LIMA DE OLIVEIRA	522.849.301-82	ÁREA DE RISCO
74	MARIA DE FATIMA DA SILVA	496.539.971-49	MULHER CHEFE DE FAMILIA
75	MARIA DE LOURDES BERNARDO	042.372.749-42	CASAL COM FILHOS
76	MARIA DE SOUZA SILVA	022.198.391-09	ÁREA DE RISCO
77	MARIA DELAIR DOS SANTOS	971.240.601-68	IDOSO(A)
78	MARIA HELENA DE ANDRADE	019.913.867-29	MULHER CHEFE DE FAMILIA
79	MARIA HOZANA SANTOS LIMA SILVA	014.736.121-44	CASAL COM FILHOS
80	MARIA JOSÉ DA SILVA FILHA	378.789.991-04	MULHER CHEFE DE FAMÍLIA
81	MARIA LADY ORGINA DA COSTA	029.175.381-71	LAUDO MÉDICO
82	MARIA LIMA ALVISSO	724.119.101-34	IDOSO(A)
83	MARIA LUCILENE MARQUES LAURINDO	036.216.631-50	MULHER CHEFE DE FAMILIA
84	MARIA LUCIMEIRE DE MOURA	818.085.181-87	ÁREA DE RISCO
85	MARIA REGINA DO ESPIRITO SANTO	779.104.431-53	MULHER CHEFE DE FAMÍLIA
86	MARIA ZILDA FERREIRA	415.076.141-87	MULHER CHEFE DE FAMILIA
87	MARIELE APARECIDA DE ARRUDA	037.294.931-24	CASAL COM FILHOS
88	MARILENE DO CARMO DE AMORIM	954.243.341-72	ÁREA DE RISCO
89	MARINA MARIA DE SOUZA	594.584.531-00	MULHER CHEFE DE FAMILIA
90	MARLENE ALMANDES FRANÇA	621.498.901-78	MULHER CHEFE DE FAMÍLIA
91	MARLY MOTA DOS SANTOS	901.231.231-00	VULNERABILIDADE - SAS
92	MAURO TORRES DE ALMEIDA	875.376.801-91	CASAL COM FILHOS
93	MICHELLY MORAES GRACEZ DA SILVA	025.536.081-95	CASAL COM FILHOS
94	MILENE ZULMIRA DE ALMEIDA	896.874.181-68	LAUDO MÉDICO
95	MILLENY KEILA ALMEIDA GARCIA	018.444.351-21	MULHER CHEFE DE FAMILIA
96	ODANETE RODRIGUES DE ARUDA	020.896.391-05	ÁREA DE RISCO
97	ODETE DA CRUZ CAMPOS	016.651.561-20	MULHER CHEFE DE FAMILIA
98	OLAVO OTAVIO DA SILVEIRA	293.165.881-20	IDOSO(A)
99	OLIVIA DA ROSA OLIVEIRA	442.115.701-53	IDOSO(A)
100	OSVALDA DE TULLIO	603.798.478-68	IDOSO(A)
101	OZELI MESSIAS DA SILVA	111.691.761-00	IDOSO(A)
102	PERCILIA CELIA BARACAT	050.592.601-60	CASAL COM FILHOS
103	RONIZE MACIEL DE ALMEIDA	695.595.541-15	CASAL COM FILHOS
104	ROSA ANTONIA DE CAMPOS	001.218.301-60	VULNERABILIDADE - SAS
105	ROSA MARIA DE JESUS	459.437.881-15	MULHER CHEFE DE FAMÍLIA
106	ROSA MARIA DE SOUZA	805.230.301-00	MULHER CHEFE DE FAMÍLIA
107	ROSANA DE CARVALHO SILVA	016.915.721-01	MULHER CHEFE DE FAMILIA

108	ROSANA MARIA MAFRA	014.167.791-08	MULHER CHEFE DE FAMÍLIA
109	ROSANE DA SILVA	005.853.849-67	ÁREA DE RISCO
110	ROSANGELA JOSÉ NUNES DE ARRUDA	621.100.121-53	MULHER CHEFE DE FAMÍLIA
111	ROSANGELA MARIA DOS SANTOS	486.705.531-04	MULHER CHEFE DE FAMÍLIA
112	ROSANGELA PEREIRA DOS SANTOS	017.225.391-86	LAUDO MÉDICO
113	ROSELY CORREA DO PRADO	350.299.602-44	ÁREA DE RISCO
114	ROSEMEIRE VICENTE PACHECO	040.392.791-90	MULHER CHEFE DE FAMÍLIA
115	ROSIANY SOARES MOTTA	002.567.171-50	MULHER CHEFE DE FAMÍLIA
116	ROSILENE LUIZA DE FIGUEIREDO	012.716.561-40	ÁREA DE RISCO
117	ROSIMEIRE LIMA DALVE DA SILVA	032.890.631-00	MULHER CHEFE DE FAMÍLIA
118	ROSIMERI MARIA DE JESUS	017.164.611-89	MULHER CHEFE DE FAMÍLIA
119	ROSINEI ROQUE DE ASSIS	819.944.001-53	MULHER CHEFE DE FAMÍLIA
120	ROZILDA FRANCISCA DE OLIVEIRA	383.951.341-34	VULNERABILIDADE - SAS
121	RUBIA PEREIRA	007.031.701-12	MULHER CHEFE DE FAMILIA
122	RUBIELLY PATRICIA RODRIGUES DE MORAES	030.101.961-48	MULHER CHEFE DE FAMÍLIA
123	SANDRA MARIA GOMES SANTOS SILVA	002.856.481-28	MULHER CHEFE DE FAMILIA
124	SANDRA NUNES BARBOSA	958.440.901-87	VULNERABILIDADE - SAS
125	SELMA APARECIDA BENEDITO	026.531.071-71	MULHER CHEFE DE FAMILIA
126	SERGIO ARRUDA	449.744.008-78	IDOSO
127	SHIRLEY APARECIDA PEDROSA	016.371.031-74	ÁREA DE RISCO
128	SIDINEIA FRANCISCA DOS SANTOS	688.924.201-78	MULHER CHEFE DE FAMILIA
129	SILENE GERALDA ALVES	545.625.111-68	MULHER CHEFE DE FAMILIA
130	SILMA MARIA DE SANTANA	369.429.285-34	VULNERABILIDADE - SAS
131	SILMARA LAZZAROTTO	735.720.711-00	MULHER CHEFE DE FAMILIA
132	SILVANA APARECIDA OLIVEIRA SILVA	173.954.228-21	MULHER CHEFE DE FAMILIA
133	SILVIA ROCHA DE LIMA	968.949.891-68	MULHER CHEFE DE FAMILIA
134	SIMÃO CANUTO DIAS	039.334.661-72	ÁREA DE RISCO
135	SIMONE APARECIDA DA SILVA	037.157.091-38	MULHER CHEFE DE FAMILIA
136	SIMONE MARA FRANCO TORRETE	963.602.751-04	CASAL COM FILHOS
137	SIMONE SILVA DOS SANTOS	748.425.011-20	CASAL COM FILHOS
138	SIRLENE NEVES DOS SANTOS	017.509.071-86	CADEIRANTE - PNE
139	SOELY FATIMA DA SILVA	005.082.691-30	VULNERABILIDADE - SAS
140	SOLANGE SOBRAL DA ANUNCIAÇÃO SILVA	023.382.001-95	CASAL COM FILHOS
141	STELA OLIVEIRA SALES	020.382.601-92	MULHER CHEFE DE FAMILIA
142	STEPHANY ARAUJO MOYA	046.455.141-21	CASAL COM FILHOS
143	SUELEN NUNES DE OLIVEIRA	057.030.111-40	MULHER CHEFE DE FAMILIA
144	SUELI GONÇALVES DAVIS	019.832.081-75	MULHER CHEFE DE FAMILIA
145	SUELLEM DA GLORIA FERREIRA	023.848.601-00	MULHER CHEFE DE FAMILIA
146	SUELY FRANCISCA DE ARRUDA	011.771.791-64	CASAL COM FILHOS
147	SUZE SALES DOS REIS	974.432.551-87	CASAL COM FILHOS
148	SUZELE MARQUES FERNANDES	214.023.218-64	MULHER CHEFE DE FAMÍLIA
149	SUZELENE RODRIGUES AFONSO	000.203.191-42	MULHER CHEFE DE FAMILIA
150	TATIELY DOS SANTOS RAMOS	033.910.661-13	CASAL COM FILHOS

VALDECY LUIS DA SILVA
Assessor Jurídico OAB/MT 14228

PIERO PAULO DE ALMEIDA
Coordenador de Fomento e Produção Habitacional

LUCIANA ARAUJO DE SOUZA
Superintendente de Políticas Habitacionais de Várzea Grande

TARCISO BASSAN
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano de Várzea Grande

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:CF117EDF

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE PRORROGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. 25/2014 REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Várzea Grande, por meio do Pregoeiro Oficial designada pela Portaria n. 550/2013, torna público para conhecimento dos interessados, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** do tipo **MENOR PREÇO**, tendo como critério de julgamento o **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme descrito neste Edital e seus anexos, cujo objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS DO VESTUARIO PARA COMPOR UNIFORME DOS PROFISSIONAIS A SERVIÇO DA GUARDA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFÊRENCIA – ANEXO I., com realização prevista para o dia 26 de junho de 2014, às 08h15min (horário local), foi **PRORROGADO** para dia **08 de julho de 2014 às 14:00hs** , para adequação para os descritivos itens. O Adendo I será disponibilizado dia 26.06.2014. O Edital e anexos está à disposição, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – Sup. de Licitação, nos dias úteis das 12h00min às 18h00min, sito à avenida Castelo Branco, 2500 – Várzea Grande/MT, mediante recolhimento da taxa de R$ 50,00 - não restituível e gratuitamente, no sitio: www.varzeagrande.mt.gov.br.

Várzea Grande-MT, 25 de junho de 2014,

LANDOLFO VILELA GARCIA,
Pregoeiro

CELSO ALVES BARRETO ALBUQUERQUE,
Secretário de Administração

LOURINEY DOS SANTOS SILVA,
Comandante da Guarda Municipal.

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:2946F4D8

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PREFEITURA MUNICIPAL
PROCESSO SELETIVO - GABARITO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – N° 02/2014
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 03/2014

DIVULGAÇÃO DO GABARITO

DATA DO EDITAL: 25/06/2014

DIVULGA O GABARITO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2014.

A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado, em cumprimento aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência, **DIVULGA o Gabarito Oficial do Processo Seletivo Simplificado**, conforme segue:

CARGOS	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
PSICÓLOGO	C	A	C	D	D	C	B	A	D	C
ASSISTENTE SOCIAL	D	C	A	C	B	D	A	C	A	D

AGENTE DE SANEAMENTO	C	D	A	D	C	A	D	A	B	B
FISCAL DE TRIBUTOS	C	B	C	B	C	C	A	C	D	B
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	B	A	C	B	D	B	B	C	C	C
MOTORISTA DE UTILITÁRIO E/OU MOTO	D	B	D	C	D	A	A	B	B	C
MOTORISTA DE CAMINHÃO E SIMILARES	A	C	C	D	B	D	A	D	D	B
OPERADOR DE MAQUINAS LEVES E MÉDIAS (TRATOR, PÁ CARREGADEIRA, ETC)	D	C	C	A	D	B	D	B	A	C
OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS (TRATOR ESTEIRA, MOTONIVELADORA, ETC)	C	C	C	A	D	D	D	C	A	B
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS (LIMPEZA URBANA)	C	A	C	D	B	B	D	C	B	D
APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – MOTORISTA (SEDE/ZONA RURAL)	C	B	D	A	C	B	D	C	C	C
PROFESSOR PEDAGOGIA (SEDE/ZONA RURAL)	A	D	A	A	C	D	A	C	A	A
PROFESSOR ENSINO MÉDIO (SEDE/ZONA RURAL)	A	D	C	D	C	A	B	C	C	D
TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	A	B	C	A	A	B	C	C	C	C
AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL	A	C	C	D	D	D	D	D	C	D
INSTRUTOR DE OFICINA DE MÚSICA - SOPRO	A	A	A	B	B	C	A	C	B	A
INSTRUTOR DE OFICINA DE DANÇA	A	B	C	D	A	C	D	C	C	B
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE P.A. JARAGUÁ MA 52	C	B	C	A	C	A	C	D	B	A
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE PSF CENTRAL MA 22, MA 04, MA 49	C	B	C	A	C	A	C	D	B	A
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE PFS VILA NOVA MA 32	C	B	C	A	C	A	C	D	B	A
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE PSF PRIMAVERA MA 50	C	B	C	A	C	A	C	D	B	A

Água Boa, 25 de junho de 2014.

MARCIO ANTONIO FAORO
Presidente da Comissão de Processo Seletivo Simplificado

Publicado por:
Ivania Cezira Volpi
Código Identificador:2ED9B749

PREFEITURA MUNICIPAL
PROCESSO SELETIVO CONSELHO TUTELAR

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Edital n° 001/2014 – CONSELHEIRO TUTELAR

Objeto: SELEÇÃO DE CONSELHEIROS TUTELARES PARA ATUAREM COMO TITULAR E SUPLENTE NO MUNICÍPIO DE AGUA BOA-MT.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Água Boa - MT, através da Comissão Examinadora do Processo Seletivo para suprir 01 (uma) vaga de Titular e 05 (cinco) suplente de Conselheiro Tutelar, torna público a abertura das inscrições e estabelece normas relativas à realização de seleção e análise de currículos para atuarem como titular e suplente do Conselho Tutelar de Água Boa - MT.

Considerando o artigo 132 da Lei 12.696/12 que ressalta que em cada município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal, haverá no mínimo, 01 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto por 05 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 04 (quatro) anos, permitida 01 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha;

Considerando a Resolução da CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente nº 152 de 09 de agosto de 2012 que destaca que o Conselho Tutelar constitui-se órgão essencial do Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes, tendo sido concebido pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para desjudicializar e agilizar o atendimento prestado à população infanto – juvenil;

Considerando que o Conselho Tutelar é fruto de intensa mobilização da sociedade brasileira no contexto de luta pelas liberdades democráticas que buscam efetivar a consolidação do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e a implementação das políticas públicas municipais;

Considerando a necessidade do estabelecimento dos parâmetros de transição para o primeiro processo de escolha unificado dos conselheiros tutelares em todo território nacional que ocorrerá em 04 de outubro de 2015 em conformidade com as disposições previstas no artigo 139 da Lei nº 8.069, de 1990, ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente com redação dada pela Lei nº 12.696, de 25 de julho de 2012;

DELIBERA:

Realizar o Processo Seletivo de Análise de Currículo para preencher a vacância de 01 (um) Titular de Conselheiro Tutelar para o exercício da função até que seja realizada a eleição para novos conselheiros em 04 (quatro) de outubro de 2015 e 05 (cinco) Suplente de Conselheiro Tutelar para cobrir as férias dos titulares e vacância do cargo caso necessite.

• DOS REQUISITOS

O candidato que desejar concorrer ao processo seletivo de currículos e entrevista deverá comprovar que possui:
a) Ser maior de 21 anos;
b) Diploma de Conclusão de Ensino Médio;
c) Experiência comprovada de trabalho com criança e adolescente, no mínimo 02 (dois) anos;
d) Residir no município a pelo menos 02 (dois) anos; (título de eleitor)
e) Idoneidade Moral;
f) Disponibilidade para viagens fora do município;
g) Certificado de curso na área de informática.

Parágrafo único. **Considerando** o artigo 132 da Lei 12.696/12 que ressalta que em cada município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal, haverá no mínimo, 01 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto por 05 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 04 (quatro) anos, permitida 01 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha;

2. DAS ATRIBUIÇÕES DOS CONSELHEIROS TUTELARES:
De acordo com a Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, nos termos do art. 136 são atribuições dos Conselheiros Tutelares:
I - Atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105, aplicando as medidas previstas no artigo 101, I a VII;

II - Atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no artigo 129, I a VII;

III - Promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

a) Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
b) Representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV - Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

V - Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - Providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no artigo 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;

VII - Expedir notificações;

VIII - Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

IX - Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X - Representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;

XI - Representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do pátrio poder;

XII - Representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, depois de esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009).

Parágrafo único. **Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará incontinenti o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009).**

3. DAS VAGAS

Os candidatos selecionados serão designados para exercer o Cargo de Conselheiro Tutelar no município de Água Boa – MT, conforme quadro abaixo:

Conselheiro Tutelar	VAGAS
Titular	01
Suplentes (Classificados) 5	Conforme demanda

4. DA REMUNERAÇÃO E JORNADA DE TRABALHO

4.1 – A remuneração do Conselheiro Tutelar será fixada de acordo com a Lei Municipal nº 1.008/09, corresponde a R$ 1.072.53 (hum mil setenta e dois reais e cinquenta e três centavos).

4.2 – Os Conselheiros Tutelares Suplentes não serão remunerados, salvo se assumirem vaga de titular ou em períodos de substituição.

4.3 – A jornada de trabalho dos Conselheiros Tutelares será de **40 (quarenta) horas semanais**, e mais plantões que serão realizados mediante escala de acordo com o Regimento Interno do Conselho Tutelar de Água Boa-MT sob regulamentação de seu Presidente.

5. DAS INSCRIÇÕES

5.1 – A ficha de inscrição será disponibilizada pela internet no site: www.aguaboa.mt.gov.br o candidato deve clicar no banner (seletivo para Conselho Tutelar).

5.2 – O candidato deverá entregar cópia impressa da ficha de inscrição devidamente preenchida juntamente com o currículo organizado na forma descrita no item 7 deste edital, pessoalmente no período compreendido entre **26 de junho a 07 de julho de 2014, no horário de 8h ás 11h e 14h ás 17h na sede da Secretaria Executiva dos Conselhos** situada à Av. Planalto, nº 410, Anexo da Prefeitura Municipal de Água Boa-MT**.**

6. DA SELEÇÃO

O processo seletivo será realizado em duas fases.

6.1- **PRIMEIRA FASE -** Análise do currículo pela Comissão Examinadora do Processo Seletivo nº 001/2014 para Conselheiro Tutelar de Água Boa – MT.

6.1.1- A **análise de currículo**. A primeira fase compreende a análise de currículo, elaborado de acordo com o Barema do Candidato constante do Anexo II deste edital, no qual deverá constar a pontuação dos itens elencados e anexados os documentos comprobatórios da pontuação, essa fase será valorada de 0 (zero) a 12 (doze) pontos.

6.2- **SEGUNDA FASE -** Entrevista: A segunda fase consistirá em entrevista Psicológica individual dos candidatos selecionados na primeira fase.

6.2.1- **Na entrevista** será analisado: a capacidade de comunicação e expressão, cordialidade, coerência, clareza das ideias, nível de argumentação, senso crítico, criatividade, relacionamento em equipe.

6.2.2- A entrevista será realizada no **dia 21 de julho de 2014** a partir das 08 (oito) horas (horário de Brasília) na Secretaria de Saúde, situado Avenida Tropical nº344, Centro II, Água Boa/MT. Os candidatos serão entrevistados respeitando a ordem de chegada ao local da entrevista, sendo respeitado o horário de almoço de 2h00min (duas horas) a partir das 11 horas.

7. DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

A documentação deverá ser organizada na seguinte ordem:
a) Primeira Folha: Currículo;
b) Segunda Folha: Fotocópia (com apresentação original) de RG; CPF; Título de Eleitor e Carteira de Reservista, se do sexo masculino;
c) Terceira Folha: Comprovante de endereço;
d) Quarta Folha: Declaração de disponibilidade de viagem fora do município de Água Boa;
e) Quinta Folha: Barema (anexo II) com cópia dos documentos comprobatórios do mesmo.

8. DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO

8.1- Nota Final (NF) de classificação será a média ponderada das notas obtidas em cada etapa, com os seguintes pesos:
I- Análise do Currículo (AC) máximo de 12 pontos.
II- Entrevista (EN) máximo de 10 pontos.
8.2- A Nota Final (NF) será obtida pela seguinte equação:

$$NF = \frac{AC+EN}{2}$$

8.3 Considera-se aprovado aquele que obtiver a maior nota final. Ocorrendo igualdade de nota final de classificação, o desempate será definido considerando-se os critérios na seguinte ordem:

I- Maior idade.
II- Maior nota na Análise de Currículo.
III- Maior nota na entrevista.

9. DO RESULTADO FINAL

9.1- O resultado final será obtido através da ordem decrescente da nota final (NF) dos candidatos.
9.2- A divulgação do resultado final ocorrerá no dia 01 de agosto de 2014, no site: www.aguaboa.mt.gov.br. e mural da Secretaria Executiva dos Conselhos.

10. DOS RECURSOS

10.1 Para recorrer contra qualquer item deste edital, o candidato deverá, pessoalmente, se dirigir a Sede da **Secretaria Executiva dos Conselhos** situada à Av. Planalto, nº 410, Anexo da Prefeitura Municipal de Água Boa-MT**.** Protocolar o recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da publicação do resultado, conforme modelo Anexo III, para a Comissão Examinadora do Processo Seletivo para Conselho Tutelar de Água Boa – MT. no horário de atendimento das 8:00hs às 11hs00min e 14hs00min às 17:00hs horas (horário de Brasília - MT).
10.2 Os pedidos de recursos que não estiverem devidamente fundamentados serão imediatamente indeferidos;
10.3 Não serão permitida a anexação de novos documentos para efeito de pontuação. Será permitida apenas a correção dos documentos que geraram o indeferimento.
10.4 Não serão aceito recurso via postal, via fax, via correio eletrônico ou, ainda, fora do prazo.
10.5 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de recursos cujo teor desrespeite a banca. Neste caso serão preliminarmente indeferidos.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1- **O não preenchimento dos requisitos dispostos no item 1 implicam na eliminação do candidato do presente processo seletivo.**
11.2- O candidato APROVADO deverá assinar o TERMO DE COMPROMISSO junto ao CMDCA.
11.3- O prazo de validade do seletivo esgotar-se-á em 31 de dezembro de 2015.
11.4- O candidato deverá manter atualizado seu endereço perante o CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. São de responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização de seu endereço.
11.5- Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Examinadora do Processo Seletivo n° 001/2014.

Água Boa - MT, 25 de Junho de 2014.

IRACI SANTANA LIMA TORQUATO
Presidente do CMDCA / Água Boa-

ANEXO I
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA

FICHA DE INSCRIÇÃO

(Esta Ficha de Inscrição deverá ser preenchida digitalmente)

Cargo: Conselheiro Tutelar

CANDIDATO (A) AO CARGO DE: Conselheiro Tutelar
Nome do Candidato: _____
Identidade: _____ Órgão Expedidor:_____
CPF: _____ Data de Nascimento: ____/____/____
Nacionalidade:_____ Naturalidade:_____
Título de Eleitor: _____ Zona:_____ Seção: _____
Endereço: _____ Nº ____
Bairro:_____ Município _____ UF: _____
Escolaridade:_____
Tel.: ( )_____Celular: ( )_____
E-mail: _____

DECLARO ESTAR CIENTE DAS CONDIÇÕES DO PRESENTE PROCESSO DE SELEÇÃO DE CURRÍCULOS SIMPLIFICADA PARA DESIGNAÇÃO DO EDITAL N° 01/2014.
DECLARO, TAMBÉM, SOB PENA DA LEI, SEREM VERDADEIRAS AS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

Data da Inscrição: _____/_____/2014.

Assinatura do Candidato: _____

PROTOCOLO DE RECEBIMENTO
Destinatário: COMISSÃO EXAMINADORA DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2014 PARA CONSELHEIRO TUTELAR.
Endereço: Av. Planalto, nº 410, Centro, Água Boa-MT.
Assinatura do recebedor: _____
Água Boa - MT, _____ de _____ de 2014.

PROTOCOLO DE RECEBIMENTO
Destinatário: COMISSÃO EXAMINADORA DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2014 PARA CONSELHEIRO TUTELAR.
Endereço: Av. Planalto, nº 410, Centro, Água Boa-MT.
Assinatura do recebedor: _____
Água Boa - MT, _____ de _____ de 2014.

ANEXO II
BAREMA DE ANÁLISE CURRICULAR

NOME: _____ NÚMERO DE INSCRIÇÃO:_____

Pontuação de Formação Acadêmica* Ensino Médio – 1 (um) ponto ( ). Ensino Superior – 2 (dois) pontos ( ). Pós Graduação *lato sensu* – 3 (três) pontos ( ). Pós Graduação *strito sensu* – 4 (quatro) pontos ( ). **As pontuações deste item não serão cumulativas, sendo pontuada uma única vez.**	**Pontuação atribuída**
Pontuação de Experiência Profissional** **Ensino Médio:** Experiência com Programas, Projetos bem como qualquer outra atividade desenvolvida com crianças ou adolescentes e/ou seus familiares: Pelo prazo de 02 (dois) anos: **1 (um) ponto ( )** Pelo prazo de 03 (três) anos: **2 (dois) pontos ( )** Pelo prazo superior a 03 (três) anos: **3 (três) pontos ( )** Experiência como Conselheiro Tutelar até de 2 anos: **4 (três) pontos** ( ) Experiência como Conselheiro Tutelar acima de 2 anos: **5 (quatro) pontos** ( ) **Ensino Superior:** Experiência como Professor, Assistente Social, Psicóloga e outros de nível superior que comprovem experiência com crianças ou adolescentes e/ou seus familiares: Pelo prazo de 02 (dois) anos: **1 (um) ponto ( )** Pelo prazo de 03 (três) anos: **2 (dois) pontos ( )** Pelo prazo superior a 03 (três) anos: **3 (três) pontos ( )** Experiência como Conselheiro Tutelar até de 2 anos: **4 (três) pontos** ( ) Experiência como Conselheiro Tutelar acima de 2 anos: **5 (quatro) pontos** ( ) **As pontuações deste item não serão cumulativas, sendo pontuadas uma única vez.**	**Pontuação atribuída**
Pontuação de Aperfeiçoamento/Qualificação Profissional*** Qualificação Profissional com Curso de Informática em qualquer área de programação, sistemas ou programas, básicos ou avançados, podendo ainda ser considerado o curso de montagem e manutenção de computares, com apresentação de Certificado: **- - 2 (dois) pontos** ( ).	**Pontuação atribuída**
Carta de Recomendações Carta de Recomendações expedida por Pessoa Física ou Jurídica, seja de direito público ou privado, atestando a idoneidade moral do Candidato, eficiência, responsabilidade. **- - 1 (um) ponto. ( ).**	**Pontuação atribuída**
*Para atribuição da pontuação de formação acadêmica deverão ser anexados ao Currículo os Diplomas dos Cursos, ou Certificados de Conclusão dos mesmos. **Para atribuição de pontuação de experiência profissional deverão ser apresentadas Declarações com o período e função que o Candidato exerceu e assinatura de seu empregador. ***Para atribuição de pontuação de aperfeiçoamento/qualificação profissional deverão ser apresentados os diplomas ou certificados de conclusão do curso, ou Certidão de período cursado em sendo o caso.	-

ANEXO III
FORMULÁRIO DE RECURSO

RECURSO AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2014
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA

À:

COMISSÃO EXAMINADORA DO PROCESSO SELETIVO CMDCA

CANDIDATO_____
RG N°_____ N° Inscrição_____
ENDEREÇO:_____
CARGO:_____

Justificativa do candidato – Razões do Recurso Fundamentação ou embasamento resumida (o), clara (o) e objetiva (o):
_____
_____

Obs: Reproduzir a quantidade necessária. Preencher em letra de forma ou digitar e entregar este formulário em 02 (duas) vias, uma via será devolvida como protocolo.

Água Boa-MT, _____ de _____de 2014.

_____
Assinatura do Candidato

*** Não serão aceitos recursos por meio de correio postal, e-mail, fax ou outro meio não especificado no Edital.**

Publicado por:
Ivania Cezira Volpi
Código Identificador:98DE84A3

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 012/2014

PREGÃO PRESENCIAL N° 021/2014 – REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2014

O **Município de Apiacás**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob nº 01.321.850/0001-54, com sede administrativa sito à Av. Brasil nº 1059 - Centro, Apiacás, MT., neste ato representada pelo Sr. **Adalto José Zago -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR**,** residente à rua das Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás – MT, denominado simplesmente **CONTRATANTE,** RESOLVE registrar os preços da empresa VITASON'S CENTRO DE APOIO AUDITIVO LTDA, CNPJ n° 92.981.752/0001-07, situada à Av. Cristóvão Colombo, n°1577, sala 301, Bairro Floresta, Porto Alegre, RS, neste ato representada pelo sócio administrador Sr. Airton Francisco da Silva, portador do RG n° 7006016773 SSP/RS e do CPF n° 130.603.760-34, nas quantidades estimadas na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº 021/2014 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº 0156/2008 e nº 0564/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE: AUDIOMETRO E CABINE, COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE APIACÁS**, conforme especificações e condições constantes no edital do Pregão Presencial nº. 021/2014.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. - ADESÃO DE ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração inclusive autarquias federais, estaduais ou municipais, de órgãos públicos, estatais ou ainda de regime próprio que não tenha participado do certame licitatório mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem. (Decreto Federal nº 7.892/2013)
2.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação. (Decreto Federal nº 7.892/2013)
2.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.(Decreto Federal nº 7.892/2013)

3. DA GERÊNCIA E VIGENCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, através do Departamento de Compras, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;
3.2. A Ata de Registro de Preço terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.
3.3. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços não poderá ser superior a um ano, computados neste as eventuais prorrogações. (Decreto Federal nº 7.892/2013)
3.4. É admitida a prorrogação do prazo de vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/93, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos do Decreto Federal nº 7.892/2013.

4. DO CONTRATADO
4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos materiais registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: VITASON'S CENTRO DE APOIO AUDITIVO LTDA
CNPJ- 92.981.752/0001-07
Objeto: AUDIOMETRO

Seq	*Descrição*	*Unid*	*Qtde*	*P. Unit*	*P. Total*
01	AUDIOMETRO DIGITAL AVS 500 COM SOFTWARE CARATERISTICAS TECNICAS APLICACOES AUDIOLOGICAS AUDIOMETRO DE 1.5 CANAL, AUDIOMETRO PARA TESTES DE CONDUCAO AEREA, OSSEA MASCARAMENTO E LOGOAUDIOMETRIA, VISOR CRISTAL LIQUIDO, SINAL EM TOM PURO, CONTINUO, PULSANTE E FREQUENCIA MODULADA (FM/WARBLE), INTERFACE PARA COMPUTADOR, SAIDA AUXILIAR PARA GRAVADOR OU APARELHO DE CD, SAIDA PARA CAMPO LIVRE, GAMA DE FREQUENCIA PARA TESTE AUDIOMETRO, VIA AEREA: 125 A 8000 HZ, VIA OSSEA: 250 A 8000 HZ, MASCARAMENTO, BANDA ESTREITA (NARROW BAND), SOM DA FALA (SPEECH NOISE), RUIDO BRANCO (WHITE NOISE), LOGOAUDIOMETRIA, FALA (SPEECH), RETORNO DA FALA DO PACIENTE (TALK BACK), FALA SOBRE TOM PARA COMUNICACAO COM PACIENTE DURANTE TESTE (TALK OVER), ACESSORIOS INCLUIDOS PARA O MODELO COMPLETO: PAR DE FONES DE OUVIDO TDH 39, ARCO COM VIBRADOR OSSEO B71, FONTE DE ALIMENTACAO BIVOLT PARRA 110/220 VOLTS, PERA DE INDICACAO DO SINAL DO PACIENTE, CONJUNTO MICROFONE E FONE DE OUVIDO (HEADSET) PARA OPERADOR, MICROFONE PARA PACIENTE NO EXAME DE LOGOAUDIOMETRIA, MECANICAS: PORTATIL, PESO DE 5 KG (COM VALISE), EMBALAGEM PARA PROTECAO E TRANSPORTE EM PAPELAO REFORCADO, DIMENSAO DO EQUIPAMENTO: PROFUNDIDADE 275MM X LARGURA 250MM X ALTURA 160MM, DIMENSAO COM VALISE: 600X400X170MM. NORMAS TECNICAS ATENDIDAS: NORMA DE FABRICACAO IEC 60645/92, NORMA DE CALIBRACAO ISO 389/98, REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE (ANVISA) Nº 80205810001, OPCIONAIS: MALETA TECNICA EM NYLON. GARANTIA DE 1 ANO PARA DEFEITO DE FABRICACAO E ASSISTENCIA TECNICA PERMANENTE. MODELO : AD 229B- MARCA E FABRICANTE – INTERACOUSTICS-	01	01	9.800,00	9.800,00
Valor total do fornecedor R$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais).					

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.
5.2. Os itens licitados deverão ser entregues na sede do município de Apiacás-MT, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de forma fracionada e conforme forem solicitados pelo setor competente.
5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;
5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
5.5. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;
5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;
5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;
5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
5.10. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;
5.11. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.
5.12. Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;
5.13. O prazo máximo para entrega será de 20 (vinte) dias após a solicitação e pedido efetuado pelo departamento de compras da Prefeitura Municipal de Apiacás.
5.14. O atraso na entrega caberá penalidades e sanções previstas no Art. 10 e Art. 11 da Presente Ata.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;
6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;
6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;
6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;
6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.
6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO
7.1. O pagamento será efetuado a vista após a entrega dos materiais, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de **Nota Fiscal Eletrônica** de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.
7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.
7.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.
7.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.
7.5. O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, boleto bancário, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";
7.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.
8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.
8.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:
a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;
b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;
d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;
9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.
9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.
9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.
9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.
9.7. -CANCELAMENTO AUTOMÁTICO DO REGISTRO DE PREÇO
A Ata de Registro de Preço, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:
a) Por decurso de prazo de vigência;
b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;
10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;
10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos na entrega para o fornecimento dos Equipamentos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:
a) Advertência por escrito;
b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;
c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;
d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;
10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;
10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;
10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;
10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:
06.- SECRETARIA DE SAÚDE
002.- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-
1049. – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE UBS
44.90.52.000000-1003-143– EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.
II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº 021/2014,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT.

14. DO FORO
Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Apiacás - MT, por mais privilegiado que outro possa ser.
E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93

Apiacás-MT, 25 de junho de 2014.

Prefeitura Municipal de Apiacás-MT
ADALTO JOSÉ ZAGO
Prefeito Municipal
Contratante

Vitason's Centro de Apoio Auditivo LTDA
CNPJ: 92.981.752/0001-07
AIRTON FRANCISCO DA SILVA
Contratada

Publicado por:
Silvia Pierina Rozza Krizanowski
Código Identificador:A9D5F709

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 003/2014

A Prefeitura Municipal de Cáceres, através da Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, o Edital de PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO destinado a selecionar candidatos visando à contratação de Professores, Assistente Administrativo, Auxiliar de Serviços Gerais, Guarda e Motoristas de Ônibus para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação - SME, em caráter excepcional e por tempo determinado, na forma da legislação pertinente, mediante o disposto neste Edital.

1. Das Disposições Preliminares
1.1 A análise dos currículos, objeto do presente Processo Seletivo Simplificado, está pautada no artigo 37, IX, da Constituição Federal; Artigo 96, VIII da Lei Orgânica Municipal; Artigos 1º e 2º da Lei Municipal nº 1.931, de 15 de abril de 2005 e Artigo 65 da Lei Complementar nº 47 de 29 de setembro de 2003 que norteará os critérios da seleção.
1.2 O processo seletivo tem caráter eliminatório e classificatório, compreendendo análise curricular e prova prática (motoristas).

2. Da Entidade Executora da Seleção.
2.1 O Processo Seletivo Simplificado será realizado pela Secretaria Municipal de Educação, através de uma Comissão Paritária composta por representantes dessa Secretaria, do Conselho Municipal de Educação e Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, nomeada pela Portaria N.º 270, de 03 de junho de 2014.

3. Dos Cargos, Requisitos e Atribuições.
3.1- Professor
a) Requisito: Ensino Superior completo na área que irá concorrer
b) Atribuições: (comum a todos os cargos de Professor): Executar tarefas específicas relacionadas com a área de educação; Participar do processo que envolve o planejamento, construção, execução e avaliação do Projeto Político-Pedagógico da Escola; Exercer a docência na educação básica, responsabilizando-se pela turma/sala sob sua responsabilidade; Participar da elaboração do calendário escolar; Zelar pela elevação dos níveis de rendimento escolar e pela melhoria de qualidade do ensino; Colaborar na realização de campanhas educativas de higiene e saúde, além de comemorações cívicas e folclóricas; Exercer atividade de natureza educativa, envolvendo a execução de serviços referentes à elaboração e cumprimento de planos, desenvolvimento de aulas; Registrar a frequência dos alunos; Desenvolver e/ou incentivar o hábito da leitura, o gosto pela pesquisa e pelas artes em geral; Participar da elaboração e implementação de projetos e atividades de articulação e integração da escola com a família dos educandos e com a comunidade escolar; Participar de cursos, atividades e programas de capacitação profissional, quando convocado ou convidado; Elaborar programas e plano de trabalho, controle e avaliação da aprendizagem, recuperação de alunos, reuniões, pesquisa e participação ativa na vida da escola; Interessar-se em adquirir novos conhecimentos e habilidades profissionais, relacionados com o seu trabalho; Colaborar na proposição e realização de atividades extraclasse e de apoio ao desenvolvimento do educando e sua socialização; Zelar pelo bom nome da escola; Adotar metodologias de ensino diversificadas, que estimulem a criatividade, o raciocínio e a experimentação; Colaborar com a formação integral de seus alunos; Relacionar teoria e prática, concretizando os conteúdos curriculares em situações mais próximas e familiares do aluno; Procurar inovar a prática pedagógica visando à melhoria da qualidade de ensino; Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;Auxiliar na conservação, limpeza e boa apresentação das dependências da Escola; Cumprir as normas e determinações relacionadas à atividade docente contidas no Plano de Cargo, Carreira Salário da Educação e respectivo Estatuto da Prefeitura Municipal e demais dispositivos e normas constantes no regimento escolar ou emitidos pela unidade em que atua.

3.2 – Assistente Administrativo
a) Requisitos: Ensino Médio completo e Certificado de Curso de Informática
b)Atribuições:Realizar atendimento ao público em assuntos da Secretaria da Escola; Desenvolver atividades de Escrituração, Arquivo, Protocolo, Estatística, Atas, Transferências escolares e Boletins; Organizar, controlar e operar quaisquer aparelhos eletrônicos, tais como: televisor, projetor de slides, computador, fotocopiadora, retroprojetor, bem como outros recursos didáticos de uso especial; Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo.

3.3 - Auxiliar de Serviços Gerais
a) Requisito: Ensino Fundamental
b) Atribuições: Preparar os alimentos que compõem a merenda escolar; Manter a limpeza e a organização do local, dos materiais e dos equipamentos necessários ao refeitório e à cozinha; Manter a higiene, a organização e o controle dos insumos utilizados na preparação da merenda escolar; Realizar limpeza e higienização das Instituições de Ensino; Executar a limpeza, incluindo serviços de jardinagem; Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo.

3.4 - Guarda
a) Requisito: Ensino Fundamental
b) Atribuições: Fazer a vigilância das áreas internas e externas das Instituições de Ensinos; Prevenir os alunos e os profissionais da educação de possíveis situações perigosas dentro das Instituições de Ensino; Controlar a entrada e saída de pessoas junto às Instituições de Ensino; Detectar, registrar e relatar à direção da Instituição de Ensino, possíveis situações de riscos à integridade física das pessoas e a conservação dos bens públicos sob sua responsabilidade; Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo.

3.5 - Motorista de Ônibus
a) Requisito: Ensino Fundamental; Carteira Nacional de Habilitação na Categoria "D" ou superior dentro do prazo de validade e disponibilidade para trabalhar de manhã, tarde ou noite.
b) Atribuições: Conduzir o veículo em trajeto determinado, de acordo com as regras de trânsito e instruções recebidas, para efetuar o transporte de estudantes; Vistoriar o veículo, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, água e óleo do cárter, e testando freios e parte elétrica, certificando-se de suas condições de funcionamento e, se necessário, providenciar o abastecimento e reparos; Informar defeitos do veículo ao chefe imediato; Portar os documentos do veículo e zelar pela sua conservação; Transportar os estudantes, sempre que necessário, aos locais destinados; Fazer o transporte dos estudantes da sua residência até a escola e trajeto contrário; Efetuar reparos de emergência nos veículos; Recolher o veículo após a jornada de trabalho e deixá-lo em lugar adequado; Colaborar com a limpeza dos veículos, mantendo-os bem apresentáveis; Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo.

4. Da Inscrição

4.1 A inscrição implica conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e sobre as quais os inscritos não poderão alegar desconhecimento.
4.2 No ato da inscrição o candidato deverá:
4.3. Protocolar a ficha de inscrição devidamente preenchida e assinada, acompanhada de cópia dos documentos pessoais:

ITEM	DESCRIÇÃO	OBSERVAÇÃO
01	RG	
02	CPF	
03	Certidão de Nascimento ou Casamento	
04	Titulo de eleitor	
05	Cópia do Certificado de reservista	
06	CNH	Para o cargo de Motorista de Ônibus
07	Comprovante de Escolaridade	
08	Comprovante de residência	Atual

4.4 Apresentar documento original de identificação contendo os dados descritos no requerimento de inscrição.
4.5. São de exclusiva responsabilidade do candidato as informações dos dados cadastrais prestadas no ato de inscrição, sob as penas da lei.
4.6 Não serão cobradas taxas aos candidatos.

5. Do Cronograma de Execução do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2014

Etapas	Data	Horário
Período das inscrições	26/ 06/2014 a 27/06/2014	8h ás 17h30
Divulgação do Resultado da Análise Curricular	30/06/2014	A partir das 12 h
Prova Prática (Motoristas)	30/06/2014	A partir das 13h
Interposição de Recurso	30/06/2014 até 01/07/2014	8h ás 17h30
Divulgação da Análise do Recurso e Resultado Final.	02/06/2014	A partir das 12h
Apresentação para Lotação	03/07/2014	A partir das 12h

5.1 A inscrição deve ser feita pelo candidato ou por procuração com firma reconhecida em cartório.

6. Do Local das Inscrições:

6.1 As inscrições para todos os cargos serão realizadas nas dependências da Secretaria Municipal de Educação, situada na Avenida Getúlio Vargas, s/n - COC.

7. Da Classificação

7.1. A ordem de Classificação dos candidatos para cada cargo será definida considerando os seguintes critérios e etapas:

7.2. Etapa I

7.2.1.Da Análise de Currículo – Para todos os cargos
7.2.2. Na análise da Titulação Acadêmica, será computado apenas o título de maior pontuação.
7.2.1.1.Dos Professores
a) Formação

ORDEM	INSTRUÇÃO	CONDIÇÃO	PONTO
01	**Graduação**	Diploma ou certificado de conclusão de curso de Licenciatura na Área pretendida	**3,0**
02		Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação em nível de Especialização com	4,0

	Especialização	carga horária igual ou superior a 360 horas/aulas.	
03	Mestrado	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação em nível de Mestrado.	6,0
04	Doutorado	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação em nível de Doutorado.	8,0

b) Experiência e Qualificação

ORDEM	ANÁLISE CURRICULAR	CONDIÇÃO	PONTOS
01	TEMPO DE SERVIÇO	Documento comprobatório de tempo de serviço na área da educação em atuação docente, referente aos 10 (dez) últimos anos, registrado pela instituição de ensino, legalmente autorizada, atribuí-se 0,50 (cinquenta décimos) para cada ano comprovado, podendo atribuir-se no máximo 5,0 (cinco pontos).	0,50 a 5,0
02	FORMAÇÃO EM SERVIÇO	Certificados de cursos na área da educação, devidamente registrados pela instituição formadora, legalmente autorizada, contendo carga horária e conteúdos ministrados. Atribui-se 0,50 (cinquenta décimos) para cada 40h (quarenta) apresentadas e comprovadas, podendo atribuir-se no máximo 3,0 (três pontos), nos últimos três anos.	0,5 a 3,0

7.2.1.2.Auxiliar de Serviços Gerais e Guardas
a) Formação

ORDEM	INSTRUÇÃO	CONDIÇÃO	PONTO
01	**Ensino Fundamental Incompleto**	Ensino Fundamental Incompleto	**1,0**
02	**Ensino Fundamental Completo**	Certificado de conclusão ou Histórico Escolar do Ensino Fundamental	**2,0**

b) Experiência e Qualificação

ORDEM	ANÁLISE CURRICULAR	CONDIÇÃO	PONTOS
01	TEMPO DE SERVIÇO	Documento comprobatório de tempo de serviço na área da educação, ou no cargo pretendido referente aos 10 (dez) últimos anos, registrado pela instituição de ensino, legalmente autorizada, atribuí-se 0,50 (cinquenta décimos) para cada ano comprovado, podendo atribuir-se no máximo 5,0 (cinco pontos).	0,50 a 5,0
02	FORMAÇÃO EM SERVIÇO	Certificados de cursos na área da educação, ou na área pretendida devidamente registrados pela instituição formadora, legalmente autorizada, contendo carga horária e conteúdos ministrados, atribui-se 0,50 (cinquenta décimos) para cada 40h (quarenta) apresentadas e comprovadas, podendo atribuir-se no máximo 3,0 (três pontos), nos últimos três anos.	0,5 a 3,0

7.2.1.3 Assistente Administrativo
a) Formação

ORDEM	INSTRUÇÃO	CONDIÇÃO	PONTO
01	**Ensino Médio**	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Certificado de conclusão ou histórico Escolar do Ensino Médio	**2,0**

b) Experiência e Qualificação

ORDEM	ANÁLISE CURRICULAR	CONDIÇÃO	PONTOS
01	**TEMPO DE SERVIÇO**	Documento comprobatório de tempo de serviço no cargo pretendido referente aos 10 (dez) últimos anos.Atribui-se 0,50 (cinquenta décimos) para cada ano comprovado, podendo atribuir-se no máximo 5,0 (cinco pontos).	
02	FORMAÇÃO EM SERVIÇO	Certificados de cursos na área da educação, ou na área pretendida devidamente registrados pela instituição formadora, legalmente autorizada, contendo carga horária e conteúdos ministrados, atribui-se 0,50 (cinquenta décimos) para cada 40h (quarenta) apresentadas e comprovadas, podendo atribuir-se no máximo 3,0 (três pontos), nos últimos três anos.	0,50 a 5,0

7.2.1.4 Motorista de Ônibus
a) Formação

ORDEM	INSTRUÇÃO	CONDIÇÃO	PONTO
01	**Ensino Fundamental Incompleto**	Ensino Fundamental Incompleto	**1,0**
02	**Ensino Fundamental Completo**	Certificado de conclusão ou Histórico Escolar do Ensino Fundamental	**2,0**

b) Experiência e Qualificação

ORDEM	ANÁLISE CURRICULAR	CONDIÇÃO	PONTOS
01	TEMPO DE SERVIÇO	Documento comprobatório de tempo de serviço no cargo pretendido referente aos 10 (dez) últimos anos, registrado pela instituição empregadora, atribui-se 0,50 (cinqüenta décimos) para cada ano comprovado, podendo atribuir-se no máximo 5,0 (cinco pontos).	0,50 a 5,0
02	FORMAÇÃO EM SERVIÇO	Certificados de cursos na área pretendida, devidamente registrados pela instituição formadora, legalmente autorizada, contendo carga horária e conteúdos ministrados, atribui-se 0,50 (cinqüenta décimos) para cada 40h (quarenta) apresentadas e comprovadas, podendo atribuir-se no máximo 3,0 (três pontos), nos últimos três anos.	0,5 a 3,0
03	FORMAÇÃO ESPECIFICA	Certificado de Curso de Transporte de Passageiros e/ou Transporte Escolar com carga horária de no mínimo 20 horas.	1,0
04		Certificado de Curso de especifico sobre Legislação de Transito com carga horária de no mínimo 20 horas.	1,0

7.3 Etapa II

7.3.1. Da Prova Prática

7.3.1.1. Motorista de Ônibus

7.3.1.2. Participarão da Prova prática para o cargo de Motorista de Ônibus, todos os candidatos ao cargo, não eliminados na Etapa I do presente Processo Seletivo Simplificado.
7.3.1.3. A prova prática para o cargo de Motorista de Ônibus será feita em ônibus de propriedade do Município obedecendo aos critérios previstos neste Edital;
7.3.1.4. Ao realizar a prova prática, cada candidato deverá fazer um percurso previamente definido pelo examinador com duração de 30 minutos.

7.3.1.5. Todos os Candidatos deverão fazer o percurso determinado para avaliação.
7.3.1.6. O candidato iniciará a prova prática com um total de 10 (dez) pontos, que terá sua pontuação deduzida de acordo com as infrações cometidas, conforme tabela abaixo:

Discrição		Pontuação a ser deduzida
Faltas Graves	Avançar sobre o meio fio	0,40
	Não colocar o veículo em área balizada	0,40
	Avançar via preferencial	0,40
	Exceder a velocidade regulamentada pra a via	0,40
	Não observar as regras de ultrapassagem ou de mudança de direção	0,40
	Não dar preferência de passagem ao pedestre que estiver atravessando a via transversal para onde se dirige o veículo ou ainda quando o pedestre não haja concluído a travessia, mesmo que ocorra sinal verde para o veículo.	0,40
	Não sinalizar com antecedência a manobra pretendida ou sinalizá-la incorretamente	0,40
	Manter a porta do veículo aberta ou semi-aberta durante o percurso da prova ou parte de dele	0,40
	Não usar devidamente o cinto de segurança	0,40
	Cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza grave	0,40
Faltas Médias	Executar o percurso da prova, no todo ou em parte, sem estar o freio de mão inteiramente livre	0,30
	Interromper o funcionamento do motor sem justa razão, após o início da prova	0,30
	Fazer conversão incorretamente	0,30
	Usar a buzina sem necessidade ou em local proibido	0,30
	Usar o pedal da embreagem antes de usar o pedal de freio nas frenagens	0,30
	Entrar nas curvas com a engrenagem de tração do veículo em ponto neutro	0,30
	Engrenar ou utilizar as marchas de maneira incorreta, durante o percurso	0,30
	Cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza média	0,30
Faltas Leves	Ajustar incorretamente o banco do veículo destinado ao condutor	0,20
	Não ajustar devidamente os espelhos retrovisores	0,20
	Apoiar o pé no pedal da embreagem com o veículo engrenado e em movimento	0,20
	Utilizar ou interpretar incorretamente os instrumentos do painel do veículo	0,20
	Dar partida ao veículo com a engrenagem de tração ligada	0,20
	Tentar movimentar o veículo com a engrenagem de tração em ponto neutro	0,20
	Provocar movimentos irregulares no veículo sem motivos justificados	0,20
	Cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza leve	0,20

7.3.1.7. Considerar-se-á aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 7,0 (sete) na realização da prova prática.
7.3.1.8. Os candidatos reprovados na prova prática serão desclassificados do Processo Seletivo Simplificado.

8. Vagas reservadas para Portadores de Necessidades Especiais

8.1. Aos candidatos portadores de necessidades especiais estão reservadas 10% (dez por cento) das vagas dos cargos previstos neste edital, de acordo com a Lei Complementar Estadual 114/2002 e com a Lei Federal nº 7.853/89, regulamentada pelo Decreto nº 3.298/99.
8.2. Para os efeitos do item 9.1, nos termos do Decreto nº 3.298/99, considera-se pessoa portadora de necessidade especial todo indivíduo cujas possibilidades de obter e conservar um cargo adequado e de progredir no mesmo fiquem substancialmente reduzidas devido a uma deficiência ou limitação física, mental ou sensorial reconhecida.
8.3. Qualquer pessoa portadora de necessidade especial poderá inscrever-se em Processo Seletivo Simplificado para ingresso nos cargos da Secretaria Municipal de Educação de Cáceres, conforme a previsão das vagas estabelecidas neste edital.
8.4. O candidato, no ato da inscrição, declarará expressamente a deficiência de que é portador e deverá apresentar no ato da inscrição o laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, nos termos do inciso IV do art. 39 do Decreto Federal nº 3.298/99, na sede da Secretaria Municipal de Educação, para a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado.
8.5. O candidato portador de necessidade especial deverá corresponder ao perfil traçado para o preenchimento do cargo.
8.6. Na hipótese de não preenchimento da quota prevista no item 6.1, as vagas remanescentes serão revertidas para os demais candidatos qualificados no certame, observada a respectiva ordem de classificação.

9. DOS CARGOS E VAGAS OFERECIDOS E SUAS ESPECIFICAÇÕES

9.1. Os cargos e vagas estão distribuídos conforme Anexo I do presente edital.

10. DA CLASSIFICAÇÃO

10.1. A nota final, para efeito de classificação dos candidatos, será igual às notas obtidas na análise curricular e o resultado final será definido em ordem decrescente, exceto para o cargo de Motorista de Ônibus.
10.2 Para o cargo de Motorista de Ônibus a classificação na etapa I (análise curricular) definirá a ordem dos candidatos que irão realizar a etapa II (prova prática). A classificação final será de acordo com a nota obtida na prova prática.
10.3 Serão Eliminados do Processo Seletivo:
a) Os candidatos que não cumprirem os requisitos da etapa I;
b) Os candidatos que não comparecerem para realizar a etapa II (no caso dos Motoristas de Ônibus);
10.4 Serão reprovados na prova prática (Motoristas de Ônibus) os candidatos que obtiverem nota inferior a 7.0.

11. Dos critérios de desempate na classificação

11.1. Havendo empate na classificação em qualquer cargo, serão obedecidos os critérios de desempate pela ordem a seguir:
a)com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos até o último dia de inscrição, nos termos da Lei Federal n.º 10.741/2003, entre si e frente aos demais, sendo que será dada preferência ao de idade mais elevada
b) que tiver maior tempo de serviço
c) quetivermaisidade.

12. DO RESULTADO FINAL
11.1. O resultado final do Processo Seletivo Simplificado será publicado nos sites www.caceres.mt.gov.b e www.amm.org.br e facultativamente na imprensa local, de forma resumida ou integral, a critério da Secretaria Municipal de Educação.

13. DA CONVOCAÇÃO.

13.1. Os candidatos aprovados serão convocados para contratação, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, seguindo-se rigorosamente a ordem de classificação até o limite de vagas estabelecido neste edital ou aquelas vagas surgidas durante a validade do Processo Seletivo Simplificado.

13.2. Os candidatos classificados e em cadastro de reserva, serão mantidos em cadastro durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado e poderão ser convocados em função da disponibilidade de vagas futuras, ficando sob sua responsabilidade o acompanhamento das nomeações **na Imprensa Oficial do Município** ocorrida durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado.

13.3. Os candidatos aprovados serão convocados por edital publicado na Imprensa Oficial do Município e, facultativamente, na imprensa local a comparecerem em data, horário e local pré-estabelecidos para serem contratados e receberem a designação do respectivo local de trabalho.

13.4. Para ser contratado, o candidato deverá apresentar documentação original e fotocópia autenticada em cartório, que comprove o que segue abaixo:

13.4.1.Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;
13.4.2. Certidão de Casamento ou Nascimento;
13.4.3. Certidão de Nascimento dos filhos;
13.4.4. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);
13.4.5. Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);
13.4.6. Cadastro do PIS/PASEP;
13.4.7. Documentos que comprovem estar quites com as obrigações eleitorais;
13.4.8. Título de Eleitor;
13.4.9. Certidão Negativa de Débitos junto ao município;
13.4.10. Atestado Médico Admissional;
13.4.11. 02 (duas) fotos 3x4, coloridas e recentes;
13.4.12. Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);
13.4.13. Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC;
13.4.14. Comprovante de Residencia à data da Contratação em nome do admitido;
13.4.15. Declaração negativa de acúmulo de cargo e emprego público, assindo pelo servidor, com firma reconhecida em cartório;
13.4.16. Declaração de Bens devidametne registrada em cartório;
13.4.17. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;
13.4.18. Carteira de Trabalho (páginas onde constam, foto, número e série da Carteira de Trabalho, Qualificação Civil e Contrato de Trabalho);
13.4.19. Carteira Nacional de Habilitação (para o cargo de Motorista de ônibus);
13.4.20. Número do CPF do Pai, Mãe, Cônjuge, Filhos e/ou dependentes;
13.4.21. Conta Bancária para creédito salarial junto Caixa Economica Federal.
13.4.22. Certidão Negativa dos último 5 (cinco) anos, relativa à existencia ou inexistencia de ações cíveis e criminais.

14. DO REGIME JURÍDICO DE TRABALHO

14.1. A contratação dos candidatos aprovados será feita exclusivamente no Regime Contratual, sendo vinculados ao Regime Geral de Previdência Social.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. O presente Processo Seletivo Simplificado terá prazo de validade de 01 (um) ano, contado a partir de sua homologação.

15.2. A inscrição neste Processo Seletivo Simplificado, para todo e qualquer efeito de direito, expressa o conhecimento e a aceitação por parte do candidato de todas as normas constantes deste edital.

15.3. Caso ocorram desistências ou eliminações de candidatos convocados para a nomeação, a Secretaria Municipal de Educação de Cáceres promoverá tantas convocações e nomeações quantas julgar necessárias durante o período de validade do Processo Seletivo Simplificado, dentre os candidatos classificados, observando sempre o número de vagas existentes, ou que venham a ser criadas por lei complementar específica.

15.4. Será considerado desistente e, portanto, eliminado do Processo Seletivo Simplificado o candidato que não comparecer nas datas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação para contratação, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos.

15.5. O candidato que, à época da contratação, não comprovar que preenche os requisitos indispensáveis para o exercício legal do cargo para o qual foi aprovado, será considerado eliminado sumariamente, não podendo ser aproveitado para outro cargo.

15.6. A Secretaria Municipal de Educação de Cáceres poderá convocar, para o preenchimento de vagas surgidas no decorrer do prazo de validade deste Processo Seletivo Simplificado, os candidatos classificados, observando-se o cargo e a ordem de classificação, rigorosamente.

15.7. A Secretaria Municipal de Educação de Cáceres fará divulgar, sempre que necessário, as normas complementares ao presente edital e avisos oficiais.

15.8. A aprovação do candidato não assegura o direito ao seu ingresso automático e imediato ao cargo para o qual se habilitou, estando a sua convocação condicionada à necessidade da Secretaria Municipal de Educação.

15.9. Os itens deste edital poderão sofrer eventuais alterações enquanto não for consumado o evento que lhe diz respeito.

15.10. Todas as publicações pertinentes ao presente Processo Seletivo Simplificado, enquanto em andamento e até a divulgação do resultado, serão feitas no site www.caceres.mt.gov.br, bem como no quadro de avisos da Prefeitura Municipal.

15.11.1. As publicações relativas à homologação do Processo Seletivo Simplificado e à convocação dos aprovados serão tornadas públicas por meio da Imprensa Oficial do Município, facultativamente na imprensa local e no site www.caceres.mt.gov.br, sendo de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação de Cáceres a publicação e do candidato o acompanhamento de tais publicações.

15.10.2. Para fins do subitem acima, considera-se órgão de Imprensa Oficial do Município o Jornal da Associação dos Municípios Mato-grossenses (www.amm.org.br).

15.11. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação de Cáceres, em conjunto com a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Dos Recursos

16.1.1. Dos atos praticados pela Secretaria Municipal de Educação de Cáceres/Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014, caberá recurso na forma da lei, desde que apresentado no prazo referido a seguir, contado da data da sua divulgação, ressalvados os prazos específicos previstos neste edital:

Impugnação do Edital nº 003/2014: dois dias úteis;

Resultado Preliminar do Processo Seletivo Simplificado: dois dias úteis;
Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado: dois dias uteis.
10.1.2. O recurso deverá ser apresentado em formulário de recurso disponibilizado no Anexo III deste edital, datilografado ou digitado, assinado pelo candidato, endereçado à Comissão Organizadora e protocolado na sede da Secretaria Municipal de Educação.
10.1.3. A decisão do recurso será dada a conhecer coletivamente por meio de edital complementar que será fixado no átrio da Prefeitura Municipal e dado conhecimento no site supracitado, na forma de retificação do resultado, conforme o caso.

Cáceres-MT, 24 de junho de 2014.

FABIO LUIZ SANTOS LOURENÇO
Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado

NELCI ELIETE LONGHI
Secretária de Educação

Anexo I

DOS CARGOS E DAS VAGAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL BURITI

Nº	CARGOS	Requisitos	Tipos de Provas	Remuneração R$	Carga Horária	VAGAS			Local de Trabalho
						AC	PNE	Total	
01	Professor de Pedagogia	Ensino Superior Completo em Pedagogia	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	E. M. Buriti
02	Professor de Português	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	E. M. Buriti
03	Professor de Matemática	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	E. M. Buriti
04	Professor de Geografia	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	E. M. Buriti
05	Professor de Educação Física	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	E. M. Buriti
06	Professor de História	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	E. M. Buriti
07	Professor de Ciências Físicas e Biológicas	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	E. M. Buriti
08	Assistente Administrativo	Ensino Médio Completo	Análise Curricular	761,51	40h	CR	-	-	E. M. Buriti
09	Guarda	Ensino Fundamental	Análise Curricular	724,00	40h	CR	-	-	E. M. Buriti
10	Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Fundamental	Análise Curricular	724,00	40h	CR	-	-	E. M. Buriti

ESCOLA MUNICIPAL LARANJEIRA I

Nº	CARGOS	Requisitos	Tipos de Provas	Remuneração R$	Carga Horária	VAGAS			Local de Trabalho
						AC	PNE	Total	
01	Professor de Pedagogia	Ensino Superior Completo em Pedagogia	Análise Curricular	1.272,76	20h	01	-	01	E. M. Laranjeira
02	Professor de Português	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	E. M. Laranjeira
03	Professor de Matemática	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	E. M. Laranjeira
04	Professor de Geografia	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	E. M. Laranjeira
05	Professor de Educação Física	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	E. M. Laranjeira
06	Professor de História	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	E. M. Laranjeira
07	Professor de Ciências Físicas e Biológicas	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	E. M. Laranjeira
08	Assistente Administrativo	Ensino Médio Completo	Análise Curricular	761,51	40h	01	-	01	E. M. Laranjeira
09	Guarda	Ensino Fundamental	Análise Curricular	724,00	40h	01	-	01	E. M. Laranjeira
10	Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Fundamental	Análise Curricular	724,00	40h	CR	-	-	E. M. Laranjeira

ESCOLA MUNICIPAL SANTO ANTONIO DO CARAMUJO

Nº	CARGOS	Requisitos	Tipos de Provas	Remuneração R$	Carga Horária	VAGAS			Local de Trabalho
						AC	PNE	Total	
01	Professor de Pedagogia	Ensino Superior Completo em Pedagogia	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	E M. Santo Antônio do Caramujo
02	Professor de Português	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	E M. Santo Antônio do Caramujo
03	Professor de Matemática	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	E M. Santo Antônio do Caramujo
04	Professor de Geografia	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	E M. Santo Antônio do Caramujo
05	Professor de Educação Física	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	E M. Santo Antônio do Caramujo
06	Professor de História	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	E M. Santo Antônio do Caramujo
07	Professor de Ciências Físicas e Biológicas	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	E M. Santo Antônio do Caramujo
09	Guarda	Ensino Fundamental	Análise Curricular	724,00	40h	CR	-	-	E M. Santo Antônio do Caramujo
10	Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Fundamental	Análise Curricular	724,00	40h	CR	-	-	E M. Santo Antônio do Caramujo
11	Motorista de Ônibus	Ensino Fundamental	Análise Curricular e Prova Prática	724,00 + 192,00 (FG)	40h	01	-	01	E M. Santo Antônio do Caramujo

NÚCLEO CLARINÓPOLIS

Nº	CARGOS	Requisitos	Tipos de Provas	Remuneração R$	Carga Horária	VAGAS			Local de Trabalho
						AC	PNE	Total	
01	Professor de Pedagogia	Ensino Superior Completo em Pedagogia	Análise Curricular	1.272,76	20h	01	-	01	Núcleo Clarinópolis
02	Professor de Português	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	Núcleo Clarinópolis
03	Professor de Matemática	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	Núcleo Clarinópolis
04	Professor de Geografia	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	Núcleo Clarinópolis
05	Professor de Educação Física	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	Núcleo Clarinópolis
06	Professor de História	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	Núcleo Clarinópolis
07	Professor de Ciências Físicas e Biológicas	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	Núcleo Clarinópolis
08	Assistente Administrativo	Ensino Médio Completo	Análise Curricular	761,51	40h	CR	-	-	Núcleo Clarinópolis
09	Guarda	Ensino Fundamental	Análise Curricular	724,00	40h	CR	-	-	Núcleo Clarinópolis
10	Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Fundamental	Análise Curricular	724,00	40h	CR	-	-	Núcleo Clarinópolis

NÚCLEO LIMÃO

Nº	CARGOS	Requisitos	Tipos de Provas	Remuneração R$	Carga Horária	VAGAS			Local de Trabalho
						AC	PNE	Total	
01	Professor de Pedagogia	Ensino Superior Completo em Pedagogia	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	Núcleo Limão
02	Professor de Português	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	Núcleo Limão
03	Professor de Matemática	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	Núcleo Limão
04	Professor de Geografia	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	Núcleo Limão
05	Professor de Educação Física	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	Núcleo Limão
06	Professor de História	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	Núcleo Limão
07	Professor de Ciências Físicas e Biológicas	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	Núcleo Limão
08	Assistente Administrativo	Ensino Médio Completo	Análise Curricular	761,51	40h	CR	-	-	Núcleo Limão
09	Guarda	Ensino Fundamental	Análise Curricular	724,00	40h	01	-	01	Núcleo Limão
10	Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Fundamental	Análise Curricular	724,00	40h	CR	-	-	Núcleo Limão
11	Motorista de Ônibus	Ensino Fundamental	Análise Curricular e Prova Prática	724,00 + 192,00 (FG)	40h	01	-	01	Núcleo Limão

NÚCLEO PAIOL

Nº	CARGOS	Requisitos	Tipos de Provas	Remuneração R$	Carga Horária	VAGAS			Local de Trabalho
						AC	PNE	Total	
01	Professor de Pedagogia	Ensino Superior Completo em Pedagogia	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	Núcleo Paiol
02	Professor de Português	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	Núcleo Paiol
03	Professor de Matemática	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	Núcleo Paiol
04	Professor de Geografia	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	Núcleo Paiol
05	Professor de Educação Física	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	Núcleo Paiol
06	Professor de História	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	Núcleo Paiol
07	Professor de Ciências Físicas e Biológicas	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	Núcleo Paiol
08	Assistente Administrativo	Ensino Médio Completo	Análise Curricular	761,51	40h	CR	-	-	Núcleo Paiol
09	Guarda	Ensino Fundamental	Análise Curricular	724,00	40h	CR	-	-	Núcleo Paiol
10	Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Fundamental	Análise Curricular	724,00	40h	CR	-	-	Núcleo Paiol

NÚCLEO SADIA

Nº	CARGOS	Requisitos	Tipos de Provas	Remuneração R$	Carga Horária	VAGAS			Local de Trabalho
						AC	PNE	Total	
01	Professor de Pedagogia	Ensino Superior Completo em Pedagogia	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	Núcleo Sadia
02	Professor de Português	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	Núcleo Sadia
03	Professor de Matemática	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	Núcleo Sadia
04	Professor de Geografia	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	Núcleo Sadia
05	Professor de Educação Física	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	Núcleo Sadia
06	Professor de História	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	Núcleo Sadia
07	Professor de Ciências Físicas e Biológicas	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	Núcleo Sadia
08	Assistente Administrativo	Ensino Médio Completo	Análise Curricular	761,51	40h	CR	-	-	Núcleo Sadia
09	Guarda	Ensino Fundamental	Análise Curricular	724,00	40h	CR	-	-	Núcleo Sadia
10	Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Fundamental	Análise Curricular	724,00	40h	CR	-	-	Núcleo Sadia
11	Motorista de Ônibus	Ensino Fundamental	Análise Curricular e Prova Prática	724,00 + 192,00 (FG)	40h	01	-	01	Núcleo Sadia

NÚCLEOSAPIQUÁ

Nº	CARGOS	Requisitos	Tipos de Provas	Remuneração R$	Carga Horária	VAGAS			Local de Trabalho
						AC	PNE	Total	
01	Professor de Pedagogia	Ensino Superior Completo em Pedagogia	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	Núcleo Sapiquá
02	Professor de Português	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	Núcleo Sapiquá
03	Professor de Matemática	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	Núcleo Sapiquá
04	Professor de Geografia	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	Núcleo Sapiquá
05	Professor de Educação Física	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	Núcleo Sapiquá
06	Professor de História	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	Núcleo Sapiquá
07	Professor de Ciências Físicas e Biológicas	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	Núcleo Sapiquá
08	Assistente Administrativo	Ensino Médio Completo	Análise Curricular	761,51	40h	CR	-	-	Núcleo Sapiquá
09	Guarda	Ensino Fundamental	Análise Curricular	724,00	40h	CR	-	-	Núcleo Sapiquá
10	Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Fundamental	Análise Curricular	724,00	40h	CR	-	-	Núcleo Sapiquá
11	Motorista de Ônibus	Ensino Fundamental	Análise Curricular e Prova Prática	724,00 + 192,00 (FG)	40h	01	-	01	Núcleo Sapiquá

NÚCLEO UNIÃO

Nº	CARGOS	Requisitos	Tipos de Provas	Remuneração R$	Carga Horária	VAGAS			Local de Trabalho
						AC	PNE	Total	
01	Professor de Pedagogia	Ensino Superior Completo em Pedagogia	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	Núcleo União
02	Professor de Português	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	Núcleo União
03	Professor de Matemática	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	Núcleo União
04	Professor de Geografia	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	Núcleo União
05	Professor de Educação Física	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	Núcleo União
06	Professor de História	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	Núcleo União
07	Professor de Ciências Físicas e Biológicas	Ensino Superior Completo na área	Análise Curricular	1.272,76	20h	CR	-	-	Núcleo União
08	Assistente Administrativo	Ensino Médio Completo	Análise Curricular	761,51	40h	CR	-	-	Núcleo União
09	Guarda	Ensino Fundamental	Análise Curricular	724,00	40h	CR	-	-	Núcleo União
10	Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Fundamental	Análise Curricular	724,00	40h	CR	-	-	Núcleo União
11	Motorista de Ônibus	Ensino Fundamental	Análise Curricular e Prova Prática	724,00 + 192,00 (FG)	40h	01	-	01	Núcleo União

ANEXO II

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
Nº 003/2014– SME

Identificação do Candidato		Inscrição N.º: _____ *Para uso da Comissão*
Nome :		
Data de Nascimento:		
Endereço	Rua: N.º:	
Bairro:		Telefone:

Do cargo Pretendido

Cargo:	
Localidade	

_____
Local e Data Assinatura do Candidato

Reservado a Comissão Organizadora	
Requisitos Avaliados	Pontuação conquistada
Instrução	
Tempo de Serviço	
Formação em Serviço	
Total	
Responsável pela Contagem: Visto da Comissão:	

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO:		Inscrição N.º: _____ *Para uso da Comissão*
Candidato		
Cargo:		
Localidade		

Cáceres-MT, ____/06/2014 _____

Local e Data Assinatura do Recebedor

Prova Prática (Motoristas)	30/06/2014	A partir das 13h
Interposição de Recurso	30/06/2014 até 01/07/2014	8h ás 17h30
Divulgação da Análise do Recurso e Resultado Final.	02/06/2014	A partir das 12h
Apresentação para Lotação	03/07/2014	A partir das 12h

ANEXO III

FORMULÁRIO PARA RECURSO

NOME DO(A) CANDIDATO(A): _____
RG Nº _____ CPF Nº _____
CARGO: _____ Nº DA INSCRIÇÃO: _____
TIPO DE RECURSO: _____
ARGUMENTAÇÃO DO CANDIDATO: _____

_____, _____ de _____ de 2014.

_____
Assinatura do (a) requerente

Publicado por:
Eliana de Fátima Evangelista
Código Identificador:6A699230

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 78/2014 PREGÃO: N° 061/2014 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT
FORNECEDOR: MOREIRA E CIA LTDA
VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de material para a construção do sistema de drenagem e pavimentação no Bairro Jardim Olenka.
Os preços, as quantidades e as especificações dos itens registrados, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Cód. Item	Quant.	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
03	33311	392	TON.	AREIA FINA LAVADA	BEIRA RIO	44,00	17.248,00
04	25645	130	TON.	AREIA GROSSA TON	AGUA VERDE	75,00	9.750,00
07	1507	2100	UNID.	CIMENTO SC 50KG	ITAU	24,80	52.080,00
08	33313	1000	M.	MADEIRA CAIBRO 5 X 6	CAMBARA	2,75	2.750,00
14	25646	900	TON.	PEDRISCO TON	PEDREIRA TGA	85,00	76.500,00
17	33312	5	KG.	PREGO 17X36	BELGO	8,55	42,75
18	20677	7	KG.	PREGO 18X24	BELGO	7,95	55,65
19	8746	60	UNID.	TAMPÃO DE FERRO FUNDIDO	FEMAR	890,00	53.400,00

OBS: republicado para correção

Publicado por:
Lays da Silva Santos
Código Identificador:289166CD

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMP 046 PCCS EDUCAÇÃO

LEI COMPLEMENTAR N° 046/2014

Dispõe sobre O Plano de Cargos Carreira e Salário dos Profissionais da Educação Pública Básica do Município de Cotriguaçu, e dá outras providencias.

Rosangela Aparecida Nervis, Prefeita Municipal de Cotriguaçu, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

TÍTULO I
Da Finalidade

Art. 1º. Esta Lei Complementar reestrutura a carreira estratégica dos profissionais da Educação Pública Básica do Município de Cotriguaçu, tendo por finalidade organizá-la, estruturá-la e estabelecer as normas sobre o regime jurídico de seu pessoal. Conforme estabelece a Lei nº 9.394 de 20/12/1996 e a Lei Orgânica Municipal em seus Artigos 134 a 147, Seção V, Capítulo I, Título II.

Parágrafo Único: Entende-se por carreira estratégica aquela essencial para o oferecimento de serviço público, priorizado e mantido sob a responsabilidade do Município, com admissão exclusiva por concurso público, não podendo ser terceirizado, transferido a organização de direito privado ou privatizado, e com sistema remuneratório estabelecido através de subsidio fixado em parcela única, revisto e reajustado obrigatoriamente na data base, pelo coeficiente resultante da inflação acumulada a cada 12 (doze) meses, que efetivamente recomponha o seu poder de compra originário.

CAPÍTULO I
Da Constituição da Carreira

Art. 2º. Para efeitos desta Lei Complementar, entende-se por Profissionais da Educação Básica o conjunto de professores que exercem atividades de docência ou suporte pedagógico direto a tais atividades, incluídas as de Coordenação, Direção Escolar, Técnico de Nível Superior Educacional, Técnico Administrativo Educacional, Apoio Administrativo Educacional e Apoio Operacional, que desempenham atividades nas Escolas Municipais, Centros de Educação Infantil e no Órgão Central da Educação Pública do Município de Cotriguaçu – MT.
I. Professor composto das atribuições inerentes às atividades de docência, de coordenação e assessoramento pedagógico e de direção de unidade escolar.
II. Técnico Administrativo Educacional composto de atribuições inerentes às atividades de administração escolar, de multi-meios didáticos e outras que exijam formação mínima de ensino médio e profissionalização específica;

III. Técnico Educacional de Nível Superior: composto das atribuições inerente às atividades de nível superior de Nutrição e Psicologia;

IV. Apoio Administrativo Educacional: composto de atribuições inerentes às atividades de nutrição escolar, de manutenção de

V. Infraestrutura, vigilância e outras que requeiram formação em nível de ensino e profissionalização específica.

VI. Apoio Operacional: composto de atribuições inerentes às atividades de conduzir veículos de acordo com as disposições contidas no Código Nacional de Transito com formação em nível de ensino e profissionalização específica.

Parágrafo Único: A Secretaria Municipal de Educação deve proporcionar aos Profissionais da Educação Básica valorização mediante formação continuada, manutenção do piso salarial profissional, garantia de condições de trabalho, condições básicas para o avanço da produção científica dos profissionais da educação e cumprimento da aplicação dos recursos constitucionais destinados à educação.

CAPÍTULO II
Das Séries de Classe dos Cargos da Carreira

Art. 3º. A carreira dos Profissionais da Educação Básica é constituída de:
I - 05 (cinco) cargos de carreira, de provimento efetivo:
a) Professor - composto das atribuições e atividades descritas no § 1º do art. 4º desta lei complementar;
b) Técnico Administrativo Educacional - composto das atribuições e atividades descritas no art. 11º desta lei complementar;
c) Técnico Educacional de Nível Superior - composto das atribuições e atividades descritas no art. 7º desta lei complementar.
d) Apoio Administrativo Educacional - composto das atribuições e atividades descritas no art. 11º desta lei complementar;
e) Apoio Operacional - composto das atribuições e atividades descritas no art. 11º desta lei complementar.
II - 03 (três) funções de dedicação exclusiva:
a) Diretor de unidade escolar, função composta das seguintes atribuições:
1. Representar a escola, responsabilizando-se pelo seu funcionamento;
2. Coordenar, em consonância com o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, a elaboração, a execução e a avaliação do Projeto Político-Pedagógico e do Plano de Desenvolvimento Estratégico da Escola, observadas as políticas públicas das Secretarias Estadual e Municipal de Educação, e outros processos de planejamento;
3. Coordenar a implementação do Projeto Político-Pedagógico da Escola, assegurando a unidade e o cumprimento do currículo e do calendário escolar;
4. Manter atualizado o tombamento dos bens públicos, zelando, em conjunto com todos os segmentos da comunidade escolar, pela sua conservação;
5. Dar conhecimento à comunidade escolar das diretrizes e normas emitidas pelos órgãos do sistema de ensino;
6. Submeter ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar para exame e parecer, no prazo regulamentado, a prestação de contas dos recursos financeiros repassados à unidade escolar;
7. Divulgar a comunidade escolar a movimentação financeira da escola;
8. Coordenar o processo de avaliação das ações pedagógicas e técnico-administrativo-financeiras desenvolvidas na escola;
9. Apresentar, anualmente, à Secretaria Municipal de Educação e à Comunidade Escolar, a avaliação do cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento da Escola, avaliação interna da escola e as propostas que visem à melhoria da qualidade do ensino e ao alcance das metas estabelecidas;
10. Cumprir e fazer cumprir a legislação vigente;
b) Coordenador pedagógico, função composta das seguintes atribuições:
1. Investigar o processo de construção de conhecimento e desenvolvimento do educando;
2. Criar estratégias de atendimento educacional complementar e integrada às atividades desenvolvidas na turma;
3. Proporcionar diferentes vivências visando o resgate da auto-estima, a integração no ambiente escolar e a construção dos conhecimentos onde os alunos apresentam dificuldades;
4. Participar das reuniões pedagógicas planejando, junto com os demais professores, as intervenções necessárias a cada grupo de alunos, bem como as reuniões com pais e conselho de classe;
5. Coordenar o planejamento e a execução das ações pedagógicas da Unidade Escolar;
6. Articular a elaboração participativa do Projeto Político Pedagógico da Escola.
7. Acompanhar o processo de implantação das diretrizes da Secretaria Municipal de Educação relativas à avaliação da aprendizagem e ao currículo, orientando e intervindo junto aos professores e alunos quando solicitado e/ou necessário;
8. Coletar, analisar e divulgar os resultados de desempenho dos alunos, visando à correção e intervenção no Planejamento Pedagógico;
9. Desenvolver e coordenar sessões de estudos nos horários de hora-atividade, viabilizando a atualização pedagógica em serviço;
10. Analisar/avaliar junto à comunidade escolar as causas da evasão e repetência propondo ações para superação;
11. Propor e planejar ações de atualização e aperfeiçoamento aos profissionais da educação, visando à melhoria do desempenho profissional;

12. Divulgar e analisar, junto à Comunidade Escolar, documentos e diretrizes emanadas pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Conselho Estadual de Educação, buscando implementá-los na unidade escolar, atendendo às peculiaridades locais;
13. Propor e incentivar a realização de palestras, encontros e similares com grupos de alunos e professores sobre temas relevantes para a formação integral e desenvolvimento da cidadania;
14. Propor, em articulação com a Direção, a implantação e implementação de medidas e ações que contribuam para promover a melhoria da qualidade de ensino e o sucesso escolar dos alunos;
c) Assessor pedagógico, função composta das seguintes atribuições:
1. Fornecer orientação técnica e administrativa às Unidades Escolares públicas municipais;
2. Assessorar técnica e administrativamente a secretaria municipal de educação, nos termos de convênio;
3. Orientar e acompanhar a aplicação da legislação educacional e administrativa às unidades escolares públicas municipais quanto a:
3.a. Assessorar a secretaria municipal de educação (SMEC) quanto à aplicabilidade da legislação educacional e administrativa advindas do Conselho Estadual de Educação e da Secretaria Municipal de Educação;
3.b. Orientar e acompanhar as escolas, na elaboração e execução da matriz curricular, calendário escolar, quadro de pessoal, regimento escolar e demais documentos necessários e de interesse da escola;
3.c. Monitorar, bimestralmente (*in loco*) as Escolas da Rede Municipal de Ensino, objetivando o cumprimento do estabelecido na legislação pertinente, referente à composição de turma e quadro de pessoal;
3.d. Manter sob seu controle o quantitativo de pessoal estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, bem como as disponibilidades para outros órgãos públicos;
3.e. Subsidiar as unidades escolares na execução e consolidação dos atos administrativos;
3.f. Dar atendimento e resposta, em tempo hábil, às solicitações emanadas dos órgãos da Secretaria Municipal de Educação e unidade escolar, no âmbito da sua competência;
4. Articular e monitorar programas e projetos emanados da Secretaria Municipal de Educação na área de abrangência das unidades escolares públicas municipais;
5. Orientar, acompanhar e analisar a elaboração do Plano de Desenvolvimento Escolar (PDE), tendo por base instrumentos emanados do órgão central;
6. Monitorar a execução do Plano de Desenvolvimento Escolar (PDE) nas unidades escolares, através de instrumentos avaliativos emitidos pelo órgão central;
7. Participar do processo de elaboração dos atos administrativos no que refere à atribuição de classes e/ou aulas.

CAPÍTULO III
DOS CARGOS DA CARREIRA

Seção I
Do Cargo de Professor

Art. 4º. O cargo de Professor é estruturado em linha horizontal de acesso, identificada por letras maiúsculas.
§ 1º. As classes são estruturadas segundo a formação exigida para o provimento e para a progressão horizontal no cargo, de acordo com o seguinte:
I - Classe A - habilitação específica de nível médio-magistério;
II - Classe B - habilitação específica de grau superior em nível de graduação, representado por licenciatura plena;
III - Classe C - habilitação específica de grau superior em nível de graduação, representado por licenciatura plena, com especialização, atendendo às normas do Conselho Nacional;
IV - Classe D: habilitação específica de grau superior em nível de graduação, representado por licenciatura plena, com curso de mestrado na área de educação relacionada com sua habilitação;
V - Classe E: habilitação específica de grau superior em nível de graduação, representado por licenciatura plena, com curso de doutorado na área de educação relacionada com sua habilitação.

§ 2º. Cada classe desdobra-se em níveis, indicados por algarismos arábicos de 01 a 12 que constituem a linha vertical de progressão.
Art. 5º. São atribuições específicas do professor:
I - Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal;
II - Elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação;
III - Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico;
IV - Desenvolver a regência efetiva;
V - Controlar e avaliar o rendimento escolar;
VI - Executar tarefa de recuperação de alunos;
VII - Participar de reunião de trabalho;
VIII - Desenvolver pesquisa educacional;
IX - Participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade;
X - Buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa;
XI - Cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente;
XII - Cumprir a hora-atividade no âmbito da unidade escolar, no contra turno a jornada do aluno;
XIII - Manter a cota mínima de produção científica, que será estabelecida por meio de ato administrativo regulamentar.

Seção II
Dos Cargos de Técnico de Nível Superior Educacional

Art. 6º. O cargo de Técnico de Nível Superior estrutura-se em linha horizontal de acesso, identificada por letras maiúsculas:
a) Classe A: habilitação em grau superior, em nível de graduação específica;
b) Classe B: habilitação em grau superior, com curso de especialização na área de atuação ou correlata e profissionalização específica;
c) Classe C: habilitação em grau superior, com curso de **mestrado** na área de atuação ou correlata e profissionalização específica.
d) Classe D: habilitação em grau superior, com curso de doutorado na área de atuação ou correlata e profissionalização especifica.

Art. 7º. Técnico de Nível Superior Educacional: composto das atribuições inerentes às atividades de nível superior de nutrição e psicologia;
I. Técnico de Nível Superior Educacional: Compreende a categoria funcional com as atribuições de executar atividades na sua dimensão técnico-profissional e que requeiram escolaridade de nível superior vinculada ao perfil profissional exigido para ingresso e demais atividades.

II. Das funções do Técnico de Nível Superior Educacional:
a) Psicologia, função composta das seguintes atribuições:
1. Avaliação e acompanhamento de alunos com dificuldades de aprendizagem e / ou de relacionamentos; orientando e informando o professor em relação à situação do aluno atendido.
2. Orientação e acompanhamento da família de alunos com dificuldades pedagógicas;
3. Assessoria aos orientadores educacionais em assuntos ligados à psicologia;
4. Promover e estimular a qualificação dos profissionais da educação, através de cursos e encontros que possibilitem o surgimento de uma prática reflexiva, de uma maior compreensão da importância de sua atuação junto aos seus alunos, melhorando o relacionamento humano entre os professores, seus alunos e toda comunidade;
5. Redigir e fazer circular temas sobre psicologia que possam contribuir para uma maior reflexão e compreensão do processo educativo;
6. Promover e desenvolver atividades preventivas aos profissionais da educação inerentes ao exercício da profissão;
7. Atender os profissionais da educação que necessitem de atendimento específico;

b) Nutrição Escolar, função composta das seguintes atribuições:
1. Planejar, organizar, dirigir, supervisionar e avaliar os serviços de alimentação e nutrição;
2. Programar, elaborar e avaliar os cardápios, adequando-os às faixas etárias e perfil epidemiológico da população atendida, respeitando os hábitos alimentares;
3. Planejar, orientar e supervisionar as atividades de seleção compra armazenamento, produção e distribuição dos alimentos, zelando pela qualidade dos produtos, observando as boas práticas higiênicas e sanitárias;
4. Elaborar o plano de trabalho anual, contemplando os procedimentos adotados para o desenvolvimento das atribuições;
5. Promover palestras e atividades lúdicas com conteúdo de alimentação e nutrição com os alunos na unidade escolar.

Seção III
Dos Cargos de Técnico Administrativo Educacional, Apoio Administrativo Educacional e Apoio Operacional.

Art. 8º. O cargo de Técnico Administrativo Educacional estrutura-se em linha horizontal de acesso, identificada por letras maiúsculas:
I - Classe A: habilitação em ensino médio e/ou curso de profissionalização específica;
II - Classe B: habilitação específica em grau superior, mais profissionalização específica;
III - Classe C: habilitação específica em grau superior, com curso de especialização em área correlata, mais curso de profissionalização específica;
IV - Classe D: habilitação em grau superior, com curso de mestrado ou doutorado na área de atuação e profissionalização específica.

§ 1º. Cada classe desdobra-se em níveis, indicados por algarismos indo arábicos de 01 a 12 que constituem a linha vertical de progressão.

Art. 9º. O cargo de Apoio Administrativo Educacional estrutura-se em linha horizontal de acesso identificada por letras maiúsculas:
I - Classe A: habilitação em nível de ensino fundamental completo;
II - Classe B: habilitação em nível de ensino médio e curso de profissionalização específica;
§ 1º. Cada classe desdobra-se em níveis, indicados por algarismos arábicos de 01 a 12, que constituem a linha vertical de progressão.

Art. 10º. O cargo de Apoio Operacional estrutura-se em linha horizontal de acesso identificada por letras maiúsculas:
I - Classe A: habilitação em nível de ensino fundamental completo;
II - Classe B: habilitação em nível de ensino médio e curso de profissionalização específica.

Art. 11º. Atribuições para os Cargos: de Técnico Administrativo Educacional, Apoio Administrativo Educacional e Apoio Operacional.

I - Técnico Administrativo Educacional:
a) Administração Escolar, cujas principais atividades são: escrituração, arquivo, protocolo, estatística, atas, transferências escolares, boletins, relatórios relativos ao funcionamento das secretarias escolares; assistência e/ou administração dos serviços de almoxarifado, dos serviços de planejamento e orçamentários, dos serviços financeiros; dos serviços de manutenção e controle da infra-estrutura; dos serviços de transporte, dos serviços de manutenção, guarda e controle dos materiais e equipamentos para a prática de esportes nas unidades escolares e outros;
b) Multimeios Didáticos, cujas principais atividades são: organizar, controlar e operar quaisquer aparelhos eletrônicos e outros recursos didáticos de uso especial, atuando ainda, na orientação dos trabalhos de leitura nas bibliotecas escolares, laboratórios e salas de ciências;
c) Secretário Escolar, cujas principais atividades são:
1. Planejamento, organização, coordenação, controle e avaliação de todas as atividades pertinentes à secretaria e sua execução;
2. Participar da elaboração do Plano de Desenvolvimento Escolar (PDE);
3. Participar juntamente com os técnicos administrativos educacionais, da programação das atividades escolares, mantendo-as articuladas com as demais programações da Escola;
4. Controlar as atividades de registro e escrituração, assegurando o cumprimento de normas e prazos relativos ao processamento de dados determinados pelos órgãos competentes;
5. Verificar a regularidade da documentação referente à matrícula, adaptação, transferência de alunos, encaminhando os casos especiais à deliberação do diretor (a);
6. Elaborar e providenciar a divulgação de editais, comunicados e instruções relativas às atividades;
7. Cumprir e fazer cumprir as determinações do diretor (a), do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar e dos órgãos competentes;
8. Assinar, juntamente com o diretor (a), todos os documentos escolares destinados aos alunos;
9. Atender todas as solicitações dos representantes da Secretaria Municipal de Educação sobre o exame de livros, escrituração e documentação relativa à vida escolar dos alunos e, fornecer-lhes todos os elementos que necessitarem para seus relatórios, nos prazos devidos;
10. Redigir as correspondências oficiais da escola;
11. Dialogar com o diretor (a) sobre assunto que diga respeito à melhoria do andamento de seu serviço;
12. Não permitir a presença de pessoas estranhas ao serviço da secretaria;
13. Tomar as providências necessárias para manter a atualização dos serviços pertinentes ao estabelecimento;
14. Realizar prestação de contas ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar e Secretaria Municipal de Educação.
Paragrafo único - Entende-se por secretario escolar os profissionais que exercem a função nas secretarias das escolas municipais com a escrituração escolar desmembrada e no órgão central da educação.

II - Apoio Administrativo Educacional:

a) Nutrição Escolar, cujas principais atividades são: preparar os alimentos que compõem a Alimentação Escolar, manter a limpeza e a organização do local, dos materiais e dos equipamentos necessários ao refeitório e a cozinha, manter a higiene, a organização e o controle dos insumos utilizados na preparação da Alimentação Escolar;
b) Manutenção de Infra-estrutura, cujas principais atividades são: limpeza e higienização das unidades escolares, execução de pequenos reparos elétricos, hidráulicos, sanitários e de alvenaria, execução da limpeza das áreas externas incluindo serviços de jardinagem;
c) Vigilância, cujas principais atividades são: fazer a vigilância das áreas internas e externas das unidades escolares e órgão central, comunicar ao diretor das unidades escolares todas as situações de risco à integridade física das pessoas e do patrimônio público;
d) Segurança, cujas principais atividades são: prevenir os alunos e os profissionais da educação de possíveis situações perigosas dentro das unidades escolares; controlar a entrada e saída de pessoas junto às unidades escolares e a Secretaria Municipal de Educação; detectar, registrar e relatar à direção da unidade escolar e/ou à chefia imediata, possível situações de riscos à integridade física das pessoas e a integridades dos bens públicos sob sua responsabilidade.
§ 1º O desenvolvimento das atribuições e atividades do Apoio Administrativo Educacional dar-se-á dentro das unidades escolares, nas quais serão lotados de acordo com as necessidades e conveniência da Unidade Escolar e da Secretaria Municipal de Educação, bem como do estabelecido no lotacionograma de cada unidade escolar.
§ 2º Os profissionais de apoio administrativo educacional deverão ser capacitados para executar as atribuições estabelecidas no inciso II deste artigo, sendo essa capacitação de responsabilidade da Administração Pública Municipal.

III - Apoio Operacional
a) Transporte, cujas principais atividades são: conduzir os veículos pertencentes à Secretaria Municipal de Educação de acordo com as disposições contidas no Código Nacional de Trânsito, manter os veículos sob sua responsabilidade em condições adequadas de uso e, detectar, registrar e relatar ao superior hierárquico todos os eventos mecânicos, elétricos e de funilaria anormais que ocorram com o veículo durante o uso.

TÍTULO II
Do Regime Funcional

CAPÍTULO I
Do Ingresso

Art. 12º. Para ingresso na Carreira dos Profissionais da Educação Pública Básica Municipal, serão obedecidos os seguintes critérios:
I - Ter a habilitação específica exigida para provimento de cargo público;
II - Ter escolaridade compatível com a natureza do cargo;
III - Ter registro profissional expedido por órgão competente, quando assim o exigir.
IV - Ser aprovado em Concurso Público de Provas e títulos.

Seção I
Do Concurso Público

Art. 13º. O concurso para provimento dos cargos dos Profissionais da Educação Pública Municipal reger-se-á em todas as suas fases pelas normas estabelecidas na legislação que orienta os concursos públicos, em edital a ser baixado pelo órgão competente atendendo as demandas do município.
§ 1º. O julgamento dos títulos será efetuado de acordo com os critérios estabelecidos pelo Edital de Abertura do Concurso.
§ 2º. Será assegurada para fins de acompanhamento, a participação do Sindicato, representante dos Profissionais da Educação Pública Municipal na organização dos concursos, até nomeação dos aprovados.

Art. 14º. As provas do concurso público para a carreira dos Profissionais da Educação Básica deverão abranger os aspectos de formação geral e formação específica, de acordo com a habilitação exigida pelo cargo.

CAPÍTULO II
Das Formas de Provimento

Seção I
Da Nomeação

Art. 15º. Nomeação é a forma de investidura inicial em cargo público.
§ 1º. A nomeação em caráter efetivo obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados em concurso.
§ 2º. O nomeado adquire estabilidade após o cumprimento do estágio probatório nos termos do Art. 23 desta Lei Complementar.

Seção II
Da Posse

Art. 16º. Posse é investidura em cargo público.
Parágrafo Único – A posse será efetuada mediante a aceitação expressa das atribuições de servidores e responsabilidades inerentes ao cargo público com o compromisso de bem servir, formalizada com a assinatura do termo pela autoridade competente e pelo empossado.

Art. 17º. Haverá posse nos cargos da carreira dos Profissionais da Educação Pública Municipal, nos casos de nomeação.

Art. 18º. A posse será dada pela autoridade educacional hierarquicamente superior ao empossado, observadas as exigências legais e regulamentares para a investidura no cargo.

Art. 19º. A posse deverá ser efetuada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do Ato de Provimento no Diário Oficial do Estado e/ou no jornal de publicação dos Atos Oficiais do Município.
§ 1º. A requerimento do interessado, o prazo da posse poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias.
§ 2º. No caso do interessado não tomar posse no prazo previsto no *caput* deste artigo, tornar-se-á sem efeito a sua nomeação, ressalvado o previsto no parágrafo anterior.
§ 3º. A posse poderá dar-se mediante procuração específica.

§ 4º. No ato da posse o servidor público, apresentará obrigatoriamente, declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

Art. 20º. A posse em cargo público dependerá de comprovada aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante inspeção médica oficial.

Seção III
Do Exercício

Art. 21º. Exercício é o efetivo desempenho do cargo para qual o Profissional da Educação Básica foi nomeado e empossado.
Parágrafo Único. Se o Profissional da Educação Básica não entrar em exercício no prazo de 30 (trinta) dias após a sua posse, tornar-se-á sem efeito a sua nomeação.

Seção IV
Do Estágio Probatório

Art. 22º. Ao entrar em exercício, o servidor público nomeado para o cargo de provimento efetivo ficará sujeito ao estágio probatório por período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objetos de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores:
I - Zelo, eficiência e criatividade no desempenho das atribuições de seu cargo;
II - assiduidade e pontualidade;
III - produtividade;
IV - capacidade de iniciativa e de relacionamento;
V - respeito e compromisso com a instituição;
VI - participação nas atividades promovidas pela instituição;
VII - responsabilidade, disciplina e idoneidade moral.

Art. 23º. Durante o período do estágio probatório, estará sendo realizada, de forma permanente, a avaliação do desempenho do servidor público, de acordo com o que dispuser a legislação ou regulamento pertinente, devendo ser submetida à homologação da autoridade competente quatro meses antes de findo este período, sem prejuízo da continuidade de apuração dos fatores enumerados nos incisos do artigo anterior desta Lei Complementar, assegurado ampla defesa.
§ 1º. Para avaliação prevista no *caput* deste artigo será constituída Comissão de Avaliação com participação paritária entre o órgão da educação e o sindicato de representação dos Profissionais da Educação Pública Básica Municipal.
§ 2º. O Profissional da Educação Básica não aprovado no estágio probatório será exonerado, cabendo recurso ao dirigente máximo do órgão central.

Seção V
Da Estabilidade

Art. 24º. O Profissional da Educação Básica habilitado em concurso público e empossado em cargo da carreira adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 03 (três) anos de efetivo exercício, condicionada a aprovação no Estágio Probatório.

Art. 25º. O Profissional da Educação Básica estável só perderá o cargo:
I - Em virtude de sentença judicial transitada em julgado;
II - Mediante processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa;
III - Mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei, assegurada ampla defesa; e
IV - Em conformidade com as normas gerais a serem obedecidas na efetivação do disposto no § 4o- do art. 169 da Constituição Federal.

Seção VI
Da Readaptação

Art. 26º. Readaptação é o aproveitamento do Profissional da Educação Pública Básica em cargo de atribuição e responsabilidade compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica.
§ 1º. Se julgado incapaz para o serviço público o readaptando será aposentado nos termos da lei vigente.
§ 2º. A readaptação será efetivada em cargo da carreira de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida.
§ 3º. Em qualquer hipótese, a readaptação não poderá acarretar redução da remuneração do Profissional da Educação Pública Básica.

Seção VII
Da Reversão

Art. 27º. Reversão é o retorno à atividade do Profissional da Educação Básica aposentado por invalidez quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria.

Art. 28º. A reversão far-se-á a pedido, e no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação, com remuneração integral.
Parágrafo Único. Encontrando-se provido este cargo, o servidor público exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

Art. 29º. Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado 60 (sessenta) anos de idade.

Seção VIII
Da Reintegração

Art. 30º. Reintegração é a reinvestidura do servidor público estável no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.
§ 1º. Na hipótese do cargo ter sido extinto, o servidor público ocupará outro cargo equivalente ao anterior com todas as vantagens.
§ 2º. O cargo a que se refere o *caput* deste artigo somente poderá ser preenchido em caráter precário até o julgamento final.

Seção IX
Da Recondução

Art. 31º. Recondução é o retorno do Profissional da Educação Básica estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de:
I - Inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo;
II - Reintegração do anterior ocupante.
Parágrafo único. Encontrando-se, provido o cargo de origem, o profissional da Educação Básica será aproveitado em outro cargo.

Seção X
Da Disponibilidade e do Aproveitamento

Art. 32º. Aproveitamento é o retorno do Profissional da Educação Básica em disponibilidade ao exercício do cargo público.

Art. 33º. Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o Profissional da Educação Básica estável ficará em disponibilidade, com direito à percepção de remuneração proporcional ao tempo de serviço no cargo.

Art. 34º. O retorno à atividade do Profissional da Educação Básica em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e remunerações compatíveis com o anteriormente ocupado.
Parágrafo Único. A Secretaria Municipal de Educação determinará o imediato aproveitamento do Profissional da Educação Básica em disponibilidade, em vaga que vier a ocorrer nos órgãos da administração pública, na localidade em que trabalhava anteriormente ou em outra, atendendo ao interesse público.

Art. 35º. Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o Profissional da Educação Básica não entrar em exercício no prazo legal, salvo doença comprovada por junta médica oficial.

Art. 36º. Havendo mais de um concorrente à mesma vaga, terá preferência o de maior tempo de disponibilidade e, no caso de empate, o de maior tempo de serviço público.

CAPÍTULO III
Da Vacância

Art. 37º. A vacância do cargo público decorrerá de:
I - Exoneração;
II - Demissão;
III - Acesso;
IV - Transferência;
V - Readaptação;
VI - Aposentadoria
VII - Posse em outro cargo inacumulável; e
VIII - Falecimento.

Art. 38º. A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor público, ou de ofício.
Parágrafo Único. A exoneração de ofício dar-se-á:
I - Quando não satisfeita às condições do estágio probatório;
II - Quando por decorrência do prazo, ficar extinta a punibilidade para demissão por abandono de cargo;
III - Quando, tendo tomado posse, não entrar no exercício em prazo estabelecido.

Art. 39º. A exoneração de cargo em comissão dar-se-á:
I - A juízo da autoridade competente, salvo os cargos ocupados mediante processos eletivos;
II - A pedido do próprio servidor público.

CAPÍTULO IV
Do Regime de Trabalho

Seção I
Da Jornada Semanal de Trabalho

Art. 40º. A Jornada de trabalho dos Profissionais da Educação Pública Básica Municipal será Única de 30 (trinta) horas semanais.
Art. 41º. A distribuição da jornada de trabalho do Profissional da Educação Pública Básica Municipal é de responsabilidade da Unidade Escolar e homologada pela Secretaria Municipal de Educação, devendo estar articulada ao Plano de Desenvolvimento Estratégico em se tratando de Unidade Escolar.

Paragrafo Único. Ao Profissional da Educação Pública Básica Municipal que desenvolve suas atividades na sede da Secretaria Municipal de Educação, a distribuição da jornada de trabalho é de responsabilidade do dirigente do órgão central.

Art. 42º. Fica assegurado a todos os professores, efetivos e contratados temporariamente o correspondente a 1/3(um terço) de sua jornada semanal para hora-atividades.
§ 1º. Entende-se por hora-atividade aquelas destinadas a preparação e avaliação do trabalho didático pedagógico, a colaboração com a administração da escola, às reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional de acordo com a proposta pedagógica da escola.
§ 2º. Dentro de um percentual de até 10% do quadro de professores, poderá a Unidade Escolar nos termos de regulamentação específica, destinar percentual superior ao previsto no “caput” deste artigo.

§ 3º. Na aplicação do preceito contido no parágrafo anterior, será observado o limite de até 50% (cinquenta por cento) da jornada de trabalho para professores em regência que desenvolverem atividades articuladas e previstas no projeto político pedagógico, aprovado pelo Conselho Deliberativo Escolar e ratificado pela Secretaria Municipal de Educação.
§ 4º. São considerados requisitos básicos para a distribuição referida no parágrafo anterior:
I - Apresentação de um projeto individual ou coletivo de natureza científica ou cultural e de função pedagógica, sintonizado com o Projeto Político-Pedagógico da escola;
II - Impedimento de outro vínculo empregatício, público ou privado;
III - Apresentação periódica para a apreciação e aprovação da equipe técnico-pedagógica de relatório descritivo e analítico dos resultados parciais alcançados, de forma a garantir a continuidade de execução do projeto;
IV - Realização de pesquisa e participação em grupos de estudo ou de trabalho conforme o Projeto Político-Pedagógico da escola.
§ 5º. As demais condições e normas de implantação e avaliação da hora-atividade serão definidas em regulamentação específica, por comissão paritária entre a Secretaria Municipal de Educação e o sindicato da categoria.

Art. 43º. Ao Profissional da Educação Pública no exercício da função de Direção da Unidade Escolar, Coordenação Pedagógica e Assessoria Pedagógica com o regime de trabalho de Dedicação Exclusiva, terá impedimento de exercício de outra atividade, seja pública ou privada.

§1.º Aos Profissionais da Educação Básica de que trata o *caput* do artigo exercerá sua Função em regime de trabalho de 40 h/s quarenta horas semanais e com Dedicação exclusiva.
§2º. Ao Profissional que for efetivo em duas redes, ou com duas cadeiras na mesma rede, exercerá a função sem Gratificação e sem Dedicação Exclusiva a menos que faça a opção por apenas uma cadeira, a ser regulamentado por Portaria Homologada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

TÍTULO III
Da Movimentação na Carreira

CAPÍTULO I
Da Movimentação Funcional

Art. 44º. A movimentação funcional do Profissional da Educação Pública Municipal dar-se-á em duas modalidades:
I - Por promoção de classe;
II - Por progressão funcional.

Seção I
Da Promoção de Classe

Art. 45º. A promoção do Profissional da Educação Pública Básica Municipal, de uma classe para outra, imediatamente superior à que ocupa, dar-se-á em virtude da nova habilitação específica alcançada pelo mesmo, devidamente comprovada, observada o intervalo de 03 (três) anos.
§ 1º. O profissional nomeado para a carreira dos profissionais da educação básica será enquadrado na classe e nível inicial.
§ 2º. Os coeficientes para os aumentos salariais de uma classe para a subsequente ficam estabelecidos de acordo com o seguinte:
I - Para as classes do cargo de Professor:
a) Classe A: 1,00;
b) Classe B: 1,50;
c) Classe C: 1,70;
d) Classe D: 2,00;
e) Classe E: 2,30;
II - Para as classes do cargo de Técnico Administrativo Educacional:
a) Classe A: 1,00;
b) Classe B: 1,50;
c) Classe C: 1,70;
d) Classe D: 2,00;
III - Para as classes do cargo de Técnico de Nível Superior Educacional:
a) Classe A: 1,00;
b) Classe B: 1,10;
c) Classe C: 1,25;
d) Classe D: 1,50;
IV - Para as classes do cargo de Apoio Administrativo Educacional:
a) Classe A: 1,00;
b) Classe B: 1,25;
V - Para as classes do cargo de Apoio Operacional Educacional:
a) Classe A: 1,00;
b) Classe B: 1,25;

Seção II
Da Progressão Funcional

Art. 46º. Profissional da Educação Pública Municipal obterá progressão funcional, de um nível para outro, mediante aprovação em processo contínuo e específico de avaliação observada o intervalo de 03 (três) anos.
§ 1º. Para a primeira progressão o prazo será contado a partir da data em que se der o exercício do profissional no cargo.
§ 2º. Decorrido o prazo previsto no "caput"; e não havendo processo de avaliação, a progressão funcional dar-se-á automaticamente.
§ 3º. As demais normas da avaliação processual referida no "caput" deste artigo, incluindo instrumentos e critério, terão regulamento próprio, definidos por Comissão Paritária constituída pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Sindicato representante dos Profissionais de Educação Pública Básica Municipal.
§ 4º. Os coeficientes para os aumentos salariais de um nível para o subseqüente ficam estabelecidos de acordo com o seguinte:
I - 1,00;

II - 1,04;
III - 1,09;
IV - 1,14;
V - 1,19;
VI - 1,25;
VII - 1,32;
VIII - 1,41;
IX - 1,50;
X - 1,53;
XI - 1,56;
XII - 1,59.

Seção III
Da Remoção

Art. 47º. Remoção é o deslocamento, do profissional da educação Pública Municipal, de uma para outra Unidade de Ensino no Município, observada a comprovação da existência de vagas.
§ 1º. A remoção processar-se-á:
I - A pedido;
II - Por permuta;
III - Por motivo de saúde;
IV - Por transferência de um dos cônjuges, quanto este for servidor público.
§ 2º. A remoção dar-se-á exclusivamente em época de férias escolares, salvo por interesse do serviço publico, desde que haja concordância previa do servidor, ou por motivo de doença a pedido;
§ 3º. A remoção por motivo de saúde dependerá de inspeção médica oficial, comprovando as razões apresentadas pelo requerente.
§ 4º. A remoção por permuta poderá ser concedida quando os requerentes exercerem atividades da mesma natureza, do mesmo nível e grau de habilitação;
§ 5º. Os órgãos permutantes deverão estabelecer as condições necessárias para a remoção por permuta, sem que os profissionais permutados sofram prejuízos em seus direitos.
§ 6º. O removido terá o prazo de 30 (trinta) dias para entrar em exercício na nova sede.

TÍTULO IV
Dos Direitos, das Vantagens e das Concessões.

CAPÍTULO I
Da Data Base e Subsídio Inicial

Art. 48º. O sistema remuneratório dos Profissionais da Educação Básica é estabelecido através de subsídio fixado em parcela única, através de Piso Salarial, devendo ser revisto obrigatoriamente a cada 12 (doze) meses.
Parágrafo único. O Município deverá aplicar na Educação Pública Básica nunca menos que os percentuais mínimos constitucionais e em observância ao que dispuser a Lei Orgânica Municipal.

Art. 49º. A valorização dos Profissionais da Educação Pública Básica do município de Cotriguaçu fica garantida com Piso Salarial Profissional, reajustado no mês de maio de cada ano considerando como data base, garantindo-se a disponibilidade orçamentária dentro dos recursos constitucionais destinados à Educação Pública Básica para o cumprimento do art.51 desta Lei Complementar e tendo como base mínima o IPCA/IBGE.

Art. 50º. Fica instituído por esta Lei Complementar, o Piso Salarial, em forma de subsídio, em parcela única, dos Profissionais da Educação Básica do Município de Cotriguaçu com jornada de 30 (trinta) horas semanais.

Art. 51º. O cálculo dos subsídios correspondentes a cada classe e nível da estrutura da carreira dos Profissionais da Educação Básica, obedecerá às tabelas em anexo.
§ 1º. O valor inicial do Piso Salarial dos Profissionais da Educação Pública Básica será considerado: magistério para cargo de Professor assegurando 85% para o não habilitado; nível superior para o Cargo de Técnico Educacional de Nível Superior; ensino médio para cargo de Técnico Administrativo Educacional e ensino fundamental para cargo de Apoio Administrativo Educacional e Apoio Operacional.
§ 2º. Em nenhuma hipótese será admitido piso salarial inicial menor que o Salário Mínimo Nacional.

CAPITULO II
Dos Direitos

Seção I
Da Licença para Qualificação Profissional

Art. 52º. A licença para qualificação profissional se dará com prévia autorização do Chefe do Executivo Municipal através de publicação do ato na imprensa oficial do Município e consiste no afastamento do Profissional da Educação Básica do quadro de provimento efetivo, sem prejuízo de seus subsídios, assegurada a sua efetividade para todos os efeitos da carreira, que será concedida para frequência a cursos de pós-graduação, no País ou exterior, se de interesse da administração e será concedida:
I - Para frequência de cursos de atualização, em conformidade com a Política Educacional ou com Plano de Desenvolvimento Estratégico;
II - Para frequência a cursos de formação, aperfeiçoamento e especialização profissional ou em nível de pós-graduação, e estágio, no país ou no exterior, se do interesse da unidade e do profissional;
III - Para participar de Congressos e outras reuniões de natureza científica, cultural, técnica ou sindical, inerentes às funções desempenhadas pelo Profissional na Educação Básica, à política educacional, ou a sua formação continuada e integral.

Art. 53º. São requisitos para a concessão de licença para aperfeiçoamento profissional:

I - Exercício de 03 (três) anos ininterruptos na função;
II - Curso correlacionado com a área de atuação, em sintonia com a Política Educacional e com Projeto Político-Pedagógico da Escola;
III - Disponibilidade Orçamentária e Financeira.
Parágrafo único. O Poder Executivo, no caso de indisponibilidade financeira, deverá constituir prioridade para a imediata reformulação orçamentária no mesmo exercício.

Art. 54º. Os Profissionais da Educação Básica licenciado para fins de que trata o Art. 53, obrigam-se a prestar serviços no órgão de lotação, quando de seu retorno, por um período mínimo igual ao do seu afastamento.
§ 1º. Ao servidor público beneficiado pelo disposto neste artigo não será concedida exoneração ou licença para tratar de interesse particular antes de decorrido período igual ao do afastamento, ressalvada a hipótese do ressarcimento da despesa havida com o mesmo afastamento,
§ 2º. Em caso de abandono de trabalho, os profissionais de Educação Básica de que trata o art. 53, deverão ressarcir ao erário público o montante das despesas havidas com o mesmo afastamento.

Art. 55º. Compete ao órgão responsável pelos programas de capacitação avaliar permanentemente e analisar o resultado das ações.

Art. 56º. Aos profissionais da Educação Básica fica a obrigatoriedade de provar que se utilizou o afastamento para o fim que foi autorizado, apresentando semestralmente atestado de frequência do curso.
Parágrafo único. Ocorrendo a omissão do previsto no artigo anterior e, se concluir que tenha ocorrido abuso na licença para qualificação profissional, perderá o profissional da educação básica o direito ao gozo da licença em período subsequente.

Art. 57º. O número de licenciados para qualificação profissional não poderá exceder 1/6 (um sexto) do quadro de lotação da unidade.
§ 1º. A licença de que trata o *caput* deste artigo será concedida mediante requerimento fundamentado e projeto de estudo apresentado para apreciação do Conselho Deliberativo Escolar e anuência do Chefe do Executivo Municipal, com, no mínimo, 6 (seis) meses de antecedência.
§ 2º. Em se tratando de profissional do órgão central, o requerimento e o projeto de estudo deverão ser apresentados à autoridade máxima da Instituição para anuência do Chefe do Executivo Municipal, com no mínimo 6 (seis) meses de antecedência.

Art. 58º. Ao Profissional da Educação Básica beneficiado pelo disposto no artigo 53, não será concedido a seu pedido, exoneração ou licença para tratar de interesse particular antes de decorrido período igual ao do afastamento, ressalvada a hipótese do ressarcimento das despesas havida com o mesmo afastamento.

Seção II
Das Férias

Art. 59º. Os Profissionais da Educação Pública Básica em efetivo exercício do cargo gozarão de férias anuais:
I - De 45 (quarenta e cinco) dias para professores, de acordo com o calendário escolar;
II - De 30 (trinta) dias para os demais profissionais da educação, de acordo com a escala de férias;
§ 1º. Os profissionais da educação básica, em exercício fora da unidade escolar gozarão de 30 (trinta) dias de férias anuais, conforme o calendário estabelecido onde estiver prestando serviço.
§ 2º. É vedado levar à conta de férias, qualquer falta ao serviço.
§ 3º. É proibida a acumulação de férias, salvo por absoluta necessidade do serviço público e pelo prazo máximo de 02 (dois) anos.

Art. 60º. Independente de solicitação será pago aos profissionais da educação básica, por ocasião das férias, um adicional de 1/3 (um terço) da remuneração correspondente ao período de férias.

Seção III
Da Licença-Prêmio por Assiduidade

Art. 61º. Após cada quinquênio ininterrupto de efetivo exercício no serviço público municipal, o Profissional da Educação fará jus a 03 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, sendo vedada a conversão em espécie.
§1º. Para fins de licença-prêmio de que trata este artigo, será considerado o tempo de serviço desde seu ingresso como efetivo na educação pública municipal.
§ 2º. É facultado ao profissional da Educação fracionar a licença de que trata este artigo em até 03 (três) parcelas, desde que defina previamente os meses para gozo da licença.

Art. 62º. Não se concederá licença-prêmio ao profissional da Educação que, no período aquisitivo:
I - Sofrer penalidade disciplinar de suspensão;
II - Afastar-se do cargo em virtude de:
a) Licença por motivo de doença em pessoa da família, sem remuneração;
b) Licença para tratar de interesse particular;
c) Condenação a pena privativa de liberdade por sentença definitiva;
d) Afastamento para acompanhar cônjuge ou companheiro.

Art. 63º. O número de servidores da Educação Básica em gozo simultâneo de Licença-prêmio, não poderá ser superior a 1/3 (um terço) da lotação das respectivas unidades escolares ou do Órgão Central da Educação Pública.

Art. 64º. Para possibilitar o controle das concessões da licença, o órgão de lotação deverá proceder anualmente à escala dos Profissionais da Educação Básica que estarão em gozo de licença-prêmio por assiduidade.

SEÇÃO IV
Da Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

Art. 65º. O Profissional da Educação Básica efetivo deverá obter licença por motivo de doença em pessoa da sua família, desde que prove ser indispensável a sua assistência ao doente e que esta não possa ser prestada concomitantemente com o exercício de sua função.

§ 1º. Considera-se pertencente à família para efeito do disposto neste artigo, além do cônjuge ou companheiro, filhos e pais, as pessoas que vivem às suas dispensas e que consta do seu assentamento individual como dependente.
§ 2º. A comprovação da doença e da necessidade de assistência será feita por laudo médico oficial.
§ 3º. É vedado o exercício de outra atividade remunerada durante o período da licença, prevista neste artigo.

Art. 66º. A licença por motivo de doença em pessoa da família será concedida até 90 (noventa) dias com vencimentos integrais, e após sem remuneração.
Parágrafo único. O período com remuneração poderá ser estendido, desde que seja comprovada a necessidade, após avaliação de junta médica oficial.

SEÇÃO V
Da Licença por Motivo de Doença Grave Especificada em Lei

Art. 67º. O Profissional da Educação Básica acometido por tuberculose ativa, alienação e transtornos mentais, cegueira progressiva, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, espondiloartrose anquilossante, nefrapatia grave, surdez, perda da voz, tireoide e estados avançados de Paget (osteite deformante), neoplasia maligna, cardiopatia grave, doença de Parkinson, Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (AIDS), entre outras, com base nas conclusões da medicina especializada, será licenciado, com ônus para o município, por períodos sucessivos de até 2 (dois) anos, quando a inspeção da junta médica oficial da previdência a que pertence não concluir pela necessidade imediata da aposentadoria.
§ 1º. São exigências para a concessão da licença de que trata o caput deste artigo:
I. Atestado do Órgão Central da Educação Pública ou da unidade escolar que pertence o Profissional da Educação Básica constando a necessidade fundamentada do licenciamento;
II. Atestado de médico que atende em instituição de saúde pública ou privada, especialista na doença em que o Profissional da Educação Básica está acometido.

SEÇÃO VI
Da Licença para o Tratamento de Saúde

Art. 68º. A licença para tratamento de saúde será concedida ao servidor mediante inspeção médica realizada pela perícia do Fundo de Previdência Municipal ou pelo Instituto Nacional de Seguridade Social no caso dos servidores contratados por prazo determinado e os comissionados.
§ 1º A chefia imediata ficará incumbida de facilitar a apresentação do servidor à inspeção médica sempre que este solicitar.
§ 2º Caso o servidor esteja ausente do município e absolutamente impossibilitado de locomover-se por motivo de saúde, poderá ser admitido laudo médico particular circunstanciado, desde que o prazo da licença proposta não ultrapasse a trinta dias, sendo reduzido este prazo para quinze nos casos dos Profissionais da Educação Pública Básica vinculados ao Regime Geral de Previdência Social.
§ 3º O Profissional da Educação Pública Básica licenciado para tratamento de saúde que necessitar ser deslocado do município para outro ponto do território nacional a fim de internamento ou exame específico, por determinação médica, deverá ser concedido transporte à conta dos cofres municipais em obediência às normas pertinentes ao TFD – Tratamento Fora do Domicílio.
§ 4º Caso a licença proposta ultrapasse o prazo estipulado no § 2° deste artigo, somente serão aceitos laudos firmados por órgão médico oficial do local onde se encontrar o servidor.
§ 5º Nas hipóteses previstas nos parágrafos anteriores o laudo somente poderá ser aceito depois de homologado pelo órgão de inspeção médica do Fundo de Previdência Municipal, observado o disposto no caput deste artigo.
§ 6º Caso não se justifique a licença os dias de ausência ao serviço serão considerados como de afastamento sem vencimento.

Art. 69º. A licença superior a trinta dias dependerá de inspeção realizada por junta médica do Fundo de Previdência Municipal, observado o disposto no caput e no § 2º do artigo anterior.

Art. 70º. O servidor não poderá permanecer em licença para tratamento de saúde por prazo superior a vinte e quatro meses, exceto nos casos considerados recuperáveis, em que, por proposta da junta médica oficial poderá ser prorrogada.
§ 1º Expirado o prazo previsto neste artigo o servidor será submetido à nova inspeção médica, devendo ser aposentado se for julgado definitivamente inválido para o serviço público em geral, sem a possibilidade de ser readaptado.
§ 2º No período em que houver afastamento para tratamento de saúde, desde que superior a trinta dias, o servidor ficará à disposição do Fundo de Previdência Municipal, aplicando-se o prazo de quinze dias nos casos vinculados ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 71º. Nos processamentos das licenças para tratamento de saúde será observado o devido sigilo sobre os laudos e atestados médicos.

Art. 72º. No curso da licença para tratamento de saúde o servidor se absterá de outras atividades remuneradas, sob pena de interrupção da licença, com perda total do vencimento, desde o início destas atividades e até que reassuma o cargo.
Parágrafo único. O período compreendido entre a interrupção da licença e a assunção será considerado como licença sem vencimento.

Art. 73º. O servidor não poderá recusar-se à inspeção médica, sob pena de suspensão do pagamento do vencimento até que se realize o exame.

Art. 74º. Se for considerado apto na inspeção médica, o servidor reassumirá o exercício, sob pena de serem computados como faltosos os dias de ausência.

Art. 75º. No curso da licença o servidor poderá requerer inspeção médica, caso se julgue em condições de reassumir o exercício do cargo.

Art. 76º. A remuneração do servidor licenciado para tratamento de saúde será paga conforme disposições estabelecidas em regulamento do Fundo de Previdência Municipal ou do Instituto Nacional de Previdência Social, conforme o caso.

Art. 77º. Em caso de acidente de trabalho ou de doença profissional deverão ser observadas as normas previstas no regulamento de que trata o artigo anterior.
§ 1º. Considera-se acidente de trabalho todo aquele que se verifique pelo exercício das atribuições do cargo, provocando, direta ou indiretamente, lesão corporal, perturbação emocional ou doença que ocasione a morte ou perda parcial ou total, permanente ou temporária da capacidade física ou mental para o trabalho.

§ 2º. Equipara-se ao acidente no trabalho a agressão sofrida pelo servidor no serviço ou em razão dele, quando não provocada, e a ocorrida no deslocamento para o serviço ou deste para sua residência.
§ 3º. Por doença profissional entende-se a que se atribuí como relação de efeito e causa as condições inerentes ao serviço ou fatos nele ocorridos.
§ 4º. Nos casos previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo, o laudo resultante da inspeção realizada pela junta médica oficial deverá estabelecer, rigorosamente, a caracterização do acidente no trabalho e ou da doença profissional.
Parágrafo único. Em comprovado acidente no trabalho e ou da doença profissional, a administração pública deverá arcar com todas as despesas do que trata o caput deste artigo.

SEÇÃO VII
Da Licença para Tratamento de Interesse Particular

Art. 78º. O Profissional da Educação Básica, após 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo, poderá obter licença para tratar de interesse particular, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, prorrogável uma única vez por período não superior a esse limite.
§ 1º. O requerente deverá pedir a licença com 30 (trinta) dias de antecedência, devendo aguardar o seu deferimento no exercício de suas funções.
§ 2º. O Profissional da Educação Básica em licença de que trata este Artigo poderá a qualquer tempo desistir da licença e reassumir o exercício do cargo, podendo o Órgão Central da Educação Pública ou a Direção da unidade escolar em que estiver lotado, dispor de até 30 (trinta) dias para retorná-lo.
§ 3º. A licença de que trata este artigo acarretará para o Profissional da Educação Básica a perda de subsídios e demais vantagens e direitos previstos nesta Lei Complementar, no período de sua vigência.
§ 4º. Na hipótese do cargo ter sido extinto, o servidor ocupará outro cargo equivalente ao anterior, com todas as vantagens.

Seção VIII
Da Licença Maternidade

Art. 79º. À gestante Profissional da Educação Básica será concedida licença pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, mediante laudo médico.
§ 1º. A licença será concedida a partir do oitavo mês de gestação, salvo prescrição médica em contrário.
§ 2º. À Profissional da Educação Básica que adotar e obtiver a guarda judicial de crianças de até l (um) ano de idade será concedida à licença remunerada de 120 (cento e vinte) dias, a partir da data da apresentação do respectivo comprovante.

Parágrafo único. No caso da adoção de criança com mais de um ano de idade até 4 (quatro) anos, o período de licença será de 60 (sessenta) dias, e no caso de adoção de criança a partir de 4 (quatro) anos até 8 (oito) anos de idade, o período de licença será de 30 (trinta) dias,também será concedida licença remunerada na forma da legislação vigente.

Art. 80º. A servidora gestante terá direito, mediante laudo médico, ao aproveitamento em outra função compatível com seu estado, a contar do quinto mês de gestação, sem prejuízo do direito à licença prevista no artigo anterior.

Art. 81º. Para amamentar o próprio filho até a idade de 02 (dois) anos a servidora lactante terá direito durante a jornada de trabalho à uma hora de descanso, que poderá ser parcelada em dois períodos de trinta minutos.

SEÇÃO IX
Da Licença Paternidade

Art. 82º. Todo pai Profissional da Educação Básica terá direito à licença paternidade de 08 (oito) dias consecutivos após o nascimento de filho mediante comprovação.

SEÇÃO X
Da Licença para o Serviço Militar Obrigatório

Art. 83º. O servidor convocado para o serviço militar ou outros encargos de segurança nacional terá direito à licença com vencimento integral.
§ 1º. A licença será concedida à vista do documento oficial que prova a incorporação.
§ 2º. Do vencimento descontar-se-á a importância que o servidor perceber na qualidade de incorporado, salvo se optar pelas vantagens do serviço militar, caso em que ficará sem ônus para o município.
§ 3º. O servidor desincorporado terá o prazo de (30) trinta dias para reassumir o exercício do cargo, sem perda do vencimento.

SEÇÃO XI
Da Licença para Acompanhar o Cônjuge ou Companheiro

Art. 84º. Será concedida a licença sem vencimento ao servidor para acompanhar o cônjuge ou companheiro que for deslocado para outro ponto do território nacional, ou para o exercício de mandato eletivo municipal, estadual ou federal.

Parágrafo único. A licença a qual se refere o caput somente será concedida depois da aprovação no estágio probatório.

Art. 85º. A licença prevista neste artigo será concedida por prazo indeterminado, dependendo de pedido devidamente instruído, que deverá ser renovado de dois em dois anos.

Art. 86º. Finda a causa da licença, o servidor deverá reassumir o exercício dentro de (15) quinze dias a partir dos quais a sua ausência será considerada como falta ao serviço.

Art. 87º. O servidor poderá reassumir o exercício do seu cargo a qualquer tempo, embora não esteja finda a causa da licença, não podendo, neste caso, renovar o pedido, exceto quando decorrido o prazo previsto no artigo anterior desta Lei Complementar.

SEÇÃO XII
Da Licença para Atividade Política

Art. 88º. Ao servidor público no exercício de mandato eletivo aplicam-se os dispositivos constantes do art. 38 da Constituição Federal de 1988 e as disposições da Lei Orgânica do Município.

SEÇÃO XIII
Das outras Vantagens Pecuniárias

Art. 89º. Além do subsídio e vantagens do cargo e carreira, o Profissional da Educação Básica fará jus a:
I – gratificação inerente à função de:
a) Direção,
b) Coordenação pedagógica, assessoria pedagógica e orientação educacional;
II – remuneração proporcional pelas horas excedentes da carga horária, em trabalho pedagógico;
III - remuneração de horas extras para o Profissional da Educação, exceto o professor e cargos de dedicação, executadas em atividades inerentes à sua função e previamente autorizadas, conforme lei vigente;

Parágrafo único. Na falta de profissional da educação para atender a demanda das escolas municipais rurais, fica obrigado o Poder Público Municipal contratar e ou disponibilizar um profissional, do perímetro urbano para o espaço rural, proporcionando condições para que possa se deslocar de sua residência fixa até a escola e ou permanência no local de trabalho conforme necessidade avaliada por comissão paritária do Executivo Municipal e Sindicato representativo dos Profissionais da Educação.

Art. 90º. O Profissional da Educação Básica não perderá o direito às gratificações de funções asseguradas nesta Lei Complementar quando do seu afastamento em virtude de férias, licença para qualificação profissional, licença-prêmio por assiduidade, licença por motivo de doença grave especificada em lei, licença maternidade, licença paternidade, gala, nojo, júri, licença para tratamento de saúde, faltas abonadas, serviços obrigatórios por lei e de outro afastamento que a legislação considera como efetivo exercício de cidadania.
Parágrafo – Único – O auxílios previdenciários serão pagos ao servidor de acordo com o salário de contribuição.
Art. 91º. Ao Profissional da Educação Básica no exercício da função de direção, coordenação pedagógica, orientação educacional e assessoria pedagógica, com o regime de trabalho de dedicação exclusiva, terá impedimento de exercício de outra atividade remunerada, seja pública ou privada.
Art. 92º. Fica garantido ao profissional da educação no exercício da função de Direção, Assessoria pedagógica, Coordenação Pedagógica e Orientação Educacional, o recebimento de um percentual incidente sobre o vencimento, tendo como referencia o vencimento da jornada da carreira.
I. O percentual para o profissional com exercício na função de Direção de Unidade Escolar, Assessoria Pedagógica perceberá percentual equivalente a 40 (quarenta) por cento;
II. O percentual incidente para o profissional em exercício na função de Coordenação Pedagógica e Orientação Educacional, perceberá percentual equivalente a 30 (trinta) por cento.

CAPÍTULO III
Das Concessões e dos Afastamentos
Seção I
Das Concessões

Art. 93º. Sem qualquer prejuízo, poderá o profissional da Educação Básica, ausentar-se do serviço:
I - Por 01 (um) dia, para doação de sangue;
II - 08 (oito) dias consecutivos em razão de:
a) Casamento;
b) Falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, sobrinhos, netos, enteados, menor sob guarda ou tutela, irmão e avós.
Art. 94º. Será concedido horário especial ao Profissional da Educação Básica, estudante quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o do órgão, sem prejuízo do exercício do cargo.
Parágrafo Único. Para efeito do disposto neste artigo, será exigida a compensação de horários na repartição, respeitada a duração semanal do trabalho.
Art. 95º. Ao Profissional da Educação Básica estudante, que mudar de sede no interesse da administração, é assegurada, na localidade da nova residência ou na mais próxima, matrícula em instituição de ensino congênere, em qualquer época, independente de vaga, na forma e condições estabelecidas na legislação específica.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo estende-se ao cônjuge ou companheiro, aos filhos ou enteados do Profissional da Educação Básica que vivam na sua companhia, bem como aos menores sob guarda, com autorização judicial.

Seção II
Dos Afastamentos

Art. 96º. Aos Profissionais da Educação Básica fica vedada a disposição, cessão, para o exercício em outro órgão ou entidade dos poderes da União, do Distrito Federal e do Estado, com ônus para o órgão de origem.
§ 1º. Excetuam-se os Profissionais da Educação Básica cedidos para:
I – para exercer atividade em entidade sindical de classe;
II – para exercício de mandato eletivo, com direito a opção de remuneração;
III – para estudo ou missão no exterior, para frequência a cursos de atualização, em conformidade com a Política Educacional ou com o Plano de Desenvolvimento Estratégico.
§ 2º - Os atuais profissionais da educação que se encontrarem na data da publicação desta lei, afastados, cedidos e /ou em licença remunerada ou não legalmente autorizados, somente serão enquadrados quando oficialmente reassumirem o cargo de provimento efetivo.

Art. 97º. Na hipótese do Inciso III do artigo anterior, o Profissional da Educação Básica não poderá ausentar-se do Estado ou do País para estudo ou missão oficial, sem autorização do Chefe do Executivo Municipal.
§ 1º. O afastamento não excederá 4 (quatro) anos e, finda a missão ou o estudo, somente decorrido igual período, será permitido novo afastamento.
§ 2º. Ao Profissional da Educação Básica beneficiado pelo disposto neste artigo não será concedida exoneração a pedido do profissional ou licença para tratar de interesse particular antes de decorrido período igual ao do afastamento, ressalvada a hipótese do ressarcimento da despesa havida com o mesmo afastamento.

Art. 98º. O afastamento do Profissional da Educação Básica para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere dar-se-á com direito a opção pelo subsídio.

Art. 99º. Aos Profissionais da Educação Básica serão permitidos os seguintes afastamentos:
I – para exercer atribuições em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou de municípios conveniados com o Município de Cotriguaçu, sem ônus para o órgão de origem;
II – para exercer função de natureza técnico-pedagógica em órgão da União, dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios conveniados com o município de Cotriguaçu, sem ônus para o órgão de origem;
III – para exercer função diretiva e executiva em Sindicato, ou Associação de Profissionais da Educação, de âmbito municipal, regional, estadual, nacional e internacional, com ônus para o órgão de origem;
IV – para exercício de mandato eletivo, com direito à opção de subsídio;
V – para estudo ou missão no exterior, com ou sem ônus para o órgão de origem, de conformidade com a opção do Profissional da Educação Básica.

Art. 100º. O Profissional da Educação Básica Municipal eleita e que estiver no exercício de função diretiva, executiva e/ou representativa em Sindicato ou Associação dos profissionais da educação de âmbito municipal, regional, estadual, nacional ou internacional, conforme disposto no artigo anterior, será dispensado pelo Chefe do Poder Executivo de suas atividades funcionais, no prazo máximo15 (quinze) dias consecutivos após o protocolo do requerimento expedido pela Entidade Sindical, na repartição competente da Prefeitura Municipal, para o exercício do mandato sindical.
§ 1º A dispensa de mais um dirigente, para o exercício do mandato em diretoria sindical, em cada âmbito constante do caput deste artigo, enquanto o número de representados locais for inferior a 500 (quinhentos), ficará a critério de negociações entre a Entidade representativa da categoria e o Chefe do Poder Executivo.
§ 2º Ao possuir mais de 500 (quinhentos) representados, no âmbito municipal, a entidade sindical ou associativa representativa dos Profissionais da Educação Básica, terá o direito de ter colocado à sua disposição local, no mínimo 03 (três) dirigentes sindicais, quando solicitados, ficará a critério de negociações entre a Entidade representativa da categoria e o Chefe do Poder Executivo.
§ 3º O Profissional da Educação Básica Municipal que estiver no exercício de função diretiva e/ou executiva, em Sindicato ou Associação de Classe dos Profissionais da Educação, de âmbito municipal, regional, estadual, nacional ou internacional, atuará conforme Art. 43 §1º desta Lei Complementar, exceto a dedicação exclusiva.
§ **4º** A escolha do Profissional da Educação Básica para exercício da função sindical terá como critérios os já estabelecidos pelo Estatuto que rege a Central Sindical e Regimento Interno da Direção da Sub Sede.

Art. 101º. Ao dirigente sindical sem disponibilidade para a prestação de serviços sindicais, junto à Entidade sindical, é assegurado:
I – dispor de parte de suas horas atividades para este fim, devendo, no entanto, apresentar à direção e coordenação da Escola ou ao Órgão Central da Educação Pública, o seu cronograma de trabalho na Entidade;
II – dispor de substituição de suas atividades docentes por monitores da Escola ou da Rede Pública Municipal, quando houver;
III – dispor de substituição de suas atividades docentes por monitores, com ônus para o município, quando acordado entre as partes.

CAPÍTULO IV
Do Tempo de Serviço

Art. 102º. É contado para todos os efeitos o tempo de serviço público Municipal prestado na Administração Direta, nas Autarquias e Fundações Públicas do Município, Estado de Mato Grosso, inclusive o das Forças Armadas.

Art. 103º. A apuração do tempo de serviço será feita em dias que serão convertidos em anos, considerado o ano como de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Art. 104º. Além das ausências ao serviço previstas no Art. 59, são considerados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de:
I – férias;
II – exercício de cargo em comissão ou equivalente em órgãos ou entidades dos Poderes da União, do Estado, do Município e do Distrito Federal;
III – exercício de cargo ou função de governo ou administração, em qualquer parte do território nacional, por nomeação do Presidente da República, Governo Estadual e Municipal;
IV – participação em programa de treinamento regularmente instituído;
V – desempenho de mandato eletivo federal, estadual, municipal ou do distrito federal;
VI – júri e outros serviços obrigatórios por lei;
VII – licença:
a) À gestante, à adotante e à paternidade;
b) Para tratamento da própria saúde, até 02 (dois) anos;
c) Por motivo de acidente em serviço ou doença profissional;
d) Por convocação para o serviço militar;
e) Qualificação profissional;
f) Licença para acompanhar cônjuge ou companheiro;
g) Licença para tratamento de saúde em pessoa da família;
h) Desempenho de mandato classista.
i) Prêmio por assiduidade;
VIII- deslocamento para nova sede, de que trata o art.47, desta Lei Complementar;
IX- participação em competição desportiva intermunicipal, estadual e nacional ou convocação para integrar representação desportiva nacional, no país ou no exterior, conforme disposto em Lei específica.

Art. 105º. Contar-se-á apenas para efeito de aposentadoria e disponibilidade:
I – O tempo de serviço público federal, estadual e municipal mediante comprovação do serviço prestado e do recolhimento da previdência social;
II – A licença para atividade política;
III – O tempo correspondente ao desempenho de mandato eletivo federal, distrital, estadual, municipal anterior ao ingresso no serviço público municipal;
IV – O tempo de serviço relativo a tiro de guerra.
§ 1º. O tempo de serviço a que se refere o inciso I deste artigo não poderá ser contado em dobro ou com quaisquer outros acréscimos, salvo se houver norma correspondente na legislação municipal.

§ 2º. O tempo em que o Profissional da Educação pública esteve aposentado por invalidez ou em disponibilidade será contado apenas para nova aposentadoria ou disponibilidade.
§ 3º. É vedada a contagem cumulativa de tempo de serviço prestado concomitantemente em mais de um cargo ou função em órgão ou entidades dos Poderes da União, Estado, Distrito Federal e Município, autarquia, fundação pública, sociedade de economia mista e empresa pública.

CAPÍTULO V
Da Aposentadoria

Art. 106º. Os profissionais da Educação Básica serão aposentados:
I - Por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei, e proporcional nos demais casos;
II - Compulsoriamente, aos 70 (setenta) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;
III - Voluntariamente:
a) Aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço, se homem, e aos 30 (trinta), se mulher, com proventos integrais;
b) Aos 30 (trinta) anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e 25 (vinte e cinco), se professora, com proventos integrais;
c) Aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e aos 60 (sessenta), se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

Art. 107º. A aposentadoria compulsória será automática e declarada por ato, com vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor público atingir a idade limite de permanência no serviço ativo.

Art. 108º. A aposentadoria voluntária ou por invalidez vigorará a partir da data da publicação do respectivo ato.
§ 1º. A aposentadoria por invalidez será precedida de licença para tratamento de saúde, por período não excedente a 24 (vinte e quatro) meses.
§ 2º. Expirado o período de licença e não estando em condições de reassumir o cargo ou de ser readaptado, o profissional da Educação Básica será aposentado.
§ 3º. O lapso de tempo compreendido entre o término da licença e a publicação do ato de aposentadoria será considerado como de prorrogação de licença.

Art. 109º. O provento de aposentadoria será calculado com observância do disposto nos Arts. 46 e 51 desta lei complementar, revisto na mesma data e proporção, sempre que se modificar o valor do subsídio do Profissional da Educação Básica em atividade e conforme legislação vigente.

CAPÍTULO VI
Dos Direitos e Deveres Especiais dos
Profissionais da Educação Básica

Seção I
Dos Direitos Especiais

Art. 110º. Além dos direitos previstos nesta Lei, são direitos dos Profissionais da Educação Básica:
I - ter a seu alcance informações educacionais, biblioteca, material didático-pedagógico, instrumentos de trabalho, bem como contar com assistência técnica que auxilie e estimule a melhoria de seu desempenho profissional e ampliação de seus conhecimentos;
II – dispor, no ambiente de trabalho, de instalações adequadas e material técnico e pedagógico suficiente e adequado para que possa exercer com eficiência as suas funções;
III – ter liberdade de escolha e utilização de materiais e procedimentos didáticos e de instrumento de avaliação do processo ensino aprendizagem, dentro dos princípios psicopedagógicos, objetivando alcançar o respeito à pessoa humana e à construção do bem comum;
IV – ter acesso a recursos para a publicação de trabalhos e livros didáticos ou técnico-científicos;
V – não sofrer qualquer tipo de discriminação moral ou material decorrente de sua opção profissional, ficando o infrator sujeito às penalidades previstas na Constituição Federal, Art. 5º, incisos V e XII;
VI – reunir-se na unidade escolar para tratar de assuntos de interesse da categoria e da educação em geral, sem prejuízo das atividades escolares.

Seção II
Dos Deveres Especiais

Art. 111º. Aos integrantes do grupo dos Profissionais da Educação Básica no desempenho de suas atividades, além dos deveres comuns aos servidores públicos civis do Município, cumpre:
I – Preservar as finalidades da Educação Nacional inspiradas nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana;
II – Promover e/ou participar das atividades educacionais, sociais e culturais, escolares e extraescolares em benefício dos alunos e da coletividade a que serve a escola;
III – Esforçar-se em prol da educação integral do aluno, utilizando processo que acompanhe o avanço científico, tecnológico e sugerindo também medidas tendentes ao aperfeiçoamento dos serviços educacionais;
IV – Comparecer ao local de trabalho com assiduidade e pontualidade e executando as tarefas com zelo e presteza;
V – Fornecer elementos para permanente atualização de seus assentamentos junto aos órgãos da Administração;
VI – Assegurar o desenvolvimento do censo crítico e da consciência política do educando;
VII – Respeitar o aluno como sujeito do processo educativo e comprometer-se com a eficácia do seu aprendizado;
VIII – Comprometer-se com o aprimoramento pessoal e profissional através da atualização e aperfeiçoamento dos conhecimentos, assim como da observância aos princípios morais e éticos;
IX – Manter em dia registro, escriturações e documentações inerentes à função desenvolvida e à vida profissional;
X – Preservar os princípios democráticos da participação, da cooperação, do diálogo, do respeito à liberdade e da justiça social.

Título V
Da Gestão do Ensino

Capitulo I
Direção e de Coordenação de Unidade Escolar

Art. 112º. A função de Direção é considerada eletiva e deverá ser exercida por profissionais da educação, escolhido pela comunidade escolar com duração de dois anos de mandato e direito à recondução por mais um mandato.

Art. 113º. Para participar do processo de que trata esta lei, o candidato, integrante do quadro dos Profissionais da Educação Básica, deve:
I - ser ocupante de cargo efetivo e estável do quadro dos Profissionais da Educação Básica;
II - Ter no mínimo 2 (dois) anos de efetivo exercício ininterruptos até a data da inscrição, prestados na escola que pretende dirigir;
III - Ser habilitado em nível de Licenciatura Plena;
IV - Participar dos cursos de formação continuada, de estudos a serem organizados pela Secretaria Municipal de Educação, Assessoria Pedagógica Municipal e ou sob orientação da Secretaria de Estado de Educação.

Art. 114º. Caso não haja profissional da educação com dois anos de serviços na unidade escolar, poderá inscrever-se o profissional que tenha um ano na unidade escolar ou dois anos em qualquer escola pública municipal.

Parágrafo único. O profissional poderá concorrer à direção de apenas uma escola.

Art. 115º. O candidato que não fizer apresentação de sua proposta de trabalho em Assembleia Geral, em data e horário marcados pela Comissão, estará automaticamente desclassificado.

Parágrafo único. As demais normas para garantir o referido disposto no caput deste artigo serão definidas em Lei Complementar da Gestão Democrática.

Art. 116º. Fica assegurado para cada unidade escolar da rede municipal de ensino, com número igual ou superior a duzentos alunos, um diretor escolar.

Art. 117º. A cada unidade escolar com número igual ou superior a cento e vinte alunos, é assegurado um profissional do magistério na função de Coordenação Pedagógica.

Art. 118º. Para o exercício da função de direção escolar e coordenação pedagógica, será exigida como qualificação mínima, a graduação em Licenciatura Plena.
§ 1º. Caso não haja interesse dos profissionais habilitados da unidade escolar pela função, poderá concorrer a vaga profissional da educação lotado em outra unidade escolar deste município.
§ 2º. Será assegurado um técnico administrativo para as unidades que tiverem autonomia no processo de escrituração escolar (documentação de aluno, matrículas, etc.).

TÍTULO VI
Das Disposições Gerais

Art. 119º. Os profissionais da Educação Básica poderão congregar-se em sindicato ou associação de classe, na defesa dos seus direitos, nos termos da Constituição Federal.

Art. 120º. Em caso de necessidade comprovada, poderão ser admitidos Profissionais da Educação Básica mediante contrato temporário.
§ 1º. A admissão de que trata este artigo deverá observar as habilitações inerentes ao cargo do profissional substituído, priorizando o candidato com o melhor nível de habilitação.
§ 2º. O Servidor contratado temporariamente perceberá remuneração de acordo com o cargo para o qual prestou o processo seletivo.
§ 3º. O órgão competente no município deverá promover anualmente caso necessário o Processo Seletivo, para contratos temporários e lotar os candidatos nas unidades escolares sob sua jurisdição.

Art. 121º. É assegurado ao Profissional da Educação Básica, ativo ou inativo o recebimento de 13º Salário integral até o dia 20 de dezembro do ano trabalhado, garantida a proporcionalidade aos contratados mediante Processo Seletivo.

Art. 122º. Será permitido a cedência de Profissionais da Educação Básica para instituições educacionais públicas estaduais e federais.
I - A cedência de que trata o caput deste artigo poderá ser feita:
a) Permuta através de Termo de Cooperação Técnica entre os órgãos educacionais, quando os profissionais exercerem atividades da mesma natureza, do mesmo nível e do mesmo grau de habilitação;
b) Através de cedência.

Art. 123º. O exercício de atividades sob a égide Aulas Excedentes não dispensará o professor de participar do Processo Seletivo Público, para contratação e do cumprimento das Horas Atividades, em horário estabelecido pela Unidade Escolar.

TÍTULO VII
Das Disposições Transitórias

Art. 124º. Os enquadramentos dos atuais ocupantes dos cargos de Profissionais da Educação Básica nesta Lei Complementar ocorrerão imediatamente após a promulgação da mesma, sendo que os efeitos financeiros se darão conforme enquadramento a seguir:
§ 1º. O enquadramento e elevação do Técnico Administrativo Educacional, Apoio Administrativo Educacional e Apoio Operacional se dará em dois momentos:
I - Automaticamente, conforme o tempo de serviço e o grau de escolaridade, com o vencimento da classe e nível correspondente, após a promulgação desta Lei Complementar.
II - Após conclusão da profissionalização específica.
§ 2º. No prazo máximo de 08 (oito) anos, os Profissionais da Educação Básica deverão concluir a formação necessária conforme determina a Lei 12.014/2009 que trata da profissionalização dos funcionários, de modo a serem enquadrados definitivamente na nova carreira e terem como garantia 40% (quarenta por cento) de aumento sobre o salário base.
I. A efetivação do enquadramento se dará no prazo máximo de 2 (dois) anos: em maio de 2014 o percentual de 15%, em dezembro de 2014 o percentual de 15%, em maio de 2015 o percentual de 20%, em dezembro de 2015 o percentual de 20% e em maio de 2016 o percentual de 30%.

II. Os profissionais que adquirirem a profissionalização no período que trata o inciso anterior se enquadrarão conforme garante a lei.

III. Os profissionais que se profissionalizarem após esse período, o enquadramento acontecerá automaticamente.

§ 3º. A complementação de estudos de que trata o parágrafo segundo deve ser garantida pela Administração Pública Municipal via Regime de Colaboração e, através do órgão competente.

§ 4º. O Cargo de Técnico de Nível Superior fica extinto a partir da aprovação desta L C não podendo a Administração Pública Municipal realizar novo concurso, mas garantindo aos ocupantes do mesmo os direitos adquiridos.
§5º Os profissionais que prestaram concursos como Agente de Vigilância para a educação, ficam enquadrados definitivamente ao cargo de Apoio Administrativo Educacional como previsto no inciso IV do Art. 2º e inciso II do Art. 11º desta Lei Complementar, não podendo Administração Pública Municipal realizar novo concurso com cargo de Agente de Vigilância, visto que o mesmo não existe na carreira da Educação

TÍTULO VIII
Das Disposições Finais

Art. 125º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Cotriguaçu-MT, 27 de maio de 2014.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS
Prefeita Municipal

ANEXO I
QUANTIDADE DE CARGOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Cargo	Quantidade
Apoio Administrativo Educacional	043
Apoio Operacional	025
Professor	115
Técnico Administrativo Educacional	009
Técnico de Nível Superior Educacional	002
Total	194

ANEXO II
PERFIL OCUPACIONAL E QUADRO DAS TRANFORMAÇÃO DOS CARGOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Cargo	Perfil Ocupacional	Quantidade
Apoio Administrativo Educacional	**Nutrição**	**10**
	Vigilante	**10**
	Manutenção Infra estrutura	**23**
Apoio Operacional	**Motorista Transporte Escolar**	**25**
Professor	**Professor Geografia**	**03**
	Professor História	**03**
	Professor Letras	**04**
	Professor Magistério	**20**
	Professor Matemática	**03**
	Professor Mestrado - Doutorado	**02**
	Professor Pedagogia	**50**
	Professor Pós-graduação	**30**
Técnico Administrativo Educacional	**Administrativo Escolar**	**03**
	Técnico Administrativo Mult.	**03**
	Secretário Escolar	**03**
Técnico de Nível Superior Educacional	**Nutricionista**	**01**
	Psicólogo	**01**
Total.....		194

APOIO ADMINISTRATIVO

APOIO ADMINISTRATIVO não profissionalizado				**PROFISSIONALIZADO**
Classe Nível	**Coeficiente**	**A**	**B**	**B**
		1	**1,25**	**PRÓFUNCIONÁRIO**
		Subsídio	**Subsídio**	15% em maio 2014
1	**1,00**	R$ 724,00	R$ 905,00	R$ 959,30
2	**1,04**	R$ 752,96	R$ 941,20	R$ 997,67
3	**1,09**	R$ 789,16	R$ 986,45	R$ 1.045,63
4	**1,14**	R$ 825,36	R$ 1.031,70	R$ 1.093,60
5	**1,19**	R$ 861,56	R$ 1.076,95	R$ 1.141,56
6	**1,25**	R$ 905,00	R$ 1.131,25	R$ 1.199,12
7	**1,32**	R$ 955,68	R$ 1.194,60	R$ 1.266,27
8	**1,41**	R$ 1.020,84	R$ 1.276,05	R$ 1.352,61
9	**1,50**	R$ 1.086,00	R$ 1.357,50	R$ 1.438,95
10	**1,53**	R$ 1.107,72	R$ 1.384,65	R$ 1.467,72
11	**1,56**	R$ 1.129,44	R$ 1.411,80	R$ 1.496,50
12	**1,59**	R$ 1.151,16	R$ 1.438,95	R$ 1.525,28

TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

TABELA TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO em maio 2014 (15%)					
Classe Nível	**Coeficiente**	**A**	**B**	**C**	**D**
		1	**1,5**	**1,7**	**2,0**
		Subsídio	**Subsídio**	**Subsídio**	**Subsídio**

1	**1,00**	R$ 959,30	R$ 1.438,95	R$ 1.630,81	R$ 1.918,60
2	**1,04**	997,67	1.496,50	1.696,04	1.995,34
3	**1,09**	1.045,63	1.568,45	1.777,58	2.091,27
4	**1,14**	1.093,60	1.640,40	1.859,12	2.187,20
5	**1,19**	1.141,56	1.712,35	1.940,66	2.283,13
6	**1,25**	1.199,12	1.798,68	2.038,51	2.398,25
7	**1,32**	1.266,27	1.899,41	2.152,66	2.532,55
8	**1,41**	1.352,61	2.028,91	2.299,44	2.705,22
9	**1,50**	1.438,95	2.158,42	2.446,21	2.877,90
10	**1,53**	1.467,72	2.201,59	2.495,13	2.935,45
11	**1,56**	1.496,50	2.244,76	2.544,06	2.993,01
12	**1,59**	1.525,28	2.287,93	2.592,98	3.050,57

TABELA TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL NÃO PROFISSIONALIZADO					
Classe Nível	**Coeficiente**	**A**	**B**	**C**	**D**
		1	**1,5**	**1,7**	**2,0**
		Subsídio	**Subsídio**	**Subsídio**	**Subsídio**
1	**1,00**	R$ 905,00	R$ 1.357,50	R$ 1.538,50	R$ 1.810,00
2	**1,04**	R$ 941,20	R$ 1.411,80	R$ 1.600,04	R$ 1.882,40
3	**1,09**	R$ 986,45	R$ 1.479,67	R$ 1.676,96	R$ 1.972,90
4	**1,14**	R$ 1.031,70	R$ 1.547,55	R$ 1.753,89	R$ 2.063,40
5	**1,19**	R$ 1.076,95	R$ 1.615,42	R$ 1.830,81	R$ 2.153,90
6	**1,25**	R$ 1.131,25	R$ 1.696,87	R$ 1.923,12	R$ 2.262,50
7	**1,32**	R$ 1.194,60	R$ 1.791,90	R$ 2.030,82	R$ 2.389,20
8	**1,41**	R$ 1.276,05	R$ 1.914,07	R$ 2.169,28	R$ 2.552,10
9	**1,50**	R$ 1.357,50	R$ 2.036,25	R$ 2.307,75	R$ 2.715,00
10	**1,53**	R$ 1.384,65	R$ 2.076,97	R$ 2.353,90	R$ 2.769,30
11	**1,56**	R$ 1.411,80	R$ 2.117,70	R$ 2.400,06	R$ 2.823,60
12	**1,59**	R$ 1.438,95	R$ 2.158,42	R$ 2.446,21	R$ 2.877,90

APOIO OPERACIONAL

APOIO OPERACIONAL NÃO PROFISSIONALIZADO				**APOIO OPERACIONAL PROFISSIONALIZADO**
Classe Nível	**Coeficiente**	**A (Ens. Fund)**	**B (E. Médio)**	**B**
		1	**1,25**	Maio 2014
		Subsídio	**Subsídio**	15%
1	**1,00**	R$ 1.050,37	R$ 1.312,96	1.391,73
2	**1,04**	R$ 1.092,38	R$ 1.365,47	1.447,39
3	**1,09**	R$ 1.144,90	R$ 1.431,12	1.516,98
4	**1,14**	R$ 1.197,42	R$ 1.496,77	1.586,57
5	**1,19**	R$ 1.249,94	R$ 1.562,42	1.656,15
6	**1,25**	R$ 1.312,96	R$ 1.641,20	1.739,66
7	**1,32**	R$ 1.386,48	R$ 1.733,10	1.837,08
8	**1,41**	R$ 1.481,02	R$ 1.851,27	1.962,33
9	**1,50**	R$ 1.575,55	R$ 1.969,44	2.087,59
10	**1,53**	R$ 1.607,06	R$ 2.008,82	2.129,34
11	**1,56**	R$ 1.638,57	R$ 2.048,21	2.171,09
12	**1,59**	R$ 1.670,08	R$ 2.087,60	2.212,85

PROFESSOR HABILITADO

Classe Nível	**Coeficiente**	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
		1	**1,5**	**1,7**	**2,0**	**2,30**
		Subsídio	**Subsídio**	**Subsídio**	**Subsídio**	**Subsídio**
1	**1,00**	1.251,97	1.877,96	2.128,35	2.503,94	2.879,53
2	**1,04**	1.302,05	1.953,07	2.213,48	2.604,10	2.994,71
3	**1,09**	1.364,65	2.046,97	2.319,90	2.729,29	3.138,69
4	**1,14**	1.427,25	2.140,87	2.426,32	2.854,49	3.282,67
5	**1,19**	1.489,84	2.234,77	2.532,74	2.979,69	3.426,64
6	**1,25**	1.564,96	2.347,44	2.660,44	3.129,93	3.599,41
7	**1,32**	1.652,60	2.478,90	2.809,42	3.305,20	3.800,98
8	**1,41**	1.765,28	2.647,92	3.000,97	3.530,56	4.060,14
9	**1,50**	1.877,96	2.816,93	3.192,52	3.755,91	4.319,30
10	**1,53**	1.915,51	2.873,27	3.256,37	3.831,03	4.405,68
11	**1,56**	1.953,07	2.929,61	3.320,22	3.906,15	4.492,07
12	**1,59**	1.990,63	2.985,95	3.384,07	3.981,26	4.578,45

TECNICO DE NIVEL SUPERIOR

Classe Nível	**Coeficiente**	**A**	**B**	**C**	**D**
		1	**1,10**	**1,25**	**1,50**
		Subsídio	**Subsídio**	**Subsídio**	**Subsídio**
1	**1,00**	2.554,23	2.809,65	3.192,79	3.831,35
2	**1,04**	2.656,40	2.922,04	3.320,50	3.984,60
3	**1,09**	2.758,57	3.034,43	3.448,21	4.137,85
4	**1,14**	2.886,28	3.174,91	3.607,85	4.329,42
5	**1,19**	3.039,53	3.343,49	3.799,42	4.559,30
6	**1,25**	3.192,79	3.512,07	3.990,98	4.789,18
7	**1,32**	3.371,58	3.708,74	4.214,48	5.057,38
8	**1,41**	3.601,46	3.961,61	4.501,83	5.402,20
9	**1,50**	3.831,35	4.214,48	4.789,18	5.747,02
10	**1,53**	3.907,97	4.298,77	4.884,96	5.861,96
11	**1,56**	3.984,60	4.383,06	4.980,75	5.976,90
12	**1,59**	4.061,23	4.467,35	5.076,53	6.091,84

Publicado por:
Noeli Maria Lorandi
Código Identificador:723B1667

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS 2014

Extrato de contratos, mês de Maio e Junho 2014.

Nº. Contrato	Data	Funcionário	Função/Objeto	Depart.º	Valor Contrato	Data Vigência
127/2014	12/05/2014	Boyek e Alcantara LTDA ME	Limpeza de Ruas e Logradouros	Departamento VOSU	80.500,00	12/11/2014
128/2014	15/05/2014	Ação Comercio e Serviços de Moveis e Informática LTDA	Adesão Registro de Preço 050 PP 46	Administração	559.899,80	22/10/2014
129/2014	15/05/2014	Marcos Antonio Dias Machado ME	Adesão Registro de Preço 051 PP 46	Administração	1.029.000,00	22/10/214
130/2014	15/05/2014	Cristiane Neves da Silva	Professora	Educação	724,00	23.12.2014
131/2014	15/05/2014	Martinucci Serviço e Tecnologia LTDA	Manutenção Técnica do Site da Prefeitura	Administração	5.600,00	31/05/2014
132/2014	26/05/2014	José Nilton Leite	Publicidade, Propaganda e Anúncios.	Administração	58.500,00	26/05/2015
133/2014	27/05/2014	Indaina Ind. Com. De Arte. De Cimento LTDA	Aquisição de Materiais para Construção	Obras	79.210,60	27/05/2015
134/2014	27/05/2014	Erich Ubdzere Tserewano	Professor	Educação	724,00	23.12.2014
135/2014	05/06/2014	Construtora Alfer LTDA	Reforma Centro de Saúde	Saúde	122.691,00	02/11/2014
136/2014	05/06/2014	Elétrica luz Comercial de Materiais Elétricos LTDA	ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 056/2014	ADMINISTRAÇÃO	728.524,80	28/03/2015
137/2014	05/06/2014	MAR Serviços e Construções LTDA	Locação de Veículo SUV	GABINETE	55.000,00	05/04/2015
138/2014	05/06/2014	Auto Posto Bacaba	Aquisição de Combustível	Secretaria de Administração Geral e seus demais Departamentos	561.550,00	05/06/2015
139/2014	05/06/2014	Imobiliária Paiaguas LTDA	CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE MULTIPLO USO	ADMINISTRAÇÃO	1.302.000,00	05/06/2015
140/2014	05/06/2014	ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA EPP	CONSTRUÇÃO DE ILUMINAÇÃO PUBLICA EM CANTEIRO CENTRAL	OBRAS	217.892,06	05/06/2015
141/2014	05/06/2014	ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA EPP	CONSTRUÇÃO DE PRAÇA NA BR 070	OBRAS	261.076,37	05/06/2015
142/2014	05/06/2014	ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA EPP	CONSTRUÇÃO DE PRAÇA NA MATRIZ	OBRAS	306.877,10	05/06/2015
143/2014	05/06/2014	ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA EPP	EXECUÇÃO DO PASSEIO PUBLICO – CALÇADAS	OBRAS	219.753,48	05/06/2015
144/2014	23/06/2014	MAR SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME	CONSTRUÇÃO DE UM CANTEIRO CENTRAL COM PORTICO NA ENTRADA DO MUNICIPIO	OBRAS	391.593,00	23/06/2015
145/2014	23/06/2014	VALMIR DOS SANTOS MONTEIRO	Motorista	Educação	724,00	31/21/2014
146/2014	23/06/2014	RIVALDO NUNES DA SILVA	Auxiliar de Serviços Gerais	Obras, viação e serviços urbanos	724,00	31.12.2014

Gabinete da Prefeita, 25 de Junho de 2014.

MAGALI AMORIM VILELA DE MORAES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Renato Silva Vilela
Código Identificador:2CDC54AE

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 055/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram o Município de Guarantã do Norte/MT, por intermédio da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte e as empresas vencedoras do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 034/2014, tendo por OBJETO Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa habilitada para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELETRICOS PARA VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS de propriedade do município de Guarantã do Norte representado pela Prefeitura Municipal, com as especificações do termo de referência, tudo em conformidade com as disposições no edital e seus anexos, que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais.

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, o Município de Guarantã do Norte/MT por intermédio da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte inscrita no CNPJ nº 03.239.019/0001-83, situado na Rua das Oliveiras, 135 Jardim Vitória – Guarantã do Norte/MT – CEP 78.520-000 neste ato representado pela Prefeita, Sra Sandra Martins, brasileira, divorciada, portadora do RG n. 0805741-9 SSP/MT e do CPF nº 482.430.0001-00 residente e domiciliado na Rua das Amendoeiras nº 308, Centro, Guarantã do Norte/MT, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelos Decretos nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 (e suas alterações posteriores) e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 055/2014, Ata de julgamento de Preços, e homologada pelo ordenador de despesas desta Prefeitura, RESOLVEM registrar os preços da(s) empresa vencedora (s) que incidirá no valor dos **SERVIÇOS** nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada no item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, Termo de Referência e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preços, para formação do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto IMEDIATO do presente instrumento é de registrar o preço UNITÁRIO obtido na licitação PREGÃO PRESENCIAL nº 034/2014; enquanto o objeto MEDIATO será a contratação futura da empresa **MARLI TEREZINHA VIDARENKO DA SILVA ME** visando a **REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS** constantes do aludido Termo de Referência que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas.

1.3. Os instrumentos contratuais poderão ser substituídos por outros documentos hábeis, observados os ditames do artigo 62 e parágrafos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA –DA VENCEDORA, DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE, E PREÇO

2.1. A licitante vencedora, o item, quantidade, unidade, especificação, fornecedor e o preço unitário estão registrados nessa Ata de Registro de Preço e encontram-se indicados na tabela abaixo:

2.2. Fornecedor Registrado
Empresa **MARLI TEREZINHA VIDARENKO DA SILVA ME**
CNPJ nº 04.922.808/0001-87
Endereço: Avenida Guarantã nº 1252 Centro
Cidade: Guarantã do Norte/MT CEP: 78520-000 Telefone: (66) 3552-1120
Representante legal: Marli Terezinha Vidarenko da Silva
Item(ns) 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75 e 76.

ITEM 01: DIAGNÓSTICO DE INJEÇÃO ELETRÔNICA (ELÉTRICA)

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
01	433	SRV	DIAGNÓSTICO DE INJEÇÃO ELETRÔNICA (ELÉTRICA)	230,00

CHEVROLET S-10 BLAZER
FIAT UNO: MILLE FIRE FLEX, MILLE FIRE, FIRE FLEX, MILLE ECONOMY, MILLE WAY FLEX
FIAT PALIO: FIRE ECONOMY
VOLKSWAGEM GOL POWER
FIAT PALIO WEEKEND
CHEVROLET CELTA: SPIRIT, FLEXPOWER
ÔNIBUS MERCEDES DOS MODELOS:1620, 1519, 1315
MITSUBSHI L-200 E MODELOS: L-200 GL, L-200 TRITON
RENAULT MASTER
FORD F 4000 AMBULÂNCIA
FORDTRANSIT AMBULÂNCIA
CITROEN JUMPER AMBULANCIA
MICROÔNIBUS VOLARE W8
TOYOTA BANDEIRANTE
NISSAN FRONTIER
CAMINHONETE D20
MERCEDES BENZ SPRINTER
ÔNIBUS WOLKS 15-190
ÔNIBUS IVECO CITY CLASS
ÔNIBUS VOLARE V8L
VOLKSWAGEM SANTANA
RENAULT SCENIC
FORD RANGER
FORD F-1000
FIAT DUCATO

ITEM 02: LIMPEZA DE BICO INJETOR

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
02	165	SRV	LIMPEZA DE BICO INJETOR	88,00

CHEVROLET S-10 BLAZER
FIAT UNO: MILLE FIRE FLEX, MILLE FIRE, FIRE FLEX, MILLE ECONOMY, MILLE WAY FLEX
FIAT PALIO FIRE ECONOMY
VOLKSWAGEM GOL POWER
CHEVROLET CELTA FLEXPOWER
ÔNIBUS MERCEDES 1620
MITSUBSHI L-200 E MODELOS: L-200 GL, L-200 TRITON
RENAULT MASTER
FORD F 4000 AMBULÂNCIA
FORDTRANSIT AMBULÂNCIA
CITROEN JUMPER AMBULANCIA
MICROÔNIBUS VOLARE W8
TOYOTA BANDEIRANTE
NISSAN FRONTIER
CAMINHONETE D20
VOLKSWAGEM SANTANA
RENAULT SCENIC
FORD RANGER

ITEM 03: LIMPEZA DE BICO INJETOR

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
03	12	SRV	LIMPEZA DE BICO INJETOR	95,00

MERCEDES BENZ SPRINTER

ITEM 04: RECARGA DE BATERIA

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
04	615	SRV	RECARGA DE BATERIA	14,00

CHEVROLET S-10 BLAZER
FIAT UNO: MILLE FIRE FLEX, MILLE FIRE, FIRE FLEX, MILLE ECONOMY, MILLE WAY FLEX
FIAT PALIO FIRE ECONOMY E WEEKEND
VOLKSWAGEM GOL POWER
CHEVROLET CELTA SPIRIT E FLEXOWER
ÔNIBUS MERCEDES 1620,
MITSUBSHI L-200, L-200 GL, L-200 TRITON
RENAULT MASTER
FORD F 4000 AMBULÂNCIA
FORDTRANSIT AMBULÂNCIA
CITROEN JUMPER AMBULANCIA
MICROÔNIBUS VOLARE W8
TOYOTA BANDEIRANTE
NISSAN FRONTIER
CAMINHONETE D20
MERCEDES BENZ SPRINTER
MASSEY FERGUSON 283
CARREGADEIRA CASE W20
WOLKS WOKER 24-220
ÓNIBUS WOLKS 15-190
ÔNIBUS IVECO CITY CLASS
ÔNIBUS VOLARE V8L
ÔNIBUS MERCEDES 1315/ 1519
WOLKSVAGEM SANTANA
RENAULT SCENIC
FORD RANGER
FORD F-1000
FIAT DUCATO

ITEM 05: REMOVER, INSTALAR E TESTAR BOMBA ELÉTRICA DE COMBUSTÍVEL

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
05	139	SRV	REMOVER, INSTALAR E TESTAR BOMBA ELÉTRICA DE COMBUSTÍVEL	49,00

CHEVROLET S-10 BLAZER
FIAT UNO: MILLE FIRE FLEX, MILLE FIRE, FIRE FLEX, MILLE ECONOMY, MILLE WAY FLEX
FIAT PALIO FIRE ECONOMY, E WEEKEND
WOLKSVAGEM GOL POWER
CHEVROLET CELTA SPIRIT E FLEXOWER
ÔNIBUS MERCEDES 1620
MITSUBSHI L-200, L-200 GL, L-200 TRITON
RENAULT MASTER
FORD F 4000 AMBULÂNCIA
FORDTRANSIT AMBULÂNCIA
CITROEN JUMPER AMBULANCIA
MICROÔNIBUS VOLARE W8
TOYOTA BANDEIRANTE
NISSAN FRONTIER
CAMINHONETE D20
MERCEDES BENZ SPRINTER
WOLKS WOKER 24-220
VOLKSWAGEM SANTANA
RENAULT SCENIC
FORD RANGER
FORD F-1000
FIAT DUCATO

ITEM 06: REMOVER, INSTALAR E TESTAR BOMBA ELÉTRICA DE COMBUSTÍVEL

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
06	100	SRV	REMOVER, INSTALAR E TESTAR BOMBA ELÉTRICA DE COMBUSTÍVEL	179,00

CAMINHONETE D-20
NISSAN FRONTIER
ÓNIBUS WOLKS 15-190

ÔNIBUS IVECO CITY CLASS
ÔNIBUS VOLARE V8L
ÔNIBUS MERCEDES 1315/ 1519

ITEM 07: REMOVER, INSTALAR E TESTAR TACÓGRAFO DIGITAL

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
07	100	SRV	REMOVER, INSTALAR E TESTAR TACÓGRAFO DIGITAL	78,00

ÔNIBUS WOLKS 15-190
ÔNIBUS IVECO CITY CLASS
ÔNIBUS VOLARE V8L
ÔNIBUS MERCEDES 1315/ 1519

ITEM 08: REMOVER, INSTALAR E TESTAR TACÓGRAFO MECÂNICO

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
08	50	SRV	REMOVER, INSTALAR E TESTAR TACÓGRAFO MECÂNICO	79,00

ÔNIBUS WOLKS 15-190
ÔNIBUS IVECO CITY CLASS
ÔNIBUS VOLARE V8L
ÔNIBUS MERCEDES 1315/ 1519

ITEM 09: REMOVER, INSTALAR E TESTAR TACÓGRAFO MODULAR

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
09	100	SRV	REMOVER, INSTALAR E TESTAR TACÓGRAFO MODULAR	78,00

ÔNIBUS WOLKS 15-190
ÔNIBUS IVECO CITY CLASS
ÔNIBUS VOLARE V8L
ÔNIBUS MERCEDES 1315/ 1519

ITEM 10: REVISAR ALTERNADOR

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
10	131	SRV	REVISAR ALTERNADOR	78,00

CHEVROLET S-10 BLAZER
FIAT UNO: MILLE FIRE FLEX, MILLE FIRE, FIRE FLEX, MILLE ECONOMY, MILLE WAY FLEX
FIAT PALIO FIRE ECONOMY
VOLKSWAGEM GOL POWER
CHEVROLET CELTA FLEXPOWER
ÔNIBUS MERCEDES 1620
MITSUBSHI L, L-200 GL, L-200 TRITON
RENAULT MASTER
FORD F 4000 AMBULÂNCIA
FORDTRANSIT AMBULÂNCIA
CITROEN JUMPER AMBULANCIA
MICROÔNIBUS VOLARE W8
TOYOTA BANDEIRANTE
MASSEY FERGUSON 283
WOLKS WOKER 24-220
CAMINHONETE D-20
NISSAN FRONTIER
RENAULT SCENIC
FORD RANGER
FORD F-1000
FIAT DUCATO

ITEM 11: REVISAR ALTERNADOR

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
11	24	SRV	REVISAR ALTERNADOR	69,00

FIAT UNO: MILLE FIRE FLEX, MILLE FIRE, FIRE FLEX, MILLE ECONOMY, MILLE WAY FLEX
FIAT PALIO WEEKEND
CHEVROLET CELTA SPIRIT
VOLKSWAGEM GOL POWER
MERCEDES BENZ SPRINTER

ITEM 12: REVISAR ALTERNADOR

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
12	150	SRV	REVISAR ALTERNADOR	74,00

ÓNIBUS WOLKS 15-190
ÔNIBUS IVECO CITY CLASS
ÔNIBUS VOLARE V8L
ÔNIBUS MERCEDES 1315/ 1519/

ITEM 13: REVISAR MOTOR DE PARTIDA

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
13	158	SRV	REVISAR MOTOR DE PARTIDA	95,00

CHEVROLET S-10BLAZER
ÔNIBUS MERCEDES 1620
MITSUBSHI L-200
RENAULT MASTER
FORD F 4000 AMBULÂNCIA
FORDTRANSIT AMBULÂNCIA
CITROEN JUMPER AMBULANCIA
MICROÔNIBUS VOLARE W8
MASSEY FERGUSON 283
CARREGADEIRA CASE W20
WOLKS WOKER 24-220
ÓNIBUS WOLKS 15-190
ÔNIBUS IVECO CITY CLASS
ÔNIBUS VOLARE V8L
ÔNIBUS MERCEDES 1315/ 1519

ITEM 14: REVISAR MOTOR DE PARTIDA

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
14	54	SRV	REVISAR MOTOR DE PARTIDA	69,00

FIAT UNO MILLE FIRE FLEX, FIRE FLEX, MILLE ECONOMY, MILLE WAY FLEX
FIAT PALIO FIRE ECONOMY
VOLKSWAGEM GOL POWER
FIAT PALIO ECONOMY E WEEKEND
CHEVROLET CELTA SPIRIT E FLEXPOWER
VOLKSWAGEM SANTANA
RENAULT SCENIC

ITEM 15: REVISAR MOTOR DE PARTIDA

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
15	30	SRV	REVISAR MOTOR DE PARTIDA	89,00

TOYOTA BANDEIRANTE
NISSAN FRONTIER
CAMINHONETE D20
MERCEDES BENZ SPRINTER
FIAT DUCATO

ITEM 16: REVISAR MOTOR DE PARTIDA

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
16	12	SRV	REVISAR MOTOR DE PARTIDA	90,00

FORD RANGER
FORD F-1000
MITSUBISHI L-200 GL, L-200 TRITON

ITEM 17: SOLDA ELÉTRICA

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
17	770	SRV	SOLDA ELÉTRICA	29,00

CHEVROLET S-10 BLAZER
FIAT UNO MILLE FIRE FLEX, FIRE FLEX, MILLE ECONOMY, MILLE WAY FLEX
FIAT PALIO FIRE ECONOMY E WEEKEND
VOLKSWAGEM GOL POWER
CHEVROLET CELTA SPIRIT E FLEXPOWER

ÔNIBUS MERCEDES 1620
MITSUBSHI L-200, L-200 GL, L-200 TRITON
RENAULT MASTER
FORD F 4000 AMBULÂNCIA
FORDTRANSIT AMBULÂNCIA
CITROEN JUMPER AMBULANCIA
MICROÔNIBUS VOLARE W8
TOYOTA BANDEIRANTE
NISSAN FRONTIER
CAMINHONETE D20
MERCEDES BENZ SPRINTER
MASSEY FERGUSON 283
CARREGADEIRA CASE W20
WOLKS WOKER 24-220
ÔNIBUS WOLKS 15-190
ÔNIBUS IVECO CITY CLASS
ÔNIBUS VOLARE V8L
ÔNIBUS MERCEDES 1315/ 1519
VOLKSWAGEM SANTANA
RENAULT SCENIC
FORD RANGER
FORD F-1000
FIAT DUCATO

ITEM 18: SUBSTITUIR ALTERNADOR

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
18	125	SRV	SUBSTITUIR ALTERNADOR	59,00

CHEVROLET S-10 BLAZER
FIAT UNO MILLE FIRE FLEX
FIAT PALIO FIRE ECONOMY
VOLKSWAGEM GOL POWER
FIAT UNO MILLE FIRE FLEX, MILLE WAY FLEX
CHEVROLET CELTA FLEXPOWER
ÔNIBUS MERCEDES 1620
MITSUBSHI L-200
RENAULT MASTER
FORD F 4000 AMBULÂNCIA
FORDTRANSIT AMBULÂNCIA
CITROEN JUMPER AMBULANCIA
MICROÔNIBUS VOLARE W8
TOYOTA BANDEIRANTE
NISSAN FRONTIER
CAMINHONETE D20
MASSEY FERGUSON 283
CARREGADEIRA CASE W20
WOLKS WOKER 24-220
ÔNIBUS WOLKS 15-190
ÔNIBUS IVECO CITY CLASS
ÔNIBUS VOLARE V8L
ÔNIBUS MERCEDES 1315/ 1519

ITEM 19: SUBSTITUIR ALTERNADOR

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
19	18	SRV	SUBSTITUIR ALTERNADOR	29,00

FIAT PALIO ECONOMY E WEEKEND
FIAT UNO MILLE FIRE, FIRE FLEX, MILLE ECONOMY
CHEVROLET CELTA SPIRIT
VOLKSWAGEM GOL POWER

ITEM 20: SUBSTITUIR ALTERNADOR

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
20	27	SRV	SUBSTITUIR ALTERNADOR	49,00

MERCEDES BENZ SPRINTER
FIAT UNO MILLE WEY ECONOMY
CAMINHONETE D-20
NISSAN FRONTIER
FIAT UNO MILLE FIRE
VOLKSWAGEM SANTANA
RENAULT SCENIC
FORD RANGER
FORD F-1000
MITSUBISHI L-200 GL, L-200 TRITON

ITEM 21: SUBSTITUIR BOBINA DE IGNIÇÃO

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
21	3	SRV	SUBSTITUIR BOBINA DE IGNIÇÃO	68,00

ÔNIBUS MERCEDES 1620

ITEM 22: SUBSTITUIR BOBINA DE IGNIÇÃO

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
22	139	SRV	SUBSTITUIR BOBINA DE IGNIÇÃO	30,00

CHEVROLET S-10 BLAZER
FIAT UNO MILLE FIRE FLEX, FIRE FLEX, MILLE ECONOMY, MILLE WEY ECONOMY
FIAT PALIO FIRE ECONOMY E WEEKEND
VOLKSWAGEM GOL POWER
CHEVROLET CELTA SPIRIT
MITSUBSHI L-200, L-200 GL, L-200 TRITON
RENAULT MASTER
FORD F 4000 AMBULÂNCIA
FORDTRANSIT AMBULÂNCIA
CITROEN JUMPER AMBULANCIA
MICROÔNIBUS VOLARE W8
TOYOTA BANDEIRANTE
NISSAN FRONTIER
CAMINHONETE D20
MERCEDES BENZ SPRINTER
VOLKSWAGEM SANTANA
RENAULT SCENIC
FORD RANGER
FORD F-1000
FIAT DUCATO

ITEM 23: SUBSTITUIR BOBINA DE IGNIÇÃO

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
23	65	SRV	SUBSTITUIR BOBINA DE IGNIÇÃO	29,00

FIAT UNO MILLE FIRE FLEX, MILLE WAY FLEX
CHEVROLET CELTA FLEXPOWER
ÓNIBUS WOLKS 15-190
ÔNIBUS IVECO CITY CLASS
ÔNIBUS VOLARE V8L
ÔNIBUS MERCEDES 1315/ 1519

ITEM 24: SUBSTITUIR BÓIA DO RESERVATÓRIO DE COMBUSTÍVEL

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
24	3	SRV	SUBSTITUIR BÓIA DO RESERVATÓRIO DE COMBUSTÍVEL	39,00

CHEVROLET S	10 BLAZER

ITEM 25: SUBSTITUIR BÓIA DO RESERVATÓRIO DE COMBUSTÍVEL

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
25	189	SRV	SUBSTITUIR BÓIA DO RESERVATÓRIO DE COMBUSTÍVEL	49,00

FIAT UNO MILLE FIRE FLEX, FIRE FLEX, MILLE ECONOMY, MILLE WAY FLEX, MILLE WAY ECONOMY
FIAT PALIO FIRE ECONOMY E WEEKEND
VOLKSWAGEM GOL POWER
CHEVROLET CELTA SPIRIT
CHEVROLET CELTA FLEXPOWER
MITSUBSHI L-200,
RENAULT MASTER
FORD F 4000 AMBULÂNCIA
FORDTRANSIT AMBULÂNCIA
CITROEN JUMPER AMBULANCIA
MICROÔNIBUS VOLARE W8
MERCEDES BENZ SPRINTER
ÓNIBUS WOLKS 15-190
ÔNIBUS IVECO CITY CLASS
ÔNIBUS VOLARE V8L
ÔNIBUS MERCEDES 1315/ 1519
VOLKSWAGEM SANTANA

RENAULT SCENIC
FORD RANGER
FORD F-1000
MITSUBISHI L-200 GL/MITSUBISHI L-200 TRITON/SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
FIAT DUCATO

ITEM 26: SUBSTITUIR BÓIA DO RESERVATÓRIO DE COMBUSTÍVEL

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
26	10	SRV	SUBSTITUIR BÓIA DO RESERVATÓRIO DE COMBUSTÍVEL	24,00

TOYOTA BANDEIRANTE
NISSAN FRONTIER
CAMINHONETE D20

ITEM 27: SUBSTITUIR BÓIA DO RESERVATÓRIO DE COMBUSTÍVEL

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
27	4	SRV	SUBSTITUIR BÓIA DO RESERVATÓRIO DE COMBUSTÍVEL	34,00

CAMINHONETE D-20
NISSAN FRONTIER

ITEM 28: SUBSTITUIR CABO DA BATERIA

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
28	167	SRV	SUBSTITUIR CABO DA BATERIA	28,00

CHEVROLET S-10 BLAZER
FIAT UNO MILLE FIRE FLEX, FIRE FLEX, MILLE ECONOMY, MILLE WAY FLEX, MILLE WAY ECONOMY
FIAT PALIO FIRE ECONOMY E WEEKEND
VOLKSWAGEM GOL POWER
CHEVROLET CELTA SPIRIT E FLEXPOWER
ÔNIBUS MERCEDES 1620
MITSUBSHI L-200, L-200 GL, L-200 TRITON
RENAULT MASTER
FORD F 4000 AMBULÂNCIA
FORDTRANSIT AMBULÂNCIA
CITROEN JUMPER AMBULANCIA
MICROÔNIBUS VOLARE W8
TOYOTA BANDEIRANTE
NISSAN FRONTIER
CAMINHONETE D20
MERCEDES BENZ SPRINTER
MASSEY FERGUSON 283
CARREGADEIRA CASE W20
WOLKS WOKER 24-220
VOLKSWAGEM SANTANA
RENAULT SCENIC
FORD RANGER
FORD F-1000
FIAT DUCATO

ITEM 29: SUBSTITUIR CABO DA BATERIA

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
29	5	SRV	SUBSTITUIR CABO DA BATERIA	24,00

FIAT PALIO ECONOMY

ITEM 30: SUBSTITUIR CABO DA BATERIA

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
30	100	SRV	SUBSTITUIR CABO DA BATERIA	33,00

ÔNIBUS WOLKS 15-190
ÔNIBUS IVECO CITY CLASS
ÔNIBUS VOLARE V8L
ÔNIBUS MERCEDES 1315/ 1519

ITEM 31: SUBSTITUIR CABO DO VELOCÍMETRO

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
31	122	SRV	SUBSTITUIR CABO DO VELOCÍMETRO	24,00

CHEVROLET S-10 BLAZER
FIAT UNO MILLE FIRE FLEX, FIRE FLEX, MILLE ECONOMY, MILLE WAY FLEX, MILLE WAY ECONOMY
FIAT PALIO FIRE ECONOMY E WEEKEND
VOLKSWAGEM GOL POWER
CHEVROLET CELTA SPIRIT FLEXPOWER
MITSUBSHI L-200, L-200 GL, L-200 TRITON
TOYOTA BANDEIRANTE
NISSAN FRONTIER
CAMINHONETE D20
MERCEDES BENZ SPRINTER
VOLKSWAGEM SANTANA
RENAULT SCENIC
FORD RANGER
FORD F-1000
FIAT DUCATO

ITEM 32: SUBSTITUIR CABO DO VELOCÍMETRO

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
32	20	SRV	SUBSTITUIR CABO DO VELOCÍMETRO	34,00

RENAULT MASTER
FORD F 4000 AMBULÂNCIA
FORDTRANSIT AMBULÂNCIA
CITROEN JUMPER AMBULANCIA
MICROÔNIBUS VOLARE W8

ITEM 33: SUBSTITUIR CABO DO VELOCÍMETRO

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
33	19	SRV	SUBSTITUIR CABO DO VELOCÍMETRO	39,00

ÔNIBUS MERCEDES 1620
MASSEY FERGUSON 283
CARREGADEIRA CASE W20
WOLKS WOKER 24-220

ITEM 34: SUBSTITUIR CABO DO VELOCÍMETRO

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
34	150	SRV	SUBSTITUIR CABO DO VELOCÍMETRO	19,00

ÓNIBUS WOLKS 15-190
ÔNIBUS IVECO CITY CLASS
ÔNIBUS VOLARE V8L
ÔNIBUS MERCEDES 1315/ 1519

ITEM 35: SUBSTITUIR CHICOTE ELÉTRICO DE LIGAÇÃO DO SISTEMA DE INJEÇÃO

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
35	64	SRV	SUBSTITUIR CHICOTE ELÉTRICO DE LIGAÇÃO DO SISTEMA DE INJEÇÃO	98,00

CHEVROLET S-10 BLAZER
ÔNIBUS MERCEDES 1620
MITSUBSHI L-200 L-200 GL, L-200 TRITON
RENAULT MASTE
FORD F 4000 AMBULÂNCIA
FORDTRANSIT AMBULÂNCIA
CITROEN JUMPER AMBULANCIA
MICROÔNIBUS VOLARE W8
TOYOTA BANDEIRANTE
NISSAN FRONTIER
CAMINHONETE D20
MERCEDES BENZ SPRINTER
FORD RANGER
FORD F-1000

ITEM 36: SUBSTITUIR CHICOTE ELÉTRICO DE LIGAÇÃO DO SISTEMA DE INJEÇÃO

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
36	100	SRV	SUBSTITUIR CHICOTE ELÉTRICO DE LIGAÇÃO DO SISTEMA DE INJEÇÃO	198,00

ÔNIBUS WOLKS 15-190
ÔNIBUS IVECO CITY CLASS
ÔNIBUS VOLARE V8L
ÔNIBUS MERCEDES 1315/ 1519

ITEM 37: SUBSTITUIR CHICOTE ELÉTRICO DE LIGAÇÃO DO SISTEMA DE INJEÇÃO

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
37	3	SRV	SUBSTITUIR CHICOTE ELÉTRICO DE LIGAÇÃO DO SISTEMA DE INJEÇÃO	88,00

FIAT DUCATO

ITEM 38: SUBSTITUIR CHICOTE ELÉTRICO DE LIGAÇÃO DO SISTEMA DE INJEÇÃO

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
38	45	SRV	SUBSTITUIR CHICOTE ELÉTRICO DE LIGAÇÃO DO SISTEMA DE INJEÇÃO	93,00

FIAT UNO MILLE FIRE FLEX, FIRE FLEX, MILLE ECONOMY, MILLE WAY FLEX, MILLE WAY ECONOMY
FIAT PALIO FIRE ECONOMY E WEEKEND
VOLKSWAGEM GOL POWER
CHEVROLET CELTA SPIRIT E FLEXPOWER
VOLKSWAGEM SANTANA
RENAULT SCENIC

ITEM 39: SUBSTITUIR COMUTADOR DE PARTIDA

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
39	15	SRV	SUBSTITUIR COMUTADOR DE PARTIDA	24,00

WOLKS WOKER 24-220
FIAT UNO MILLE FIRE
VOLKSWAGEM SANTANA
RENAULT SCENIC

ITEM 40: SUBSTITUIR COMUTADOR DE PARTIDA

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
40	114	SRV	SUBSTITUIR COMUTADOR DE PARTIDA	28,00

CHEVROLET S-10 BLAZER
FIAT UNO MILLE FIRE FLEX, FIRE FLEX, MILLE ECONOMY, MILLE WAY FLEX, MILLE WAY ECONOMY
FIAT PALIO FIRE ECONOMY E WEEKEND
VOLKSWAGEM GOL POWER
CHEVROLET CELTA SPIRIT FLEXPOWER
ÔNIBUS MERCEDES 1620
TOYOTA BANDEIRANTE
NISSAN FRONTIER
CAMINHONETE D20
MERCEDES BENZ SPRINTER
MASSEY FERGUSON 283
CARREGADEIRA CASE W20
FIAT DUCATO

ITEM 41: SUBSTITUIR COMUTADOR DE PARTIDA

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
41	45	SRV	SUBSTITUIR COMUTADOR DE PARTIDA	19,00

MITSUBSHI L-200, L-200 GL, L-200 TRITON
RENAULT MASTER
FORD F 4000 AMBULÂNCIA
FORDTRANSIT AMBULÂNCIA
CITROEN JUMPER AMBULANCIA
FORD RANGER
FORD F-1000

ITEM 42: SUBSTITUIR COMUTADOR DE PARTIDA

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
42	75	SRV	SUBSTITUIR COMUTADOR DE PARTIDA	68,00

ÔNIBUS WOLKS 15-190
ÔNIBUS IVECO CITY CLASS
ÔNIBUS VOLARE V8L
ÔNIBUS MERCEDES 1315/ 1519

ITEM 43: SUBSTITUIR CONJUNTO DE FAROL

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
43	106	SRV	SUBSTITUIR CONJUNTO DE FAROL	65,00

CHEVROLET S-10 BLAZER
FIAT UNO MILLE FIRE FLEX, FIRE FLEX, MILLE ECONOMY
FIAT PALIO FIRE ECONOMY E WEEKEND
VOLKSWAGEM GOL POWER
CHEVROLET CELTA SPIRIT
MITSUBSHI L-200, L-200 GL, L-200 TRITON
RENAULT MASTER
FORD F 4000 AMBULÂNCIA
FORDTRANSIT AMBULÂNCIA
CITROEN JUMPER AMBULANCIA
MICROÔNIBUS VOLARE W8
TOYOTA BANDEIRANTE
NISSAN FRONTIER
CAMINHONETE
MERCEDES BENZ SPRINTER
MASSEY FERGUSON 283
CARREGADEIRA CASE W20
CAMINHONETE D-20
NISSAN FRONTIER
FORD RANGER
FORD F-1000

ITEM 44: SUBSTITUIR CONJUNTO DE FAROL

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
44	99	SRV	SUBSTITUIR CONJUNTO DE FAROL	78,00

FIAT UNO MILLE FIRE FLEX, MILLE WAY FLEX
CHEVROLET CELTA FLEXPOWER
ÔNIBUS WOLKS 15-190
ÔNIBUS IVECO CITY CLASS
ÔNIBUS VOLARE V8L
ÔNIBUS MERCEDES 1315/ 1519
VOLKSWAGEM SANTANA
RENAULT SCENIC
FIAT DUCATO

ITEM 45: SUBSTITUIR CONJUNTO DE FAROL

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
45	13	SRV	SUBSTITUIR CONJUNTO DE FAROL	58,00

ÔNIBUS MERCEDES 1620
WOLKS WOKER 24-220
FIAT UNO MILLE WEY ECONOMY

ITEM 46: SUBSTITUIR CONJUNTO DE LANTERNA

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
46	64	SRV	SUBSTITUIR CONJUNTO DE LANTERNA	54,00

CHEVROLET S-10 BLAZER
FIAT UNO MILLE FIRE FLEX, FIRE FLEX, MILLE ECONOMY
FIAT PALIO FIRE ECONOMY E WEEKEND
VOLKSWAGEM GOL POWER
FIAT PALIO ECONOMY
CHEVROLET CELTA SPIRIT
TOYOTA BANDEIRANTE
NISSAN FRONTIER
CAMINHONETE D20
MERCEDES BENZ SPRINTER
MASSEY FERGUSON 283

CARREGADEIRA CASE W20

ITEM 47: SUBSTITUIR CONJUNTO DE LANTERNA

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
47	69	SRV	SUBSTITUIR CONJUNTO DE LANTERNA	48,00

FIAT UNO MILLE FIRE FLEX, MILLE WAY FLEX
CHEVROLET CELTA FLEXPOWER
ÔNIBUS MERCEDES 1620
MITSUBSHI L-200, L-200 GL, L-200 TRITON
RENAULT MASTER
FORD F 4000 AMBULÂNCIA
FORDTRANSIT AMBULÂNCIA
CITROEN JUMPER AMBULANCIA
MICROÔNIBUS VOLARE W8
VOLKSWAGEM SANTANA
RENAULT SCENIC
FORD RANGER
FIAT DUCATO

ITEM 48: SUBSTITUIR CONJUNTO DE LANTERNA

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
48	4	SRV	SUBSTITUIR CONJUNTO DE LANTERNA	24,00

WOLKS WOKER 24	220

ITEM 49: SUBSTITUIR CONJUNTO DE LANTERNA

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
49	81	SRV	SUBSTITUIR CONJUNTO DE LANTERNA	58,00

FIAT UNO MILLE WEY ECONOMY
ÔNIBUS WOLKS 15-190
ÔNIBUS IVECO CITY CLASS
ÔNIBUS VOLARE V8L
ÔNIBUS MERCEDES 1315/ 1519

ITEM 50: SUBSTITUIR INTERRUPTOR DE ÓLEO

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
50	89	SRV	SUBSTITUIR INTERRUPTOR DE ÓLEO	17,50

CHEVROLET S-10 BLAZER
FIAT UNO MILLE FIRE FLEX, FIRE FLEX, MILLE ECONOMY
FIAT PALIO FIRE ECONOMY E WEEKEND
VOLKSWAGEM GOL POWER
CHEVROLET CELTA SPIRIT
TOYOTA BANDEIRANTE
NISSAN FRONTIER
CAMINHONETE D20
MERCEDES BENZ SPRINTER
MASSEY FERGUSON 283
CARREGADEIRA CASE W20
WOLKS WOKER 24-220

ITEM 51: SUBSTITUIR INTERRUPTOR DE ÓLEO

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
51	204	SRV	SUBSTITUIR INTERRUPTOR DE ÓLEO	14,50

FIAT UNO MILLE FIRE FLEX, MILLE WAY FLEX, MILLE WAY ECONOMY
CHEVROLET CELTA FLEXPOWER
ÔNIBUS MERCEDES 1620
MITSUBSHI L-200, L-200 GL, L-200 TRITON
RENAULT MASTER
FORD F 4000 AMBULÂNCIA
FORDTRANSIT AMBULÂNCIA
CITROEN JUMPER AMBULANCIA
MICROÔNIBUS VOLARE W8
CAMINHONETE D-20
NISSAN FRONTIER
ÔNIBUS WOLKS 15-190

ÔNIBUS IVECO CITY CLASS
ÔNIBUS VOLARE V8L
ÔNIBUS MERCEDES 1315/ 1519/
VOLKSWAGEM SANTANA
RENAULT SCENIC
FORD RANGER
FORD F-1000
FIAT DUCATO

ITEM 52: SUBSTITUIR INTERRUPTOR DE RÉ

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
52	290	SRV	SUBSTITUIR INTERRUPTOR DE RÉ	19,00

CHEVROLET S-10 BLAZER
FIAT UNO MILLE FIRE FLEX, FIRE FLEX, MILLE ECONOMY, MILLE WAY FLEX, MILLE WAY ECONOMY
FIAT PALIO FIRE ECONOMY E WEEKEND
VOLKSWAGEM GOL POWER
CHEVROLET CELTA SPIRIT E FLEXPOWER
MITSUBSHI L-200, L-200 GL, L-200 TRITON
RENAULT MASTER
FORD F 4000 AMBULÂNCIA
FORDTRANSIT AMBULÂNCIA
CITROEN JUMPER AMBULANCIA
MICROÔNIBUS VOLARE W8
TOYOTA BANDEIRANTE
NISSAN FRONTIER
CAMINHONETE D20
MERCEDES BENZ SPRINTER
MASSEY FERGUSON 283
CARREGADEIRA CASE W20
WOLKS WOKER 24-220
ÔNIBUS WOLKS 15-190
ÔNIBUS IVECO CITY CLASS
ÔNIBUS VOLARE V8L
ÔNIBUS MERCEDES 1315/ 1519
VOLKSWAGEM SANTANA
RENAULT SCENIC
FORD RANGER
FORD F-1000
FIAT DUCATO

ITEM 53: SUBSTITUIR INTERRUPTOR DE TEMPERATURA

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
53	5	SRV	SUBSTITUIR INTERRUPTOR DE TEMPERATURA	29,00

CHEVROLET S	10 BLAZER

ITEM 54: SUBSTITUIR INTERRUPTOR DE TEMPERATURA

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
54	273	SRV	SUBSTITUIR INTERRUPTOR DE TEMPERATURA	19,50

FIAT UNO MILLE FIRE FLEX, FIRE FLEX, MILLE ECONOMY, MILLE WAY FLEX, MILLE WAY ECONOMY
FIAT PALIO FIRE ECONOMY E WEEKEND
VOLKSWAGEM GOL POWER
CELTA SPIRIT E FLEXPOWER
MITSUBSHI L-200, L-200 GL, L-200 TRITON
RENAULT MASTER
FORD F 4000 AMBULÂNCIA
FORDTRANSIT AMBULÂNCIA
CITROEN JUMPER AMBULANCIA
MICROÔNIBUS VOLARE W8
TOYOTA BANDEIRANTE
NISSAN FRONTIER
CAMINHONETE D20
MERCEDES BENZ SPRINTER
WOLKS WOKER 24-220
ÔNIBUS WOLKS 15-190
ÔNIBUS IVECO CITY CLASS
ÔNIBUS VOLARE V8L
ÔNIBUS MERCEDES 1315/ 1519
VOLKSWAGEM SANTANA
RENAULT SCENIC
FORD RANGER
FIAT DUCATO

ITEM 55: SUBSTITUIR INTERRUPTOR DE TEMPERATURA

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
55	6	SRV	SUBSTITUIR INTERRUPTOR DE TEMPERATURA	24,00

MASSEY FERGUSON 283

ITEM 56: SUBSTITUIR INTERRUPTOR DE TEMPERATURA

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
56	6	SRV	SUBSTITUIR INTERRUPTOR DE TEMPERATURA	58,00

CARREGADEIRA CASE W20

ITEM 57: SUBSTITUIR INTERRUPTOR DE TEMPERATURA

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
57	2	SRV	SUBSTITUIR INTERRUPTOR DE TEMPERATURA	14,50

ÔNIBUS MERCEDES 1620

ITEM 58: SUBSTITUIR INTERRUPTOR DO FAROL

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
58	106	SRV	SUBSTITUIR INTERRUPTOR DO FAROL	34,00

CARREGADEIRA CASE W20
ÔNIBUS WOLKS 15-190
ÔNIBUS IVECO CITY CLASS
ÔNIBUS VOLARE V8L
ÔNIBUS MERCEDES 1315/ 1519

ITEM 59: SUBSTITUIR INTERRUPTOR DO FAROL

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
59	144	SRV	SUBSTITUIR INTERRUPTOR DO FAROL	19,50

CHEVROLET S-10 BLAZER
FIAT UNO MILLE FIRE FLEX, FIRE FLEX, MILLE ECONOMY, MILLE WAY FLEX, MILLE WAY ECONOMY
FIAT PALIO FIRE ECONOMY E WEEKEND
VOLKSWAGEM GOL POWER
CHEVROLET CELTA SPIRIT E FLEXPOWER
ÔNIBUS MERCEDES 1620
MITSUBSHI L-200, L-200 GL, L-200 TRITON
RENAULT MASTER
FORD F 4000 AMBULÂNCIA
FORDTRANSIT AMBULÂNCIA
CITROEN JUMPER AMBULANCIA
MICROÔNIBUS VOLARE W8
MASSEY FERGUSON 283
CAMINHONETE D-20
NISSAN FRONTIER
VOLKSWAGEM SANTANA
RENAULT SCENIC
FORD RANGER
FORD F-1000

ITEM 60: SUBSTITUIR INTERRUPTOR DO FAROL

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
60	32	SRV	SUBSTITUIR INTERRUPTOR DO FAROL	24,00

TOYOTA BANDEIRANTE
NISSAN FRONTIER
CAMINHONETE D20
MERCEDES BENZ SPRINTER
FIAT DUCATO

ITEM 61: SUBSTITUIR INTERRUPTOR DO FAROL

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário

61	6	SRV	SUBSTITUIR INTERRUPTOR DO FAROL	28,00

WOLKS WOKER 24	220

ITEM 62: SUBSTITUIR INTERRUPTOR DO RADIADOR

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
62	66	SRV	SUBSTITUIR INTERRUPTOR DO RADIADOR	48,00

CHEVROLET S-10 BLAZER
MITSUBSHI L-200, L-200 GL, L-200 TRITON
RENAULT MASTER
FORD F 4000 AMBULÂNCIA
FORDTRANSIT AMBULÂNCIA
CITROEN JUMPER AMBULANCIA
FIAT UNO MILLE FIRE
VOLKSWAGEM SANTANA
RENAULT SCENIC
FORD RANGER
FORD F-1000
FIAT DUCATO

ITEM 63: SUBSTITUIR INTERRUPTOR DO RADIADOR

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
63	35	SRV	SUBSTITUIR INTERRUPTOR DO RADIADOR	24,50

FIAT UNO MILLE FIRE FLEX, FIRE FLEX, MILLE ECONOMY
FIAT PALIO FIRE ECONOMY E WEEKEND
VOLKSWAGEM GOL POWER
CHEVROLET CELTA SPIRIT

ITEM 64: SUBSTITUIR INTERRUPTOR DO RADIADOR

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
64	47	SRV	SUBSTITUIR INTERRUPTOR DO RADIADOR	29,00

FIAT PALIO ECONOMY
TOYOTA BANDEIRANTE
NISSAN FRONTIER
CAMINHONETE D20
MERCEDES BENZ SPRINTER
MASSEY FERGUSON 283
FIAT UNO MILLE WEY ECONOMY

ITEM 65: SUBSTITUIR INTERRUPTOR DO RADIADOR

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
65	31	SRV	SUBSTITUIR INTERRUPTOR DO RADIADOR	58,00

FIAT UNO MILLE FIRE FLEX, WAY FLEX
CHEVROLET CELTA FLEXPOWER
WOLKS WOKER 24-220
CAMINHONETE D-20
NISSAN FRONTIER

ITEM 66: SUBSTITUIR INTERRUPTOR DO RADIADOR

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
66	6	SRV	SUBSTITUIR INTERRUPTOR DO RADIADOR	39,00

CARREGADEIRA CASE W20

ITEM 67: SUBSTITUIR INTERRUPTOR DO RADIADOR

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
67	115	SRV	SUBSTITUIR INTERRUPTOR DO RADIADOR	54,00

ÔNIBUS MERCEDES 1620
ÔNIBUS WOLKS 15-190
ÔNIBUS IVECO CITY CLASS

ÔNIBUS VOLARE V8L
ÔNIBUS MERCEDES 1315/ 1519

ITEM 68: SUBSTITUIR LAMPADA

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
68	930	SRV	SUBSTITUIR LAMPADA	49,50

F CHEVROLET S-10 BLAZER
FIAT UNO MILLE FIRE FLEX, MILLE WAY FLEX, MILLE WAY ECONOMY
FIAT PALIO FIRE ECONOMY
WOLKSVAGEM GOL POWER
CHEVROLET CELTA FLEXPOWER
MITSUBSHI L-200
TOYOTA BANDEIRANTE
NISSAN FRONTIER
CAMINHONETE D20
MERCEDES BENZ SPRINTER
MASSEY FERGUSON 283
CARREGADEIRA CASE W20
WOLKS WOKER 24-220
CAMINHONETE D-20
NISSAN FRONTIER
ÔNIBUS WOLKS 15-190
ÔNIBUS IVECO CITY CLASS
ÔNIBUS VOLARE V8L
ÔNIBUS MERCEDES 1315/ 1519
FIAT DUCATO

ITEM 69: SUBSTITUIR LAMPADA

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
69	320	SRV	SUBSTITUIR LAMPADA	59,00

FIAT UNO MILLE FIRE, FIRE FLEX, MILLE ECONOMY
FIAT PALIO WEEKEND
CHEVROLET CELTA SPIRIT
RENAULT MASTER
FORD F 4000 AMBULÂNCIA
FORDTRANSIT AMBULÂNCIA
CITROEN JUMPER AMBULANCIA
MICROÔNIBUS VOLARE W8
VOLKSWAGEM GOL POWER
FORD RANGER
FORD F-1000
MITSUBISHI L-200 GL, L-200 TRITON

ITEM 70: SUBSTITUIR LAMPADA

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
70	40	SRV	SUBSTITUIR LAMPADA	68,00

FIAT UNO MILLE FIRE
VOLKSWAGEM SANTANA
RENAULT SCENIC

ITEM 71: SUBSTITUIR MOTOR DE PARTIDA

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
71	34	SRV	SUBSTITUIR MOTOR DE PARTIDA	49,50

CHEVROLET S-10 BLAZER
ÔNIBUS MERCEDES 1620
TOYOTA BANDEIRANTE
NISSAN FRONTIER
CAMINHONETE D20
MERCEDES BENZ SPRINTER
MASSEY FERGUSON 283

ITEM 72: SUBSTITUIR MOTOR DE PARTIDA

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
72	45	SRV	SUBSTITUIR MOTOR DE PARTIDA	29,50

FIAT UNO MILLE FIRE FLEX, FIRE FLEX, MILLE ECONOMY, MILLE WAY FLEX
FIAT PALIO FIRE ECONOMY E WEEKEND
VOLKSWAGEM GOL POWER
CHEVROLET CELTA SPIRIT E FLEXPOWER
VOLKSWAGEM SANTANA
RENAULT SCENIC
FIAT DUCATO

ITEM 73: SUBSTITUIR MOTOR DE PARTIDA

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
73	94	SRV	SUBSTITUIR MOTOR DE PARTIDA	59,00

MITSUBSHI L-200, L-200 GL, L-200 TRITON
RENAULT MASTER
FORD F 4000 AMBULÂNCIA
FORDTRANSIT AMBULÂNCIA
CITROEN JUMPER AMBULANCIA
MICROÔNIBUS VOLARE W8
CARREGADEIRA CASE W20
WOLKS WOKER 24-220
CAMINHONETE D-20
NISSAN FRONTIER
ÔNIBUS WOLKS 15-190
ÔNIBUS IVECO CITY CLASS
ÔNIBUS VOLARE V8L
ÔNIBUS MERCEDES 1315/ 1519
FORD RANGER
FORD F-1000

ITEM 74: TESTAR E SUBSTITUIR FUSÍVEL

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
74	750	SRV	TESTAR E SUBSTITUIR FUSÍVEL	49,00

CHEVROLET S-10 BLAZER
FIAT UNO MILLE FIRE FLEX, FIRE FLEX, MILLE ECONOMY, MILLE WAY FLEX
FIAT PALIO FIRE ECONOMY E WEEKEND
VOLKSWAGEM GOL POWER
CHEVROLET CELTA SPIRIT E FLEXPOWER
MITSUBSHI L-200, L-200 GL, L-200 TRITON
RENAULT MASTER
FORD F 4000 AMBULÂNCIA
FORDTRANSIT AMBULÂNCIA
CITROEN JUMPER AMBULANCIA
MICROÔNIBUS VOLARE W8
TOYOTA BANDEIRANTE
NISSAN FRONTIER
CAMINHONETE D20
MERCEDES BENZ SPRINTER
MASSEY FERGUSON 283
CARREGADEIRA CASE W20
WOLKS WOKER 24-220
FORD RANGER
FORD F-1000
FIAT DUCATO

ITEM 75: TESTAR E SUBSTITUIR FUSÍVEL

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
75	500	SRV	TESTAR E SUBSTITUIR FUSÍVEL	50,00

ÓNIBUS WOLKS 15-190
ÔNIBUS IVECO CITY CLASS
ÔNIBUS VOLARE V8L
ÔNIBUS MERCEDES 1315/ 1519

ITEM 76: TESTAR E SUBSTITUIR FUSÍVEL

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada MARLI TEREZINHA VIDARENKO ME:
				Valor Unitário
76	40	SRV	TESTAR E SUBSTITUIR FUSÍVEL	34,00

FIAT UNO MILLE FIRE
VOLKSWAGEM SANTANA
RENAULT SCENIC

2.3. O(s) item(ns), unidade, especificação, fornecedor, e o preço unitário dos licitantes que aceitaram cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante classificado em 1º lugar (primeiro lugar) estão registrados nessa Ata de Registro de Preço e encontram-se indicados na tabela acima, em 2ª classificação:
2.4. Na hipótese de cancelamento parcial de registro desta ata nos casos especificados na **cláusula décima segunda**, o órgão gerenciador ou aderente da ARP contratará o restante dos **SERVIÇOS** das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para o item interessado, que estão na ordem da última proposta da etapa competitiva conforme demonstrado no quadro comparativo e ata de lances constantes nos autos do processo.

CLAUSULA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO
3.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e nos Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 e 3.555/00, bem como as alterações.
3.2. Regularmente convocado para retirar a ordem de fornecimento, o fornecedor cumprirá fazê-lo no prazo máximo de 03(três) dias úteis, prorrogáveis por uma única vez, se houver justificativa aceita pelo MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela **Prefeitura Municipal**, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.
3.3. O fornecedor fica incumbido de apresentar procuração, contrato social, carta de preposição ou documento equivalente (original ou cópia autenticada), que designe expressamente o seu representante habilitado para retirada da solicitação de empenho.
3.4. A assinatura de recebimento no verso da solicitação de empenho ou a assinatura na Ata de Registro de Preço supre a necessidade de convocação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1. O registro de preço constante desta Ata firmada entre o MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL e a empresa que apresentou a proposta classificada em 1º lugar em consequência do presente certame, terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da referida Ata de Registro de Preços.
4.2. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações devidamente justificado e somente se quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta norma, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993
4.3. *Durante o prazo de validade da ARP, o órgão gerenciador ou aderente não ficará obrigado a **REALIZAR OS SERVIÇOS** exclusivamente pelo SRP, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, nos termos da legislação vigente, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária do SRP.*
4.4. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. A Gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo da Secretaria Municipal de Administração e Finanças do MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela **Prefeitura Municipal**, através de um fiscal de registro de preços, devidamente nomeado e designado para esse fim, nos termos das normas que regem a matéria e normatizações internas.
5.2. A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, poderá a critério da licitadora, ser utilizada por órgãos e entidades interessadas, desde que previamente autorizada pelo órgão gerenciador.
5.3. Os órgãos ou entidades interessados na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação prévia à Secretaria Municipal de Administração e Finanças do MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela **Prefeitura Municipal**.
5.4. A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos:
a) Não-comprometimento da capacidade operacional do fornecedor;
b) Anuência expressa do fornecedor.

5.5 - O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.
5.6- O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador.
5.7-Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO
6.1. O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação.
6.2. Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja dos **SERVIÇOS.**
6.3. É vedado qualquer reajuste de preços exceto por força de legislação em vigor que assim o permita.
6.4. Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, o órgão gerenciador cancelará total ou parcialmente esta Ata adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada.
6.5. Visando subsidiar eventuais revisões, o órgão gerenciador ordenará a realização de nova Pesquisa de preços.
6.6. Nos preços unitários registrados estão incluídas todas as despesas e taxas de qualquer espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.).

CLÁUSULA SÉTIMA - MODO DE RECEBIMENTO
7.1. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega ao Fiscal do Contrato que verificará e confrontará a qualidade dos **SERVIÇOS** prestados com o especificado no Termo de Referência.
7.2. O recebimento definitivo deverá ocorrer após a entrega dos **SERVIÇOS**.
7.3. Em se verificando vícios na **PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.
7.4. A informação ao fornecedor sobre vícios **na PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**, serão realizadas pelo Fiscal do Contrato, devidamente designado pela licitadora.
7.5. Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no artigo 65, §2º, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, podendo os órgãos adquirirem quantidade inferior ao estimado, sem necessidade de anuência da signatária da ARP.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. Será entregue à contratada a AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO dos **SERVIÇOS** adjudicados com antecedência de até 10 dias de prazo devendo a contratada se programar para a **REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS** no dia agendado pelo MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL.

8.2. A cada fornecimento ou período, o órgão gerenciador ou aderente da ARP providenciará a expedição da ordem de fornecimento e notificará a empresa para proceder a retirada do mesmo.
8.2.1. A notificação poderá ser feita diretamente na sede da empresa, por fac- símile ou e-mail, conforme informações constantes na proposta.
8.2.2. Caso a notificação ocorra diretamente na sede da empresa, a mesma poderá ser acompanhada da ordem de fornecimento.
8.3. Recebida a notificação, a empresa terá 03 (três) dias úteis para retirada da ordem de fornecimento.
8.4. A retirada da ordem de fornecimento somente poderá ser efetuada por preposto ou representante da empresa acompanhado de documento idôneo que comprove essa situação, bem como, do respectivo documento de identificação.
8.5. Se a empresa com preço registrado em primeiro lugar não retirar ou se recusar a receber a ordem de fornecimento, sem justificativa plausível e aceita pelo órgão gerenciador, este convocará a empresa com preço registrado em segundo lugar para efetuar o fornecimento nas condições próximas do primeiro colocado, e assim por diante.
8.6. **Os SERVIÇOS**, **solicitados** deverão ser entregues no local indicado pela secretaria requisitante MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, no horário e local determinado pelo Fiscal do Contrato.
8.7. Os **SERVIÇOS** serão recebidos provisoriamente para verificação de conformidade da quantidade e da qualidade;
8.8. O recebimento definitivo dar-se-á conforme apresentado no Termo de Referência;
8.8.1. Em se verificando problemas na prestação dos **SERVIÇOS**, a empresa será informada para corrigi-los imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.
8.9. Os **SERVIÇOS, A CADA SOLICITAÇÃO**, deverão ser executados e entregues no local indicado no Item 8.6 desta Ata, todavia, na hipótese de ocorrência de fato superveniente à data de apresentação da proposta, ensejador da aplicação da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovado e aceito pela Administração, a prestação dos **SERVIÇOS** poderão ser fracionadas e/ou prorrogada.
8.10. Caso a empresa, ao participar do certame, tenha apresentado proposta de fornecimento parcial dos **SERVIÇOS**, o esgotamento dos **SERVIÇOS** será o limite máximo de quantidade que a empresa se dispôs a fornecer.
8.11. Na hipótese do Item 8.10, o órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá o restante dos **SERVIÇOS** das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para o item interessado, que estão na ordem da última proposta da etapa competitiva conforme demonstrado no quadro comparativo e ata de lances constantes nos autos do processo.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR
9.1. Manter, durante a vigência da ARP, todas as condições de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciário exigidas no edital de licitação respectivo.
9.2. Executar fielmente o objeto desta Ata, comunicando, imediatamente, ao representante legal do órgão gerenciador ou aderente qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.
9.3. Responder às notificações no prazo estabelecido.
9.4. Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao órgão gerenciador e aos órgãos parceiros.
9.5. Efetuar a execução do objeto licitado, ainda que em quantidades diferentes ao previsto no Termo de Referência.
9.6. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação exigidas em Edital.

CLÁUSULA DECIMA - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO ÓRGÃO GERENCIADOR
10.1. Gerenciar a ARP-Ata de Registro de Preço.
10.2. Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgãos aderentes (em casos de adesão).
10.3. Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes.
10.4. Conduzir o procedimento de penalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor.
10.4.1. Caberá ao órgão aderente à aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ata, devendo ser encaminhada cópia para conhecimento da decisão de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP.
10.5. Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO
11.1. O órgão gerenciador ou aderente fiscalizará o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência.
11.1.1. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos que são de sua competência.
11.2. Cada órgão aderente deverá indicar o fiscal-gestor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo órgão gerenciador, quando:
I - descumprir as condições da ata de registro de preços;
II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

V- O fornecedor não dispuser a substituir os **SERVIÇOS** que vierem a apresentar defeitos de qualidade;

VI- O fornecedor não cumprir com as obrigações constantes deste instrumento;

VII- Demais sanções previstas no Edital e termo de referência.

12.1.1- O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.2- O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

12.3. O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório, será comunicado ao fornecedor e publicado na Imprensa Oficial.

12.4. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

13.1.O MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL efetuará a retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data de entrega da Nota Fiscal ao DEPARTAMENTO FINANCEIRO, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais do item, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do banco, da agência e da conta - corrente onde deseja receber seu crédito.
14.2. A cada pagamento será verificada pela Diretoria de Finanças a situação de validade dos documentos exigidos na habilitação.
14.3. Em existindo documento com prazo de validade vencido ou irregular, o fornecedor será notificado pela Diretoria de Finanças para regularizar.
14.4. O fornecedor, depois de notificado, terá o prazo de 15 (quinze) dias para proceder à regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado à Secretaria Municipal de Administração e Finanças para as providências cabíveis.
14.5. Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixá-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao fornecedor.
14.6. Junto ao corpo da Nota Fiscal é recomendado que o fornecedor faça constar, para fins de pagamento, o nome e número do banco, da agência e da conta corrente, assim, como, se disponível, o número do fac-símile.
14.7. Em caso de eventuais atrasos no pagamento, desde que o órgão comprador não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores poderão ser corrigidos pela variação do IPCA ou outro índice que vier a sucedê-lo, havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

15.1. O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 30 (trinta) dias para dar a liquidação da despesa, na forma estatuída no art. 40, XIV, "a" da Lei nº 8.666/93, ou interromper o prazo, no caso de qualquer incorreção detectada.
15.2. O documento de cobrança será emitido em nome do órgão comprador, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da ordem de fornecimento e contendo todos os dados da mesma.
15.2.1. O número de inscrição no CNPJ da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da ordem de fornecimento.
15.3. Todos os tributos incidentes sobre os produtos ou serviços deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie.
15.4. No documento de cobrança deverão constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o depósito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial.
15.5. Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento.
15.6. No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da ordem de fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A recusa injustificada da empresa em retirar a ordem de fornecimento dentro do prazo estabelecido no Item 3.2 configurará falta grave e ensejará, a critério do órgão gerenciador, a aplicação de uma das seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, de conformidade com o Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº 067/2007 ou com o art. 78 da Lei nº 8.666/93 e dos dispositivos neste instrumento.

a) Descredenciamento e impedimento de licitar ou contratar com a Administração por até 05 (cinco) anos; ou
b) Declaração de inidôneo do fornecedor, impedindo-o de licitar ou ser contratado pela Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, quando então poderá solicitar a sua reabilitação.

16.2. O atraso injustificado na entrega do objeto deste certame sujeitará a empresa, à multa moratória, conforme estabelece o art. 86, da Lei nº 8.666/93, com aplicação do percentual de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), a juízo da Administração.

16.3. A multa prevista neste item será recolhida em guia própria ao MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 16.4, b.

16.4. Em ocorrendo a inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas, nos termos do artigo 87, da Lei nº 8.666/93:

a) Advertência por escrito;
b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da parte inadimplida;
c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade que é de 02 (dois) anos;
d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, c/c art. 7º da Lei nº 10.520/02 e art. 14 do Decreto nº 3.555/00.

16.5. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, o respectivo valor será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal.

16.6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

16.7. Serão publicadas na imprensa oficial as sanções administrativas previstas no item 16.4, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

16.8. O Possível órgão aderente à ARP será o responsável pelas sanções administrativas aplicáveis ao fornecedor, inclusive aplicação da pena prevista nesta ARP, de acordo com o que preceitua a Lei nº 10.520/2002, 8.666/1993 e alterações posteriores, bem como pelo Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº 067/2007 e o Decreto Municipal n° 068/2007, 3.555/2000 e regimento interno correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

17.1. Considerando o prazo de validade estabelecido na **CLÁUSULA QUARTA** da ata e, em atendimento ao Artigo 19 da lei federal 7.892/2013, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº034/2014**, o qual integra a presente ata de Registro de Preços, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

18.1-Conforme preceitua o Artigo 17 do Decreto nº 7.892/13 regulamentado pelo Decreto municipal nº17/2013 no seu artigo 16 os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato superveniente que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.2- Nas revisões de preços registrados deverão ser observados os artigos 18,19, 20 e 21 do Decreto nº 7.892/13 bem como o artigo 17, 18, 19 e 20 do capítulo VII do decreto municipal nº17/2013, conforme segue:

18.3- Nas revisões de preços registrados deverão ser observados os artigos 18,19, 20 e 21 do Decreto nº 7.892/13 bem como o artigo 17, 18, 19 e 20 do capítulo VII do decreto municipal nº17/2013, conforme segue:
18.3.1- Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
18.3.1.1 - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
18.3.1.2 - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
18.3.2 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
A) - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
B) - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
18.3.3 -. O registro do fornecedor será cancelado quando:
A) - descumprir as condições da ata de registro de preços;
B) - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
C) - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
D) - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.
Parágrafo único. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
18.3.4 -. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
A) - por razão de interesse público; ou
B) - a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOCUMENTOS APLICÁVEIS

19.1. Esta Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:
a) Edital de **Pregão Presencial nº 034/2014** e Termo de Referência;
b) Ata da Sessão Pública;
c) Proposta escrita do fornecedor ou recomposição de preço, caso houver.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS PRERROGATIVAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

20.1. O fornecedor reconhece os direitos do órgão gerenciador relativos ao presente instrumento:
a) Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, nos termos da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, 8.666/1993 e pelos Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007, 3.555/2000 , respeitados os direitos do Fornecedor;
b) Cancelá-lo, total ou parcialmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93;
c) Aplicar as penalidades motivadas pela inexecução, total ou parcial, deste instrumento;
d) Fiscalizar a **ENTREGA DO OBJETO.**
e) Os órgãos aderentes serão responsáveis pela sua fiscalização.

20.2-É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA– COMUNICAÇÕES

21.1. As correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o número deste instrumento e o assunto específico da correspondência.
21.1.1. As comunicações feitas ao órgão gerenciador, deverão ser endereçadas ao:

MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL
Rua das Oliveiras, 135-Bairro Jardim Vitória
- Guarantã do Norte/MT
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

21.2. Eventuais mudanças de endereço dos órgãos aderentes ou dos fornecedores deverão ser comunicadas por escrito ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do art. 654, § 2º, do Código Civil.
22.2. O fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.
22.3. Os casos omissos serão resolvidos em reuniões formais feito pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços com a empresa contratada ou seu procurador e a quem interessar, lavrando-se, ao final da reunião, ata circunstanciada assinada por todos os presentes e encaminhado-a a Prefeita para Homologação e Despacho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

23.1. Para eficácia do presente instrumento, a Contratante providenciará seu extrato de publicação na Imprensa Oficial do Estado, em conformidade com o disposto no art. 20 do Decreto nº 3.555/2000.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO FORO

24.1. Fica eleito o Foro de Guarantã do Norte/MT para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços.

24.2. E por estarem de acordo, depois de lidos e assinados, as partes firmam a presente ARP em 02(duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Gerência Setorial de Licitação do órgão gerenciador, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

TATIANE ELLER DOS SANTOS
Pregoeira Oficial

Marli Terezinha Vidarenko da Silva ME
MARLI TEREZINHA VIDARENKO DA SILVA

Publicado por:
Catia Pertussatti
Código Identificador:CAB986C2

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2014

A Prefeitura Municipal de **ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, em conformidade com as Leis Municipais nº 024/2009, 032/2010, 065/2014 e 345/2014 e Lei Federal n° 11.350/2006 e suas alterações, por meio da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Público nº 001/2014, RESOLVE divulgar e estabelecer normas para abertura das inscrições e a realização com finalidade de contratação por tempo indeterminado para preenchimento de vagas e contratação por tempo determinado para substituição e formação de cadastro reserva, visando atender o programa de "Estratégia de Agente Comunitário de Saúde - ACS" e Agente de Combate a Endemias (ACE), sendo este de natureza de excepcional interesse público, nos termos descritos na Constituição Federal de 88 do em especial ao art. 37, IX, que dão respaldo legal e normatizam as regras estabelecidas neste Edital.
QUADRO DE VAGAS GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL

Cargo/Contratação	Local de Trabalho Secretaria	Vagas	Vagas PNE	Vencimento	Carga Horária Semanal	Requisitos do Cargo
Agente Comunitário de Saúde-ACS (Micro-area 001)	Secretaria de Saúde e Saneamento	01+CR	-	1.014,00	40 horas	Ensino Fundamental Completo.
Agente Comunitário de Saúde-ACS (Micro-area 002)	Secretaria de Saúde e Saneamento	01+CR	-	1.014,00	40 horas	Ensino Fundamental Completo.
Agente Comunitário de Saúde-ACS (Micro-area 003)	Secretaria de Saúde e Saneamento	01+CR	-	1.014,00	40 horas	Ensino Fundamental Completo.
Agente Comunitário de Saúde-ACS (Micro-area 004)	Secretaria de Saúde e Saneamento	CR	-	1.014,00	40 horas	Ensino Fundamental Completo.
Agente Comunitário de Saúde-ACS (Micro-area 005)	Secretaria de Saúde e Saneamento	CR	-	1.014,00	40 horas	Ensino Fundamental Completo.
Agente Comunitário de Saúde-ACS (Micro-area 006)	Secretaria de Saúde e Saneamento	01+CR	-	1.014,00	40 horas	Ensino Fundamental Completo.
Agente Comunitário de Saúde-ACS (Micro-area 007)	Secretaria de Saúde e Saneamento	01+CR	-	1.014,00	40 horas	Ensino Fundamental Completo.
Agente Comunitário de Saúde-ACS	Secretaria de Saúde e	01+CR	-	1.014,00	40 horas	Ensino Fundamental Completo.

(Micro-area 008)	Saneamento					
Agente Comunitário de Saúde-ACS (Micro-area 009)	Secretaria de Saúde e Saneamento	CR	-	1.014,00	40 horas	Ensino Fundamental Completo.
Agente Comunitário de Saúde-ACS (Micro-area 010)	Secretaria de Saúde e Saneamento	01+CR	-	1.014,00	40 horas	Ensino Fundamental Completo.
Agente Comunitário de Saúde-ACS (Micro-area 011)	Secretaria de Saúde e Saneamento	02+CR	-	1.014,00	40 horas	Ensino Fundamental Completo.
Agente Comunitário de Saúde-ACS (Micro-area 012)	Secretaria de Saúde e Saneamento	01+CR	-	1.014,00	40 horas	Ensino Fundamental Completo.
Agente Comunitário de Saúde-ACS (Micro-area 013)	Secretaria de Saúde e Saneamento	CR	-	1.014,00	40 horas	Ensino Fundamental Completo.
Agente de Combate às Endemias-ACE	Secretaria de Saúde e Saneamento	04+CR	-	884,31+ 20% Adicional de Insalubridade	40 horas	Ensino Fundamental Completo.
Total de Vagas					**014**	-

CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

Publicado por:
Joice Fontana Bach
Código Identificador:3F25BC2E

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO I DO DECRETO 1467

Nome	Cargo	Escolaridade	Data Admissão	Afastamento	G.O.	Nível	Salário
Anadalia Maria de Jesus	Aux. de serv. gerais	Ens. Médio Comp.	11/02/2008	2	01	B/02	906,40
Antonio Alves de Jesus	Serv. de Limp. Publica	Ens. Fund. Incomp.	11/02/2008	0	01	A/03	848,00
Antonio Martins Ferreira	Guarda Municipal	Ens. Fundamental	01/07/1997	0	01	A/06	920,00
Cicero Soares Nava	Agente Adm.	Ens. Médio Comp.	01/11/1993	3	05	C/07	1.908,57
Cleide Ap. de Souza Rosário	Agente Adm.	Ens. Sup. Não esp. Área humanas	09/02/1991	0	05	B/0850%	1.648,83
Cleomison de Souza Aguiar	Guarda Municipal	Ens. Médio Comp.	24/08/2009	0	01	B/02	906,40
Deuziano Alves de Castro	Motorista	Ens. Fund. Comp.	18/01/1991	2	03	A/08	1.164,54
Diones Augusto de Souza	Serv. de Limp. Publica	Ens. Fund. Comp.	11/02/2008	1	01	A/02	824,00
Donizete Isidro Pereira	Motorista	Ens. Fund. Comp.	06/12/1999	0	03	A/06	1.106,79
Doralice Carvalho de Azevedo	Agente de Cont.Inter.	Pós-Graduação Esp.	10/03/2008	0	08	B/03	3.079,88
Edilvane Matos Guimarães	Aux. de serv. gerais	Ens. Médio Comp.	11/02/2008	0	01	B/03	932,80
Edson Gomes Costa	Aux. de serv. gerais	Ens. Fundamental	01/07/1997	0	01	A/06	920,00
Elcionei Gonçalves Ferreira	Técnico Contábil	Ens. Médio Comp.	01/01/1994	0	06	B/07	2.334,67
Fausto M. Almeida de Carvalho	Mecânico	Ens. Fund. Comp.	09/05/2005	4	04	A/02	1.451,03
Franciele Bevilaqua	Agente Adm.	Ens. Sup. Comp.	11/02/2008	0	05	B/03	1.632,83
Hely Alves de Ferreira	Agente Adm.	Ens. Médio Comp.	11/02/2008	3	05	A/02	1.220,48
João de Sousa Aguiar	Agente Adm.	Ens. Médio Comp.	18/01/1991	4	05	A/07	1.398,22
Jose Carlos de Souza	Motorista	Ens. Fund. Comp.	01/10/1993	1	03	A/07	1.135,67
Jose Filho Costa	Motorista	Ens. Fund. Incomp.	15/06/2005	0	03	A/04	1.049,05
Leia Ferreira Bento	Agente Adm.	Pós –Graduação Esp.	03/01/2005	1	05	C/03	1.714,48
Leticia Vieira Vida Feitosa	Agente Adm.	Ens. Médio Comp.	11/02/2008	0	05	A/03	1.256,03
Lucilene de Sousa Mendes	Agente Adm.	Ens. Médio Comp.	01/07/1997	0	05	A/06	1.362,67
Lucilene Lopes de Sousa	Agente Adm.	Ens. Sup. Comp.	01/07/1997	0	05	B/06	1.771,47
Lucimeire Montel da Silva	Agente Adm.	Ens. Médio Comp.	11/02/2008	3	05	A/02	1.220,48
Luiz Eduardo Pereira de Moraes	Fiscal de Posturas	Ens. Médio Comp.	03/01/2005	2	05	A/03	1.256,03
Luzinete Martins Ferreira	Agente Adm.	Ens. Médio Comp.	06/12/1999	0	05	A/06	1.362,67
Manoel Ribeiro Pinto	Guarda Municipal	Ens. Fundamental	01/11/1993	0	01	A/07	944,00
Maralucia Pinto Pereira	Agente Adm.	Ens Sup. Comp.	01/01/2005	0	05	B/04	1.679,05
Marceli Rodrigues Valadares	Aux. de Serv. Gerais	Ens. Médio Comp.	03/01/2005	2	01	A/03	848,00
Marcia Adriana de Barros							
Maria Lucia da Silva	Aux. de serv. gerais	Ens. Fund. Incomp.	26/02/2008	0	01	A/03	848,00
Marly Severino dos Santos Lima	Agente Adm.	Ens. Sup. Comp.	01/07/1997	0	05	B/06	1.771,47
Naiara Farias da Fonseca	Psicóloga	Pós-Graduação Esp.	11/02/2008	0	10	B/03	3.765,12
Napoleão Carlos da Rocha	Mecânico	Ens. Médio Comp.	02/05/2005	2	04	B/03	1.689,12
Natalícia Moreira de Brito	Agente Adm.	Ens. Médio Comp.	10/02/2005	1	05	B/03	1.632,83
Nelma Soares Araujo	Agente Adm.	Ens. Médio Comp.	03/01/2005	0	05	A/04	1.291,57
Niris Ney Sousa Correa	Aux. de serv. gerais	Ens. Sup. Comp.	30/01/2005	3	01	C/02	997,04
Nilsa Pereira Mendes	Aux. de S. gerais	Ens. Médio Comp.	03/01/2006	0	01	A/03	932,80
Odilia Aparecida Alves Melo	Agente Adm.	Ens. Médio Comp.	01/07/1997	8	05	A/04	1.291,57
Rogaciano Alves dos Santos	Marceneiro	Ens. Fund.Comp.	18/01/1991	0	03	A/08	1.164,54
Rubenilda de Souza Aguiar	Agente Adm.	Ens. Médio Comp.	03/01/2005	0	05	A/04	1.291,57
Salmon Miguel de Campos	Fiscal de Tributos	Ens. Médio Comp.	03/01/2005	3	05	A/03	1.256,03
Sandra Fontoura de Barros	Aux. de serv. gerais	Ens. Médio Comp.	01/02/2008	0	01	B/03	932,80,
Silvana Rocha da S. Ferreira	Psicólogo	Ens. Sup. Comp.	01/05/2008	0	10	A/03	3.137,60
Sonia Cassia Mendonça	Agente Adm.	Ens. Médio Comp.	01/04/1994	4	05	A/06	1.362,67
Valdenezio Xavier da Silva	Engenheiro Agrônomo	Pós-Graduação Esp.	11/02/2008	0	08	C/03	3.233,87
Vilson Barbosa da Silva	Agente Adm.	Ens. Médio Comp.	11/02/2008	0	05	A/03	1.256,03
Wilson Vieira dos Reis	Agente Adm.	Ens. Médio Comp.	03/01/2005	2	05	A/03	1.256,03

Publicado por:
Leticia Vieira Vida Feitosa
Código Identificador:A23F25C4

GABINETE DO PREFEITO
ANEXO DO DECRETO 1468

Nome	Cargo	Escolaridade	Data Admissão	Anos de Afastamento	Grupo Ocupacional	Nível	Salário base
Adair Cabral de Melo	Farmacêutico/ Bioq.	Pós-Graduação Esp.	11/02/2008	0	10	B/03	4.722,48
Adileusa Noleto Lima	Tec. em Enfermagem	Ens. Médio Comp.	03.01.2005	0	03	A/04	1.291,57
Adriana Ferreira da Silva	Tec. em Enfermagem	Ens. Médio Comp.	03/01/2005	0	03	A/04	1.291,57
Benta da Silva Barros	Tec. em Enfermagem	Ens. Médio Comp.	03/01/2005	0	03	A/04	1.291,48
Caroline dos S. Marque de Freitas	Enfermeiro	Ens. Sup. Comp.	04/04/2008	0	10	A/03	4.106,50
Cristiano Sócrates Ferreira	Farmacêutico/Bioq.	Pós-Graduação Esp.	03/01/2008	0	10	B/03	4.722,48
Dalva Luiz da Silva	Agente Ambiental	Ens. Médio Comp.	11/02/2008	03	03	A/02	1.220,48
Delci Farias da Costa	Aux. de Ser. Gerais	Ens. Fund. Incomp.	01/10/1993	0	01	A/08	968,00
Divina Ferreira de Moraes	Tec. em Enfermagem	Ens. Médio Comp.	27/03/2000	0	03	A/05	1.327,12
Eliane Ap. de Almeida Martins	Enfermeiro	Pós-Graduação Esp.	04/04/2008	0	10	B/03	4.722,48
Fausto Francisco de Oliveira	Tec. em Enfermagem	Ens. Médio Comp.	11/02/2008	0	03	A/03	1.256,03
Gilberto Martins Vaz	Odontologo	Pós-Graduação Esp.	03/03/2008	0	10	B/03	4.722,48
Gilda T. Leonel do Nascimento	Tec. em Enfermagem	Ens. Médio Comp.	11/02/2008	0	03	A/03	1.256,03
Herominia Maria de Barros	Tec. em Enfermagem	Ens. Médio Comp.	03/01/2008	0	03	A/03	1.256,03
Jael Maria de Jesus	Aux. de Serv. Gerais	Ens. Médio Comp.	13/10/2008	0	01	A/03	848,00
Janayna Patricia R. Diniz	Enfermeiro	Pós-Graduação Esp.	03/01/2008	2	10	B/02	4.588,82
Jerlandia Pereira Dias	Tec. em Enfermagem	Ens. Médio Comp.	10/01/2008	0	03	A/03	1.256,03
Jose Alves de Andrade	Motorista	Ens. Fund. Comp.	23/06/1997	1	02	A/06	1.106,79
Jose Maria da Silva	Guarda Municipal	Ens. Fund. Comp.	03/01/2005	0	01	A/04	872,00
Judity Leopoldina do Nascimento	Tec. em Enfermagem	Ens.Médio Comp.	11/02/2008	3	03	A/02	1.220,48
Lara Cristina Rezende Saraiva	Enfermeira	Ens. Sup.comp.	11/02/2008	0	07	A/03	1.961,00
Magto Ferreira da Silva	Tec. de Radiologia	Ens. Médio Comp.	11/02/2008	1	06	A/02	1.930,76
Maria Joselina C. de Abreu	Tec. em Enfermagem	Ens. Médio Comp.	11/02/2008	0	03	A/03	1.256,03
Maria Olinda A. Farias da Silva	Agente Ambiental	Ens. Médio Comp.	01/03/2008	0	03	A/03	1.256,03
Maria Soares Cavalcante Espíndola	Tec. em Enfermagem	Ens. Médio Comp.	30/01/2008	0	03	A/03	1.256,03
Maria Jose Martins Abreu	Agente Ambiental	Ens. Sup. Comp.	11/02/2008	0	03	B/03	1.381,03
Marizete Vieira dos Reis	Aux. de Serv. Gerais	Ens. Fund. Comp.	01/10/1993	0	01	A/08	968,00
Maura Ap. Haubert Marsango	Tec. em Enfermagem	Ens. Médio Comp.	09/02/2000	0	03	A/05	1.327,12
Niane Borges Moura	Fisioterapeuta	Pós-Graduação	11/02/2008	0	07	B/03	2.255,15
Paulo Victor Santos Silva	Agente Ambiental	Ens. Médio Comp.	26/02/2008	0	03	A/03	1.256,03
Rosa Nunes Moreira	Aux. de Serv. Gerais	Ens. Médio Comp.	11/02/2008	0	01	A/03	848,00

Publicado por:
Leticia Vieira Vida Feitosa
Código Identificador:1A2B8D31

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003/2014 SEMAS AGENTE DO PROGRAMA

EDITAL COMPLEMENTAR 003/2014
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2013

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **José Pereira Filho,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** a convocação dos candidatos aprovados no Processo seletivo n°. 004/2013, destinado ao preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva, para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Administração e Secretaria Municipal de Esportes.

RESOLVE:
Art. 1° - CONVOCAR os candidatos aprovados no Processo Seletivo nº. 004/2013:
I – Para que compareçam no Departamento de Recursos Humanos, situado à Avenida Brasil, 2350-E, Jardim Europa, 1º piso, nos dias **26 e 27/06/2014**, **das 09:00 às 11:30 e das 13:30 às 16:00 horas.**

CARGO: 881 -AGENTE DO PROG. ACESSUAS - PRONATEC							
N°.	INSC. N°.	NOME	DATA NASC.	PORT.	CONH. ESPEC.	TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
3	39	ANGELICA DE JESUS VICENTE	20/04/1994	45	80	125	CLASSIFICADO

II - Munidos com cópia e original dos documentos abaixo relacionados:
a) Comprovante de Escolaridade;
b) Atestado Pré-admissional (aptidão física e mental), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho**;**
c) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);
d) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;
e) Certidão de Reservista, (quando do sexo-masculino);
f) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);
g) Carteira Nacional de habilitação – CNH, categoria "AB" ou "B";
h) Certificado de curso de informática;
i) Comprovante de residência;
j) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP;
k) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa conforme modelo disponibilizado pelo departamento de pessoal;
l) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos, (se dependente);
m) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos, (se for o caso);
n) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos;
o) CPF dos filhos maiores de 14 anos;
p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Tangará da Serra-MT, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais, (com trânsito em julgado);

q) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;
r) Declaração de Imposto de Renda (ano base 2012);
s) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo a existência ou inexistência de Débitos municipais (Setor de Tributação);
t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 5 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função.
u) Cópia do CPF do pai, mãe e cônjuge.

Art. 2° - Prazo de Apresentação
O prazo de apresentação é no Maximo de 02 (dois) dias úteis conforme o inciso I deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subseqüente, obedecida à ordem de classificação. Sendo considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo referido deste edital.

Art. 3° - Será desclassificado o candidato que:
a) – não comparecer na data estipulada;
b) – não apresentar a documentação exigida do artigo 1º;
c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 25 de Junho de 2014.

ME. JOSÉ PEREIRA FILHO
Prefeito Municipal

MARIA DA GRAÇAS SOUTO
Secretária Municipal de Administração

MARIA DE LOURDES FERNANDES BLANCO POLLON
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Andrea Cristina Trentini
Código Identificador:261983BB

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO N. 01/2014 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 06/2014

O Prefeito Municipal de Vale de São Domingos e o Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público n. 01/2014, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVEM:

1º - Em atendimento ao Cronograma do Edital do Concurso Público n. 01/2014, item 3, "I", da Prefeitura **Municipal de Vale de São Domingos** – MT, **DIVULGAR** o horário e local da realização das provas objetivas conforme segue:

LOCAL: ESCOLA ESTADUAL RAINHA DA PAZ
Rua Honorato Azambuja, s/n – Centro - Vale de São Domingos/MT

HORÁRIO: 08 horas às 12 horas (Os candidatos devem chegar ao local meia hora antes para conferência de documento de identidade e enturmação)

SALA 1

	INSC	CANDIDATO	CPF	CARGO
1.	50	ALLINE LUZ DE SOUZA	027.281.801-13	AGENTE ADMINISTRATIVO
2.	427	ANA CAROLINA OLIVEIRA ARAÚJO	044.795.601-90	AGENTE ADMINISTRATIVO
3.	88	ANA MARIA JESUS SILVA	046.614.591-80	AGENTE ADMINISTRATIVO
4.	284	ANA MARIA MARQUES SILVA	036.364.671-07	AGENTE ADMINISTRATIVO
5.	342	ANDREIA FERNANDES DA SILVA DO CARMO	034.735.561-73	AGENTE ADMINISTRATIVO
6.	79	ANGELICA ARCANJO MAIA MAXIANO	041.669.461-61	AGENTE ADMINISTRATIVO
7.	191	APARECIDA BARBOSA BEZERRA DA SILVA	027.459.301-76	AGENTE ADMINISTRATIVO
8.	311	ARISTELSON GOMES DOS SANTOS	036.439.171-55	AGENTE ADMINISTRATIVO
9.	5	BEATRIS DA SILVA PERRUT	013.125.721-83	AGENTE ADMINISTRATIVO
10.	199	CLAUDENICE MOREIRA DA SILVA	019.474.401-95	AGENTE ADMINISTRATIVO
11.	243	CLEIFTON WANDELREI COELHO DA SILVA	059.230.961-45	AGENTE ADMINISTRATIVO
12.	90	CRISTIANE ROSA OLIVEIRA SOUZA	904.560.411-68	AGENTE ADMINISTRATIVO
13.	74	DAIANE FERNANDES PINHEIRO	036.371.251-88	AGENTE ADMINISTRATIVO
14.	172	DAIANY LAURA OLIVEIRA	053.684.851-31	AGENTE ADMINISTRATIVO
15.	145	ELENICE DE LANA MARTINS DE ALCANTARA	007.103.941-44	AGENTE ADMINISTRATIVO
16.	92	ELIENAOLIVEIRA DA CRUZ	042.071.271-27	AGENTE ADMINISTRATIVO
17.	184	ELISÂNGELA RENATA COSTA SILVA	038.389.131-08	AGENTE ADMINISTRATIVO
18.	219	EROINA MORAES EVANGELISTA	029.525.631-10	AGENTE ADMINISTRATIVO
19.	364	FERNANDA BORGES RODRIGUES	045.335.081-03	AGENTE ADMINISTRATIVO

20.	322	GEUZILAINE ALVES DE SOUZA	011.332.001-92	AGENTE ADMINISTRATIVO
21.	211	GLEICIANE FERREIRA SANTIAGO	033.067.691-18	AGENTE ADMINISTRATIVO
22.	137	IEDA APARECIDA DE MELO CASTRO	036.460.271-69	AGENTE ADMINISTRATIVO
23.	49	ISAMARA SEIDHT DA MOTA SILVA	058.744.621-80	AGENTE ADMINISTRATIVO
24.	451	IVANETE DA SILVA	001.728.321-36	AGENTE ADMINISTRATIVO
25.	377	IVONE KUSTHER PREISIGKE	003.276.001-95	AGENTE ADMINISTRATIVO
26.	146	IVONE SOUZA DOS REIS	028.046.661-74	AGENTE ADMINISTRATIVO
27.	318	IVONETE KUSTHER PREISIGKE FURTADO	016.579.351-16	AGENTE ADMINISTRATIVO
28.	147	JESSICA NOGUEIRA RAMOS	036.347.691-14	AGENTE ADMINISTRATIVO
29.	116	JOAO ALEXANDRE GOMES MOTTA	058.506.941-70	AGENTE ADMINISTRATIVO
30.	360	JOILSON LEANDRO CESPEDE PEREIRA	031.240.911-75	AGENTE ADMINISTRATIVO

SALA 2

	INSC	CANDIDATO	CPF	CARGO
31.	388	JONAS MARTINS	044.114.796-80	AGENTE ADMINISTRATIVO
32.	100	JONY PIMENTA DE OLIVEIRA	014.271.161-64	AGENTE ADMINISTRATIVO
33.	141	JOSIMAR MARQUES DA SILVA	034.201.571-00	AGENTE ADMINISTRATIVO
34.	192	LAUDICEIA RAMOS SANTOS	036.296.211-12	AGENTE ADMINISTRATIVO
35.	43	LUANA BEATRIZ GOMES BARROS	048.621.821-00	AGENTE ADMINISTRATIVO
36.	45	LUCIANO BALBINO DE OLIVEIRA	053.611.591-58	AGENTE ADMINISTRATIVO
37.	25	LUCIVANIA APARECIDA SILVA DE OLIVEIRA	036.250.941-77	AGENTE ADMINISTRATIVO
38.	91	MARIA DE LOURDES PEREIRA GOMES	011.433.221-50	AGENTE ADMINISTRATIVO
39.	383	MARIA GORETE RODRIGUES DOS SANTOS	971.879.681-91	AGENTE ADMINISTRATIVO
40.	223	MARLENE CARDOSO DA SILVA	824.089.471-20	AGENTE ADMINISTRATIVO
41.	413	MARTA BARBOSA PRATES	029.310.631-26	AGENTE ADMINISTRATIVO
42.	124	MARTA SILVA OLIVEIRA	041.416.251-08	AGENTE ADMINISTRATIVO
43.	431	NAYANE CRISTINA PEREIRA	036.296.231-66	AGENTE ADMINISTRATIVO
44.	430	RAQUEL APARECIDA NOGUEIRA SANTOS	059.402.711-03	AGENTE ADMINISTRATIVO
45.	242	REICILA WANDELREI COELHO DA SILVA	045.462.461-10	AGENTE ADMINISTRATIVO
46.	19	RENAN VIEIRA DE LANA	044.865.821-60	AGENTE ADMINISTRATIVO
47.	33	ROBSON DA CONCEIÇÃO RIBEIRO	036.586.411-00	AGENTE ADMINISTRATIVO
48.	238	ROBSON RAMOS COMIN	048.473.631-08	AGENTE ADMINISTRATIVO
49.	186	ROSA MARIA PEREIRA BARROS	044.929.654-75	AGENTE ADMINISTRATIVO
50.	382	ROSANA DA CONCEIÇÃO FLORINDO SOUZA	825.106.871-15	AGENTE ADMINISTRATIVO
51.	443	SIDNEY FERREIRA DA SILVA	890.198.571-34	AGENTE ADMINISTRATIVO
52.	12	SIMONI PEREIRA DA SILVA	018.954.391-40	AGENTE ADMINISTRATIVO
53.	399	SIRLETE CARDOSO RODRIGUES	002.794.071-30	AGENTE ADMINISTRATIVO
54.	347	SONIA DE PAULA E SILVA	039.129.461-08	AGENTE ADMINISTRATIVO
55.	389	TANIA MARA DOS SANTOS BERGOCH	965.694.171-34	AGENTE ADMINISTRATIVO
56.	369	TEREZINHA DE JESUS SOUZA	016.591.301-07	AGENTE ADMINISTRATIVO
57.	61	VALERIA MACENA FERNANDES	021.012.011-86	AGENTE ADMINISTRATIVO
58.	408	WALLACE LUIS CUNHA CAVALCANTE	048.595.601-24	AGENTE ADMINISTRATIVO
59.	394	ZANILDA DOS SANTOS CASTILHO	859.040.071-91	AGENTE ADMINISTRATIVO

SALA 3

	INSC	CANDIDATO	CPF	CARGO
60.	282	APARECIDA DONIZETE MORÃO	766.757.001-97	ASSISTENTE SOCIAL
61.	60	JOSIANE MAYARA DOS SANTOS FREITAS	004.848.161-01	ASSISTENTE SOCIAL
62.	340	LUZIENE CHAVES OLIMPIO	009.188.951-03	ASSISTENTE SOCIAL
63.	266	MARILZA MAULAZ MATOS	651.013.911-15	ASSISTENTE SOCIAL
64.	365	UDÂNIA ERMISDORFF DE SOUZA OLIVEIRA	945.465.411-04	ASSISTENTE SOCIAL
65.	81	GENY ALVES DE ANDRADE SILVA	572.163.801-00	AUXILIAR DE ENFERMAGEM
66.	453	CLESSIO SOUZA SILVA	731.729.011-49	BIOQUIMICO/FARMACÊUTICO
67.	380	CRISLAINE MOREIRA BARBOSA	008.646.261-00	BIOQUIMICO/FARMACÊUTICO
68.	435	DARLENG ALONSO VIEIRA	733.406.261-20	BIOQUIMICO/FARMACÊUTICO
69.	245	ELZIANE FERREIRA MARTINS	984.984.521-04	BIOQUIMICO/FARMACÊUTICO
70.	373	FLÁVIA GOUVEIA DA SILVA LIMA	035.964.641-70	BIOQUIMICO/FARMACÊUTICO
71.	289	HAIENY ANDRADE ARAUJO	022.292.791-73	BIOQUIMICO/FARMACÊUTICO
72.	317	HELLEN MARIA FREITAS BORGES TANNER	831.815.471-15	BIOQUIMICO/FARMACÊUTICO
73.	343	JÉSSICA RODRIGUES BEZERRA	992.917.892-91	BIOQUIMICO/FARMACÊUTICO
74.	21	KARLA PRISCILLA PASSOS CALIXTO	010.087.231-00	BIOQUIMICO/FARMACÊUTICO
75.	198	MARLEI DOS SANTOS CASTILHO	957.177.731-53	BIOQUIMICO/FARMACÊUTICO
76.	393	PATRÍCIA CARLA PROBEL	039.856.591-09	BIOQUIMICO/FARMACÊUTICO
77.	102	RENAN NOGUEIRA SANTOS	046.192.911-29	BIOQUIMICO/FARMACÊUTICO
78.	247	RODRIGO FREITAS GARCIA	035.825.721-29	BIOQUIMICO/FARMACÊUTICO
79.	194	THIAGO BERTOLIN DUARTE	043.191.691-82	BIOQUIMICO/FARMACÊUTICO
80.	327	WHANDERSON MIRANDA BATISTA DA SILVA	041.355.681-65	BIOQUIMICO/FARMACÊUTICO
81.	112	AGNALDO FRANCISCO RODRIGUES	148.973.967-00	BRAÇAL
82.	390	CELISMAR FRANCISCO RODRIGUES GOMIDES	036.250.961-10	BRAÇAL
83.	11	DEBORA ESTEFANI DOS SANTOS ARAUJO	033.961.922-81	BRAÇAL
84.	222	DEOZENIR ALVES DA SILVA	951.893.781-87	BRAÇAL
85.	149	EDILENE MESSIAS SOARES	771.335.366-68	BRAÇAL
86.	83	ELIZEU HIPOLITO FILHO	030.475.811-69	BRAÇAL
87.	120	JOSE SANTANA DO CARMO	007.928.301-21	BRAÇAL
88.	158	JURANDIR FERNANDES	340.299.581-68	BRAÇAL
89.	336	SALATIEL GOMES INACIO	039.033.761-75	BRAÇAL
90.	171	VANUSA ELIAS DA SILVA	021.877.301-31	BRAÇAL
91.	362	VICENTE MIGUEL INACIO	055.265.547-32	BRAÇAL

SALA 4

	INSC	CANDIDATO	CPF	CARGO
92.	93	ADENILSON ALVES FEITOSA	593.552.711-15	CONTADOR
93.	248	BRUNA QUEIROZ DE OLIVEIRA SANTOS	031.026.991-11	CONTADOR
94.	457	CAMILA BRAGA DOS SANTOS GARCIA	040.768.091-81	CONTADOR

95.	36	DEBORA SMERDECK PIOTTO	024.535.911-77	CONTADOR
96.	297	JEFERSON MOREIRA BATISTA	000.865.711-41	CONTADOR
97.	415	LÚCIA MARIA DE LACERDA NEVES	593.949.271-15	CONTADOR
98.	130	MARIA DE FÁTIMA PEREIRA LEITE	012.808.251-89	CONTADOR
99.	381	PAULO RICARDO DE OLIVEIRA DA SILVA	025.650.911-50	CONTADOR
100.	281	ROSANGELA RODRIGUES TEIXEIRA PAIXÃO	029.840.301-33	CONTADOR
101.	355	EVERSON FLÁVIO DE OLIVEIRA	704.951.302-49	DENTISTA
102.	135	HELIO SOUZA CORTEZ	025.607.621-96	DENTISTA
103.	14	RENAN MIRANDA RAMOS	038.652.481-52	DENTISTA
104.	35	VALÉRIA OLIVEIRA FERREIRA	041.791.491-17	DENTISTA
105.	357	VICTOR PEREIRA RESENDE SILVA	017.585.521-82	DENTISTA
106.	86	JOSEANE FREITAS ROCHA	000.338.081-55	ENGENHEIRO CIVIL
107.	168	NATIELLE MACEDO MAIA	025.086.701-03	ENGENHEIRO CIVIL
108.	26	FLÁVIA FERNANDA MIRANDA BARBARESO	425.760.848-00	FISCAL DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
109.	187	JANIELA DE JESUS	033.215.001-16	FISCAL DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
110.	52	JUVELINO GALDINO GONÇALVES	318.517.971-49	FISCAL DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
111.	148	LUSIENE GOMES PINHEIRO SANTOS	016.172.331-45	FISCAL DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
112.	193	SILVANA MARIA DE OLIVEIRA	030.998.471-86	FISCAL DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
113.	335	VALDEIR PEDRO DO CARMO	833.554.991-53	FISCAL DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

SALA 5

	INSC	CANDIDATO	CPF	CARGO
114.	177	ALAIANE FAUSTINO HONORATO DE SOUZA	028.056.711-12	FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
115.	196	ALESSANDRA ARAUJO DE SOUZA	020.363.941-32	FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
116.	72	ALINE MARTINS DE OLIVEIRA	048.953.611-52	FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
117.	395	CLEICIANO BATISTA RIBEIRO	936.086.671-72	FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
118.	82	ERICA ARCANJO MAIA	048.953.971-81	FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
119.	63	GENIVALDO DA SILVA CORREA	005.714.891-09	FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
120.	285	JANAINA DA SILVA DE PAULO	054.822.961-99	FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
121.	142	LANNA DE SOUZA FABIANO	052.720.401-39	FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
122.	307	LENILDA DOMINGOS DOS SANTOS	882.227.641-87	FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
123.	185	LINDOENI DIAS DA COSTA ROSA	007.193.951-27	FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
124.	117	MARIA SONIA DA CRUZ OLIVEIRA	014.845.981-13	FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
125.	174	ROSENILDA SOUZA DA SILVA	027.552.391-82	FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
126.	438	SIRLEI PEREIRA LEITE	010.079.941-85	FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
127.	260	TAMARA BARBOSA BEZERRA DA SILVA	053.484.521-57	FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
128.	123	THAYLA MAYARA ARAUJO GOMES	039.722.001-45	FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
129.	71	YURI MORAES DE LIRA	052.829.101-79	FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
130.	59	EDER APARECIDO LINDOLFO	294.619.538-44	FISIOTERAPEUTA
131.	85	DEIRTE BATISTA VALERIO DE LANA	001.222.141-45	JARDINEIRO
132.	97	ELIANDRA NICÁCIO DA SILVA	673.357.302-44	JARDINEIRO
133.	51	ELIANE DE SALES SILVA OLIVEIRA	016.357.771-43	JARDINEIRO
134.	255	JOÃO JUSTINO DE SOUZA ARAUJO	759.908.906-30	JARDINEIRO
135.	384	MARCIA CLEIDE DE OLIVEIRA	006.478.761-32	JARDINEIRO
136.	113	MARIA APARECIDA DOS SANTOS	027.571.071-86	JARDINEIRO
137.	420	MARLEI FERNANDES DA SILVA	005.782.301-43	JARDINEIRO
138.	277	MARLUCI GOMES SCHIAVO	008.829.491-95	JARDINEIRO
139.	69	VERA LUCIA MOREIRA	600.729.382-34	MEDICO

SALA 6

	INSC	CANDIDATO	CPF	CARGO
140.	264	ADMAR FERREIRA LEITE	140.547.791-15	MOTORISTA DE VEICULO ESPECIAL
141.	294	ADRIANO FILOMENO DE FREITAS	953.231.631-00	MOTORISTA DE VEICULO ESPECIAL
142.	23	AGNEL SILVESTRE DE LANA	927.757.131-49	MOTORISTA DE VEICULO ESPECIAL
143.	409	AILTON OLIVEIRA SILVA	036.347.821-37	MOTORISTA DE VEICULO ESPECIAL
144.	115	ALESSANDRO ALAN LAGES DUARTE	018.266.241-12	MOTORISTA DE VEICULO ESPECIAL
145.	386	ALEX CARLOS DE OLIVEIRA DA SILVA	930.548.741-68	MOTORISTA DE VEICULO ESPECIAL
146.	432	ALEX TORRES DOS SANTOS	031.478.851-43	MOTORISTA DE VEICULO ESPECIAL
147.	397	ANDRE APARECIDO BORGES	003.434.951-04	MOTORISTA DE VEICULO ESPECIAL
148.	101	ANTONIO PEDRO VALERIO FILHO	651.014.481-68	MOTORISTA DE VEICULO ESPECIAL
149.	361	ANTONIO RAMOS DOS SANTOS	256.695.591-34	MOTORISTA DE VEICULO ESPECIAL
150.	328	CLAUDIO TEIXEIRA DOS SANTOS	925.436.261-15	MOTORISTA DE VEICULO ESPECIAL
151.	153	CLAYTON ALVES E SILVA	003.221.771-46	MOTORISTA DE VEICULO ESPECIAL
152.	339	DIMAS DE SOUZA	021.012.001-04	MOTORISTA DE VEICULO ESPECIAL
153.	133	EDILSO MOTA GONCALVES	007.102.471-92	MOTORISTA DE VEICULO ESPECIAL
154.	367	FRANCISCO DE ASSIS MOTA DA SILVA	112.237.741-04	MOTORISTA DE VEICULO ESPECIAL
155.	426	IRINEU NONATO DE OLIVEIRA	441.765.031-49	MOTORISTA DE VEICULO ESPECIAL
156.	119	JAIME ALBINO MOTTA	420.335.941-49	MOTORISTA DE VEICULO ESPECIAL
157.	272	JOÃO FAUSTINO DE PAULA	841.258.961-00	MOTORISTA DE VEICULO ESPECIAL
158.	201	JOELSON SOUZA DE OLIVEIRA	028.858.541-03	MOTORISTA DE VEICULO ESPECIAL
159.	455	JOSE DA SILVA CORREA	007.990.591-96	MOTORISTA DE VEICULO ESPECIAL
160.	288	JOSE RICARDO DOS SANTOS GAMA	985.179.101-68	MOTORISTA DE VEICULO ESPECIAL
161.	96	JURACINO GONÇALVES GALDINO	178.962.661-72	MOTORISTA DE VEICULO ESPECIAL
162.	159	JUVENIL PEREIRA CAVALCANTE	550.755.921-04	MOTORISTA DE VEICULO ESPECIAL
163.	94	LÉCIO ALBINO MOTTA	000.822.541-92	MOTORISTA DE VEICULO ESPECIAL
164.	161	LINDOMAR FERREIRA DOS SANTOS	006.144.271-26	MOTORISTA DE VEICULO ESPECIAL
165.	419	LUIZ ELEOTERIO GOMIDES	486.980.831-53	MOTORISTA DE VEICULO ESPECIAL
166.	407	MARQUES ANTONIO PEREIRA CAVALCANTE	571.006.751-20	MOTORISTA DE VEICULO ESPECIAL
167.	203	MAURICIO GOMES DA LUZ	032.037.041-02	MOTORISTA DE VEICULO ESPECIAL
168.	239	NAGEL ERICK HORN MARTINS	003.616.652-96	MOTORISTA DE VEICULO ESPECIAL
169.	352	OSVAIR BARBOZA FERREIRA	836.399.931-87	MOTORISTA DE VEICULO ESPECIAL
170.	333	PAULO DA ROCHA LIMA	011.428.491-12	MOTORISTA DE VEICULO ESPECIAL
171.	265	PAULO LIMA DA SILVA	006.823.481-39	MOTORISTA DE VEICULO ESPECIAL
172.	118	PAULO SERGIO GOIS BEZERRA	163.648.708-48	MOTORISTA DE VEICULO ESPECIAL
173.	121	PAULO SERGIO GOMIDES	840.885.831-91	MOTORISTA DE VEICULO ESPECIAL
174.	371	RANDEL CESAR DA COSTA	762.073.661-15	MOTORISTA DE VEICULO ESPECIAL

175.	207	RENATO DE MELO CASTRO	000.338.021-14	MOTORISTA DE VEICULO ESPECIAL
176.	34	WARLLEYSON DA SILVA OLIVEIRA	036.296.181-62	MOTORISTA DE VEICULO ESPECIAL
177.	411	WESLEY ALVES DORNELES	971.801.221-49	MOTORISTA DE VEICULO ESPECIAL

SALA 7

	INSC	CANDIDATO	CPF	CARGO
178.	189	ADOLFO PEREIRA DA SILVA	019.917.621-35	MOTORISTA DE VEICULO LEVE
179.	89	ADRIANO DA SILVA CORREA	029.794.051-16	MOTORISTA DE VEICULO LEVE
180.	77	ANA PAULA DE OLIVEIRA	702.638.571-23	MOTORISTA DE VEICULO LEVE
181.	400	ANTONIO PEDRO DE ALMEIDA	496.010.326-49	MOTORISTA DE VEICULO LEVE
182.	202	CLAUDIA ROZANE DE OLIVEIRA	873.498.921-87	MOTORISTA DE VEICULO LEVE
183.	309	EDNELSON NOGUEIRA DA SILVA	002.276.322-81	MOTORISTA DE VEICULO LEVE
184.	319	ELIAS FURTADO	010.079.911-60	MOTORISTA DE VEICULO LEVE
185.	434	JEFERSON JACINTO LUIZ	041.548.971-79	MOTORISTA DE VEICULO LEVE
186.	78	JOÃO MARCOS ALVES DE MORAES	047.908.011-95	MOTORISTA DE VEICULO LEVE
187.	122	LEANDRO LIMA DE SOUZA	048.512.941-82	MOTORISTA DE VEICULO LEVE
188.	95	MARCIO GARCIA TAVARES	015.283.181-96	MOTORISTA DE VEICULO LEVE
189.	401	RAFAEL GARCIA PINHEIRO	031.366.051-44	MOTORISTA DE VEICULO LEVE
190.	312	ROMARIO DE OLIVEIRA FARIAS	040.874.821-46	MOTORISTA DE VEICULO LEVE
191.	99	STEFANO RENAN VIEIRA VIANA	058.819.301-18	MOTORISTA DE VEICULO LEVE
192.	258	ANDERSON LEOCADIO	036.460.221-08	OPERADOR DE MAQUINA II
193.	283	ARQUIMEDES APARECIDO DOS SANTOS	951.219.351-53	OPERADOR DE MAQUINA II
194.	98	CEMI DE PAULA TOME	854.233.941-04	OPERADOR DE MAQUINA II
195.	366	CESAR JUNIOR DA SILVA SEBA	016.062.151-83	OPERADOR DE MAQUINA II
196.	259	DERCIVAL ALVELINO DAMASCENO	055.603.338-83	OPERADOR DE MAQUINA II
197.	275	DOUGLAS PEREIRA DOS SANTOS	055.798.591-98	OPERADOR DE MAQUINA II
198.	132	GEAN CLEBSON FERREIRA DA SILVA	022.229.911-88	OPERADOR DE MAQUINA II
199.	32	GILSON MOTA GONÇALVES	701.554.611-68	OPERADOR DE MAQUINA II
200.	150	IVAN GOMES DA SILVA	015.667.521-83	OPERADOR DE MAQUINA II
201.	27	IVO NERIS DOS SANTOS	567.343.601-72	OPERADOR DE MAQUINA II
202.	28	JOÃO GUILHERME NONATO DE OLIVEIRA	029.970.891-82	OPERADOR DE MAQUINA II
203.	449	JOSE PEREIRA DE SOUZA	420.332.411-49	OPERADOR DE MAQUINA II
204.	31	JOSENI GALDINO GONÇALVES	162.195.201-06	OPERADOR DE MAQUINA II
205.	180	KAIRO SOUZA LIMA	034.527.851-81	OPERADOR DE MAQUINA II
206.	10	LEONARDO BARRETO DA SILVA	004.798.422-80	OPERADOR DE MAQUINA II
207.	178	ROBERTO JOSE FRANZIN DE SOUZA	902.919.131-72	OPERADOR DE MAQUINA II
208.	278	WELLINGTON MOURA DA SILVA	039.153.161-13	OPERADOR DE MAQUINA II

SALA 8

	INSC	CANDIDATO	CPF	CARGO
209.	353	ADRIANO DOMINGUES FERNANDES	939.270.701-06	PROCURADOR JURIDICO
210.	241	ARIADNY DANTAS	700.782.541-91	PROCURADOR JURIDICO
211.	134	EDIMAR RODRIGUES DA SILVA	966.312.281-15	PROCURADOR JURIDICO
212.	41	FABIA TIAGO DE PAULA FERNANDES	009.470.681-63	PROCURADOR JURIDICO
213.	169	JOAQUIM DE OLIVEIRA JUNIOR	008.404.261-35	PROCURADOR JURIDICO
214.	246	JONAIR LIMA BIANQUINI FILHO	025.963.431-00	PROCURADOR JURIDICO
215.	416	KATYA REGINA NOVAK DE MOURA	571.412.071-04	PROCURADOR JURIDICO
216.	314	LUIZ GONÇALVES DE SEIXAS FILHO	488.705.441-68	PROCURADOR JURIDICO
217.	396	RICARDO CORREA MARQUES	693.543.751-20	PROCURADOR JURIDICO
218.	263	SILVIO LUIZ GOMES DA SILVA	030.130.881-09	PROCURADOR JURIDICO
219.	80	ALICE CRISTINA DE AGUIAR ALVAREZ	011.489.051-03	PROFESSOR DE CIENCIAS
220.	403	DEBORA MARTINS FERREIRA	024.967.671-02	PROFESSOR DE CIENCIAS
221.	392	MARIA NEUZA RODRIGUES LOBO	786.015.251-72	PROFESSOR DE CIENCIAS
222.	290	ALCIMEIRE APARECIDA PRADO NAVA	095.395.698-93	PROFESSOR PEDAGOGO
223.	271	ANA ROSA CORRÊA FRANÇA	550.130.313-20	PROFESSOR PEDAGOGO
224.	212	BIANCA MARIA CRISOSTOMO LEITE	030.479.181-47	PROFESSOR PEDAGOGO
225.	66	CLEIDIANE DA SILVA CORRÊA	966.596.371-68	PROFESSOR PEDAGOGO
226.	391	FABIANA CRISTINA SIMMI DOS REIS	005.539.031-52	PROFESSOR PEDAGOGO
227.	370	FABIOLA APARECIDA DA SILVA	303.117.068-78	PROFESSOR PEDAGOGO
228.	306	GLAUCIANY FERREIRA GOUVEIA	019.519.001-70	PROFESSOR PEDAGOGO
229.	103	JOSIMEIRE FERREIRA SERPA	016.811.191-88	PROFESSOR PEDAGOGO
230.	406	LEILA DANTAS DE OLIVEIRA	580.660.121-87	PROFESSOR PEDAGOGO
231.	417	MARIA APARECIDA DA SILVA MOREIRA	483.432.771-04	PROFESSOR PEDAGOGO
232.	253	MARLUCE RODRIGUES DOS SANTOS	722.150.891-72	PROFESSOR PEDAGOGO
233.	323	MERCEDES APARECIDA DA SILVA	544.862.461-87	PROFESSOR PEDAGOGO
234.	410	NUBIA FERREIRA PAULINO SCATOLIN	041.868.331-09	PROFESSOR PEDAGOGO
235.	363	SOLANGE GUILHERME DE ALMEIDA	848.236.741-20	PROFESSOR PEDAGOGO
236.	230	WILLAN FLAGNER DE OLIVEIRA FERREIRA	015.411.141-40	PROFESSOR PEDAGOGO

SALA 9

	INSC	CANDIDATO	CPF	CARGO
237.	84	CARLOS CESAR SANTANA DE MATOS	024.487.051-94	PSICOLOGO
238.	48	JANIELLEN DA SILVA PENA	036.241.351-71	PSICOLOGO
239.	42	MARIA LUIZA DE FREITAS	912.471.601-49	PSICOLOGO
240.	461	PAULA GABRIELA PEREZ MATTEUS	024.264.911-40	PSICOLOGO
241.	286	ALEXANDRE BRUNO DA SILVA CAMPOS	012.340.971-33	QUÍMICO
242.	105	JOAO PAULO APARECIDO DA SILVA	022.337.741-40	QUÍMICO
243.	359	JOAO PAULO DOS SANTOS	039.420.981-80	QUÍMICO
244.	70	LUZIA ALINE DA SILVA BEIJO GOMES	024.667.201-32	QUÍMICO
245.	252	MARÍLIA SOUZA DO NASCIMENTO	026.409.661-46	QUÍMICO
246.	344	ROSIANI CRISTINA FERREIRA	359.603.588-08	QUÍMICO
247.	206	ADA MOURA BISPO	951.185.941-20	TECNICO DE ENFERMAGEM
248.	398	DENISE VIDAL NEGREIROS	002.867.401-41	TECNICO DE ENFERMAGEM
249.	293	EVANI TERESINHA DA SILVA QUEIROZ	913.910.161-49	TECNICO DE ENFERMAGEM

250.	368	LETICIA SOARES DA FONSECA TEODORO	024.019.921-97	TECNICO DE ENFERMAGEM
251.	190	MARIA CAROLLYNE SANTANA ARAUJO	022.336.721-43	TECNICO DE ENFERMAGEM
252.	109	MARIA TERESA RODRIGUES DA CUNHA	382.124.122-53	TECNICO DE ENFERMAGEM
253.	268	OSSENI JUREMEIRA DE ARAUJO	864.840.361-87	TECNICO DE ENFERMAGEM
254.	106	RAILDA DE MENEZES SILVA DA COSTA	958.369.001-59	TECNICO DE ENFERMAGEM
255.	232	ROSANA VIEIRA DE SOUZA	797.014.341-53	TECNICO DE ENFERMAGEM
256.	422	SANDRA DA CRUZ SILVA	884.018.551-87	TECNICO DE ENFERMAGEM
257.	295	SOLANGE DOS REIS	004.004.171-97	TECNICO DE ENFERMAGEM
258.	296	ROSALINA DURAN POSHE RODRIGUES	581.836.041-53	TECNICO EM HIGIENE BUCAL

Vale de São Domingos, 23 de junho de 2014.

DANIEL GONZAGA CORREA
Prefeito Municipal

ROBERSON DOS SANTOS MACHADO
Presidente COCP

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:94337E24

